

MÁRIO NUNO CAMPOS DE GOUVEIA

# O LIMIAR DA TRADIÇÃO NO MOÇARABISMO CONIMBRICENSE

OS *ANais de LORVÃO* E A MEMÓRIA MONÁSTICA  
DO TERRITÓRIO DE FRONTEIRA (SÉC. IX-XII)

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História, na Área de Especialização em História Medieval, realizada sob a orientação científica dos Professores Doutor José João da Conceição Gonçalves Mattoso e Doutor Luís Filipe Llach Krus.



LISBOA, ABRIL DE 2008

*À memória de Luís Krus*

# ÍNDICE

<b><i>In limine</i></b> .....	6
<b>Resumo</b> .....	10
<b>Lista de siglas e abreviaturas</b> .....	12
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	18
<b>CAPÍTULO I: DA PRODUÇÃO À RECEPÇÃO DO PASSADO</b> .....	25
I. 1. <i>O Livro dos testamentos</i> do mosteiro de Lorvão .....	26
I. 2. <i>Os Anais de S. Mamede de Lorvão</i> .....	45
<b>CAPÍTULO II: OS PRECEDENTES DE FORMAÇÃO DA MEMÓRIA</b> .....	59
II. 1. O género analístico na fronteira ocidental hispânica .....	59
II. 1. 1. Os «Annales portucalenses ueteres» .....	59
II. 1. 2. A prática do cômputo pascal .....	82
II. 2. A singularidade da analística laurbanense .....	99
II. 2. 1. As condições sociais de estratificação da memória .....	103
a) Conjunturas .....	105
i) Hermenegildo Guterres e a política afonsina de presúria .....	105
ii) Gonçalo Moniz e a crise da monarquia leonesa .....	126
iii) Os efeitos de uma conjuntura de reforma .....	143

b) Estruturas .....	160
i) As famílias patronais da comunidade monástica .....	160
ii) Os ritmos de formação do património monástico .....	165
II. 2. 2. A inserção do texto nas redes de transmissão da analística ..	185
<b>CAPÍTULO III: AS DINÂMICAS DE COMPOSIÇÃO DO DISCURSO .....</b>	<b>189</b>
III. 1. As coordenadas da memória pretérita .....	189
III. 1. 1. Os vectores da análise textual .....	189
a) Os critérios de ordenação do tempo .....	189
b) Os critérios de interpretação do espaço .....	194
III. 1. 2. Estruturar o passado.....	200
a) A revitalização do passado distante .....	201
b) A interacção entre reino e fronteira .....	205
c) O protagonismo régio e condal .....	209
d) O poder semântico dos ritos .....	214
III. 1. 3. Enumerar o passado .....	222
a) <i>Nomina regum</i> : a listagem dos reis de Leão .....	226
i) Identificação por via da análise diplomática .....	226
«Ranemirus rex» .....	228
«Santius rex» .....	231
«Veremudus rex» .....	233
ii) Critérios de selecção do compilador .....	235
b) <i>Nomina abbatum</i> : a listagem dos abades de Lorvão .....	248
III. 1. 4. Articular o passado .....	255
III. 1. 5. As modalidades de expressão estilística .....	259
III. 2. Coimbra na construção memorialística compostelana .....	260

<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>305</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>319</b>
<b>Lista de figuras .....</b>	<b>367</b>
<b>Lista de gráficos .....</b>	<b>368</b>
<b>Lista de quadros .....</b>	<b>369</b>
<b>Anexo 1: Os <i>Anais de S. Mamede de Lorvão</i>.....</b>	<b>371</b>
<b>Anexo 2: As categorias da analística medieval portuguesa (séc. XI-XII) .</b>	<b>379</b>
<b><i>In memoriam</i> .....</b>	<b>454</b>

## **IN LIMINE**

*É hoje um lugar comum em estudos de índole académica proceder-se a um agradecimento público ao conjunto das pessoas e instituições que promoveram e estimularam, nas suas diferentes etapas, o trabalho subjacente à sua realização. Por razões que o leitor facilmente compreende, não quero aqui afastar-me da norma que várias décadas de actividade científica instituíram como prática corrente. No entanto, acima de quaisquer outras, são as razões de ordem pessoal aquelas que desejo deixar aqui expressas, em reconhecimento da eterna gratidão que sinto para com todos aqueles que contribuíram, directa ou indirectamente, para a concretização deste estudo.*

*Na selecção do tema que escolhi, muito contribuiu o estímulo que recebi da parte do Professor Doutor Luís Krus, figura ímpar do renovado panorama historiográfico da medievística portuguesa, em especial nos domínios da sociologia e antropologia da cultura, religião e mentalidades. Na qualidade de docente das disciplinas e seminários dos cursos de Licenciatura em História/Variante de Arqueologia e de Mestrado em História, na Área de Especialização em História Medieval, que tive o privilégio de frequentar, desde 1996, no Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e, entre 2000 e 2005, como orientador pedagógico e científico da presente tese, incentivou-me a trilhar o caminho da interdisciplinaridade científica, reafirmando sempre que o saber, longe de se esgotar na acepção historiográfica do termo, não pode e nem deve ser encarado de forma unívoca. A minha primeira palavra de gratidão vai, por isso, para quem me forneceu, com a sua desinteressada e constante presença, as bases necessárias à maturação deste trabalho. Não há palavras que exprimam a minha dívida de gratidão pelo apoio com que me acolheu desde o início do meu percurso académico. Se hoje consagro parte substancial do meu tempo à tentativa de compreensão do passado histórico, é porque tenho*

*constantemente presente o seu exemplar percurso de vida. Continua a ser uma inesgotável fonte de estímulo.*

*Ao Professor Doutor José Mattoso, que, em virtude do inesperado falecimento do Professor Doutor Luís Krus, assumiu entre 2005 e 2008 as funções de orientador pedagógico e científico desta tese, devo o facto de me ter incentivado a continuar e completar o trabalho até então desenvolvido. Embora não o tenha acompanhado desde a sua génese, coube-lhe a tarefa de o orientar na sua fase final, respeitando as orientações anteriormente definidas, corrigindo, eventualmente, alguns equívocos e resolvendo as minhas dúvidas e hesitações.*

*Aos Professores Doutor António Reis, Doutora Maria Fernanda Rollo e Doutor Pedro Aires Oliveira, actuais Presidente e Vice-Presidentes da Comissão Científica do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, agradeço o interesse que depositaram na apresentação desta tese.*

*À Professora Doutora Amélia Aguiar Andrade, na qualidade de Coordenadora da Área de Especialização em História Medieval do Mestrado em História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, dirijo também uma palavra de inestimável apreço pela compreensão revelada num momento particularmente difícil da concretização deste trabalho.*

*Os meus agradecimentos são extensíveis ao Professor Doutor Santiago Jiménez Gómez, que tornou possível a realização durante seis meses de um estágio de investigação académica na Faculdade de Geografia e História da Universidade de Santiago de Compostela, onde tive a oportunidade de contactar alguns dos mais conhecidos mestres da medievística ibérica, entre os quais queria destacar, pelo apoio científico prestado durante o meu estágio, os Professores Doutor Fernando López Alsina e Doutor Manuel C. Díaz y Díaz.*

*Estendo estes agradecimentos a outros professores e investigadores que me acompanharam nas diversas fases de elaboração desta tese. Do corpo docente do Departamento de História, onde tive a oportunidade de trabalhar ao longo dos anos que precederam a elaboração deste estudo, destaco em primeiro lugar a Professora Doutora Iria Gonçalves, com quem aprendi o*

*significado dos afectos humanos e à qual agora dirijo uma palavra muito especial de carinho. Foi ela quem me fez compreender que compete ao historiador fazer falar as fontes, e que, na sua inerente complexidade, a história se prolonga sempre pelo presente.*

*Aos Professores Doutor Bernardo Vasconcelos e Sousa, Doutora Maria Ângela Beirante e Doutor João Silva de Sousa, a quem também devo o constante estímulo para continuar os meus estudos. Ao Professor Doutor João Paulo de Oliveira e Costa, que sempre continuou a acreditar nesta tese, e à Professora Doutora Maria de Lurdes Rosa, que me apoio de diversas maneiras e me ajudou a superar alguns momentos de desânimo pessoal. Nesta linha de pensamento, não posso também deixar de registar aqui as minhas palavras de gratidão e amizade para com a Professora Doutora Maria Helena Trindade Lopes, e, naturalmente, também à Dr.<sup>a</sup> Ana Caessa, voz presente nalgumas horas últimas de maior hesitação.*

*No plano institucional, importa reconhecer o apoio concedido pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que, ao abrigo do Programa Operacional «Ciência, Tecnologia, Inovação» (POCTI – Formar e Qualificar), me concedeu, entre Janeiro e Dezembro de 2002, uma bolsa de investigação científica, com a qual pude desenvolver em regime de dedicação exclusiva grande parte do trabalho de investigação subjacente a esta tese. O meu reconhecimento é também extensível ao Serviço de Educação e Bolsas da Fundação Calouste Gulbenkian, que, ao abrigo do programa de apoio institucional à realização de trabalhos de investigação científica, me concedeu uma bolsa de curta duração com a qual se tornou possível a deslocação, em Agosto de 2007, a centros de documentação especializados, tanto em Espanha como em Itália.*

*Noutra ordem de razões, recordo também com carinho o nome de todos aqueles que marcaram o meu percurso de vida. Relembro o partilhar dos afectos em que as palavras podem ter sido poucas, mas o silêncio, nenhum. Recordo os meus amigos, pelas constantes e prolongadas ausências. Algumas delas tenho hoje que reconhecer não terem tido justificação que fosse para além da simples necessidade de me refugiar em momentos só meus. E*



*relembro, por fim, os meus Pais, as realidades mais importantes da minha vida.  
Onde quer que esteja, estarão ambos sempre comigo.*

*Lisboa, Abril de 2008*

*Mário Nuno Campos de Gouveia*

## RESUMO

### **O LIMIAR DA TRADIÇÃO NO MOÇARABISMO CONIMBRICENSE**

OS *ANAI*S DE LORVÃO E A MEMÓRIA MONÁSTICA DO TERRITÓRIO DE FRONTEIRA (SÉC. IX-XII)

**MÁRIO NUNO CAMPOS DE GOUVEIA**

**PALAVRAS-CHAVE:** Alta Idade Média (Séc. IX-XII), Reino de Astúrias-Leão, Coimbra, Mosteiro de Lorvão, Fronteira, Moçarabismo, Analística, Tradição.

A presente Dissertação tem como objectivo o estudo dos processos de construção memorialística sobre a fronteira ocidental, a Sul do Minho, do reino de Astúrias-Leão na Alta Idade Média. O seu principal objecto de análise é um texto de tipologia analística fixado no mosteiro de S. Mamede de Lorvão, em 1118, no abaciado de Eusébio, num contexto de oposição do colectivo religioso à reforma litúrgica romana difundida com o apoio da monarquia, no quadro do concílio de Burgos, e de uma provável resistência da comunidade moçárabe conimbricense à difusão da ideologia apostólica compostelana.

Para a análise das concepções subjacentes à obra em epígrafe concorrem não só os textos de análoga tipologia fixados em St.º Tirso de Riba de Ave, S. Salvador de Grijó e St.ª Cruz de Coimbra, entre 1079 e 1169, sob condicionalismos que nos permitem individualizá-los da produção memorialística laurbanense; mas também os actos da prática reunidos no *Livro dos testamentos*, códice em cujo fólio de guarda se escreveram os anais de Lorvão e onde se encontram hoje compilados, sob a forma de cópias, os diplomas que a comunidade produziu entre os séculos X e XII, atestando os

direitos, privilégios e garantias que foi adquirindo, sobretudo por doação régia e condal, num quadro de desenvolvimento proporcionado pelo despoletar da crise da monarquia leonesa.

O processo de fixação da memória monástica é analisado à luz das formas de composição e estruturação do discurso, postas em evidência através do levantamento crítico comparado das categorias narrativas que dão forma à analística portugalense no seu conjunto. As conjunturas e as estruturas que assistiram à fixação dos anais de Lorvão, na sua relação com a acção de dois dos mais significativos patronos da comunidade monástica, Hermenegildo Guterres, presor e conde de Coimbra, e Gonçalo Moniz, seu principal benfeitor, são também alvo de especial atenção, na medida em que nos permitem compreender o processo de formação e consolidação do domínio monástico. De uma forma global, as seis efemérides que configuram o texto, quando associadas a uma listagem contendo os nomes dos três reis leoneses com os quais o colectivo religioso manteve contactos institucionais desde a sua fundação, tal como com outra alusiva aos dez abades que governaram a comunidade naquela diacronia, permitem-nos compreender a formação de um imaginário monástico em que o passado é visto como tempo de afirmação de um ideal a recuperar e salvaguardar num contexto presente de crise. A revitalização do passado distante permite à comunidade recordar-se de um tempo em que reino e fronteira, simbolicamente representados pela monarquia asturiano-leonesa, por um lado, e pelos fundadores das famílias condaís conimbricense e portugalense, por outro, são duas realidades cooperantes, proporcionando-lhe a recriação de um ideal assente sobre ritos comemorativos dos momentos de ordenação ou morte dos respectivos abades, vistos como factor de coesão e identificação comunitárias.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

abs.	absoluto(s);
AG	<i>Anais de S. Salvador de Grijó</i> (1111);
AL	<i>Anais de S. Mamede de Lorvão</i> (1118);
ant.	anterior(es) a;
APV	«Annales portugalses veteres», in Pierre DAVID, <i>Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI<sup>e</sup> au XII<sup>e</sup> siècle</i> , Lisboa – Paris, Livraria Portugália Editora – Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1947, pp. 257-340 <sup>1</sup> ;
ASC I	<i>Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I</i> (1169);
AST	<i>Anais de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave</i> (1079);
cad.	caderno(s);
<i>Cal. brac.</i>	Calendário do <i>Missal de Mateus</i> , de 1130-1150 (pub. em <i>Missal de Mateus. Manuscrito 1000 da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga</i> [Introdução, leitura e notas de Joaquim O. BRAGANÇA], Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1975, pp. 3-14);
<i>Cal. cord.</i>	Calendário de Córdoba de 961 (pub. em <i>Le calendrier de Cordoue</i> [Publié par R. DOZY; nouvelle édition accompagnée d'une traduction française annotée par Ch. PELLAT], Leiden, E. J. Brill, «Medieval Iberian Peninsula texts and studies» [Edited by C. MARINESCU, José MILLÁS-VALLICROSA and Hussain MONÉS], vol. I, 1961);
<i>Cal. emil.</i>	Calendário romano do mosteiro de San Millán de la Cogolla, do século XI (post. 1090) (pub. em José JANINI, «Dos calendarios emilianenses del siglo XI», <i>Hispania sacra</i> , vol. XV, n.º 29, 1.º semestre de MCMLXII, pp. 177-195);

<sup>1</sup> Textos correspondentes aos *Anais de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave* nas pp. 293-299; aos *Anais de S. Salvador de Grijó*, nas pp. 299-302 (dez primeiras notícias); e aos *Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I*, nas pp. 308-310.

- Cal. leon.* Calendário romano da catedral de Leão, do século XII (pub. em L. LÓPEZ SANTOS, «Calendarios liturgicos leoneses», *Archivos leoneses. Revista del Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro»*, ano X, n.º 19, Janeiro-Julho de 1956, pp. 119-141);
- Cal. A* Calendário moçárabe de 1039 (pub. em Marius FÉROTIN [O.S.B.], *Le liber ordinum en usage dans l'Église wisigothique et mozarabe d'Espagne du cinquième au onzième siècle* [Réimpression de l'édition de 1904 et supplément de bibliographie générale de la liturgie hispanique, préparés et présentés par Anthony WARD, S.M. et Cuthbert JOHNSON, O.S.B.], Roma, Edizioni Liturgiche, 1996, pp. XXX-XXXVII e 449-496);
- Cal. B* Calendário moçárabe de 1052 (pub. em Marius FÉROTIN [O.S.B.], *Le liber ordinum...*, pp. XXX-XXXVII e 449-496);
- Cal. C* Calendário moçárabe de 1055 (pub. em Marius FÉROTIN [O.S.B.], *Le liber ordinum...*, pp. XXX-XXXVII e 449-496);
- Cal. D* Calendário moçárabe de 1066 (pub. em Marius FÉROTIN [O.S.B.], *Le liber ordinum...*, pp. XXX-XXXVII e 449-496);
- Cal. E* Calendário moçárabe de 1067 (pub. em Marius FÉROTIN [O.S.B.], *Le liber ordinum...*, pp. XXX-XXXVII e 449-496);
- Cal. F* Calendário moçárabe de 1072 (pub. em Marius FÉROTIN [O.S.B.], *Le liber ordinum...*, pp. XXX-XXXVII e 449-496);
- CBF* *Le cartulaire Baio-Ferrado du monastère de Grijó (XI<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècles)* (Introduction et notes de Robert DURAND), Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1971;
- CDF* Pilar BLANCO LOZANO, *Colección diplomática de Fernando I (1037-1065)*, Leão, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro» (CSIC-CECEL) – Archivo Historico Diocesano, 1987;
- cf. conferir;
- cit. citação, citado(a);

<i>Crón. Af. III</i>	«Chronique d'Alphonse III. Version érudite», in <i>Chroniques asturiennes (fin IX<sup>e</sup> siècle)</i> (Avec édition critique, traduction et commentaire par Yves BONNAZ), Paris, Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1987, pp. VII-XCIII, 31-59 e 105-222;
<i>Crón. alb.</i>	«Chronique d'Albelda», in <i>Chroniques asturiennes...</i> , pp. VII-XCIII, 10-30 e 67-104;
<i>Crón. lat.</i>	«Chronica latina regum Castellae» (Edidit L. Charlo BREA), in <i>Corpus christianorum. Continuatio mediaevalis</i> (Collectum a monachis O.S.B. abbatae S. Petri in Steenbrugge), LXXIII: <i>Chronica hispana saeculi XIII</i> , Turnholt, Typographi Brepols Editores Pontificii, MCMXCVII, pp. 7-118;
<i>Crón. naj.</i>	<i>Chronica naierensis</i> (Cura et studio Juan A. ESTÉVEZ SOLA), <i>Corpus christianorum. Continuatio mediaevalis</i> (Collectum a monachis O.S.B. abbatae S. Petri in Steenbrugge), LXXIA: <i>Chronica hispana saeculi XII</i> , parte II, Turnholt, Typographi Brepols Editores Pontificii, MCMXCV;
<i>Crón. prof.</i>	«Chronique prophétique», in <i>Chroniques asturiennes...</i> , pp. VII-XCIII, 2-9 e 60-67;
<i>Crón. Samp.</i>	«Cronica de Sampiro», in <i>Historia silense</i> (Edición, crítica e introducción por Dom Justo PÉREZ DE URBEL, O.S.B., y Atilano GONZÁLEZ RUIZ-ZORRILLA), Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas – Escuela de Estudios Medievales, 1959, pp. 9-109 e 159-173;
CMM	<i>Cartulário de D. Maior Martins. Século XIII</i> (Estudo introdutório, edição diplomática e índices por Filomeno Amaro Soares da SILVA), Arouca, Associação da Defesa do Património Arouquense, 2001;
cogn.	cognominado(a);
conc.	concelho(s);
DC	<i>Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintundecimum</i> (Iussu Academiae

	Scientiarum Olisiponensis edita), I: <i>Diplomata et chartae</i> , Lisboa, Typis Academicis, MDCCCLXVII;
dist.	distrito(s);
DMP	<i>Documentos medievais portugueses. Documentos régios</i> , vol. 1: <i>Documentos dos condes portugalenses e de D. Afonso Henriques. A.D. 1095-1185</i> (Pref. de Rui Pinto de AZEVEDO), t. I-II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958-1962;
doc.	documento(s), documental(is);
ed.	edição, editado(a);
EMP	Mário Jorge BARROCA, <i>Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)</i> , vol. I, vol. II: <i>Corpus epigráfico medieval português</i> , vol. III: <i>Anexos, índices, bibliografia e estampas</i> , Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2000;
fasc.	fascículo(s);
fl., fls.	fólio(s);
frag.	fragmento(s);
<i>Hist. sil.</i>	<i>Historia silense</i> (Edición, crítica e introducción por Dom Justo PÉREZ DE URBEL, O.S.B., y Atilano GONZÁLEZ RUIZ-ZORRILLA), Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas – Escuela de Estudios Medievales, 1959;
I.A.N./T.T.	Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa);
LF	<i>Liber fidei sanctae bracarensis ecclesiae</i> (Edição crítica pelo P. <sup>e</sup> Avelino de Jesus da COSTA), Braga, Junta Distrital de Braga, t. I – 1965, t. II – 1978 e t. III – 1990;
liv.	livro(s);
LK	<i>Liber anniversariorum ecclesiae cathedralis colimbriensis (Livro das kalendas)</i> (Edição crítica organizada por Pierre DAVID e Torquato de Sousa SOARES), Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, t. I – MDCCCXLVII e t. II – MDCCCXLVIII;
loc.	localização;

LP	<i>Livro preto da Sé de Coimbra</i> (Edição crítica por Leontina VENTURA e M. Teresa VELOSO sob orientação de P. <sup>e</sup> Avelino de Jesus da COSTA), Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, vol. I – MCMLXXVII, vol. II – MCMLXXVIII e vol. III – MCMLXXIX;
LS	<i>Livro santo de Santa Cruz de Coimbra. Cartulário do séc. XII</i> (Edição preparada por Leontina VENTURA; transcrições de Leontina VENTURA e Ana Santiago FARIA; revisão de Leontina VENTURA), Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1990;
LT	Maria Teresa MONTEIRO e J. J. Rigaud de SOUSA, «Livro dos testamentos do mosteiro de Paço de Sousa» (Apresentação pelo Doutor José MATTOSO), <i>Bracara Augusta. Revista cultural de regionalismo e história da Câmara Municipal de Braga</i> , vol. XXIV, n. <sup>os</sup> 57-58 (69-70), Janeiro-Dezembro de 1970, pp. 138-283;
n. <sup>o</sup> , n. <sup>os</sup>	número(s);
NA	<i>Nomina abbatum</i> dos <i>Anais de S. Mamede de Lorvão</i> (pub. em SS, vol. I, p. 20; cf. anexo 1, ponto 1 [NA, 1-5]);
NR	<i>Nomina regum</i> dos <i>Anais de S. Mamede de Lorvão</i> (pub. em SS, vol. I, p. 20; cf. anexo 1, ponto 1, [NR]);
p., pp.	página(s);
post.	posterior(es) a;
PS	«Parochiale sueuum» (Edidit Pierre DAVID), in <i>Corpus christianorum. Series latina</i> (Collectum a monachis O.S.B. abbatiae S. Petri in Steenbrugge), CLXXV: <i>Itineraria et alia geographica</i> , Turnhout, Typographi Brepols Editores Pontificii, MCMLXV, pp. 411-420;
pub.	publicação, publicado(a);
PV	«Prouinciale uisigothicum seu nomina hispanarum sedium» (Ediderunt L. VÁZQUEZ DE PARGA et J. LECLERCQ), in <i>Corpus christianorum. Series latina</i> (Collectum a monachis O.S.B.



	abbatiae S. Petri in Steenbrugge), CLXXV: <i>Itineraria et alia geographica</i> , Turnhout, Typographi Brepols Editores Pontificii, MCMLXV, pp. 421-428;
ref. <sup>a</sup> , ref. <sup>as</sup>	referência(s);
rel.	relativo(s);
rep.	reprodução, reproduzido(a);
seg.	segundo;
s.d.	sem data;
s.f.	substantivo(s) feminino(s);
s.l.	sem local;
s.m.	substantivo(s) masculino(s);
s.v.	<i>sub uoce, sub uocibus</i> ;
SS	<i>Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Scriptores</i> (Iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita), vol. I, Lisboa, Typis Academicis, MDCCCLVI;
t.	tomo(s);
<i>Tombo A</i>	<i>Tombo A de la Catedral de Santiago</i> (Estudio y edición de Manuel LUCAS ÁLVAREZ), Santiago de Compostela, Cabildo de la S.A.M.I. Catedral – Seminario de Estudos Galegos, 1998;
v.	ver;
v. <sup>o</sup>	<i>uerso</i> ;
val.	valor(es);
vol.	volume(s);
vv.	versos.

## INTRODUÇÃO

Possuímos hoje muito poucos documentos hispânicos autênticos datáveis da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média. É, por isso, difícil coordená-los de forma a podermos reconstituir os acontecimentos que caracterizam a história do território cristão hispânico nos séculos V a XI. Para além dos já bem conhecidos textos cronísticos e analísticos, que, embora dotados de elementos cronológicos precisos, são também demasiado lacunares para nos darem uma visão uniforme da época, o que nos resta é fundamentalmente um conjunto pouco homogêneo de diplomas originais e traslados escritos em séculos posteriores, que, apesar de um pouco mais abundantes, nem sempre são suficientemente fiáveis dado o facto de se nos apresentarem sob forma de cópias.

O evidente laconismo das fontes que se reportam a estes períodos da história ibérica tem constituído um obstáculo por vezes intransponível para se poderem interpretar devidamente as suas informações. Não admira que sejam muito escassos os desenvolvimentos actuais da historiografia sobre aquela época na medievística portuguesa<sup>2</sup>. O que se tem dito acerca do moçarabismo hispânico representa mais um conjunto de interrogações sem resposta precisa e segura, do que um verdadeiro conhecimento do seu papel histórico<sup>3</sup>. É certo

---

<sup>2</sup> Tenha-se em conta, como sintoma dessa lacuna, a quase total ausência de referências à produção bibliográfica nesse domínio do saber, no quadro da emergência da medievística universitária portuguesa a partir da década de 70 do século XX, conforme se depreende da leitura de Armando Carvalho HOMEM, «O medievismo em liberdade (anos 70/anos 90)», in *Um século de ensino da história* (Lisboa, 16, 17 e 18 de Março de 2000; coordenação científica de Maria Cândida PROENÇA), Lisboa, Edições Colibri – Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2001, pp. 183-213. Essa leitura pode ser complementada pela análise dos títulos bibliográficos citados no mais recente balanço sobre a medievística portuguesa, da autoria de Bernardo Vasconcelos e SOUSA e Stéphane BOISSELLIER, «Pour un bilan de l'historiographie sur le Moyen Âge portugais au XX<sup>e</sup> siècle», *Cahiers de civilisation médiévale*, vol. 49, n.º 195, 2006, pp. 213-256.

<sup>3</sup> Não chegando sequer a merecer considerações detalhadas nalguns mais específicos balanços sobre a produção bibliográfica de história do Islão clássico, conforme se constata pela leitura de Luís Filipe F. R. THOMAZ, «Estudos árabo-islâmicos e orientais em Portugal», *Povos e culturas*, n.º 5, 1996, pp. 389-414; José Pedro MACHADO, «Os estudos arábicos em Portugal», in *Ensaio árabe-português*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997, pp. 109-144; e Maria Cardeira

que dispomos de alguns importantes estudos, devidos a autores pioneiros como Francisco Javier Simonet<sup>4</sup> e Isidro de las Cagigas<sup>5</sup>, cujos contributos continuam a ser hoje indispensáveis para a compreensão da dinâmica cultural do moçarabismo. Mas também é verdade que, no actual estado da questão – e tendo como elemento comparativo a restante realidade ibérica –, são ainda muito escassos entre nós os testemunhos de um interesse pela renovação dos estudos nesta área temática da investigação histórica.

Volvidos mais de trinta anos desde a publicação do trabalho pioneiro de José Mattoso sobre Cluny e o monaquismo hispânico nos séculos XI e XII<sup>6</sup>, muitas das questões que o autor põe em destaque ao longo da obra, em particular aquelas que se relacionam com a vivência das comunidades moçárabes da fronteira ocidental, a Sul do Douro, do reino de Astúrias-Leão, continuam sem resposta. Se, por um lado, os avanços se fizeram sentir de forma significativa no que respeita a outras áreas de estudo, igualmente relacionadas com a génese do monaquismo tradicional, continuamos, por outro, determinados por uma certa carência de trabalhos sobre os fenómenos de continuidade das práticas de vida religiosa relativamente aos séculos que antecedem o domínio político islâmico em território peninsular. Não temos estudos sistemáticos actualizados sobre os mosteiros de S. Mamede de Lorvão e S. Vicente de Vacariça, para salientar apenas as instituições que parece terem tido um papel mais relevante na afirmação das comunidades implantadas em território de administração nominal islâmica, tal como sobre as

---

da SILVA, «O sentido dos Árabes no nosso sentido. Dos estudos sobre Árabes e sobre Muçulmanos em Portugal», *Análise social. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, vol. XXXIX, n.º 173: *Europa e Islão*, Inverno de 2005, pp. 781-806. O mesmo deve dizer-se quanto às investigações arqueológicas, que têm privilegiado a abordagem da cultura material islâmica em detrimento da que configura a identidade das comunidades moçárabes peninsulares (leiam-se, de Helena CATARINO, «Arqueologia do período islâmico em Portugal: breve perspectiva», *O arqueólogo português*, série IV, vol. 13-15, 1995-1997, pp. 457-484; e «Arqueologia medieval: o estado da “arte” e novas perspectivas», in *As oficinas da história* [Actas das jornadas da Comissão Científica do Grupo de História da FLUC; org. Grupo de História da FLUC; coord. José D'ENCARNAÇÃO], Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002, pp. 131-148.

<sup>4</sup> Francisco JAVIER SIMONET, «Estudios históricos y filológicos sobre la literatura arábigo-mozárabe», *Revista de la Universidad de Madrid*, 2.ª época, t. I, n.º 3, Março de 1873, pp. 292-310; 2.ª época, t. I, n.º 5, Maio de 1873, pp. 546-561; 2.ª época, t. II, n.º 1, Julho de 1873, pp. 55-68; e 2.ª época, t. II, n.º 5, Novembro de 1873, pp. 523-544.

<sup>5</sup> Isidro de las CAGIGAS, *Minorías étnico-religiosas de la Edad Media española*, I: *Los Mozárabes*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas – Instituto de Estudios Africanos, 1947-1948.

<sup>6</sup> José MATTOSO, *Obras completas*, vol. 12: *O monaquismo ibérico e Cluny*, s.l., Círculo de Leitores, 2002.

hierarquias abaciais e episcopais – é lícito recordar aqui os nomes dos bispos Paterno e Crescónio de Coimbra, para além do do prior Martinho Simões da canónica de St.<sup>a</sup> Maria – com as quais estes e vários outros colectivos religiosos mantiveram relacionamentos privilegiados. Carecemos também de novos estudos sobre a acção de personagens leigas, entre as quais cumpre, sem dúvida, destacar os condes de Coimbra – e, neste passo, os nomes de Hermenegildo Guterres e Gonçalo Moniz –, tal como os cavaleiros de Coimbra, Viseu e Seia, cujo percurso está em grande medida ligado à acção política de personagens de craveira da história do território fronteiriço, como os cônsules Sesnando Davides e Martinho Moniz. Continuamos sem perceber muito bem os contornos dos relacionamentos entre as forças cristãs e muçulmanas, tal como os que então se estabeleceram, nem sempre de forma inteiramente pacífica, entre os agentes políticos e eclesiásticos instalados na fronteira ocidental do reino.

Há um número muito significativo de hipóteses de trabalho que aguardam ainda hoje estudos aprofundados, e que, não obstante, constituem problemáticas centrais para a compreensão da história do moçarabismo conimbricense. Na prática, isto significa que a nossa visão actual dos acontecimentos passados está condicionada pela ausência de trabalhos monográficos, que confirmem ou infirmem as interpretações que fazemos das fontes a propósito de problemáticas sectoriais. Por outro lado, aqueles que têm sido trazidos à consideração dos investigadores e que de alguma forma se relacionam com esta questão constituem geralmente estudos muito parcelares, onde o moçarabismo é visto mais como uma temática introdutória de matérias várias, do que como campo historiográfico susceptível de, por si só, nos dar informações de relevo para o entendimento do dinamismo das sociedades cristãs hispânicas em épocas mais recuadas. Podemos dizer que, na situação actual, o trabalho científico realizado reside mais na reiterada tentativa de problematização de caminhos indiciários, do que na construção de teorias baseadas em argumentos sólidos. O que prevalece é sempre a hipótese.

Não procurámos, por conseguinte, desenvolver um estudo de conjunto sobre o moçarabismo hispânico. Optámos antes pela elaboração de um estudo sectorial a partir de certas manifestações do imaginário religioso moçárabe,

nomeadamente as que se podem detectar através da análise dos vários anais produzidos em ambiente monástico portugalense e conimbricense entre os finais do século XI e os finais do século XII. Como é lógico, o terreno não está inteiramente virgem. Com efeito, podem apontar-se neste caso alguns estudos pioneiros de Pierre David, Avelino de Jesus da Costa, José Mattoso, Aires Augusto Nascimento e Luís Krus, cujas indicações, embora seguindo propostas metodológicas diversas na abordagem de tal tema, não deixaremos de aproveitar e discutir. Mas teremos ainda em mente o facto de se impor agora uma análise mais sistemática deste tipo de fontes, atenta a alguns mais recentes contributos sobre a matéria que foram publicados já depois dos trabalhos destes autores pioneiros.

O quadro interpretativo que seguiremos ao longo deste trabalho é o das problemáticas relativas à percepção moçárabe do tempo passado, tal como das relações entre o passado e o presente, a partir de um texto de tipologia analística redigido e fixado provavelmente por um membro da comunidade residente no mosteiro de S. Mamede de Lorvão no ano de 1118, com o intuito de transmitir a sua forma própria de perceber e representar um mundo em crise e transformação. A nossa análise centrar-se-á no conceito de *memória*, que, na sua inerente polissemia, nos permitirá esclarecer e compreender melhor a forma como aqueles dois universos temporais se entrecruzam, tal como a relação que eles mantêm com outras categorias históricas. Cremos que esta opção se revela adequada aos objectivos que nos propomos alcançar, na medida em que a leitura que procuraremos desenvolver ao longo deste trabalho tem também como objectivo demonstrar que o conceito de *memória* pode adquirir significados mais abrangentes, quando encarado sob o prisma dos fenómenos de continuidade e descontinuidade históricas que, em termos gerais, tornam possível a interpretação do presente como tempo de representação e construção memorialísticas sobre a realidade passada. Na prática, a nossa opção traz-nos a possibilidade de se estudar e compreender o presente da comunidade monástica laurbanense, ou seja, o contexto que assiste à fixação do texto analístico, a partir de uma obra que nos remete apenas para a percepção do passado longínquo.

Procuraremos desenvolver o nosso estudo no seguimento desta ideia, estruturando-o com base num conjunto circunscrito de unidades de análise temáticas. Embora este trabalho tenha como ponto de partida a leitura de um texto historiográfico específico nas suas bases de formulação, construção e transmissão textuais, a sua interpretação pode também apoiar-se em hipóteses explicativas levantadas por outro tipo de registos coevos, que a comunidade monástica, procurando a salvaguarda dos seus interesses e direitos patrimoniais, consignou num vasto universo de cartas avulsas acumuladas pelo menos desde os inícios do século X até aos inícios do século XII, e copiadas sob a forma de uma colecção diplomática própria cerca de dois anos antes da fixação dos citados anais no seu último suporte material – o *Livro dos testamentos* –, no período correspondente ao governo do abade Eusébio, personagem de excepção da história laurbanense nesta conjuntura de acelerada mudança.

O *corpus* informativo reunido nessa colecção diplomática possibilitar-nos-á, seguramente, retirar algumas importantes ilações quanto à forma como se desenrolava a actividade cultural do mosteiro de Lorvão, de que os citados anais são, nos inícios do século XII, um exemplo paradigmático. Estamos convictos de que a sua análise se pode revelar especialmente útil neste domínio, uma vez que foi aí que os monges procederam à fixação do texto que chegou até aos nossos dias e que não encontrou no decurso dos séculos qualquer outro veículo de transmissão textual, susceptível de o integrar, à semelhança dos anais redigidos entre as comunidades de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave, S. Salvador de Grijó e St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra, noutros conhecidos circuitos de produção e difusão do saber letrado em território de fronteira. Julgamos igualmente que a sua crítica, para além de fundamentar questões de base relativas ao desenvolvimento da instituição na longa diacronia histórica, da sua provável fundação nos finais do século IX, na sequência das presúrias de Afonso III no vale do Douro e do Mondego, à conjuntura de oposição e resistência que caracteriza a vida na comunidade religiosa a partir dos finais do século XI, no quadro da implementação da reforma litúrgica consagrada pelo concílio de Burgos, nos ajudará também a compreender por que razão se associaram a esta obra perícopes hoje dificilmente compreensíveis, mas que,

para os monges da época, representavam decerto a expressão de uma memória colegial ancorada em valores próprios, e que por esse motivo não necessitavam de ser decodificados. Tentaremos, portanto, analisar a concisa sucessão de seis efemérides registadas nestes anais, procurando também averiguar por que motivos foram associadas ao texto, no seu suporte material de transmissão, duas listagens distintas, uma das quais relativa aos reis de Leão, e outra, aos abades da própria comunidade.

Para melhor percebermos as realidades subjacentes a este processo de fixação da memória monástica, cremos que será necessário compreendê-las à luz de um postulado fundamental: o da interpretação do *texto* no respectivo *contexto* de produção e recepção. Não pretendemos com isso, como por vezes acontece, utilizar o *texto* como *pretexto* para procurar fundamentações indevidas de posicionamentos pessoais apriorísticos, que, por constituírem uma visão da realidade dos factos determinada por ideias prévias à análise das fontes propriamente ditas, condicionam largamente o debate científico em torno de questões que não têm sido revisitadas pela nossa historiografia recente. Salientando primeiramente os aspectos relativos à configuração do suporte em que se fixou e transmitiu o texto analístico propriamente dito, tal como as problemáticas que a sua leitura suscita aos mais variados níveis, teremos aqui em conta, como base fundamental de análise, o contexto que assistiu à revisitação monástica do passado ocidental hispânico. Definido o percurso que nos vai levar da construção medieval da memória à recepção contemporânea do texto – a historiografia positivista do século XIX português recuperou uma obra que havia sido apenas parcialmente publicada, e, de acordo com uma tradição de edições eruditas inspirada em protótipos estrangeiros, deu à estampa uma colecção em que se procedeu à leitura integral do texto –, tornar-se-á também necessária a análise dos anais laurbanenses de acordo com as características próprias do género historiográfico. Esta tarefa será levada a cabo, no que respeita às produções letradas que tiveram origem no território ocidental hispânico, tendo como elementos de comparação os textos redigidos pelas comunidades monásticas de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave, S. Salvador de Grijó e St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra, entre os finais do século XI e os finais da centúria seguinte. Depois de salientarmos a orgânica das tradições representadas por

estas três obras, procuraremos também estabelecer uma articulação com a realidade textualmente isolada da obra redigida pela comunidade de Lorvão, num momento em que obviamente só existiam as duas primeiras. Esta comparação permitir-nos-á circunscrever e problematizar as especificidades laurbanenses do género analístico, o que, por sua vez, nos levará a tentar descobrir as condicionantes sociais da sua produção e utilização enquanto memória histórica.



## CAPÍTULO I:

### DA PRODUÇÃO À RECEPÇÃO DO PASSADO

Um dos momentos mais importantes na elaboração de uma obra historiográfica corresponde ao processo de selecção e estruturação dos dados que subjazem ao texto. É nele que se definem e estabelecem os critérios pelos quais o respectivo autor se orienta. O seu objectivo é o de fixar e dar a conhecer a um público específico os seus propósitos de exposição e celebração dos acontecimentos passados. Este comportamento está longe de representar uma ideia tributária da noção de objectividade. Resulta, naturalmente, de um acto, consciente e deliberado, de transposição de um universo de factos para o mais específico domínio das representações sobre esses mesmos factos. O texto que daí resulta surge como produto de uma reflexão pessoal, ou seja, de uma concepção, logicamente subjectiva nas suas bases de formulação externa e interna, sobre as categorias que determinam o devir histórico.

O acto de produção de um texto historiográfico não é, pois, mais do que uma das muitas materializações possíveis da memória social<sup>7</sup>. Ao conferir pertinência a um determinado objecto de estudo, o seu autor coloca em campo de análise uma série de representações sobre a ordem dos factos que, embora mantendo uma ligação ao passado, simboliza mais o olhar que ele lançou sobre o tempo distante, do que a necessidade de recuperar, organizar e transmitir informações isentas sobre esse mesmo passado. Esta experiência de representação, não obstante o facto de se encontrar determinada por factores emotivos e reflexivos, não deixa de desempenhar um papel de destaque nas tentativas de construção e legitimação das identidades sociais<sup>8</sup>. Nestes casos,

---

<sup>7</sup> Para uma introdução às problemáticas de formação e transmissão da memória na civilização do Ocidente medieval, veja-se Patrick J. GEARY, *Phantoms of remembrance. Memory and oblivion at the end of the first millenium*, Princeton/Nova Jérsea, Princeton University Press, 1996, pp. 23-47.

<sup>8</sup> Patrick J. GEARY, *Phantoms of remembrance...*, pp. 81-114.

o discurso historiográfico é resultado da construção de um quadro cultural e mental que permite ao indivíduo ultrapassar os condicionalismos que o afastam do processo de inteligibilidade do mundo real, e recriar, com base em mecanismos adequados, uma concepção própria sobre esse mundo, reflexo de um sistema de vida e de valores dos quais ele não poderá nunca afastar-se. Em grande medida, é fruto da acção de agentes que procuram dar forma à memória dos eventos pretéritos, recriando assim processos de mediação institucional da história e das categorias que com ela, directa ou indirectamente, se relacionam<sup>9</sup>.

A memória transforma-se num facto social. Ao transformar-se num facto social, adquire um grau de utilidade próprio, que se traduz no recurso a formas específicas de invocar o passado interpretáveis também sob um ponto de vista simbólico, uma vez que vistas como paradigmas de comemoração e perpetuação do tempo. Esta ideia é válida mesmo quando a memória serve propósitos em que a necessidade de reconstrução do passado em benefício do tempo presente se torna dominante<sup>10</sup>. Neste sentido, os textos resultantes deste processo de fixação e transmissão da memória podem também ser utilizados como pretexto para se alcançar um fim específico, designadamente quando são produzidos e difundidos no quadro de uma experiência institucional da cultura letrada<sup>11</sup>.

### **I.1. O Livro dos testamentos do mosteiro de Lorvão**

A enumeração destes aspectos, enquanto bases subjacentes a ideologias que possuem um papel justificador e legitimador das acções, serve-

---

<sup>9</sup> Patrick J. GEARY, *Phantoms of remembrance...*, pp. 115-133.

<sup>10</sup> Patrick J. GEARY, *Phantoms of remembrance...*, pp. 134-157.

<sup>11</sup> Na Alta Idade Média hispânica, a historiografia, porque destinada à glorificação dos mistérios divinos, tem por finalidade última a construção de uma memória colectiva edificante. À capacidade de fixar e cristalizar essa memória encontra-se subjacente um conjunto de intenções que se reportam ao plano da simbologia cristã. O que importa não é legar às gerações vindouras a lembrança excepcional dos acontecimentos históricos, mas consignar a exemplaridade da acção de Deus na pessoa dos eleitos, permitindo, assim, o estreitar dos precários equilíbrios entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos. Sobre este assunto, vejam-se Julia MONTENEGRO e Arcadio del CASTILLO, «Análisis crítico sobre algunos aspectos de la historiografía del reino de Asturias», *Hispania. Revista española de historia*, vol. LIV/2, n.º 187, Maio-Agosto de 1994, pp. 397-420; e Patrick HENRIET, «Hagiographie et historiographie en Péninsule Ibérique (XI<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècles). Quelques remarques», *Cahiers de linguistique hispanique médiévale*, n.º 23, 2000, pp. 53-85.

nos para situar o leitor no contexto em que se inicia e desenvolve a produção analística medieval portuguesa<sup>12</sup>.

É neste quadro que devemos compreender a dinâmica historiográfica representada pelos *Anais de S. Mamede de Lorvão*<sup>13</sup>, obra que constitui um sintético registo de factos cujas características nos permitem enquadrá-lo, de acordo com a designação com que hoje o conhecemos, na tipologia analística<sup>14</sup>. São conhecidos através de uma cópia transmitida no verso do fólio de guarda do cartulário comumente designado como *Livro dos testamentos*, cuja elaboração se situa por volta dos anos de 1116-1117, onde se encontram

<sup>12</sup> Sobre os contextos letrados que assistem à difusão deste tipo de registo na fronteira ocidental hispânica, leiam-se Claudio SÁNCHEZ-ALBORNOZ, «Notas sobre los libros leídos en el reino de León hace mil años», *Cuadernos de historia de España*, I-II, 1944, pp. 222-238; M. Rubén GARCÍA ÁLVAREZ, «Los libros en la documentación gallega de la Alta Edad Media», *Cuadernos de estudios gallegos*, t. XX, fasc. 62, MCMLXV, pp. 292-329; e Manuel C. DÍAZ Y DÍAZ, «La circulation des manuscrits dans la Péninsule Ibérique du VIII<sup>e</sup> au XI<sup>e</sup> siècle», *Cahiers de civilisation médiévale. X<sup>e</sup>-XII<sup>e</sup> siècles*, ano XII, n.º 3, Julho-Setembro de 1969, pp. 219-241; e n.º 4, Outubro-Dezembro de 1969, pp. 383-392. Sobre o contexto letrado conimbricense nos séculos XI e XII, vejam-se Avelino de Jesus da COSTA (P.<sup>e</sup>), *A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI*, Coimbra, 1983; e José MATTOSO, «A cultura monástica em Portugal (875-1200)», in *Obras completas*, vol. 9: *Religião e cultura na Idade Média portuguesa*, s.l., Círculo de Leitores, 2002, pp. 209-232.

<sup>13</sup> Os *Anais de S. Mamede de Lorvão* encontram-se publicados em «Chronicon laurbanense», in *Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Scriptores* (Iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita), vol. I, Lisboa, Typis Academicis, MDCCCLVI, p. 20. São aí designados de *Chronicon laurbanense*, embora, dadas as características tipológicas do texto, seja preferível considerá-los como anais. Apesar de citados nalguns estudos, não foram ainda alvo de nova edição crítica.

<sup>14</sup> Parte substancial das informações avançadas ao longo deste estudo decorre da leitura de Luís Filipe Llach KRUS, *A produção do passado nas comunidades letradas do Entre Minho e Mondego nos séculos XI e XII. As origens da analística portuguesa*, Lisboa, 1998, pp. 2, 3, 9 e 10 (Edição policopiada do sumário pormenorizado da lição-síntese de História Cultural e das Mentalidades Medievais apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, no âmbito da prestação de Provas para Agregado no grupo de disciplinas de História e História de Arte). Embora este trabalho se encontre ainda inédito, algumas informações avançadas pelo autor sobre o texto analístico podem ser vistas em *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa* (Organização e coordenação de Giulia LANCIANI e Giuseppe TAVANI), Lisboa, Editorial Caminho, 1993, s.v. «Historiografia medieval» (L. KRUS), pp. 312-315; e *Dicionário de história religiosa de Portugal* (Direcção de Carlos Moreira AZEVEDO), Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, s.v. «Historiografia. I. Época medieval» (Luís KRUS), pp. 512-523. A este respeito, veja-se também *Dicionário enciclopédico da história de Portugal* (Coordenação: José Costa PEREIRA), vol. I, s.l., Publicações Alfa, 1985, s.v. «Historiografia» (J[osé] M[ATTOSO]), pp. 312-314. É a Rui de AZEVEDO («O mosteiro de Lorvão na reconquista cristã», *Arquivo histórico de Portugal*, vol. I, 1932, pp. 183-239) que devemos o mais completo estudo sobre a génese da comunidade monástica laurbanense (vejam-se ainda Joseph-Maria PIEL, «Sobre a origem do nome do mosteiro de Lorvão», in *Estudos de linguística histórica galego-portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989, pp. 33-35; embora com algumas incorrecções históricas, Correia BORGES, *O mosteiro de Lorvão*, Coimbra, Epartur – Edições Portuguesas de Arte e Turismo, L.<sup>da</sup>, 1977, pp. 7-13; e Nelson Correia BORGES, *Arte monástica em Lorvão. Sombras e realidade. Das origens a 1737*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2002, pp. 67-98).

compilados, sob forma de cópias, os diplomas produzidos pela comunidade monástica moçárabe simbolicamente protegida pelas invocações dos santos mártires Mamede e Paio<sup>15</sup>, entre os finais do século X e os inícios do século XII. Corresponde ao códice n.º 38 dos livros recolhidos ao I.A.N./T.T. por José Basto<sup>16</sup>, tendo o mesmo sido trasladado para a Real Academia das Ciências de Lisboa por Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, em 1793, recebendo então a designação de «Livro dos testamentos de / Lorvaõ, / extratado, e resumido do seu / original, / com algumas piquenas notas, e remissoens; / para uso / da Real Academia das Sciencias de / Lisboa»<sup>17</sup>.

O cartulário em epígrafe, cuja função está também relacionada com a necessidade de reunir e organizar as provas de direito jurisdicional da instituição que o produziu, corresponde a um pequeno in-4.º, de 46 fólhos, escrito em letra visigótica de transição, por mão de mais de um escriba. Integra um total de setenta e cinco diplomas<sup>18</sup>, ao qual foi efectuado, na segunda

---

<sup>15</sup> Sobre as origens hispânicas do culto ao primeiro santo mártir, Carmen GARCÍA RODRÍGUEZ, *El culto de los santos en la España romana y visigoda*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto Enrique Flórez, 1966, p. 197; com uma mais detalhada análise dos respectivos relatos hagiográficos em Manuel C. DÍAZ Y DÍAZ, «La pasión de S. Pelayo y su difusión», *Anuario de estudios medievales*, 6, 1969, pp. 97-116; Juan GIL, «La pasión de S. Pelayo», *Habis*, 3, 1972, pp. 161-200; e Albrecht BERGER, «Die alten Viten des heiligen Mamas von Kaisareia mit einer Edition der Vita BHG 1019», *Analecta bollandiana. Revue critique d'hagiographie*, t. 120, II, Dezembro de 2002, pp. 241-310. Nelson Correia BORGES (*Arte monástica...*, vol. I, pp. 57-60) apresenta uma leitura divergente da que aqui seguimos para a origem do culto de S. Paio.

<sup>16</sup> Nelson Correia BORGES, *Arte monástica...*, vol. I, pp. 67-68, nota 3.

<sup>17</sup> Academia das Ciências, Manuscritos azuis, n.º 585, fls. 1-38, com outros documentos do cartório monástico, provavelmente copiados por João Pedro Ribeiro, nos fls. 69, 87, 90, 94 e 96.

<sup>18</sup> Estes diplomas encontram-se publicados na colecção supra-citada (*Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintundecimum* [Iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita], I: *Diplomata et chartae*, Lisboa, Typis Academicis, MDCCCLXVII). A este respeito, leia-se *Dicionário de história da Igreja em Portugal*, vol. I, Lisboa, 1980, s.v. «Arquivos eclesiásticos» (P.º Avelino de Jesus da COSTA), pp. 533-541. Vejam-se Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorvão...», pp. 184-196, com o respectivo catálogo documental nas pp. 192-196; e Maria José Azevedo SANTOS, «Os “clérigos-notários” em Portugal (séculos XI-XII)», in Maria Helena da Cruz COELHO, Maria José Azevedo SANTOS, Saul António GOMES e Maria do Rosário MORUJÃO, *Estudos de diplomática portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001, pp. 89-90, com outras considerações sobre a importância do cartulário no conjunto dos códices elaborados em contexto monástico. Estudos circunstanciados sobre a produção diplomática na fronteira ocidental do reino de Leão, com abundantes referências à actividade dos monges laurbanenses, em Maria José Azevedo SANTOS, *Da visigótica à carolina. A escrita em Portugal de 882 a 1172 (aspectos técnicos e culturais)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994; e António Joaquim Ribeiro GUERRA, *Os diplomas privados em Portugal dos séculos IX a XII. Gestos e atitudes de rotina dos seus autores materiais*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003 (cf. ainda Maria Helena da Cruz COELHO, «Die Diplomatie in Portugal. Rückblick, Bilanz und aktuelle Fragen», *Archiv für Diplomatik*, vol. 47-48, 2003, pp. 379-410).

metade do século XII, um aditamento de sete outras cartas, em letra que Rui de Azevedo, seguindo a classificação de Millares Carlo, designa de «gótica do século XII»<sup>19</sup>. Dos setenta e cinco diplomas que o compõem, setenta e um (94,66%) apresentam rubrica<sup>20</sup> e quatro (5,33%) não a possuem<sup>21</sup>. Dada a inexistência de denominadores comuns na forma como então se procedeu à leitura de cada acto, não é hoje possível descortinar as razões que terão estado na base desta divergência quanto aos respectivos sumários. Não temos forma de saber por que motivo alguns documentos são antecidos de uma breve rubrica, e outros, pelo contrário, são apresentados apenas sob forma de traslados simples.

O mais antigo diploma aí copiado data de 13 de Abril de 907<sup>22</sup>, e o mais recente, de 28 de Fevereiro de 1117<sup>23</sup>. O cartulário corresponde, por conseguinte, a um *corpus* diplomático em que se coligem, sob forma de cópias, documentos relativos à história da congregação religiosa laurbanense datados ou datáveis dos séculos X a XII, cobrindo, no seu conjunto, cerca de duzentos e dez anos do percurso institucional da comunidade, irregularmente distribuídos pelas três centúrias<sup>24</sup>. A análise do quadro que se segue pode dar-

---

<sup>19</sup> Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorvão...», p. 185. Para além da edição oitocentista do cartulário laurbanense, encontram-se na colecção diplomática supra-citada mais dezasseis exemplares autógrafos, publicados em DC 114 (974.07.22), DC 129 (980.11.12), DC 130 (981.12.22), DC 147 (985.07.22), DC 178 (998.03.15), DC 179 (998.03.21), DC 229 (1016-1017; cf. versão apócrifa resumida do documento em DC 96, com data de 968.01.25), DC 663 (1086.05.16), DC 671 (1086?), DC 791 (1092), DC 800 (1093.12.20), DC 838 (1096.11.01), DC 847 (1097.03), DC 892 (1098), DC 936 (1100.06.13) e DC 945 (1100.12.09). Veja-se Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorvão...», p. 184, nota 2. António Joaquim Ribeiro GUERRA (*Os diplomas privados...*, 2003) efectuou a análise diplomática das cartas que integram o núcleo arquivístico do mosteiro de Lorvão (cf., a este respeito, o levantamento numérico apresentado pelo autor na p. 31, n.º 16, onde se regista, para uma diacronia oscilante entre os anos de 919 e 1199, um total previsto e efectivamente analisado de 253 documentos; sobre a respectiva tipologia documental, cf. ainda os dados apresentados no quadro da p. 42, n.º 16).

<sup>20</sup> I.A.N./T.T., Ordem de Cister, *Mosteiro de Lorvão*, liv. 49: *Livro dos testamentos*, fls. 1, 1 v.º, 2 v.º, 3, 3 v.º, 4 v.º, 5, 6, 6 v.º, 7, 7 v.º, 8 v.º, 9, 10, 10 v.º, 11 v.º, 12, 13, 13 v.º, 14, 14 v.º, 15, 15 v.º, 16, 16 v.º, 17, 17 v.º, 18, 19, 19 v.º, 21 v.º, 22, 22 v.º, 23, 23 v.º, 24, 24 v.º, 25, 25 v.º, 26, 26 v.º, 27, 27 v.º, 28 v.º, 29, 29 v.º, 30 v.º, 31, 32, 32 v.º, 33, 33 v.º, 35, 35 v.º, 36 v.º, 37, 37 v.º, 38 v.º, 39, 39 v.º, 40, 41, 41 v.º e 42. Não foram contabilizados os sete aditamentos da segunda metade do século XII, os quais apresentam igualmente rubrica (fls. 44 v.º, 45, 45 v.º, 46 e 46 v.º).

<sup>21</sup> I.A.N./T.T., Ordem de Cister, *Mosteiro de Lorvão*, liv. 49: *Livro dos testamentos*, fls. 34 v.º, 42 v.º e 43 v.º.

<sup>22</sup> I.A.N./T.T., Ordem de Cister, *Mosteiro de Lorvão*, liv. 49: *Livro dos testamentos*, fl. 13 (pub. em DC 15, de 907.04.13).

<sup>23</sup> I.A.N./T.T., Ordem de Cister, *Mosteiro de Lorvão*, liv. 49: *Livro dos testamentos*, fl. 34 v.º (pub. em Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorvão...», doc. XVIII, de 1117.02.28).

<sup>24</sup> Embora sejam ainda escassos os estudos efectuados a partir das informações contidas no cartulário, vejam-se, a título de exemplo – e exceptuando o mencionado artigo de Rui de

nos alguns pormenores de relevo quanto à composição do mais antigo cartulário português.

QUADRO N.º 1:

**Índice analítico do *Livro dos testamentos* do mosteiro de Lorvão (séc. XII)**

(adapt. de Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorvão...», pp. 192-196)<sup>25</sup>

Numeração	Paginação	Documentação		Publicação	Observações
		Rubrica <sup>26</sup>	Data		
-	v.º do fl. de guarda	[ <i>Anais de S. Mamede de Lorvão</i> ]	c. [1118]	SS, vol. I, p. 20 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 192)	
1	fl. 1	«In primis testamentum de Sancta Christina de Colimbria ad portam de almedina»	933.03.04	DC 37 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 192)	Cf. LOSA, 1983, p. 223, n.º 1
2	fl. 1 v.º	«Testamentum de Nezeron et Tortora de illo ualle de Hiarellas et de Ualle Couo»	967.07.24	DC 94; RAMOS, 1991, pp. 107-109 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 192)	Cf. LOSA, 1983, p. 223, n.º 4

Azevedo, que pode considerar-se ainda hoje a obra de referência sobre o assunto –, António LOSA, «A moeda entre os Moçárabes nos séculos X e XI (segundo o *Liber testamentorum* de Lorvão)», *Revista de Guimarães*, vol. XCIII, Janeiro-Dezembro de 1983, pp. 219-229; e, do mesmo autor, «Moçárabes em território português nos séculos X e XI. Contribuição para o estudo da antroponímia no *Liber testamentorum* de Lorvão», in *Islão e arabismo na Península Ibérica. Actas do XI congresso da União Europeia de arabistas e islamólogos* (Évora-Faro-Silves, 29 Set.-6 Out. 1982) (Editadas por Adel SIDARUS), Évora, Universidade de Évora, 1986, pp. 273-289. Em José Pedro MACHADO, «Arabismos em diplomas (real ou supostamente) do século IX», in *Ensaio arábico-portugueses*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997, pp. 163-178, encontra-se um estudo sobre o vocabulário árabe presente nalguns diplomas do cartulário.

<sup>25</sup> Sobre a importância dos actos conservados no cartulário monástico para a compreensão da história medieval hispânica, veja-se Stéphane BOISSELLIER, «L'apport des archives chrétiennes à la connaissance du Garb al-Andalus. Ressources documentaires et problèmes d'exploitation», in *Fontes da história de al-Andalus e do Gharb* (Editado por Adel SIDARUS), Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical – Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, 2000, pp. 143-157. O mais recente trabalho em que se efectua uma análise diplomática de conjunto do *Livro dos testamentos* encontra-se em Maria Helena da Cruz COELHO, «Análise diplomática da produção documental do *scriptorium* de Lorvão (séculos X-XII)», in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques* (Organização: Departamento de Ciências e Técnicas do Património – Departamento de História), vol. III, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 387-403.

<sup>26</sup> As rubricas apresentadas neste quadro seguem a leitura do autor do índice do *Livro dos testamentos*, divergente em questões de pormenor, no que concerne a critérios de transcrição paleográfica, das normas seguidas na edição oitocentista dos diplomas. Veja-se Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorvão...», p. 192.

3	fl. 2 v.º	«Testamentum de Ranemirus rex de duas partes de Alualad»	943.01.26	DC 50 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 192)	
4	fl. 3	«Testamentum de Gundemirus et Susana de Alualad»	935.09.11	DC 40; RAMOS, 1991, pp. 103-104 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 192)	
5	fl. 3 v.º	«Testamentum de Santius rex de Albalat»	966.11.15	DC 92 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 192)	
6	fl. 4 v.º	«Testamentum de domna Palla de Alualat»	976.08.11	DC 117 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 192)	Cf. LOSA, 1983, p. 225, n.º 12
7	fl. 5	«Karta uenditionis de Abbalat que conparauit Gondemirus et uxor sua Susana»	933.12.01	DC 39 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 192)	Cf. LOSA, 1983, p. 220, n.º 2
8	fl. 6	«Testamentum de uarzenas de Uilella»	968.01.25	DC 95; RAMOS, 1991, pp. 109-110 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 192)	
9	fl. 6 v.º	«Hec est karta de uenditionis de Uilella»	1016-1017	DC 230; RAMOS, 1991, p. 113 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 193)	Data diplomática seg. o calendário da Hégira (DC 230, de 1016-1017: «Era CCCC <sup>os</sup> VII Mense ragiab»); cf. LOSA, 1983, p. 222, n.º 10
10	fl. 7	«Alia karta de uenditionis de Uilella»	1016-1017	DC 229; RAMOS, 1991, p. 112 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 193)	Sem rubrica na edição oitocentista, transcrita a partir de diploma autógrafo, de que se conserva um exemplar truncado no <i>Livro dos testamentos</i> . Data diplomática seg. o calendário da Hégira (DC 229, de 1016-1017: «era CCCC VII mense ragab»); cf. LOSA,

					1983, p. 222, n.º 9
11	fl. 7 v.º	«Teodemirus presbiter de uilla de Aluiaster»	1101.12.04	AZEVEDO, 1932, doc. VII (cf. AZEVEDO, 1932, p. 193)	Sem rubrica na edição de AZEVEDO, 1932. Publicação a partir de diploma autógrafo, de que se conserva um exemplar com variantes no <i>Livro dos testamentos</i>
12	fl. 8 v.º	«Testamentum de Sancto Iacobo de Sausellas»	937.05.28	DC 44 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 193)	
13	fl. 9	«Testamentum de Salas et de uilla de Albiaster»	973.01?09	DC 106 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 193)	Cf. LOSA, 1983, p. 224, n.º 8
14	fl. 10	«Testamentum de Boton de uenditionis»	1018?	DC 240; RAMOS, 1991, p. 115 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 193)	Data diplomática seg. o calendário da Hégira, com a respectiva indicação de era romana (DC 240, de 1018?: «Anno secundo regnum arabum Era CCCCº Xº secundum uero Era romanorum millesimo quinquagesimo sexto ( <i>sic</i> )»); cf. LOSA, 1983, p. 222, n.º 11
15	fl. 10 v.º	«Testamentum de Sancto Martino de Frexeneda»	972.04.30	DC 104 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 193)	Cf. LOSA, 1983, p. 224, n.º 7
16	fl. 11 v.º	«Testamentum de Sancto Bartolomeus in arrualde de Colimbrie»	957.11.02	DC 74 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 193)	Cf. LOSA, 1983, p. 223, n.º 2
17	fl. 12	«Testamentum de Ciluana de Abundantius presbiter»	950.12.02	DC 62; RAMOS, 1991, pp. 104-105 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 193)	
18	fl. 13	«Testamentum de Sancto Martino de Seliobria»	907.04.13	DC 15 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 193)	
19	fl. 13 v.º	«Testamentum de Uentosa de domina Maior»	1092	DC 791 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 193)	Sem rubrica na edição oitocentista,



				193)	transcrita a partir de diploma autógrafa, de que se conserva um exemplar no <i>Livro dos testamentos</i>
20	fl. 14	«Testamentum de Uillauerde supus Uakariza»	974.05.29	DC 113; RAMOS, 1991, pp. 110-111 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 193)	Cf. LOSA, 1983, p. 224, n.º 10
21	fl. 14	«Testamentum de Sancto Cucufati in uilla de Arcus»	943.03.29	DC 51 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 193)	Cf. LOSA, 1983, p. 221, n.º 3
22	fl. 14 v.º	«Testamentum de illa uarzena de Arcus»	961.12.18	DC 85 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 193)	Cf. LOSA, 1983, p. 221, n.º 4
23	fl. 15	«Testamentum de uilla de Ferrariolos»	976.11.01	DC 118 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 193)	Cf. LOSA, 1983, pp. 221 e 225, n.ºs 5 e 13, respectivamente
24	fl. 15 v.º	«Testamentum de Azevedo in terra de Sancta Maria»	978.11.24	DC 125 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 193)	
25	fl. 16	«Testamentum de Recardanes in ripa de Agada»	981	DC 133 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 193)	
26	fl. 16 v.º	«Testamentum de Recardanes et de Belli in ripa de Uauga»	982.09.01	DC 136 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 193)	
27	fl. 17	«Testamentum de Gudesteo de Recardanes»	981.12.23	DC 131 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 193)	
28	fl. 17 v.º	«Testamentum de Palos et de Lamas de Gunzaluo Mendiz»	981.12.22	DC 132 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 193)	Cf. LOSA, 1983, p. 225, n.º 15
29	fl. 18	«Notitia de passales de Recardanes quos fecit Suarius Sandiniz et suos eredes»	[982]	AZEVEDO, 1932, doc. III; RAMOS, 1991, pp. 124-125 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 194)	Diploma não datado, pelo que se efectua a respectiva reconstituição com base na crítica textual, tendo em conta o teor dos documentos constantes de <i>Livro dos testamentos</i> , fl.

					16 e 16 v.º, com as rubricas «Testamentum de Recardanes in ripa de Agada» e «Testamentum de Recardanes et de Belli in ripa de Uauga» (pub. em DC 133, de 981; e DC 136, de 982.09.01)
30	fl. 19	«Testamentum de Sancto Uincenti de Peraria in terra de Sancta Maria»	[1102].03.18	DC 189 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 194)	Diploma mal datado, correspondendo a respectiva data crítica ao ano de [1102], com situação paralela em DC 187 ([1102]), seg. proposta de Luís de CÁCEGAS («Idade Média. Notas de história e de crítica», <i>Brotéria</i> , vol. XXI, fasc. IV, Julho de 1923, pp. 273-274) e Alfredo PIMENTA («A cathedral mozárabe de Coimbra, no século XI», in <i>Idade-Média (problema &amp; soluções)</i> , Lisboa, Edições Ultramar, 1946, p. 17)
31	fl. 19 v.º	«Testamentum de Figaria et de Uillare Teliado et de Kazomes [1] – De media de Figaria [2] – De Uillare Teliado [3] – Alio testamentum de Uillare Teliado [4] – Alio testamentum de Uillare Teliado [5] – Testamentum de Salce integro [6] – De	[966-985] e [985-998]	DC 116 (rubrica [8]); AZEVEDO, 1932, doc. II (rubricas [1] a [8]) (cf. AZEVEDO, 1932, p. 194)	Diplomas não datados, pelo que se efectuam as respectivas reconstituições com base na crítica textual (abaciado de Primo, aplicável às rubricas [2], [4] e [5]; e de Benjamim, às rubricas [1], [3], [6] e [7]). Edição oitocentista aplicável apenas à rubrica [8], em diploma republicado, com

		<b>uilla de Cazomes cum sua ecclesia [7] – De uilla Larzana et de uarzena [8]»</b>			alterações na leitura paleográfica, por AZEVEDO, 1932; cf. LOSA, 1983, p. 225, n.º 11
32	fl. 21 v.º	<b>«Testamentum de Uilla Coua de condessa domna Oneca»</b>	928.12.05	DC 34 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 194)	
33	fl. 22	<b>«Testamentum de uarzenas in ripa de Mondeco et ipso porto integro»</b>	938.08.06	DC 47 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 194)	
34	fl. 22 v.º	<b>«Nos omnes de Uilla Coua qui debemus a dare illo tributo ad monasterio Laurbanus id sumus»</b>	[966-985]	AZEVEDO, 1932, doc. I; MERÊA, 1949, doc. 2; RAMOS, 1991, pp. 123-124 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 194)	Diploma não datado, pelo que se efectua a respectiva reconstituição com base na crítica textual (abaciado de Primo)
35	fl. 23	<b>«Diuisione inter ambas Uillas Couas et Alquinitia»</b>	936.08.06	DC 42 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 194)	
36	fl. 23 v.º	<b>«Testamentum de Uilla Coua de loazino»</b>	998.03.21	DC 179 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 194)	Sem rubrica na edição oitocentista, transcrita a partir de diploma autógrafa, de que se conserva um exemplar no <i>Livro dos testamentos</i> ; cf. LOSA, 1983, pp. 221-222, n.º 8
37	fl. 24	<b>«Testamentum de Uilla Coua de Ildras presbiter»</b>	1051.08.07	DC 379 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 194)	Data diplomática duvidosa, tendo em conta o isolamento cronológico do diploma, seg. interpretação de Rui de AZEVEDO («O mosteiro de Lorvão...», p. 208); cf. LOSA, 1983, p. 226, n.º 19
38	fl. 24 v.º	<b>«Testamentum de Uilla Coua de Zacarias»</b>	1012.02.01	DC 217 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 194)	
39	fl. 25	<b>«Testamentum</b>	927.03.25	DC 33 (cf.	Cf. LOSA, 1983,

		de Uilla Coua de Samuel presbiter de uenditionis»		AZEVEDO, 1932, p. 194)	p. 220, n.º 1
40	fl. 25 v.º	«Testamentum de Algazala de Ordonius rex et de Lauredo»	[914-924].09.04	DC 2 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 194)	Diploma mal datado, pelo que se efectua a respectiva reconstituição com base na crítica textual (reinado de Ordonho II); comentário linguístico em MACHADO, 1997
41	fl. 26	«Testamentum de Alquinitia de Seculare et Abuzat»	992.06.15	DC 165 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 194)	
42	fl. 26 v.º	«Testamentum de Alquinitia de Gaudinas et Conposta»	980.02.25	DC 127 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 194)	
43	fl. 27	«Testamentum de Olibaria de Atila presbiter et de illa ecclesia»	984	DC 143 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 194)	
44	fl. 27 v.º	«Testamentum de Mucella de Ismael presbiter in ripa de Aluia»	946	DC 55 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 194)	
45	fl. 27 v.º	«Testamentum de Cerzeto in ripa de Aluia et uilla Serpinis in ripa de Seira et uilla de Padalares»	961.03.25	DC 83 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 194)	Cf. I.A.N./T.T., Ordem de Cister, <i>Mosteiro de Lorvão</i> , liv. 49: Livro dos <i>testamentos</i> , fl. 43 v.º
46	fl. 28 v.º	«Testamentum de uilla de Idriz et de suo seruo nomine Picon»	[911].09.28	DC 3 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 195)	Diploma mal datado, pelo que se efectua a respectiva reconstituição com base na crítica textual (reinado de Ordonho II); comentário linguístico em MACHADO, 1997
47	fl. 28 v.º	«Testamentum de uilla Gondelini de domna Tegla»	984.01.06	DC 139 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 195)	Outra versão do diploma em DC 22 (919.08.24), tida como exemplar autógrafo pelo editor oitocentista

					e falso por Rui de AZEVEDO («O mosteiro de Lorvão...», pp. 190-191) e António CRUZ (Do início da reconquista..., p. 304)
48	fl. 29	«Alia carta de tertia de Gondelini et de Oneca Lucidi»	985.04.25	DC 145 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 195)	
49	fl. 29 v.º	«Testamentum de tertia de Gondelini que fecit Gondesindus»	919.08.24	DC 23 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 195)	
50	fl. 30 v.º	«Testamentum de Mortalago que fecit Ovecus comes»	985.07.22	DC 148 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 195)	Cf. I.A.N./T.T., Ordem de Cister, <i>Mosteiro de Lorvão</i> , liv. 49: <i>Livro dos testamentos</i> , fl. 31 (pub. em DC 154, de 988.09.21); cf. LOSA, 1983, p. 225, n.º 17
51	fl. 31	«Alio testamento de Mortalago que fecit Munnio Gundisaluiz»	988.09.21	DC 154 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 195)	Cf. I.A.N./T.T., Ordem de Cister, <i>Mosteiro de Lorvão</i> , liv. 49: <i>Livro dos testamentos</i> , fl. 30 v.º (pub. em DC 148, de 985.07.22)
52	fl. 32	«Testamentum de Uilla Maiore in ripa de Seira»	973.03.22	DC 108 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 195)	Cf. LOSA, 1983, p. 224, n.º 9
53	fl. 32	«Testamentum de foz de Pavia de illas uarzenas integras»	[966-985]	DC 49 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 195)	Diploma mal datado, pelo que se efectua a respectiva reconstituição com base na crítica textual (abaciado de Primo)
54	fl. 32 v.º	«Testamentum in ripa de Seira illa uilla»	978.04.24	DC 122 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 195)	
55	fl. 32 v.º	«Testamentum de uilla de Serpinis»	943.09.01	DC 52 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 195)	
56	fl. 33	«Testamentum	970.04.24	DC 101 (cf.	Cf. I.A.N./T.T.,

		<b>de monasterio Bacalusti in ripa Durio»</b>		AZEVEDO, 1932, p. 195)	Ordem de Cister, <i>Mosteiro de Lorvão</i> , liv. 49: <i>Livro dos testamentos</i> , fl. 33 v.º (pub. em DC 107, de 973.03.22, falso ou interpolado); cf. LOSA, 1983, p. 224, n.º 6
57	fl. 33 v.º	<b>«Testamentum de monasterio Bacalusti in ripa Durio»</b>	973.03.22	DC 107 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 195)	Cf. I.A.N./T.T., Ordem de Cister, <i>Mosteiro de Lorvão</i> , liv. 49: <i>Livro dos testamentos</i> , fl. 33 (pub. em DC 101, de 970.04.24). Diploma falso ou interpolado
58	fl. 34 v.º	<b>Sem rubrica</b>	1117.02.28	AZEVEDO, 1932, doc. XVIII (cf. AZEVEDO, 1932, p. 195)	
59	fl. 35	<b>«Testamentum de uilla Traxede cum suo monasterio»</b>	981.12.22	DC 130 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 195)	Sem rubrica na edição oitocentista, transcrita a partir de diploma autógrafo, de que se conserva um exemplar no <i>Livro dos testamentos</i> ; cf. LOSA, 1983, p. 225, n.º 15
60	fl. 35 v.º	<b>«Testamentum de Rido de Asinus et de Speraindeo»</b>	961.11.12	DC 84 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 195)	Cf. LOSA, 1983, p. 223, n.º 3
61	fl. 36 v.º	<b>«Testamentum de Frogia presbiter de Sancta Eolalia de Rido de Asinus»</b>	1098	DC 892 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 195)	Sem rubrica na edição oitocentista, transcrita a partir de diploma autógrafo, de que se conserva um exemplar no <i>Livro dos testamentos</i>
62	fl. 37	<b>«Testamentum de Trasmiro Sandiz in Rido de Asinus»</b>	1115.08.18	AZEVEDO, 1932, doc. XV (cf. AZEVEDO, 1932, p. 195)	

63	fl. 37 v.º	«Testamentum de Molnellos que fecit Ermigius presbiter»	1101.06.01	AZEVEDO, 1932, doc. VI (cf. AZEVEDO, 1932, p. 195)	Diploma autógrafo (?), registado, com variantes, num exemplar do <i>Livro dos testamentos</i>
64	fl. 38 v.º	«Testamentum laurbanensis cenobii abbati Eusebii»	1116.03.19	AZEVEDO, 1932, doc. XVI (cf. AZEVEDO, 1932, p. 195)	Diploma autógrafo, registado num exemplar truncado do <i>Livro dos testamentos</i>
65	fl. 39	«Testamentum de Ribulo Frigido»	952.11.13	DC 65; RAMOS, 1991, pp. 105-106 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 195)	
66	fl. 39 v.º	«Testamentum de Randulfo Zuleimaz»	1116.10	AZEVEDO, 1932, doc. XVII (cf. AZEVEDO, 1932, p. 196)	
67	fl. 40	«Testamentum de Talaueiro»	980.05.28	DC 128 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 196)	Cf. LOSA, 1983, p. 225, n.º 14
68	fl. 41	«Testamentum de Anzana»	937.11.18	DC 45 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 196)	
69	fl. 41	«De molinos de Forma»	978.04.15	DC 123; RAMOS, 1991, p. 126 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 196)	
70	fl. 41	«Annuncione de Molinos de Forma»	[1064-1086]	AZEVEDO, 1932, doc. IV (cf. AZEVEDO, 1932, p. 196)	Diploma não datado, pelo que se efectua a respectiva reconstituição com base na crítica textual (priorado de Aires)
71	fl. 41 v.º	«De uillo [sic] Outil»	927.01.24	DC 32 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 196)	
72	fl. 42	«Testamentum de uillas»	954.03.11	DC 68 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 196)	
73	fl. 42 v.º	Sem rubrica		cf. AZEVEDO,	Diploma truncado

				1932, p. 196	
74	fl. 43 v.º	<b>Sem rubrica</b>		cf. AZEVEDO, 1932, p. 196	Diploma truncado e interpolado. Cf. I.A.N./T.T., Ordem de Cister, <i>Mosteiro de Lorvão</i> , liv. 49: <i>Livro dos testamentos</i> , fl. 27 v.º (pub. em DC 83, de 961.03.25)
75	fl. 43 v.º	<b>Sem rubrica</b>	977.07.12	DC 121; RAMOS, 1991, pp. 111-112 (cf. AZEVEDO, 1932, p. 196)	Cf. LOSA, 1983, p. 221, n.º 6
76	fl. 44 v.º	<b>«Testamentum de Midones»</b>	1131.06	cf. AZEVEDO, 1932, p. 196	Aditamento da segunda metade do século XII
77	fl. 45	<b>«Karta de Abrafemes»</b>	1159.09	cf. AZEVEDO, 1932, p. 196	Aditamento da segunda metade do século XII
78	fl. 45 v.º	<b>«Karta de Abrafemes»</b>	1159.09	cf. AZEVEDO, 1932, p. 196	Aditamento da segunda metade do século XII
79	fl. 45 v.º	<b>«Karta de Abrafemes»</b>	[segunda metade do século XII].05.22	cf. AZEVEDO, 1932, p. 196	Aditamento da segunda metade do século XII
80	fl. 46	<b>«Karta de Abrafemes»</b>	1160.03	cf. AZEVEDO, 1932, p. 196	Aditamento da segunda metade do século XII
81	fl. 46	<b>«Karta de Abrafemes»</b>	1163.01	cf. AZEVEDO, 1932, p. 196	Aditamento da segunda metade do século XII
82	fl. 46 v.º	<b>«Karta de Abrafemes»</b>	[segunda metade do século XII]	cf. AZEVEDO, 1932, p. 196	Aditamento da segunda metade do século XII. Diploma truncado
	fl. de guarda; frag. de doc. visigótico alheio ao códice				

A análise do quadro acima apresentado permite-nos constatar o predomínio de diplomas datados ou datáveis do século X na composição do



cartulário monástico, os quais perfazem números superiores ao registado, em conjunto, para os séculos XI e XII. Esta afirmação é ainda válida se tivermos em conta os vários aditamentos efectuados na segunda metade desta última centúria, o que significa que as actualizações a que o *corpus*, enquanto memória de arquivo, esteve sujeito, numa fase crucial da afirmação de Coimbra como diocese e capital do Condado Portucalense, sobretudo a partir de 1131, não vieram alterar a concentração cronológica de diplomas atribuíveis à história remota da comunidade monástica.

Este aspecto permite-nos, naturalmente, pôr em evidência a importância da actividade de produção de registos da prática no mosteiro laurbanense<sup>27</sup> nos tempos subsequentes à sua provável fundação, após a presúria de Coimbra por Hermenegildo Guterres<sup>28</sup>, em 878, no reinado de Afonso III das Astúrias<sup>29</sup>. Se podemos atribuir à comunidade laurbanense a maior parte dos

---

<sup>27</sup> Maria Helena da Cruz COELHO, «Análise diplomática...», pp. 387-403.

<sup>28</sup> José MATTOSO, «As famílias condaís portucalenses dos séculos X e XI», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*, s.l., Círculo de Leitores, 2001, p. 87, ref.<sup>a</sup> A.

<sup>29</sup> Subsistem ainda hoje dúvidas sobre a data exacta de fundação do mosteiro, embora seja provável a existência de uma igreja no local em meados do século VI. Se é possível identificar-se com Lorvão a paróquia sufragânea da diocese de Conímbriga designada pelo *Parochiale sueuum* como «Lurbine» (PS, IV.4: ed. Pierre DAVID, Turnhout, 1965, p. 416; sendo a sede diocese mais tarde transferida para Coimbra, como o atesta PV: ed. L. VÁZQUEZ DE PARGA e J. LECLERCQ, Turnhout, 1965, pp. 424 e 427, colocada respectivamente nas *Recensiones prior e altera* sob dependência de Mérida e de Braga; com o apoio bibliográfico de A. de Almeida FERNANDES, *Paróquias suevas e dioceses visigóticas*, Arouca, Associação para a Defesa da Cultura Arouquense – Câmara Municipal de Tarouca, 1997, pp. 87-88; e, a título geral, Jorge L. QUIROGA e Mónica R. LOVELLE, «Reflexiones sobre la evolución de la organización territorial diocesana y parroquial en el Norte de Portugal (s. IV-VIII)», *Revista portuguesa de história*, t. XXXI, vol. 2, 1996, pp. 19-63), tal facto não pressupõe, ao contrário do que crê Nelson Correia BORGES (*O mosteiro de Lorvão...*, p. 6; «Lucêncio, bispo de Conímbriga, e as origens do mosteiro de Lorvão», *Conímbriga*, vol. XXIII, 1984, pp. 143-158; e *Arte monástica...*, vol. I, pp. 53-57 e 60-62), a existência de uma comunidade monástica no local em tão recuada época (a favor da existência do mosteiro nos finais do século VI, associado a uma eventual vila com igreja privada convertida em sede de paróquia, Jorge de ALARCÃO, In *territorio Colimbrie: lugares velhos (e alguns deles, deslembrados) do Mondego*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2004, pp. 16-17 e 87-88). A elevação da primitiva igreja à condição de aula monástica, na sequência da instalação de uma comunidade submetida ao tradicional regime do *codex regularum*, deve ter-se dado logo após a presúria de Coimbra, nos finais do século IX, sob influência da família condal conimbricense, que talvez tenha procurado aí implantar o modelo de monaquismo difundido no seu território de origem. Assim o sugere o facto de a primeira referência documental à presença de uma comunidade datar dos inícios da centúria seguinte, sendo particularmente abundantes os diplomas que atestam o interesse depositado por aquela família no desenvolvimento da sua primeira moldura patrimonial. Na peugada de Rui de AZEVEDO («O mosteiro de Lorvão...», pp. 197-201; seguido por Maria Alegria Fernandes MARQUES, «Evolução do monaquismo feminino, até ao século XIII, na região de Entre Douro e Tejo. Notas para uma investigação», in *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, p. 24, apêndice I), cremos não existirem argumentos seguros que autorizem o recuo da data de fundação do

diplomas relativos ao território a Sul do rio Douro exarados ao longo do século X, é, contudo, sobre a comunidade vacaricense que recai, no decurso da centúria seguinte, uma mais intensa actividade de produção de cartas, igualmente conservadas sob forma de cópias e reunidas no *Livro preto* da Sé de Coimbra, no qual foram incorporados depois da redução do mosteiro à condição de igreja paroquial da diocese conimbricense, em 1094. Em ambos os casos, por se tratar de registos de inventário patrimonial ou de actos de permuta, compra e venda ou de doação, protagonizados, individual ou colectivamente, por personagens das mais variadas condições sociais, que, por razões nem sempre claras, se libertam das suas riquezas procurando obter a protecção espiritual oferecida pelos colégios monásticos, a funcionalidade dos actos deve compreender-se sobretudo no plano jurídico. O papel desempenhado pela família condal conimbricense, no seio da qual emergem,

---

mosteiro para além do ano de 878, até porque, segundo recentes estudos no campo da história da arte alto-medieval (veja-se Joana Ramôa MELO, «Estudos sobre a arte moçárabe – O estado da questão», *Revista de história da arte*, n.º 3, 2007, pp. 305-323), é hoje necessário rever as antigas propostas de atribuição, à época visigótica, de elementos arquitectónicos encontrados na região do Mondego, um dos quais tido como principal fundamento da hipótese levantada pelo primeiro autor para as origens do mosteiro, e que, na verdade, encontra paralelos noutros testemunhos artísticos atribuíveis a um período coevo ou posterior aos finais do século IX (leia-se, a título geral, Paulo Almeida FERNANDES, «Ecletismo. Classicismo. Regionalismo. Os caminhos da arte cristã no Ocidente peninsular entre Afonso III e al-Mansur», in *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)* [Actas dos seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003, e Porto, 4 e 5 de Abril de 2003; coordenação de Mário Jorge BARROCA e Isabel Cristina F. FERNANDES], Palmela, Câmara Municipal de Palmela – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 293-310; com o mais específico contributo de Luis CABALLERO ZOREDA, «Un canal de transmisión de lo clásico en la Alta Edad Media española. Arquitectura y escultura de influjo omeya en la Península Ibérica entre mediados del siglo VIII e inicios del siglo X», *Al-Qantara. Revista de estudios árabes*, vol. XV, fasc. 2, 1994, pp. 321-348; e Manuel Luís REAL, «Inovação e resistência: dados recentes sobre a Antiguidade cristã no Ocidente peninsular», in *IV reunió d'arqueologia cristiana hispànica. IV reunião de arqueologia cristã hispànica* [Lisboa, 28-30 de setembro/1-2 d'octubre de 1992. Lisboa, 28-30 Setembro/1-2 Outubro 1992] [Edició a cura de Josep M. GURT I NÚRIA TENA], Barcelona, Institut d'Etudis Catalans/Secció Històrico-Arqueològica – Universitat de Barcelona/Institut d'Arqueologia i Prehistòria – Universidade Nova de Lisboa/FCSH/Dep. de História da Arte, 1995, pp. 17-68; e, do mesmo autor, «Os Moçárabes do *Gharb* português», in *Portugal islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo* [Coordenação científica de Santiago MACIAS e Cláudio TORRES], Lisboa, Ministério da Cultura – Instituto Português de Museus – Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 35-56). A caracterização mais exaustiva do núcleo artístico conimbricense deve-se a M. Justino MACIEL, *Antiguidade Tardia e paleocristianismo em Portugal*, Lisboa, Edição do Autor, 1996, pp. 183-190, com amplo comentário à decoração arquitectónica paleocristã, em contexto suevo-visigótico, de *Conimbriga* e *Aeminium*, e inventário morfológico pormenorizado das peças nas pp. 283-292. Este trabalho, contudo, deve ser lido à luz do que escreveu Paulo Almeida FERNANDES, «O ajimez moçárabe reaproveitado no castelo de Soure», in *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500). Actas do simpósio internacional sobre castelos* (Coordenação de Isabel Cristina Ferreira FERNANDES), Lisboa, Edições Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 795-801.

com Gonçalo Moniz<sup>30</sup> e seu filho Froila Gonçalves<sup>31</sup>, os mais ilustres patronos das duas comunidades monásticas na transição do século X para o século XI, embora ao longo destas centúrias o colectivo dos monges se tenha integrado também noutras variadas esferas de relacionamento social, é disso o mais claro exemplo. Tanto no *Livro dos testamentos* como no *Livro preto*, as cartas que nos falam do percurso institucional dos monges laurbanenses e vacaricenses não deixam, em diversas ocasiões, de nos remeter para as práticas de benfeitoria devidas a estas duas figuras, cujas famílias contribuíram, em grande medida, para o desenvolvimento das respectivas riquezas fundiárias sob condicionalismos que importa averiguar mais detalhadamente.

A conjuntura adversa a novas fundações monásticas que caracteriza o século XI, sobretudo a sua segunda metade, de que é testemunho a progressiva extinção de várias comunidades ou a sua tendencial absorção por instituições dotadas de um maior poder e influência nas respectivas áreas jurisdicionais, não impediu que estes mosteiros se desenvolvessem e mantivessem relações privilegiadas com a nobreza condal e infancional estabelecida em território conimbricense e portugalense. Ambas as instituições beneficiaram da sua aproximação às mais poderosas famílias da nobreza tradicional hispânica instaladas a Sul do rio Douro, sendo disso resultado o grau de prosperidade que vai caracterizar o seu percurso ao longo daquelas centúrias.

Considerados estes aspectos, é fácil compreender por que razão o *Livro dos testamentos* do mosteiro de Lorvão exprime, nas primeiras décadas do século XII, uma primeira tentativa de compilação dos actos que configuram a memória do património monástico. Por nele se terem reunido os diplomas que atestam o crescimento da comunidade desde os inícios do século X até aos inícios do século XII, o que está aqui em causa é também uma forma de se conceber o passado como momento digno de registo e salvaguarda para as futuras gerações de monges, como se essa salvaguarda representasse a

---

<sup>30</sup> José MATTOSO, «As famílias condaís portugalenses dos séculos X e XI», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa...*, p. 92, ref.<sup>a</sup> D.

<sup>31</sup> José MATTOSO, «As famílias condaís portugalenses dos séculos X e XI», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa...*, p. 94, ref.<sup>a</sup> E.

melhor garantia de um tempo em que o mosteiro pôde acumular sucessivas riquezas e aproximar-se dos mais influentes círculos sociais do seu tempo.

Tratando-se do primeiro cartulário monástico produzido em contexto moçárabe em território de fronteira, o *Livro dos testamentos* surge também como projecção de uma identidade comunitária, cujo entendimento passa pela análise do respectivo contexto de produção e recepção histórico. A documentação produzida pelos monges e ainda hoje conservada é relativamente abundante, apesar de grande parte dos respectivos fundos arquivísticos, na sua maioria dispersos pelo País – vários livros foram transferidos para a Repartição da Fazenda do distrito de Coimbra em 1897, sendo o Arquivo Distrital de Braga, o Arquivo da Universidade de Coimbra, a Biblioteca Nacional de Lisboa, a Biblioteca Pública de Évora e, naturalmente, o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo os principais núcleos documentais para a sua reconstituição orgânica – se reportar a um período da história monástica já posterior ao século XII<sup>32</sup>. No que respeita à documentação produzida até à data de fixação dos anais de 1118, o destaque recai sobre este último arquivo. As datas extremas do fundo, hoje distribuído por várias unidades de instalação, correspondem aos séculos X e XIX, estando neles guardados documentos de variada tipologia. Entre os testemunhos integráveis no período que vai até aos finais do século XVI, encontram-se livros contendo «privilégios régios concedidos ao mosteiro, forais, tombos de propriedades, livros de foros e rendas, sentenças, prazos, aforamentos, etc.», tal como documentos avulsos correspondentes a «bulas pontifícias, privilégios e cartas régias, instrumentos de posse, emprazamentos, aforamentos, arrendamentos, doações, testamentos, contendas, cartas de quitação, procurações, cartas de venda, sentenças, cartas de partilhas, traslados, reconhecimentos e renúncias de emprazamentos, encampações, entre outros»<sup>33</sup>. Para a caracterização do respectivo *scriptorium*, tão importante quanto isto é o facto de se ter seguido à elaboração do próprio códice, como testemunho da actividade de cópia de manuscritos desenvolvida pelo colectivo dos monges num momento em que se

---

<sup>32</sup> Bernardo Vasconcelos e SOUSA (dir.), Isabel Castro PINA, Maria Filomena ANDRADE e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva SANTOS, *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento. Guia histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 66 e 118-119.

<sup>33</sup> Bernardo Vasconcelos e SOUSA (dir.), Isabel Castro PINA, Maria Filomena ANDRADE e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva SANTOS, *Ordens religiosas...*, p. 118.

encontram já reunidos e conservados os registos da sua mais recuada produção diplomática, um período de notável produção de manuscritos iluminados na livraria monástica, de que são exemplos o *Livro das aves*, o *Comentário de St.º Agostinho aos Salmos* ou o *Apocalipse*.

## **1.2. Os Anais de S. Mamede de Lorvão**

Tributário de um interesse generalizado por tudo aquilo que se refere aos conhecimentos humanos, o novo espírito científico emergente no Portugal de finais do século XVIII ganha um particular destaque quando, na sequência da aprovação dos estatutos da Academia Real das Ciências de Lisboa – instituição fundada sob os auspícios da rainha Maria I e por iniciativa de João Carlos de Bragança, duque de Lafões, e Luís António Furtado de Castro de Rio de Mendonça e Faro, conde de Barbacena, em conjunto com o padre José Francisco Correia da Serra, em 1779 –, se procura definir uma nova filosofia de aberto estímulo à cultura e à propagação das ciências<sup>34</sup>.

Evidencia-se então uma particular apetência pela recolha de informações susceptíveis de contribuir para um renovado impulso da investigação histórica no País, nomeadamente através de um desenvolvido programa de acções editoriais, orientado segundo paradigmas eruditos e pautado por escrupulosos critérios metodológicos e científicos. É neste quadro que, inspirado em trabalhos análogos levados a cabo no estrangeiro, Alexandre Herculano propõe à Academia, em 1852, a publicação de uma colectânea de documentos referentes à história do País entre os séculos VIII e XV<sup>35</sup>. A empresa culmina com a edição de um conjunto de volumes de natureza bastante diversa, reunidos sob a designação de *Portugaliae monumenta*

---

<sup>34</sup> Observações detalhadas sobre a génese da instituição no espírito científico das Luzes em Luís Reis TORGAL «Um novo espírito científico – a Academia Real das Ciências», in Luís Reis TORGAL, José Maria Amado MENDES e Fernando CATROGA, *História da história em Portugal. Séculos XIX-XX*, vol. I: *A história através da história*, s.l., Temas e Debates, 1998, pp. 31-35, com informações adicionais sobre a sua acção editorial no artigo, publicado na mesma obra, da autoria de J. Amado MENDES, «Contributo da Academia Real das Ciências de Lisboa», pp. 203-205. Síntese geral em Luís A. de Oliveira RAMOS, «A Academia Real das Ciências», in *Memória de Portugal. O milénio português* (Coordenação geral de Roberto CARNEIRO; coordenação científica de Artur Teodoro de MATOS), Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 410-411.

<sup>35</sup> Veja-se *Dicionário de história de Portugal* (Dirigido por Joel SERRÃO), vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1984, s.v. «*Portugaliae monumenta historica*» (M[aria] T[eresa] C[ampos] R[ODRIGUES]), pp. 151-152.

*historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum*, embora integrados em três diferentes secções, às quais é posteriormente acrescentada uma quarta<sup>36</sup>:

**Scriptores** (1856): compilação de fontes de tipologia diversa, com destaque para obras de historiografia e hagiografia, entre as quais se encontra o texto, aí denominado «Chronicon laurbanense», que constitui alvo da nossa atenção ao longo deste trabalho;

**Leges et consuetudines** (1856): colecção de legislação e jurisprudência, abrangendo os reinados de Fernando I de Leão a Afonso III de Portugal, subdividida em quatro partes: em primeiro lugar, a legislação vigente no reino nos inícios do século XII, inaugurando o conjunto das secções destinadas à apresentação das fontes jurídicas relativas à história do reino; em segundo, as leis gerais, dos inícios da Nacionalidade ao reinado de Afonso III de Portugal; em terceiro, os forais, do reinado de Fernando I de Leão ao de Afonso III de Portugal, constituindo a secção de direito público municipal; e, por fim, em quarto, os costumes e os foros, configurando a secção de direito privado e direito consuetudinário municipal;

**Diplomata et chartae** (1867): compilação constituída por uma primeira secção de novecentos e cinquenta e dois diplomas avulsos, correspondentes a actos públicos e privados – dos quais cerca de oitenta pertencentes ao cartório monástico laurbanense, correspondentes a cartas avulsas ou integradas no *Livro dos testamentos* –, provenientes de diversos fundos arquivísticos e ordenados de acordo com um critério estritamente cronológico, dos finais do século VIII aos finais do século XI; e uma segunda secção, que corresponderia a uma colectânea de diplomas seleccionados, dos inícios

---

<sup>36</sup> Leia-se Harry BERNSTEIN, *Alexandre Herculano (1810-1877). Portugal's prime historian and historical novelist*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1983, pp. 118-131.

do século XII aos finais do século XV, mas que nunca chegou a ser publicada;

***Inquisitiones*** (volume único, subdividido em seis fascículos, de 1888, 1891, 1897 e 1917): colecção sem paralelo em trabalhos similares editados no estrangeiro, constituída pelas inquirições gerais de 1220, realizadas no reinado de Afonso II de Portugal, e as de 1258, sob Afonso III.

Em larga medida, à publicação desta obra está subjacente o interesse dos respectivos organizadores pela divulgação, segundo rigorosos critérios metodológicos e científicos, das fontes originais indispensáveis ao desenvolvimento da historiografia portuguesa nos meados do século XIX, tal como ela se concebia nos meios académicos mais exigentes de então. Estimulada pela Academia através de um alargado plano de investigação, sistematização e compilação de documentos em secções diferenciadas – facto que veio a perseguir os objectivos previamente formulados no programa de actividades apresentado pelos membros da secção de História e Antiguidades da Academia ao Parlamento, aprovado com uma dotação anual destinada, com oscilações, à publicação do *corpus* –, esta importante colectânea passou, a partir de então, a integrar um leque diversificado de textos, sobretudo de carácter historiográfico e hagiográfico.

Entre os primeiros, a tónica recai sobre o conjunto de memórias analísticas e cronísticas publicado na secção *Scriptores*, em 1856. É neste *corpus* que encontramos as primeiras publicações em moldes eruditos das fontes que serviram mais tarde para a elaboração da edição crítica dos *Annales portucaleses ueteres*, da autoria de Pierre David, em 1947, com base nos textos a que a crítica veio a atribuir uma origem relacionada com as comunidades monásticas de St.º Tirso de Riba de Ave, S. Salvador de Grijó e St.ª Cruz de Coimbra, não obstante o facto de este autor ter analisado os manuscritos copiados neste último mosteiro, tal como no de St.ª Maria de Alcobaça, nos séculos XII e XIII, e deles extraído informações que vieram

alargar o nosso conhecimento sobre esta tipologia de fontes<sup>37</sup>. Para além disto, a importância do *corpus* de 1856 está também relacionada com o facto de os respectivos autores terem disponibilizado uma nova edição do texto dos *Anais de S. Mamede de Lorvão*, a que deram o nome de «Chronicon laurbanense» – publicada no quinto título da secção supra-citada, ocupando, pela sua brevidade, uma única página da colectânea documental –, a par de várias outras obras congéneres, cuja relevância para o estudo da fronteira ocidental hispânica na Alta Idade Média é por demais evidente<sup>38</sup>. Embora não se tratando da primeira edição dos textos transmitidos no *Livro dos testamentos*, que se deve, para a relação de *nomina* abaciais patentes em [NA], a Fr. Manuel da Rocha, no seu *Portugal renascido. Tratado historico-critico-chronologico, em que à luz da verdade se dão manifestos os successos de Portugal do seculo decimo depois do nascimento de Christo Senhor Nosso*, publicado em Lisboa, na Oficina de José António da Silva, no século XVIII<sup>39</sup>; e, para a relação de *nomina* régios constante de [NR], seguida das seis efemérides históricas propriamente ditas, a João Pedro Ribeiro, na primeira parte do quarto tomo de *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, dado à estampa em Lisboa, na

---

<sup>37</sup> Pierre DAVID, «Annales portugalenses veteres», in *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI<sup>e</sup> au XII<sup>e</sup> siècle*, Lisboa – Paris, Livraria Portugália Editora – Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1947, pp. 257-340, com uma densa problematização sobre os aspectos de ordem codicológica subjacentes à transmissão dos textos nas pp. 261-290. Decorridos cinquenta anos desde a publicação do *corpus*, continuam válidas as observações críticas então efectuadas pelo autor, sobretudo nas pp. 313-340. O texto de base estabelecido em 1947 por Pierre David seria mais tarde aproveitado por outros investigadores para a elaboração de algumas antologias de textos medievais, onde se incluem passagens extraídas da analística monástica dos séculos XI e XII nas versões analisadas neste trabalho. A este respeito, *Fontes medievais da história de Portugal* (Seleccção, prefácio e notas de Alfredo PIMENTA), vol. I: *Anais e crónicas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1948, pp. 10-13 e 25-26; e *Anais, crónicas breves e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra* (Textos publicados com uma introdução por António CRUZ), Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1968, pp. 27-28 e 69-88. O texto que está na base do *Livro da noa* encontra-se traduzido para português em *Antologia da historiografia portuguesa* (Organização, prefácio e notas de A. H. de Oliveira MARQUES), vol. I: *Das origens a Herculano*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1974, pp. 62-63. Para efeitos de comparação da analística conimbricense com a portugalense, recorreremos à obra do primeiro autor.

<sup>38</sup> Pouco depois desta edição, foi incluída uma entrada relativa aos *anais* na *Bibliotheca historica medii aevi. Wegweiser durch die Geschichtswerke des europäischen Mittelalters von 375-1500* (Vollständiges Inhaltsverzeichnis zu “Acta Sanctorum” der Bollandisten; Anhang Quellenkunde für die Geschichte der europäischen Staaten während des Mittelalters von August POTTHAST), Berlim, Hugo Kastner & C<sup>ie</sup>, 1862, p. 218.

<sup>39</sup> Fr. Manoel da ROCHA, *Portugal renascido. Tratado historico-critico-chronologico, em que à luz da verdade se dão manifestos os successos de Portugal do seculo decimo depois do nascimento de Christo Senhor Nosso*, Lisboa occidental, Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1730, p. 147.



Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, no século XIX<sup>40</sup>, acabou por permitir uma fixação do texto mais consentânea com as exigências do trabalho historiográfico da época, vindo, também por isso, a transformar-se na edição de referência dos investigadores que procuraram, desde então, compreender as especificidades da obra enquanto fonte histórica. Onze anos depois da sua publicação, em 1867, a edição de uma nova secção dos *Portugaliae monumenta historica*, intitulada *Diplomata et chartae*, colocaria à disposição da comunidade científica várias centenas de diplomas exemplificativos das diferentes formas jurídicas de aquisição e transmissão de património entre as comunidades instaladas no território de Entre-Minho-e-Mondego, a partir dos quais se tornaria possível o estudo dos respectivos interesses dominiais e jurisdicionais. À semelhança do primeiro *corpus*, que trouxe à luz o texto analítico propriamente dito, esta colectânea teve o mérito de dar a conhecer as numerosas cartas produzidas no mosteiro de Lorvão entre os inícios do século X e os finais da centúria seguinte, constituindo, por esse motivo, uma primeira tentativa de publicação do código já então conhecido pela designação de *Livro dos testamentos*<sup>41</sup>.

O interesse que o código suscitou nos meios científicos da época não se traduziu, como é evidente, apenas na publicação do *corpus*. Considerando-o como parte do fundo arquivístico relativo à diocese de Coimbra, Carl Erdmann chamou novamente a atenção dos investigadores, no seu *Papsturkunden in Portugal*, publicado em Berlim, com a chancela da Weidmannsche

---

<sup>40</sup> João Pedro RIBEIRO, *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, t. IV, parte I, Lisboa, Na Typografia da Mesma Academia [R. das Sciencias de Lisboa], 1819, p. 175, apêndice n.º II (sob o título «Chronicon laurbanense», posteriormente adoptado também em SS, vol. I, p. 20).

<sup>41</sup> Aproveitamos a oportunidade para nos pronunciarmos acerca da necessidade de se pôr à disposição dos investigadores uma edição integral, corrigida e ampliada, do cartulário monástico – preferencialmente acompanhada da respectiva edição *fac-simile* –, à semelhança do que tem vindo a acontecer com outros códigos diplomáticos medievais portugueses. Para a sua concretização é particularmente útil a leitura do trabalho de Rui de Azevedo que temos vindo a citar, uma vez que lá se encontram sumariados, com a respectiva indicação de cota, os documentos que compõem o cartulário. O mesmo deve dizer-se quanto ao *Livro de Mumadona Dias*, da colegiada de Guimarães, que, apesar de reunir algumas das mais importantes páginas avulsas da história da fronteira ocidental hispânica na Alta Idade Média, aguarda ainda hoje publicação integral (embora já com reprodução *fac-simile*: *Livro de Mumadona* [Apresentação por J. A. Pinto FERREIRA], Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1973; e comentários codicológicos em J. A. Pinto FERREIRA, «O famoso “Livro de Mumadona” (breves reflexões prévias acerca da sua projectada publicação)», *Boletim cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. 31, fasc. 1-2, 1968, pp. 258-266; e, do mesmo autor, «Livro de Mumadona. Nótulas», in *Congresso histórico de Guimarães e sua colegiada. Actas*, vol. III: *Comunicações*, Guimarães, s.n., 1981, pp. 257-261).

Buchhandlung, em 1927, para a existência do cartulário, embora não efectuando uma análise detalhada dos anais na sua breve descrição do códice<sup>42</sup>. Um olhar mais atento sobre a matéria seria dado, alguns anos mais tarde, por Rui de Azevedo, que, em 1932, trouxe à consideração da comunidade científica um estudo pioneiro sobre as origens do mosteiro – em grande medida apoiado nos anteriores trabalhos de Fr. Manuel da Rocha, Joaquim de St.<sup>a</sup> Rosa de Viterbo<sup>43</sup>, Miguel Ribeiro de Vasconcelos<sup>44</sup> e Carl Erdmann, que, no seu conjunto, considerou ser «a principal bibliografia para o estudo do mosteiro»<sup>45</sup>, dado à estampa no primeiro volume do *Arquivo histórico de Portugal* sob o título «O mosteiro de Lorvão na reconquista cristã» –, onde procurou analisar o percurso da instituição, da sua provável fundação, nos finais do século IX, à data de incorporação no padroado da Sé de Coimbra, nos inícios do século XII. Em anexo, procedeu à publicação de um pequeno conjunto de diplomas inéditos do *Livro dos testamentos*, tal como de outras cartas autógrafas de enorme importância para a história da comunidade monástica, que vieram alargar o universo documental previamente publicado na secção *Diplomata et chartae* dos *Portugaliae monumenta historica*<sup>46</sup>. Embora pondo em campo as várias problemáticas suscitadas pela história laurbanense, como as relativas à génese da comunidade monástica no seu relacionamento com a monarquia asturiano-leonesa e a nobreza condal conimbricense e portugalense, efectuando, em paralelo, a complexa

---

<sup>42</sup> Carl ERDMANN, *Papsturkunden in Portugal*, Berlim, Weidmannsche Buchhandlung, «Abhandlungen der Gesellschaft der Wissenschaften zu Göttingen. Philologisch-historische Klasse, neue Folge», vol. XX, 1927, pp. 83-85, referindo-se especificamente ao cartulário laurbanense nos seguintes termos: «Ferner besitzt der Fonds von Lorvão ein berühmtes Chartular, den *Liber testamentorum coenobii Laurbanensis* (Livros recolhidos por J. Basto n. 38), einen kleinen Quartband saec. XII, dessen 88 Urkunden zum Größten Teil aus dem 9. bis 11. Jahrhundert und somit bereits in den Port. Mon. Hist. Dipl. et Chart. I gedruckt sind. Vgl. Azevedo e Baião p. 83. In den Datierungen des *Liber testamentorum* finden sich häufig Versehen; vgl. Luis G. de Azevedo in: “Broteria”, Ser. Vulgar. Scient. 1923, p. 272 f.».

<sup>43</sup> Fr. Joaquim de Santa Rosa de VITERBO, *Elucidario das palavras, termos, e frases, que em Portugal antiguamente se usarão*, Lisboa, Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1798-1799.

<sup>44</sup> Miguel Ribeiro de VASCONCELLOS, *Noticia historica do mosteiro da Vacariça doado á Sé de Coimbra em 1094, e da serie chronologica dos bispos desta cidade desde 1064, em que foi tomada aos Mouros*, Lisboa, Typografia da Academia, 1854.

<sup>45</sup> Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorvão...», p. 213, nota 1.

<sup>46</sup> No seu total, mais vinte e um diplomas, conforme se depreende da leitura do apêndice apresentado em Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorvão...», pp. 217-239, em que se integram documentos datados ou datáveis de [966-985] (I, II), 976.03.15 (II), 982 (III), [985-998] (II), [1064-1086] (IV), 1101.06.01 (VI), 1101.12.04 (VII), 1101 (V), 1102.10 (VIII), 1105 (IX), 1106.08.25 (X), 1109.01.01 (XI), 1109.07.29 (XII), 1114.08.01 (XIII), 1115.11.18 (XIV), 1115.08.18 (XV), 1116.03.19 (XVI), 1116.10 (XVII), 1117.02.28 (XVIII), 1117.06.28 (XIX), 1169.02 (XX) e [1192-1200] (XXI).

reconstituição do seu abadológico, a publicação destes diplomas constituiu uma das mais importantes novidades do artigo, por ter disponibilizado, juntamente com o índice remissivo das cartas compiladas no *Livro dos testamentos*, novos testemunhos para a compreensão do percurso institucional do mosteiro.

Mais recentemente, também Cyrille Aillet publicou, no décimo quinto número da nova série da *Revue Mabillon. Revue internationale d'histoire et de littératures religieuses*, em 2004, um artigo sobre o mosteiro intitulado «Entre Chrétiens et Musulmans. Le monastère de Lorvão et les marges du Mondego (878-1064)»<sup>47</sup>, que, de uma forma geral, constitui uma abordagem das propostas historiográficas apresentadas por Rui de Azevedo, embora sem grandes novidades relativamente às interpretações do autor. Nele se procurou revisitar o percurso da comunidade laurbanense, da sua fundação à conquista fernandina de Coimbra, numa perspectiva relacionada com a formação e a expansão do domínio monástico nas margens do rio Mondego. Ainda nesta linha de análise, o mais actualizado trabalho sobre o códice diplomático deve-se a Maria Helena da Cruz Coelho, que, num artigo intitulado «Análise diplomática da produção documental do *scriptorium* de Lorvão (séculos X-XII)», publicado no terceiro volume dos *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, com organização do Departamento de Ciências e Técnicas do Património e do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 2006<sup>48</sup>, efectuou uma análise de conjunto do *corpus* documental laurbanense. Embora não se debruçando especificamente sobre os anais, procedeu à revisão dos aspectos diplomáticos e paleográficos do códice que lhe serve de suporte, numa descrição pormenorizada das suas características externas e internas susceptível de nos proporcionar um melhor enquadramento do acto histórico de cópia dos anais no *Livro dos testamentos*.

Os anais propriamente ditos foram revisitados por vários investigadores, embora dando origem, na maioria dos casos, a interpretações do passado histórico em que o texto serve mais de suporte ao tratamento de temáticas monográficas do que como fonte capaz de suscitar, por si só, uma leitura do imaginário monástico sobre esse mesmo passado. Avelino de Jesus da Costa

---

<sup>47</sup> Cyrille AILLET, «Entre Chrétiens et Musulmans. Le monastère de Lorvão et les marges du Mondego (878-1064)», *Revue Mabillon. Revue internationale d'histoire et de littératures religieuses*, nova série, 15 (t. 76), 2004, pp. 27-49.

<sup>48</sup> Maria Helena da Cruz COELHO, «Análise diplomática...», pp. 387-403.

chamou a atenção dos investigadores para os anais numa breve síntese por si dedicada à analística medieval portuguesa sob a epígrafe «Anais», no primeiro volume do *Dicionário de história de Portugal*, dirigido por Joel Serrão e publicado no Porto pela Livraria Figueirinhas, em 1981, resumindo-o nos seguintes termos: «*Chronicon Laurbanense*, escrito nos princípios do século XII no *Livro dos Testamentos* de Lorrvão; tem apenas duas pequenas listas: uma de reis leoneses e outra dos antigos abades deste mosteiro (*Script.*, p. 20)»<sup>49</sup>. Na ementa «Historiografia» do primeiro volume do *Dicionário enciclopédico da história de Portugal*, coordenado por José Costa Pereira e editado em Lisboa pelas Publicações Alfa, em 1985, também José Mattoso efectuou uma breve caracterização da analística medieval portuguesa, considerando os anais de Lorrvão como um testemunho de uma produção historiográfica «de menor importância» por comparação aos anais elaborados em St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave, S. Salvador de Grijó e St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra<sup>50</sup>.

Os anais foram analisados mais recentemente por Luís Krus, que, no sumário pormenorizado da lição-síntese intitulada *A produção do passado nas comunidades letradas do Entre Minho e Mondego nos séculos XI e XII. As origens da analística portuguesa*, por si apresentado, em 1998, à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, no âmbito da prestação de provas públicas de Agregação no grupo de disciplinas de História e História da arte, os descreveu nos seguintes termos:

«3.2. *Anais de Lorrvão*: breve registo analítico onde se contêm 6 notícias datadas de 866 a 1110, devendo ter sido composto no mosteiro de S. Mamede de Lorrvão (c. Penacova) pouco depois da última data referida; o seu texto é conhecido através de uma cópia inserida no verso da folha de guarda do designado *Livro dos Testamentos de Lorrvão*, um códice redigido cerca de 1117.

(...)

#### 4.2.2. Os Anais de Lorrvão

---

<sup>49</sup> *Dicionário de história de Portugal* (Dirigido por Joel SERRÃO), vol. I, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, s.v. «Anais» (A[velino] de J[esus da] C[OSTA]), p. 146.

<sup>50</sup> *Dicionário enciclopédico da história de Portugal* (Coordenação: José Costa PEREIRA), vol. I, s.l., Publicações Alfa, 1985, s.v. «Historiografia» (J[osé] M[ATTOSO]), p. 312.

4.2.2.1. O mosteiro e os seus patronos – fundado no último quartel do século IX, na sequência da conquista asturiana de Coimbra (878), o mosteiro de S. Mamede de Lorvão, amplamente apoiado pela realeza leonesa e pelos condes conimbricenses, teve uma fase de grande desenvolvimento até 987, data da reconquista muçulmana da cidade, voltando, no entanto, a recuperar prestígio e protagonismo a partir da definitiva ocupação cristã da urbe (1064), agora muito apoiado pelos cavaleiros moçárabes do território; durante o período em que a instituição foi governada pelo abade Eusébio (1086-1118), o mosteiro protagonizou uma série de transformações: adoptou ou consolidou a regra beneditina (entre 1085 e 1101), foi extinto e doado, por decisão do conde Henrique de Borgonha (1092) [sic], à Sé de Coimbra, por ela depois transformado em priorado e, em 1116, de novo restaurado; foi na sequência deste agitado percurso, em que Eusébio passou de abade a prior e de novo a abade, que se copiaram os anais no *Livro dos Testamentos de Lorvão* (c. 1117);

4.2.2.2. O passado fixado entre 1109 e 1117: as escassas 6 efemérides que integram os anais, remetem para a memória régia e condal dos fundadores do poder asturiano a Sul do Minho, ou seja, o monarca Afonso III, para quem se lembra a ritual unção régia em dia de Pentecostes, e os condes presores do Porto (Vimara Peres, também recordado a propósito da data da sua morte) e Coimbra (Hermenegildo Guterres); para além deste passado distante e nostálgico, os monges apenas recordam a refundação cristã de Coimbra por Fernando I e o ano da morte de Afonso VI, a data em que o seu mosteiro e as suas gloriosas tradições foram extintas por Henrique da Borgonha;

4.2.2.3. Interrupção: restaurado o mosteiro em 1116, recuperava-se o prestígio e a identidade de um passado considerado como injustamente ignorado e menosprezado; restituído o seu património simbólico e o modo de vida dos monges, a comunidade deixava de ter necessidade de protestar pela história, tanto mais quanto o tempo que ela fixara nos anais deixava de ter actualidade e representatividade sociais.»<sup>51</sup>

O excerto acima transcrito corresponde à mais recente e actualizada tentativa de problematização dos anais laurbanenses como fonte histórica indispensável à compreensão do passado das sociedades de fronteira e do processo de fixação das suas primeiras memórias colectivas, na relação com outros textos de idêntica tipologia redigidos no seio das comunidades monásticas de St.º Tirso de Riba de Ave, S. Salvador de Grijó e St.ª Cruz de Coimbra, entre os finais do século XI e os finais do século XII. Numa

---

<sup>51</sup> Luís Filipe Llach KRUS, *A produção do passado...*, pp. 3 e 9-10.

perspectiva comparada, o autor salienta não só aqueles que considera serem os denominadores comuns às quatro produções letradas – a sua «proveniência monástica», a sua «elaboração em conjunturas de recuo da fronteira ocidental da Cristandade hispânica ou de ameaças à sua manutenção», a sua «associação a escritos relacionados com inventários patrimoniais, livros litúrgicos e textos relacionados com o culto dos mortos ilustres e protectores das comunidades monásticas e das respectivas famílias patronais» e a sua função no quadro das práticas de «memorização de um passado recente a comemorar e a recordar como incentivo e imperativo às acções a desencadear no presente, fornecendo-lhes motivação, tradição e legitimidade»<sup>52</sup> –, mas também apontar os condicionalismos sociais de produção dos anais, o processo de transmissão do texto no códice diplomático e as problemáticas por si suscitadas nos domínios da heurística e hermenêutica das fontes historiográficas medievais. Nele se estabelecem alguns pressupostos de análise que resultam também da leitura do artigo de Rui de Azevedo, e que, como é evidente, procuraremos seguir ao longo deste trabalho, de forma a precisar as informações transmitidas pelo autor e a trazer novos argumentos que confirmem ou infirmem as suas opiniões sobre o opúsculo analístico, como sintoma de uma conjuntura de instabilidade política que assistiu à restauração da congregação religiosa e dos seus direitos jurisdicionais, nos inícios do século XII. Três anos depois da apresentação da lição, Luís Krus viria a efectuar uma caracterização dos anais de Lorvão, sob a epígrafe «Historiografia» do *Dicionário de história religiosa de Portugal*, dirigido por Carlos Moreira Azevedo e publicado em Lisboa pelo Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, em parceria com o Círculo de Leitores, em 2001, nos seguintes moldes:

«Quando o mosteiro [de Lorvão], durante a segunda década do século XII, procurou rememorar um passado susceptível de ser reivindicado pelos seus monges e prestigiar a comunidade, sintetizou-o numa curta série de seis notícias, em que se evocavam efemérides maioritariamente respeitantes aos fundadores do poder asturiano a sul do rio Minho, ou seja, aos reis e aos condes asturianos do século IX, recordando, portanto, um passado regional de fronteira bem associado ao prestígio detido pela

---

<sup>52</sup> Luís Filipe Llach KRUS, *A produção do passado...*, p. 4.

supostamente goda e também sacralizada monarquia leonesa, ao mesmo tempo que, à excepção da lembrança da definitiva reconquista cristã de Coimbra por Fernando I e da notícia da morte do seu filho e sucessor, o rei Afonso VI, nada se registou sobre os tempos mais próximos. Certamente porque, para Lorrvão, um mosteiro que havia sido fundado no século X e que rapidamente progredira, devido ao apoio dos reis e dos condes asturianos, assim como, durante o século XI, através de doações e protecções alcançadas entre os cavaleiros moçárabes da cidade do Mondego, era preferível silenciar a recente hostilidade que havia despertado ao conde Henrique da Borgonha, visto ele ter considerado o poderoso cenóbio na qualidade de obstáculo regional à penetração dos interesse [sic] político-religiosos franco-romanos no condado conimbricense. Assim, após o mosteiro de Lorrvão ter sido extinto e anexado à Catedral de Coimbra (1092) [sic], para depois se voltar a refundar como abadia beneditina (1116), os seus anais optaram por renegar o presente e lembrar um passado asturiano capaz de demonstrar como sempre deveriam ter merecido respeito, reconhecimento e gratidão por parte de qualquer detentor dos poderes delegados pelos reis sobre o condado conimbricense.»<sup>53</sup>.

Embora sem proceder a uma análise sistemática do texto analístico, vários outros autores incluíram nos seus trabalhos monográficos sobre a fronteira ocidental do reino de Astúrias-Leão reproduções fotográficas, parciais ou integrais, do fólio contendo os anais laurbanenses: para além do extra-texto publicado na secção *Scriptores dos Portugaliae monumenta historica*, onde se apresenta uma imagem contendo a secção dos anais correspondente aos *nomina* régios e às seis efemérides analísticas, sob a epígrafe «Chronicon Laurbanense, ex Libro Testamentorum Monasterii Laurbani», enquadrada por imagens de códices dos mosteiros de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra e St.<sup>a</sup> Maria de Alcobaça contendo excertos do *Chronicon conimbricense*, da *Vida* de S. Rosendo e da *Vida* de S. Teotónio<sup>54</sup>; foram também os casos, em 1968, de Mário Cardozo, num estudo intitulado «Vimara Peres e Guimarães», publicado no septuagésimo oitavo volume da *Revista de Guimarães*<sup>55</sup>; ainda em 1968, de

---

<sup>53</sup> *Dicionário de história religiosa de Portugal* (Direcção de Carlos Moreira AZEVEDO), Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, s.v. «Historiografia. I. Época medieval» (Luís KRUS), pp. 512-513. Seja-nos permitido fazer uma correcção ao texto, que, seguramente por lapso, atribui ao ano de 1092, em prejuízo da mais precisa e correcta data de 29 de Julho de 1109, o momento em que se deu a anexação do mosteiro ao padroado diocesano (Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorrvão...», doc. XII, de 1109.07.29).

<sup>54</sup> SS, vol. I (extra-texto).

<sup>55</sup> Mário CARDOZO, «Vimara Peres e Guimarães», *Revista de Guimarães*, vol. LXXVIII, n.ºs 1-2, Janeiro-Junho de 1968, p. 123.

Sérgio da Silva Pinto, num estudo intitulado «Breves notas sobre presúrias do século IX na terra portuguesa. A respeito de Vímara Peres», publicado no primeiro volume de *Cale. Revista da Faculdade de Letras do Porto*<sup>56</sup>; e, em 1983, de António Cruz, no capítulo «Do início da reconquista à fundação do Condado Portucalense», publicado no primeiro volume da *História de Portugal*, dirigida por José Hermano Saraiva, em Lisboa, com a chancela das Publicações Alfa<sup>57</sup>.

Nesta linha de análise da historiografia sobre o *Livro dos testamentos*, cumpre, por fim, destacar o facto de se encontrar neste momento em preparação a edição crítica do cartulário, com reprodução *fac-simile*, no quadro de um projecto integrado na linha de investigação 4 («Filologia e Linguística histórica») do Centro de Linguística da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, dirigido por António Henrique de Albuquerque Emiliano, com a colaboração de Susana Pedro e consultoria científica de Maria José Azevedo Santos, intitulado «Origens do Português: digitalização, edição e estudo linguístico de documentos dos séculos IX-X», aprovado e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com a ref.<sup>a</sup> POCTI/LIN/58815/2004<sup>58</sup>. Deste trabalho resulta já, entre outros dados, uma lista de manuscritos digitalizados, disponibilizada em anexo 1 ao relatório, referente ao ano civil de 2006, apresentado à entidade financiadora, onde se encontram inventariados os documentos autógrafos do século X, em escrita visigótica cursiva, produzidos em Lorvão e integrados no fundo I.A.N./T.T., *Mosteiro de Lorvão, Antiga Colecção Especial*, mç. 1, n.<sup>os</sup> 1-14 – as referências

---

<sup>56</sup> Sérgio da Silva PINTO, «Breves notas sobre presúrias do século IX na terra portuguesa. A respeito de Vímara Peres», *Cale. Revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol. I, 1968, p. 307.

<sup>57</sup> António CRUZ, «Do início da reconquista à fundação do Condado Portucalense», in *História de Portugal* (Dirigida por José Hermano SARAIVA), vol. 1, Lisboa, Publicações Alfa, 1983, p. 308.

<sup>58</sup> Veja-se António Henrique de Albuquerque EMILIANO, *O tratamento dos dados da Linguística histórica e da História da língua. Fixação, disponibilização, análise e interpretação de fontes primárias medievais (Considerações gerais sobre métodos e procedimentos)*, Lisboa, 2003 (Edição policopiada da lição de síntese apresentada para efeitos de concurso para Professor Agregado do Grupo de Disciplinas de Linguística à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa). Outros documentos relativos a este projecto de investigação científica encontram-se disponíveis em versão *online* no seguinte endereço:



são do autor, e não foram cotejadas com os originais –, com datas extremas de 919 a 998<sup>59</sup>.

No seu conjunto, estes estudos constituem a mais importante base de apoio para quem hoje pretenda visitar a história do mosteiro de Lorvão. Ainda que se concentrem na análise da colecção diplomática reunida no abaciado de Eusébio, após a restauração da comunidade monástica nas primeiras décadas do século XII, neles encontramos também algumas passagens que nos remetem para a leitura da fonte que serviu de base para o estudo que agora temos em mãos, partindo da edição dada à estampa na secção *Scriptores dos Portugaliae monumenta historica*. Na inexistência de uma mais recente e actualizada edição crítica desta obra, basearemos a nossa leitura no texto publicado no primeiro volume da série, à semelhança do que então foi feito nos estudos que se debruçaram previamente sobre o texto e que temos vindo a citar desde o início deste trabalho.

A leitura aí publicada foi por nós cotejada com o original, tanto a partir do manuscrito em depósito no I.A.N./T.T. como da reprodução fotográfica disponibilizada *online* pelos serviços arquivísticos. Não foram registadas omissões ou imprecisões no que respeita a critérios de transcrição paleográfica e edição crítica do texto seguidos na colectânea documental do século XIX. A análise que procuraremos efectuar vai, portanto, centrar-se no exame das características externas e internas do texto analítico de acordo com a edição de SS, vol. I, p. 20. Por representar um domínio específico de análise que não se coaduna com os objectivos deste trabalho, deixaremos para um posterior estudo a descrição mais minuciosa das características codicológicas do suporte em que se deu a fixação textual, apesar de terem sido pontualmente considerados, porque relacionados com os condicionalismos sociais da memória monástica, alguns aspectos relativos a esta problemática de fundo. Para o efeito, embora tendo como ponto de partida as hipóteses explicativas

---

<sup>59</sup> O índice do *Livro dos testamentos* elaborado no quadro deste projecto de investigação científica é da autoria de António EMILIANO e intitula-se «Índice cronológico dos documentos notariais do *Livro dos testamentos* de Lorvão (*Liber testamentorum de cenobii laurbanensi*) dos sécs. IX-X (877-998)». Encontra-se disponível em versão *online* no seguinte endereço:

[www.fcsh.unl.pt/philologia/ODP\\_LiberTest\\_indice\\_cronologico\\_0877-0998.pdf](http://www.fcsh.unl.pt/philologia/ODP_LiberTest_indice_cronologico_0877-0998.pdf)

(página consultada em Outubro de 2007, a partir de versão datada de 31 de Maio de 2007).

anteriormente formuladas, não deixaremos de percorrer aqui novos caminhos da análise na relação do texto com o respectivo contexto de origem, de forma a obtermos dados que nos ajudem a pensar e reflectir sobre o sistema de concepções subjacente à visão da comunidade monástica sobre o passado do território de fronteira.

## CAPÍTULO II:

### OS PRECEDENTES DE FORMAÇÃO DA MEMÓRIA

#### II.1. O género analístico na fronteira ocidental hispânica

São vários os indícios que apontam para a existência de distintos circuitos de redacção e circulação de obras enquadráveis no género analístico na fronteira ocidental, a Sul do Minho, do reino de Astúrias-Leão. Estes testemunhos reportam-se a uma cronologia situada globalmente entre os finais do século XI e os finais do século XII, e correspondem, em todos os casos conhecidos, a textos produzidos em ambiente monástico, ainda hoje conservados graças ao labor de cópia que viria a ser desenvolvido por comunidades letradas alheias às compilações originárias das respectivas efemérides.

No seu conjunto, os textos conservados pautam-se por uma dinâmica de reprodução da memória sobre factos ocorridos num passado distante. Ainda que partilhando uma mesma estrutura formal, aspecto que nos permite enquadrar cada uma das obras nesta tipologia de fontes, não deixam de constituir um reflexo de distintos condicionalismos sociais de produção, pelo que não apresentam conteúdos narrativos sobreponíveis. Embora num outro plano de análise, são também vários os indícios que nos permitem falar de uma provável prática de fixação de notícias analísticas noutros mosteiros do território de fronteira, numa eventual correlação entre as práticas do cômputo pascal, necessárias ao cumprimento das obrigações cultuais estipuladas pelo calendário litúrgico cristão, e o habitual consignar de efemérides anuais que acompanha a produção deste instrumento cronográfico.

##### II.1.1. Os «Annales portucalenses ueteres»

No tocante às sociedades de fronteira, os principais centros de produção e reprodução da memória são os mosteiros, sustentáculos da mensagem salvífica de Deus e da Igreja, e, nesta perspectiva, instâncias de mediação entre os mundos terrestre e celeste, detentoras, por excelência, dos mecanismos necessários à perpetuação do pensamento construído com um sentido memorial. Embora analisável à luz de vários factores, decorrentes da lógica associada ao papel específico que cada mosteiro ou diocese possui na construção memorialística cristã, este aspecto parece ser uma dominante no desenvolvimento da consciência historiográfica hispânica, reflectindo-se desta maneira na produção de textos orientados à partida para a comemoração ritual do tempo histórico<sup>60</sup>.

Na primeira tradição narrativa medieval portuguesa inscrevem-se obras que não escapam às circunstâncias anteriormente apontadas. Os textos a que Pierre David atribui a global designação latina de *Annales portugalenses ueteres*<sup>61</sup> – que podemos traduzir literalmente por *Anais portugalenses velhos* – integram, de acordo com uma proposta de interpretação e atribuição a diferentes esferas de produção textual efectuada posteriormente por José Mattoso, três núcleos distintos, redigidos em três comunidades monásticas do

---

<sup>60</sup> Uma síntese sobre a produção historiográfica na Alta Idade Média hispânica, onde se ressalta fundamentalmente a importância das obras do ciclo cronístico asturiano como memórias fundadoras de uma ideologia política pautada por questões de ordem simbólica, pode ler-se em Claudio SÁNCHEZ-ALBORNOZ, «Historiografía», in *Historia de España Ramón Menéndez Pidal* (Dirigida por José María JOVER ZAMORA), t. VII: *La España cristiana de los siglos VIII al XI*, vol. I: *El reino astur-leonés (722 a 1037). Sociedad, economía, gobierno, cultura y vida* (por Claudio SÁNCHEZ-ALBORNOZ), Madrid, Espasa-Calpe, S.A., 1991, pp. 651-704 (*Crónica de Afonso III*, pp. 652-664 e 682-690; *Crónica de Albelda*, pp. 664-670 e 682-690; e *Crónica profética*, pp. 679-682), com um breve comentário sobre a importância do género analístico nas pp. 700-704. Sobre este assunto, vejam-se também Eloy BENITO RUANO, «La historiografía en la Alta Edad Media española. Ideología y estructura», *Cuadernos de historia de España*, XVII 1952, pp. 50-104, com observações específicas sobre a estrutura das narrativas historiográficas nas pp. 96-101; e Julia MONTENEGRO e Arcadio del CASTILLO, «Análisis crítico...», pp. 397-420. Uma vez que a historiografia da Alta Idade Média hispânica releva de aspectos que nos remetem também para a contemplação da Providência divina, parece-nos igualmente de interesse o artigo de Patrick HENRIET, «Hagiographie et historiographie...», pp. 53-85.

<sup>61</sup> De acordo com a já citada edição crítica dos «*Annales portugalenses veteres*», in *Études historiques...*, pp. 257-340, na qual se distinguem uma recensão longa (1079), elaborada a partir do *Livro da noa II* e da *Chronica gothorum* (pp. 291-302); uma recensão breve (1111), a partir do Homiliário de 1139 e da *Summa chronicarum* (pp. 303-305); e uma recensão breve prolongada até 1168, a partir do *Livro da noa I* e dos *Anais de Lamego* (pp. 306-310). Conforme refere o autor (Pierre DAVID, «*Annales portugalenses veteres*», in *Études historiques...*, p. 259), «L'expression *Annales Portugalenses veteres* sera réservée pour désigner ce complexe de trois éléments dont le principal est, dans une forme plus ou moins développée selon les manuscrits, la série des notices sur les terres portugaises entre l'époque d'Al Mançour et celle d'Aphonse [sic] VI.».

território hoje português na transição do século XI para o século XII<sup>62</sup>. A este respeito, o autor destaca as séries de eventos recordados pelas comunidades residentes nos mosteiros de St.º Tirso de Riba de Ave<sup>63</sup>, S. Salvador de Grijó<sup>64</sup> e St.ª Cruz de Coimbra<sup>65</sup>, devendo-se a identificação de cada um destes núcleos de produção da cultura letrada a particularismos relacionados com a vinculação das três comunidades às respectivas famílias patronais<sup>66</sup>.

No que respeita ao mosteiro de St.º Tirso de Riba de Ave<sup>67</sup>, ao qual se deve a primeira fonte historiográfica de tipologia analítica relativa ao território hoje português, sabe-se que a sua fundação ocorre apenas no ano de 978 e se deve à iniciativa de Unisco Godinhos, mulher de Aboazar Lovesendes, o primeiro senhor conhecido da família dos infanções da Maia<sup>68</sup>. Aproveitando a

---

<sup>62</sup> Quadro geral das fontes medievais latinas relativas ao território hoje português em José Geraudes FREIRE (Professor Doutor Mons. Cón.), «O latim medieval em Portugal: língua e literatura», in *Instituto de Estudos Clássicos. 60 anos de actividade científica, pedagógica e cultural* (Delfim F. LEÃO, coordenação), Coimbra, Imprensa da Universidade – Fundação Eng. António de Almeida, 2005, pp. 135-183, com uma breve passagem sobre os textos analíticos na p. 150.

<sup>63</sup> Texto publicado em Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, pp. 293-299 (seg. a terceira secção da recensão longa). Análise preliminar em Luís Filipe Llach KRUS, *A produção do passado...*, pp. 2, 3 e 6-9.

<sup>64</sup> Texto publicado em Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, pp. 299-302 (seg. a quarta secção da recensão longa). Análise preliminar em Luís Filipe Llach KRUS, *A produção do passado...*, pp. 2, 3 e 10-12.

<sup>65</sup> Texto publicado em Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, pp. 308-310 (seg. a quinta secção da recensão breve prolongada até 1168). Análise preliminar em Luís Filipe Llach KRUS, *A produção do passado...*, pp. 2, 4 e 12-15.

<sup>66</sup> O esclarecimento da problemática relativa à atribuição da recensão de 1079 ao mosteiro de St.º Tirso de Riba de Ave deve-se a José MATTOSO («O mosteiro de Santo Tirso e a cultura medieval portuguesa», in *Obras completas*, vol. 9: *Religião e cultura na Idade Média portuguesa*, s.l., Círculo de Leitores, 2002, pp. 265-269; e *Obras completas*, vol. 12: *O monaquismo ibérico...*, pp. 245-249). Nestes estudos, o autor procura refutar a teoria veiculada por Pierre David, que considera ser o primeiro testemunho da analítica uma obra atribuível ao mosteiro de St.ª Maria de Guimarães, baseando-se, para isso, no significativo número de notícias alusivas aos condes de Portucale. Contudo, conforme aquele primeiro autor demonstra, três ordens de factores devem remeter-nos para a atribuição do texto à primeira comunidade monástica: por um lado, a acção dos reis leoneses que tiveram repercussões no alargamento do território condal a Sul do Douro; por outro, a acção inglória dos condes portugalenses, culminando ou com o seu assassinio, ou com a derradeira condenação da memória familiar na sequência da batalha de Pedroso, na qual morre Nuno Mendes, o último representante da família condal portugalense; e, por fim, a acção prestigiada dos infanções portugalenses, com destaque para os senhores da Maia – Gonçalo Trastamires e Mendo Gonçalves, descendentes de Aboazar Lovesendes, e, por conseguinte, patronos do mosteiro de Riba de Ave –, elevados à condição de protagonistas dos feitos militares de fronteira.

<sup>67</sup> Caracterização segundo Luís Filipe Llach KRUS, *A produção do passado...*, p. 6. Consultem-se José MATTOSO, *Obras completas*, vol. 12: *O monaquismo ibérico...*, pp. 44-46; e Bernardo Vasconcelos e SOUSA (dir.), Isabel Castro PINA, Maria Filomena ANDRADE e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva SANTOS, *Ordens religiosas em Portugal...*, pp. 52-53.

<sup>68</sup> Sobre os senhores da Maia, José MATTOSO, «A família da Maia no século XIII», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*, s.l., Círculo de Leitores, 2001, pp. 243-252; e A. de Almeida FERNANDES, «As linhagens fundamentais» e «Território e

conjuntura de lenta recuperação da crise provocada pelas incursões de *Muḥammad ibn Abī 'Āmīr*, o cognominado *al-Manṣūr*, o mosteiro parece chamar em seu benefício os réditos das acções militares no território de fronteira a Sul do Douro, nas décadas que antecedem a conquista cristã definitiva de Coimbra pelos exércitos do rei Fernando I, nas quais participam os directos descendentes do fundador, nomeadamente os seus netos e bisnetos, envolvidos também na conquista da praça de Montemor-o-Velho poucos anos depois de o rei Afonso V de Leão morrer no ataque a Viseu. Através de uma sábia estratégia matrimonial, estas gerações desenvolvem e mantêm com os senhores de Marnel, descendentes dos antigos condes de Coimbra, implantados sobretudo na região do Vouga, uma aliança familiar que lhes garante a possibilidade de alargarem de forma considerável a sua influência sobre os territórios de oscilante administração política situados a Sul do Douro<sup>69</sup>. Este facto permite-nos também explicar com maior facilidade as razões por que Mendo Gonçalves, filho de Gonçalo Trastamires, o conquistador de Montemor-o-Velho, surge associado ao desempenho de funções judiciais de relevo como representante da monarquia leonesa em território de fronteira, presidindo a vários pleitos de âmbito local e regional e chegando mesmo a acompanhar a régia comitiva de Fernando I. No momento em que são fixados os respectivos anais, em 1079, os patronos da comunidade monástica são os irmãos Gonçalo e Soeiro Mendes, trinets do casal fundador, possuindo estes uma reduzida representatividade nas esferas políticas e administrativas do reino governado por Afonso VI, muito embora o segundo viesse a colaborar no governo das reconquistadas praças de Toledo, e, posteriormente, Sintra, Santarém e Lisboa, e se tornasse homem da inteira confiança política de Raimundo e Henrique de Borgonha. É, aliás, a Soeiro que se deve a atribuição de um riquíssimo couto ao mosteiro de St.º Tirso de Riba de Ave, recebido de Henrique em 1097 e cedido por aquele ao mosteiro um

---

política», in *Portugal primitivo medievo*, Arouca, Associação da Defesa do Património Arouquense, 2001, pp. 75-84 e 408-409, respectivamente.

<sup>69</sup> Sobre os senhores de Marnel, Augusto Soares de Sousa BAPTISTA, «Senhores do Marnel», *Arquivo do distrito de Aveiro*, n.º 52, Outubro-Dezembro de 1947, pp. 270-278 e n.º 76, Outubro-Dezembro de 1953, pp. 248-255; e José MATTOSO, Luís KRUS e Amélia ANDRADE, *O castelo e a feira. A terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*, Lisboa, Editorial Estampa, 1989, pp. 127-132, 141-143 e 145-147.

ano depois, em 1098, num momento em que a comunidade celebra já o sentido memorial da sua própria existência.

No que respeita ao mosteiro de S. Salvador de Grijó<sup>70</sup>, local onde se elabora a segunda fonte historiográfica de tipologia analítica referente ao território hoje português, a sagração da primeira igreja monástica ocorre no ano de 922, e inaugura um período de relativo crescimento da comunidade que é interrompido subitamente pela crise conjuntural atravessada pela monarquia leonesa nos finais do mesmo século. A restauração da comunidade, após longas décadas de um obscuro silêncio, traduz-se na fundação de uma segunda igreja monástica, facto que tem lugar apenas no ano de 1093, por iniciativa de Soeiro Fromarigues, senhor representante da família dos infanções de Grijó, cuja importância social radica em grande parte no facto de serem os principais descendentes, através dos senhores de Marnel, dos antigos condes de Coimbra<sup>71</sup>. Neste contexto, os de Grijó procuram também estabelecer vínculos de solidariedade com os cavaleiros de Coimbra, designadamente os Mides, Rabaldes e Randulfes, e integrar na sua esfera de relacionamentos as famílias portucalenses, com destaque para os próprios senhores da Maia, patronos do mosteiro de St.º Tirso de Riba de Ave, detentoras de importantes posições defensivas na linha de fronteira cristã a Sul do Mondego. Não admira, por isso, que, à semelhança destes últimos, os de Grijó alcancem especial poder e prestígio num contexto de guerra de fronteira, proporcionado pela necessidade de fortalecer a defesa de Coimbra e das restantes posições que controlam o acesso à cidade, implantadas nas faldas das Serras da Lousã e da Estrela. É com base nesta necessidade que assistem ao estabelecimento de fortes guarnições de cavaleiros capazes de assegurar a defesa militar de algumas principais posições estratégicas do território fronteiriço, constituindo, a partir de então, mercê das importantes funções por si desempenhadas nesta conjuntura, o grupo dominante na região de Coimbra, mas também nas de Viseu e Seia. Se estas alianças lhe conferem desde cedo um acentuado

---

<sup>70</sup> Caracterização segundo Luís Filipe Llach KRUS, *A produção do passado...*, p. 10. Consultem-se José MATTOSO, *Obras completas*, vol. 12: *O monaquismo ibérico...*, p. 21; e Bernardo Vasconcelos e SOUSA (dir.), Isabel Castro PINA, Maria Filomena ANDRADE e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva SANTOS, *Ordens religiosas em Portugal...*, pp. 182-183.

<sup>71</sup> Sobre os senhores de Grijó, José MATTOSO, Luís KRUS e Amélia ANDRADE, *O castelo e a feira...*, pp. 137-139, 139-141 e 152-153.

destaque militar, é sobretudo a partir de Sintra e Santarém, praças cujo governo passa a ser assegurado por Soeiro Mendes, que se reafirma a importância dos senhores de Grijó. Visível sintoma do seu importante papel é o facto de Soeiro Fromarigues encontrar a morte em defesa desta última localidade, escassos anos antes da fixação das respectivas memórias monásticas, em 1111. Na altura em que este facto ocorre, o principal patrono do mosteiro é Nuno Soares, o novo chefe da família infancional, filho de Soeiro Fromarigues e marido de Urraca Mides, cujo dinamismo lhe permite obter e acumular bens e riquezas em território de fronteira que serão paulatinamente drenados para o crescimento da sua apreciável fortuna patrimonial na terra de St.<sup>a</sup> Maria.

Os textos produzidos nestas duas comunidades monásticas, entre 1079 e 1111, serão recebidos e copiados pelos cónegos do mosteiro de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra<sup>72</sup>, comunidade fundada pelo infante Afonso Henriques, filho de Henrique de Borgonha e Teresa de Leão, sob a observância da regra de St.<sup>o</sup> Agostinho, em 1131. Centro de resistência do moçarabismo conimbricense às directrizes do principal núcleo eclesiástico da diocese, a Sé de Coimbra, então administrada pelo bispo Gonçalo Pais, St.<sup>a</sup> Cruz representa, a partir daquela data, a materialização de um projecto religioso conduzido sob iniciativa régia e orientado para a difusão do modelo apostólico de vida canonical, a celebração solene da liturgia e a administração pastoral da palavra revelada, não raro em consonância com algumas significativas práticas de assistência e hospitalidade potenciadas pelo facto de, ao contrário das anteriores comunidades monásticas, implantadas em meio rural, o mosteiro se localizar às portas da cidade. No quadro de uma redefinição dos relacionamentos políticos das monarquias leonesa e portuguesa, sob pressão das ameaças almóadas nas fronteiras meridionais dos reinos ibéricos, os Crúzios procuram compilar, por volta de 1169, as séries de notícias registadas pelas anteriores comunidades monásticas, ampliando-as e actualizando-as à luz de um contexto de legitimação da realeza afonsina sob a orientação de Telo, Teotónio e João Peculiar, os principais responsáveis pela criação de um programa ideológico de

---

<sup>72</sup> Caracterização segundo Luís Filipe Llach KRUS, *A produção do passado...*, p. 12. Consulte-se Bernardo Vasconcelos e SOUSA (dir.), Isabel Castro PINA, Maria Filomena ANDRADE e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva SANTOS, *Ordens religiosas em Portugal...*, pp. 190-193.



salvaguada e exaltação da memória do régio fundador, Afonso I de Portugal<sup>73</sup>. Na sua biblioteca são conservados os manuscritos que testemunham esse legado, e é também a partir dela que, sob a forma de novas narrativas historiográficas e hagiográficas – representadas pelas biografias sagradas de Telo<sup>74</sup>, Teotónio<sup>75</sup> e Martinho de Soure<sup>76</sup> –, tal como pelas duas mais significativas colecções de diplomas produzidas em contexto crúzio, hoje conhecidas pelas designações de *Livro santo*<sup>77</sup> e *Livro de João Teotónio*<sup>78</sup>, se procura perpetuar a ideia de um passado modelar representativo da autonomia política do reino<sup>79</sup>.

Considerados estes aspectos, importa desde já reter que, na sua configuração actual, as obras produzidas nestes três círculos letrados<sup>80</sup> não

---

<sup>73</sup> Saul António GOMES, In limine conscriptionis. *Documentos, chancelaria e cultura no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII a XIV)*, Viseu, Centro de História da Sociedade e da Cultura – Palimage Editores, 2007, pp. 105-178, com considerações detalhadas sobre os fundadores da comunidade, e, em especial, as pp. 153-158 e 601-615, onde o autor se debruça sobre o impulso dado pelo monarca português à fundação do mosteiro, na sua relação com o desenvolvimento da chancelaria coimbrã.

<sup>74</sup> *Vida de Telo* (ed. Aires A. NASCIMENTO, Lisboa, 1998, pp. 7-51, 54-137, 253-272 e 273-286). Saul António GOMES, In limine conscriptionis..., pp. 121-142.

<sup>75</sup> *Vida de Teotónio* (ed. Aires A. NASCIMENTO, Lisboa, 1998, pp. 7-51, 138-222, 253-272 e 287-316). Saul António GOMES, In limine conscriptionis..., pp. 142-150.

<sup>76</sup> *Vida de Martinho de Soure* (ed. Aires A. NASCIMENTO, Lisboa, 1998, pp. 7-51 e 224-249).

<sup>77</sup> Saul António GOMES, In limine conscriptionis..., pp. 317-353.

<sup>78</sup> Saul António GOMES, In limine conscriptionis..., pp. 353-390.

<sup>79</sup> Armando Alberto MARTINS, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, pp. 34-37.

<sup>80</sup> Ainda que estreitamente ligados a estas comunidades, os circuitos de produção e transmissão da analística encontram também no mosteiro de St.<sup>a</sup> Maria de Alcobaça um meio particularmente receptivo ao seu florescimento, embora associados apenas à actividade de cópia desenvolvida pelos monges cistercienses. Se os mosteiros de cónegos regantes de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra e S. Vicente de Fora de Lisboa constituem, desde as respectivas datas fundacionais, em 1131 e 1147, ambientes letrados de uma enorme importância na criação de uma imagem religiosa sobre os agentes fundadores da autonomia política do reino (a título geral, Bernardo Vasconcelos e SOUSA [dir.], Isabel Castro PINA, Maria Filomena ANDRADE e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva SANTOS, *Ordens religiosas em Portugal...*, pp. 190-193 e 200-201; e José MATTOSO, «Orientações da cultura portuguesa no princípio do século XIII», in *Obras completas*, vol. 8: *Portugal medieval. Novas interpretações*, s.l., Círculo de Leitores, 2002, p. 176; com mais pormenores sobre a matéria em Carlos Guardado da SILVA, *O mosteiro de S. Vicente de Fora. A comunidade regante e o património rural (séculos XII-XIII)*, Lisboa, Edições Colibri, 2002, pp. 47-61; e Armando Alberto MARTINS, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, pp. 190-202), também a comunidade cisterciense de Alcobaça, igualmente de fundação e protecção régias, procede, nos séculos XII e XIII, a uma tentativa de composição de um alargado repertório de memórias historiográficas (Bernardo Vasconcelos e SOUSA [dir.], Isabel Castro PINA, Maria Filomena ANDRADE e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva SANTOS, *Ordens religiosas em Portugal...*, pp. 102-105), patente na recepção de dois pequenos relatos cronísticos – a colecção de crónicas contendo, entre outras, o *Chronicon alcobacense* ou *Chronicon complutense*, e o breviário composto de duas partes, uma primeira redigida em latim e outra escrita já em português, integrando o designado *Breue chronicon alcobacense* (SS, pp. 17-19 e 20-22) –, tal como na cópia de outros testemunhos sobre a sociedade da época. Entre estes, destacam-se três obras: o *De expugnatione Scalabis* (SS, pp. 93-95), o *De expugnatione*

apresentam a mesma extensão, aspecto que se reflecte na quantidade de efemérides recordadas em cada uma. Uma vez que os textos nos são transmitidos em duas recensões diferentes, denominadas precisamente de *recensão breve*<sup>81</sup> e *recensão longa*<sup>82</sup>, há divergências também quanto ao número de notícias registadas em cada uma<sup>83</sup>. No que respeita aos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave*, tendo em conta uma análise textual efectuada a partir da terceira secção da recensão longa (1079), documenta-se um total de dezoito notícias no *Livro da noa* II<sup>84</sup> e vinte na *Chronica gothorum*<sup>85</sup>. No que concerne aos *Anais de S. Salvador de Grijó*, efectuando-se a análise textual a partir da quarta secção da recensão longa (1079), apenas as dez primeiras notícias se podem atribuir à versão original do texto<sup>86</sup>. Por fim, no que respeita aos *Anais de St.ª Cruz de Coimbra* I, tendo em conta uma análise textual

---

*Salaciae carmen* (SS, pp. 101-104) e a *Translatio et miracula S. Vincentii* (SS, pp. 95-101). Esta última – um relato redigido por mestre Estêvão, chantre da Sé de Lisboa, entre 1173 e 1185, contendo a narrativa da trasladação das relíquias do santo mártir Vicente de Valência para Lisboa, ocorrida, em 1173, por iniciativa de Afonso I de Portugal – corresponde a uma obra estruturante no processo de consolidação da monarquia, pois o seu significado se prende com a fundação de uma nova comunidade regente por si protegida na cidade, no mais alargado contexto de difusão das anteriores memórias hagiográficas produzidas pelos Crúzios, por forma a «obedecer a um projecto de enobrecimento de Lisboa como nova capital» (Aires Augusto NASCIMENTO e Saul António GOMES, *S. Vicente de Lisboa e seus milagres medievais*, Lisboa, Edições Didaskalia, 1988, p. 10; com uma visão articulada sobre todas as fontes e o papel desempenhado pelos Crúzios na criação de uma «consciência nacional» em Stéphane BOISSELLIER, «Réflexions sur l'idéologie portugaise de la reconquête. XII<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup> siècles», *Mélanges de la Casa de Velázquez*, t. XXX-1, 1994, pp. 139-165; e José MATTOSO, «Cluny, Crúzios e Cistercienses na formação de Portugal», in *Obras completas*, vol. 8: *Portugal medieval. Novas interpretações*, s.l., Círculo de Leitores, 2002, pp. 88-89).

<sup>81</sup> APV, Recensão breve (1111) e Recensão breve prolongada até 1168 (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 303-305 e 306-310, respectivamente). Compilação de textos a partir do Homiliário de 1139 e da *Summa chronicarum* (secções I, p. 303; II, pp. 303-304; III, pp. 304-305; e IV, p. 305), tal como do *Livro da noa* I e dos *Anais de Lamego* (secções I, p. 306; II, p. 306; III, pp. 306-307; IV, p. 307; e V, pp. 308-310).

<sup>82</sup> APV, Recensão longa (1079) (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 291-302). Compilação de textos a partir do *Livro da noa* II e da *Chronica gothorum* (secções I, pp. 290-292; II, pp. 292-293; III, pp. 293-299; e IV, pp. 299-302).

<sup>83</sup> Cálculos elaborados a partir da edição crítica dos três textos analísticos em Pierre DAVID, «Annales portugaises vetères», in *Études historiques...*, pp. 293-299, 299-302 e 308-310, respectivamente.

<sup>84</sup> Segundo as datas expressas no texto, eras de 1025 (987), 1033 (995), 1038 (1000), 1065 (1027), 1071 (1033), 1072 (1034) (2 notícias), 1076 (1038), 1083 (1045), 1095 (1057) (2 notícias), 1102 (1064) (2 notícias), 1103 (1065), 1110 (1072) (2 notícias), 1115 (1077) e 1117 (1079). Três notícias reportam-se ao século X e quinze, ao século XI.

<sup>85</sup> Segundo as datas expressas no texto, eras de 1026 (988), 1028 (990), 1033 (995), 1046 (1008), 1054 (1016), 1056 (1018) (2 notícias), 1072 (1034), 1076 (1038), 1083 (1045), 1085 (1047), 1095 (1057), 1096 (1058), 1102 (1064), 1103 (1065) (2 notícias), 1109 (1071), 1110 (1072) (2 notícias) e 1115 (1077). Três notícias reportam-se ao século X e dezassete, ao século XI.

<sup>86</sup> Segundo as datas expressas no texto, eras de 1123 (1085), 1125 (1087), 1129 (1091), 1131 (1093) (3 notícias), 1147 (1109) (2 notícias), 1148 (1110) e 1149 (1111). Seis notícias reportam-se ao século XI e quatro, ao século XII.

efectuada a partir da quinta secção da recensão breve prolongada até 1168, documenta-se um total de catorze notícias no *Livro da noa I*<sup>87</sup> e treze nos *Anais de Lamego*<sup>88</sup>. Na prática, esta discrepância significa que a comemoração das efemérides não é exactamente idêntica nas duas tradições textuais, chegando mesmo a subsistir, sob o ponto de vista externo, divergências quanto à articulação dos elementos frásicos, e, sob o ponto de vista interno, quanto à base cronológica de uma mesma efeméride, não raro devido ao facto de se tratar de diferentes cópias, por vezes com aditamentos tardios. Este aspecto introduz algumas dificuldades na compreensão dos factos históricos consignados em cada recensão, e suscita ainda a necessidade de o especialista recorrer a outros instrumentos críticos para confirmar ou infirmar as datas nelas apresentadas. A tarefa de análise pressupõe, portanto, o necessário recurso aos dados da crítica textual para que se possam explicar e interpretar as suas variantes formais, tal como para confirmar a autenticidade das datas nelas presentes.

Ao texto escrito no mosteiro de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave corresponde um primeiro conjunto de notícias datadas de 987 a 1079, ou seja, da conquista de Coimbra por *Muḥammad ibn Abī ‘Āmīr al-Manṣūr, hājib* de Córdova, no governo do *amīr al-mu’minīn* omíada *Hishām II al-Mu’ayyad*<sup>89</sup>, ao ano da ocorrência de um eclipse solar total sucedâneo da conquista de Cória pelo rei Afonso VI de Leão<sup>90</sup>; ao redigido no mosteiro de S. Salvador de Grijó, por sua vez, um conjunto de efemérides datadas de 1085 a 1111, ou seja, da conquista de Toledo pelo rei Afonso VI de Leão<sup>91</sup> à conquista de Santarém por *Sīr ibn Abī Bakr, qā’id* de Sevilha, no governo do *amīr al-muslimīn* almorávida *‘Alī ibn Yūsuf*<sup>92</sup>; e, por fim, ao escrito no mosteiro de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra, um

<sup>87</sup> Segundo as datas expressas no texto, eras de 1147 (1109), 1154 (1116), 1155 (1117), 1160 (1122), 1177 (1139), 1185 (1147) (2 notícias), 1192 (1154), 1195 (1157) (2 notícias), 1196 (1158), 1200 (1162), 1204 (1166) e 1206 (1168). Todas as notícias referem-se ao século XII.

<sup>88</sup> Segundo as datas expressas no texto, eras de 1147 (1109), 1154 (1116), 1155 (1117), 1160 (1122), 1177 (1139), 1185 (1147) (2 notícias), 1190 (1152), 1195 (1157), 1196 (1158), 1200 (1162), 1204 (1166) e 1207 (1169). Todas as notícias referem-se ao século XII.

<sup>89</sup> APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II e Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 293).

<sup>90</sup> APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 299). Luís Filipe Llach KRUS, *A produção do passado...*, p. 2.

<sup>91</sup> APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 299).

<sup>92</sup> APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 302). Luís Filipe Llach KRUS, *A produção do passado...*, p. 3.

conjunto de notícias datadas de 1109 a 1169, ou seja, da morte do rei Afonso VI de Leão<sup>93</sup> à entrada de Geraldo Gualdes, o *Sem Pavor*, em Badajoz<sup>94</sup>. Os aditamentos posteriores à última data são já estranhos a estas três primeiras redacções, pelo que não se podem associar à versão original de cada obra.

O primeiro texto abrange um espectro diacrónico de noventa e dois anos; o segundo, de vinte e seis; e o terceiro, de sessenta. As notícias são dadas de forma avulsa, constituindo apenas uma relação sequencial de factos, sem solução de continuidade, segundo a ordem dos anos em que os mesmos ocorrem, o que pressupõe desde logo a existência de amplos hiatos temporais. Esta questão é, em certa medida colmatada pela possibilidade de se estabelecer um encadeamento narrativo entre as três obras, que, de resto, a cronologia sequencial fixada em cada uma também nos deixa entrever.

É, pois, neste contexto que se forma, nos finais do século XII, um complexo de textos formado por três obras distintas nos seus condicionalismos sociais de produção, mas através das quais se torna possível, numa leitura sequencial, acompanhar a progressão histórica dos factos relativos ao passado das comunidades de fronteira. Não obstante este aspecto, processo de transmissão dos textos não ocorre de maneira uniforme, uma vez que se conhecem, como já salientámos anteriormente, duas recensões diferentes para cada obra<sup>95</sup>. No que respeita aos anais escritos no mosteiro de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave<sup>96</sup>, o texto da denominada recensão breve é copiado na década de quarenta do século XII no verso do fólio de guarda de um homiliário proveniente do mosteiro de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra, datado de 1139, sabendo-se inclusive que o texto também se encontra fixado numa cópia transcrita nos fólhos iniciais do *Livro da noa* I, uma compilação analítica datada de 1189, e nos de uma colecção de crónicas designada como *Summa chronicarum*, códice produzido no mosteiro de St.<sup>a</sup> Maria de Alcobaça durante o século XIII,

---

<sup>93</sup> APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa* I e *Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 308).

<sup>94</sup> APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa* I e *Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 310). Luís Filipe Llach KRUS, *A produção do passado...*, p. 4.

<sup>95</sup> Vejam-se *Dicionário de história de Portugal* (Dirigido por Joel SERRÃO), vol. I, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, s.v. «Anais» (A[velino] de J[esus da] C[OSTA]), pp. 145-146; e Luís Filipe Llach KRUS, *A produção do passado...*, pp. 2-4.

<sup>96</sup> Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, pp. 255 e 288-289, alínea 1 (a título geral, p. 261 *passim*).

posteriormente depositado no colégio maior de St.º Ildefonso de Alcalá, e onde se encontra a transcrição de textos de teor vario, com destaque para obras de Eusébio de Cesareia, Jerónimo de Belém, Agostinho de Hipona, Sulpício Severo, Orósio de Braga, Próspero de Aquitânia, Hidácio de Chaves, Genádio de Marselha, Fulgêncio de Ruspe, Vítor de Tununa, João de Bíclaro, Isidoro de Sevilha, Ildefonso de Toledo e Isidoro de Beja. A recensão longa encontra-se, por sua vez, transcrita no *Livro da noa* II, uma compilação analística elaborada entre 1362 e 1365 nos últimos fólhos de um saltério proveniente do mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra, e nos fólhos iniciais da designada *Chronica gothorum*, um códice produzido igualmente no mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra durante a década de quarenta do século XIV, contendo a cópia de textos redigidos nos finais do século XII. Já no que concerne aos anais escritos no mosteiro de S. Salvador de Grijó<sup>97</sup>, o seu texto é-nos transmitido igualmente em duas recensões, sendo a breve conhecida através dos mesmos códices onde se encontra transcrita a versão breve dos anais elaborados no mosteiro de St.º Tirso de Riba de Ave, e a longa, transmitida exclusivamente pela *Chronica gothorum*. Por fim, no que respeita aos anais escritos no mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra<sup>98</sup>, a sua recensão breve é-nos transmitida através do *Livro da noa* I, tal como nos inícios dos *Anais de St.ª Maria da Oliveira*, coligidos no verso do fólho de guarda de um martirólogo-obituário proveniente da Sé de Lamego, em 1245, e dos *Anais de Lamego*, compilados no verso do fólho de guarda do mesmo códice lamecense, em 1262.

Na verdade, a perpetuação desse imenso lastro memorialístico depende da capacidade que os monges têm de seleccionar os eventos do passado e os transpor para um suporte material, instrumento privilegiado de transmissão do saber monástico sobre o tempo. Estabelecida a sucessão das efemérides nas duas comunidades que assistiram ao surgimento da analística medieval portuguesa – St.º Tirso de Riba de Ave e S. Salvador de Grijó –, as respectivas produções textuais foram pouco depois recuperadas pelos Crúzios, os verdadeiros transmissores de uma memória monástica que, caso não tivesse sido associada à obra que viria a ser produzida por volta de 1168 em St.ª Cruz

---

<sup>97</sup> Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, pp. 255 e 289, alínea 2 (a título geral, p. 261 *passim*).

<sup>98</sup> Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, pp. 255 e 289, alínea 3 (a título geral, p. 261 *passim*).

de Coimbra, provavelmente não teria chegado aos nossos dias<sup>99</sup>. Neste sentido, não admira que também Pierre David, ao efectuar a caracterização do arquétipo resultante da cópia elaborada no século XII no *scriptorium* crúzio, nos chame a atenção para a existência de numerosos denominadores comuns na forma como então se procedeu à compilação de um novo quadro memorialístico sobre o território fronteiriço.

Para este autor, é hoje possível distinguir e individualizar três elementos estruturantes da composição que viria a ser fixada nesta altura em ambiente canonical, todos eles integrando um complexo narrativo que apenas encontra recepção na analística medieval portuguesa<sup>100</sup>. O primeiro elemento estaria relacionado com o breve esquema cronológico da história dos Godos, desde a saída da sua terra de origem, em 311, à conquista da Hispânia pelos Sarracenos, em 711<sup>101</sup>. As passagens surgem associadas ao *Livro da noa* II e à *Chronica gothorum*, ao Homiliário de 1139 e à *Summa chronicarum*, e ao *Livro da noa* I, pertencentes respectivamente à recensão longa (1079), à recensão breve (1111) e à recensão breve prolongada até 1168<sup>102</sup>. No seu conjunto, as versões consideradas apontam para uma sucessão de acontecimentos que se pode caracterizar sumariamente nos seguintes termos:

- **Era de 349 (ano de 311):** saída dos Godos da sua terra de origem;
- **Era de 366 (ano de 328):** entrada dos Godos na Hispânia, inaugurando um período de domínio político ao longo de 383 anos;
- **Era de 656 (ano de 618):** ocupação, «mais pela sorte do que pelo mérito», da Síria, da Arábia e da Mesopotâmia pelos Muçulmanos, sob o

---

<sup>99</sup> Afirmação que se relaciona com o facto de serem hoje praticamente inexistentes os testemunhos materiais do processo de compilação de efemérides associadas às obras de 1079 e 1111. Tal como temos vindo a apontar, a sobrevivência destes textos prende-se apenas com o posterior trabalho de cópia desenvolvido pela comunidade crúzia, em circunstâncias substancialmente diferentes das que caracterizaram a produção do passado naqueles dois primeiros mosteiros.

<sup>100</sup> Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, p. 257.

<sup>101</sup> Comentário em Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, pp. 313-325.

<sup>102</sup> Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, pp. 291-292, 302 e 306, identificadas com a referência I.

comando de *Muhammad*, e estabelecimento de um domínio político do Islão em Damasco;

- **Era de 749 (ano de 711):** expulsão dos Godos da Hispânia, no reinado de Vitiza;
- **Era de 749 (ano de 711) ou era de 750 (ano de 712):** ocupação da Hispânia pelos Muçulmanos, no reinado de Rodrigo.

O segundo elemento corresponderia, segundo Pierre David, à relação incompleta dos reis asturianos, de Pelágio a Afonso II, nela se omitindo apenas o nome de Bermudo I<sup>103</sup>. Na edição crítica dos textos, as passagens encontram-se associadas ao *Livro da noa* II, ao Homiliário de 1139 e à *Summa chronicarum*, e ao *Livro da noa* I, o primeiro dos quais integrado na parte do texto correspondente à recensão longa (1079), os dois seguintes, na recensão breve (1111), e o terceiro, na recensão breve prolongada até 1168<sup>104</sup>. Aos *nomina* dos monarcas asturianos segue-se, em termos gerais, a identificação do número respectivo de anos, meses e dias de reinado, apresentado nos seguintes termos:

- Pelágio: dezanove anos;
- Fáfila: dois anos e seis meses;
- Afonso I: dezoito ou dezanove anos, um mês e um dia;
- Froila: onze anos, cinco meses e vinte dias;
- Aurélio: seis anos e seis meses;

---

<sup>103</sup> Comentário em Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, pp. 326-328.

<sup>104</sup> Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, pp. 292-293, 303-304 e 306, respectivamente, identificadas com a referência II.

- Silo: nove anos, um mês e um dia;
- Mauregato: cinco anos e seis meses;
- Afonso II: início de reinado no décimo oitavo dia das calendas de Outubro (14 de Setembro), na era de 828 (ano de 790), após 81 anos de reinado representados pelos seus antecessores.

O terceiro elemento, por fim, integraria as notícias analísticas propriamente ditas, iniciando-se com o relato da conquista de Coimbra por *al-Manṣūr*, em 987, e prolongando-se, segundo as três composições conservadas, até aos anos de 1079, 1111 e 1169, correspondendo estas efemérides às que se relacionam propriamente com a história da fronteira ocidental do reino de Leão<sup>105</sup>. Uma vez que estes três textos são anteriores à fundação do mosteiro em que seriam copiados, nada, para além do arquétipo que será mais tarde recebido também pelos monges alcobacenses, autoriza a sua atribuição aos cônegos regantes de St.º Agostinho. As entradas surgem associadas ao *Livro da noa* II e à *Chronica gothorum*, ao Homiliário de 1139 e à *Summa chronicarum*, e ao *Livro da noa* I e aos *Anais de Lamego*, integrados respectivamente na recensão longa (1079), na recensão breve (1111) e na recensão breve prolongada até 1168<sup>106</sup>. Tratando-se da parte mais complexa sob o ponto de vista factológico, nela se encontra sumariada a sucessão de acontecimentos que, de acordo com as três recensões hoje conhecidas, se pode estabelecer nos seguintes termos:

- Recensão longa (1079):
  - **Era de 1025 (ano de 987) ou era de 1026 (ano de 988):** conquista de Coimbra por *al-Manṣūr*, no terceiro dia das calendas de Julho (29 de Junho), seguida do abandono temporário da cidade durante um

<sup>105</sup> Comentário em Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, pp. 328-335.

<sup>106</sup> Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, pp. 293-299 e 299-302, 304-305 e 306-310, identificadas com as referências III, IV e V.



período de sete anos e a sua subsequente reconstrução, inaugurando um período de domínio político do Islão ao longo de 70 anos;

- **Era de 1028 (ano de 990) ou era de 1038 (ano de 1000):** conquista de Montemor-o-Velho por *al-Manṣūr*, no quarto dia das nonas de Dezembro (2 de Dezembro);
- **Era de 1033 (ano de 995):** conquista de Aguiar de Sousa, território do Porto, por *al-Manṣūr*;
- **Era de 1046 (ano de 1008):** morte do conde Mendo [Gonçalves], no segundo dia das nonas de Outubro (6 de Outubro);
- **Era de 1054 (ano de 1016):** ataque normando ao castelo de Vermoim, residência do conde Alvito Nunes, no oitavo dia dos idos de Setembro (6 de Setembro);
- **Era de 1056 (ano de 1018):** morte do rei Afonso V de Leão em Viseu; morte do conde Nuno Alvites;
- **Era de 1065 (ano de 1027) ou era de 1085 (ano de 1047):** morte do rei Bermudo III de Leão;
- **Era de 1071 (ano de 1033):** ocorrência de um eclipse solar e de um terramoto, no terceiro dia das calendas de Julho (29 de Junho);
- **Era de 1072 (ano de 1034):** conquista de Montemor-o-Velho por Gonçalo Trastamires, nos idos ou no segundo dia dos idos de Novembro (12 ou 13 de Novembro), e entrega do governo da praça aos Cristãos; morte do conde Mendo [Luz] ou [Nunes], nas margens do rio Gadanha, no nono dia das calendas de Janeiro (24 de Dezembro);

- **Era de 1076 (ano de 1038):** morte de Gonçalo Trastamires em Avioso, nas calendas de Setembro (1 de Setembro);
- **Era de 1083 (ano de 1045):** arrancada do rei Bermudo III de Leão sobre os Muçulmanos, liderados por «Cimeia» ou «Cemia», na vila de Cesar, território do castelo de St.<sup>a</sup> Maria, nas calendas de Abril (1 de Abril);
- **Era de 1095 (ano de 1057):** conquista de Lamego pelos reis Fernando I e Sancha de Leão, no terceiro dia das calendas de Dezembro (29 de Novembro), sábado, festa litúrgica do santo mártir Saturnino<sup>107</sup>;
- **Era de 1095 (ano de 1057) ou era de 1096 (ano de 1058):** conquista de Viseu, Seia, S. Martinho de Mouros, Travanca e Penalva, para além de outros não-especificados castelos das suas redondezas, pelo rei Fernando I de Leão, no oitavo dia das calendas de Agosto (25 de Julho), festa litúrgica do santo mártir Cucufate<sup>108</sup>;
- **Era de 1102 (ano de 1064):** conquista de Coimbra pelo rei Fernando I de Leão, no oitavo dia das calendas de Agosto (25 de Julho), sexta-feira, vigília da festa litúrgica do santo mártir Cristóvão<sup>109</sup>;
- **Era de 1103 (ano de 1065):** morte do rei Fernando I de Leão e seu sepultamento num mosteiro da cidade de Leão, no sétimo dia das calendas de Janeiro (26 de Dezembro); morte de Mendo Gonçalves, filho de Gonçalo Trastamires, no sexto dia das calendas de Dezembro (26 de Novembro);

---

<sup>107</sup> Cf. Adriano CAPPELLI, *Cronologia, cronografia e calendario perpetuo. Dal principio dell'era cristiana ai nostri giorni*, Milão, Editore Ulrico Hoepli, 2005, p. 53.

<sup>108</sup> Cf. Adriano CAPPELLI, *Cronologia...*, p. 93.

<sup>109</sup> Cf. Adriano CAPPELLI, *Cronologia...*, p. 77.

- **Era de 1109 (ano de 1071):** batalha de Pedroso, nas imediações de Braga, travada entre as forças do rei Garcia de Galiza e Portugal, filho de Fernando I de Leão, e os Portucalenses, liderados pelo conde Nuno Mendes, no décimo quinto dia das calendas de Fevereiro (18 de Janeiro), com a derrota da última facção e a subsequente dispersão dos partidários condais;
- **Era de 1110 (ano de 1072):** morte do rei Sancho de Castela, filho de Fernando I de Leão, às portas de Zamora, nas nonas de Outubro (7 de Outubro), com a subsequente apropriação do governo da Hispânia pelo seu irmão, o rei Afonso VI de Leão, responsável pela condução de novas campanhas de guerra e lançamento de impostos sobre os Muçulmanos;
- **Era de 1115 (ano de 1077):** conquista de Cória pelo rei Afonso VI de Leão, no mês de Setembro;
- **Era de 1117 (ano de 1079):** ocorrência de um eclipse solar, nas calendas de Julho (1 de Julho), sexta hora do dia.
- Recensão breve (1111):
  - **Era de 1123 (ano de 1085):** conquista de Toledo e de Talavera de la Reina, para além de outros não-especificados castelos das suas redondezas, pelo rei Afonso VI de Leão, no oitavo dia das calendas de Junho (25 de Maio);
  - **Era de 1125 (ano de 1087):** batalha de Sagrajas, nas imediações de Badajoz, travada entre as forças do rei Afonso VI de Leão e o emir almorávida *Yūsuf ibn Tāshfīn*, com a subsequente derrota dos Cristãos e o refúgio do monarca em Cória;

- **Era de 1129 (ano de 1091):** morte do alvazil Sesnando [Davides], no oitavo dia das calendas de Setembro (25 de Agosto);
- **Era de 1131 (ano de 1093):** conquista de Santarém e de Lisboa e Sintra pelo rei Afonso VI de Leão, nas vésperas das calendas de Maio (30 de Abril), sábado, nona hora do dia, e nas vésperas das nonas de Maio (6 de Maio), quinta-feira, respectivamente, acompanhada do regresso do monarca a Toledo e da entrega do governo da última praça aos Cristãos, sob o comando do conde Raimundo, marido de Urraca, e de Soeiro Mendes;
- **Era de 1147 (ano de 1109):** morte do rei Afonso VI de Leão, filho de Fernando I de Leão, no terceiro dia das calendas de Julho (29 de Junho), e subsequente início de novas revoltas protagonizadas pelos Muçulmanos; conquista de Sintra pelo conde Henrique, marido de Teresa, no mês de Julho;
- **Era de 1148 (ano de 1110):** emboscada dos Muçulmanos contra os Cristãos em Valada, nas imediações de Santarém, acompanhada da morte de Soeiro Fromarigues, pai de Nuno Soares, e de Mido Crescones, pai de João Mides;
- **Era de 1149 (1111):** conquista de Santarém por *Sīr ibn Abī Bakr*, no sétimo dia das calendas de Junho (26 de Maio).
- Recensão breve prolongada até 1168:
  - **Era de 1147 (ano de 1109):** morte do rei Afonso VI de Leão;
  - **Era de 1154 (ano de 1116):** entrada dos Muçulmanos no castelo de St.<sup>a</sup> Olaia, nas nonas de Julho (7 de Julho), terça-feira, nona hora do dia;

- **Era de 1155 (ano de 1117):** assédio de Coimbra pelo emir almorávida *‘Alī ibn Yūsuf*, no décimo dia das calendas de Julho (22 de Junho), por um período de três semanas;
- **Era de 1160 (ano de 1122):** ocorrência de um «ano mau»;
- **Era de 1177 (ano de 1139):** batalha de Ourique, travada entre as forças do rei Afonso I de Portugal e os Muçulmanos, liderados por «Esmare» ou «Examare», no mês de Julho, dia da festa litúrgica do santo apóstolo Tiago<sup>110</sup>, com a subsequente derrota da última facção;
- **Era de 1185 (ano de 1147):** conquista de Santarém pelo rei Afonso I de Portugal; conquista de Lisboa, Sintra, Almada e Palmela pelo rei Afonso I de Portugal, no mês de Outubro;
- **Era de 1190 (ano de 1152) ou era de 1192 (ano de 1154):** nascimento do rei Sancho I de Portugal;
- **Era de 1195 (ano de 1157):** morte de [Afonso VII], imperador da Hispânia, no mês de Setembro; morte da rainha Mafalda de Portugal;
- **Era de 1196 (ano de 1158):** conquista de Alcácer do Sal pelo rei Afonso I de Portugal;
- **Era de 1200 (ano de 1162):** conquista de Beja, por intercessão da Providência divina, pelo rei Afonso I de Portugal;
- **Era de 1204 (ano de 1166):** conquista de Évora, Moura e Serpa, por intercessão da Providência divina, pelo rei Afonso I de Portugal;

---

<sup>110</sup> Cf. Adriano CAPPELLI, *Cronologia...*, p. 101.

- **Era de 1206 (ano de 1168):** entrada do alcaide Geraldo [Geraldos] em Badajoz, no quinto dia das nonas de Maio (3 de Maio).

Presentes nas versões de 1079, 1111 e 1169, os três elementos anteriormente apontados dão corpo a uma produção textual em que é possível descortinar a existência não só de fortes vínculos de aproximação formal entre as obras, mas também de identificação dos respectivos conteúdos. Em qualquer um dos casos, como se constata pela leitura das efemérides registadas nas três recensões, o que a memória analítica procura é construir uma narrativa própria sobre o passado das comunidades de fronteira que se baseia sobretudo nos confrontos entre a Cristandade e o Islão. Sendo o tema mais glosado pelos três compiladores, a guerra representa um dos momentos em que as eminências do passado, como especiais protegidos de Deus e custodiados pela Providência divina, se distinguem na sua dimensão intrinsecamente sagrada, prenunciada pela associação dos sucessos militares ao calendário litúrgico da Igreja. No momento em que este confronto ideológico é transposto para um plano espacial, o que se regista é a forma como a conquista de novos territórios proporciona o acréscimo ou o decréscimo de reinos e impérios, ou ainda o impacto que ela possui sobre a constante oscilação do território fronteiriço, tendencialmente orientado, pela conquista progressiva de novas cidades e castelos, em sentido Norte-Sul<sup>111</sup>. Assim se explica o encadeamento lógico que os três primeiros textos nos dão acerca da progressão territorial da reconquista: a guerra é iniciada no Entre-Douro-e-Mondego pelo compilador de St.º Tirso de Riba de Ave<sup>112</sup>, prolongada no

<sup>111</sup> Leia-se Ruy de AZEVEDO, «Período de formação territorial: expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores», in *História da expansão portuguesa no mundo* (Directores: Dr. António BAIÃO, Dr. Hernâni CIDADE, Dr. Manuel MÚRIAS), vol. I, Lisboa, Editorial Ática, 1937, pp. 7-64.

<sup>112</sup> Com a conquista muçulmana de Coimbra e Montemor-o-Velho por *Muḥammad ibn Abī 'Āmīr al-Manṣūr*, em 987, segundo o *Livro da noa* II, ou em 988, segundo a *Chronica gothorum*, e 990; e a reconquista cristã de Montemor-o-Velho por Gonçalo Trastamires, em 1034, e de Lamego, por um lado, de Viseu, Seia, S. Martinho de Mouros, Travanca e Penalva, por outro, e de Coimbra por Fernando I, em 1057, 1058 e 1064. Neste grupo integra-se ainda a batalha de Cesar, entre Bermudo III e «Cimeia», em 1035 (APV, Recensão longa de 1079, secção III, seg. *Livro da noa* II e *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 293-297). A excepção recai sobre a destruição dos castelos de Aguiar de Sousa, no território do Porto, e de Vermoim, no de Braga, atacados respectivamente em 995 e 1016; e a batalha de Pedroso, igualmente no território de Braga, entre Garcia I e Nuno Mendes, em 1071 (APV, Recensão longa de 1079, secção III, seg. *Livro da noa* II e *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 294-295 e 298).

Entre-Mondego-e-Tejo pelo compilador de S. Salvador de Grijó<sup>113</sup> e concluída no Entre-Tejo-e-Guadiana pelo compilador de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra<sup>114</sup>. Há, portanto, bases textuais que suportam a leitura dos anais monásticos à luz de problemáticas fronteiriças vividas na longa duração do tempo hispânico<sup>115</sup>.

Embora a guerra seja o tópico mais frequente nas suas variadas ementas, a memória biográfica dos agentes analísticos constrói-se também a partir de uma outra realidade fundamental: a morte. Se a memória dos agentes analísticos é posta em relação com a ideia de fim último, é porque ela serve também para sublinhar a predisposição que estas figuras possuem em vida para a prática de ilustres feitos. Esta afirmação, sendo verdadeira no que respeita à morte dos reis e dos infanções, deixa, contudo, de o ser quando nos reportamos à morte dos condes. No primeiro caso, porque o óbito é alvo de uma estratégia de valorização deliberadamente concebida tendo em vista enaltecer e glorificar as figuras dominantes na hierarquia social da época. No segundo, porque responde a um intuito de descredibilização da imagem dos condes no momento em que estes ocupam uma posição cada vez mais secundária na hierarquia dos poderes sociais. É o que acontece com os *Anais de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave*, os únicos que nos fornecem dados sobre o

---

<sup>113</sup> Com a reconquista cristã de Toledo e Talavera de la Reina, por um lado, e de Santarém, Lisboa e Sintra, por outro, por Afonso VI de Leão, em 1085 e 1093; a de Sintra por Henrique de Borgonha, em 1109; e a conquista muçulmana de Santarém por *Sīr ibn Abī Bakr*, em 1111. A este passo devem ainda associar-se as batalhas de Sagrajas, entre Afonso VI e *Yūsuf ibn Tāshfīn*, em 1087 ([1086]); e a de Valada, entre Soeiro Fromarigues e os Muçulmanos, em 1110 (APV, Recensão longa de 1079, secção IV, seg. *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 299-302).

<sup>114</sup> Com a reconquista cristã de Alcácer do Sal, por um lado, de Beja, por outro, e de Évora, Moura e Serpa por Afonso I, em 1158, 1162 e 1166; e a de Badajoz por Geraldo [Geraldês], em 1168, segundo o *Livro da noa I*, ou em 1169, segundo os *Anais de Lamego* (APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* e *Anais de Lamego*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 309-310). A excepção recai sobre a destruição do castelo de St.<sup>a</sup> Olaia pelos Muçulmanos e o assédio de Coimbra por *Alī ibn Yūsuf*, em 1116 e 1117; e a reconquista cristã de Santarém, Lisboa, Sintra, Almada e Palmela por Afonso I, em 1147 (APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* e *Anais de Lamego*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 308-309). Subsistem ainda dúvidas sobre a correcta localização da batalha de Ourique, entre Afonso I e «Esmare» ou «Examare», em 1139 (APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* e *Anais de Lamego*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 308).

<sup>115</sup> É, aliás, a partir destes dois pressupostos que se constrói a imagem do território na historiografia medieval portuguesa (Amélia Aguiar ANDRADE, «Portugal na Idade Média: um território em construção», in *A construção medieval do território*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 13-23). Os reflexos desta concepção em torno do território nacional nas primeiras produções narrativas de carácter historiográfico foram também analisados, numa perspectiva de caso atenta à materialização das formas de poder social, por Pedro PICOITO, «Espaço e poder na épica medieval portuguesa», *Colóquio. Letras*, n.º 142, Outubro-Dezembro de 1996, pp. 65-81.

passado condal do território de fronteira, em que os condes Mendo [Gonçalves], Nuno Alvites, Mendo [Nunes] e Nuno Mendes são mencionados com base nas respectivas datas de óbito, situadas respectivamente em 1008<sup>116</sup>, [1028]<sup>117</sup>, [1037] ou [1044]<sup>118</sup> e 1071<sup>119</sup>, geralmente em circunstâncias desconhecidas ou que apontam para uma morte violenta em combate. Situação inversa é a que se regista, nestes mesmos anais, a propósito dos senhores da família da Maia, em particular Gonçalo Trastamires e seu filho Mendo Gonçalves, recordados como vitoriosos nas campanhas militares contra o Islão e, inclusive, merecendo da parte do compilador epítetos que reforçam uma imagem de prestígio social<sup>120</sup>.

Com base nestes dados, estamos muito longe de poder considerar a produção de memórias colectivas no território de fronteira do reino de Leão como um mero gesto de cristalização de efemérides pretéritas. Elas constituem, pelo contrário, uma primeira tentativa de compreensão e justificação do passado do reino, numa época em que o mosteiro de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra, seguido logo depois por St.<sup>a</sup> Maria de Alcobaça, se mostra capaz de recriar uma sustentável ideologia de actos fundadores da autonomia regional com base em obras de cariz historiográfico e hagiográfico<sup>121</sup>. Não

---

<sup>116</sup> Morre assassinado (APV, Recensão longa de 1079, secção III, seg. *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 295).

<sup>117</sup> Morre em circunstâncias desconhecidas (APV, Recensão longa de 1079, secção III, seg. *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 295).

<sup>118</sup> Morre assassinado (APV, Recensão longa de 1079, secção III, seg. *Livro da noa* II: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 295).

<sup>119</sup> Morre no campo de batalha de Pedroso, em oposição às forças lideradas pelo rei Garcia de Galiza e Portugal (APV, Recensão longa de 1079, secção III, seg. *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 298).

<sup>120</sup> APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa* II e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 296 e 298). O epíteto a que nos referimos, «uir illustris et magne potentie in toto Portugali», é utilizado pelo compilador a propósito de Mendo Gonçalves, na entrada relativa à sua morte em 1065.

<sup>121</sup> Veja-se J. MATTOSO, «Le Portugal de 950 à 1550», in *Hagiographies* (Sous la direction de Guy PHILIPPART), vol. II, Turnhout, Brepols, 1996, pp. 85-86, onde o autor põe em evidência a produção hagiográfica no monaquismo crúzio; a complementar-se pela leitura de Maria de Lurdes ROSA, «A santidade no Portugal medieval: narrativas e trajectos de vida», *Lusitania sacra. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa*, 2.<sup>a</sup> série, t. 13-14, 2001-2002, pp. 369-381 e 397-404. Sobre esta mesma matéria, veja-se também o estudo introdutório à mais recente edição crítica dos textos, da autoria de Aires Augusto Nascimento, em *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra. Vida de D. Telo, Vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Soure* (Edição crítica de textos latinos, tradução, estudo introdutório e notas de comentário de Aires A. NASCIMENTO), Lisboa, Edições Colibri, 1998, pp. 9-48.



admira, por isso, que José Mattoso<sup>122</sup>, ao estudar os relacionamentos da nobreza galega e portuguesa na sequência da batalha de S. Mamede, tenha procurado demonstrar com base na análise dos *Anais de Afonso I* como um certo sentido de «consciência nacional», difundido nos meios religiosos de ambos os lados da fronteira do Minho – de que são particular reflexo as posições contrárias tomadas pelos clérigos de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra e os monges de Celanova –, teve recepção tardia entre os nobres, mas não impediu por parte dos primeiros o surgimento de uma «precoce manifestação de nacionalismo». De facto, segundo este autor, deve datar-se apenas do século XIII o alargamento dessa consciência individualizante à nobreza, em resultado de dois importantes factores: por um lado, o «progresso da centralização régia», acompanhada pelo estabelecimento de maiores vínculos de dependência da nobreza para com a corte e o rei; e, por outro, o «aparecimento de uma cultura aristocrática própria», cultivada também nos seus meios mais próximos<sup>123</sup>. Neste contexto, os modelos mentais presentes na analística crúzia da década de oitenta do século XII reflectiriam apenas a percepção dos clérigos conimbricenses sobre essa ideia individualizadora do território ocidental hispânico. Apresentariam, por conseguinte, um grau de individualidade que nos levaria à partida a considerá-la como um conjunto orgânico de textos que acabaram por ser recebidos e refundidos pelos cónegos regrantes, apesar de dois terem tido origem noutros mosteiros.

A memória crúzia, responsável pela compilação das três primeiras versões analísticas a que aludimos acima, é, portanto, uma memória útil. A sua funcionalidade deriva do facto de nela se operar o reconhecimento de um tempo que pode ser instrumentalizado ao serviço de uma causa legitimadora do reino emergente. Se essa estratégia de legitimação se processa a vários níveis, é porque também a analística contribui para a percepção de que as relações entre presente e passado podem ser textualmente codificadas. Os cónegos regrantes de St.<sup>o</sup> Agostinho foram capazes de reunir numa mesma unidade orgânica duas produções textuais diversas, às quais acrescentaram

---

<sup>122</sup> José MATTOSO, «A nobreza medieval galaico-portuguesa. A identidade e a diferença», in *Obras completas*, vol. 8: *Portugal medieval. Novas interpretações*, s.l., Círculo de Leitores, 2002, p. 143.

<sup>123</sup> José MATTOSO, «A nobreza medieval galaico-portuguesa. A identidade e a diferença», in *Obras completas*, vol. 8: *Portugal medieval...*, p. 145.

depois um terceiro produto do seu próprio labor cultural e intelectual. Originou-se assim na segunda metade do século XII um único complexo textual, constituído embora por três obras distintas nos seus condicionalismos sociais de produção.

Este aspecto parece-nos determinante pelo potencial simbólico que encerra. É uma clara tentativa de enquadramento do passado do reino num sistema de concepções e representações baseado nas categorias que regem a ordem e o destino do mundo. O motor lógico deste sistema é a ideia de encadeamento. As três obras consideradas não se repetem nos seus enunciados fundamentais. Adoptando embora uma mesma forma de pensar e estruturar a memória – o modelo analístico é comum às três produções, independentemente da sua proveniência –, as circunstâncias em que são redigidas, determinando e condicionando o conteúdo dos textos, tendem, de facto, a alterar-se, pelo que também se vai alterar o contorno das efemérides comemoradas.

Estas obras estão, portanto, comprometidas com o tempo em que têm origem. Continuam a representar o modo como o seu contexto social de produção concebe a noção de tempo, seja ele encarado numa perspectiva distante ou recente. O próprio fenómeno de continuidade narrativa traz consigo a ideia de uma conjuntura em transformação, como se esse fenómeno passasse pelo reconhecimento de que o tempo fixado nos anais perde a sua utilidade social, e por isso suscita a necessidade de uma constante e sempre presente experiência de reinvenção do passado. Esta, por sua vez, traduz-se na compilação de notícias que, uma vez reunidas, passam a constituir um novo *corpus* analístico, sem que a memória dos *corpora* anteriormente cristalizados seja esquecida. O que parece haver é, pelo contrário, um processo de constante rememoração do passado: não importa reelaborar o que já foi dito, mas antes fixar aquilo que ainda pode vir a ser comemorado.

### **II.1.2. A prática do cômputo pascal**

Embora, na sua generalidade, estas notícias constituam o *corpus* analístico actualmente conservado e identificado com as primeiras fontes da

historiografia medieval portuguesa, revelando já uma certa consciência em relação à identidade territorial do futuro reino medieval português<sup>124</sup>, uma análise cuidada das fontes diplomáticas da época permite-nos tecer algumas considerações sobre a eventual existência de outros textos integráveis nesta tipologia de fontes.

Se tivermos em mente as origens remotas da tradição analística, associadas ao registo das efemérides ocorridas num determinado ano e relacionadas com as tabelas de cômputo pascal – cuja função deriva da necessidade de se calcularem as festas móveis do calendário litúrgico cristão<sup>125</sup>, com destaque para as relativas aos mistérios do ciclo da Paixão e Ressurreição de Cristo<sup>126</sup> –, podemos tentar compreender melhor a relação entre as noções de tempo cósmico, tempo cíclico, tempo histórico e tempo salvífico, e assim descobrir as razões que levaram os redactores dos anais a fazer essa associação e alguns dos seus leitores a transcreverem-nos cuidadosamente.

Não é, portanto, descabido fazer-se aqui menção à existência de um conjunto de diplomas, lavrados por distintas comunidades monásticas implantadas tanto a Norte como a Sul do Douro, onde se atesta uma forma de aferição cronológica com referência ao ciclo lunar, que está relacionada com o desenvolvimento da cultura litúrgica<sup>127</sup>. A análise do quadro que se segue é, quanto a este aspecto, bastante esclarecedora.

---

<sup>124</sup> Veja-se, sobre esta matéria, José MATTOSO, «Sobre as origens do Estado português. A “ideia de Portugal”», in *Obras completas*, vol. 8: *Portugal medieval. Novas interpretações*, s.l., Círculo de Leitores, 2002, pp. 69-77; e, do mesmo autor, «Cluny, Crúzios e Cistercienses na formação de Portugal», in *Obras completas*, vol. 8: *Portugal medieval...*, p. 83.

<sup>125</sup> Procedimento analisado com mais pormenores em Vittorio PERI, «La data della Pasqua. Nota sull'origine e lo sviluppo della questione pasquale tra le Chiese cristiane», *Vetera christianorum*, ano 13, fasc. 2, 1976, pp. 319-348.

<sup>126</sup> Questão referenciada em José Miguel NÚÑEZ MONTEIRO, «*Pascha passio – pascha transitus*. En torno a la cristología pascual en la Iglesia hispánica», *Isidorianum. Revista semestral de estudios eclesiásticos superiores*, n.º 10, 1996, pp. 125-164.

<sup>127</sup> Refira-se, aliás, que a prática do cômputo pascal se encontra já atestada no território hispânico em época bem anterior à que aqui nos ocupa, conforme se depreende da leitura de A. CORDOLIANI, «Textes de comput espagnol du VII<sup>e</sup> siècle. Le *Computus cottonianus*», *Hispania sacra*, vol. XI, n.º 21, MCMLVIII, 1.º semestre, pp. 125-136. Neste estudo é analisado um manuscrito proveniente do mosteiro de Silos, em que se admitem, para determinação da Páscoa, as indicações presentes no *laterculus* de Teófilo e Cirilo de Alexandria. Entre os cronistas hispânicos da Antiguidade Tardia que a ele se referem, provavelmente por intermédio de Jerónimo, HIDÁCIO DE CHAVES (*Chronica*, 5: ed. Alain TRANOY, I, Paris, 1974, p. 106; comentário em II, Paris, 1974, pp. 13-14) descreve-o como uma lista de datas pascais com início a partir do primeiro consulado do imperador Teodósio e a duração de um século. É provável que subjaza a esta referência o facto de o prelado de Chaves ter contactado com o

QUADRO N.º 2:

**Análise das perícopes diplomáticas com referência ao ciclo lunar nos cartórios do Entre-Minho-e-Mondego (séc. XI)**

Data diplomática						Fase do ciclo lunar	Cartório	Notário	Fonte
Ano	Mês	Dia do mês	Dia da semana	Hora	Dia do calendário litúrgico				
1081	10	31	Domingo	Quase 2. <sup>a</sup>	-	24. <sup>a</sup>	Mosteiro de S. Pedro de Pedroso	Paio	DC 599 <sup>128</sup>
1087	-	-	6. <sup>a</sup> feira	6. <sup>a</sup>	-	27. <sup>a</sup>	Mosteiro de S. Pedro de Pedroso	Pedro	DC 694 <sup>129</sup>
1090	-	-	Sábado	3. <sup>a</sup>	-	16. <sup>a</sup>	Mosteiro de S. Pedro de Pedroso	Paio	DC 745 <sup>130</sup>
1092	4	13	Domingo	-	Domingo das Oitavas de	29. <sup>a</sup>	Igreja de St. <sup>a</sup> Maria	-	DC 775 <sup>131</sup>

próprio Teófilo, bispo entre 385 e 412, durante a sua estadia no Oriente, em 406 (cf. *Chronica*, 38, 40 e 61: ed. Alain TRANOY, I, Paris, 1974, pp. 114 e 120; comentário em II, Paris, 1974, pp. 33-34 e 50). Beda terá fixado as datas da Páscoa, segundo o ciclo dionisino de quinhentos e trinta e dois anos, para o período de 725 a 1063, dando assim origem a um instrumento de cálculo da festa pascal que seria mais tarde retomado até 1256. Ao longo deste período, a tabela fixada por este último autor constituiu um dos principais apoios dos clérigos envolvidos na prática do cômputo pascal, tendo sido muito comum na Alta Idade Média a sua utilização como suporte para o registo de factos considerados notáveis. Este hábito adquiriu rapidamente novos contornos quando se divulgou a prática de fixação de efemérides cada vez mais desenvolvidas e progressivamente autonomizadas da tabela original, base para a elaboração de futuras composições que, não obstante, ainda respondiam a um quadro de acontecimentos diacrónicos (Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres...», in *Études historiques...*, pp. 258-259).

<sup>128</sup> DC 599 (1081.10.31): «Facta karta testamenti die dominica hora fere II<sup>a</sup> luna XXIII<sup>a</sup> II kalendas nouembris. Era I. CXVIII.<sup>a</sup> in diebus regis domni adefonsi regente domno sisnando aluazir urbem colimbrie habitante episcopo domno paterno in colimbria. Facta est in supradicto monasterio petrosi.» (José SARAIVA, «A data nos documentos medievais portugueses e asturo-leoneses», *Revista portuguesa de história*, t. II, 1943, p. 104, apênd. I, n.º 44).

<sup>129</sup> DC 694 (1087): «Facta est hec scribtura testamenti die VI<sup>a</sup> feria hora VI<sup>a</sup> in supradicto monasterio de petroso luna XXVII<sup>a</sup> In era T C<sup>a</sup> XXV<sup>a</sup> in diebus regi domni adefonsi et domni paterni episcopi colimbriensis tenente domno sisnando aluacir ipsam urbem colimbrie.». Conforme sublinha Maria José Azevedo SANTOS («O “ornamento literário” em documentos medievais: o preâmbulo ou arenga (773?-1123)», in Maria Helena da Cruz COELHO, Maria José Azevedo SANTOS, Saul António GOMES e Maria do Rosário MORUJÃO, *Estudos de diplomática portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001, p. 171), este documento apresenta a singularidade de conter uma data tópica. Este facto não se repete em nenhum outro cartório da época, pelo que se deve apreciar a originalidade diplomática do mosteiro de Pedroso nos finais do século XI, no que concerne aos critérios de datação de diplomas adoptados por esta mesma comunidade monástica.

<sup>130</sup> DC 745 (1090): «Facta est hec scribtura testamenti die sabbato hora III<sup>a</sup> in supradicto monasterio de Petroso, luna XVI. in Era millesima C.<sup>a</sup> XXVIII. in diebus Regis Domni Adefonsi, et Domni Petri Archiepiscopi Bragal[...]. Juazir ipsa urbe Colimbrie.».

					Pentecostes		de Coimbra		
1095	2	26	-	-	-	18. <sup>a</sup>	Igreja de St. <sup>a</sup> Maria de Coimbra	Salomão, presbítero	LP 302 <sup>132</sup>
1095	3	3	Sábado	-	-	23. <sup>a</sup>	Mosteiro de S. Vicente de Vacariça	Fromarigo	LP 174 <sup>133</sup>
1095	3	3	Sábado	-	-	23. <sup>a</sup>	Mosteiro de S. Salvador de Leça	Paio	LP 149 <sup>134</sup>
1097	4	9	5. <sup>a</sup> feira	-	-	22. <sup>a</sup>	Igreja de St. <sup>a</sup> Maria de Coimbra	Paio	LP 509 <sup>135</sup>
1097	5	3	-	-	-	17. <sup>a</sup>	Igreja de St. <sup>a</sup> Maria de Coimbra	Paio	LP 293 <sup>136</sup>

<sup>131</sup> DC 775 (1092.04.13): «facta est conclamacione ac laudacione in deum omni (?) precio idus aprilis luna XX<sup>a</sup> VIII<sup>a</sup> anno incarnationis domini millesimo nonagesimo secundo consule ciuitatis prephate domno martino muniz (...) dominica in octauis pentecosten in ecclesia beate marie colimbrie» (José SARAIVA, «A data nos documentos medievais...», p. 104, apênd. I, n.º 45). Sobre este documento e o seu sistema de datação, pronunciou-se António de VASCONCELOS, «A catedral de Santa Maria colimbriense ao principiar o século XI. – Mozarabismo desta região em tempos posteriores», *Revista portuguesa de história*, t. I, 1940, pp. 132-136.

<sup>132</sup> LP 302 (1095.02.26): «Factum est hoc testamentum et oblatum super altare Sancte Marie pariter et in manu episcopi domni Cresconii, die IIII Kalendas Marcii, Luna XVIII, in Era M.<sup>a</sup> C.<sup>a</sup> XXXIII., qui est a Nativitate Christi annus millesimus et nonagesimus quintus, anno episcopatus supradicti presulis III.<sup>o</sup>, mense X.<sup>o</sup>, die mensis XII, anno imperii supradicti regis domni Ildefonsi XXX.<sup>o</sup>, mense III.<sup>o</sup>, III.<sup>a</sup> die mensis.» (José SARAIVA, «A data nos documentos medievais...», p. 104, apênd. I, n.º 46).

<sup>133</sup> LP 174 (1095.03.03): «Facta carta testamenti die sabbati, V.<sup>o</sup> Nonas Marcias, luna XX.<sup>a</sup> III.<sup>a</sup>, sub consensu episcopi domni Cresconii Colimbriensis et dominante Salomone abbate cenobii Vaccarize, regnante autem imperii regis domni Ildefonsi.» (José SARAIVA, «A data nos documentos medievais...», p. 105, apênd. I, n.º 48).

<sup>134</sup> LP 149 (1095.03.03): «Facta est hec carta testamenti die sabbati . V.<sup>o</sup> . Nñas marcias . Luna . X<sup>a</sup>X II<sup>a</sup>I . Jn era . M<sup>a</sup> . C<sup>a</sup> . XX<sup>a</sup>X . II<sup>a</sup>J . sub consensu domni cresconii . anno pontificatus illius . IJ<sup>o</sup>I . anno autem imperij regis domni adefonsi . XX<sup>o</sup>X» (José SARAIVA, «A data nos documentos medievais...», p. 105, apênd. I, n.º 47).

<sup>135</sup> LP 509 (1097.04.09): «Facta est hec carta venditionis V.<sup>a</sup> feria, V.<sup>o</sup> Idus Apriles, luna XX.<sup>a</sup> II.<sup>a</sup>, anno post Nativitatem Domini Nostri Jhesu Christi millesimo et nonagesimo septimo, hoc est in Era T.<sup>a</sup> C.<sup>a</sup> XXX.<sup>a</sup> V.<sup>a</sup>, regnante rege domno Adefonso anni regni ejus XXXII, me[n]se IIII.<sup>o</sup>, XVI.<sup>a</sup> die mensis, comite domno Henrico genero supradicti regis dominante a flumine Mineo usque in Tagum, anno pontificatus jam prefati domni Cresconii Colimbriensis episcopi V.<sup>o</sup> mense, XI.<sup>mo</sup> die mensis.» (José SARAIVA, «A data nos documentos medievais...», p. 105, apênd. I, n.º 49).

<sup>136</sup> LP 293 (1097.05.03): «Facta est hec carta vendicionis anno post Nativitatem Domini millesimo et nonagesimo septimo, hoc est in Era M. C. XXX.<sup>a</sup> V.<sup>a</sup>, V.<sup>o</sup> Nonas Maias, luna septima decima.» (José SARAIVA, «A data nos documentos medievais...», p. 105, apênd. I, n.º 50).

No mosteiro de Pedroso<sup>137</sup>, o processo de datação de alguns diplomas que compõem o respectivo cartório é identificado com três fases distintas do ciclo lunar, correspondentes à 24.<sup>a</sup>, à 27.<sup>a</sup> e à 16.<sup>a</sup>, sendo a sua ocorrência registada respectivamente a 31 de Outubro de 1081 (Domingo)<sup>138</sup>, tal como em dia e mês desconhecidos dos anos de 1087 (Sexta-feira) e 1090 (Sábado). Esta solução encontra-se apenas em três diplomas de doação, nos quais se registam, como padroeiros tutelares da comunidade monástica, St.<sup>a</sup> Maria, S. Pedro e S. Paulo<sup>139</sup>.

O facto de, no mosteiro de Pedroso, se registarem dois notários com experiência no cálculo do cômputo pascal sugere que esta actividade pode ser do conhecimento de outros membros da comunidade monástica, ou, pelo menos, daqueles cujas funções no quotidiano do mosteiro de alguma forma se relaciona com a produção dos diplomas necessários à fixação dos actos da prática. Devemos ainda salientar o facto de se associar ao processo de datação diplomática do mosteiro de S. Pedro – referência corrente ao ano, mês e dia – a hora em que o documento é elaborado, aspecto que se detecta nos três diplomas, redigidos pelos notários Paio e Pedro, onde também se constata a presença do ciclo lunar.

Ao conjugar estes elementos, o processo de datação diplomática utilizado no mosteiro de Pedroso nos finais do século XI, mais concretamente no abaciado de Godinho, adquire características excepcionais, sobretudo quando comparadas com os procedimentos de registo cronológico mais frequentes na generalidade dos mosteiros de fronteira. A estes aspectos acrescenta-se uma referência pontual à fase do ciclo lunar, elemento que surge pela primeira vez no monaquismo de fronteira a Sul do Douro neste mosteiro, mais concretamente no ano de 1081, e aí perdura em regime de exclusividade, com mais dois outros exemplos apenas, datados de 1087 e 1090, até ao seu aparecimento no cartório da igreja de St.<sup>a</sup> Maria de Coimbra, já durante o

---

<sup>137</sup> Sobre a composição do respectivo cartório monástico, José MATTOSO, *Obras completas*, vol. 12: *O monaquismo ibérico...*, pp. 31-34.

<sup>138</sup> Cf. Adriano CAPPELLI, *Cronologia...*, p. 63.

<sup>139</sup> Outras referências a St.<sup>a</sup> Maria no cartório do mosteiro de Pedroso em DC 552 (1078.02.23), DC 599 (1081.10.31), DC 694 (1087), DC 745 (1090) e DC 933 (1100?.05.01); e a S. Pedro e S. Paulo em DC 552 (1078.02.23), DC 589 (1080.08.27), DC 599 (1081.10.31), DC 694 (1087), DC 745 (1090), DC 870 (1098.03.11) e DC 933 (1100?.05.01). A respeito dos cultos de St.<sup>a</sup> Maria e de S. Pedro e S. Paulo, Carmen GARCÍA RODRÍGUEZ, *El culto de los santos...*, pp. 125-133 e 146-153.

episcopado de Crescónio. Para além disso, contém ainda menções às autoridades políticas que protagonizaram acontecimentos de primeira ordem da história da fronteira ocidental hispânica, com destaque para o rei Afonso VI de Leão e o seu auxiliar, o cônsul Sesnando Davides, ou ainda influentes dignidades eclesiásticas, como o arcebispo Pedro de Braga e o bispo Paterno de Coimbra.

Esta sequência de dados indica-nos que, para os monges de Pedroso, a concepção do tempo não se esgota na sua aceção absoluta, resultante de uma leitura abstractizante da realidade. A referência a personalidades leigas e religiosas pressupõe um entendimento mais personalizado do tempo, que se relativiza em função de coordenadas temporais próprias, identificadas com a acção representativa de uma figura de destaque, não raro conotada com um centro geográfico de actuação específico, que, no vertente caso, corresponde às cidades de Coimbra e Braga. É provável que este aspecto esteja também relacionado com o facto de Pedroso se encontrar junto ao Douro, e, por este motivo, se localizar numa região oscilante sob o ponto de vista da administração eclesiástica, facto a que os monges procuram, talvez, aludir. Mas também é possível que a citação de Braga tenha em conta apenas a sua preeminência simbólica, na qualidade de arquidiocese, sobre as restantes dioceses do Ocidente cristão hispânico, razão pela qual é muito sintomaticamente invocada na sua condição de metrópole eclesiástica.

Estas referências não podem deixar de ser associadas ao facto de se registar aqui a única alusão que conhecemos, no monaquismo de fronteira, ao local de produção do diploma, identificado explicitamente com o mosteiro de Pedroso. Ainda que raras no monaquismo de fronteira, as datas tópicas são também pontualmente referenciadas no cartório do mosteiro de St.<sup>a</sup> Maria de Guimarães – não foram incluídas no quadro devido ao facto de nele não se encontrar nenhum testemunho do cômputo com base no ciclo lunar –, sem dúvida como resultado de uma clara consciência em relação à existência de outros centros de produção e irradiação de diplomas institucionalmente ligados a ambas as comunidades, identificáveis, talvez, com as igrejas pertencentes aos dois sistemas de padroado monástico.

O diploma do mosteiro de S. Vicente de Vacariça que associámos ao quadro refere a 23.<sup>a</sup> fase do ciclo lunar, identificada com o dia 3 de Março de 1095 (Sábado)<sup>140</sup>. Esta ocorrência tem lugar num documento de doação onde se regista, como padroeiro tutelar da comunidade monástica, uma referência única a S. Vicente<sup>141</sup>. A data aqui expressa é semelhante à que se regista num documento do mosteiro de S. Salvador de Leça, onde também se alude, sem qualquer diferença quanto ao conteúdo textual, à respectiva fase do ciclo lunar.

É, talvez, por influência do formulário diplomático utilizado na igreja de St.<sup>a</sup> Maria de Coimbra que os monges de Vacariça adoptam, nos finais do século XI, o mesmo critério de registo cronológico com referência à respectiva fase do ciclo lunar. Esta hipótese relaciona-se com o facto de a primeira referência àquele elemento de datação surgir no cartório vacaricense num momento em que o mosteiro integra já o padroado da sede diocesana, o que veio a acontecer por doação dos condes Raimundo e Urraca no episcopado de Crescónio, em 1094. A sua presença neste cartório pode, no entanto, considerar-se mais residual do que a registada no caso de Pedroso, uma vez que se associa apenas ao labor do notário Fromarigo.

Utilizando o mesmo tipo de registo personalizado do tempo, este documento exarado no mosteiro de Vacariça menciona os nomes do rei Afonso VI de Leão, do bispo Crescónio de Coimbra e ainda do abade Salomão, apresentando a particularidade de introduzir uma nota distintiva do consenso existente entre o bispo e o abade em matéria de alienação patrimonial, sem dúvida como resultado do facto de Salomão continuar a governar com alguma autonomia, embora sob os auspícios de Crescónio, a comunidade monástica<sup>142</sup>. Por sua vez, a individualização geográfica é feita apenas tendo

---

<sup>140</sup> Cf. Adriano CAPPELLI, *Cronologia...*, p. 42.

<sup>141</sup> Outras referências a S. Vicente no cartório do mosteiro de Vacariça em DC 104 (972.04.30), LP 126 (1002.11.30), LP 72 (1006.06.17), LP 124 (1016.02.10), LP 123 (1018.01.12), LP 129 e 161 (1018.01.30), LP 121 (1019.02.28), LP 134 (1019.12.02), LP 91 (1020.12.01), LP 142 (1021.11.20), LP 147 ([1035].12.04), LP 93 e 146 (1036.02.22), LP 127 (1041.10.01), LP 130 e 132 (1047.10.12 ou 13), LP 110 ([1047].11.19), LP 141 ([1047].12.20), LP 136 ([1053].01.20), LP 114 e 154 (1055.07.09), LP 88 (1057.01.21), LP 92 (1078.08.20), LP 53 (1082.01.06), LP 101 (1086.03.25, falso), LP 372 (1086.08.11), LP 119 ([1087-1091]; cf. LP 89), LP 89 ([1087-1091]; cf. LP 119), LP 255 (1090.08.16), LP 160 (1091.08.02), LP 174 (1095.03.03) e LP 77 (1098.12.17). Sobre o culto de S. Vicente, Carmen GARCÍA RODRÍGUEZ, *El culto de los santos...*, pp. 257-278.

<sup>142</sup> A mesma solução é adoptada num documento do mosteiro de S. Salvador de Leça, instituição que integra o padroado vacaricense desde 1045 (LP 138 e 150, de 1045.09.21; ver ainda LP 137 e 148, de 1045.09.21; com uma primeira doação de Unisco Mendes e seu filho



em conta a diocese de Coimbra e o próprio mosteiro, limitando-se à partida o universo de referências geográficas ao local em que é produzida a documentação em análise e à sua esfera de integração diocesana.

No mosteiro de S. Salvador de Leça<sup>143</sup>, o processo de datação é identificado com a 23.<sup>a</sup> fase do ciclo lunar, associada, por sua vez, ao dia 3 de Março de 1095 (Sábado)<sup>144</sup>. A data aqui registada é semelhante à que se verifica no documento do mosteiro de Vacariça a que aludimos acima, e onde se atesta, sem variações de fundo quanto ao conteúdo, a mesma fase do ciclo lunar.

No caso vertente, há uma inequívoca proximidade diplomática entre os dois mosteiros que não pode dissociar-se do facto de Leça integrar, desde a primeira metade do século XI, o padroado monástico vacaricense. Tendo em conta as observações que já efectuámos a propósito do caso anterior, é, portanto, provável que se deva também ao formulário diplomático utilizado na igreja de St.<sup>a</sup> Maria de Coimbra nos finais desta centúria, sob mediação do mosteiro de Vacariça, a adopção deste critério de registo cronológico com referência ao ciclo lunar. De resto, à semelhança deste mosteiro, a sua presença no cartório do colégio duriense é meramente residual, uma vez que se encontra associada apenas ao labor do notário Paio.

A esta personagem se deve uma referência aos nomes do rei Afonso VI de Leão e do bispo Crescónio de Coimbra, sendo digno de destaque o facto de se repetir o tópico do consenso existente entre o bispo e o abade em matéria de alienação patrimonial. Este aspecto pode dever-se ao facto de também a comunidade de Leça se encontrar sujeita às orientações do bispo de Coimbra, na sequência da doação do mosteiro de Vacariça pelos condes Raimundo e Urraca, no episcopado de Crescónio, em 1094. Mas, ao contrário do que se

---

Osoredo Trutesendes ao abade Tudeildo de Vacariça em 1021, segundo se depreende da análise de LP 142, de 1021.11.20) e que, por este motivo, passa também para o padroado diocesano em 1094, segundo se constata da leitura da respectiva cláusula diplomática em LP 149 (1095.03.03). Refira-se a este propósito que se trata de um documento com a mesma data do do mosteiro de Vacariça, embora, contrariamente ao primeiro, se elimine a referência ao abade que governa a comunidade de Leça. Os dois documentos foram redigidos por diferentes notários («Fromarigus scripsit», no caso de Vacariça; e «Pelagius carte huius scriptor», no caso de Leça).

<sup>143</sup> Sobre a composição do respectivo cartório monástico, José MATTOSO, *Obras completas*, vol. 12: *O monaquismo ibérico...*, pp. 21-23.

<sup>144</sup> Cf. Adriano CAPPELLI, *Cronologia...*, p. 42.

verifica no primeiro caso, o notário da comunidade duriense omite os dados de cariz geográfico evidenciados pelo outro notário.

Na igreja de St.<sup>a</sup> Maria de Coimbra, por fim, os diplomas considerados referem quatro fases distintas do ciclo lunar, correspondentes à 29.<sup>a</sup>, à 18.<sup>a</sup>, à 22.<sup>a</sup> e à 17.<sup>a</sup>, cuja ocorrência é assinalada respectivamente a 13 de Abril de 1092 (Domingo)<sup>145</sup>, 26 de Fevereiro de 1095, 9 de Abril de 1097 (Quinta-feira)<sup>146</sup> e 3 de Maio de 1097, não se especificando o dia da semana no segundo e quarto casos apontados. Embora um pouco mais tardia quando comparada com as duas outras experiências de cronografia monásticas, esta forma de datação surge com maior frequência nesta igreja, sendo utilizada no documento de consagração do bispo Crescónio de Coimbra pelo arcebispo Bernardo de Toledo durante o concílio de Husillos – onde igualmente se refere, como elemento de datação, as Oitavas de Pentecostes<sup>147</sup> –, tal como num documento de doação e ainda em dois outros de venda, que registam St.<sup>a</sup> Maria como padroeira tutelar da canónica<sup>148</sup>.

No cartório de Coimbra, documenta-se o mesmo número de notários apontado no caso de Pedroso. No entanto, é um presbítero a figura responsável pelo registo cronológico com base no cômputo pascal, única referência que nos permite obter informações sobre a função desempenhada por estas figuras da hierarquia eclesiástica diocesana neste domínio.

---

<sup>145</sup> Cf. Adriano CAPPELLI, *Cronologia...*, p. 49. A data deve estar incorrecta, uma vez que, no mês de Abril do ano de 1092, apenas os dias 4, 11, 18 e 25 correspondem a um Domingo. O dia apontado no diploma corresponde a uma Terça-feira.

<sup>146</sup> Cf. Adriano CAPPELLI, *Cronologia...*, p. 64.

<sup>147</sup> LP 609 (1092.05.23?).

<sup>148</sup> Outras referências a St.<sup>a</sup> Maria no cartório da Sé de Coimbra em LP 360 ([867-912]), LP 456 (1083.08.08), LP 312 (1083.12.17), LP 101 (1086.03.25, falso), LP 16 (1086.04.13, falso ou interpolado), LP 170 (1086.04.19), LP 87 (1086.07.12), LP 20 (1086.11.24), LP 558 ([1086-1091]), LP 349 (1087.01), LP 19 e 78 (1087.03.15), LP 373 (1087.03.29), LP 251 (1087.04.26, falso ou interpolado), LP 578 (1087.05, falso), LP 256 (1087.12.22), LP 398 (1088.01.03), LP 286 (1088.01.16), LP 21 (1088.03.01, falso), LP 275 (1088.04.14), LP 390 e 552 (1088.09, falso ou interpolado), LP 384 (1089.02.19), LP 447 (1089.10), LP 388 (1090.05.26), LP 452 (1091.06.08), LP 343 (1091.07.26), LP 423 (anterior a [1092]), DC 775 (1092.04.13), DC 791 (1092), LP 272 e 323 ([1092-1098]), LP 394 ([1092-1098]), LP 415 ([1092-1098]), LP 32 e 173 (1094.02.24), LP 175 (1094.03.23), LP 385 (1094.04.30), LP 82 (1094.11.13), LP 302 (1095.02.26), LP 418 (1095.07.18), LP 49 (1095.12.24), LP 45 (1096.02.15), LP 246 (1096.04.18), LP 420 (1096.10.03), LP 290 (1097.04.29), LP 289 (1097.04.30), DC 869 (1098.01.10), LP 427 (1098.12.03), LP 317 (1099.01.04), LP 47 (1099.03.19), LP 48 (1099.03.20) e LP 43 (1100.12.19); com uma referência epigráfica avulsa em EMP, vol. II, t. 1, n.º 42 ([finais do séc. XI]). Sobre o culto de St.<sup>a</sup> Maria, Carmen GARCÍA RODRÍGUEZ, *El culto de los santos...*, pp. 125-133.

Neste caso em particular, a personalização do tempo passa pela inclusão de referências ao rei Afonso VI de Leão, ao conde Henrique de Borgonha e a Martinho Moniz, sintomaticamente designado como segundo cônsul de Coimbra – alusão indirecta à acção do seu antecessor no cargo consular, Sesnando Davides, cujo nome é omitido –, para além da natural referência ao bispo Crescónio, que institui a recordação do prelado ao qual se confia a administração dos destinos da diocese. Embora não se faça referência a nenhuma outra autoridade eclesiástica, é entre os clérigos de Coimbra que se constata o predomínio de referências diplomáticas a autoridades políticas. Esta observação é tributária do facto de a igreja de St.<sup>a</sup> Maria se encontrar, nos finais do século XI, no centro de atenção do processo de afirmação e consolidação da reforma litúrgica desenvolvida sob iniciativa e apoio régios, sobretudo após a abolição oficial do rito hispânico no concílio de Burgos. Embora não sendo exclusiva deste cartório, a referência ao conde portugalense introduz nos documentos da sede diocesana uma nota que extravasa a realidade administrativa local, habitualmente identificada apenas com a presença dos cônsules Sesnando Davides e Martinho Moniz, e integra a região numa unidade geográfica consideravelmente mais vasta, delimitada, segundo o texto, pelos rios Minho e Tejo. Nesta área, o centro de acção por excelência é, naturalmente, a cidade de Coimbra, não se fazendo qualquer outra referência a núcleos urbanos localizados quer a Sul, quer a Norte do Douro, como acontece entre os monges de Pedroso.

Na sua especificidade, estes aspectos apontam para as estreitas ligações entre a formação cultural e intelectual dos clérigos e as necessidades do culto litúrgico na época, de forma alguma independentes da celebração das festas móveis do calendário cristão. Embora se documentem também noutros cartórios monásticos processos de datação complexos sob o ponto de vista cronográfico, a verdade é que a sua utilização em simultâneo com a indicação da fase do ciclo lunar apenas ocorre nestas quatro instituições, englobando dois dos mais activos mosteiros rurais da região a Sul do Douro e a principal igreja urbana, sede da diocese cuja jurisdição territorial se estende até ao vale

duriense, para além de um mosteiro que gravita nos finais do século XI em torno da órbita monástica vacaricense<sup>149</sup>.

O predomínio de instituições com este tipo de registo cronológico neste âmbito geográfico pode, em nossa perspectiva, resultar de uma maior importância concedida pelos clérigos moçárabes ao cálculo do tempo com base em critérios afectos ao primado urbano das técnicas<sup>150</sup>. Há aqui indícios que apontam para observações astronómicas, complementadas pela realização de operações matemáticas, visando o estabelecimento do ciclo lunar a partir de conhecimentos especializados. Esta questão pode ajudar-nos a explicar a razão pela qual se regista apenas um máximo de dois notários, tanto em S. Pedro de Pedroso como em St.<sup>a</sup> Maria de Coimbra, aparentemente capazes de proceder ao cálculo das festas móveis do ciclo do Cristo pascal, ou, pelo menos, que registaram nos respectivos diplomas esta forma de aferição cronológica. Da mesma forma, o predomínio das referências a um *tempo personalizado* em instituições situadas preferencialmente a Norte do Douro – excepção feita apenas para o mosteiro de Arouca, que regista nesta época os mais frequentes e desenvolvidos formulários diplomáticos contendo a indicação do nome das autoridades locais<sup>151</sup> – pode ser indício de uma mais

---

<sup>149</sup> Sobre o uso deste tipo de procedimento cronográfico na diplomática coeva, veja-se José SARAIVA, «A data nos documentos medievais...», pp. 25-220. Nas pp. 104-107 do apêndice I, sob os n.ºs 44-60, o autor apresenta uma relação, com transcrição documental, de fontes diplomáticas hispânicas em que se atesta a presença de fórmulas auxiliadas pela data da lua. Regra geral, na diacronia que aqui nos interessa, correspondem a cartas datadas entre as últimas décadas do século XI e as últimas da centúria seguinte, com cronologias oscilantes entre 1065 e 1188, para traslados oriundos dos mosteiros de San Millán de la Cogolla e de Eslonza, respectivamente. À excepção de DC 694 (1087) e de DC 745 (1090), do mosteiro de Pedroso, os documentos que citámos ao longo deste capítulo encontram-se também referenciados pelo autor nas pp. 104-105, sob os n.ºs 44-50.

<sup>150</sup> Retenha-se a este respeito o que escreveu José MATTOSO, «O essencial sobre a cultura medieval portuguesa (séculos XI a XIV)», in *Obras completas*, vol. 6: *Fragmentos de uma composição medieval. O essencial sobre a formação da Nacionalidade. O essencial sobre a cultura medieval portuguesa. O essencial sobre os provérbios medievais portugueses*, s.l., Círculo de Leitores, 2001, pp. 282-284.

<sup>151</sup> Sobre a composição dos títulos jurídicos associados ao cartório do mosteiro de S. Pedro de Arouca, com destaque para o denominado *Livro de D. Mor Martins*, onde se encontra compilada a documentação relativa ao percurso institucional da comunidade monástica na Alta Idade Média, Maria Helena da Cruz COELHO, *O mosteiro de Arouca. Do século X ao século XIII*, Arouca, Câmara Municipal de Arouca – Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1988, pp. 147-164; e, da mesma autora, *Arouca. Uma terra, um mosteiro, uma santa*, Arouca, Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda – Museu de Arte Sacra de Arouca, 2005, pp. 16-23. Mais recentemente, também António Joaquim Ribeiro GUERRA (*Os diplomas privados...*, 2003) efectuou a análise diplomática das cartas que integram o núcleo arquivístico do mosteiro (cf., a este respeito, o levantamento numérico apresentado pelo autor na p. 31, n.º 4, onde se regista, para uma diacronia oscilante entre os anos de 882 e 1200, um total previsto e efectivamente

efectiva filiação simbólica das comunidades monásticas do território portugalense nas esferas políticas da época, sugerindo, ao contrário do que se verifica mais a Sul, uma maior dependência do monaquismo setentrional em relação aos senhores leigos. O monaquismo meridional, em contraponto, mantém-se, sob o ponto de vista do formulário diplomático, mais afastado de referências que associem o seu percurso institucional ao de outras influentes personalidades da região.

Em todos os casos apontados, o conjunto de santos padroeiros de cada instituição revela uma natural preferência pelo culto ao Salvador, documentado pela primeira vez no mosteiro de Vacariça em 1002, no mosteiro de Pedroso em 1078, e na igreja de Coimbra apenas em 1088, aqui se tratando de um documento falso ou interpolado<sup>152</sup>. Embora atestado nos dois primeiros casos, onde surge com frequência associado a duas outras entidades celestes – S. Vicente e S. Pedro – bem representativas do santoral tradicional da Alta Idade Média, no terceiro, a pontualidade da referência não nos permite tecer observações mais detalhadas, uma vez que o Salvador é substituído por St.<sup>a</sup> Maria como padroeira tutelar da instituição catedralícia, ao contrário dos restantes dois casos, em que o primeiro surge em associação aos outros dois santos.

É em ambiente urbano, mais concretamente entre os clérigos de St.<sup>a</sup> Maria de Coimbra, que se regista com maior regularidade este processo de datação com base no ciclo lunar. Por outro lado, é também no meio canonical da igreja consagrada à Sempre Virgem Mãe de Deus e de Nosso Senhor Jesus Cristo que se documentam as datações mais completas, ou seja, aquelas para onde converge um maior número de elementos que permitem a aferição cronológica propriamente dita. A sua importância sob o ponto de vista

---

analisado de 177 documentos; sobre a respectiva tipologia documental, cf. ainda os dados apresentados no quadro da p. 42, n.º 4).

<sup>152</sup> O culto de S. Salvador pode considerar-se um dos mais difundidos, juntamente com o de St.<sup>a</sup> Maria, no território a Sul do Douro até aos finais do século XI, surgindo, de forma isolada ou em conjunto com outros santos padroeiros, em mais de vinte igrejas da região. Cf., para o mosteiro de Vacariça, LP 126 (1002.11.30), LP 72 (1006.06.17), LP 124 (1016.02.10), LP 123 (1018.01.12), LP 129 e 161 (1018.01.30), LP 121 (1019.02.28), LP 134 (1019.12.02), LP 91 (1020.12.01), LP 142 (1021.11.20), LP 147 ([1035].12.04), LP 84 (1043.09.04), LP 137 e 148 (1045.09.21), LP 141 ([1047].12.20), LP 136 ([1053].01.20), LP 114 e 154 (1055.07.09), LP 88 (1057.01.21) e LP 101 (1086.03.25, falso); para o mosteiro de Pedroso, DC 552 (1078.02.23), DC 589 (1080.08.27), DC 694 (1087), DC 745 (1090) e DC 870 (1098.03.11); e, para a catedral urbana, LP 390 e 552 (1088.09, falso ou interpolado). Sobre o culto de S. Salvador, Carmen GARCÍA RODRÍGUEZ, *El culto de los santos...*, pp. 109-124.

quantitativo deve ser posta em paralelo com o facto de ser também em ambiente urbano que se introduz uma referência, mais erudita, ao ano do Nascimento ou da Encarnação do Senhor, que corresponde a uma variação significativa, sob o ponto de vista qualitativo, na forma como se procede à datação do diploma, e que, nos finais do século XI, é utilizada preferencialmente nesta instituição eclesiástica<sup>153</sup>. Ainda a este respeito, parece-nos também importante destacar o facto de os mosteiros de Vacariça e Leça começarem a reproduzir o formulário diplomático da igreja de St.<sup>a</sup> Maria a partir do momento em que integram o seu sistema de padroado, facto que veio a ocorrer com a doação dos condes Raimundo e Urraca em 1094.

Em todos estes casos, a referência ao ciclo lunar é integrada em sistemas de datação complexos, reforçados pelo encadeamento de vários elementos sincrónicos sob o ponto de vista cronológico. Regra geral, estes elementos correspondem à hora, ao dia do mês, ao dia da semana, ao mês, ao ano e à festa do calendário litúrgico, para além do ano de reinado, consulado ou pontificado associado às personalidades de maior destaque, leigas ou religiosas, da região. As fórmulas utilizadas têm assim um carácter analítico, e distinguem-se das que são mais comumente mencionadas nos diplomas da época pelo facto de o predomínio recair sobre as fórmulas sintéticas, caracterizadas pela referência sumária ao ano, mês e dia em que ocorreu a produção do diploma.

Seja como for, a verdade é que o surgimento deste tipo de datação na diplomática ocidental hispânica, e, mais concretamente, em instituições que ou representam, ou gravitam em torno da órbita diocesana conimbricense nos finais do século XI, não se pode dissociar do momento cultural em que o fenómeno ocorre: os episcopados de Paterno e de Crescónio, para além do período de vacância da cátedra episcopal no decurso do qual se deram alguns dos mais acesos confrontos entre defensores e opositores do processo de

---

<sup>153</sup> LP 32 e 173 (1094.02.24): «anno ab incarnatione dñi nostri ihesu christi millesimo . et nonagesimo . Vº uidelicet in . era . M<sup>a</sup> . C<sup>a</sup> . X<sup>axx</sup> II<sup>a</sup>» (seg. LP 32) e «anno ab incarnatione Domini nostri ihesu Christi millesimo et nonagesimo Vº uidelicet in Era M<sup>a</sup>. C<sup>a</sup>. XXX<sup>a</sup>. II.<sup>a</sup>» (seg. LP 173); LP 509 (1097.04.09): «anno post Nativitatem Domini Nostri Jhesu Christi millesimo et nonagesimo septimo, hoc est in Era T.<sup>a</sup> C.<sup>a</sup> XXX.<sup>a</sup> V.<sup>a</sup>»; e LP 293 (1097.05.03): «anno post Nativitatem Domini millesimo et nonagesimo septimo, hoc est in Era M. C. XXX.<sup>a</sup> V.<sup>a</sup>». Sobre este aspecto em particular, vejam-se, ainda que aplicadas ao universo epigráfico, as observações avançadas por Mário Jorge BARROCA em EMP, vol. I, pp. 223-226.

reforma litúrgica na fronteira do Mondego, identificados, genericamente, com o período que decorre entre os anos de 1080 e 1098, data dos óbitos dos dois citados prelados<sup>154</sup>.

No entanto, não estamos diante de casos únicos. Estes elementos cronológicos devem ser postos em paralelo com a indicação, nos documentos que referem a fase do ciclo lunar, da hora em que o registo é elaborado. Este processo ocorre apenas no cartório do mosteiro de Pedroso, que, como vimos, é também aquele em que se regista pela primeira vez a utilização daquela primeira forma de datação. Esta observação permite-nos sustentar com segurança a hipótese de os monges do mosteiro de Pedroso elaborarem os seus documentos preferencialmente durante as primeiras horas da manhã ou da tarde – quase à segunda e à terceira horas, isto é, por volta das oito ou nove da manhã, ou ainda por volta do meio-dia –, prática que, atendendo às melhores condições de luminosidade natural necessárias ao trabalho exigente e moroso da escrita, seria também adoptada por outras comunidades da época. O trabalho dos monges da comunidade duriense alternava com as obrigações definidas como preceitos regulares, nomeadamente as orações diárias, e, noutro registo, as exigências impostas pela gestão do património monástico. A produção das cartas que atestam a alienação do património incluía-se obviamente nesta última actividade. Para a sua realização, os monges tinham em conta subdivisões abstractas do tempo qualificáveis de horas completas – assim o indicam as referências à sexta e terceira horas nos documentos de 1087 e 1090 –, e que correspondem à hora a que se celebravam duas das horas menores do Ofício divino – a terça e a sexta –, ou ainda fracções calculadas em função da hora subsequente, como a que, no documento de 1081, é mencionada tendo como referência não a hora passada, mas sim a hora seguinte, ou seja, a segunda hora do dia. O trabalho é, pois, calculado não em função da hora que passou, mas sim da que ainda está por vir.

---

<sup>154</sup> Para os documentos relativos ao episcopado de Paterno, com diacronia entre 1081 e 1087, DC 599 (1081.10.31) e DC 694 (1087); e, para os relativos ao episcopado de Crescónio, com diacronia entre 1092 e 1097, DC 775 (1092.04.13), LP 302 (1095.02.26), LP 174 (1095.03.03), LP 149 (1095.03.03), LP 509 (1097.04.09) e LP 293 (1097.05.03). Um único documento com referência ao ciclo lunar é produzido durante o período de vacância que se segue à controversa eleição deste último bispo no concílio de Husillos (DC 745, de 1090).

Uma vez que este tipo de referências se processa de acordo com o sistema tradicional de divisão do dia em horas, ou seja, numa estrutura de pequenas unidades sucessivas com a mesma duração temporal, a produção de diplomas no monaquismo ocidental hispânico parece estar não só relacionada com a celebração das horas canónicas definidas pela generalidade das regras que constituem o denominado *codex regularum*<sup>155</sup>, mas também com a observância daquilo que a tradição hispânica consignada no décimo capítulo da *Regula monastica communis* designa de horas particulares, identificáveis com sete momentos de oração individual, praticada na solidão da cela monástica<sup>156</sup>. Procura, neste sentido, ser o resultado de aplicações práticas entendidas também como meios de regulamentação das vivências quotidianas pela compartimentação do dia em momentos específicos, aos quais correspondem funções bem determinadas na vida em comunidade, orientando o trabalho dos monges de acordo com o valor performativo característico do género regular<sup>157</sup>. E não deixa de estar também integrada na comemoração litúrgica do tempo cristão, uma vez que associa o trabalho desenvolvido pelas comunidades anteriormente apontadas às experiências que dão forma à vida religiosa propriamente dita.

Em todos estes diplomas, é evidente que a referência ao ciclo lunar se deve à elaboração de cálculos relacionados com o cômputo pascal. Neste sentido, e atendendo às origens da própria analística, é possível que, numa

---

<sup>155</sup> Mencione-se a este respeito a profusão de expressões retiradas de regras monásticas que se encontram presentes na diplomática da Alta Idade Média hispânica, conforme se constata em José MATTOSO, «Sobrevivência do monaquismo frutuoso em Portugal durante a Reconquista», in *Obras completas*, vol. 9: *Religião e cultura na Idade Média portuguesa*, s.l., Círculo de Leitores, 2002, pp. 11-20; para além, naturalmente, da referência à existência de livros como a Regra de St.º Ambrósio, a Regra de St.º Isidoro, a Regra de S. Bento, a Regra de S. Cesário, S. Leandro ou S. Donato, a Regra de S. Frutuoso e a Regra de S. Pacómio na distinta biblioteca do mosteiro de St.ª Maria de Guimarães, pelo menos desde 26 de Janeiro de 959 (DC 76, de 959.01.26). Nas fontes diplomáticas relativas ao Noroeste hispânico datáveis até aos finais do século XI, encontram-se ainda pelo menos mais duas referências à presença de códices contendo regras monásticas, apesar de não-especificadas, no mosteiro de S. Salvador de Leça e na igreja de S. Miguel de Recardães, respectivamente a 20 de Novembro de 1021 (LP 142, de 1021.11.20) e 12 ou 13 de Outubro de 1047 (LP 130 e 132, de 1047.10.12 ou 13).

<sup>156</sup> A prática de oração individual tem lugar, de acordo com este capítulo da regra, na segunda, quarta, quinta, sétima, oitava, décima e undécima horas do dia, perfazendo, juntamente com as horas canónicas, um total de catorze momentos diários.

<sup>157</sup> Vejam-se, entre outros, José ORLANDIS, «El trabajo en el monacato visigótico», *Yermo. Cuadernos de historia y de espiritualidad monásticas*, vol. 13, n.ºs 1-2, 1975, pp. 87-102; e Fr. Justo PÉREZ DE URBEL, «La ley del trabajo en los escritorios monásticos de la Alta Edad Media española», *Yermo. Cuadernos de historia y de espiritualidad monásticas*, vol. 13, n.ºs 1-2, 1975, pp. 103-140.



eventual elaboração de tabelas usadas com esse objectivo e difundidas com o objectivo de se determinar com rigor a data das festas móveis do calendário litúrgico, se tenham registado curtos apontamentos históricos através de associações entre o registo cronológico, próprio do cômputo pascal, e o tópico factológico, característico daquela tipologia de fontes. As datas em que, como vimos, os anais portugalenses foram escritos são contemporâneas da época em que se registam as datações diplomáticas com referência ao ciclo lunar.

A sincronia aproximada dos dois fenómenos sugere que os mosteiros que conhecem o processo de cálculo da datação lunar tenham também conhecido o género analístico. Isto não significa que anteriormente o ignorassem, pois o cálculo das festas móveis do calendário litúrgico era prática indispensável às habituais celebrações de culto da Igreja. O que importa sublinhar é que elas adquirem expressão documental apenas a partir desta altura, o que não pode ser simplesmente dissociado da introdução de novos formulários diplomáticos no monaquismo de fronteira na sequência da reforma litúrgica. É, em qualquer caso, indício de uma mais erudita forma de aferição cronológica, que nos remete para uma realidade difundida num número pouco expressivo de mosteiros – embora integrando os que conhecem maior vitalidade e dinamismo nesta época de controversas mudanças religiosas –, por contraste com os hábitos até então seguidos nestas comunidades monásticas tradicionais.

Com base nas ideias antes expostas, é lícito pensar-se na hipótese de estes mosteiros terem também registado apontamentos analísticos nas suas tabelas de cômputo. A verificar-se esta hipótese, o círculo monástico de produção e fixação de memórias historiográficas não se limitaria apenas aos mosteiros de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave, S. Salvador de Grijó, S. Mamede de Lorvão e St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra: poderia incluir as comunidades de S. Pedro de Pedroso, S. Vicente de Vacariça e S. Salvador de Leça, para além da canónica de St.<sup>a</sup> Maria de Coimbra, sobretudo a partir do episcopado de Paterno e do priorado de Martinho Simões. Resta, no entanto, saber se também os mosteiros dependentes destas comunidades terão praticado e divulgado o

mesmo tipo de registo factológico. Para esta questão, só uma mais aprofundada investigação sobre a matéria poderá, talvez, esclarecer<sup>158</sup>.

Em qualquer caso, embora não tenhamos elementos que comprovem de forma taxativa a existência de hábitos de fixação de memórias analísticas nestas últimas instituições<sup>159</sup>, é possível pensar na eventualidade de estas

---

<sup>158</sup> O alargamento do número de instituições eclesiásticas que esta consideração traduz tornar-se-ia muito maior e mais significativo se lhe juntarmos a lista de igrejas delas dependentes. Pode-se dar uma ideia deste facto enumerando as igrejas em que se pode verificar documentalmente o seu padroado: para o mosteiro de Pedroso, a igreja de S. Mamede de Vila Maior (DC 599, de 1081.10.31); para o mosteiro de Vacariça, os mosteiros de S. Paio de Rocas do Vouga (LP 126, de 1002.11.30), St.º André de Sever do Vouga (LP 134, de 1019.12.02), S. Romão de Vermoim (LP 147, de [1035].12.04; e LP 138 e 150, de 1045.09.21), Soure (LP 84, de 1043.09.04), S. Martinho de Anta (LP 137 e 148, de 1045.09.21), Louredo (LP 73, de 1064) e Trezói (LP 73, de 1064) e as igrejas de S. Miguel de Recardães (LP 123, de 1018.01.12; e LP 130 e 132, de 1047.10.12 ou 13), S. Martinho de Aldoar (LP 142, de 1021.11.20), S. Mamede de Moalde (LP 142, de 1021.11.20), S. Mamede de Coronado (LP 147, de [1035].12.04), S. Tiago de Jovim (LP 147, de [1035].12.04), S. Paio de Marentães (LP 147, de [1035].12.04), S. Pedro de Penacova (LP 93 e 146, de 1036.02.22), St.ª Maria de Fermentões (LP 130 e 132, de 1047.10.12 ou 13), S. Martinho de Carvalhais (LP 130 e 132, de 1047.10.12 ou 13), Pedroso (LP 136, de [1053].01.20), Manhouce (LP 136, de [1053].01.20), Escapães (LP 136, de [1053].01.20), Agoncide (LP 136, de [1053].01.20), S. Martinho de Monsarros (LP 73, de 1064), S. Cucufate da Moita (LP 73, de 1064), S. Martinho de Amoreira da Gândara (LP 73, de 1064), S. Mamede de Barrô (LP 73, de 1064), S. Pedro de Tamengos (LP 73, de 1064), S. Félix de Antes (LP 73, de 1064), S. Cristóvão de Alfora (LP 73, de 1064), St.ª Maria de Murtede (LP 73, de 1064), S. Pedro da Mata (LP 73, de 1064), St.ª Eulália de Cécemes (LP 73, de 1064), S. Tomé do Luso (LP 73, de 1064), S. Paio de Várzeas (LP 73, de 1064), S. Salvador de Coimbra (LP 73, de 1064), S. Martinho do Pinheiro (LP 174, de 1095.03.03) e St.ª Eufémia de Areal (LP 334, s.d.); e, por fim, para o caso da Sé de Coimbra, as igrejas de St.ª Maria de Vila Nova (LP 87, de 1086.07.12), St.º Estêvão de Crestelo (LP 447, de 1089.10), S. Pedro do Sul (LP 272 e 323, de [1092-1098]), St.ª Maria do Mato (LP 272 e 323, de [1092-1098]), S. Martinho do Bispo (LP 32 e 173, de 1094.02.24), S. Cristóvão da Ermida (LP 302, de 1095.02.26), St.ª Maria de Montemor-o-Velho (LP 49, de 1095.12.24), S. Julião da Figueira da Foz (LP 45, de 1096.02.15), S. Veríssimo de Vila Verde (LP 45, de 1096.02.15), S. Jorge de Caldelas (LP 290, de 1097.04.29) e S. Paio de Sampaio (LP 47, de 1099.03.19). Na caracterização deste último padroado, não foram consideradas as igrejas de S. Salvador de Brenhelas e St.ª Maria de Ventosa do Bairro, cuja doação contempla pessoalmente o presbítero e prior Martinho Simões, não se fazendo no respectivo diploma de doação qualquer referência à canónica de St.ª Maria (LP 85, de 1092.07.08). Não foi também individualizado nesta listagem o mosteiro de S. Salvador de Leça, pelo facto de este integrar o extenso padroado da comunidade monástica vacaricense (LP 142, de 1021.11.20; e LP 138 e 150, de 1045.09.21).

<sup>159</sup> Existem de facto diversas propostas metodológicas para a identificação de uma eventual actividade de produção literária nas comunidades monásticas da região. Recorde-se que, num importante inquérito às fontes, José MATTOSO («O mosteiro de Santo Tirso e a cultura medieval portuguesa», in *Obras completas*, vol. 9: *Religião e cultura...*, pp. 267-268; *Obras completas*, vol. 12: *O monaquismo ibérico...*, p. 246) chamou a nossa atenção para a proximidade estrutural e narrativa de determinadas perícopes diplomáticas a entradas analísticas, apresentando para o efeito um excerto transcrito de um documento do mosteiro de St.º Tirso de Riba de Ave, datado de 1101 e copiado por um notário bracarense em 1250, sobre os direitos dos monges em matéria de visita episcopal e a atribuição do privilégio de isenção reconhecido por Geraldo. A passagem, que não se encontra compilada nos anais tirsenses tal como eles se nos apresentam hoje, contém um evidente carácter histórico, e pode ainda, segundo este autor, nos próprios anais de St.º Tirso ou numa obra existente no mosteiro, por alguma razão não considerada ou simplesmente truncada à data de fixação do texto que só conhecemos até à verba datada de 1079 no arquétipo de St.ª Cruz de Coimbra. Com base neste exemplo, admitimos que a análise de outras cartas possa vir a dar-nos novos resultados no sentido de

terem sido capazes de conceber e redigir memórias afins, que, à semelhança dos anais produzidos em Lorvão, não foram incorporadas no círculo de transmissão textual definido pelas três tradições analísticas hoje subsistentes. Esta questão não pode ser inteiramente averiguada, dado o silêncio das fontes sobre as efemérides que podem ter sido escritas em Coimbra, Pedroso, Vacariça e Leça. Sublinhe-se, no entanto, que também os anais produzidos em St.º Tirso de Riba de Ave e S. Salvador de Grijó nos são hoje conhecidos apenas devido ao facto de terem sido copiados em St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra.

## **II.2. A singularidade da analística laurbanense**

A julgar pelos testemunhos actualmente conservados, a prática de registos historiográficos identificados com o género analístico está, no território de fronteira, associada ao fenómeno monástico tradicional<sup>160</sup>. Este aspecto permite-nos pôr em relevo o facto de se tratar de textos com uma origem religiosa, e, por conseguinte, estarem determinados por uma estrutura cultural e mental onde se cultiva a simbólica correlação entre história e memória. As concepções aqui subjacentes enquadram-se num domínio de representações sobre o universo, a natureza e o homem que é tributário de um discurso de apropriação do profano pelo sagrado, razão pela qual é também através dos poderes mediadores que regem este sistema de concepções, no usufruto de uma linguagem adequada ao conteúdo da mensagem que se pretende transmitir, que se constrói a imagem de um mundo imerso na sua dupla dimensão cultural e ritual<sup>161</sup>.

---

melhor se fundamentar esta hipótese, e assim se alargar o circuito de produção analística a outros mosteiros de fronteira.

<sup>160</sup> Um conspecto geral sobre o monaquismo hispânico pode ver-se em Maur COCHERIL (Dom), «Le monachisme hispanique des origines au XII<sup>e</sup> siècle», in *Études sur le monachisme en Espagne et au Portugal*, Paris – Lisboa, Société d'Éditions «Les Belles Lettres» – Livraria Bertrand, 1966, pp. 50-66, onde o autor apresenta as características gerais do fenómeno associadas à tradicional experiência de religiosidade moçárabe. Também de enorme interesse para o tratamento deste tema, José MATTOSO, «O monaquismo tradicional em Portugal no século XII», in *Obras completas*, vol. 6: *Fragmentos de uma composição medieval. O essencial sobre a formação da Nacionalidade. O essencial sobre a cultura medieval portuguesa. O essencial sobre os provérbios medievais portugueses*, s.l., Círculo de Leitores, 2001, pp. 133-145.

<sup>161</sup> Este facto está também patente na forma como ainda hoje vários autores se reportam aos agentes sociais da escrita responsáveis pela redacção destes textos. A título de exemplo, salientemos a expressão com que Stéphane BOISSELLIER («Réflexions sur l'idéologie portugaise...», p. 146) os designa, num estudo consagrado à expressão letrada da ideologia

A bem dizer, a compreensão dos *Anais de S. Mamede de Lorvão* como epifenómeno de uma cultura em crise é algo que não está ao nosso alcance se negligenciarmos deliberadamente estes aspectos. Embora não tenhamos apresentado até ao momento os argumentos justificativos desta afirmação – tarefa a que nos dedicaremos mais detalhadamente nas páginas que se seguem –, cremos poder dizer que eles estão longe de ser apenas uma mera exposição cumulativa de efemérides referentes à história da fronteira ocidental hispânica na Alta Idade Média, em particular durante os séculos IX a XII. Neste aspecto em particular, não representam uma produção de forma alguma original relativamente às suas antecessoras. Ao recordar uma sucessão de acontecimentos comprometidos com a sociedade do seu tempo, os três compiladores dão corpo a uma dinâmica discursiva pautada por uma certa capacidade de ler o passado às circunstâncias do tempo presente que está também patente na memorialística conimbricense.

Esta característica não é, portanto, exclusiva dos *Anais de S. Mamede de Lorvão*. Embora a obra seja omissa no que concerne ao acto de fixação das efemérides analísticas propriamente ditas, há aspectos que nos permitem dizer que o texto foi provavelmente compilado por um membro da comunidade monástica laurbanense cerca do ano de 1118, sendo assim ligeiramente posterior à elaboração do códice para o qual foi copiado<sup>162</sup>. Com efeito, uma vez que a ocorrência do último acontecimento nele descrito tem lugar no ano de 1110<sup>163</sup>, e que a cópia actualmente conhecida se encontra, como vimos anteriormente, escrita no verso do fólio de guarda de um códice elaborado por volta dos anos de 1116 e 1117, ao último dos quais corresponde a mais avançada data dos diplomas nele conservados, igualmente sob forma de cópia, a sua compilação pode ter-se efectuado nesta altura. A cronologia pode, contudo, restringir-se ainda mais: a última notícia analística transmitida pelo

---

portuguesa de reconquista nos séculos XII a XIV. Ao referir-se à acção destes monges, aos quais atribui, na pegada da crítica efectuada por Pierre David, a compilação das três versões nos mosteiros que temos vindo a citar (pp. 149-150) – omitindo, portanto, o texto laurbanense –, utiliza este autor a expressão «ideólogos da fé e da realeza».

<sup>162</sup> Veja-se Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorvão...», pp. 183-239.

<sup>163</sup> Trata-se da morte do rei Afonso VI de Leão, que o compilador laurbanense situa em 1110, divergindo desta maneira da cronologia expressa nos *Anais de S. Salvador de Grijó* e nos *Anais de St.ª Cruz de Coimbra* I, onde se atribui esta mesma efeméride ao ano de 1109 (APV, Recensão longa de 1079, secção IV, seg. *Chronica gothorum*; e Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa* I e *Anais de Lamego*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 301 e 308).

código reporta-se ao ano de 1118, data identificada no texto com o falecimento do abade Eusébio, que o texto recorda como se tratando de um acontecimento recente.

Colocando a tónica sobre o facto de as notícias terem sido compiladas nesta altura, estamos diante de uma obra produzida trinta e nove anos depois da redacção dos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave*, cuja elaboração se situa provavelmente em 1079, e sete anos depois da dos *Anais de S. Salvador de Grijó*, cuja fixação tem sido atribuída a 1111. Tratando-se de um texto cinquenta e um anos anterior aos *Anais de St.ª Cruz de Coimbra I*, a obra em causa transforma-se, por conseguinte, na terceira de uma linha de produções textuais criadas de forma a consagrar a preeminência social dos respectivos agentes patronais<sup>164</sup>. Este facto reflecte-se nos elementos constitutivos de cada texto, e, em especial, na orgânica e dinâmica das conjunturas passadas que conferem motivação e legitimação ao tempo presente ali recordadas.

Também não deixa de ser significativo o facto de os três elementos estruturais da analística medieval portuguesa não encontrarem eco no texto laurbanense, que, embora retomando as características formais das anteriores produções narrativas, apresentam algumas especificidades que o singularizam das restantes obras. O que está patente nos *Anais de S. Mamede de Lorvão* é, mais uma vez, uma divisão estrutural do texto em partes diferenciáveis, embora não seguindo a norma patente nos outros anais. Comparativamente a estes, os anais laurbanenses partilham apenas o facto de conterem um conjunto de entradas, aliás numericamente menos significativo, correspondentes a notícias históricas. Foram, portanto, silenciados o esquema sobre a história gótica e a

---

<sup>164</sup> Afirmação que não pode deixar de ter em conta apenas os quatro textos actualmente conservados, não obstante o facto de terem provavelmente existido, como sugerimos anteriormente, outros registos historiográficos de tipologia analística no território de fronteira. No entanto, mesmo pondo de parte esta hipótese, o que nos parece interessante notar é que a antiguidade dos mosteiros aqui em causa não se relaciona directamente com o maior ou menor grau de precocidade das respectivas produções analísticas. Assim sendo, não compete necessariamente ao mosteiro de mais recuada fundação – no presente caso, S. Mamede de Lorvão – a elaboração do primeiro texto revelador de uma consciência historiográfica do passado de fronteira. O que se verifica é, pelo contrário, uma aparente precocidade dos mosteiros do Norte em relação aos do Sul, facto que, em nosso entender, se relaciona com o maior grau de difusão do culto das famílias patronais no monaquismo setentrional, motor fundamental da reprodução das memórias sociais na Alta Idade Média hispânica. É, aliás, neste sentido que se pode talvez explicar o avanço da prática de fixação analística das efemérides, embora o reduzido número de textos hoje conservados não nos permita apresentar outros argumentos que sustentem esta afirmação.

relação dos reis asturianos, de Pelágio a Afonso II, que o compilador crúzio reproduziria ainda na segunda metade do século XII. A inclusão de duas listas autónomas contendo os nomes de alguns reis de Leão e dos abades de Lervão, embora com alguns paralelos resultantes do facto de os restantes anais apresentarem, a anteceder o texto analístico propriamente dito, a relação incompleta dos monarcas de Oviedo, parece obedecer a propósitos que se relacionam apenas com esta produção narrativa. No seu conjunto, estes aspectos permitem-nos estabelecer uma aproximação entre três obras, sincrónicas nas suas circunstâncias históricas de origem, mas também não deixam de nos chamar a atenção para aspectos que distanciam o mais recente dos três primeiros textos analisados.

Também os *Anais de S. Mamede de Lervão* nos dão relevantes informações sob o ponto de vista histórico. À semelhança do segundo elemento estruturante da analística apontado por Pierre David, que nos remete para o universo dos acontecimentos recordados e celebrados por cada comunidade monástica, estas podem compreender-se à luz da seguinte sucessão de notícias:

- **Era de 904 (ano de 866):** morte do rei Ordonho I das Astúrias e unção de Afonso III como novo monarca no dia de Pentecostes<sup>165</sup>;
- **Era de 906 (ano de 868):** conquista do Porto por Vímara Peres<sup>166</sup>;
- **Era de 911 (ano de 873):** deslocação do rei Afonso III das Astúrias a Bama e morte de Vímara Peres, decorridos seis dias da chegada do monarca<sup>167</sup>;
- **Era de 916 (ano de 878):** conquista de Coimbra pelo conde Hermenegildo [Guterres]<sup>168</sup>;

---

<sup>165</sup> Ver anexo 1, ponto 1, [1].

<sup>166</sup> Ver anexo 1, ponto 1, [2].

<sup>167</sup> Ver anexo 1, ponto 1, [3].

<sup>168</sup> Ver anexo 1, ponto 1, [4].

- **Era de 1102 (ano de 1064):** conquista de Coimbra pelo rei Fernando I de Leão, no mês de Julho, dia da festa litúrgica do santo mártir Cristóvão<sup>169</sup>;
- **Era de 1148 (ano de 1110):** morte do rei Afonso VI de Leão, no terceiro dia das calendas de Julho (29 de Junho)<sup>170</sup>.

À semelhança do que constatámos a propósito dos anais portucalenses, as temáticas presentes neste texto em particular são essencialmente duas: as guerras de conquista e reconquista entre a Cristandade e o Islão peninsulares, tal como a morte de ilustres figuras da política hispânica coeva, entre reis e condes presores. O significado que cada uma assume no conjunto da obra fixada pela comunidade monástica será oportunamente trabalhado ao longo deste estudo.

### **II.2.1. As condições sociais de estratificação da memória**

Feitas estas observações, é importante voltar a sublinhar como as obras em que se fixam as memórias colectivas do território de fronteira do reino de Astúrias-Leão são um produto de um peculiar ambiente letrado. Sintetizando o que dissemos acima, verificamos que é no seio do mosteiro de St.º Tirso de Riba de Ave que pela primeira vez se compilam as efemérides que comemoram o passado regional, facto que se traduz na elaboração de uns anais contendo notícias datadas de 987 a 1079. A primeira continuação é fruto do labor desenvolvido no mosteiro de S. Salvador de Grijó, que, retomando a tradição representada pela anterior comunidade monástica, procede à fixação de novos anais com notícias atribuídas aos anos de 1085 a 1111. A segunda, por sua vez, deve-se aos cónegos regantes de St.º Agostinho, que, a partir do mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra, acrescentam às duas versões anteriormente consideradas notícias datadas de 1109 a 1169. Por fim, embora representando uma tradição autónoma em relação à fixada nestes últimos mosteiros, é lícito juntar ao complexo formado por estes textos a obra que se origina, por volta de

---

<sup>169</sup> Ver anexo 1, ponto 1, [5].

<sup>170</sup> Ver anexo 1, ponto 1, [6].

1118, no mosteiro de Lorvão, através da qual se perpetua uma memória tradicional do pretérito com base em notícias relativas aos anos de 866 a 1110 ([1109]).

São estes os textos que configuram a produção analística portuguesa dos séculos XI e XII. No seu conjunto, reportam-se a um período de tempo cronologicamente balizado entre 866 e 1169, o que perfaz um total de trezentos e três anos abrangidos por tópicos factológicos que sumariam a história de um território político estruturado a partir de dois condados e um reino. É certo que não possuem ainda o potencial narrativo característico da posterior produção cronística nacional, mas contêm já os fundamentos de uma consciência individualizante do território de fronteira num momento em que se acelera o processo de autonomização e independência do País, no século XII. As mais altas instâncias políticas do reino de Leão com ligações a esse território – reis, condes e infantões – são os agentes responsáveis pela estruturação e dinamização da conjuntura analística, orientada pela necessidade de informar e comemorar um passado que vale pelo que é modelarmente capaz de transmitir às sociedades do presente. Nem todos são alvo de igual valorização narrativa, sendo o seu peso directamente proporcional à vontade que os patronos destas comunidades monásticas têm de se associar apenas a um tempo de prestígio, congregando à sua volta a memória dos eventos que consideram representar uma efectiva possibilidade de afirmação e legitimação do seu próprio poder e influência, silenciando, ao invés, os que obnubilam a sua interessada visão dos factos.

É, pois, lícito dizer que estas três obras são o produto de um contínuo, embora não idêntico, fenómeno reflexivo. Não se esgotam em si mesmas porque criam as bases para a sua própria continuidade, o que significa que existe, desde a compilação dos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave* e de *S. Salvador de Grijó* pelos cónegos regantes de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra, nos finais do século XII, a possibilidade de se aceder a um registo diacrónico dos eventos que marcam o passado do território de fronteira ao longo de cerca de três



centúrias, mesmo quando essa sedimentação letrada de factos não contempla todos os anos abrangidos pela diacronia dos registos analísticos<sup>171</sup>.

O mesmo não se passa com os *Anais de S. Mamede de Lorvão*, que, representando uma tradição textual autónoma dos três anteriores textos, surgem aos nossos olhos como um reflexo de distintos condicionalismos sociais de produção. Por conseguinte, compreender o significado histórico desta obra significa necessariamente perscrutar em detalhe as conjunturas e estruturas que, embora nem sempre possuindo representatividade textual, se encontram, directa ou indirectamente, associadas às efemérides que o compilador recorda.

## **a) Conjunturas**

### **i) Hermenegildo Guterres e a política afonsina de presúria**

Como temos vindo a afirmar, grande parte da lógica narrativa subjacente aos *Anais de S. Mamede de Lorvão* está determinada pela necessidade de se recuperarem no passado os elementos que conferem uma certa preeminência à comunidade monástica, no contexto de crise que assistiu à fixação do texto em códice, nos inícios do século XII, e que se caracteriza pela oposição do colectivo religioso à reforma litúrgica desenvolvida, com o apoio da monarquia leonesa, pelas autoridades romanas e francesas.

O mais recuado acontecimento de que neles se encontra registo relativo à história da fronteira ocidental a Sul do Douro é a presúria de Coimbra, que o compilador invoca em sumários termos – «Era DCCCC.XVI.<sup>a</sup> prendita est conimbria ad ermegildo comite», segundo [4] –, limitando-se, nesta períclope, a salientar a respectiva data de ocorrência, em consonância com o nome e a condição social da personagem responsável pela condução da empresa militar, o conde Hermenegildo [Guterres]. Nesta ementa, uma vez que a notícia segue

---

<sup>171</sup> Facto corroborado mais uma vez pela data que assinala o *terminus* narrativo de cada versão analística, associado a eventos que na verdade não são retomados, a não ser numa perspectiva cronológica, pelo texto que se segue a cada produção. As problemáticas que estruturam os diferentes textos são, como temos vindo a apontar, praticamente idênticas, embora adequadas aos novos contextos sociais em que se encomenda e patrocina a compilação dos vários anais.

uma estrutura formal adoptada também nas restantes efemérides analísticas, os elementos a que se confere maior destaque no texto são, naturalmente, aqueles que a distinguem das restantes entradas: por um lado, a identidade do presor, e, por outro, a localidade alvo de presúria. Juntamente com outras notícias sincrónicas, igualmente registadas no texto mas que não encontram qualquer eco nas outras produções analísticas que temos posto em evidência, esta efeméride dá forma àquilo que poderíamos designar de *conjuntura fundadora* da memória monástica sobre o passado de fronteira<sup>172</sup>. É nela que se encontram os mais recuados ascendentes de uma memória que a própria comunidade monástica não deixou de associar ao seu percurso institucional nos anais e nos actos da prática conservados no *Livro dos testamentos*.

Compreender o alcance do texto significa, portanto, esclarecer os contornos da acção daquele que ficou conhecido como protagonista desse acontecimento, que o compilador laurbanense põe manifestamente em destaque. Hermenegildo Guterres<sup>173</sup>, filho primogénito de Guterre e Elvira, e irmão de Alvito<sup>174</sup> e Osório<sup>175</sup>, desempenha um papel de destaque na

---

<sup>172</sup> Armando de Sousa PEREIRA, *Representações da guerra no Portugal da Reconquista (séculos XI-XIII)*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2003, pp. 15-32; Pedro Gomes BARBOSA, *Reconquista cristã nas origens de Portugal. Séculos IX a XII*, Lisboa, Ésquilo – Edições e Multimédia, 2008, pp. 41-64.

<sup>173</sup> Emilio SÁEZ, «Los ascendientes de San Rosendo (Notas para el estudio de la monarquía astur-leonesa durante los siglos IX y X)», *Hispania. Revista española de historia*, t. VIII, n.º XXX, Janeiro-Março de 1948, pp. 10-23. Sobre a acção do presor de Coimbra, veja-se José MATTOSO, «As famílias condais portugalenses dos séculos X e XI», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa...*, p. 87, ref.<sup>a</sup> II.A; com um enquadramento geral da questão em José MATTOSO, «Ricos-homens, infanções e cavaleiros», in *Obras completas*, vol. 5: *Ricos-homens, infanções e cavaleiros. Narrativas dos livros de linhagens*, s.l., Círculo de Leitores, 2001, p. 23. A problemática de identificação do presor, que surge citado nas fontes como Hermenegildo Guterres, embora posto em relação com uma descendência cuja identificação se processa com base no patronímico Mendes, foi evidenciada por Paulo MERÊA, «Menendus=Ermenegildus», in *Estudos de história de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2006, pp. 571-577.

<sup>174</sup> Emilio SÁEZ, «Los ascendientes de San Rosendo...», pp. 5-6. Alvito contrai matrimónio com Argilo, filha dos condes Alvito e Paterna, personagens que, segundo este autor, são responsáveis pelo movimento de restauração espiritual do território galego, traduzindo-se a sua acção na fundação do mosteiro de S. Salvador de Cinis, em Nendos, cujo termo se estendia então às actuais paróquias de Cuiña, Salto, Mandayo, Cullergondo e Vivente. O mosteiro é depois entregue ao abade Savarigo e respectiva congregação monástica por Paterna, uma vez viúva, sendo-lhe também dispensada protecção por parte de Alvito e Argilo, que, por volta de 915, advertem a comunidade para negligências que teriam feito desaparecer do respectivo tesouro o seu diploma fundacional. Este facto suscita então a necessidade de se proceder a uma nova delimitação do termo monástico, efectuando-se ainda uma extensa doação de bens móveis confirmada pelos quatro filhos do casal.

<sup>175</sup> Emilio SÁEZ, «Los ascendientes de San Rosendo...», pp. 7-10. Embora escassos, os dados de que hoje dispomos para o conhecimento do percurso biográfico de Osório permitem-nos associá-lo às figuras de Ordonho II e Elvira, cujas doações ao mosteiro de S. Cosme e S.

conjuntura de generalizada instabilidade política que se vive na fronteira ocidental do reino de Oviedo nos finais do século IX. Embora conotada com uma intervenção activa na vida política do reino, é sobretudo a partir da sua vertente militar que se consagra a imagem social do conde. Implicado no comando de operações de guerra em nome de Afonso III das Astúrias, no decurso das quais reduz à subserviência do novo monarca algumas personagens revoltosas, a sua figura está desde cedo associada à resolução dos problemas internos que afectam a estabilidade institucional da monarquia.

Próximo da família real, Hermenegildo alcança ao longo da segunda metade do século IX um grande prestígio na aula régia. Através de uma estratégia política matrimonial, estabelece vínculos de sangue e parentesco com a casa real asturiana, e, desta forma, reafirma a sua preeminência sobre o conjunto dos satélites nobiliárquicos que gravitam em torno da órbita régia, chegando mesmo a suplantar o já de si significativo papel reservado aos seus dois irmãos, aos quais tinham sido previamente atribuídas funções de destaque na corte. Embora os dados documentais apontem para o reforço do seu papel político a partir da presúria de Coimbra, é bastante provável que os relacionamentos entre Hermenegildo e Afonso III advenham já do período anterior à nomeação deste último para o trono ovetense. Unindo-se a Ermesenda Gatones, filha de um dos mais ilustres representantes da nobreza asturiana, Hermenegildo estreita os seus laços familiares com o futuro rei asturiano por intermédio daquela que é, provavelmente, sua prima e neta do rei Ramiro I<sup>176</sup>. Procura, em simultâneo, casar a sua filha Elvira com o príncipe Ordonho<sup>177</sup>, pais do futuro rei Ramiro II, cuja política de aproximação aos

---

Damião de Leão são por si subscritas, em conjunto com o seu sobrinho Guterre, filho do seu irmão Hermenegildo.

<sup>176</sup> Emilio SÁEZ, «Los ascendientes de San Rosendo...», p. 23, nota 42, onde o autor expõe os argumentos que o levam a atribuir aos anos de 860 a 870 o casamento de Hermenegildo e Ermesenda, coincidindo assim com a subida ao trono de Afonso III, poucos anos depois daquela primeira data. O mesmo refere o facto de a sua filha Elvira ter contraído matrimónio com Ordonho II entre os finais do século IX e os inícios do século X, e de o seu filho, Guterre, e sua nora, Ilduara, terem já um filho em condições de assumir funções administrativas de destaque nos inícios deste último século, data em que também um outro seu filho, Aires, desempenha um papel de relevo na sucessão do condado de Coimbra. Estes factos levam aquele autor a considerar como bastante plausível a hipótese de Guterre e Ilduara terem casado por volta de 890, atribuindo assim a uma data anterior em pelo menos vinte anos o casamento de Hermenegildo e Ermesenda.

<sup>177</sup> Foi talvez na sequência deste casamento que Hermenegildo terá sido nomeado para administrar os territórios do Noroeste peninsular a partir de Portucale e Tui, sendo o seu filho Aires transferido directamente para o de Coimbra, segundo nos relata um fragmento das actas

territórios da fronteira ocidental, em particular à cidade de Viseu, núcleo fundamental de acção das famílias condaís ali instaladas, é hoje sobejamente conhecida<sup>178</sup>.

Neste plano, a acção de Hermenegildo deve por-se em paralelo com a de Vímara Peres<sup>179</sup>, filho de um obscuro Pedro, que poderá, talvez, identificar-se com a personagem homónima que, em 854, obtém uma vitória sobre os Normandos na Galiza em nome de Afonso III<sup>180</sup>. Um diploma tardio referente a um litígio entre o bispo de Lugo e os servos da igreja de Braga, com data de 1025, conservado sob forma de cópia no *Liber fidei*<sup>181</sup>, diz-nos que o filho de Pedro, Vímara, terá saído de Oviedo juntamente com estes servos para repovoar a região bracarense, pelo que, a fazer fé no testemunho documental, Vímara poderá ter sido um magnata procedente das Astúrias. Nascido, talvez, por volta de 840 e casado em cerca de 865, teve pelo menos um filho, Lucídio<sup>182</sup>, futuro administrador dos comissos de Picosacro e Postmarcos, na Galiza, cuja mãe é desconhecida. Tal como Hermenegildo relativamente a Coimbra, assume funções políticas de relevo na fronteira ocidental do reino a

---

apócrifas do II concílio de Oviedo transmitido pela *Crónica* de Sampiro de Astorga. Os inícios da reocupação cristã de Portucale com a presúria de 868, dirigida em nome de Afonso III pelo conde Vímara Peres, foram acompanhados pela morte do presor cinco anos depois, em 873, na sequência da qual o rei asturiano outorgou conjuntamente a Lucídio Vimaranes, filho do presor, e Hermenegildo Guterres a administração do território recentemente conquistado para a causa cristã.

<sup>178</sup> *Crón. Samp. apud Hist. sil.*, 21 (ed. Dom Justo PÉREZ DE URBEL, O.S.B., e Atilano GONZÁLEZ RUIZ-ZORRILLA, Madrid, 1959, p. 165). A este respeito, é de maior utilidade a leitura de Justo PÉREZ DE URBEL (Fr.), «El comienzo del reinado de Ramiro II», *Archivos leoneses. Revista de estudios y documentación de los reinos hispano-occidentales*, ano XXIII, n.ºs 45-46, Janeiro-Dezembro de 1969, pp. 183-214; e M. Rubén GARCÍA ÁLVAREZ, «Sobre la cronología de Ramiro II de León», *Cuadernos de historia de España*, XXIX-XXX, 1959, pp. 125-166 (observações críticas a este último trabalho podem ver-se em «Tres apéndices a “La cronología de Ramiro II de León”», *Cuadernos de historia de España*, XXXI-XXXII, 1960, pp. 32-59). Especificamente sobre o período em que Ramiro II permanece na cidade de Viseu, o estudo de referência continua a ser o da autoria de Emilio SÁEZ, «Ramiro II, rey de “Portugal” de 926 a 930», *Revista portuguesa de história*, t. III, 1947, pp. 271-290.

<sup>179</sup> M. Rubén GARCÍA ÁLVAREZ, «Jimeno Díaz y Adosinda Gutiérrez», *Bracara Augusta*, vol. XXXII, n.ºs 73-74 [85-86], Janeiro-Dezembro de 1978, pp. 150-152, com dados pertinentes para a reconstituição da biografia do conde portugalense; e A. de Almeida FERNANDES, «Adosinda e Ximeno (versão resumida e complementar)», *Bracara Augusta. Revista cultural de regionalismo e história da Câmara Municipal de Braga*, vol. XXXVII, n.ºs 83-84 (96-97), Janeiro-Dezembro de 1983, pp. 307-308.

<sup>180</sup> M. Rubén GARCÍA ÁLVAREZ, «Jimeno Díaz...», p. 151, refere, embora com bastantes reservas, a possibilidade de se tratar de Pedro Tedon, figura que surge a par de Afonso III como personagem da mais alta confiança política do monarca; e A. de Almeida FERNANDES, «Adosinda e Ximeno...», pp. 307-308.

<sup>181</sup> LF 22 (1025.08.30).

<sup>182</sup> M. Rubén GARCÍA ÁLVAREZ, «Jimeno Díaz...», pp. 152-156; e A. de Almeida FERNANDES, «Adosinda e Ximeno...», pp. 309-315.

partir da presúria de Portucale, sendo indubitável que, num espaço de cerca de cinco anos, entre 868 e 873, ou seja, da tomada da cidade à sua morte em Bama, no comisso de Picosacro, terá dirigido pessoalmente a empresa de consolidação do poder asturiano na fronteira ocidental do reino, sobretudo na região de Entre-Douro-e-Minho, pouco antes de a família condal conimbricense se radicar nas terras mais a Sul.

Ao longo da segunda metade deste século, Hermenegildo surge em pelo menos sete documentos, hoje integrados sob forma de cópias no *Tombo A* da Igreja de Santiago de Compostela, como subscritor de actos régios produzidos durante os reinados de Afonso III e Ordonho II, entre 869 e 912<sup>183</sup>. A 15 de Abril de 869, confirma a concessão da igreja de St.<sup>a</sup> Maria de Tiñana, com todas as suas dependências, ao presbítero Sesnando, personagem que deve, talvez, identificar-se com o bispo de Compostela, ao qual, segundo uma passagem do próprio documento, teria cabido a tarefa de reedificar o templo num acto de santa devoção<sup>184</sup>. Dezasseis anos depois, em 885, é a vez de Hermenegildo confirmar a doação de Afonso III e Ximena à mesma sede apostólica, contemplando a igreja de S. Romão de Lourença e uma seara em Lância, confiscada a um rebelde acusado de traição ao rei<sup>185</sup>. A 24 de Junho de 886, subscreve na qualidade de testemunha a doação de umas salinas situadas nas proximidades de Lançada, que haviam pertencido anteriormente aos rebeldes Hermenegildo Peres e Ibéria, tal como a Aires, aos quais são imputadas acções que terão levado à subversão do poder e da autoridade régios nos «patrie nostre extreme»<sup>186</sup>. A 6 de Maio de 899, é um dos numerosos subscritores do acto pelo qual os mesmos monarcas reiteram e confirmam ao bispo compostelano a posse dos bens concedidos em doações anteriores, registando-se, entre outras propriedades dispersas, várias vilas e igrejas nos territórios de Braga e Coimbra<sup>187</sup>. Sete meses depois, a 30 de Dezembro de 899, volta a confirmar a doação régia dos bens situados no

---

<sup>183</sup> Espectro cronológico que é, de resto, coincidente com as escassas informações de que hoje em dia dispomos para reconstituir o seu percurso biográfico, tal como com o período de episcopado de Nausto de Coimbra. A sincronia das duas personagens é um dado a ter-se em conta, como teremos a oportunidade de explicar mais detalhadamente.

<sup>184</sup> *Tombo A*, n.º 6 (869.04.15): «Hermegildus confirmo».

<sup>185</sup> *Tombo A*, n.º 12 (885): «Ermegildus conf.».

<sup>186</sup> *Tombo A*, n.º 13 (886.06.24): «Ermegildus ts.».

<sup>187</sup> *Tombo A*, n.º 18 (899.05.06): «Hermegildus conf.».

segundo território, conquistados «de manu gentilium» por Deus, sob intercessão do Apóstolo<sup>188</sup>. Durante o reinado de Ordonho II, por sua vez, Hermenegildo confirma, a 20 de Abril de 911, a doação feita pelo rei e sua mulher Elvira, filha do conde, à igreja apostólica galega, citando-se, em particular, vários bens móveis e imóveis no território de Braga, alguns dos quais haviam sido anteriormente legados a Sesnando pelos reis ovetenses<sup>189</sup>. Por fim, a 30 de Maio de 912, subscreve na qualidade de confirmante uma nova doação do rei Ordonho II à sede apostólica, ainda sob representação do mesmo prelado, nela se incluindo os numerosos servos da vila de Bama, situada no comisso de Picosacro<sup>190</sup>.

A presença relativamente frequente de Hermenegildo Guterres nos documentos do episcopado sesnandino, tanto na qualidade de confirmante, como de testemunha, pode considerar-se o reflexo da participação do conde nos círculos afectos a esta importante igreja, então sob patrocínio das autoridades régias. Este facto mantém-se ao longo de todo o percurso biográfico da personagem – mesmo após a sua nomeação para diferentes cargos administrativos na fronteira ocidental –, e sugere que a acção política de Hermenegildo não se limita apenas à consolidação dos laços familiares com a casa real ovetense, mais concretamente por intermédio do casamento de sua filha Elvira com Ordonho. Na verdade, o conde surge também associado ao desempenho de funções ligadas às mais importantes autoridades eclesiásticas do reino. É digno de destaque o facto de numerosos prelados hispânicos, que podem ter mantido contactos com Hermenegildo em diferentes ocasiões, terem confirmado os mesmos diplomas em que se atesta a subscrição condal. Assim acontece com os bispos Sesnando de Iria, Hermenegildo de Oviedo, Nausto de Coimbra, Justo do Porto, Flagino de Lugo, Mauro de Leão, Sebastião de Ourense, Rosendo de Dume, Branderico de Lamego, Teodomiro de Idanha-a-Velha, Gomado de Viseu, Éleca de Saragoça, Argemiro de Lamego, Ricardo de Lugo, Tiago de Cória, Savarigo de Dume, Froarengo do Porto e Juvário de Lamego. A listagem testemunha bem a amplitude dos interesses de que o

---

<sup>188</sup> *Tombo A*, n.º 17 (899.12.30): «Hermegildus conf.». ».

<sup>189</sup> *Tombo A*, n.º 21 (911.04.20): «Hermegildus conf.». ».

<sup>190</sup> *Tombo A*, n.º 23 (912.05.30): «Hermegildus conf.». ».

conde parece beneficiar nos finais do século IX, no momento em que ocorre a presúria de Coimbra<sup>191</sup>.

Nesta conjuntura política, não deixa de ser importante sublinhar mais uma vez a real proximidade daquela personagem aos mais diversos representantes do episcopado hispânico. Entre as figuras supra-citadas, o destaque recai, em termos de frequência numérica de actos subscritos, sobre Sesnando de Iria, Nausto de Coimbra e Ricardo de Lugo, ao lado dos quais o presor de Coimbra surge pelo menos sete, cinco e três vezes, respectivamente<sup>192</sup>. Uma vez que as cidades de Iria e Lugo integram já nesta época o território cristão, facto que não ocorre com a mais afastada cidade de Coimbra, ainda sob controlo das forças muçulmanas até à presúria de 878, é aliciante colocar-se a hipótese de esta aproximação de Hermenegildo a Nausto

---

<sup>191</sup> Por ordem cronológica de menção aos prelados, regista-se a presença conjunta de Hermenegildo Guterres e Sesnando de Iria em 869, 883, 885, 886, 899, 911 e 912 (*Tombo A*, n.º 6; LP 12; *Tombo A*, n.º 12; *Tombo A*, n.º 13; *Tombo A*, n.º 17 e n.º 18; *Tombo A*, n.º 21; *Tombo A*, n.º 23); Hermenegildo de Oviedo, em 883 (LP 12); Nausto de Coimbra, em 883, 886, 899, 911 e 912 (LP 12; *Tombo A*, n.º 13; *Tombo A*, n.º 17 e n.º 18; *Tombo A*, n.º 21; *Tombo A*, n.º 23); Justo do Porto, em 885 (*Tombo A*, n.º 12); Flagino de Lugo, em 885 (*Tombo A*, n.º 12); Mauro de Leão, em 885 e 886 (*Tombo A*, n.º 12; *Tombo A*, n.º 13); Sebastião de Ourense, em 885 (*Tombo A*, n.º 12); Rosendo de Dume, em 885 (*Tombo A*, n.º 12); Branderico de Lamego, em 886 (*Tombo A*, n.º 13); Teodomiro de Idanha-a-Velha, em 899 (*Tombo A*, n.º 18); Gomado de Viseu, em 899 e 912 (*Tombo A*, n.º 18; *Tombo A*, n.º 23); Éleca de Saragoça, em 899 (*Tombo A*, n.º 18); Argemiro de Lamego, em 899 (*Tombo A*, n.º 18); Ricardo de Lugo, em 899, 911 e 912 (*Tombo A*, n.º 18; *Tombo A*, n.º 21; *Tombo A*, n.º 23); Tiago de Cória, em 899 (*Tombo A*, n.º 17 e n.º 18); Savarigo de Dume, em 911 e 912 (*Tombo A*, n.º 21; *Tombo A*, n.º 23); Froarengo do Porto, em 911 (*Tombo A*, n.º 21); e Juvário de Lamego (?), em 911 e 912 (*Tombo A*, n.º 21; *Tombo A*, n.º 23). Especificamente sobre as dioceses supra-citadas, ainda que já bastante datado, Antonio PALOMEQUE TORRES, *Episcopologio de las sedes del reino de León*, Leão, Consejo Superior de Investigaciones Científicas – Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro», 1966. Mais recente, embora com algumas incorrecções de base, José MARQUES, «Las diócesis portuguesas hasta 1150», in *El papado, la Iglesia leonesa y la basílica de Santiago a finales del siglo XI. El traslado de la sede episcopal de Iria a Compostela en 1095* (Fernando LÓPEZ ALSINA, ed.), Santiago de Compostela, Xunta de Galicia – Concello de Santiago – Consorcio de Santiago, 1999, pp. 177-214 (também publicado, em versão portuguesa, em José MARQUES, «As dioceses portuguesas até 1150», in *Economia, sociedade e poderes. Estudos em homenagem a Salvador Dias Arnaut*, Coimbra, Editora Ausência, 2004, pp. 459-511).

<sup>192</sup> Quanto a este aspecto, registre-se como digno de nota o facto de a *Crónica* de Sampiro de Astorga mencionar conjuntamente o nome destes três prelados como bispos sagrantes da igreja de S. Salvador de Oviedo, na sequência de um ambicioso programa edilício levado a cabo no reinado de Afonso III das Astúrias e em que ainda se incluem as igrejas de S. Tiago de Compostela e S. Fagundo e S. Primitivo de Sahagún (*Crón. Samp. apud Hist. sil.*, 41: ed. Dom Justo PÉREZ DE URBEL, O.S.B., e Atilano GONZÁLEZ RUIZ-ZORRILLA, Madrid, 1959, pp. 151-152). À semelhança do que verificámos anteriormente, mais uma vez se constata aqui a proximidade dos três bispos com os quais Hermenegildo Guterres aparentemente mantém um efectivo relacionamento nos finais do século IX. A situação, contudo, não se limita a estes casos. Sabemos também que Sesnando e Ricardo intervêm conjuntamente na sagração da igreja de S. Salvador de Valdediós, o mesmo se passando, quanto a Sesnando e Nausto, em relação a St.º Adrião de Tuñón (*Crón. Samp. apud Hist. sil.*: ed. Dom Justo PÉREZ DE URBEL, O.S.B., e Atilano GONZÁLEZ RUIZ-ZORRILLA, Madrid, 1959, p. 152, nota 125).

ter constituído uma motivação de fundo para a nomeação deste magnata como presor régio do vale do Mondego. Esta hipótese torna-se mais consistente se considerarmos que os vínculos entre as duas figuras se reforçam a partir da data em que se assiste à tomada de Coimbra, remontando aos anos de 883, 886, 899, 911 e 912 os diplomas em que Hermenegildo surge a par do prelado conimbricense. A confirmar-se esta hipótese, as relações entre o conde e o bispo, ainda anteriores à sua deslocação para a fronteira ocidental, podem ter constituído um motivo a favor da participação de Hermenegildo Guterres na acção militar que viria a culminar com a conquista da cidade, num momento em que Nausto desempenha ainda as funções de bispo.

Após a morte do conde, esta política de aproximação à Igreja encontra ecos na protecção concedida pelos diferentes membros da família condal conimbricense aos mosteiros mais dinâmicos do território de fronteira, com destaque para S. Mamede de Lorvão e S. Vicente de Vacariça, cujo crescimento se evidencia sobretudo no momento em que recebem o patrocínio de diversos ramos da nobreza tradicional hispânica<sup>193</sup>. Estas práticas de benfeitoria conhecem um renovado fôlego entre os filhos e netos do presor, seguramente também pelo facto de a sua família se ter afirmado desde cedo um meio propício ao recrutamento de figuras de destaque da hierarquia monástica. Quanto a este facto, salientam-se os nomes de Rosendo Guterres, bispo de Mondonhede e abade de Celanova, em torno do qual se erigem memórias sagradas que favorecem a afirmação e a consolidação do poder simbólico representado pela família condal conimbricense<sup>194</sup>, e Osório Guterres, o conde impregnado de um odor de santidade que vive os seus

---

<sup>193</sup> Observações específicas sobre a protecção concedida pelas mais importantes famílias da nobreza tradicional hispânica aos mosteiros da fronteira ocidental, sobretudo para um período coincidente com os séculos XI e XII – e, portanto, integráveis numa conjuntura já relativamente diferente da que procuramos caracterizar aqui –, podem ser encontradas em José MATTOSO, *Obras completas*, vol. 12: *O monaquismo ibérico...*, pp. 59-86.

<sup>194</sup> Segundo o testemunho de Ordonho de Celanova, exposto na obra intitulada *Vita et miracula S. Rudesindi* (ed. Manuel C. DÍAZ Y DÍAZ, María Virtudes PARDO GÓMEZ, Daría VILARIÑO PINTOS e José CARRO OTERO, Corunha, MCMXC) (em paralelo, José MATTOSO, «Le Portugal de 950 à 1550», pp. 87-88). Sobre a acção do abade de Celanova, vejam-se, entre outros, os trabalhos de José MATTOSO, «Sobrevivência do monaquismo frutuosiano em Portugal durante a Reconquista» e «São Rosendo e as correntes monásticas da sua época», in *Obras completas*, vol. 9: *Religião e cultura...*, pp. 11-20 e 20-35, respectivamente.



derradeiros dias na tranquilidade espiritual do mosteiro de Villanueva de Lorenzana<sup>195</sup>.

Parece-nos, contudo, relevante sublinhar o facto de se verificar uma tendencial alteração destas relações de proximidade entre os nobres e os religiosos quando comparamos a acção do presor com a de seus descendentes mais próximos. Esta situação torna-se mais visível no período que decorre até aos finais do século XI, ao longo do qual se documentam diversos tipos de relacionamento entre estas instâncias de poder que se processam, num primeiro momento, entre os condes e os bispos, e, num segundo, entre os condes e os abades. A questão deve, como é natural, ter-se em conta, até porque é provável que os contactos mantidos com os círculos episcopal e abacial conimbricenses correspondam a diferentes momentos de consagração institucional dos relacionamentos da nobreza asturiana com outros poderes activos na região. O facto de se registar uma tendência para a diminuição do número de dioceses representadas nos documentos do cartório de S. Mamede de Lorvão ao longo do século X pode ajudar-nos a explicar esta questão. A alteração progressiva dos interesses afectos à nobreza de fronteira ao longo da centúria seguinte, cujas ligações passam a privilegiar os abades locais e os bispos de Coimbra, Viseu e Lamego, as três dioceses sediadas no território de Entre-Douro-e-Mondego, também parece corroborar esta afirmação<sup>196</sup>. No mesmo momento, o mosteiro de Vacariça, fundado, com toda

---

<sup>195</sup> Manuel CHAMOSO LAMAS, «El conde santo Don Osorio Gutiérrez», *Cuadernos de estudios gallegos*, t. XXIII, fasc. 70, MCMLXVIII, pp. 136-144; e José CARRO OTERO e M.<sup>a</sup> Luísa VARELA OGANDO, «Estudio anátomo-antropológico del esqueleto atribuido a D. Osorio Gutiérrez, el “conde santo” de Villanueva de Lorenzana (Lugo)», *Cuadernos de estudios gallegos*, t. XXXV, fasc. 100, MCMLXXXIV-MCMLXXXV, pp. 79-114.

<sup>196</sup> Regista-se aqui a presença de vários bispos na qualidade de subscritores de diplomas exarados pela própria comunidade, com particular destaque, segundo um critério de ordenação cronológica relacionado com a respectiva referência documental, para Froarengo do Porto (DC 15, de 907.04.13; DC 3, de [911].09.28), Nausto de Coimbra (DC 3, de [911].09.28), Juvário de Lamego (DC 3, de [911].09.28), Ricardo de Lugo (DC 3, de [911].09.28), Savarigo de Dume (DC 3, de [911].09.28), Pantaleão de Lamego (DC 34, de 928.12.05), Paio de Coimbra (DC 34, de 928.12.05), Salomão de Viseu (DC 34, de 928.12.05), Oveco de Leão (DC 37, de 933.03.04), Gondesendo de Coimbra (DC 50, de 943.01.26), Dulcídio de Viseu (DC 50, de 943.01.26), Ariano de Dume (DC 100, de [951-956].12.22; DC 84, de 961.11.12), Sesnando de Iria (DC 100, de [951-956].12.22; DC 84, de 961.11.12), Domingo de Zamora (DC 100, de [951-956].12.22; DC 84, de 961.11.12), Rosendo de Mondonhede (DC 84, de 961.11.12; DC 107, de 973.03.22), Gonçalo de Leão (DC 84, de 961.11.12), Guilhulfo de Tui (DC 84, de 961.11.12), Hermenegildo de Viseu (DC 84, de 961.11.12), Guilhulfo de Coimbra (DC 114, de 974.07.22; DC 130, de 981.12.22; DC 132, de 981.12.22; DC 36, de 982.09.01), Íquila de Viseu (DC 114, de 974.07.22; DC 130, de 981.12.22; DC 132, de 981.12.22) e Tiago de Lamego (DC 114, de 974.07.22; DC 130, de 981.12.22; DC 132, de 981.12.22), tendo outros prelados subscrito os

a probabilidade, pela comunidade monástica laurbanense, não deixa de acompanhar esta tendência restritiva: no seu cartório estão representados apenas os bispos de Coimbra e Porto<sup>197</sup>.

Não sabemos se a presença do presor nesses documentos se deve apenas à sua proximidade aos interesses régios, ou se, pelo contrário, é admissível a hipótese de o conde ter sido proprietário de bens situados em pelo menos algumas das localidades ali assinaladas, apontando, talvez, para uma concentração de interesses fundiários em territórios setentrionais, como resultado das funções por si desempenhadas enquanto administrador de Portucale e Tui. O facto é que os seus descendentes são também detentores de largos bens numa ampla área de dispersão geográfica, o que constitui, logicamente, um indício a favor da ocorrência de processos mais ou menos sistemáticos de partilha do património familiar após a morte de Hermenegildo<sup>198</sup>. O conde foi, em vida, um proprietário de bens com uma considerável dispersão geográfica – todo o território situado a Norte do rio Mondego, com extensões até à Galiza –, sendo por isso natural que, após a sua morte, se tivesse procedido à distribuição do património pessoal pelos seus cinco filhos, assim se tornando visível a diferenciação regional dos interesses patrimoniais afectos a cada um. A partilha da herança, ao permitir uma mais pensada redistribuição das terras, resultou numa menor dispersão do património atribuído a cada filho, mas acabou também por afastar da fronteira ocidental alguns descendentes de Hermenegildo, cujas posses se concentraram em território galego. Esta tendência é um facto no que respeita

---

mesmos documentos, embora em data posterior à sua outorga, como acontece com Paio de Coimbra (DC 15, de 907.04.13), Oveco de Leão (DC 2, de [910-924].09.04), Dulcídio de Viseu (DC 2, de [910-924].09.04), Guilhulfo de Coimbra (DC 100, de [951-956].12.22), Hermenegildo de Viseu (DC 100, de [951-956].12.22) e Tiago de Lamego (DC 100, de [951-956].12.22). Sobre as dioceses supra-citadas, ainda Antonio PALOMEQUE TORRES, *Episcopologio de las sedes...*, 1966; e José MARQUES, «Las diócesis portuguesas...», pp. 200-212.

<sup>197</sup> Mais concretamente Afonso do Porto (LP 123, de 1018.01.12) e Paterno de Coimbra (LP 101, de 1086.03.25, falso), aos quais se podem ainda acrescentar os nomes de dois bispos de sede actualmente desconhecida, Domingos e Julião (LP 101, de 1086.03.25, falso), para além de Dalmácio de Santiago de Compostela e Amor de Lugo, cuja presença se encontra ali atestada uma única vez, no momento em que o mosteiro é doado pelos condes Raimundo e Urraca à Sé de Coimbra (LP 82, de 1094.11.13).

<sup>198</sup> Sobre as questões de ordem patrimonial relacionadas com a acção do presor de Coimbra e da sua descendência, José MATTOSO, «A nobreza portugalense dos séculos IX a XI», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*, s.l., Círculo de Leitores, 2001, pp. 193-194.

ao legado patrimonial feminino, nomeadamente a Aldonça<sup>199</sup> e Elvira<sup>200</sup>, mas parece não ter sido seguida de forma tão linear no que respeita ao património herdado pelos seus filhos Aires<sup>201</sup> e Guterre<sup>202</sup>, ou sequer por Inderquina «Pala»<sup>203</sup>, proprietária, juntamente com o seu marido, Gondesendo Eriz, de avultados bens no território de Entre-Douro-e-Vouga.

Na prática, isto significa que foi sobretudo a descendência masculina de Hermenegildo o elo transmissor das memórias patrimoniais da família na fronteira ocidental do reino. A descendência feminina, pelo contrário, parece ter sido orientada, em termos de dispersão patrimonial, para as regiões do Noroeste hispânico, talvez como forma de estabelecer alianças com outras linhagens, e, desta maneira, afastar da área de fronteira, administrada por familiares próximos do presor, outras figuras masculinas de destaque da nobreza leonesa com as quais aquelas vieram a casar, cujas ambições punham, naturalmente, em causa a estabilidade política do condado.

Seja como for, o que estes acontecimentos indicam é que as funções administrativas de Hermenegildo na fronteira ocidental, mais concretamente nos territórios de Coimbra, Portucale e Tui, foram desenvolvidas em conjunto com outras formas de implantação dos interesses familiares, destacando-se entre elas uma clara política de incremento das suas próprias riquezas patrimoniais em relação com medidas visando a estabilização do domínio cristão nestas regiões mais periféricas do reino. Este é, talvez, um dos aspectos mais representativos das estratégias seguidas pela nobreza da época, que procura reforçar as suas prerrogativas e influência política através da compra de bens situados geralmente em núcleos de concentração populacional muito diversos, dando origem a uma base patrimonial dispersa, e por isso dificilmente controlável em todas as suas vertentes. A posse de terras é vista como o resultado de estratégias aquisitivas que nem sempre derivam de

---

<sup>199</sup> José MATTOSO, «As famílias condais portugalenses dos séculos X e XI», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa...*, p. 87, ref.<sup>a</sup> II.A.1.

<sup>200</sup> José MATTOSO, «As famílias condais portugalenses dos séculos X e XI», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa...*, p. 88, ref.<sup>a</sup> II.A.4.

<sup>201</sup> José MATTOSO, «As famílias condais portugalenses dos séculos X e XI», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa...*, pp. 87-88, ref.<sup>a</sup> II.A.2.

<sup>202</sup> José MATTOSO, «As famílias condais portugalenses dos séculos X e XI», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa...*, p. 88, ref.<sup>a</sup> II.B.

<sup>203</sup> José MATTOSO, «As famílias condais portugalenses dos séculos X e XI», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa...*, pp. 88, ref.<sup>a</sup> II.A.5, e 98, ref.<sup>a</sup> III.B.

necessidades dirigidas, decorrendo, ao invés, de factores que devem muito ao carácter fortuito das dinâmicas de alienação patrimonial da época, relacionadas, por um lado, com a maior ou menor capacidade aquisitiva dos pequenos e médios proprietários, e, por outro, com exercício de uma mais sustentada política de pressão sobre aglomerados rurais, geralmente de pequenas dimensões e entregues a si mesmos, que, em determinadas circunstâncias, acabam por ser integrados na crescente esfera de influência condal. Para além disso, a sua dispersão geográfica pouco contribui para a gestão integrada do património, maioritariamente composto por parcelas dispersas de terras e onde não há lugar para a constituição de extensos domínios. Não admira, por isso, que, neste quadro aquisitivo, a nobreza condal conimbricense aliene com relativa facilidade as suas terras, procurando, inclusive, a redistribuição das parcelas em posse tendo em vista a configuração de sistemas de formação de domínios e exploração de recursos agrícolas melhor adaptados à sociologia das partes intervenientes.

Hermenegildo surge na corte de Oviedo três anos depois da subida de Afonso III ao trono, aí confirmando, a 15 de Abril de 869 – naquela que é a primeira referência documental que se lhe conhece até ao presente –, a já citada doação da igreja de St.<sup>a</sup> Maria de Tiñana ao presbítero Sesnando<sup>204</sup>. Neste quadro, o primeiro acto de peso em que se vê envolvido tem a ver com uma revolta liderada por Vitiza contra a autoridade do monarca, acarretando efeitos potencialmente subversivos à efectivação do poder régio que só serão mitigados pela intervenção directa de Hermenegildo Guterres na política ovetense.

Na verdade, este é apenas um de entre vários episódios de revolta em que o conde se vê envolvido ao longo do seu percurso político. O seu papel é aqui da maior importância, uma vez que, apesar de pontuais, estes gestos de enfrentamento à autoridade do monarca acabam por criar alguma instabilidade na corte, fruto de uma necessidade de catalização de esforços que culmina, na maioria dos casos, com a mobilização dos parques e estrategicamente pouco preparados contingentes militares asturianos, e a atribuição do seu comando a figuras capazes de restabelecer a ordem e o equilíbrio temporariamente

---

<sup>204</sup> *Tombo A*, n.º 6 (869.04.15).

interrompidos. A nomeação de Hermenegildo Guterres como agente político ao qual são atribuídos poderes de comando das hostes ovetenses enquadra-se, naturalmente, neste domínio.

Não podendo ausentar-se das suas funções na capital, Afonso III, na posse de prerrogativas que lhe permitem nomear pessoas para agir em seu próprio nome, tende a escolher de entre os seus fiéis aquele que melhor pode garantir a salvaguarda dos interesses do reino. O dever de obediência e fidelidade à figura régia estende-se, portanto, a todos aqueles que exercem a autoridade delegada pelo monarca, reconhecida também pelo núcleo de agentes políticos que compõem a aula palatina. Essa delegação de poderes pressupõe que o interveniente possua as qualificações militares necessárias ao cumprimento das funções que o rei pretende sejam justamente desempenhadas, com o intuito de repor o equilíbrio ameaçado pela eclosão de forças dissidentes.

Na revolta de Vitiza, cabe a Hermenegildo, por incumbência do rei, reagir contra a ofensiva do rebelde, facto que se consagra num combate onde as duas facções se encontram e que veio a culminar com a vitória do conde, a quem tinham sido prometidos, em caso de vitória, os bens pertencentes ao levantado. Desconhecemos os motivos subjacentes a esta revolta, mas as fontes são unânimes em colocar a tónica da vitória sobre o mandato régio, tal como sobre a participação, numa conjuntura de guerra, daqueles que são então designados como *milites* do palácio. Hermenegildo comparece diante da corte de Oviedo com o seu prisioneiro, conduzido aos cárceres, e recebe *ad perhabendum* o património do rebelde, confiscado logo após a sua derrota. Nele se integram algumas terras dispersas em Abruciños, Barra e Bubal, para além de outras propriedades situadas junto ao rio Barbantiño. Na partilha dos seus bens, cabe também ao monarca uma série de parcelas de terra que a tradição dizia terem sido confiscadas «per (...) culpam» de Vitiza, e que o próprio monarca virá a ceder posteriormente a outros proprietários locais, a 11 de Julho de 895, dando-nos, desta forma, indícios precisos sobre o termo da revolta<sup>205</sup>. Cerca de duas gerações mais tarde, ainda Rosendo Guterres, neto

---

<sup>205</sup> *Tombo A*, n.º 16 (895.07.11). Em datas anteriores, apropriara-se o mesmo rei do património pertencente ao rebelde Froila, tal como do de Hermenegildo Peres e sua mulher Ibéria, doado à igreja de Santiago de Compostela (*Tombo A*, n.º 5, de 867.01.20; e n.º 13, de 886.06.24).

de Hermenegildo e fundador do mosteiro de Celanova, será agraciado pelo então rei de Leão com a confirmação, sucessivamente reiterada por outros monarcas, dos territórios pertencentes ao *dux* infiel. Se, na sequência desta revolta, o desempenho político de Hermenegildo Guterres favoreceu decisivamente o reforço da unidade almejada pelo monarca, particularmente numa conjuntura em que a realeza asturiana procurava estender a sua esfera de influência a territórios controlados por forças adversas aos interesses cristãos, o facto é que também não impediu que outras revoltas eclodissem nas décadas subsequentes à derrota de Vitiza, algumas das quais relacionadas com uma política de oposição, a nível local e regional, à acção centralizadora e aglutinante dos *Banū Umayya*<sup>206</sup>.

Logo após a entronização de Afonso III, também Bermudo, seu irmão, tinha liderado uma conspiração contra o rei, procurando, para reforço dos seus interesses pessoais, cativar o apoio dos notáveis que então constituíam o séquito régio. Ao tomar conhecimento dos factos, Afonso terá ordenado a submissão imediata do irmão, ao qual, uma vez aprisionado, veio a ser aplicada a tradicional pena de exorbitação dos olhos como forma de expiação da culpa pela falta cometida<sup>207</sup>. Privado de visão, Bermudo terá então seguido para Astorga, onde permaneceu durante cerca de sete anos, até encontrar refúgio prolongado em Coimbra, onde se estabeleceu, talvez, com o apoio de Diogo Fernandes, ascendente de um dos principais ramos da família condal portugalense, até ao ano de 878<sup>208</sup>.

---

<sup>206</sup> Para uma mais circunstanciada análise das sublevações contra o poder central, característica das regiões de Marca, leia-se Eduardo MANZANO MORENO, *La frontera de al-Andalus en época de los Omeyas*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1991, pp. 137-204 e 311-380; e Christophe PICARD, *Le Portugal musulman (VIII<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècle)*. *L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*, Paris, Maisonneuve et Larose, 2000, pp. 37-51.

<sup>207</sup> Na Alta Idade Média, esta forma de castigo é geralmente aplicada a todos aqueles que, movidos pela soberba, intentam contra os representantes terrenos da justiça divina, aqui conotada com a realeza asturiana. A este respeito, diz a *Crónica de Albelda* que o rei Ramiro I das Astúrias tinha por hábito punir os ladrões arrancando-lhes os olhos, sendo o mesmo castigo aplicado aos rebeldes que se viam directamente envolvidos em congeminações contra a suprema autoridade régia (*Crón. alb.*, 45: ed. Yves BONNAZ, Paris, 1987, p. 25, com o respectivo comentário histórico nas pp. 91-92 e uma outra versão dos acontecimentos relativos ao conde Nepociano na *Crónica de Afonso III*, transmitida em *Crón. Af. III*, 15, 1: ed. Yves BONNAZ, Paris, 1987, p. 53; e na *História de Silos*, registada em *Hist. sil.*, 33-34: ed. Dom Justo PÉREZ DE URBEL, O.S.B., e Atilano GONZÁLEZ RUIZ-ZORRILLA, Madrid, 1959, pp. 142-144).

<sup>208</sup> *Crón. Samp. apud Hist. sil.*, 3 (ed. Dom Justo PÉREZ DE URBEL, O.S.B., e Atilano GONZÁLEZ RUIZ-ZORRILLA, Madrid, 1959, p. 160). A autenticidade da revolta de Bermudo contra Afonso III é posta em causa por autores como Claudio Sánchez-Albornoz e M. Rubén García Álvarez (M.

Hermenegildo encontrava-se em Astorga pela década de setenta do século IX. Com Afonso III, o bispo Mauro de Leão e o seu sogro, terá aí desempenhado funções judiciais num pleito sobre a posse da vila de Brimeda, situada em território conquistado no reinado de Ordonho I, e que viria a ser resolvido a favor do bispo Indisclo de Astorga, então parte queixosa na contenda<sup>209</sup>. Embora não dispondo de dados que sustentem com maior segurança esta hipótese, não podemos deixar de verificar como a sua presença nesta cidade é contemporânea do momento em que lhe são atribuídas importantes funções administrativas. É, pois, provável que tenha sido na sequência da presúria daquela localidade, confiada ao pai de Ermesenda, eventualmente com o apoio do genro, que tenha sido atribuída a Hermenegildo a administração de territórios na Galiza. Também é possível que Hermenegildo tenha tido conhecimento do refúgio de Bermudo em Coimbra durante a sua estadia em Astorga, cidade que, como vimos, tinha sido temporariamente ocupada pelo rebelde e onde aquele se encontrava por determinação do próprio monarca.

Ainda em 878, ao serviço de Afonso III, Hermenegildo é destacado como presor do vale do Mondego. Obtém neste ano, em nome do monarca, uma vitória militar que será decisiva na construção do futuro político da região, pelo menos até aos finais do século X: a conquista de Coimbra. Se tivermos em conta a hipótese de Bermudo ter permanecido nesta cidade com o apoio das autoridades muçulmanas, é também possível que Hermenegildo tenha

---

Rubén GARCÍA ÁLVAREZ, «Jimeno Díaz...», pp. 146-147; em abono da autenticidade do testemunho cronístico, A. de Almeida FERNANDES, «Adosinda e Ximeno...», pp. 299-301), baseados, por um lado, na expressão de reserva do próprio cronista (*ut ferunt*), e, por outro, na impossibilidade de o magnata Diogo Fernandes ter acompanhado ou dado apoio ao sublevado numa conjuntura em que, supostamente, se mantinha próximo de Afonso III, tal como, mais tarde, de Ordonho II e Ramiro II. Sobre o domínio exercido temporariamente por Bermudo nas terras a Sul do Douro, em especial na região de Coimbra, vejam-se, entre outros, os trabalhos de Luís de CÁEGAS, « Idade Média. Notas de história e de crítica», *Brotéria*, vol. XXII, fasc. VI, Novembro de 1924, pp. 284-286; e Augusto QUINTANA PRIETO, «La “tiranía” de Bermudo, el Ciego, en Astorga», *Archivos leoneses. Revista de estudios y documentación de los reinos hispano-occidentales*, ano XXI, n.º 41, Janeiro-Junho de 1967, pp. 111-114. Sobre a figura de Diogo Fernandes, leia-se em particular Emilio SÁEZ, «Los ascendientes de San Rosendo...», pp. 56-64, onde se apresentam todas as informações para a reconstituição da biografia condal, com diacronia entre 909 e 926.

<sup>209</sup> Sobre os acontecimentos que levaram à participação de Hermenegildo Guterres neste pleito judicial, pronunciou-se já Augusto QUINTANA PRIETO (Pbro.), «El obispado de Astorga en el siglo IX. Restauración y episcopologio», *Hispania sacra*, vol. XVIII, n.º 35, MCMLXV (1.º semestre), pp. 173-176. O documento em que se lavra a sentença de Afonso III confirmando ao bispo de Astorga a posse da vila litigada encontra-se publicado por este mesmo autor em apêndice (cf. n.º 1, de 878.06.06).

derrotado ou pactuado com o rebelde ali instalado, restabelecendo a paz nesta cidade por uma via militar e criando, a partir de então, as condições logísticas necessárias ao estabelecimento de estruturas que assegurassem um efectivo exercício do poder sobre territórios periféricos.

Instalado na cidade, Hermenegildo afirma-se então como a autoridade cristã dominante na fronteira do Mondego, numa conjuntura em que grande parte da legitimidade da sua acção política parece residir nas prerrogativas delegadas pelo monarca ovetense. A vitória coincide em termos cronológicos com o duplo sucesso militar de Afonso III nos campos de Polvoraria e Valdemora, e marca o momento em que o conde não só se estabelece politicamente na fronteira conimbricense, como também se vê a braços, segundo os testemunhos de *Ibn al-Athīr* e *Ibn Idhārī*<sup>210</sup>, com uma primeira tentativa fracassada de resistência militar muçulmana, dirigida por *al-Barra ibn Malik* contra a Galiza, provavelmente com o objectivo de recuperar a cidade perdida a favor do presor, ainda no ano de 878. Oviedo e Córdoba dão início a um conjunto de negociações que se saldaram pela celebração de um período de tréguas até ao ano de 881, e, pouco depois, Afonso III e Ximena doam à igreja de Santiago de Compostela duas das mais antigas igrejas documentadas em território conimbricense – S. Martinho do Pinheiro e S. Lourenço do Bairro –, tendo o respectivo acto sido subscrito por Hermenegildo, na qualidade de *maiordomus*, a 25 de Setembro de 883<sup>211</sup>.

Podemos, portanto, dizer, com base nos elementos acima aduzidos, que a intervenção de Hermenegildo Guterres em assuntos relativos à fronteira ocidental hispânica, com destaque para o território de Coimbra, é ainda anterior à presúria que o próprio veio a comandar em 878 em nome de Afonso III. É pela primeira vez que surge, no quadro desta sua acção política em território fronteiriço, uma referência àquelas duas igrejas<sup>212</sup>, o que indicia por esta altura a existência de uma estrutura eclesiástica, provavelmente organizada à volta da igreja de St.<sup>a</sup> Maria, sede da diocese a cujos destinos presidia o bispo

---

<sup>210</sup> M. Rubén GARCÍA ÁLVAREZ, «Jimeno Díaz...», p. 149, com referências bibliográficas.

<sup>211</sup> LP 12 (883.06.25): «*Emergildus maiordomus confirmo*».

<sup>212</sup> Referências documentais a estas duas igrejas encontram-se em LP 12 (883.09.25), DC 94 (967.07.24), DC 106 (973.01?.09), LP 13 ([1063].03.10), LP 255 (1090.08.16) e LP 174 (1095.03.03), para o primeiro caso; e em LP 12 (883.09.25) e LP 13 ([1063].03.10), para o segundo. Em ambas as situações, os primeiros documentos que fazem luz sobre estas duas igrejas conimbricenses aludem já aos respectivos oragos tutelares.



Nausto, cuja importância é posta em evidência pela autoridade régia nos finais do século IX.

A acção do presor, contudo, não pode compreender-se isoladamente. Embora não tenhamos qualquer informação que nos permita falar de campanhas militares conduzidas em nome do rei das Astúrias, na bacia do Mondego, nos meados do século IX, mais concretamente durante o reinado de Ordonho I, dispomos de um conjunto disperso de dados que nos ajudam a compreender a dinâmica das forças militares cristãs activas em território fronteiriço nos finais daquela centúria<sup>213</sup>. Entre estas, o destaque recai sobre a *Crónica de Albelda*, que nos informa como as cidades de Coimbra, Viseu e Lamego terão sido repovoadas pelos Cristãos no reinado de Afonso III, sucessor de Ordonho I, ao mesmo tempo em que eram saqueadas outras importantes cidades da Lusitânia meridional<sup>214</sup>. A *Crónica* de Sampiro de Astorga dar-nos-á conta, várias décadas mais tarde, do assédio de Coimbra pelos exércitos muçulmanos, sublinhando como se teria tornado necessária nesta conjuntura a intervenção, com efeito estabilizador, das autoridades do reino, no momento em que se faziam sentir os efeitos das acções dos rebeldes *Ibn Marwān al-Jillīqī* e *Sa'dūn al-Surunbāqī* entre Coimbra e Santarém<sup>215</sup>. Nos inícios do século XII, é nos *Anais de S. Mamede de Lorvão* que será registada a única notícia hoje conhecida sobre a presúria da cidade, acontecimento aí posto em paralelo com a conquista da foz do Douro, e, mais concretamente, da praça de Portucale, pelo conde Vímara Peres.

Sejam quais forem as interpretações que se possam avançar a respeito destes episódios, os acontecimentos acima descritos sugerem que o domínio asturiano sobre a fronteira ocidental do reino não estava ainda perfeitamente consolidado nos finais do século IX. As menções constantes das fontes da época a acções militares levadas a cabo nesta região apontam mais para o controlo de uma realidade territorial pontualmente ameaçada por factores

---

<sup>213</sup> Luís de CÁEGAS, «Idade Média. Notas de história e de crítica», *Brotéria*, vol. XXI, fasc. IV, Julho de 1923, pp. 274-280 e vol. XXII, fasc. I, Janeiro de 1924, pp. 123-129; Torquato de Sousa SOARES, «O repovoamento do Norte de Portugal no século IX», *Biblos. Revista da Faculdade de Letras*, vol. XVIII, t. I, 1942, pp. 187-208.

<sup>214</sup> *Crón. alb.*, 47, 2: «Vrbes quoque Bracarensis, Portucalensis, Aucensis, Aeminiensis, Vesensis atque Lamecensis a christianis populantur.» (ed. Yves BONNAZ, Paris, 1987, p. 26; cf. comentário nas pp. 94-96).

<sup>215</sup> *Crón. Samp. apud Hist. sil.*, 4 (ed. Dom Justo PÉREZ DE URBEL, O.S.B., e Atilano GONZÁLEZ RUIZ-ZORRILLA, Madrid, 1959, pp. 160-161).

externos, do que para o estabelecimento de uma política sustentada de criação de estruturas administrativas estáveis, capazes de assegurar um *status quo* favorável à implementação das orientações régias e condaís. Demonstram, portanto, que a região de Coimbra constituía nesta altura um território sobre o qual o rei de Oviedo não exercia senão um domínio bastante precário, a ponto de figurarem na cronística oficial do reino referências a localidades que talvez escapassem ao seu próprio controlo<sup>216</sup>. Esta constatação parece ser corroborada pelo facto de, no documento de confirmação da posse do mosteiro de S. Salvador de Montélios, nas imediações de Braga, então na posse da igreja de Santiago de Compostela, datado de 17 de Agosto de 883, o rei mencionar os «extremi fines prouincie Gallecie» como uma região

<sup>216</sup> Neste sentido, é provável que a enumeração das dioceses na cronística asturiana, em particular na *Crónica de Albelda*, corresponda apenas ao exercício de um poder simbólico sobre espaços recentemente conquistados para a causa cristã, sem que isso significasse necessariamente uma permanência efectiva dos respectivos bispos nos seus territórios diocesanos, como o parece comprovar a regularidade com que estas personagens surgem na cúria régia de Oviedo e Leão. A denominada *Notícia dos bispos com as suas sedes* regista, para o território a Sul do Douro, a presença de Nausto de Coimbra e Branderico de Lamego («Naustique tenens Conimbriae sedem» e «Brandericus quoque locum Lamecensem», seg. *Crón. alb.*, 47, 6: ed. Yves BONNAZ, Paris, 1987, p. 27; cf. comentário nas pp. 98-100), dioceses atestadas já no *Parochiale sueuum*, cujo texto atribui à primeira as paróquias de «Conembrica», «Eminio», «Selio», «Lurbine», «Insula», «Antunane» e «Portucale castrum antiquum», e, à segunda, as de «Lamecum», «Tuentica», «Arauoca», «Cantabriano», «Omina» e «Camianos» (PS, IV.1-7 e III.1-6: ed. Pierre DAVID, Turnhout, 1965, p. 416); e ainda no *Prouinciale uisigothicum seu nomina hispanarum sedium*, que associa ambas as dioceses à jurisdição de Mérida, segundo a *Recensio prior* (PV: ed. L. VÁZQUEZ DE PARGA e J. LECLERCQ, Turnhout, 1965, pp. 424 e 425), ou de Braga, segundo a *Recensio altera* (PV: ed. L. VÁZQUEZ DE PARGA, Turnhout, 1965, p. 427). Ainda que mencionada juntamente com várias cidades episcopais na *Crónica de Albelda* (*Crón. alb.*, 47, 2: ed. Yves BONNAZ, Paris, 1987, p. 26; cf. comentário nas pp. 94-96) e na *Crónica de Sampiro* (*Crón. Samp. apud Hist. sil.*: ed. Dom Justo PÉREZ DE URBEL, O.S.B., e Atilano GONZÁLEZ RUIZ-ZORRILLA, Madrid, 1959, p. 160), regista-se na *Notícia dos bispos* a inusitada ausência da diocese de Viseu, cuja existência se encontra bem atestada pelo menos desde o período suévico. Nesta data é citada pelo *Parochiale sueuum* como diocese integrando as paróquias de «Viseo», «Rodomiro», «Submontio», «Subuerbeno», «Osania», «Ouellione», «Tutela», «Coleia» e «Caliabrica» (PS, V.1-9: ed. Pierre DAVID, Turnhout, 1965, p. 417). No *Prouinciale uisigothicum seu nomina hispanarum sedium*, por sua vez, surge como uma diocese sob jurisdição da sede metropolitana de Mérida, segundo a *Recensio prior* (PV: ed. L. VÁZQUEZ DE PARGA e J. LECLERCQ, Turnhout, 1965, p. 424), ou da de Braga, segundo a *Recensio altera* (PV: ed. L. VÁZQUEZ DE PARGA, Turnhout, 1965, p. 427), o que demonstra a sua perfeita operacionalidade durante o período visigótico. Da mesma fonte encontra-se ainda ausente a diocese de Idanha-a-Velha, que, segundo o *Parochiale sueuum*, integrava no século VI as paróquias de «Egitania», «Município» e «Francos» (PS: VII.1-3: ed. Pierre DAVID, Turnhout, 1965, p. 417), constituindo no século VII, segundo o *Prouinciale uisigothicum seu nomina hispanarum sedium*, uma diocese sufragânea da sede metropolitana de Mérida, segundo a *Recensio prior* (PV: ed. L. VÁZQUEZ DE PARGA e J. LECLERCQ, Turnhout, 1965, p. 424), ou da de Braga, segundo a *Recensio altera* (PV: ed. L. VÁZQUEZ DE PARGA, Turnhout, 1965, p. 427). A este respeito, Ana Maria C. M. JORGE, *L'épiscopat de Lusitanie pendant l'Antiquité tardive (III<sup>e</sup>-VII<sup>e</sup> siècles)*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2002, com uma relação dos respectivos bispos durante os períodos suévico e visigótico nas pp. 75-78, quadro 4.

compreendida entre a «Tudense urbe» e a «Mineo ciuitatem»<sup>217</sup>. A citação é clara ao sublinhar o papel estratégico destas cidades no organigrama político asturiano: Coimbra desempenha um papel em semelhante ao que, mais a Norte, é representado por Tui. A referência deve-se não só à efectiva importância destas cidades, mas também ao facto de os respectivos territórios de influência, e, em particular, o de Coimbra, localizado «in occidentali plaga», terem sido objecto de presúrias recentes.

Alvo de uma presúria dirigida por Hermenegildo Guterres, Coimbra passa assim a ser a sede de um território cuja capitalidade havia já sido plenamente reconhecida pelas autoridades muçulmanas pelo menos desde os inícios daquele primeiro século, no momento em que, ao ser reconquistada para a sua causa, é nomeada capital da Marca Inferior. Esta situação, tal como a posterior instalação das autoridades condaís na cidade, deve ser vista como reflexo da real importância estratégica do núcleo urbano, reconhecida, pelo menos desde o século VIII, no quadro da celebração de um tratado entre as autoridades islâmicas e as autoridades locais que previa a manutenção dos grupos dirigentes autóctones em troca de alguns benefícios para as forças ocupantes<sup>218</sup>. A presúria de Coimbra, iniciada ao som da trombeta e pendão régio<sup>219</sup>, ao ser precedida de um conjunto de acções militares que proporcionaram, por um lado, o estabelecimento das forças cristãs na região, e, por outro, o recrudescimento de uma oposição militar aberta às forças muçulmanas, representadas sobretudo por revoltosos contra o poder e a influência dos emires de Córdoba, abriu às primeiras a possibilidade de se

---

<sup>217</sup> Tombo A, n.º 10 (883.08.17). A identificação do topónimo «Mineo» com Coimbra reside no facto de aquele se especificar o termo «ciuitatem», afastando-se, assim, a possibilidade de se tratar, como acontece noutros diplomas da época, do hidrónimo Minho. Sobre a autenticidade do documento, M. C. DÍAZ Y DÍAZ, «El primer testimonio sobre la *vita Frutuosi*», *Revista portuguesa de história*, t. XIII: *Homenagem ao Doutor Paulo Merêa*, vol. II, 1971, pp. 145-149. A expressão «extremi fines prouincie Gallecie» é, segundo o autor (p. 150), uma reminiscência da *Vida de Frutuoso*, sendo, portanto, o mais antigo testemunho do conhecimento desta obra.

<sup>218</sup> Veja-se Christophe PICARD, *Le Portugal musulman (VIII<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècle)*..., pp. 21-28.

<sup>219</sup> Expressão utilizada em documentos referentes às presúrias do Norte de Portugal no século IX, e que procura representar, em testemunho da solenidade do acto, a presença simbólica das insígnias régias (DC 6, de 870.04.30; DC 5, de [905].02.11; e LF 22, de 1025.08.30; com o complemento de José JANINI, «El “ordo” ceremonial de la reconquista cuando el rey y su ejército salían a la guerra», *Anales valentinos. Revista de filosofía y teología*, ano XI, n.º 21, 1985, pp. 147-153). Observações específicas em Luís de CÁCEGAS, «Idade Média...», *Brotéria*, vol. XXII, fasc. I, Janeiro de 1924, pp. 124-125; e Virgínia RAU, «Presúrias e sesmos no povoamento de Portugal até ao século XIII», in *Estudos de história medieval*, Lisboa, Editorial Presença, 1986, pp. 91-95.

estabelecer um quadro regional de administração baseado no modelo da aula régia, gizado e mantido ao longo de mais de um século por uma família condal cujo ascendente se identifica com a figura do presor. Recebendo, desta forma, novos senhores, as comunidades moçárabes estabelecidas a Sul do Douro permaneceram, entre os anos de 878 e 987, sob domínio político da monarquia asturiano-leonesa, num processo que se iniciou com a referida presúria e a anexação de um vasto território, submetido à autoridade de Afonso III, e culminou com a conquista daquela mesma cidade neste último ano por *Muhammad ibn Abī ‘Āmīr*, o cognominado *al-Manṣūr*, o que veio a obrigar ao recuo temporário da fronteira cristã para Norte do rio Douro.

Os episódios citados surgem com alguma clareza nas fontes da época, mas não nos é possível conhecer ao certo o papel que Hermenegildo terá desempenhado na revolta dos filhos de Afonso III contra o próprio pai. O silêncio das fontes sobre a figura condal poderá indicar que a sua participação possa ter sido, neste contexto, nula, preferindo, talvez, colocar-se à margem dos acontecimentos numa altura em que aparentemente já não exerce quaisquer funções administrativas de relevo, embora continue a manter relações cordiais com os filhos do rei, e, em especial, Garcia, ao lado do qual aparece ainda em 15 de Fevereiro de 911, no quadro de uma doação régia ao mosteiro de St.º Isidoro de las Dueñas.

A ascensão de Ordonho ao trono galego, após a abdicação de Afonso III, ocorre em 910. O novo rei ocupa-se do governo dos territórios do Noroeste peninsular, desempenhando uma função que lhe terá sido reservada provavelmente ainda em vida do pai. Se é possível que se tenha verificado nesta conjuntura a cessação das funções de Hermenegildo Guterres nos territórios de Portucale e Tui, que lhe haviam sido confiados por Afonso III, é certo que, à data da morte do presor, a administração do condado de Portucale estava já a cargo do seu neto, Múnio Guterres, ao qual terá sido outorgada, juntamente com Lucídio Vimaranes, filho de Vímara Peres, a gestão do território sediado na foz do Douro. Pode, talvez, atribuir-se à mesma época a tenência de seis comissos, entre os quais o de Refojos do Leça, por Aires e Guterre Mendes, filhos de Hermenegildo, documentando-se a respeito do primeiro acções que parecem apontar para o desempenho de funções

administrativas de relevo no condado de Coimbra. Por razões que não são hoje suficientemente claras, a gestão do território passará, nas décadas seguintes, pela descendência do segundo, numa linha sucessória que se perpetuará até aos finais do século X e encontrará em Gonçalo Moniz<sup>220</sup>, tal como nos seus filho e neto, Froila Gonçalves<sup>221</sup> e Gonçalo Forjaz<sup>222</sup>, um dos seus máximos expoentes. Sob pressão de ameaças externas, o condado começa nesta altura a sofrer os efeitos da conjuntura de instabilidade vivida no seio da monarquia leonesa, e, não conseguindo fazer frente aos avanços dos exércitos islâmicos, que logram a captura da cidade de Coimbra, deixa de representar uma solução política viável para a gestão do território fronteiriço, nos moldes em que fora definida e estabelecida na sequência das presúrias ovetenses. O facto é contemporâneo da tomada de outras importantes praças estratégicas do curso do Baixo e Médio Mondego pelos seus opositores: entre elas, Montemor-o-Velho, onde Froila Gonçalves chegará inclusive a estabelecer-se com o apoio explícito de Córdoba.

É interessante notar como, uma vez no trono, Ordonho II se apressa a reiterar e confirmar os bens que haviam sido confiscados ao rebelde Vitiza e doados pelo seu pai a Hermenegildo Guterres. Embora o conde tenha permanecido algum tempo na corte de Leão, como o sugere a sua aproximação a Garcia, é provável que, por esta altura, se tenha transferido definitivamente para o território galego, onde Ordonho II residia com a sua filha Elvira. Radicando os seus interesses na região onde se encontravam alguns dos restantes filhos, Hermenegildo pôde mais facilmente administrar as suas propriedades num momento em que já não desempenhava qualquer função na vida política activa, surgindo, entre 911 e 912, junto do seu genro e filha, com os quais é provável ter vivido os seus derradeiros dias. É, pelo menos, neste ano que aparece mencionado pela última vez, com vida, na documentação da época. Após a sua morte, filhos e netos permanecerão ainda no exercício de funções políticas na fronteira ocidental do reino. A sua esfera de acção,

---

<sup>220</sup> José MATTOSO, «As famílias condaís portugalenses dos séculos X e XI», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa...*, p. 92, ref.<sup>a</sup> II.D.

<sup>221</sup> José MATTOSO, «As famílias condaís portugalenses dos séculos X e XI», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa...*, p. 94, ref.<sup>a</sup> II.E.

<sup>222</sup> José MATTOSO, «As famílias condaís portugalenses dos séculos X e XI», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa...*, p. 94, ref.<sup>a</sup> II.E.

contudo, é outra bem diferente: pactuam com as autoridades islâmicas e contribuem desta forma para o alargamento e a consolidação do domínio político dos califas de Córdova no território de Entre-Douro-e-Mondego. Nesta área em particular, membros de outras famílias que aí se haviam instalado desde as presúrias afonsinas exercerão também poderes administrativos e judiciais em nome do rei, reflexo de uma necessidade instituída com as campanhas de finais do século IX: a administração do território de Miranda do Corvo, a Sudeste de Coimbra, pelo conde Ximeno, filho de Diogo Fernandes e irmão de Mumadona Dias, é, seguramente, o exemplo mais significativo que podemos apontar<sup>223</sup>.

## ii) Gonçalo Moniz e a crise da monarquia leonesa

No processo de sedimentação de memórias representado pelos *Anais de S. Mamede de Lorvão*, revela-se tão significativa quanto esta conjuntura fundadora do passado monástico, associada à acção de Hermenegildo Guterres, a que nos remete para o período de maior expansão dos interesses comunitários, identificado, como vimos num anterior capítulo, com os finais do

---

<sup>223</sup> Proprietário de extensos bens (José MATTOSO, «As famílias condaís portugalenses dos séculos X e XI», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa...*, pp. 104-105, ref.<sup>a</sup> IV.A.3), Ximeno Dias exercia funções judiciais de relevo em povoações que integravam, nos inícios do século X, o território de Miranda do Corvo, tendo dirimido, em 936, uma primeira contenda entre os homens de Alcaíña e Vila Cova a respeito dos termos das respectivas vilas, na margem esquerda do rio Mondego (DC 42, de 936.08.06; funções semelhantes foram desempenhadas por outras personagens da fronteira ocidental hispânica, como Lucídio Vimaranes, que, a pedido do bispo Savarigo de Dume, procede, em 911, à determinação do respectivo termo monástico, seg. DC 17, de 911.09.28). O facto de Ximeno surgir nesta contenda, juntamente com vários *preuísos*, como responsável pela verificação do termo das duas vilas, perante o qual foi apresentada a queixa, indicia que o conde não se limitava apenas a ser uma figura de destaque da região pelo facto de ter herdado alguns bens familiares no local (para mais dados biográficos, Justo PÉREZ DE URBEL [Fray], «Jimenos y Velas en Portugal», *Revista portuguesa de história*, t. V: *Homenagem a Gama Barros*, vol. II, 1951, pp. 475-492; M. Rubén GARCÍA ÁLVAREZ, «Jimeno Díaz...», pp. 143-180; e A. de Almeida FERNANDES, «Adosinda e Ximeno...», pp. 293-356). De resto, é durante esse período que se regista um maior número de diplomas relativos àquele território, sugerindo que os inícios do século X corresponderam a um momento de reorganização do povoamento rural a Sul de Coimbra, que se poderá, pelo menos em parte, associar à intervenção directa dos reis de Leão, também eles proprietários no mesmo território, e à acção de Ximeno Dias à frente dos destinos políticos de Miranda, cuja existência posterior é praticamente silenciada pelas fontes até à irrupção da ameaça almorávida em 1116 (DC 2, de [910-924].09.04; DC 3, de [911].09.28; DC 33, de 927.03.25; DC 34, de 928.12.05; DC 42, de 936.08.06; e DC 47, de 938.08.06). Parte desses bens acabaram por integrar a fortuna patrimonial do mosteiro de S. Mamede de Lorvão, que beneficiou nos inícios do século X da doação de propriedades régias no território de Miranda do Corvo.

século X. Ao contrário da primeira, atestada pela existência de ementas em que se faz eco das presúrias de fronteira, e, em especial, da que foi chefiada por Hermenegildo Guterres em Coimbra, no ano de 878, a *conjuntura de afirmação* da memória monástica sobre o passado de fronteira não está aparentemente associada às seis efemérides registadas pelo compilador. Neste caso, os nomes dos reis de Leão e dos abades de Lervão, constantes de [NR] e [NA], porque enquadram a narrativa histórica propriamente dita, parecem-nos ser o elemento que melhor define esta etapa de maior prosperidade institucional da comunidade monástica. Este aspecto é corroborado pelo facto de o seu autor silenciar por completo os acontecimentos ocorridos durante o século X, cabendo, ao invés, ao compilador das notícias e das duas listagens de nomes a recordação de algumas figuras de destaque da hierarquia social coeva com as quais o colégio dos monges desenvolveu contactos próximos.

Como vimos, a análise das fontes demonstra-nos que, mesmo depois da presúria de Coimbra por Hermenegildo Guterres, a autoridade do monarca asturiano-leonês na região parece ter permanecido bastante precária, abrindo o caminho a novos momentos de cisão marcados inclusive pelo levantamento de membros da família condal conimbricense contra o poder e a autoridade régios. Estes episódios ocorreram com alguma frequência, e, embora constituindo motivos de ruptura no seio de um grupo social que, por definição, deveria manter-se fiel à monarquia, transformaram-se também em focos de acesa dissidência entre o rei e os nobres. As repercussões deste fenómeno são, naturalmente, muito variadas, facto que se prende simultaneamente com a importância relativa dos acontecimentos em causa e o estatuto social das personagens envolvidas na trama dos acontecimentos.

Nos meados do século X, a situação de instabilidade vivida na fronteira ocidental do reino de Astúrias-Leão era pouco favorável à consolidação da autoridade régia. A morte de Ramiro II, em 951, criou as condições políticas para que os nobres aí instalados procurassem reivindicar os seus direitos ao trono e, desta forma, apoiassem duas facções rivais, lideradas respectivamente por Ordonho, filho da galega Adosinda, e Sancho, filho da navarra Urraca, interessadas em consolidar a sua posição e influência nos mais importantes

círculos do poder cristão. A situação teve reflexos concretos na conjuntura política fronteiriça: o primeiro grupo veio a receber o apoio dos condes de Portucale, e o segundo, dos condes de Coimbra, tendo esta rivalidade sido o aparente motivo por que Gonçalo Moniz se insurge então contra o mosteiro de St.<sup>a</sup> Maria de Guimarães, protegido por Gonçalo Mendes, seu mais próximo rival, e procura despojar a comunidade das suas riquezas num generalizado quadro de instabilidade e guerra civil entre os magnatas da fronteira.

Neste contexto, o posicionamento assumido pelos novos intervenientes na política leonesa parece ter resultado de uma estratégica aproximação da nobreza condal portugalense e conimbricense aos interesses de cada facção, contando estas também com o apoio de outras influentes famílias do reino em redes mais ou menos alargadas de solidariedade. Embora a questão viesse a ser sanada com a eliminação de um dos pretendentes ao trono, a morte de Ordonho III voltou a colocar na agenda política da monarquia, cerca de cinco anos mais tarde, a questão da legitimidade sucessória. Se os dois primeiros anos de reinado do seu sucessor, Sancho I, foram relativamente pacíficos, uma nova revolta, chefiada pelo conde Fernando Gonçalves de Castela, estalou dois anos depois da ascensão do rei ao trono, reacendendo velhas oposições entre dois grupos políticos rivais e movidos por interesses opostos. Entre estes encontrava-se, de um lado, Gonçalo Mendes, apoiante de Ordonho IV, e, de outro, Rodrigo Vasques, favorável às pretensões de Sancho I<sup>224</sup>, numa posição que veio a ser assumida também pela rainha Toda de Navarra, uma das principais responsáveis pela recuperação do trono ao usurpador.

---

<sup>224</sup> As repercussões deste confronto de interesses no seio da nobreza condal foram analisadas com pormenor em M. Rubén GARCÍA ÁLVAREZ, «La batalla de Aguioncha: una guerra civil galaico-portuguesa del siglo X», *Bracara Augusta*, vol. XX, n.<sup>os</sup> 45-46 (57-58), Julho-Dezembro de 1966, pp. 307-342. Neste estudo, o autor aponta a hipótese de a batalha de Aguioncha, que marca o ponto culminante do conflito entre Gonçalo Mendes e Rodrigo Vasques, ter sido travada algures entre 970 e 974 (M. Rubén GARCÍA ÁLVAREZ, «La batalla de Aguioncha...», pp. 328-331). A este respeito, deve ter-se em conta o testemunho de DC 99 (968.12.10), por corresponder a uma carta em que se atesta uma doação de Gonçalo Mendes ao mosteiro de St.<sup>a</sup> Maria de Guimarães, e em que se fala de um quadro de conflito latente susceptível de pôr em causa a decisão do conde de mandar construir um mosteiro em Moreira e de o colocar na dependência do abade vimaranense («et si subitater alphetena fuerit ut ibi monasterium non ualeant construere sicut superius diximus»). Não obstante, registe-se que o documento foi confirmado, entre vários outros, também por Rodrigo Vasques («Roderico ualasci conf.»), facto que levou alguns autores a sugerir, com base nesta aparente prova de aproximação entre os condes, que o conflito já estaria sanado por volta de 968 (M. Rubén GARCÍA ÁLVAREZ, «La batalla de Aguioncha...», pp. 310-311). Veja-se também A. de Almeida FERNANDES, «Território e política», in *Portugal primitivo medievo*, Arouca, Associação da Defesa do Património Arouquense, 2001, p. 416.



A ruptura que então caracteriza o percurso político da família condal conimbricense encontra a sua máxima expressão na sucessão de acontecimentos que veio a culminar com o envenenamento do próprio monarca leonês, Sancho I, às mãos de Gonçalo Moniz, descendente do presor Hermenegildo Guterres e conde de Coimbra, em 966. Segundo o relato de Sampiro de Astorga<sup>225</sup>, Sancho I teria saído de Leão com os seus exércitos com o objectivo de se dirigir à fronteira ocidental e aí impor a sua autoridade sobre um conjunto de figuras sublevadas, cuja acção aparentemente punha em risco o exercício das prerrogativas régias numa área afastada dos principais centros de poder, e, desta forma, assegurar o cumprimento de uma nova política de pesadas exacções fiscais sobre as comunidades fronteiriças. A mobilização das hostes leonesas saldou-se, segundo o cronista, pela vitória do monarca em campo de batalha: as forças leais ao rei obtiveram o seu primeiro sucesso militar numa conjuntura de aberta oposição dos exércitos chefiados pelo conde portucalense Gonçalo Mendes, que não reconhecia a legitimidade política de Sancho I.

Segundo o relato do cronista, o êxito da acção militar leonesa permitiu ao monarca alargar e consolidar temporariamente o seu domínio no vale do Douro, embora sem criar as condições de estabilidade necessárias para que os exércitos pudessem cruzar a fronteira fluvial, penetrando em território sob administração do conde conimbricense Gonçalo Moniz, e assegurar a aplicação das prerrogativas definidas pela cúria palatina entre as comunidades do vale do Mondego. Tomando conhecimento da aproximação das hostes régias e procurando a salvaguarda dos seus direitos jurisdicionais num contexto em que a monarquia se revelava hostil aos interesses das facções nobres, o conde de Coimbra, então instalado no castelo de St.<sup>a</sup> Maria, reuniu os seus contingentes militares e acompanhou-os, em campanha, até às margens do rio Douro, com o objectivo de libertar a terra da política de exacções fiscais contra a qual também Gonçalo Mendes se tinha insurgido. O

---

<sup>225</sup> *Crón. Samp. apud Hist. sil.*, 26-27 (ed. Dom Justo PÉREZ DE URBEL, O.S.B., e Atilano GONZÁLEZ RUIZ-ZORRILLA, Madrid, 1959, pp. 169-170). A este respeito, veja-se o que escreveu Aníbal RUIZ-MORENO, «Enfermedades y muertes de los reyes de Asturias, León y Castilla», *Cuadernos de historia de España*, VI, 1946, pp. 105-107, com dados mais específicos sobre o envenenamento régio em Dulce ESTEFANÍA, «Nota a la muerte de Sancho el Craso», *Compostellanum*, vol. XXXI, n.ºs 3-4, Julho-Dezembro de 1986, pp. 459-461.

monarca reivindicou o reconhecimento da sua soberania por parte do conde conimbricense, procurando a aplicação das medidas que tinham sido definidas pela corte, e tomou caminho em direcção a Coimbra acompanhado por uma extensa comitiva, composta por figuras destacadas da sua corte, entre as quais alguns representantes da mais alta nobreza leonesa e navarra<sup>226</sup>.

Nesta conjuntura, é provável que a superioridade numérica dos exércitos régios tenha impedido o conde de levar a cabo os seus objectivos. Num gesto de aparente submissão, Gonçalo enviou alguns emissários ao rei visando conquistar a sua confiança, ao mesmo tempo em que procurou alargar a sua rede de apoio e solidariedade à nobreza tradicional instalada na fronteira ocidental do reino. Gonçalo rumou em direcção a Sul. Procurando iludir o monarca num momento em que aparentemente se tinha aproximado dos

---

<sup>226</sup> No momento em que ocorre o incidente relatado pelo cronista, fazem parte do séquito régio algumas das mais altas instâncias políticas da monarquia leonesa, cuja presença na região de Coimbra se deve provavelmente à movimentação dos exércitos na sequência da revolta protagonizada pelo conde portugalense. Se exceptuarmos o nome de Gonçalo Moniz, que surge como primeiro confirmante do documento em apreço logo após o nome de Sancho (DC 92, de 966.11.15), são os nomes dos nove magnatas seguintes – «Ennego uegilani», «Fernandus uermudiz», «Ennego azinariz», «Tellus mirelle», «Nunu mirelle», «Fredenando rodorigiz», «Nepozanus didaz», «Gundisaluus uermudi» e «Nunu garseani» –, dois dos quais identificados como *maiordomus* e *armiger*, que se destacam pelo inusitado do seu registo, uma vez que correspondem a personagens cujo percurso político em pouco ou nada se relaciona com a fronteira ocidental do reino de Leão na segunda metade do século X. A este respeito, sublinhe-se a figura de Nepociano Dias, o oitavo confirmante do acto, que aparece na documentação da época a gravitar, juntamente com Fernando Bermudes, em torno da órbita leonesa ainda no reinado de Ramiro III, tendo então desempenhado funções de *maiordomus*. De todos os confirmantes aqui presentes, é seguramente aquele que mais de perto priva dos assuntos relativos à fronteira ocidental, como o sugere o facto de aparecer ao lado do conde Gonçalo Moniz como subscritor de algumas importantes doações ao mosteiro de S. Mamede de Lorvão; tal como do conde Gonçalo Mendes, com quem mantém um relacionamento que lhe proporciona uma fugaz aproximação ao mosteiro de St.<sup>a</sup> Maria de Guimarães, vindo a morrer, em 983, no momento em que protege o castelo de Simancas do assédio de *al-Manşūr*, em cujo raio de destruições se integram ainda no mesmo ano as terras da casa condal de Monzón. De entre as figuras ali arroladas, o destaque recai também sobre Gonçalo Bermudes, o nono confirmante do acto, casado com Ildôncia, irmã da futura rainha Vasquida, mulher de Bermudo II, pelo facto de representar provavelmente o chefe armado, ao serviço de Sancho, na guerra civil que o opõe ao conde conimbricense. Surgindo na qualidade de *armiger* ainda neste reinado, no último documento do rei alusivo à doação ao mosteiro de S. Mamede de Lorvão, mantém-se activo na corte de Ramiro III, mas acaba também por figurar entre os membros do séquito de Bermudo Ordonhes. Juntamente com Nuno Fernandes e Paio Rodrigues, pode considerar-se um dos principais responsáveis pelo êxito das sublevações de Garcia Gomes, o conde de Saldaña, Liébana e Carrión, em 989 e 992, contra Bermudo II, o qual chega mesmo a confiscar os bens do magnata na sequência daquelas revoltas. Embora seja, pela via política, uma pessoa da mais alta confiança dos monarcas leoneses, como o comprova o facto de ter sido nomeado guardião do tesouro régio depositado no castelo de Luna, faz deste local o principal ponto de apoio para novas revoltas contra o rei de Leão, chegando mesmo a apoderar-se ilicitamente do erário régio e obrigando ao refúgio temporário do monarca em terras galegas. Embora implicado nestas revoltas, acaba por ser reabilitado por Bermudo II, em cujo reinado volta a figurar, em documentos de origem régia, na qualidade de magnata do palácio.

desígnios régios, pôde então reunir os seus partidários mais próximos e levar a cabo a intriga que tinha vindo a congeminar desde a instalação dos exércitos régios na fronteira duriense.

Com o apoio ilusório do conde, Sancho I entrou em território conimbricense e desceu até ao curso do Mondego. Aproveitou a sua deslocação à região de Coimbra para doar alguns bens rústicos ao mosteiro de Lorvão, a 15 de Novembro de 966, provavelmente por sugestão de Gonçalo. Doou à comunidade monástica terras arroteadas por Gondemiro Davides, o irmão do abade Primo, num local situado algures nas proximidades de Alvade, outrora dominado por grandes manchas de carvalhos, às quais veio também acrescentar um moinho situado na sua vila de Ançã, comprado pelo mesmo Gondemiro<sup>227</sup>.

A proximidade do conde ao rei era, contudo, apenas aparente. Gonçalo não tinha deixado de lado os seus planos de revolta, e, urdindo a conjura, embebeu uma maçã em veneno e fez chegar a sua funesta oferta ao monarca. O cronista torna-se, a partir daqui, muito expressivo no seu relato dos acontecimentos: ao provar a maçã, Sancho I sentiu o seu coração sofrer os efeitos letais do preparado, e, procurando regressar à capital do reino, abandonou rapidamente Coimbra e seguiu caminho em direcção a Leão. Neste quadro, teve, talvez, conhecimento daquele que fora o principal instigador da conjura, mas, apesar dos esforços dos membros do seu séquito, acabou por falecer de morte lenta e agonizante três dias depois da partida, provavelmente quando ainda se encontrava em território portugalense. Embora, segundo o cronista, a acção do veneno não tenha sido imediata – facto que pode condicionar a nossa leitura da estratégia concebida por Gonçalo, que procuraria, talvez, libertar-se do pesado encargo político que a acusação de regicídio lhe poderia acarretar –, as propriedades do preparado foram

---

<sup>227</sup> DC 92 (966.11.15). Se desconhecemos as razões que terão estado na base desta doação, não podemos deixar de chamar a atenção para o facto de se tratar de um mosteiro sob invocação de S. Paio, mártir de Córdoba supliciado em 925, cujas relíquias foram trasladadas para Leão durante o reinado de Sancho I, após a sua estadia naquela cidade, em 958, e o envio de uma embaixada chefiada pelo abade Vasco, servindo as relíquias do mártir cordubense para a sagração de uma nova igreja na capital do reino. É também provável que o acto resulte da morte do antigo proprietário dos bens doados à comunidade monástica, aparecendo o rei como executor de uma decisão testamentária de um familiar do abade a favor dos próprios monges. Intitulando-se «serenissimus princeps», Sancho subscreve o diploma em 966, juntamente com a sua extensa comitiva, composta por um total de dez magnatas, embora sem a assistência dos nobres portugalenses.

suficientes para provocar a rápida debilitação do monarca, que, ao longo da vida, tinha também padecido de graves males provocados por excesso de gordura.

A morte de Sancho, ocorrida ainda em 966, seguramente entre 15 de Novembro – dia em que subscreve o citado documento de doação ao mosteiro de Lorvão<sup>228</sup> – e 19 de Dezembro – quando Ramiro Sanches surge na qualidade de monarca –, trouxe ao seu filho e sucessor, sob tutela da tia, Elvira Ramires, a possibilidade de assumir os destinos políticos de uma monarquia fragilizada e descredibilizada nas suas bases sociais de apoio. Depois da chegada dos seus despojos mortais a Leão, o rei foi sepultado na igreja de S. Salvador de Palat de Rey, junto dos túmulos de seu pai, Ramiro II, falecido em 951, e de seu irmão mais velho, Ordonho III, morto em 956, numa conjuntura marcada pelo agudizar da crise de que os acontecimentos relativos à fronteira ocidental eram apenas um de vários epifenómenos.

Seja qual for a leitura que se possa fazer deste episódio, o relato do cronista Sampiro aponta-nos para a existência, ainda na segunda metade do século X, de forças sociais em território de fronteira capazes de intervir activamente nos principais palcos do poder, a ponto de se transformarem em factores disruptivos da ordem interna e chegarem inclusive a condicionar os princípios que regem a sucessão natural da monarquia leonesa. Esta intervenção traduz-se, em larga medida, na capacidade que os condes portucalenses e conimbricenses têm de apoiar e proteger distintos grupos e interesses rivais, sustentando, neste âmbito, as pretensões de dois candidatos à púrpura régia após a morte de Ramiro II, em 951, e de Ordonho III, em 956, ou actuando sobre a integridade física do monarca, como veio a acontecer com Sancho I, em 966. Nas situações acima descritas, o protagonismo dos nobres deveu-se à acção de um número muito restrito de condes – diríamos até, dado o silêncio do cronista sobre a composição dos respectivos grupos de interesse, que se ficou a dever fundamentalmente à acção de Gonçalo Mendes e de Gonçalo Moniz, embora seguramente apoiados noutras instâncias do poder nobiliárquico –, que, intervindo na política régia, condicionaram os princípios

---

<sup>228</sup> DC 92 (966.11.15): «Sancius serenissimus princeps conf.». Em data posterior à outorga, o diploma viria a ser confirmado também por Bermudo II («Veremudus rex conf-irmo.»).

orientadores da prática sucessória na monarquia leonesa em pelo menos duas gerações consecutivas.

Estas figuras movimentam-se de acordo com interesses conjunturais, não sendo, portanto, estranho que o relato cronístico de Sampiro de Astorga coloque a tónica sobre este tipo de acontecimentos. A sua valorização narrativa deve-se ao facto, por um lado, de o cronista referir com alguma frequência a acção de figuras que chefiaram revoltas contra o monarca em diversas circunstâncias; e, por outro, por estas sublevações terem sido protagonizadas por representantes da ordem régia em território de fronteira, que, por definição, deveriam, pelo menos teoricamente, manter-se fiéis ao monarca e assegurar a correcta aplicação e salvaguarda dos interesses leoneses no exercício das suas prerrogativas políticas, enquanto agentes dotados de um poder delegado ou, pelo menos, reconhecido pelo próprio monarca. A situação descrita pelos autores da época, e, em especial, por Sampiro – embora, como vimos anteriormente, também a analística medieval portuguesa nos dê alguns mais tardios indícios de outras dissidências contra a autoridade régia –, a quem devemos o circunstanciar da efeméride que culminou com a morte de Sancho I, entra neste registo semântico, até porque os condicionalismos sociais de produção da obra não podiam deixar de reflectir a visão oficial da conjuntura política coeva, ou seja, a leitura que os círculos afectos ao palácio leonês faziam da traição de Gonçalo Moniz. Assim sendo, o que se procura salientar ao longo do relato não é apenas o acto de sublevação propriamente dito – a profusão de notícias sobre revoltas em que nobres se vêem envolvidos faz destas efemérides tópicos cronísticos relativamente comuns, alguns dos quais até mesmo ligados a figuras ainda mais próximas da casa real, como veio a acontecer no contexto de crise e abdicação de Afonso III –, mas sim a ideia de traição perpetrada por um súbdito do monarca, que, no cumprimento das funções para as quais fora delegado, deveria ter prestado obediência ao rei e evitado que quaisquer outras circunstâncias adversas pudessem pôr em risco a prossecução das normas emanadas da cúria, sobretudo em territórios mais afastados de Leão e de administração periclitante.

Incapazes de restabelecer a paz, também as forças cristãs e muçulmanas se digladiam nesta altura pela posse de um território cuja

administração se encontra ainda, embora de forma cada vez menos efectiva, nas mãos dos condes, prolongamento do poder régio nas áreas mais periféricas do reino e em contacto directo com realidades hostis. Para estrangular as operações militares conduzidas em prol da expansão muçulmana, os reis de Oviedo e Leão procuram alargar o seu domínio territorial e assinalar como bases de operação as praças dotadas de maior interesse estratégico, implantadas sobre os mais importantes vales fluviais. Nas áreas mais a Sul do condado de Coimbra, o Mondego é o rio que estrutura, sob um ponto de vista físico, essa necessidade de defesa. É ao longo do seu vale, e aproveitando igualmente as condições naturais proporcionadas pela capacidade defensiva do interior serrano, dominado pelos prolongamentos naturais dos maciços montanhosos centrais, que se estabelecem alguns desses poderes responsáveis pela administração do território. Mas é também aí que se fazem sentir com maior intensidade os efeitos potencialmente subversivos da autoridade régia e condal, provocados, como vimos, por forças políticas adversas aos interesses da monarquia leonesa.

Fontes representativas de diferentes tradições historiográficas apontam para o facto de a região de Coimbra ter sido alvo, nas duas últimas décadas do século X, de campanhas militares conduzidas por *Ibn 'Abī Āmir al-Manṣūr*, tendo como ponto de partida a cidade de Córdoba. Não existem, quanto a este aspecto, divergências de fundo entre as tradições letradas cristã e muçulmana, verificando-se apenas algumas discordâncias no que respeita a pormenores descritivos das campanhas que não invalidam as conclusões gerais que se podem extrair de ambas as perspectivas historiográficas.

Em qualquer um dos casos, a destruição provocada pela passagem dos exércitos comandados pelo *hājib* de Córdoba na fronteira ocidental do reino de Leão é um dado inequívoco<sup>229</sup>. Tendo em consideração este facto, é provável

---

<sup>229</sup> APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa* II: «Era M<sup>a</sup> XX<sup>a</sup> V<sup>a</sup> cepe Almancor ibenamer Colimbriam. Sicut quidam dicunt fuit derelicta annis VII, postea ceperunt edificare illam Ismahelite et habitauerunt in illa annis LXX<sup>a</sup>»; ou seg. *Chronica gothorum*: «Era 1026, 3.º Kalendas iulii Almanzor Benamet cepit Colimbriam, et sicut a multis senibus audiuimus deserta fuit 7 annis, postea reedificauerunt eam Hismaelite et tenuerunt illam.»; também APV, Recensão breve (1111), secção III, seg. Homiliário de 1139: «In era T<sup>a</sup> XX<sup>a</sup> V<sup>a</sup> Almanzor accepit Colimbriam IIIIº kalendas iulii.»; ou seg. *Summa chronicarum*: «In era T XX<sup>a</sup> V Almanzor accepit Colimbriam IIIIº kalendas iulii.»; e ainda APV, Recensão breve prolongada até

que as igrejas localizadas no arrabalde ribeirinho da cidade de Coimbra tenham sido pelo menos parcialmente destruídas pelo avanço das hostes muçulmanas entre 987 e 994, o que explicaria também o quase total silêncio que sobre elas recai nas fontes diplomáticas da época<sup>230</sup>. É certo que esse silêncio é já anterior à presença do *hājib* na fronteira do Mondego, como o comprova o facto de a igreja de St.<sup>a</sup> Cristina deixar de ser ali mencionada a partir de 933<sup>231</sup>, e a de S. Cristóvão, desde 957<sup>232</sup>, ou seja, cerca de cinquenta e de trinta anos, respectivamente, antes da passagem dos exércitos califais pela cidade. É também possível que a interrupção da sucessão episcopal conimbricense com Paio II, em 986 – data que marca a última referência a um prelado local antes da posterior restauração da diocese –, se possa relacionar com as campanhas

---

1168, secção III, seg. *Livro da noa* I: «In era M<sup>a</sup> XX<sup>a</sup> V<sup>a</sup> accepit Almanzur Colimbriam III<sup>o</sup> kalendas iulii.» (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 293, 304 e 306). Os textos são discordantes quanto à data de conquista da cidade (vejam-se, de Mário Jorge BARROCA, *Do castelo da reconquista ao castelo românico (séc. IX a XII)*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1994, p. 27; e «Fortificações e povoamento no Norte de Portugal (séc. IX a XI)», *Portugália*, nova série, vol. XXV, 2004, pp. 184 e 191-192), mencionando ora a era de 1025 (ano de 987, de acordo com a Recensão longa de 1079, seg. *Livro da noa* II; a Recensão breve de 1111, seg. Homiliário de 1139 e *Summa chronicarum*; e a Recensão breve prolongada até 1168, seg. *Livro da noa* I), ora a de 1026 (ano de 988, de acordo com a Recensão longa de 1079, seg. *Chronica gothorum*). Conforme se depreende da análise da tradição analística portuguesa dos séculos XI e XII, onde se consagram diversas notícias referentes a esta empresa militar, a conquista da mais importante cidade da bacia do Mondego pelas hostes muçulmanas pode considerar-se um marco na história conjuntural do território de fronteira, de resto sintomaticamente silenciado pelo compilador laurbanense, que, perseguindo os seus intuitos de valorização da dinâmica régia leonesa, se limita a referir apenas a triunfal vitória obtida pelos exércitos fernandinos algumas décadas mais tarde. Sobre estas e outras questões em geral, vejam-se, de Luis MOLINA, «Las campañas de Almanzor a la luz de un nuevo texto», *Al-Qantara. Revista de estudios árabes*, vol. II, fasc. 1-2, 1981, pp. 209-263; e «Las campañas de Almanzor. Nuevos datos», *Al-Qantara. Revista de estudios árabes*, vol. III, fasc. 1-2, 1982, pp. 467-472. Para comentários mais circunstanciados sobre as campanhas militares lideradas pelas forças muçulmanas na fronteira ocidental do reino de Leão nos finais do século X, leiam-se Hugh KENNEDY, *Muslim Spain and Portugal. A political history of al-Andalus*, Londres, Addison Wesley Longman, 1996, pp. 109-129; Christophe PICARD, *Le Portugal musulman (VIII<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècle)...*, pp. 53-64; e A. de Almeida FERNANDES, «Que deve “Portugal” ao Porto?», in *Portugal primitivo medieval*, Arouca, Associação da Defesa do Património Arouquense, 2001, pp. 170-173.

<sup>230</sup> Para um enquadramento político das dioceses do Ocidente cristão hispânico face ao recrudescimento da ameaça muçulmana nos finais do século X, veja-se M. Rubén GARCÍA ÁLVAREZ, «Las diócesis galaico-portuguesas y la política de Almanzor», *Bracara Augusta. Revista cultural da Câmara Municipal de Braga*, vol. XXI, n.<sup>os</sup> 47-50 (59-62): *Actas do congresso de estudos da comemoração do XIII centenário da morte de S. Frutuoso* (Promovido pela Mitra Bracarense em colaboração com a Câmara Municipal de Braga e a Faculdade Pontifícia de Filosofia), t. I, Janeiro-Dezembro de 1967, pp. 38-54.

<sup>231</sup> DC 37 (933.03.04). A este respeito, cf. DC 15 (907.04.13).

<sup>232</sup> DC 74 (957.11.02). Apesar de associada ao arrabalde de Coimbra – termo que possui nesta altura conotações territoriais, e que por isso pode aplicar-se também a uma realidade geográfica mais afastada da cidade propriamente dita –, a igreja de S. Cucufate aqui mencionada deve, talvez, identificar-se com o templo situado na Moita. A este propósito, cf. DC 51 (943.03.29), DC 85 (961.12.18) e LP 73 (1064).

militares muçulmanas, nomeadamente as que tiveram lugar em 986 e 987. Uma vez que a documentação relativa à cidade não se interrompe nesta altura, conhecendo, pelo contrário, um incremento substancial tanto em quantidade como em qualidade, seguramente devido ao facto de se verificar nesta conjuntura instável um expressivo número de doações aos dois mosteiros mais importantes da região – S. Mamede de Lorvão e S. Vicente de Vacariça, que beneficiam claramente desta situação de crise, por verem incrementadas as suas riquezas fundiárias com a incorporação de novas parcelas de terra dotadas das respectivas infra-estruturas rústicas –, é provável que a inexistência de outras alusões à figura episcopal se possa relacionar, eventualmente, com a situação de instabilidade provocada pela conquista da cidade às mãos dos exércitos muçulmanos, e que o bispo tenha, porventura, sofrido com o avanço dos contingentes sobre a cidade. O que se pode afirmar é que o episcopado de Paio II foi, comparativamente aos dos seus antecessores na cátedra, bastante curto, iniciando-se em data situada algures entre 982, ano em que Guilhulfo ainda exerce tais funções, e 985, em que Paio aparece, pela primeira vez, no uso destas prerrogativas eclesiásticas. Esta hipótese constituiria um dos motivos para explicar a significativa quantidade de documentos produzidos pelas comunidades monásticas laurbanense e vacaricense – a primeira das quais, aliás, bem próxima de personagens cujo círculo de relacionamentos se integra no ambiente catedralício – no momento em que se dá, na razão inversa, um significativo decréscimo na produção de diplomas associados à igreja de St.<sup>a</sup> Maria, testemunhando um período de relativa estagnação da actividade notarial tendo como centro a catedral coimbrã.

É também possível que o avanço dos exércitos muçulmanos sobre o arrabalde ribeirinho tenha contribuído para o agravamento de uma situação de relativa estabilidade que se vivia nestas duas igrejas de invocação martirial, mercê do seu regular funcionamento como núcleos polarizadores e dinamizadores do culto cristão no espaço periurbano da cidade, tal como da sua integração numa esfera de influência mais ampla, conotada com o período de formação e consolidação do padroado monástico laurbanense, sob protecção das mais importantes famílias da região. De facto, na primeira



metade do século X, o mosteiro de S. Mamede de Lorvão parece ser a única instituição monástica a deter direitos de padroado sobre igrejas urbanas<sup>233</sup>, facto que, atendendo à especial protecção que lhe é concedida pela família condal conimbricense – na qual se destaca a figura de Gonçalo Moniz, descendente do presor Hermenegildo Guterres –, e os próprios reis de Leão – refira-se, aliás, que a associação do mosteiro a pelo menos uma das igrejas localizadas na cidade se deve à iniciativa benemérita do mais alto representante da realeza cristã hispânica nas primeiras décadas do século X, Ramiro II<sup>234</sup> –, pode, em nosso entender, reforçar a hipótese de estarmos perante fundações associadas à presúria de 878. De resto, o facto de o rei ser o proprietário de metade da igreja de St.<sup>a</sup> Cristina – situação que é, nesta altura, única na área urbana –, aliado à inexistência de qualquer testemunho que nos permita falar de uma eventual alienação da estrutura em benefício do monarca, sugere que estas fundações possam ter sido diligenciadas pela autoridade régia ou por um seu qualquer representante, procurando, de forma deliberada, a revitalização do culto cristão das comunidades periurbanas na sequência da conquista da cidade. Muito sintomaticamente, este culto encontra-se associado a uma mártir cujas memórias sagradas são também cultuadas pelo menos numa igreja da aula régia asturiana, o que confere ainda maior plausibilidade à hipótese de a igreja de St.<sup>a</sup> Cristina de Coimbra ter sido,

---

<sup>233</sup> Como teremos a oportunidade de verificar posteriormente, embora se possa já sublinhar o facto de a comunidade monástica de S. Mamede integrar no seu padroado a igreja *intra muros* de S. Pedro (DC 129, de 980.11.12), e, *extra muros*, de St.<sup>a</sup> Cristina (DC 15, de 907.04.13; e DC 37, de 933.03.04) e S. Cristóvão (DC 74, de 957.11.02), estas última situadas numa área periurbana identificada com o arrabalde ribeirinho do Mondego, de povoamento predominantemente moçárabe. Uma vez que, no documento alusivo à igreja consagrada ao Príncipe dos Apóstolos, datado de 980, o templo já integra o padroado monástico laurbanense, não sabemos precisar se o interesse do mosteiro pela posse de direitos sobre igrejas urbanas se efectua inicialmente a partir do núcleo amuralhado da cidade, estendendo-se posteriormente à área não delimitada pela cintura fortificada, ou se se terá verificado a situação inversa. A data relativamente tardia deste documento, aliada ao facto de ele surgir depois em épocas muito posteriores à integração destes dois outros templos (cf., para além daquele primeiro registo documental, LP 558, de [1086-1091]; DC 683, de 1087.04.25; DC 791, de 1092; DC 800, de 1093.12.20; e DC 838, de 1096.11.01), pode, em nosso entender, sugerir que a sua integração se terá efectuado num momento em que mosteiro havia já adquirido direitos sobre as duas igrejas de invocação martirial situadas na área periurbana da cidade. Este dado permite-nos, pois, sustentar a hipótese de o alargamento do seu padroado urbano se ter efectuado, ao longo do século X, do exterior para o interior da cidade de Coimbra, o que testemunha uma clara forma de aproximação simbólica do mosteiro a uma cada vez mais prestigiante topografia do sagrado, aqui conotada com a sua penetração no interior do núcleo urbano, e a dinamização de uma igreja que é também, das três anteriormente citadas, a que mais suscita o interesse da comunidade moçárabe local.

<sup>234</sup> DC 37 (933.03.04).

senão fundada, pelo menos novamente consagrada e dedicada a uma santa mártir cujas memórias litúrgicas eram especialmente celebradas nos principais círculos do poder após a presúria de Hermenegildo Guterres.

Este caso parece, portanto, sugerir uma situação de transposição dos modelos sagrados vigentes na corte de Oviedo para uma cidade situada na fronteira do Mondego e presuriada pelas autoridades asturianas nos finais do século IX. Este facto indicia que a presúria de Coimbra não deu apenas origem a um processo de reestruturação administrativa da região após o estabelecimento das autoridades cristãs, com base em directrizes definidas pelos magnatas ao serviço do rei, mas também a um mais sustentado programa de repovoamento que previa a reorganização das estruturas religiosas no momento em que Nausto, bispo nominal de Coimbra, residia precisamente junto dos círculos palatinos e mantinha contactos próximos com o poder central, embora representando uma diocese de fronteira, e, nessa qualidade, mantendo também ligações aos principais responsáveis pela presúria da cidade<sup>235</sup>. Se não é certo que este prelado tenha permanecido em território diocesano no exercício do seu *munus* episcopal, parece, pelo contrário, isento de dúvida o facto de se ter intitulado bispo de Coimbra, mesmo quando permaneceu em regiões afastadas da fronteira do Mondego, onde, aliás, viria a morrer e a ser sepultado. Este aspecto transparece de forma clara nas fontes diplomáticas ovetenses e leonesas, por aí se encontrarem subscrições do bispo conimbricense seguidas, na maioria dos casos, da identificação de um território diocesano que exprime os seus direitos de jurisdição sobre a fronteira ocidental a Sul do Douro.

Coimbra continua, portanto, a ser vista como o núcleo geográfico de uma diocese cujo território oscila com relativa frequência entre as autoridades cristãs e muçulmanas. A situação compreende-se facilmente, sobretudo se

---

<sup>235</sup> A nível documental, a proximidade de Hermenegildo Guterres a Nausto pode ser confirmada pela leitura de diplomas datados de 883 (LP 12), 886 (*Tombo A*, n.º 13), 899 (*Tombo A*, n.º 17 e n.º 18), 911 (*Tombo A*, n.º 21) e 912 (*Tombo A*, n.º 23). São, em todos os casos, posteriores à presúria da cidade. Para além de Nausto, Sesnando de Iria e Ricardo de Lugo surgem também com relativa frequência ao lado do presor conimbricense (cf., para o primeiro, documentos datados de 869, em *Tombo A*, n.º 6; 883, em LP 12; 885, em *Tombo A*, n.º 12; 886, em *Tombo A*, n.º 13; 899, em *Tombo A*, n.º 17 e n.º 18; 911, em *Tombo A*, n.º 21; e 912, em *Tombo A*, n.º 23; e, para o segundo, 899, em *Tombo A*, n.º 18; 911, em *Tombo A*, n.º 21; e 912, em *Tombo A*, n.º 23). Sobre as dioceses supra citadas, leia-se Antonio PALOMEQUE TORRES, *Episcopologio de las sedes...*, 1966.

considerarmos que a reestruturação da diocese após a presúria condal não poderia deixar de passar pela revitalização dos anteriores quadros jurisdicionais, numa época em que o processo de restituição das dioceses teve sempre em consideração os territórios eclesiásticos da tradição romana, suévica e visigótica. Assim o atesta a fonte comumente designada de *Nomina sedium episcopaliū*, que, no século VIII, menciona Coimbra na qualidade de sede diocesana integrada na província eclesiástica da Lusitânia, reproduzindo um modelo de organização semelhante ao da tradição anteriormente registada.

Assim sendo, parece-nos lícito que se encontre, no quadro geográfico da diocese conimbricense nos finais do século IX – e, talvez, mesmo em data anterior à presúria asturiana, conforme o indicia o facto de Nausto ter ascendido à cátedra episcopal cerca de onze anos antes da conquista da cidade por Hermenegildo Guterres –, um conjunto mais ou menos alargado de igrejas que asseguravam o regular funcionamento das práticas de culto cristão numa região conhecida precisamente pela importância do elemento moçárabe. Sintomático desta constatação é o facto de, a Sul do rio Douro, duas das primeiras igrejas documentadas nas fontes da época – S. Martinho do Pinheiro e S. Lourenço do Bairro, mencionadas já em 883<sup>236</sup> – se situarem a Norte da cidade, com uma implantação geográfica privilegiada ao longo da denominada via coimbrã.

A corroborar-se a nossa hipótese, Nausto pode considerar-se o máximo representante de uma autonomia eclesiástica efectivamente conquistada, sob a invocação de St.<sup>a</sup> Maria, pela população moçárabe da região do Mondego ainda na segunda metade do século IX, ou seja, em data anterior à presúria. Esta situação pode, portanto, dever-se a uma solução de continuidade das estruturas eclesiásticas locais relativamente à organização religiosa do território nas épocas suévica e visigótica, encontrando-se o último bispo de Coimbra anterior à invasão muçulmana – Émila – presente, em 693, no XVI concílio de Toledo, ou seja, apenas vinte e um anos antes do tratado que terá sido celebrado, em 714, entre as forças vitoriosas e a população local, consagrando, à semelhança de outras regiões do *al-Andalus*, a autonomia urbana da comunidade moçárabe, na provável pegada de uma estratégia de

---

<sup>236</sup> LP 12 (883.09.25).

convergência com as autoridades regionais e, conseqüentemente, também com as práticas de culto representadas por uma hierarquia eclesiástica no exercício das suas funções ministeriais, particularmente numa dimensão litúrgica. Este dado sustenta, pois, a probabilidade de as igrejas situadas na cidade e no seu território de influência, vindas, provavelmente, das épocas suévica e visigótica, terem constituído algumas das instituições contempladas pelo tratado celebrado pela comunidade local com *ʿAbd al-Azīz*, até ao momento em que uma sublevação protagonizada pela população levaria, entre 808 e 809, à intervenção militar de *Hishām*, filho de *al-Ḥakam I*, e à recuperação da cidade revoltosa para a facção muçulmana, daí resultando a sua elevação à condição estratégica de capital do *thaghr al-Gharb*<sup>237</sup>.

Na prática, esta situação denuncia, em termos de regular funcionamento das igrejas como espaços ligados às acções de culto dinamizadas por clérigos instruídos nos saberes da pastoral cristã, a manutenção de um *status quo* herdado, talvez, da Antiguidade Tardia, do momento em que pela primeira vez se regista um bispo activo na cidade, na segunda metade do século VI, ao que prevê a revisão do tratado autonómico celebrado entre as forças cristãs e muçulmanas, sem, embora, pressupor a sua desactivação enquanto estruturas dinamizadoras do povoamento moçárabe. O facto é que Nausto, apesar de não residir na cidade do Mondego, desempenha funções de bispo desde 867, abrangendo o seu episcopado pelo menos onze anos de administração nominal muçulmana da cidade, antes de esta ser presuriada no reinado de Afonso III das Astúrias.

Esta última observação comprova, em nosso entender, a manutenção, ainda que provavelmente sujeita a oscilações decorrentes da natural alteração

---

<sup>237</sup> Esta estratégia de convergência entre as autoridades que se movimentam na região de Coimbra ao longo do século IX pode também ter sido beneficiada pelo facto de esta cidade se encontrar então nas mãos dos *Banū Dānis*, pertencentes ao grupo *Maṣmūda* e fiéis aliados dos *Banū Umayya*, aí residindo no momento em que *Saʿdūn al-Šurunbāqī* se dirige à cidade, em data anterior à deslocação daquele grupo étnico berbere para a praça de Alcácer do Sal. Sobre as circunstâncias que conduzem à reintegração da cidade de Coimbra no processo de centralização desenvolvido pelo emirado omíada de Córdoba ao longo do século IX, leia-se Eduardo MANZANO MORENO, *La frontera de al-Andalus...*, pp. 137-204, com informações mais específicas sobre os acontecimentos que marcam então a agenda dos territórios a Norte do rio Tejo nas pp. 184-204. Observações relativas à identidade das confederações tribais berberes aí instaladas, com destaque para as localidades de Alcácer do Sal e Coimbra, podem ser vistas em Helena de FELIPE, *Identidad y onomástica de los beréberes de al-Andalus*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1997, em especial pp. 322-323 (n.º 6.4.46. Qaṣr Abī Dānis) e 324-325 (n.º 6.4.49. Qulunbīra), respectivamente.

da dinâmica religiosa de uma cidade administrada por autoridades cristãs para uma cidade entregue às autoridades muçulmanas, do culto praticado pelo menos nas igrejas mais antigas do núcleo urbano ou periurbano, muito sintomaticamente identificadas com a igreja de St.<sup>a</sup> Maria e os dois templos de invocação martirial situados na área exterior às muralhas da cidade, mantendo-se, aparentemente, uma estrutura eclesiástica urbana assente sobre a titularidade de um prelado que, gerindo embora os destinos da sua diocese a partir da cidade de Oviedo, tem seguramente sob a sua jurisdição um conjunto mais ou menos alargado de igrejas, tuteladas pelo templo de invocação mariana.

Não podemos, pois, deixar de pensar na hipótese de as igrejas de Coimbra terem sido afectadas pelas três campanhas militares conduzidas pelo general amiríada na região, ocorridas, uma, em 986, e duas, no ano seguinte, em expedições de Outono, Primavera e Verão enquadradas por outras que se sabe terem sido dirigidas contra as bem próximas localidades de Condeixa-a-Velha, na margem esquerda do Mondego, em 986, e de Montemor-o-Velho, já na margem direita, em 990 e 1000, no decurso das quais se terão feito igualmente sentir os efeitos potencialmente subversivos das acções muçulmanas na bacia do Mondego. As campanhas militares evidenciadas revelam, portanto, um claro interesse estratégico dos exércitos muçulmanos relativamente aos três mais significativos núcleos de povoamento do curso do Baixo Mondego – Coimbra, Montemor e Condeixa, sendo a campanha relacionada com esta última provavelmente extensível, senão mesmo identificável, com o vizinho aglomerado populacional de Conímbriga.

A análise conjunta dos aspectos que temos vindo a salientar não deixa margem para dúvidas quanto ao facto de o processo de repovoamento cristão e consolidação dos interesses asturiano-leoneses na cidade se ter deparado com dificuldades de ordem vária, aliás compreensíveis se tivermos em mente que se trata de um território periférico. Vivido nas primeiras décadas após a instalação da autoridade asturiana no vale do Mondego, este processo inaugurou-se com a presúria da cidade, na sequência de uma revolta protagonizada pelo irmão do rei Afonso III, e viu-se agravado pela emergência de outros interesses locais, representados não só pelos descendentes do

presor, cuja acção se orientava mais pela autonomia em relação ao monarca do que pelo seguimento dos desígnios régios, mas também pelas ameaças relativamente frequentes, nem sempre com o enquadramento do poder central omíada, das forças muçulmanas.

É certo que esta afirmação não se aplica, na sua generalidade, a todos os que surgem na documentação como representantes régios no território de Coimbra, após a morte de Hermenegildo Guterres. Pode considerar-se válida no que respeita à génese da implantação asturiana na zona de fronteira, mas deve ser analisada com cautela, dado o carácter fundamentalmente conjuntural destas acções, à luz da factologia histórica. Na prática, isto significa que a construção da autoridade régia no vale do Mondego, especialmente durante os reinados de Afonso III e Ordonho II, parece ter dependido mais da acção de uma personagem isolada, fiel ao monarca, ainda que contando com o apoio mais ou menos alargado de outras figuras de relevo, do que de um programa político cuidadosamente gizado de forma a garantir a criação de estruturas administrativas estáveis num território de conquista recente, e assim assegurar o correcto encaminhamento das directrizes régias numa região ameaçada pela eclosão de forças divergentes.

Compreende-se, portanto, a razão pela qual Coimbra não escapa a um quadro político de aspirações tendencialmente autonómicas, inclusive sob impulso cristão. O que nos parece importante sublinhar nestes casos é o facto de as sublevações terem sido protagonizadas por personagens ligadas, tanto por via do sangue como da delegação de poderes, à figura régia, dado que as fontes coevas não deixam de registar. É provável que estas referências não se devam apenas à maior visibilidade política destas figuras, decorrendo também de uma maior atenção por parte das fontes em condenar publicamente aqueles que deveriam, por inerência de funções, manter-se fiéis ao monarca, ao qual se encontravam vinculados por uma memória simultânea de poder e sangue.

Nesta conjuntura política, o facto de as intervenções do monarca ou dos seus representantes condais se resumirem praticamente à eliminação destes focos de resistência mais ou menos pontuais pode, talvez, entender-se no plano militar como um argumento a favor do predomínio de estratégias reactivas, postas em prática por um poder que não se implanta de maneira

forte e efectiva na região, limitando-se apenas a controlar alguns dos seus pontos nevralgicos. Esse controlo parece exercer-se de forma mais efectiva em Coimbra, o aglomerado populacional cujo território de influência confinava com outras áreas de jurisdição própria, representadas apenas por duas outras localidades no período que decorre entre a presúria e o afastamento de Afonso III do trono, entre 878 e 910. Mas deve, como é evidente, ter sido muito mais precário nas regiões afastadas da cidade, onde a implantação de um poder público capaz de assegurar o funcionamento das estruturas institucionais representativas dos interesses asturianos se via, naturalmente, a braços com dificuldades de ordem vária.

### **iii) Os efeitos de uma conjuntura de reforma**

À luz do que tem sido exposto, estamos em condições de afirmar que os tópicos que configuram as séries conjunturais da analística medieval portuguesa dos séculos XI e XII correspondem a memórias monásticas sobre factos relacionados com o avanço progressivo da fronteira ocidental hispânica, no quadro da crescente oposição entre a Cristandade e o Islão peninsulares<sup>238</sup>, tal como com as tensões sociais provocadas pela movimentação de interesses divergentes no seio de cada uma destas duas facções.

No que respeita à Cristandade, as condições sociais de produção dos textos em análise são indissociáveis de um longo e complicado processo de interacção de forças sociais activas na fronteira ocidental dos reinos de Astúrias-Leão, entre os finais do século IX e os finais do século XI<sup>239</sup>. Excepção feita para as expedições militares de Afonso I no vale do Douro, cujas

---

<sup>238</sup> Leia-se, com proveito, a análise dos factores ideológicos subjacentes a este complexo fenómeno em Stéphane BOISSELLIER, «Réflexions sur l'idéologie portugaise...», pp. 139-165. Especificamente sobre as oscilações do território de fronteira provocadas pelas acções de conquista e reconquista sobre o Islão, veja-se Ruy de AZEVEDO, «Período de formação territorial...», pp. 7-64.

<sup>239</sup> A este respeito, veja-se a ainda polémica opinião expressa em Claudio SÁNCHEZ-ALBORNOZ, *Despoblación y repoblación del valle del Duero*, Buenos Aires, Universidad de Buenos Aires/Facultad de Filosofía y Letras/Instituto de Historia de España, 1966, mais concretamente nas pp. 215-252, onde o autor expõe os argumentos relativos à acção repovoadora de Afonso III no território ocidental do reino das Astúrias. A complementar-se com a leitura de Salvador de Moxó, *Repoblación y sociedad en la España cristiana medieval*, Madrid, Ediciones Rialp, 1979, pp. 27-33 e 50-54, com observações específicas sobre a obsoleta teoria do deserto estratégico do vale do Douro, supostamente criado na sequência das campanhas militares de Afonso I, e o processo de repovoamento levado a cabo já no reinado de um dos seus sucessores, Afonso III.

repercussões, dada a sua natureza mais esporádica por comparação a de outras efemérides militares, se podem considerar praticamente nulas para o assunto que aqui nos ocupa, são as campanhas lançadas nos reinados de Ordonho I, e, sobretudo, no de Afonso III, as que culminam com a criação de duas entidades políticas diferenciadas na região – os condados portucalense e conimbricense –, administrados por famílias destacadas da nobreza tradicional hispânica no período que medeia entre 868 e 987, época em que se implantam, afirmam e consolidam as expressões de um poder régio delegado sobre o território fronteiriço. Ao longo deste período, os condes representam uma solução política viável para a complexa administração do território, não obstante o facto de, em circunstâncias favoráveis, constituírem também dinâmicas forças centrífugas dos desígnios emanados da cúria régia leonesa<sup>240</sup>.

Entre 987 e 1037, a crise da monarquia leonesa acentua-se graças a um significativo conjunto de mutações no equilíbrio dos reinos cristãos hispânicos, a que não é alheia a progressiva emergência política dos infanções, um grupo de segunda estirpe submetido às forças sociais até então dominantes na região, e a paulatina contestação das autoridades condaís em matérias de administração do território. É apenas sob o comando da dinastia de Navarra que se assiste a uma fase de expansão dos reinos de Leão e Castela, durante a qual as autoridades condaís são progressivamente reduzidas a uma situação de quase total imobilismo político – transposto também para o plano religioso e espiritual, dada a tendencial cristalização dos seus interesses em torno das vivências monásticas tradicionais, dificilmente permeáveis às inovações que se fazem sentir a partir desta época – face à crescente afirmação destes novos protagonistas, com os quais se inicia e desenvolve o processo que conduz à senhoriação da fronteira ocidental hispânica.

A incapacidade de gestão integrada desse território por parte das autoridades condaís é agravada por vicissitudes relacionadas com um estado de guerra quase permanente, no qual são os reis e os infanções as únicas forças aparentemente capazes de reagir com eficácia às ameaças

---

<sup>240</sup> A caracterização que se segue baseia-se de perto, nos seus aspectos estruturais, em José MATTOSO, «Ricos-homens, infanções e cavaleiros», in *Obras completas*, vol. 5: *Ricos-homens, infanções e cavaleiros...*, pp. 9-179, nomeadamente as pp. 17-32.



muçulmanas. Em termos gerais, estas tensões são o resultado do lento e agonizante acentuar dos factores de crise relacionados com a falência do paradigma político condal, provocada pela paulatina debilitação biológica da família, graças à generalização da prática do casamento endogâmico, e a progressiva desadequação do modelo de família cognático numa sociedade que passa cada vez mais a estruturar-se num sentido vertical, projectando o significado social da memória prestigiada sobre valores tipicamente senhoriais como a honra, o sangue e o parentesco. Concomitantemente, também a paulatina contestação das famílias infancionais às directrizes de expansão territorial definidas no quadro da política régia representam um dos momentos em que se afirmam e consolidam novos poderes regionais.

A compreensão dos *Anais de S. Mamede de Lorvão* passa, naturalmente, pela consideração destes aspectos, uma vez que o texto é fixado numa altura em que estas transformações estão ainda em curso. Não nos podemos esquecer que o seu autor nos dá claras indicações sobre alguns acontecimentos decorridos na transição do século XI para a centúria seguinte, que, em termos cronológicos, acompanham a etapa da história fronteiriça que assiste ao progressivo obsoletismo das experiências de vida consagrada simbolizadas pela comunidade monástica. Esta época está representada no texto apenas por dois acontecimentos, que o compilador identifica com a conquista de Coimbra pelo rei Fernando I e a morte do seu sucessor e filho, Afonso VI. Neste quadro, aquilo que parece estar já em destaque é uma *conjuntura de transformação* da memória monástica sobre o passado cristão, anunciando o estabelecimento definitivo da fronteira no vale do Mondego, e culminando com o óbito daquele que representa uma das mais sérias ameaças à integridade institucional do colégio monástico, Afonso VI, também um dos principais opositores à política regional de resistência moçárabe e impulsor do acto que levaria à extinção temporária da comunidade, no seguimento da doação do mosteiro à Sé de Coimbra.

Pode, portanto, dizer-se que o texto terá sido redigido ou, pelo menos, fixado numa conjuntura<sup>241</sup> marcada pela ainda recente criação de uma

---

<sup>241</sup> Caracterização de acordo com o esquema proposto em José MATTOSO, *Obras completas*, vol. 2: *Identificação de um País. Oposição*, s.l., Círculo de Leitores, 2001, p. 63. Sínteses historiográficas sobre o Portugal asturiano-leonês em Damião PERES, «A reconquista cristã», in

instância política resultante da fusão, em 1096, dos antigos condados de Portucale e de Coimbra – o Condado Portucaleense –<sup>242</sup>, tal como do seu alargamento a territórios do Sul, integrando o vale do Tejo na sequência das acções de conquista e reconquista sobre o Islão<sup>243</sup>. É neste quadro que se afirmam e consolidam os poderes de tipo senhorial, sobretudo a Norte do Douro, e se assiste à criação, por parte das autoridades entretanto estabelecidas na região, de uma relação com as comunidades concelhias existentes, cujos direitos são progressivamente consagrados com a atribuição

---

*História de Portugal. Edição monumental comemorativa do 8.º centenário da fundação da nacionalidade profusamente ilustrada e colaborada pelos mais eminentes historiadores e artistas portugueses* (Direcção literária de Damião PERES; direcção artística de Eleutério CERDEIRA), vol. I, Barcelos, Portucaleense Editora, L.<sup>da</sup>, MCMXXVIII, pp. 433-479; António CRUZ, «Do início da reconquista...», pp. 290-309; José MATTOSO, «Portugal no reino asturiano-leonês», in *História de Portugal* (Direcção de José MATTOSO), vol. 1: *Antes de Portugal* (Coordenação de José MATTOSO), Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 438-565; e Maria Ângela BEIRANTE, «A “reconquista” cristã», in *Nova história de Portugal* (Direcção de Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES), vol. II: *Portugal. Das invasões germânicas à “reconquista”* (Coordenação de A. H. de Oliveira MARQUES), Lisboa, Editorial Presença, 1993, pp. 251-365 e 390-398. Leiam-se, com proveito, José MATTOSO, «1096-1325», in *História de Portugal* (Direcção de José MATTOSO), vol. 2: *A monarquia feudal (1096-1480)* (Coordenação de José MATTOSO), Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 8-64; e A. H. de Oliveira MARQUES e Maria Alegria Fernandes MARQUES, «O campo cristão», in *Nova história de Portugal* (Direcção de Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES), vol. III: *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325). Do Condado Portucaleense à crise do século XIV* (Coordenação de Maria Helena da Cruz COELHO e Armando Luís de Carvalho HOMEM), Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 13-64. Para uma mais detalhada análise da situação vivida, em paralelo, no condado de Castela, veja-se Gonzalo MARTÍNEZ Díez, *El condado de Castilla (711-1038). La historia frente a la leyenda*, s.l., Junta de Castilla y León/Consejería de Cultura y Turismo – Marcial Pons, Ediciones de Historia, 2005. Siga-se ainda, em síntese, Pilar BLANCO LOZANO, «La intervención de Fernando I en la zona galaico-portuguesa», in *IX centenário da dedicação da Sé de Braga. Congresso internacional. Actas*, vol. I: *O bispo D. Pedro e o ambiente político-religioso do século XI*, Braga, Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Teologia-Braga – Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 335-356.

<sup>242</sup> Sobre a formação desta nova entidade política na Hispânia cristã dos finais do século XI e o período correspondente à administração do conde Henrique de Borgonha, vejam-se, de Torquato de Sousa SOARES, «Carácter e limites do Condado Portucaleense (1096-1128)», in *Papel das áreas regionais na formação histórica de Portugal. Actas do colóquio*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, MCMLXXV, pp. 9-21; e «O governo de Portugal pelo conde Henrique de Borgonha: suas relações com as monarquias leonesa-castelhana e aragonesa», *Revista portuguesa de história*, t. XIV: *Homenagem ao Doutor Paulo Merêa*, vol. III, 1974, pp. 365-397; e, de Paulo MERÊA, «Sobre a concessão da terra portucaleense a D. Henrique», in *Estudos de história de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2006, pp. 277-307.

<sup>243</sup> Sobre este aspecto em particular, leia-se Manuel Sílvia Alves CONDE, «Fronteira, guerra e organização social do espaço: o vale do Tejo, entre Muçulmanos e Cristãos (séculos IX-XIII)», in *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)* (Actas dos seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003, e Porto, 4 e 5 de Abril de 2003; coordenação de Mário Jorge BARROCA e Isabel Cristina F. FERNANDES), Palmela, Câmara Municipal de Palmela – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 43-52.

dos forais de 1085, 1111 e 1179 a Coimbra, os quais, como é sabido, institucionalizam a autonomia dos órgãos do poder local<sup>244</sup>.

Integrando o processo de reorganização do reino após a conquista de Toledo, urbe régia e metrópole eclesiástica da antiga Hispânia visigótica, a atribuição do impropriamente designado foral de Coimbra pelo rei Afonso VI de Leão, em 1085<sup>245</sup>, limita-se apenas a confirmar a propriedade dos bens adquiridos pelos moradores da localidade durante o consulado de Sesnando Davides, auxiliar dos monarcas leoneses. Recebendo uma nova confirmação régia oito anos depois, em 1093, o foral procura garantir a continuidade dos direitos alcançados pela comunidade urbana moçárabe após a conquista definitiva da cidade no reinado de Fernando I, facto que não acaba de forma alguma por impedir o crescimento das hostilidades entre os tradicionais defensores da identidade moçárabe e os adeptos da reforma romana<sup>246</sup>. O

---

<sup>244</sup> Vejam-se, a título geral, Torquato de Souza SOARES, «Notas para o estudo das instituições municipais da reconquista», *Revista portuguesa de história*, t. I, 1940, pp. 71-92; e Maria Helena da Cruz COELHO, «A estruturação concelhia do Condado Portucalense – D. Henrique», in *Economia, sociedade e poderes. Estudos em homenagem a Salvador Dias Arnaut*, Coimbra, Editora Ausência, 2004, pp. 41-60. Observações mais detalhadas sobre a génese da identidade concelhia na região de Coimbra em Paulo MERÊA, «Sobre as origens do concelho de Coimbra», in *Estudos de história de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2006, pp. 437-485; e, do mesmo autor, «Sobre as antigas instituições coimbrãs», in *Estudos de história de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2006, pp. 509-553. Análises específicas sobre a atribuição do foral à cidade, em 1179, em J. Pinto LOUREIRO, *Forais de Coimbra. Publicação comemorativa do oitavo centenário da fundação da Nacionalidade*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1940, pp. 23-24, com reprodução do texto nas pp. 59-66; de Torquato de Sousa SOARES, «Dois casos de constituição urbana: Santiago de Compostela e Coimbra», *Revista portuguesa de história*, t. V: *Homenagem a Gama Barros*, vol. II, 1951, pp. 511-513; e «O foral concedido a Coimbra, Santarém e Lisboa em 1179», *Anais*, II série, vol. 10, MCMLX, pp. 173-188; Maria Helena da Cruz COELHO, «A propósito do foral de Coimbra de 1179», in *Homens, espaços e poderes (séculos XI-XVI)*, I: *Notas do viver social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 105-120; e, de António Matos REIS, *Origens dos municípios portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, pp. 163-174; e *História dos municípios portugueses (1050-1383)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 301-323 e 358-377. Durante a época condal, são ainda atribuídos forais às localidades de Ansiães ([1055-1065]), Linhares ([1055-1065]), Paredes ([1055-1065]), Penela ([1055-1065]), S. João da Pesqueira ([1055-1065]), Coimbra (1085), Santarém (1095), Guimarães ([1095-1096]), Constantim de Panóias (1096), St.<sup>a</sup> Comba Dão (1102), Treixedo (1102), Azurara da Beira ([1102-1112]), Tavares ([1104-1114]), Tentúgal (1108), Coimbra (1111), Sátão (1111), Soure (1111), Arganil (1114), S. Martinho de Mouros (1121), Porto (1123), Viseu (1123), Ferreira das Aves ([1123-1126]), Sernancelhe (1124) e Ponte de Lima (1125).

<sup>245</sup> LP 14 (1085.05.29) e respectiva confirmação em LP 15 (1093.04.22). Veja-se J. Pinto LOUREIRO, *Forais de Coimbra...*, pp. 14-18, com reprodução de ambos os textos nas pp. 47-50 e 50-51.

<sup>246</sup> Para uma breve panorâmica da questão, leia-se Gérard PRADALIÉ, «Du Portugal mozarabe au Portugal romanisé: l'exemple de Coimbre», in *Histoire du Portugal. Histoire européenne. Actes du colloque*. (Paris, 22-23 mai 1986), Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1987, pp. 15-17. Esclarecedoras sínteses sob um ponto de vista estrutural, atendendo à recepção do fenómeno religioso simultaneamente nos meios clericais e leigos da

acontecimento é contemporâneo da adopção da Regra de S. Bento no mosteiro de Lorvão, que, ainda que implementando os novos costumes monásticos inspirados em modelos exteriores à realidade religiosa hispânica, acabou por não conseguir conduzir com eficácia a sua estratégia de resistência durante vários anos<sup>247</sup>.

Sintomático desta afirmação é o facto de o mosteiro de Vacariça ser reduzido à condição de igreja paroquial do padroado diocesano conimbricense no episcopado de Crescónio – prelado filiado na reforma, ao qual se devera a tentativa de eliminação da resistência moçárabe conduzida por Sesnando Davides e Martinho Moniz –, por doação dos condes Raimundo e Urraca, em 1094<sup>248</sup>. Esta situação encontra ecos no mosteiro de Lorvão quinze anos depois, em 1109, quando, por doação dos condes Henrique e Teresa, a comunidade passa por um processo paralelo, embora já a instâncias de Gonçalo, clérigo pertencente a uma das mais prestigiadas famílias de infanções portugalenses<sup>249</sup>. Em ambos os casos, os motivos aduzidos pelas

---

época, em Saul António GOMES, «A religião dos clérigos: vivências espirituais, elaboração doutrinal e transmissão cultural», e Maria de Lurdes ROSA, «A religião no século: vivências e devoções dos leigos», in *História religiosa de Portugal* (Direcção de Carlos Moreira AZEVEDO), vol. 1: *Formação e limites da Cristandade* (Coordenação de Ana Maria C. M. JORGE e Ana Maria S. A. RODRIGUES), Lisboa, Temas e Debates, 2004, pp. 339-421 e 423-510, respectivamente.

<sup>247</sup> Outras duas referências à Regra de S. Bento encontram-se, pela mesma altura, nos cartórios monásticos de S. Romão do Neiva, a 6 de Abril de 1087 (DC 680, de 1087.04.06), e S. Mamede de Lorvão, a 13 de Junho de 1100 (DC 936, de 1100.06.13). Esta última corresponde à primeira referência explícita à adopção da regra beneditina no mosteiro que temos vindo a estudar, não obstante o facto de se pensar que a data da respectiva introdução possa ser ligeiramente mais recuada. Sobre este assunto em particular, leia-se José MATTOSO, «A introdução da regra de São Bento na Península Ibérica», in *Obras completas*, vol. 9: *Religião e cultura na Idade Média portuguesa*, s.l., Círculo de Leitores, 2002, pp. 45-55.

<sup>248</sup> Cf., para o caso vacaricense, LP 82 (1094.11.13).

<sup>249</sup> Cf., para o caso laurbanense, Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorvão...», doc. XII (1109.07.29). Embora Vacariça tenha sido definitivamente reduzida à condição de igreja paroquial, não voltando mais a ser mencionada como comunidade independente, a restauração do mosteiro de Lorvão efectua-se ainda durante o episcopado de Gonçalo, em 1116, ficando aquele sujeito à Sé de Coimbra, embora sob o governo do abade Eusébio (cf. também Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorvão...», doc. XVI, de 1116.03.19). Um ano depois da doação deste último mosteiro à Sé de Coimbra, o papa Pascoal II, pela bula *Fraternitatem tuam*, congratula o prelado pela sua eleição e solicita-lhe que auxilie Henrique, prometendo ainda tratar da difícil causa eclesiástica conimbricense (Carl ERDMANN, *Papsturkunden in Portugal...*, n.º 11, de [1110.01]; e LP 615 e 626, de [1110.01]). Útil sistematização do bulário relativo à região de Coimbra na época medieval em Carl ERDMANN, *Papsturkunden in Portugal...*, pp. 66-86, com reprodução e comentário dos textos pontifícios citados ao longo deste estudo nas pp. 154-384. Um estudo específico sobre a acção dos diversos prelados romanos nos sucessivos períodos de governo condal, ainda que bastante datado, pode ver-se em Bernardo Xavier da C. COUTINHO (Doutor), *Acção do papado na fundação e independência de Portugal*, Porto, Livraria Lopes da Silva – Editora, 1939; com o mais recente complemento de Peter FEIGE, «Die

autoridades condaís prendem-se com dificuldades financeiras alegadas pelos bispos e cônegos da diocese<sup>250</sup>, num momento em que o património afecto a ambas as comunidades monásticas constitui, de facto, um manancial de riquezas vitais à sobrevivência das instituições coimbrãs<sup>251</sup>, composto

---

Anfänge des portugiesischen Königstums und seiner Landeskirche», *Gesammelte Aufsätze zur Kulturgeschichte Spaniens*, 1.ª série, vol. 29, 1978, pp. 278-312.

<sup>250</sup> Os documentos coevos permitem-nos levantar sérias dúvidas quanto à veracidade das razões aludidas, como o comprova o facto de ser nesta altura que se desenvolve a rede patrimonial da sede diocesana, em detrimento das riquezas auferidas por ambas as comunidades monásticas.

<sup>251</sup> Sobre as potencialidades económicas do território em que se situam as propriedades monásticas rurais, na área imediatamente a Norte da cidade de Coimbra, vejam-se os trabalhos de Robert DURAND, *Les campagnes portugaises entre Douro et Tage aux XII<sup>e</sup> et XIII<sup>e</sup> siècles*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1982; Maria Helena da Cruz COELHO, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, s.l., Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989; e Deniz de RAMOS, *Subsídios para a história da vinha na Bairrada (séculos X ao XII)*, Anadia, Associação de Jornalistas e Escritores da Bairrada, 1991. A este respeito, leiam-se as observações mais pontuais de Gérard PRADALIÉ, «Occupation du sol et cultures autour de Coimbra au XII<sup>e</sup> siècle», in *Actas de las primeras jornadas de metodología aplicada de las ciencias historicas*, II: *Historia medieval*, Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela, 1975, pp. 79-87; e Robert DURAND, «La vigne et le vin dans le bassin du Mondego au Moyen Âge (XII<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècles)», *Arquivos do Centro Cultural Português*, 5, 1972, pp. 13-37. Estes trabalhos, para além de salientarem a densidade ocupacional da região, sobretudo ao longo da bacia do Mondego e seus afluentes, tal como nas áreas mais próximas da cidade (Maria Helena da Cruz COELHO, *O Baixo Mondego...*, vol. II, fig. 1, com uma representação cartográfica dos núcleos de povoamento regional na Alta Idade Média, igualmente referenciados já por Maria da Graça Pessoa Frota GIRÃO, *Repovoamento na área do actual concelho de Coimbra (séculos IX a XII)*, Coimbra, 1964 [Edição policopiada da Tese de Licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra]; Maria da Graça Dias Pereira Fernandes FANTASIA, *O repovoamento das «villas» da área compreendida entre Vouga e Mondego, nos séculos IX a XII*, Coimbra, 1972 [Edição policopiada da Tese de Licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra]; e Maria Alegria Fernandes MARQUES, *Reconquista e repovoamento entre o Mondego e o Tejo no séc. XII*, Coimbra, 1984 [Edição policopiada do sumário da lição-síntese de História Económica e Social apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no âmbito da prestação de Provas de Aptidão Pedagógica prevista no Estatuto da Carreira Docente Universitária]), colocam a tónica sobre a importância da produção agrícola como fonte de subsistência das comunidades aqui residentes, não raro devido à proliferação de unidades de exploração agrícola, como a vila e o casal, e infra-estruturas necessárias ao processamento alimentar dos cultivos, como os moinhos, as azenhas e os lagares (Maria Helena da Cruz COELHO, *O Baixo Mondego...*, vol. II, fig. 10, onde a autora assinala a presença de moinhos e azenhas nas localidades de Ançã e Forma, no século X; de Areal, Cadima, Emide e Vil de Matos, no século XI; e de Ançã, Antuzede, Arazede, Cadima, Forma, Maiorca, Montemor-o-Velho, Taveiro e Vil de Matos, no século XII. Entre os cultivos mencionados – e mesmo tendo em conta que a documentação assinala também a existência de terras não aproveitadas na exploração dos recursos agrícolas –, destacam-se essencialmente os cereais, a vinha, a oliveira e, em menor escala, o linho. A estes cultivos periurbanos, juntam-se ainda os tradicionais produtos hortícolas, ocupando uma significativa superfície produtiva. Como é natural, todos estes factores não se podem dissociar da presença de uma influente e dinâmica aglomeração urbana, onde residem comerciantes e mercadores responsáveis pela transacção dos produtos a curta ou longa distância, servindo simultaneamente de centro consumidor e distribuidor de bens. Sobre a importância económica dos territórios a Sul do Tejo, bem representados na analítica medieval portuguesa, embora sintomaticamente silenciados pelo compilador laurbanense, veja-se o denso estudo dedicado à construção social do território e à exploração dos recursos naturais da autoria de Stéphane BOISSELLIER, *Naissance d'une identité portugaise. La vie rurale entre Tage et Guadiana de l'Islam à la Reconquête (X<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècles)*,

maioritariamente por parcelas de terra dotadas dos respectivos cultivos e infra-estruturas rústicas, mas também por direitos de padroado sobre um número considerável de igrejas e mosteiros do Entre-Minho-e-Mondego, susceptível de minorar a alegada penúria dos meios de subsistência material dos membros do cabido na transição do século XI para a centúria seguinte<sup>252</sup>.

O momento de maior exaltação da comunidade moçárabe contra o governo condal de Henrique de Borgonha corresponde à grave perturbação da ordem pública a que a outorga do novo foral, em 1111<sup>253</sup>, procura pôr fim<sup>254</sup>. O

---

Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999; tal como, do mesmo autor, *Le peuplement médiéval dans le Sud du Portugal. Constitution et fonctionnement d'un réseau d'habitats et de territoires. XI<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècles*, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003; e ainda o trabalho de Manuel Sílvio Alves CONDE, *Uma paisagem humanizada. O Médio Tejo nos finais da Idade Média*, Cascais, Patrimonia, 2000. Estas obras, para além do já citado título de Robert Durand, são particularmente importantes para a compreensão das dinâmicas de organização e exploração do território subjacentes aos textos em que se narram as etapas de expansão da linha de fronteira cristã ao longo dos vales do Tejo, Sado e Guadiana. A este respeito, destacam-se essencialmente os *Anais de S. Salvador de Grijó* e os *Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I*, que são o reflexo efectivo de uma conjuntura de expansão da fronteira territorial do reino sob a liderança de Afonso I.

<sup>252</sup> Independentemente dos motivos que estão na base das duas doações, o que é facto é que elas são confirmadas pelas bulas *Apostolicae Sedis* (1101) e *Sciatis omnes* ([1110-1112]), de Pascoal II, dirigidas respectivamente ao bispo Maurício e ao prior Martinho; *Aequitatis et iustitiae* (1125), de Honório II, dirigida ao bispo Gonçalo; e *Officii nostri* (1135), de Inocêncio II, dirigida ao bispo Bernardo, o que reflecte a importância alcançada por ambos os mosteiros – agora já designados como *ecclesiae* – na dinâmica institucional do padroado diocesano (Carl ERDMANN, *Papsturkunden in Portugal...*, n.º 2, de 1101.03.24; n.º 26, de 1125.02.01; e n.º 28, de 1135.05.26; ver ainda LP 592 e 621, de 1101.03.24; LP 625, de [1110-1112].01.12; LP 593, de 1125.02.01; e LP 594, de 1135.05.26). Sobre o protagonismo benemérito dos condes portugalenses em prol da mais alta hierarquia eclesiástica portuguesa, veja-se o levantamento efectuado por José MARQUES, «As doações dos condes portugalenses e de D. Afonso Henriques à Igreja», in *2.º congresso histórico de Guimarães. Actas do congresso*, vol. 5: *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*, s.l., Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996, pp. 325-349. Neste estudo, o autor conclui que a diocese de Coimbra, suplantada apenas pela de Braga, é a instituição mais beneficiada pela acção condal, contando-se-lhe doze títulos de doação distribuídos por um longo período de sessenta e três anos, situado entre 1109 e 1172 (relação na p. 332). O facto de metade das doações ter lugar entre 1128 e 1140 não pode deixar de ter uma óbvia leitura política, relacionada com o apoio concedido pelo prelado e cabido diocesanos à nova autoridade emergente após a batalha de S. Mamede. Estes factos, embora se reportem a alguns anos após a integração dos mosteiros de Vacariça e Lervão no padroado diocesano, em 1094 e 1109, contradizem claramente os argumentos apresentados nos respectivos diplomas de doação, uma vez que sublinham o efectivo poder patrimonial do núcleo diocesano conimbricense.

<sup>253</sup> LP 17 e 623 (1111.05.26). Vejam-se J. Pinto LOUREIRO, *Forais de Coimbra...*, pp. 18-21, com reprodução do texto nas pp. 51-54; e Torquato de Sousa SOARES, «Dois casos de constituição urbana...», p. 504.

<sup>254</sup> A este respeito, veja-se a análise da revolta moçárabe de Coimbra de 1111, em correlação com uma cuidadosa análise da diplomática coeva, efectuada por Gérard PRADALIÉ, «Les faux de la cathédrale et la crise à Coïmbre au début du XII<sup>e</sup> siècle», *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 10, 1974, pp. 77-98. O estudo de Pierre DAVID («Regula sancti Augustini. A propos d'une fausse charte de fondation du chapitre de Coïmbre», *Revista portuguesa de história*, t. III,

acontecimento é sincrónico de uma efeméride que os *Anais de S. Salvador de Grijó*, na versão transmitida pela *Chronica gothorum*, identificam com a conquista de Santarém pelo *qā'id* de Sevilha, *Sīr ibn Abī Bakr*, nesse mesmo ano de 1111<sup>255</sup>, facto que pode ter criado uma melhor oportunidade para a comunidade local se revoltar contra as forças dominantes. Apesar de não dispormos de mais informações para além daquelas que se encontram laconicamente expressas no foral, sabemos que a questão se salda por cedências de ambas as partes, fazendo parte das negociações os mais próximos partidários de Henrique e os membros constituintes do concelho de Coimbra. O documento, ao procurar salvaguardar os interesses da comunidade moçárabe contra um significativo leque de pressões fiscais – fixando, naturalmente, o conjunto das obrigações a que os vizinhos se encontrariam sujeitos a partir de então, ainda na qualidade de tributários, e prevendo-se inclusive a possibilidade de estes serem alvo de promoção social pela sua ascensão à categoria de cavaleiros, uma vez estabelecida a manutenção de vigias nos lugares estratégicos do confronto contra o Islão –, revela que o que está em causa é a protecção dos direitos dos vizinhos contra a acção alegadamente arbitrária dos funcionários ou partidários do governo condal, com destaque para as rejeitadas figuras de Múnio Barroso e Ebraldo<sup>256</sup>, num momento em que se negoceia a possibilidade de o concelho constituir o órgão máximo da cidade, com incumbência sobre todos os delitos graves<sup>257</sup> – aspecto que evidencia uma ruptura com a anterior tradição consular representada por Sesnando Davides e os seus meirinhos<sup>258</sup> –, e o alcaide e o

---

1947, pp. 27-39) fornece-nos também mais alguns dados de relevo sobre os objectivos da falsificação de diplomas na Coimbra dos séculos XI e XII.

<sup>255</sup> APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 302. Torquato de Sousa SOARES, «Dois casos de constituição urbana...», pp. 506-507.

<sup>256</sup> Sobre as figuras de Múnio Barroso e Ebraldo, LP 17 e 623 (1111.05.26) e LP 51 (1129.09.26). Torquato de Sousa SOARES, «Dois casos de constituição urbana...», pp. 504-506.

<sup>257</sup> Torquato de Sousa SOARES, «Dois casos de constituição urbana...», pp. 510-512.

<sup>258</sup> A acção política desta personalidade e as circunstâncias em que se desenrola o seu consulado em Coimbra e Toledo encontram-se descritas em Emilio GARCÍA GÓMEZ e R. MENÉNDEZ PIDAL, «El conde mozárabe Sisnando Davidiz y la política de Alfonso VI con los taifas», *Al-Andalus. Revista de las escuelas de estudios árabes de Madrid y Granada*, vol. XII, fasc. 1, 1947, pp. 27-41; Maria Helena da Cruz COELHO, «Nos alvares da história de Coimbra. D. Sesnando e a Sé Velha», in *Sé Velha de Coimbra. Culto e cultura*, Coimbra, Catedral de Santa Maria de Coimbra, 2005, pp. 11-39; e Leontina VENTURA, «As cortes ou a instalação em Coimbra dos *fideles* de D. Sesnando», in *Estudos de homenagem ao Professor Doutor José Marques* (Organização: Departamento de Ciências e Técnicas do Património – Departamento

juiz, figuras basilares do sistema administrativo local, serem escolhidos apenas entre os seus moradores<sup>259</sup>. Embora a mais antiga menção ao cargo de alcaide de Coimbra conste do foral atribuído por Henrique em 1111, confirmando desta forma um privilégio que a comunidade urbana alcançara na sequência da sublevação protagonizada pelos grupos moçárabes nesse ano, o facto é que não temos, até 1121, nenhuma outra referência a cargos análogos. O governo civil e militar da cidade devia, portanto, ser exercido por algum *tenens* em representação da autoridade condal, cuja jurisdição abrangia o território de Coimbra.

Neste quadro de instabilidade generalizada, a intervenção de Henrique tem por objectivo apaziguar os ânimos da comunidade revoltosa e reconduzir

---

de História), vol. III, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 37-52. Para uma panorâmica geral da situação vivida nesta última cidade no momento em que ocorre a transferência de Seshando Davides da fronteira do Mondego para a do Tejo, reveste-se de particular interesse a leitura de David J. WASSERSTEIN, «The emergence of the taifa kingdom of Toledo», *Al-Qantara. Revista de estudios árabes*, vol. XXI, fasc. 1, 2000, pp. 17-56 (relação dos *mulūk al-ṭawā'if* de Toledo na conjuntura de *fitna* no *al-Andalus* do século XI em François CLÉMENT, *Pouvoir et légitimité en Espagne musulmane à l'époque des taifas (V<sup>e</sup>/XI<sup>e</sup> siècle). L'imam fictif*, Paris, Éditions L'Harmattan, 1997, p. 313); e das considerações gerais avançadas por Miguel Ángel LADERO QUESADA, «Toledo en época de la frontera», *Anales de la Universidad de Alicante. Historia medieval*, n.º 3, 1984, pp. 71-98. Um mais específico enquadramento da questão relativa ao moçarabismo toledano, focando essencialmente aspectos dos foros social e económico, encontra-se em Reyna PASTOR DE TOGNERI (avec la collaboration de Marta BONAUDO), «Problèmes d'assimilation d'une minorité. Les Mozarabes de Tolède (de 1085 à la fin du XIII<sup>e</sup> siècle)», *Annales. Économies, sociétés, civilisations*, 25.º ano, n.º 2, Março-Abril de 1970, pp. 351-390.

<sup>259</sup> De facto, a outorga do foral inviabiliza aos não-naturais de Coimbra – alguns dos quais chegam a assumir relevantes funções vicariais durante o governo condal henriquino, com responsabilidades também nos foros militar, fiscal e judicial – a detenção de cargos importantes na administração da cidade, razão pela qual os cavaleiros de ascendência franca procuram desenvolver estreitas ligações políticas aos territórios, mais a Norte, de Viseu e Lafões, e, a Sul, de Seia, numa tentativa de ocupação de quadros deixados vagos pelo afastamento dos membros pertencentes à influente comunidade moçárabe local, segundo constata Leontina VENTURA e João Cunha MATOS, «Cavaleiros da Estremadura (Coimbra, Viseu e Seia) ao tempo de D. Afonso Henriques», in *2.º congresso histórico de Guimarães. Actas do congresso*, vol. 2: *A política portuguesa e as suas relações exteriores*, s.l., Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996, pp. 95-107; e José MATTOSO, «A região de Arganil: de fronteira a terra senhorial», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*, s.l., Círculo de Leitores, 2001, pp. 232-243; com uma análise do perfil político e económico de um cavaleiro de Coimbra envolvido nestas questões em Leontina VENTURA, «O cavaleiro João Gondesendes – sua trajectória político-social e económica (1083-1116)», *Revista de história económica e social*, n.º 15, Janeiro-Junho de 1985, pp. 31-69. Sobre a importância do elemento franco na génese da sociedade medieval conimbricense, veja-se o estudo de caso apresentado, pela mesma autora, em «O elemento franco na Coimbra do século XII: a família dos Rabaldes», *Revista portuguesa de história*, t. XXXVI: *Homenagem aos Professores Luís Manuel Ferrand de Almeida e António de Oliveira*, vol. 1, 2002-2003, pp. 89-114. A respeito da implantação dos cavaleiros de Coimbra em território de fronteira, particularmente na região de Seia, tenha-se ainda em conta o trabalho de Maria Helena da Cruz COELHO, «Seia – uma terra de fronteira nos séculos XII-XIII», in *Homens, espaços e poderes (séculos XI-XVI)*, I: *Notas do viver social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 121-138.



os sublevados ao exercício condicionado das suas anteriores prerrogativas políticas, dado que parece agudizar-se face ao descontentamento da comunidade moçárabe local relativamente à acção aglutinante dos defensores da reforma e ao progressivo silenciamento dos privilégios consagrados no quotidiano da população local. A questão, contudo, não se limita ao foro administrativo. A comunidade moçárabe parece ter sido não só capaz de organizar a sua resistência, mas também de reivindicar para si a restauração de antigos direitos e privilégios perdidos em matéria eclesiástica. Cinco anos depois da atribuição do foral, em 1116, as resistências ao processo de romanização e a pressão exercida sobre os poderes públicos surtem ecos no despoletar de um processo que culminará com a restauração institucional do mosteiro de Lorvão, marcando este acto um momento de recuo temporário da autoridade episcopal, que, não obstante, mantém direitos de padroado sobre a casa restaurada, e da subsequente nomeação de Eusébio, o mesmo que havia sido afastado alguns anos antes, como abade<sup>260</sup>. Três meses depois da restauração do mosteiro, o papa Pascoal II, pela bula *Quod inter*, exorta o clero e a população de Coimbra a manter um comportamento exemplar, alegando para tal a necessidade de se amar a Deus e honrar a Igreja e se promoverem as habituais práticas de culto<sup>261</sup>. É, portanto, provável que subjazam a esta exortação pontifícia motivos relacionados com a recente perturbação da ordem pública causada pela agitação da comunidade moçárabe. Pascoal II não se limita apenas a mencionar genericamente a população da cidade. A referência aos membros do clero, um dos destinatários da exortação, indica que o pontífice se dirigia também à hierarquia eclesiástica diocesana, e, talvez, a todos aqueles que se mostravam ainda relutantes em aceitar as orientações definidas pelo bispo de Coimbra, tornando desta forma manifestos os sintomas

---

<sup>260</sup> Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorvão...», doc. XVI (1116.03.19), mediante o qual o bispo Gonçalo também restitui à comunidade restaurada a maior parte dos seus bens.

<sup>261</sup> Carl ERDMANN, *Papsturkunden in Portugal...*, n.º 17 ([1116].06.18); e LP 610 ([1116].06.18): «Pascasius episcopus, servus servorum Dei, clero et populo Colinbriensi, salutem et apostolicam benedictionem. Quod inter fidei christiane inimicos habitatis, attentius considerare debetis ut, per Dei gratiam, luceatis inter eos, quasi luminaria in mundo. Si enim inter malos boni esse studebitis, maiorem profecto apud Deum gratiam obtinebitis. Quapropter, hortamur vos, tanquam filios in Christo karissimos, ut mores vestros corrigatis et bonis operibus alacriter intendatis. Deum super omnia diligite. Ecclesia<s> honorate. Episcopum vestrum, tanquam patrem et magistrum ad Dei vicarium metuentes amate et amantes metuite. Ecclesiis et pauperibus elemosinas erogate, ut in bonis vestris, Deus et vestra ecclesia exaltetur. Ipse Omnipotens Deus vos per gratiam suam benedicat, et bonum quod loquimur in vobis operetur. Datum Palliani XIII Kalendas Junii.»

de uma problemática resistência contra as directrizes emanadas da sede catedralícia.

Há, pois, factores de índole eclesiástica que não se encontram de forma alguma alheios à crise política vivida na cidade do Mondego nos inícios do século XII<sup>262</sup>. A gravidade da situação parece estar patente nas várias tentativas levadas a cabo não só pelas autoridades civis conimbricenses, no sentido de se regular o quadro de instabilidade vivido na cidade, mas também na ingerência de poderes eclesiásticos hispânicos, tanto do clero secular como regular, e mesmo de outros quadros religiosos, de que o exemplo mais significativo será a própria cúria romana, nos assuntos relativos à política urbana.

Nesta conjuntura de oposição entre as facções moçárabe e romana, a ofensiva reformista, composta pela comitiva condal henriquina e apoiada sobre as movimentações do arcebispo Bernardo de Toledo – o mesmo que, alguns anos antes, em 1092, lograra a eleição de Crescónio para a diocese de Coimbra<sup>263</sup>, após um período de vacância provocado pela morte do seu

---

<sup>262</sup> Para uma mais detalhada análise da questão, leia-se Miguel de OLIVEIRA, «Factores religiosos da independência de Portugal», in *Congresso do mundo português. Publicações*, vol. II: *Memórias e comunicações apresentadas ao congresso de história medieval (II congresso)*, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários/Secção de Congressos, 1940, pp. 75-97.

<sup>263</sup> Facto ocorrido no concílio de Husillos, presidido pelo arcebispo de Toledo, com a assistência dos prelados de Tui e Ourense (LP 609, de 1092.05.23?; leia-se Pierre DAVID, «Grégoire VII, Cluny et Alphonse VI», in *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI<sup>e</sup> au XII<sup>e</sup> siècle*, Lisboa – Paris, Livraria Portugália Editora – Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1947, pp. 428-429). No rito hispânico, o consentimento do clero e da população em geral da cidade em que ocorre a vacância, tal como a anuência dos restantes bispos da província eclesiástica, são dois importantes factores que antecedem a eleição de um bispo, uma vez que simbolizam a concórdia legitimadora das funções hierárquicas a desempenhar pelo novo prelado. A ordenação do bispo é sempre celebrada ao Domingo, sob os auspícios do respectivo metropolitano, requerendo-se no acto de consagração propriamente dito a presença dos bispos comprovinciais, pelo menos em número de três, podendo os restantes estar representados pelo seu consentimento escrito. Seguem-se no sacrário os trâmites habituais da cerimónia de consagração, como a imposição do *orarium*, da *casulla* e dos *pedules*, próprios das funções pontificais, após o que, já diante do altar, o bispo presta o seu juramento e recebe a consagração mediante o rito de imposição das mãos. Ao ordenante cabe então pronunciar as palavras de efusão de bênçãos, encerrando-se a cerimónia com a unção do bispo com o crisma e a entrega das insígnias pontificais, o báculo e o anel. Agora ordenado, o bispo assiste então à missa celebrada pelo seu ordenante. A este tradicional procedimento eclesiástico, vigente durante a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média hispânicas, junta-se também, a partir da conversão oficial da Hispânia visigótica à fé de Niceia, em 589, o procedimento de eleição real, que se traduz directamente na ingerência do monarca no procedimento de eleição, situação que se mantém até à abolição oficial do rito hispânico no concílio de Burgos, em 1080. Sobre estas questões, e, em particular, as relativas ao formulário litúrgico de ordenação e consagração episcopais de acordo com o rito hispânico, leia-se José JANINI, «La consagración episcopal en el rito visigótico», *Revista española de teología*, vol. XXV, 4.º cad., 1964, pp. 415-427.

antecessor na cátedra –, em conjunto com Maurício, e, posteriormente, Gonçalo, chega inclusive a pôr em causa as ordenações eclesiásticas efectuadas por Paterno, o primeiro bispo da diocese após a sua restauração, em 1080, procurando assim introduzir na catedral clero de origem francesa, fiel às inovações litúrgicas, à medida em que dá entrada ao rito romano e promove a reforma do cabido, provocando, como se sabe, a sublevação dos próprios cónegos.

A ausência temporária de Maurício para a sua peregrinação a Jerusalém, entre 1104 e 1108, na companhia do arcediogo Telo, corresponde ao momento em que a reacção moçárabe, liderada, nos planos religioso e civil, pelo prior Martinho da canónica de St.<sup>a</sup> Maria e o cônsul Martinho Moniz, genro do falecido Sesnando Davides por casamento com a sua filha Elvira, contra a facção chefiada pelo bispo e o conde, se torna mais visível<sup>264</sup>. Neste clima político, a transferência do cluniacense Maurício para a diocese de Braga, em 1109, não parece ter refreado as tensões existentes, uma vez que abre o caminho para a sucessão episcopal a favor de Gonçalo, um dos principais responsáveis pelo confronto com a comunidade moçárabe ao transformar o cabido diocesano num núcleo de oposição aberta ao moçarabismo, à semelhança do que acontecera com o seu antecessor<sup>265</sup>.

A gravidade dos efeitos da revolta de 1111, ocorrida, como vimos, no episcopado de Gonçalo e no pontificado de Pascoal II, suscitam uma intervenção pontifícia logo em 1116, ano em que o papa procura encerrar o

---

<sup>264</sup> A questão foi tratada no já citado trabalho de Gérard PRADALIÉ, «Les faux de la cathédrale...», pp. 77-98, onde, à luz da actividade de produção de falsos na Coimbra do século XII, se põe em evidência o cuidado que se deve ter na leitura dos documentos do consulado sesnandino. Para um enquadramento político da acção do segundo cônsul de Coimbra no seu exílio em Valência, Pierre GUICHARD, *Les musulmans de Valence et la reconquête (XI<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècles)*, t. I, Damasco, Institut Français de Damas, 1990, pp. 54-79 e 81-100; e Leopoldo PEÑARROJA TORREJÓN, *Cristianos bajo el Islam. Los Mozárabes hasta la reconquista de Valencia*, Madrid, Editorial Gredos, 1993, pp. 87-121. Em complemento, diga-se que já em 1065, ou seja, no ano posterior à conquista definitiva de Coimbra, Fernando I, submetendo a um rígido regime tributário os *mulūk al-ṭawāʾif* de Badajoz, Sevilha e Toledo e reivindicando para si próprio o título de *imperator*, leva a cabo uma expedição militar contra Valência, então bem protegida pelas fortificações mandadas erguer por ‘Abd al-‘Azīz al-Manṣūr (veja-se Pierre GUICHARD, *Les musulmans de Valence...*, t. I, p. 62). Dando especial enfoque à comunidade moçárabe local, ainda Roque CHABÁS, «Los Mozárabes valencianos», *Boletín de la Real Academia de la Historia*, t. XVIII, 1891, pp. 19-49.

<sup>265</sup> As circunstâncias em que se desenrola o episcopado de Maurício Burdino encontram-se explanadas em Pierre DAVID, «L’énigme de Maurice Bourdin», in *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI<sup>e</sup> au XII<sup>e</sup> siècle*, Lisboa – Paris, Livraria Portugália Editora – Société d’Édition «Les Belles Lettres», 1947, pp. 441-501.

conflito com admoestações ao clero e à população em geral no sentido de estes acatarem respeitosamente as decisões do bispo, simultaneamente pai, mestre e vigário de Deus<sup>266</sup>. Com o envio do diploma, o pontífice romano procura fundamentalmente anular a resistência da comunidade moçárabe conimbricense à introdução do rito romano, reafirmando a necessidade de reforma da Igreja também nos territórios mais longínquos da Cristandade, no momento em que confirma a passagem do mosteiro de S. Mamede de Lorvão do poder dos leigos para o poder dos bispos. As medidas tomadas com o objectivo de minorar as repercussões da sublevação traduzem-se também, neste mesmo ano, numa intervenção da condessa Teresa, interessada em refrear os ânimos entre o bispo e os cónegos da diocese assim que a investida muçulmana sobre Coimbra parece iminente. Ainda em 1131, a fundação do mosteiro crúzio vem marcar a última etapa da acção dos resistentes da cultura moçárabe, conhecida como é a condescendência dos cónegos regantes de St.º Agostinho para com as tradições locais, não obstante a sua adesão *ab initio* às normas disciplinares romanas<sup>267</sup>.

É também nesta conjuntura de instabilidade que se verifica o recrudescimento das acções militares cristãs sobre o Islão almorávida na fronteira do Mondego<sup>268</sup>. Embora Coimbra seja saqueada pelo exército

---

<sup>266</sup> Para uma visão particular da intervenção pontifícia nos assuntos do território de fronteira nos séculos XI e XII, veja-se Armando de Sousa PEREIRA, *Representações da guerra...*, pp. 143-169, em que o autor destaca o facto de a documentação produzida pela cúria pontifícia se reportar fundamentalmente a problemas de jurisdição eclesiástica com as dioceses hispânicas e a vicissitudes políticas entre os diferentes reinos peninsulares, incentivando o prosseguimento da ofensiva contra o Islão.

<sup>267</sup> Conforme se demonstra em Aires A. NASCIMENTO, «Santa Cruz de Coimbra. As motivações de uma fundação regular», in 2.º *congresso histórico de Guimarães. Actas do congresso*, vol. 4: *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*, s.l., Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996, pp. 117-127; Saul António GOMES, *In limine conscriptionis...*, pp. 105-178; e José MATTOSO, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, pp. 112-124. Sobre esta matéria, também José ANTUNES, *A cultura erudita portuguesa nos séculos XIII e XIV (juristas e teólogos)*, Coimbra, 1995, pp. 57-71 (Edição policopiada da Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).

<sup>268</sup> Como constata J. FLORI («Guerre sainte et rétributions spirituelles dans la 2<sup>e</sup> moitié du XI<sup>e</sup> siècle (lutte contre l'Islam ou pour la papauté?)», *Revue d'histoire ecclésiastique*, vol. LXXXV, n.ºs 3-4, Julho-Dezembro de 1990, pp. 638-641), o fenómeno deve ser analisado numa perspectiva mais lata, uma vez que o que está em causa é a dinâmica de retribuição espiritual que o incremento de uma guerra santa generalizada no seio da Cristandade e apoiada pelo Papado pode trazer. Algumas razões de ordem ideológica subjacentes à oposição militar entre a Cristandade hispânica e o Islão magrebino podem ser vistas em Charles-Emmanuel DUFOURCQ, «Berbérie et Ibérie médiévales: un problème de rupture», *Revue historique*, ano 92, t. CCXL, Outubro-Dezembro de 1968, pp. 293-324. O mesmo autor consagra em «Le christianisme dans les pays de l'Occident musulman, des alentours de l'an mil jusqu'aux temps

muçulmano sob o comando de *Šīr ibn Abī Bakr* em 1111, na sequência de uma expedição militar que se salda pela recuperação de Lisboa, Sintra e Santarém, cedidas por *al-Mutawakkil ibn al-Aḥḡas* de Badajoz a Afonso VI de Leão em 1091<sup>269</sup>, depois da conquista definitiva de Toledo, ocorrida seis anos antes, as hostes inimigas aproveitam as dissidências internas da facção oposta e logram o assédio da cidade logo nos anos de 1116 e 1117<sup>270</sup>. Para além desta localidade, outras posições implantadas sobre a bacia do Mondego, de que são exemplos os castelos de Soure, Miranda do Corvo e St.<sup>a</sup> Olaia<sup>271</sup>, constituem alvo de atenção militar muçulmana, em acções que culminam com o estratégico bloqueio das comunicações fluviais de Coimbra, a jusante, com a praça de Montemor-o-Velho<sup>272</sup>.

---

Almohades», in *Études de civilisation médiévale (IX<sup>e</sup>-XII<sup>e</sup> siècles). Mélanges offerts à Edmond-René Labande à l'occasion de son départ à la retraite et du XX<sup>e</sup> anniversaire du C.É.S.C.M. par ses amis, ses collègues, ses élèves*, Poitiers, C.É.S.C.M., s.d., pp. 237-246, um outro estudo sobre a complexa interacção entre as duas comunidades religiosas, questão explanada também com outros pormenores em Jean-Pierre MOLÉNAT, «Sur le rôle des Almohades dans la fin du christianisme local au Maghreb et en al-Andalus», *Al-Qantara. Revista de estudios árabes*, vol. XVIII, fasc. 2, 1997, pp. 389-413. Embora relacionadas com o confronto entre a Cristandade e o Islão, as oposições do foro ideológico são também vividas no interior de cada uma destas facções religiosas, situação analisada em Madeleine FLETCHER, «Al-Andalus and North Africa in the almohad ideology», in *The legacy of muslim Spain* (Ed. Salma Khadra JAYYUSI), vol. 1, Leiden, Brill, 2000, pp. 235-258, onde a autora reflecte sobre as complexas relações jurídicas e ideológicas entre Almorávidas e Almóadas no Islão do século XII. Exposição global sobre a teoria do poder na ideologia do Islão sunita em François CLÉMENT, *Pouvoir et légitimité...*, pp. 21-66; e avaliação do enquadramento jurídico das comunidades cristãs residentes em territórios de administração nominal muçulmana, de acordo com a jurisprudência *mālikī* vigente no território peninsular, em Hanna E. KASSIS, «Some aspects of the legal position of Christians under mālikī jurisprudence in al-Andalus», *Parole de l'Orient*, vol. 24: *Actes du 5.<sup>e</sup> congrès international d'études arabes chrétiennes* (Lund, août 1996) (Édités par Samir Khalil SAMIR, S.J.), t. I, 1999, pp. 113-128.

<sup>269</sup> Questão aflorada em Hady Roger IDRIS, «Les Aftasides de Badajoz», *Al-Andalus. Revista de las escuelas de estudios árabes de Madrid y Granada*, vol. XXX, 1965, pp. 288-289 (relação dos *mulūk al-ṭawā'if* de Badajoz na conjuntura de *fitna* no *al-Andalus* do século XI em François CLÉMENT, *Pouvoir et légitimité...*, p. 312).

<sup>270</sup> Para uma breve síntese dos acontecimentos, leia-se José MATTOSO, «A ameaça marroquina chega ao Ocidente (1117)», in *Memória de Portugal...*, pp. 68-69. Análises específicas sobre a expansão do exército almorávida na Marca Inferior do *al-Andalus* em Jacinto BOSCH VILÁ, *Los Almorávides* (Edición facsímil; estudio preliminar por Emilio MOLINA LÓPEZ), Granada, Editorial Universidad de Granada, MCMXCVIII, pp. 192-193; Vincent LAGARDÈRE, *Les Almoravides. Le djihād andalou (1106-1143)*, Paris, Éditions L'Harmattan, 1998, pp. 53-55; e Christophe PICARD, *Le Portugal musulman (VIII<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècle)...*, pp. 87-91.

<sup>271</sup> APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum*; e Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I e Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 302 e 308). O texto da primeira recensão corresponde à continuação de 1113 a 1122 dos *Anais de S. Salvador de Grijó*.

<sup>272</sup> Em termos gerais, Mário Jorge BARROCA, «O castelo de Montemor-o-Velho nos séculos X a XIII», in *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)* (Actas dos seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003, e Porto, 4 e 5 de Abril de 2003; coordenação de Mário Jorge BARROCA e Isabel Cristina F. FERNANDES), Palmela, Câmara Municipal de Palmela – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 111-126. Não

À ofensiva muçulmana de 1116, movida seguramente por intuítos preparatórios de uma nova expedição militar, segue-se uma invasão, desta vez sob o comando do próprio *‘Alī ibn Yūsuf*, no ano de 1117, no decorrer da qual é duramente sustentado um cerco de vinte dias à cidade do Mondego<sup>273</sup>. Embora o exército muçulmano não consiga romper com eficácia a resistência da cidade, o facto é que Coimbra não deixa de sofrer os danos provocados pelo avanço militar das hostes inimigas em dois ataques consecutivos. Os efeitos das expedições chegam a ser explicitados numa carta do cardeal e legado pontifício, Boso, a quem se deve a comunicação ao papa Pascoal II das destruições provocadas pelo exército muçulmano nos arrabaldes da cidade, tal como da chacina de milhares de Cristãos residentes no local, num momento em que a condessa Teresa, sobrevivente ao ataque, lidera a resistência<sup>274</sup>.

---

obstante as investidas muçulmanas, algumas das mais importantes fortificações do curso do Baixo Mondego, com destaque para Soure, acabam rapidamente por integrar a crescente esfera de influência das Ordens militares, conforme se constata pela leitura de Mário Jorge BARROCA, «Os castelos das Ordens militares em Portugal (séc. XII a XIV)», in *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500). Actas do simpósio internacional sobre castelos* (Coordenação de Isabel Cristina Ferreira FERNANDES), Lisboa, Edições Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 535-548; e Paula Pinto COSTA, «As Ordens militares no espaço entre Douro e Tejo (séculos XII-XIII)», in *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)* (Actas dos seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003, e Porto, 4 e 5 de Abril de 2003; coordenação de Mário Jorge BARROCA e Isabel Cristina F. FERNANDES), Palmela, Câmara Municipal de Palmela – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 151-157. No que diz respeito a Soure, cujo castelo é entregue aos Templários logo em 1128, sublinhe-se que a sua importância deriva não só do facto de constituir o núcleo de um vasto domínio patrimonial, mas também de se afirmar como fortificação de enorme peso estratégico após a transferência da corte régia para Coimbra, dependendo também da sua posse o controlo de uma das principais áreas de penetração tanto em direcção ao interior, por via fluvial, como em direcção às terras nortenhas (veja-se, por todos, Leontina VENTURA, «Soure na sua história: algumas reflexões», *Locus. Revista da Associação de Investigação do Território*, n.º 1, 2.º semestre de 1986, pp. 39-49; e Mário Jorge BARROCA, «Os castelos das Ordens militares...», p. 536). Ainda sobre este último aspecto, veja-se Salvador Dias ARNAUT, «O castelo de Germanelo», *Anais*, II série, vol. 28, MCMLXXXII, pp. 231-256.

<sup>273</sup> APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum*; e Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I e Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 302 e 308). O texto da primeira recensão corresponde à continuação de 1113 a 1122 dos *Anais de S. Salvador de Grijó*.

<sup>274</sup> A comunicação cardinalícia – hiperbólica na sua natureza, uma vez que chega mesmo a referir a total destruição de três quartos do território diocesano – ocorre logo após a celebração do concílio de Burgos, em 1117, no decurso do qual se conclui que a diocese de Coimbra pertence à metrópole eclesiástica de Mérida, e não à de Braga. Uma vez examinado o litígio existente entre os bispos Gonçalo de Coimbra e Hugo do Porto a propósito da jurisdição territorial de cada diocese, procuram também as autoridades reunidas em sínodo restabelecer a concórdia entre ambos (LP 624, de [1117].02.18; e LP 597, de 1117.02.24). Ao mesmo cardeal se deve ainda a convocação do concílio de Sahagún, em 1121, ao qual comparecem ambos os prelados tendo em vista a resolução de graves questões disciplinares. Nesta ocasião, o bispo de Coimbra queixa-se dos abusos perpetrados pelo bispo do Porto, alegando a violação do acordo celebrado entre ambos no concílio de Burgos, razão pela qual Boso,

Muito embora se trate da derradeira tentativa de domínio do Islão almorávida sobre a fronteira ocidental do reino de Leão, as suas repercussões vêm agravar visivelmente a crise vivida no seio da facção cristã na transição da centúria, para além de contribuir para a cisão de forças numa época em que a reaproximação de Portugal à Galiza parecia iminente. Neste quadro, a reacção dos nobres portugalenses não se fez esperar: a formação de uma coligação reunindo os infanções portugalenses, sob o comando de Afonso Henriques, marca o início de um processo de autonomização do País no quadro geopolítico hispânico simbolizado pelo combate entre o infante e a sua mãe, aliada às forças de Fernão Peres de Trava, no lugar de S. Mamede, perto de Guimarães, em 1128, e a subsequente transferência da sede administrativa do condado para a cidade de Coimbra, em 1131, onde o infante se estabelece e

---

ouvidas as partes implicadas na contenda e ponderado o conselho dos restantes prelados, delibera confirmar a decisão tomada durante o concílio, levando Hugo a corroborar o sobredito acordo e a restituir a Gonçalo o território previamente cedido (Carl ERDMANN, *Papsturkunden in Portugal...*, n.º 22, de 1121.[08.25]; n.º 23, de [1121].08.25; n.º 24, de [1121.08]; ver ainda LP 618, de 1121.08.25; LP 598, de [1121].08.25; e LP 608, de [1121.08]). Sublinhe-se que a cedência do território se reporta apenas ao momento em que é celebrado o pacto de amizade pelo qual os mesmos bispos se comprometem a fixar o limite das respectivas dioceses no rio Douro, salvo o território mais a Sul, que Gonçalo, por amizade, cedera a Hugo, segundo se depreende da análise de LP 628 (1114.12.30). Sobre o litígio que opõe os dois bispos, veja-se Miguel de OLIVEIRA [P.º], «Os territórios diocesanos», *Lusitania sacra*, t. I, 1956, pp. 29-50; e José MATTOSO, Luís KRUS e Amélia ANDRADE, *O castelo e a feira...*, pp. 32-34, com uma caracterização das respectivas igrejas, capelas e ermidas nas pp. 107-112 e um enquadramento geral da questão no seu perfil territorial em José MATTOSO, *A terra de Santa Maria na Idade Média. Limites geográficos e identidade peculiar*, s.l., Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira, 1993, pp. 25-30 e 30-32. Na sequência do sínodo, os prelados estabelecem entre si um pacto de amizade, firmado na presença da condessa Teresa, pelo qual se comprometem reciprocamente a não interferir nos territórios situados entre os rios Douro e Tejo (LP 600, de 1122.04.05). Alguns anos mais tarde, em 1125, o papa Honório II toma a diocese de Coimbra sob protecção apostólica, fixando-lhe o limite de jurisdição territorial definido em Burgos e confirmando a Gonçalo e seus sucessores a administração das dioceses de Viseu e Lamego, pela bula *Aequitatis et iustitiae* (Carl ERDMANN, *Papsturkunden in Portugal...*, n.º 26, de 1125.02.01; e LP 593, de 1125.02.01). Este facto repete-se depois em 1135, ano em que o papa Inocêncio II, pela bula *Officii nostri*, dirige também a Bernardo as mesmas orientações quanto à administração das dioceses do Vouga e Douro (Carl ERDMANN, *Papsturkunden in Portugal...*, n.º 27, de 1135.05.26; e LP 594, de 1135.05.26). Sobre esta debatida questão, para a qual existe abundante bibliografia, vejam-se, sem pretensão de exaustividade, Demetrio MANSILLA, «Disputas diocesanas entre Toledo, Braga y Compostela en los siglos XII al XV», *Anthologica annua*, 3, 1955, pp. 89-143; Juan Francisco RIVERA RECÍO, «La primacía eclesiástica de Toledo en el siglo XII», *Anthologica annua*, 10, 1962, pp. 11-87; José María SOTO RÁBANOS, «Braga y Toledo en la polémica primacial», *Hispania. Revista española de historia*, vol. L/1, n.º 174, Janeiro-Abril de 1990, pp. 5-37; Maria Alegria F. MARQUES, «A restauração das dioceses de Entre Douro e Tejo e o litígio Braga-Compostela», in *2.º congresso histórico de Guimarães. Actas do congresso*, vol. 5: *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*, s.l., Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996, pp. 49-84; e José MARQUES, «O problema da primazia arquiépiscopal das Espanhas: Toledo ou Braga?», in *Studium dilectum. Colectânea de homenagem ao Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida pelo seu 50.º aniversário de actividade científica*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, MCMXCIX, pp. 199-222.

patrocina a fundação do mosteiro crúzio, dos cônegos regrantes de St.º Agostinho, na vigília da festa de S. Pedro e S. Paulo<sup>275</sup>.

## **b) Estruturas**

### **i) As famílias patronais da comunidade monástica**

Fundado muito provavelmente no último quartel do século IX, na sequência da presúria de Coimbra por Hermenegildo Guterres, em 878, sob mandato de Afonso III das Astúrias – embora, na verdade, date dos inícios do século X a primeira notícia autêntica que se lhe conhece<sup>276</sup> –, o mosteiro de S. Mamede de Lorvão conta desde a sua génese com o apoio não só das mais altas instâncias políticas do reino, mas também de uma família de destaque da nobreza tradicional hispânica instalada em território de fronteira: os condes de Coimbra.

Da fundação à extinção da comunidade religiosa, a figura cujo nome mais de perto se associa ao processo de formação e consolidação do património monástico é Gonçalo Moniz. O conde de Coimbra, descendente do presor Hermenegildo Guterres, chega ele próprio a protagonizar duas extensas doações ao mosteiro, a 25 de Março de 961<sup>277</sup> e a 22 de Dezembro de 981<sup>278</sup>. Ambas as doações comprovam a atenção que o conde depositou, pelo menos

---

<sup>275</sup> Para uma breve síntese dos acontecimentos, leia-se José MATTOSO, «Mudança de protagonistas na política portugalense (1128)» e «Coimbra, novo centro do Condado Portucalense (1131)», in *Memória de Portugal...*, pp. 70-71 e 72-73, respectivamente. Considerações mais detalhadas sobre a génese do monaquismo crúzio e a relevante acção dos cônegos regrantes de St.º Agostinho em Coimbra no século XII, na sua relação com a nascente monarquia portuguesa, nos já anteriormente citados Armando Alberto MARTINS, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, 2003; e Saul António GOMES, *In limine conscriptionis...*, 2007, pp. 105-178. Estudos biográficos circunstanciados sobre os fundadores do mosteiro em António CRUZ (Prof. Dr.), «D. Teotónio, prior de Santa Cruz. O primeiro cruzado e primeiro santo de Portugal» e Avelino de Jesus da COSTA (Prof. Dr.), «D. João Peculiar, co-fundador do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, bispo do Porto e arcebispo de Braga», in *Santa Cruz de Coimbra do século XI ao século XX. Estudos no IX centenário do nascimento de S. Teotónio. 1082-1982*, Coimbra, s.l., 1984, pp. 21-58 e 59-83, respectivamente; e notas soltas sobre a importância dos seus relacionamentos com os particulares da região, em directa correlação com o acréscimo de uma base patrimonial própria, em Jorge Hugo Pires de LIMA, «O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra no século XII. Alguns subsídios para o estudo das suas relações com os particulares», in *Congresso do mundo português. Publicações*, II vol.: *Memórias e comunicações apresentadas ao congresso de história medieval (II congresso)*, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários/Secção de Congressos, 1940, pp. 437-461.

<sup>276</sup> DC 15 (907.04.13).

<sup>277</sup> DC 83 (961.03.25).

<sup>278</sup> DC 130 (981.12.22).



ao longo de duas décadas, na expansão e consolidação do património religioso. Com a primeira, ocorrida no abaciado de Teodorico, fez transitar para o mosteiro todos os seus direitos de posse sobre a vila de Serzedo, nas margens do rio Alva, tal como as de Paladares e Serpins, providas genericamente de bens móveis e imóveis, entre os quais algumas fracções de terra arroteada e por arrotear, economicamente apoiadas sobre a exploração de pomares e vinhas, para além de dez vacas com os respectivos vitelos, cinquenta e quatro ovelhas e algumas séssegas de moinhos. Apesar de corroborado por várias testemunhas, entre as quais Ximeno Dias, o acto foi também confirmado mais tarde pelo rei Bermudo II de Leão. Com a segunda, ocorrida, por sua vez, no abaciado de Primo, num contexto em que o conde se encontrava envolvido na intriga palaciana que o levaria a apoiar a entronização deste mesmo monarca, concedeu ao mosteiro, juntamente com a sua mulher, todos os seus direitos de posse sobre a vila e o mosteiro de Treixedo, nas margens do rio Dão, provido das respectivas alfaias litúrgicas, entre as quais algumas cruzes, cálices, coroas e relicários, e ainda a igreja de Treixedinho – que uma interpolação tardia recorda como lugar de sepultura do conde, devida, porventura, ao copista do diploma durante a elaboração do *Livro dos testamentos* – e das vilas próximas de Gestosa, Nagosela, Oliveira do Conde – esta também com o respectivo mosteiro –, Silvaes, S. João e Regoufe. À semelhança do primeiro documento, também este veio a ser ratificado por importantes personalidades da região, entre as quais os bispos Guilhulfo de Coimbra, Íquila de Viseu e Tiago de Lamego, para além de Rosendo Fernandes, Tedon Soares, Telo Alvites, Mendo Gonçalves, Fernando Guterres e Osório Oveques. Paralelamente, Gonçalo Moniz marcou também presença em numerosos actos de venda e doação de terceiros à comunidade monástica, confirmando no momento ou em data posterior à respectiva outorga as que lhe foram feitas pelos reis leoneses Ramiro II, a 26 de Janeiro de 943<sup>279</sup>, e Sancho I, a 15 de Novembro de 966<sup>280</sup>; por Ónega, a 5 de Dezembro de 928<sup>281</sup>, Múnia Dias, a 22 de Dezembro de [951-956]<sup>282</sup> e a 22 de Março de 973<sup>283</sup>, Inderquina

---

<sup>279</sup> DC 50 (943.01.26).

<sup>280</sup> DC 92 (966.11.15).

<sup>281</sup> DC 34 (928.12.05).

<sup>282</sup> DC 100 ([951-956].12.22).

«Pala», a 12 de Novembro de 961<sup>284</sup>, e Fernando Sandines e Elvira, em 981<sup>285</sup>, por Aldreto Olides, vigário de Ilduara Pais, e Íquila «iben nezeron», a 18 de Dezembro de 961<sup>286</sup>; e ainda pelo presbítero Fradilano, a 13 de Abril de 907<sup>287</sup>.

Pelo significado especial que estes relacionamentos assumem na época, é sobretudo a memória dos patronos condaís conimbricenses a que é alvo de cuidadosos e enaltecidos registos por parte dos monges, que deles se recordam no momento em que vêem ameaçadas, após a conquista cristã de Coimbra no reinado de Fernando I, as suas pretensões sobre a posse de um património fundiário adquirido ao longo de décadas<sup>288</sup>. Um dos mais

---

<sup>283</sup> DC 107 (973.03.22, falso ou interpolado). Sobre a autenticidade do documento, consultem-se Emilio SÁEZ, «Los ascendientes de San Rosendo...», p. 63, nota 140; e José MATTOSO, «As famílias condaís portugalenses dos séculos X e XI», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa...*, p. 92, nota 93.

<sup>284</sup> DC 84 (961.11.12).

<sup>285</sup> DC 133 (981).

<sup>286</sup> DC 85 (961.12.18).

<sup>287</sup> DC 15 (907.04.13). As confirmações do rei Ramiro II e dos condes Gonçalo Moniz e Ximeno Dias, apesar de não poderem corresponder à data expressa no documento, não invalidam, segundo Rui de AZEVEDO («O mosteiro de Lorvão...», pp. 199-200), que o documento seja de facto desta data. O mesmo autor não deixa de pôr a hipótese, que apesar de tudo considera menos provável, de a data anteriormente mencionada estar incorrecta, corrigindo-a nesse caso para [924-927].

<sup>288</sup> Analisem-se as propostas de reconstituição da área de concentração geográfica do património fundiário laurbanense, no século X, em Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorvão...», p. 205, seguida, nas pp. 214-216, de notas explicativas de alguns topónimos cartografados; e, nos séculos XI a XIII, em Maria Alegria Fernandes MARQUES, «As primeiras freiras de Lorvão», in *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, p. 180. No primeiro caso, o dado a reter é a sua dispersão nas áreas situadas a Norte de Coimbra e a Sul de Viseu, destacando-se essencialmente as localidades implantadas sobre a denominada via coimbrã, transversal ao território de Entre-Vouga-e-Mondego. Este facto pode apontar para a existência, naquela recuada centúria, de um mosteiro particularmente vocacionado para a aquisição de propriedades em locais de maior mobilidade viária, aproveitando seguramente a passagem por Coimbra de uma importante estrada que estabelece a ligação entre Lisboa e Braga já desde a época romana. Sobre esta questão, veja-se, por todos, Vasco Gil da Cruz Soares MANTAS, *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, Coimbra, 1996 (Edição policopiada da Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), especialmente o capítulo consagrado ao estudo das estações viárias regionais, no vol. I, pp. 543-724, com destaque para as pp. 600-651, dedicadas ao troço *Scallabis-Cale*, com passagem por *Sellium* (pp. 602-606), *Conimbriga* (pp. 607-612), *Aeminium* (pp. 612-617), *Vacua* (pp. 618-624), *Talabriga* (pp. 624-630 e 630-640), *Langobriga* (pp. 640-645) e *Caeno Oppidum* (pp. 645-651). Para o estudo da ocupação romana na região de Coimbra, consulte-se, apesar de conter algumas incorrecções, o elenco de sítios arqueológicos inventariado em Jorge de ALARCÃO, *Roman Portugal*, vol. II: *Gazetteer (Inventário)*, fasc. 2: 3. *Coimbra*. 5. *Lisboa*, Warminster/Wiltshire, Aris & Phillips, 1988, pp. 89-109, onde se referenciam vários sítios com aparente continuidade ocupacional nas épocas suévica e visigótica. Sobre a Coimbra romana, veja-se Jorge ALARCÃO, «A cidade romana em Portugal. Renovação urbana em Portugal na época romana», in *Cidades e história* (Ciclo de conferências promovido pelo Serviço de Belas-Artes em Novembro de 1987), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Serviço de Belas Artes, 1992, pp. 87-90; e Vasco Gil MANTAS, «Notas sobre a estrutura urbana de Aeminium», *Biblos. Revista da Faculdade de Letras*, vol. LXVIII: 2.ª parte da miscelânea em honra do Doutor Américo da Costa Ramalho, 1992, pp. 487-513. A este

elucidativos exemplos desta necessidade de apoio social em contexto moçárabe é-nos dado pela designada *Notícia das vilas de Vacariça*, inventário do património do mosteiro de S. Vicente de Vacariça no território de Entre-Vouga-e-Mondego elaborado muito provavelmente na sequência da conquista da cidade, em 1064<sup>289</sup>. O documento, para além de discriminar o património adquirido na área de influência de Coimbra, nele se incluindo, entre outros bens, diversas vilas, igrejas e mosteiros, menciona também um total de oito nomes correspondentes a beneméritos da instituição. Entre estes, contam-se seis religiosos – o «abbate louegildo», para a vila de Monsarros e respectiva igreja de [S. Martinho]; o «abba gaudio», para a vila de Tamengos e respectiva igreja de S. Pedro; o «abba lodemiro», para uma vinha na vila de Ventosa [do Bairro]; o «magist<sup>o</sup> . montaguéime», para o mosteiro de S. Pedro de [Enxofães]; o «abba noguram», para a vila de Luso e respectiva igreja de S. Tomé; e o «abba trasói», para o mosteiro de Trezói; dos quais, cinco abades e um confessor – e dois leigos – «froiula gunsaluiz», para a Vila Nova [de Monsarros]; e «elias exalaba», para a vila de Sangalhos. Embora grande parte das figuras apontadas sejam religiosos – e os números indicados exprimem, como é evidente, a natureza do círculo de relacionamentos monásticos nas primeiras décadas da sua existência –, a menção a apenas dois leigos adquire um valor bem significativo por estes surgirem individualizados no contexto global dos beneméritos vacaricenses. Este aspecto é tanto mais significativo quanto o facto de o nome de Froila Gonçalves ser aqui antecedido do de seu pai, Gonçalo Moniz, exprimindo esta alusão à sua ascendência familiar a memória prestigiada dos condes conimbricenses como benfeitores da comunidade consagrada ao mártir vicentino<sup>290</sup>. Neste sentido, também o

---

respeito, leia-se o mais específico estudo de Pedro C. CARVALHO, *O forum de Aeminium*, s.l., Ministério da Cultura/Instituto Português de Museus, 1998, pp. 175-203.

<sup>289</sup> LP 73 (1064). Sobre o crescendo patrimonial que caracteriza o percurso deste mosteiro, Miguel Ribeiro de VASCONCELLOS, *Notícia historica do mosteiro da Vacariça...*, 1854; António Augusto da Costa SIMÕES, *Historia do mosteiro da Vaccariça e da cerca de Bussaco*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1855 (cf. A. A. da Costa SIMÕES, «Mosteiro da Vaccariça», *O Instituto. Jornal científico e litterario*, 3.º vol., 1855, pp. 193-194, 205-208, 244-246 e 278-280; e 4.º vol., 1856, pp. 15-18); e Augusto Soares de Sousa BAPTISTA, «Mosteiro da Vacariça», *Arquivo do distrito de Aveiro*, n.º 77, Janeiro-Março de 1954, pp. 59-66.

<sup>290</sup> O documento que atesta a doação de Vila Nova de Monsarros por Froila Gonçalves ao abade André e seus monges alude ao facto de a vila ter sido herdada pela mãe do doador, por morte de Gonçalo, no momento em que se efectuaram as respectivas partilhas, cabendo então a Tutadona a quinta parte da localidade. Da parcela herdada, Froila cede em vida a sua quinta parte, prevendo a integração das parcelas não contempladas no património monástico apenas

mosteiro de Vacariça parece perpetuar, na segunda metade do século XI, a memória das famílias patronais a que a comunidade laurbanense sempre conferiu especial atenção, num claro sintoma de importância que a família teve no desenvolvimento dos quadros institucionais da religiosidade cristã na fronteira fluvial do Mondego poucas décadas depois das presúrias ovetenses.

Mercê das doações que são canalizadas para a subsistência material da comunidade, o mosteiro de Lorvão conhece, da sua fundação ao ano de 987, uma fase de acentuado desenvolvimento institucional, vindo a retrair-se apenas no momento em que ocorre, no último quartel do século X, provavelmente ainda na década de setenta desta centúria, a fundação do mosteiro de S. Vicente de Vacariça, núcleo polarizador das doações às comunidades monásticas da região entre 1002 e 1064. Entre a restauração da diocese de Coimbra, após um breve período de vacância de dezasseis anos, de 1064 a 1080, e a criação de uma nova entidade política no território de fronteira – o Condado Portucalense –, é a Sé de Coimbra a instituição que, nos episcopados de Paterno e Crescónio, ou seja, entre 1080 e 1088, por um lado, e 1092 e 1098, por outro, canaliza a maior parte das doações então efectuadas, não correspondendo o novo período de vacância, associado ao confronto das facções adeptas quer da manutenção das tradições religiosas, quer da propagação das inovações litúrgicas, a uma época de significativa retracção dos protagonismos beneméritos<sup>291</sup>. Na prática, isto significa que a fase de maior prosperidade do mosteiro de Lorvão não parece ter coincidido cronologicamente com a das duas supra-citadas instituições religiosas, pelo que também aqui se documenta, com alguma clareza, a capacidade dinamizadora da comunidade em termos sociais.

---

após a sua morte (LP 72, de 1006.05.18). Uma vez que este documento menciona os nomes de Gonçalo e Tutadona, não nos parece de todo impossível que, no momento em que foi elaborada a «Notícia», o monge vacaricense tivesse à sua disposição a carta que atesta a doação condal, razão pela qual o inventário destaca o facto de a propriedade ter pertencido sucessivamente a pai e filho. Sobre esta questão em geral, José ORLANDIS, «Laicos y monasterios en la España medieval», *Anuario de estudios medievales*, 17, 1987, pp. 95-104.

<sup>291</sup> Leia-se António de VASCONCELOS, «A catedral de Santa Maria colimbriense...», pp. 113-140. Seus reflexos no desenvolvimento da actividade notarial catedralícia nas décadas subsequentes em Maria do Rosário Barbosa MORUJÃO, «A Sé de Coimbra, centro de produção documental no tempo de D. Afonso Henriques», in Maria Helena da Cruz COELHO, Maria José Azevedo SANTOS, Saul António GOMES e Maria do Rosário MORUJÃO, *Estudos de diplomática portuguesa...*, pp. 141-166; e, da mesma autora, *A Sé de Coimbra. A instituição e a chancelaria (1080-1318)*, Coimbra, 2005 (Edição policopiada da Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).

## **ii) Os ritmos de formação do património monástico**

Atendendo a que é numa dinâmica de simbiose que se deve compreender o desenvolvimento do mosteiro enquanto parte integrante de um círculo de relacionamentos institucionais, qualquer análise que procure explicar os condicionalismos sociais de produção da memória monástica sobre o tempo passado não pode negligenciar a compreensão da sua componente económica, vital até mesmo na cimentação da sua carga simbólica.

Esta componente tem a capacidade de imprimir sobre esta realidade monástica em particular uma marca distintiva, acentuada ao longo das décadas que medeiam entre a fundação do mosteiro, nos finais do século IX, e a crise conjuntural atravessada pela monarquia leonesa, nos finais da centúria seguinte. Este facto é sincrónico de um período que assiste ao crescente incremento do número de actos em seu benefício por parte de diversas e influentes personalidades. Não é por mero acaso que a constituição desse património – processo gerido por um colégio de monges interessado em aumentar e consolidar a sua preeminência simbólica sobre os restantes mosteiros da diocese –, se possa entender como o corolário de uma crescente preocupação em relação à afirmação de um *status*. Ela é, por assim dizer, simultaneamente causa e consequência de um processo que facilita a construção de uma identidade própria, sustentando a procura de uma lógica de prestígio que fundamenta as pretensões de uma comunidade em renovação institucional.

Na sua maioria, as fontes de riqueza que são canalizadas para o desenvolvimento da fortuna monástica, apesar de revelarem algumas oscilações no que respeita às suas bases de configuração e sustentação sociais, são tributárias do facto de o mosteiro se afirmar desde cedo como o mais atractivo foco de dinamização espiritual do território diocesano, seguramente por se tratar de uma fundação condal com o apoio régio. Contudo, a sua prosperidade não se deveu apenas à acção destas figuras. Não se trata, na verdade, de um programa de desenvolvimento económico planeado ou meticulosamente executado pelo colégio monástico, até porque o

que está verdadeiramente em causa nesta época é a capacidade que o colectivo religioso tem de beneficiar de comportamentos de benemerência por parte de terceiros, ou seja, de instâncias exteriores à comunidade monástica, que, em momentos determinados da sua vida e motivadas por diferentes circunstâncias, se dedicam a práticas de doação, alegadamente vocacionadas apenas para o engrandecimento das glórias divinas através daqueles que consideram ser os seus mais eficazes mediadores terrestres.

O clima de instabilidade generalizada que se vive na fronteira fluvial do Mondego durante o século X, época à qual pertence a maior parte dos actos conservados anteriores à implementação da regra beneditina e à adesão da comunidade a outras observâncias religiosas, não pode deixar de relacionar-se com o ritmo diferenciado das aquisições patrimoniais do mosteiro. Entre os actos que reflectem as aquisições patrimoniais efectuadas pela casa monástica, vocacionados sobretudo para a obtenção de novos imóveis, encontram-se contabilizados pelo menos cinquenta e oito actos de natureza jurídica diversa, cinquenta e dois dos quais correspondentes a doações (89,28%)<sup>292</sup>; cinco, a compras (8,92%)<sup>293</sup>; e apenas um a um acto de escambo (1,78%)<sup>294</sup>.

Mercê de numerosos e sucessivos actos de doação canalizados para a sobrevivência material da comunidade, o mosteiro conhece, entre 878 e 987, ou seja, da presúria de Coimbra por Hermenegildo Guterres à conquista da

---

<sup>292</sup> DC 15 (907.04.13), DC 3 ([911].09.28), DC 22 (919.08.24, falso do séc. XII; cf. DC 139, de 984.01.06), DC 23 (919.08.24), DC 34 (928.12.05), DC 37 (933.03.04), DC 40 (935.09.11), DC 44 (937.05.28), DC 47 (938.08.06), DC 49 (939.05.13, mal datado ou interpolado), DC 50 (943.01.26), DC 51 (943.03.29), DC 52 (943.09.01), DC 55 (946), DC 62 (950.12.02), DC 100 ([951-956].12.22), DC 65 (952.11.13), DC 68 (954.03.11), DC 74 (957.11.02), DC 83 (961.03.25), DC 84 (961.11.12), DC 85 (961.12.18), DC 92 (966.11.15), DC 94 (967.07.24), DC 95 (968.01.25), DC 101 (970.04.24), DC 104 (972.04.30), DC 106 (973.01.09), DC 107 (973.03.22, falso ou interpolado), DC 108 (973.03.22), DC 113 (974.05.29), DC 114 (974.07.22), DC 116 (976.03.15), DC 117 (976.08.11), DC 122 (978.04.24), DC 125 (978.11.24), DC 127 (980.02.25), DC 128 (980.05.28), DC 130 (981.12.22), DC 132 (981.12.22), DC 131 (981.12.23), DC 133 (981), DC 136 (982.09.01), DC 139 (984.01.06), DC 143 (984), DC 145 (985.04.25), DC 147 (985.07.22), DC 148 (985.07.22), DC 154 (988.09.21), DC 165 (992.06.15) e DC 178 (998.03.15). Apenas foram contabilizados os actos de que se conservam os registos da prática, pelo que se excluíram as referências indirectas à aquisição de bens patrimoniais destituídas do respectivo título jurídico. Foi também excluído desta análise o documento DC 2 ([910-924].09.04), correspondente a uma doação, por não ter sido possível estabelecer com rigor a respectiva data crítica. Os documentos DC 22 (919.08.24) e DC 107 (973.03.22), apesar de considerados falsos ou interpolados, foram integrados no cômputo, uma vez que podem, talvez, recolher informações verídicas.

<sup>293</sup> DC 33 (927.03.25), DC 118 (976.11.01), DC 121 (977.07.12), DC 123 (978.04.15) e DC 129 (980.11.12).

<sup>294</sup> DC 179 (998.03.21).

cidade por *Muḥammad ibn Abī ‘Āmīr*, o cognominado *al-Manṣūr*, uma fase de grande prosperidade. Os ritmos de aquisição patrimonial por via desta última modalidade jurídica, que vão permitir à comunidade monástica alargar consideravelmente o seu raio de influência sobre outras pequenas comunidades rurais do Entre-Douro-e-Mondego, conhecem um período de desenvolvimento particularmente significativo nas últimas décadas do século X. Deste fenómeno fazem eco o quadro e os gráficos que se apresentam seguidamente.

QUADRO N.º 3:

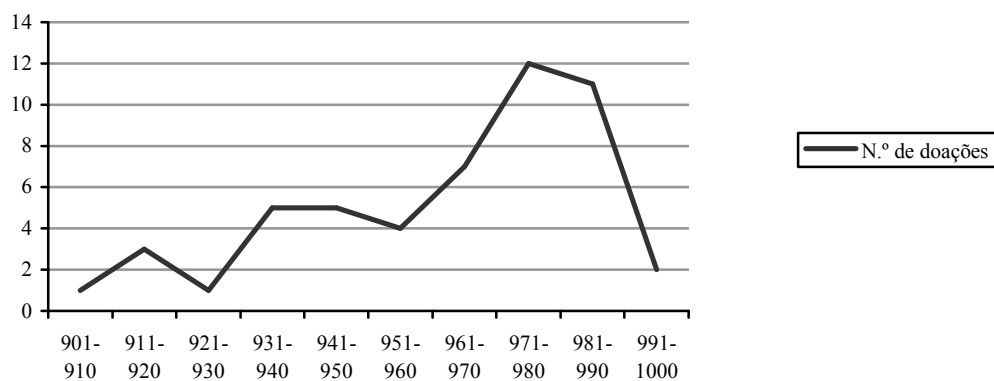
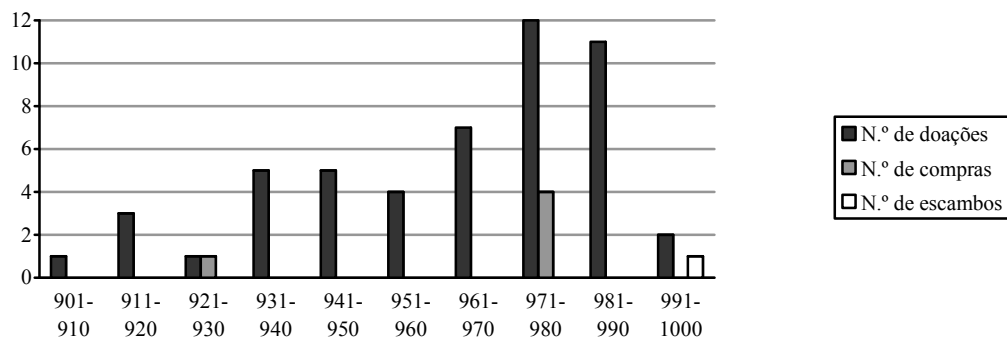
**Evolução comparada do número de actos de doação ao mosteiro de Lorvão (séc. X)**

Décadas	N.º de doações		N.º de compras		N.º de escambos	
	Val. abs.	Val. rel.	Val. abs.	Val. rel.	Val. abs.	Val. rel.
901-910	1	1,96%	-	-	-	-
911-920	3	5,88%	-	-	-	-
921-930	1	1,96%	1	20,00%	-	-
931-940	5	9,80%	-	-	-	-
941-950	5	9,80%	-	-	-	-
951-960	4	7,84%	-	-	-	-
961-970	7	13,72%	-	-	-	-
971-980	12	23,52%	4	80,00%	-	-
981-990	11	21,56%	-	-	-	-
991-1000	2	3,92%	-	-	1	100%
<b>TOTAL</b>	51 <sup>295</sup>	≈100%	5	100%	1	100%

GRÁFICO N.º 1:

**Evolução comparada do número de actos de doação ao mosteiro de Lorvão (séc. X)**

<sup>295</sup> Por motivos relacionados com a indefinição da data crítica do documento, não se teve em conta neste cálculo o documento DC 2 ([910-924].09.04), reduzindo-se desta forma o universo considerado a cinquenta e uma doações.



No que concerne à política aquisitiva seguida pela comunidade laurbanense, a observação do quadro e dos gráficos apresentados permite-nos retirar algumas ilações significativas, que nos remetem, entre outros aspectos, para a importância do número de actos de doação dirigidos ao mosteiro no período de crise identificado com os finais do século X. Pesem embora as limitações impostas pelo quantitativo documental disponível, o gráfico demonstra uma clara tendência evolutiva, sentida ao longo de toda a centúria, embora subitamente interrompida na sua última década, período para o qual se atesta um significativo decréscimo numérico de actos conservados.

A modalidade aquisitiva quantitativamente mais relevante nesta diacronia é a doação, que se encontra representada, com algumas oscilações, em todas as décadas do século X. As compras encontram-se apenas em duas, nas de 20 e de 70, e os escambos, por sua vez, apenas na de 90. Embora seja legítimo pensar na hipótese de se verificar uma associação efectiva entre a evolução numérica das doações e o acréscimo de dados disponibilizados pela análise de um *corpus* documental cada vez mais abundante – que, como é



sabido, aumenta consideravelmente ao longo dos séculos XI e, sobretudo, XII – , o facto de se verificar uma tendência global subitamente interrompida em termos de dinâmica aquisitiva na última década desta centúria, para a qual se regista um decréscimo exponencial das doações, aliás ligeiramente anunciado na década anterior, a ponto de atingir níveis que se aproximam dos quantitativos de inícios do século, pode, talvez, considerar-se reflexo de uma real conjuntura histórica, pelo que a análise do gráfico não pode deixar de suscitar considerações de ordem factológica relacionadas com a instabilidade vivida na região ao longo deste período.

A análise do gráfico permite-nos falar da década de 70 do século X como o período em que o mosteiro beneficia de forma mais visível dos gestos de doação registados na época, com um quantitativo que ascende a um valor absoluto de doze actos e a um valor relativo na ordem dos 23,52%; logo seguida da de 80, com um total de onze actos, equivalentes a 21,56%; e da de 60, representada apenas por seis actos, correspondentes a 13,72% do total documentado. Quando posta em paralelo com o quadro, a leitura do gráfico sugere ainda a existência de um panorama evolutivo tendencial ao longo de todo o século X, em particular até à década de 70, após a qual se verifica uma certa quebra do ritmo presenciado. As décadas de 70 e 80, coincidentes, em termos conjunturais, com os anos anteriores às campanhas militares de *Muḥammad ibn Abī Āmīr*, o cognominado *al-Manṣūr*, surgem, por conseguinte, como uma época que assiste ao incremento significativo da riqueza monástica, especialmente na sua vertente fundiária, perfazendo estes últimos actos, no seu conjunto, 45,08% do total de doações documentadas ao longo de um século inteiro.

A análise do gráfico permite-nos ainda dizer que o ciclo das doações ao mosteiro de Lorvão tende a encerrar-se por volta do ano de 985, verificando-se a partir dessa data apenas três casos residuais de novas doações à congregação religiosa<sup>296</sup>. O hiato documental que se regista desde 998 é de tal

---

<sup>296</sup> Em Maria Alegria Fernandes MARQUES («Inocência III e a passagem do mosteiro de Lorvão para a Ordem de Cister» e «As primeiras freiras...», in *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, pp. 121-125 e 171-180, respectivamente) encontramos novos quadros-síntese relativos às compras, doações e escambos da comunidade a partir dos finais do século XII, ou seja, pouco antes da adopção dos costumes cistercienses e da subsequente instalação de uma comunidade feminina no local. Questões relativas à posse da terra e ao usufruto dos bens

forma significativo que, a partir de 1002, a esmagadora maioria dos documentos relativos à história económica do monaquismo moçárabe conimbricense está associada ao mosteiro de S. Vicente de Vacariça e às suas dependências institucionais, evidenciando, em detrimento da comunidade laurbanense, o paulatino crescimento dos actos relativos à comunidade vacaricense desde a sua provável fundação, no último quartel do século X, e, com particular intensidade, ao longo de toda a primeira metade do século XI<sup>297</sup>.

De uma forma geral, o incremento das riquezas monásticas que estes sucessivos actos traduzem obriga-nos a considerar o século X como uma conjuntura favorável à expansão e consolidação dos interesses económicos do mosteiro, ao contrário do que seríamos à partida levados a pensar. O número de novos actos jurídicos de aquisição patrimonial, em conjunto com uma mais expressiva quantidade de actos atestando a prática da doação, constituem uma base incontestada de crescimento da riqueza monástica, e, por extensão, de alargamento das suas redes sociais de protecção ancoradas sobre práticas de benfeitoria, nomeadamente por iniciativa da nobreza condal<sup>298</sup>. Para além

---

materiais pela comunidade nos séculos XIII e XIV constituem objecto de estudo pormenorizado no trabalho de Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva SANTOS, *O domínio de Santa Maria do Lorvão no século XIV*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2002; com a síntese, da mesma autora, publicada em «A intervenção das monjas na gestão dos bens terrenos (Lorvão – século XIV)», in *Cister. Espaços, territórios, paisagens. Actas* (Colóquio internacional, 16-20 Junho 1998, Mosteiro de Alcobaça; coordenação de Miguel SOROMENHO, Maria de Lurdes PERDIGÃO e Catarina SERPA), vol. I: *Economia e sociedade. Espiritualidade. Arquitectura*, Lisboa, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000, pp. 115-120.

<sup>297</sup> Este crescimento verifica-se, de facto, sobretudo a partir de 1002, data em que o mosteiro de Vacariça integra no seu padroado a comunidade de Rocas do Vouga, juntamente com outras propriedades fundiárias em localidades sobranceiras ao rio Vouga (LP 126, de 1002.11.30), embora se prolongue até 1095, ano em que o mosteiro assiste à integração no seu sistema de padroado da igreja de S. Martinho de Pinheiro (LP 174, de 1095.03.03). Para o período que decorre entre os anos de 1018 e 1086, não subsiste qualquer acto relativo ao mosteiro de Lorvão, exceptuando apenas um documento datado de 1051 (DC 379, de 1051.08.07), que, por se revelar caso isolado, foi considerado por Rui de AZEVEDO («O mosteiro de Lorvão...», p. 208) como estando incorrectamente datado. O processo de crescimento dos actos relativos ao mosteiro de Vacariça conhece, por sua vez, um período de estagnação especialmente visível a partir da conquista de Coimbra, em 1064, ano a partir do qual se verifica uma progressiva orientação dos gestos de benemerência tendo como destinatária a igreja episcopal de St.<sup>a</sup> Maria, sobretudo nos episcopados de Paterno, Crescónio, Maurício e Gonçalo (sobre este aspecto, ainda António LOSA, «A moeda entre os Moçárabes...», p. 226). Fenómeno semelhante parece ter ocorrido a partir de 1085 com a conquista de Toledo, acontecimento que, segundo Reyna PASTOR DE TOGNERI (*Del Islam al cristianismo. En las fronteras de dos formaciones económico-sociales. Toledo, siglos XI-XIII*, Barcelona, Ediciones Península, 1985, pp. 104-110), marca o início de uma intensa política de aquisição por parte da catedral que acaba por afectar outras comunidades religiosas da região.

<sup>298</sup> Esta questão foi já posta em evidência por Rui de AZEVEDO («O mosteiro de Lorvão...», p. 209) e Correia BORGES (*O mosteiro de Lorvão...*, p. 8), o primeiro dos quais se interroga

disso, este facto traduz-se não só na multiplicação, como também na diversificação das características materiais da sua fortuna, concentrada principalmente a Norte de Coimbra.

A sociologia dos beneméritos, integrando simultaneamente personagens leigas e religiosas representativas de várias esferas sociais – a presença de dois reis, tal como de diversos membros da nobreza condal, é um facto a reter, porque sugere a proximidade dos condes, e, por extensão, do mosteiro, a figuras de destaque da política leonesa – demonstra que o processo de expansão dos interesses monásticos se estrutura em torno de doações protagonizadas pelas mais prestigiadas figuras do tempo. Contudo, independentemente das circunstâncias que possam ter estado na origem deste aumento significativo do potencial fundiário do mosteiro, a distribuição geográfica dos interesses representados tanto nos actos de compra como no de escambo não revela a existência de aquisições dirigidas para uma determinada área do território fronteiriço. No caso das doações, é a própria natureza do acto que perpetua a celebração do compromisso jurídico que não parece justificar este tipo de análise, uma vez que se fundamenta em gestos de iniciativa pessoal por parte de terceiros. Algumas aquisições pontuais concretizam-se, pelo contrário, tendo em vista interesses fundiários previamente definidos, proporcionando, embora sem uma relação directa com o desenvolvimento do sistema de padroado eclesiástico, a maior rentabilização das propriedades religiosas. O mosteiro parece ter concentrado uma atenção particular sobre o património adquirido, embora não demonstrando um substancial intuito de alargar o horizonte dos seus interesses económicos pela aquisição de bens adjacentes à sua geografia patrimonial de maior relevo. A comunidade monástica demonstra, portanto, um cuidado em salvaguardar e administrar os seus interesses económicos mais através de uma estratégia de consolidação dos seus interesses do que de alargamento, *de motu proprio*, da esfera de influência sobre a qual detinha outros direitos jurisdicionais e dominiais.

---

também acerca da razão por que os principais beneméritos do mosteiro passam, a partir dos inícios do século XI, a contemplar o mosteiro filial de Vacariça com os seus gestos de doação, em detrimento da comunidade estabelecida em Lorvão.

Para a caracterização do dinamismo económico do mosteiro, têm também lugar de relevo os actos de compra, que, como vimos pela análise do quadro e dos gráficos, representam ao longo do século X uma outra significativa parcela dos investimentos efectuados pela comunidade monástica em prédios rústicos e urbanos. O número total de actos é, contudo, muito mais reduzido por comparação às doações, registando-se apenas um caso (20,00%) na década de 20, e 4 (80,00%) na de 70. Neste sentido, ainda que não acompanhando a evolução que se atesta com a análise daquele tipo de actos jurídicos, também as compras não deixam de reflectir um substancial acréscimo do património monástico nesta última década, que, como vimos, corresponde ao período em que as doações atingem a sua maior representatividade numérica. A 25 de Março de 927, o mosteiro adquire por 10 moios de cevada numerosas fracções de uma vila, com a respectiva várzea, situada junto do porto de Vila Cova, nas margens do Mondego<sup>299</sup>. Caso semelhante virá a acontecer alguns anos mais tarde, quando, a 1 de Novembro de 976, os residentes da vila de Ferreirós vendem ao mosteiro a totalidade da respectiva unidade de exploração agrícola por uma quantia de 80 moios, entre milho e trigo<sup>300</sup>. A quantidade significativa de vendedores que se documenta em ambos os casos – para além do presbítero Samuel, que encabeça a listagem, são citados ainda mais nove pequenos proprietários locais no primeiro documento, e, no segundo, dezanove – parece apontar para uma transacção colectiva, protagonizada por todos aqueles que residiam ou exploravam as potencialidades agrícolas das duas unidades de povoamento<sup>301</sup>.

---

<sup>299</sup> DC 33 (927.03.25).

<sup>300</sup> DC 118 (976.11.01).

<sup>301</sup> Com mais pormenores sobre o assunto, Robert DURAND, «Communautés villageoises et seigneurie au Portugal (X<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> s.)», in *Estudos de história de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, vol. I: Séculos X-XV, Lisboa, Editorial Estampa, 1982, pp. 122-126, onde se põe em destaque o processo de formação das primeiras comunidades campesinas na região de Coimbra, por referência ao desenvolvimento de novas estruturas de exploração agrária organizadas em torno da vila. Para o autor, cuja argumentação se explana também noutros significativos trabalhos (Robert DURAND, «Villages et seigneurie au Portugal (X<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> s.)», *Cahiers de civilisation médiévale. X<sup>e</sup>-XII<sup>e</sup> siècles*, ano 30, n.º 3, Julho-Setembro de 1987, pp. 205-217; e «La seigneurie portugaise (XI<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècles): anomalies et conformité», in *Histoire du Portugal. Histoire européenne. Actes du colloque* (Paris, 22-23 mai 1986), Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1987, pp. 19-25), o quadro de sustentação económica do território em estudo oferece já claros indícios de um processo de descentralização, ainda que em curso, da unidade representada pelas antigas vilas na transição do século IX para a centúria seguinte, facto que se reflectiria na existência de parcelas de terra juridicamente afectas a diversos proprietários, providas dos respectivos

Alguns meses depois, a 12 de Julho de 977, a comunidade monástica compra do presbítero Daniel e de Soleima, juntamente com sua mulher e filhos, um moinho inteiro na vila de Forma – duas partes do qual pertencentes ao presbítero, e a terceira, aos restantes proprietários –, situado nas imediações de um outro moinho servido por um caminho com ponte, pagando em troca o preço de novas áreas de cultivo de vinha em Coselhas, no primeiro caso, e uma quantia de 22 soldos, 17 soldos «hazimis (*sic*)» e 5 soldos «mohomati», no segundo<sup>302</sup>. Passado pouco tempo, a 15 de Abril de 978, vende o mesmo

---

termos e dotadas de prédios rústicos de variada tipologia. Para além dos já citados casos, que de alguma forma se relacionam com o surgimento de um tipo de organização social do espaço e exploração do território muito característico da Alta Idade Média, onde a própria igreja acaba por assumir um papel de destaque, têm também particular interesse neste domínio a relação dos servos do bispo Nausto (LP 360, de [867-912]) e a carta de confrontação do termo da vila e igreja de St.<sup>a</sup> Eulália de Águas Santas, produzida no quadro de um litígio entre o bispo de Coimbra e o de Iria (LP 354-356, de 906.01.11), pelo facto de ambos os diplomas serem claros testemunhos do processo de atomização das unidades agrícolas, tendo como referência estruturas ou personalidades de alguma maneira relacionadas com a história económica do território fronteiriço (sobre esta matéria em particular, Stéphane BOISSELLIER, *Le peuplement médiéval...*, pp. 321-334, com importantes observações sobre o papel da igreja na polarização do povoamento medieval nas pp. 205-232, 335-358 e 477-499).

<sup>302</sup> DC 121 (977.07.12). Esta compra reveste-se de um particular interesse, por demonstrar a implementação de um mais cuidado regime de exploração e rentabilização das aptidões agrícolas do solo pela aquisição de parcelas de terra confinantes. O mesmo vem a acontecer no que respeita ao moinho agora adquirido, situado num local onde o mosteiro detinha já importantes direitos de posse sobre outras infra-estruturas semelhantes. A comunidade reforça com este acto o seu interesse pela vila de Forma, em detrimento da de Coselhas, seguramente porque, na sequência da deslocação do mestre Zacarias de Córdova para a região de Coimbra, a pedido do abade Primo, na década de 70 do século X, o próprio mestre de obras supervisionara a construção dos moinhos que se encontravam então na posse da comunidade monástica (leia-se em particular A. Nogueira GONÇALVES, «As pontes do mestre Zacarias de Córdova no século décimo», in *Estudos de história da arte medieval*, Coimbra, EPARTUR – Edições Portuguesas de Arte e Turismo, 1980, pp. 99-116; e Jorge de ALARCÃO, In territorio Colimbrie..., pp. 68-69, 78 e 83, onde se levanta novamente a problemática relativa à localização exacta da ponte, associando-a a S. João do Campo, sobre a vala de Ançã, em contraponto à proposta avançada por aquele primeiro autor em abono de Adémia de Baixo). Para além destes, o mosteiro possuía pelo menos mais oito moinhos, localizados em Vila Verde, nas proximidades de Vacariça, adquiridos por doação do presbítero Vicente (DC 113, de 974.05.29). Várias décadas mais tarde, os moinhos de Forma serão alvo de um importante litígio sobre os respectivos direitos de posse (Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorvão...», doc. IV, de [1064-1086]). No seu conjunto, todos estes actos dão-nos claros indícios da importância deste tipo de infra-estrutura no desenvolvimento da economia monástica (a título geral, veja-se Jean GAUTIER-DALCHÉ, «Moulin à eau, seigneurie, communauté rurale dans le nord de l'Espagne (IX<sup>e</sup>-XII<sup>e</sup> siècles)», in *Études de civilisation médiévale (IX<sup>e</sup>-XII<sup>e</sup> siècles). Mélanges offerts à Edmond-René Labande à l'occasion de son départ à la retraite et du XX<sup>e</sup> anniversaire du C.É.S.C.M. par ses amis, ses collègues, ses élèves*, Poitiers, C.É.S.C.M., s.d., pp. 337-349; e Vincent LAGARDÈRE, «Les moulins dans al-Andalus», in *Campagnes et paysans d'al-Andalus (VIII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> s.)*, Paris, Éditions Maisonneuve et Larose, 1993, pp. 287-357). Segundo opinião de Claudio SÁNCHEZ-ALBORNOZ («Moneda de cambio y moneda de cuenta en el reino asturleonés», *Cuadernos de historia de España*, XXXI-XXXII, 1960, p. 13, nota 30), seguida também por António LOSA («A moeda entre os Moçárabes...», p. 227), os soldos «hazimis (*sic*)» e «mohomati» mencionados na carta de 977 correspondem a séries monetárias de prata, identificadas com o *dirham*, cunhadas na oficina de *al-Andalus* sob os auspícios de Qāsim e

Soleima ao mosteiro um outro moinho, com o respectivo aqueduto, situado também na vila de Forma, por uma nova vinha na vila de Coselhas<sup>303</sup>. A 12 de Novembro de 980, por fim, volta a comunidade a comprar pelo preço de 75 soldos de prata novos bens fundiários, identificados desta vez com metade de uma corte, com a respectiva casa e uma figueira, para além da terça parte da casa de Zalama «iben floresindo» e a quarta da corte de Emulaz e seus filhos, situadas no arrabalde de Coimbra, junto à igreja de S. Pedro, no local onde o mosteiro já detinha pelo menos mais uma unidade de exploração análoga<sup>304</sup>.

Quanto ao único acto de escambo hoje conservado, registe-se apenas que, a 21 de Março de 998, a comunidade recebe uma vinha no mosteiro de Vila Cova, anteriormente na posse dos membros deste mesmo colégio monástico e que fora adquirida pelo preço de 20 soldos, em troca de uma vinha na vila de Oliveira, que pertencera ao mestre Átila, para além de um pomar com 30 macieiras e outros dois com 15 cada, pertencentes a Martinho e seu filho Valentim<sup>305</sup>.

---

*Muhammad*, prefeitos da moeda do califa omíada 'Abd al-Raḥmān III, activos respectivamente entre 330-332 H. e 332-334 H. (pro, Jorge Alberto SERRANO REDONNET, «Ovetensis monete», *Cuadernos de historia de España*, I-II, 1944, p. 162; ainda a este respeito, vejam-se os trabalhos de Josep PELLICER I BRU, *Al-Andalus. Las fuentes y la numismática (Síntesis cronológico-metrológica de las acuñaciones del califato de Córdoba)*, Barcelona, Asociación Numismática Española, 1988; e Rafael FROCHOSO SÁNCHEZ, *Las monedas califales: de ceca al-Andalus y Madinat al-Zahra. 316-403 H./928-1013 J.C.*, Córdoba, Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía – Obra Social y Cultural Cajasur, 1996). Trata-se, portanto, de moeda cunhada em nome das autoridades islâmicas e provavelmente integrada nas reservas de metal precioso de que a comunidade monástica dispõe para efectuar novas compras de património. Este facto encontra paralelos em diplomas coevos, que atestam igualmente a circulação deste tipo de moeda tanto entre religiosos (DC 51, de 943.03.29, com ref.<sup>a</sup> a 45 soldos «kazimis») e leigos (DC 230, de 1016, com ref.<sup>a</sup> a 20 soldos de prata «kazimi», neste caso destinados a Lorrão), como no mosteiro de Vacariça (LP 520, de 1046.01.29, com ref.<sup>a</sup> a 80 soldos «hallices»). Sobre esta matéria, ainda Robert DURAND, *Les campagnes portugaises...*, pp. 234-242.

<sup>303</sup> DC 123 (978.04.15).

<sup>304</sup> DC 129 (980.11.12). Este acto volta a confirmar uma certa tendência por parte da comunidade monástica em adquirir bens no local onde já era proprietária de significativos prédios, ainda que desta vez localizados em contexto urbano. A igreja de S. Pedro foi, neste quadro de implantação topográfica, um dos principais núcleos de implantação dos interesses monásticos no século X (sobre a igreja de S. Pedro, Pierre DAVID, «Sur l'église de São Pedro de Coimbra», *Revista portuguesa de história*, t. XII: *Homenagem ao Doutor Paulo Merêa*, vol. I, 1969, pp. 121-124). A sua importância deve ser posta em paralelo com o facto de a comunidade ser detentora de importantes direitos de padroado também sobre as igrejas de St.<sup>a</sup> Cristina (DC 15, de 907.04.13; DC 37, de 933.03.04) e S. Cristóvão de Coimbra (DC 74, de 957.11.02), facto que reflecte bem a penetração da influência monástica na cidade.

<sup>305</sup> DC 179 (998.03.21). Embora o documento não seja muito claro, este escambo parece ter resultado de uma troca efectuada com Joaquim, acompanhado da respectiva mulher e filhos, depois de graves danos provocados por um incêndio no mosteiro de Vila Cova, que terá levado mesmo ao refúgio temporário dos monges na «torre de miranda», seguramente o castelo de Miranda do Corvo, vindo estes a desfazer-se de pelo menos parte dos seus próprios bens (DC

Para além de se revestir de um especial significado, por nos dar a conhecer que, nos finais do século X, os abades laurbanenses procuram mais a gestão dos bens adquiridos do que o investimento em novas propriedades, a análise que temos vindo a efectuar pode corroborar-se também pela leitura do quadro seguinte, onde se expõe de forma mais sistemática a composição do respectivo padroado institucional.

QUADRO N.º 4:

**O padroado institucional do mosteiro de Lorvão (séc. X-XI)**

Data de integração	Abaciado	Instituições		Doadores	Fonte
		Igrejas	Mosteiros		
907.04.13	João	S. Martinho (conc. de Cantanhede)	-	Fradilano, presbítero	DC 15; cf. DC 37
907.04.13/ 933.03.04	João/ Mestúlio	St.ª Cristina de Coimbra (conc. de Coimbra)	-	Fradilano, presbítero/ Ramiro II, rei	DC 15/ DC 37
posterior a 937.05.28	Teodorico	S. Tiago de Souselas (conc. de Coimbra)	-	Justa e seus filhos, Laudando, presbítero, e André	DC 44
posterior a 943.03.29/ 957.11.02	[Teodorico]	S. Cucufate da Moita (conc. de Anadia)	-	Pedro «Bahalul», presbítero/ Samuel, presbítero, na qualidade de vigário de Pedro «Bahalul», presbítero	DC 51/ DC 74
946	Teodorico	S. Martinho de Mucela (conc. de Vila Nova de Poiares)	-	Ismael «Mestúlio», presbítero	DC 55
946	Teodorico	S. Jorge de Vilarinho do Alva (conc. de Arganil)	-	Ismael «Mestúlio», presbítero	DC 55
946	Teodorico	St.º Estêvão de Vilarinho do Alva (conc. de Arganil)	-	Ismael «Mestúlio», presbítero	DC 55
950.12.02	[Teodorico]	S. Martinho de Silvã (conc. de Mealhada)	-	Abundâncio, presbítero	DC 62

178, de 998.03.15). O interesse da comunidade monástica por esta localidade é também muito significativo, facto que se encontra atestado num documento em que se registam criteriosamente todas as doações efectuadas pelos habitantes de Vila Cova ao mosteiro (Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorvão...», doc. I [966-985]; e também DC 33, de 927.03.25; DC 34, de 928.12.05; DC 42, de 936.08.06; DC 47, de 938.08.06).

[951-956].12.22	[Teodorico]	-	Midões (conc. da Tábua)	Múnia [Dias]	DC 100
[951-956].12.22	[Teodorico]	Touriz (conc. da Tábua)	-	Múnia [Dias]	DC 100
[951-956].12.22	[Teodorico]	-	Friumes (conc. de Penacova)	Múnia [Dias]	DC 100
957.11.02	[Teodorico]	S. Cristóvão de Coimbra (conc. de Coimbra)	-	Samuel, presbítero, na qualidade de vigário de Pedro «Bahalul», presbítero	DC 74
961.11.12	[Teodorico]	-	S. Salvador de Mosteirinho (conc. de Viseu)	Inderquina «Pala»	DC 84
961.11.12	[Teodorico]	-	Vila Nova (conc. de Viseu)	Inderquina «Pala»	DC 84
961.11.12	[Teodorico]	-	St. <sup>a</sup> Maria de Lamas do Vouga (conc. de Águeda)	Inderquina «Pala»	DC 84
967.07.24	Primo	S. Martinho (conc. de Coimbra)	-	«Nezeron» e «Tortora»	DC 94
970.04.24	Primo	-	Bagaúste (conc. da Régua)	Cristóvão, confessor	DC 101; cf. DC 107
970.04.24	Primo	St. <sup>a</sup> Eulália (loc. incerta)	-	Cristóvão, confessor	DC 101; cf. DC 107
972.04.30	[Primo]	S. Vicente de [Vacariça] (conc. de Mealhada)	-	Vicente [«Homeir»], presbítero, Martinho «Homeir» e «Adeizon»	DC 104
972.04.30	[Primo]	S. Martinho de Freixeira ou Vale de Freixo (conc. de Mealhada)	-	Vicente [«Homeir»], presbítero, Martinho «Homeir» e «Adeizon»	DC 104
[974].07.22	[Primo]	St. <sup>a</sup> Comba Dão (conc. de St. <sup>a</sup> Comba Dão)	-	Oveco Garcês	LP 2
anterior a 980.02.25	(?) <sup>(a)</sup>	S. Martinho de Alcaíça (conc. de Vila Nova de Poiares)	-	(?)	DC 127
980.05.28	[Primo]	S. Pedro de Tentúgal (conc. de Montemor-o-Velho)	-	«Bahri» e «Trunquilli»	DC 128
980.05.28	[Primo]	St. <sup>a</sup> Eulália de «Arquanio» (?)	-	«Bahri» e «Trunquilli»	DC 128



		(loc. incerta)			
anterior a 980.11.12	(?) <sup>(a)</sup>	S. Pedro de Coimbra (conc. de Coimbra)	-	(?)	DC 129
981.12.22	[Primo]	-	Treixedo (conc. de St. <sup>a</sup> Comba Dão)	Gonçalo Moniz e sua mulher, Tutadona, condes	DC 130
981.12.22	[Primo]	Treixedinho (conc. de St. <sup>a</sup> Comba Dão)	-	Gonçalo Moniz e sua mulher, Tutadona, condes	DC 130
981.12.22	[Primo]	-	Oliveira do Conde (conc. de Carregal do Sal)	Gonçalo Moniz e sua mulher, Tutadona, condes	DC 130
984	(?) <sup>(b)</sup>	St. <sup>a</sup> Eulália de Oliveira (loc. incerta)	-	Átila, presbítero	DC 143
anterior a [985-998]	(?) <sup>(a)</sup>	St. <sup>a</sup> Eulália de Cáculos (conc. de Penacova)	-	(?)	AZEVEDO, 1932, doc. II
anterior a [985-988]	(?) <sup>(a)</sup>	St. <sup>a</sup> Maria de Telhado (conc. de Penacova)	-	(?)	AZEVEDO, 1932, doc. II
1098.06.09	Eusébio	St. <sup>a</sup> Eulália de [Couto de Baixo] (conc. de Viseu)	-	Froila, [presbítero]	LP 396

<sup>(a)</sup> Uma vez que a data de integração desta igreja no padroado laurbanense é anterior à de produção do diploma, que já atesta a sua posse, não temos forma de conhecer com segurança o nome do abade em cujo governo se terá dado a incorporação.

<sup>(b)</sup> Há incongruência entre a data do diploma e a alusão ao facto de o mosteiro se encontrar nessa altura «sub regimine mestalius abba», conforme se depreende da leitura de Rui de AZEVEDO («O mosteiro de Lorvão...», 1932, p. 202), que enquadra o governo deste abade entre os anos de 927 e 943.

Uma perspectiva de análise complementar nasce da possibilidade de se comparar a condição social dos beneméritos responsáveis pela integração destas instituições no padroado monástico laurbanense. Sublinhe-se desde logo o largo predomínio das doações efectuadas por religiosos, em detrimento das diligenciadas por leigos, e registe-se depois o facto de se encontrarem subjacentes a esta variação de quadros sociais nítidas divergências quanto ao objecto de doação propriamente dito: as igrejas, doadas predominantemente por acção de religiosos, identificados sobretudo com presbíteros, e, em menor escala, confessores; os mosteiros, preferencialmente por iniciativa de leigos,

em representação de diferentes ramos de famílias condaís instaladas na fronteira.

No que respeita à localização das instituições aqui contempladas, destaca-se claramente o predomínio de igrejas e mosteiros situados no território de Coimbra, embora se documentem também de forma mais esporádica estruturas análogas no território de Viseu. Em ambas as situações, o local de implantação caracteriza-se pela sua ambiência rural, embora em aparente ligação com dois mais significativos aglomerados populacionais do território a Sul do Douro: Coimbra e Viseu. A excepção recai apenas sobre as igrejas de St.<sup>a</sup> Cristina, S. Cristóvão e S. Pedro de Coimbra, localizadas, nos primeiros dois casos, no exterior das muralhas da primeira cidade, e, no terceiro, no seu interior, constatação que nos dá alguns ténues indícios sobre a penetração dos interesses monásticos na cidade do Mondego.

Independentemente destes factores, também o apoio que a comunidade recebeu de diversos monarcas leoneses parece ter contribuído decisivamente para o desenvolvimento da sua primitiva moldura patrimonial, vindo o mesmo a acontecer com outras instituições da esfera cristã hispânica agraciadas, pelo menos desde os finais do século IX, com bens situados na fronteira fluvial do Mondego. A inaugurar a longa sucessão de actos conservados, pouco depois das presúrias que levariam à fixação das autoridades asturianas na fronteira ocidental do reino, já o rei Afonso III doava ao bispo Sesnando de Iria, juntamente com a rainha Ximena, em honra do santo apóstolo Tiago e em reconhecimento do apoio espiritual então conferido pelo mais importante prelado do território galego, várias vilas no território de Coimbra, destacando entre elas uma situada nas margens da ribeira de Alhastro, com uma igreja dedicada a S. Martinho, Trouxemil, junto ao Cértima, e uma terceira com a sua igreja consagrada a S. Lourenço – a identificação com S. Lourenço do Bairro é segura –, para além da terça parte da sua vila de Travação, entre o Águeda e o Vouga<sup>306</sup>. Confirmado pelos monarcas, o acto viria a receber a aprovação do

---

<sup>306</sup> *Tombo A*, n.º 18 (899.05.06) e *Tombo A*, n.º 17 (899.12.30). Jorge de ALARCÃO, In *territorio Colimbrie...*, pp. 23, 25, 62, 75 e 77. Este autor identifica a primeira vila mencionada no documento com Torre de Vilela e considera a terceira como de localização incerta. Ao contrário do que refere, as três vilas aí citadas não foram doadas nesta altura nem à Sé de Coimbra, nem ao mosteiro de Lorvão, uma vez que o destinatário do acto é o prelado da sede de Iria. Embora este investigador aponte a hipótese de Sesnando ser um bispo de Coimbra sucessor de Nausto, ou inclusive coadjutor deste mesmo bispo (Jorge de ALARCÃO, In *territorio*

bispo Nausto de Coimbra e do próprio mordomo régio, Hermenegildo Guterres, presor do vale do Mondego.

A produção de actos régios relacionados com o colégio monástico laurbanense propriamente dito inicia-se quando, ao deslocar-se à região de Coimbra nos inícios da segunda década do século X, Ordonho II procede à doação de Vila Cova, outrora na posse de Idris e de seu servo Picão, ao mosteiro de Lorvão, prevendo, em virtude do facto de terem sido estes os principais responsáveis pela presúria da localidade, a alienação integral dos direitos de posse após a sua morte, tendo o respectivo instrumento jurídico sido confirmado pelos bispos Nausto de Coimbra, Froarengo do Porto, Juvário de Lamego, Ricardo de Lugo e Savarigo de Dume<sup>307</sup>. O gesto do monarca revela

---

Colimbrie..., pp. 19 e 75), a verdade é que a integração destes dois documentos no *Tombo A* da catedral de Santiago de Compostela não deixa margem para dúvidas quanto à identificação de proveniência do prelado, associado à sede galega. De resto, temos também conhecimento de pelo menos um episódio litigioso entre Nausto e Sesnando, a propósito da vila e igreja de St.<sup>a</sup> Eulália de Águas Santas, em território bracarense, que o primeiro diz ter sido presuriada pelos seus próprios homens, e que suscitou uma reunião das partes em conflito, representadas respectivamente pelo bispo Froarengo e pelo presbítero Guilhulfo, primeiramente em Oviedo e pouco depois em Santiago de Compostela (LP 354-356, de 906.01.11). Esta doação de Afonso III à igreja apostólica é apenas a primeira que atesta a política de intervenção régia, em matéria de foro patrimonial, no território de Entre-Douro-e-Mondego, existindo ainda hoje vários traslados de cartas que nos falam da acção do monarca sobre bens e propriedades situados a Norte daquele primeiro rio e doados de igual forma à cátedra galega, entre os quais o mosteiro de S. Salvador de Montélios e algumas vilas no território tudense (*Tombo A*, n.º 10, de 883.08.07). O mesmo virá a acontecer com os sucessores de Afonso III ao longo do século X, como, a título de exemplo, Ordonho II, que doa a Sesnando a vila e igreja de S. Tomé de Correlhã, em substituição das quinhentas moedas de ouro que lhe havia deixado aquele monarca (*Tombo A*, n.º 26, de 915.[01].30; e *Tombo A*, n.º 26, de 915.01.30). Novas e extensas propriedades localizadas na margem esquerda do rio Minho serão também doadas à igreja apostólica, já no episcopado de Pedro, por Bermudo II, reforçando desta forma os direitos detidos pela cátedra galega sobre várias localidades da fronteira ocidental hispânica (*Tombo A*, n.º 56, de 991.05.24). Várias décadas mais tarde, já na segunda metade do século XI, Fernando I confirmará aos habitantes da «terra Portugalensi» todos os direitos outorgados pelos seus antecessores, visando a consolidação dos interesses da sede apostólica na região, no quadro da acção aparentemente hostil dos ecónomos Diogo Trutesendes, Sesnando Eanes e Tedon Teles (*Tombo A*, n.º 69, de [1065].[06].10).

<sup>307</sup> DC 3 ([911].09.28). Jorge de ALARCÃO, In *territorio Colimbrie...*, pp. 88-96, com proposta de identificação de Vila Cova com a actual povoação de Granja do Rio. As dúvidas quanto à localização exacta da vila são, no entanto, muitas, conforme se depreende da análise efectuada por aquele autor, onde se sugere a existência de unidades de povoamento homónimas no mesmo âmbito geográfico. Seja como for, o mosteiro viria pouco depois a adquirir novas fracções de terra na região, provavelmente na margem esquerda da ribeira de Poiares, por venda diligenciada pelo presbítero Samuel e outros numerosos contratantes (DC 33, de 927.03.25), tal como por doação da condessa Ònega, juntamente com os seus filhos Múnia, Leodegúndia, Ximeno e Mumadona Dias (DC 34, de 928.12.05). Parcelas de terra próximas das propriedades régias em Vila Cova e em Louredo, nas imediações de Alcainça, estavam pouco tempo depois ainda nas mãos de Ximeno, que, ao legar ao mosteiro o seu património pessoal, refere terem sido estas localidades presuriadas por sua própria iniciativa (DC 47, de 938.08.06). Como principal autoridade na região na primeira metade do século X, este mesmo conde, coadjuvado por um conselho de *preuísos*, presidirá a um litígio entre a população de

a sua capacidade de intervenção nos assuntos relativos à gestão do património fronteiriço, designadamente quando o que está em causa é a alienação de parcelas de terra conquistadas provavelmente em nome da autoridade régia e em benefício de comunidades monásticas. Mas torna-se ainda mais significativo no momento em que ele próprio protagoniza uma nova doação ao mosteiro, então representado pelo abade Justo, embora contemplando desta vez a sua vila de Algaça, provida de vinhas, pomares e terras arroteadas ou por arrotear, para além dos vilares de Louredo e Soutelo, delimitados pelos respectivos termos antigos<sup>308</sup>. Neste caso, também a carta que atesta a doação veio a ser corroborada por algumas ilustres personalidades, ainda que em data posterior à outorga, merecendo entre elas particular destaque o rei Ramiro II, o conde Gonçalo Moniz e os bispos Oveco de Leão e Dulcídio de Viseu. Através de um mais tardio registo documental, ficamos também a saber que o mesmo monarca permutou com Fromarigo, proprietário de diversas parcelas de terra que legará aos seus filhos, alguns bens nos lugares de Fontoura e Pedrulha, neste último caso recebendo em troca a vila de Vimieira, que, por sua vez, doará ao mosteiro<sup>309</sup>.

Poucos anos depois, é a vez de Ramiro II se libertar dos seus direitos de posse sobre metade da igreja de St.<sup>a</sup> Cristina de Coimbra, junto à porta da cidade, a favor do mosteiro de Lorvão, então regido pelo abade Mestúlio, para além de todos os bens localizados numa corte em chão urbano, com o reconhecimento, entre outros confirmantes, do bispo Oveco de Leão<sup>310</sup>. Na

---

Vila Cova e Alcaínça a propósito do termo das duas vilas, que levou à escrita de um pormenorizado e complexo instrumento de delimitação dos respectivos territórios jurisdicionais (DC 42, de 936.08.06).

<sup>308</sup> DC 2 ([914-924].09.04). Jorge de ALARCÃO, In territorio Colimbrie..., pp. 22-25 e 130-131, com proposta de identificação do vilar de Soutelo com a actual povoação de Vilarinho.

<sup>309</sup> DC 39 (933.12.01). Jorge de ALARCÃO, In territorio Colimbrie..., p. 26. A doação aparentemente não contemplou a totalidade da vila, conforme se depreende do facto de novas parcelas de terra aí situadas terem sido integradas no património monástico na sequência da doação de Gondemiro, irmão de Primo, futuro abade laurbanense – provavelmente identificável com a personagem homónima que subscreve na qualidade de testemunha este diploma –, e sua mulher Susana, ainda durante o abaciado de Mestúlio (DC 40, de 935.09.11).

<sup>310</sup> DC 37 (933.03.04). Jorge de ALARCÃO, In territorio Colimbrie..., p. 50. Ainda que apontando para a hipótese de se tratar de uma igreja da cidade de Coimbra, este autor sugere a possibilidade de se tratar de um templo situado na vila de Pedrulhais, com eventuais ligações à igreja de S. Martinho citada na mesma carta. Cremos que esta última hipótese carece de fundamento, até porque é possível estabelecer um claro paralelo entre as partes intervenientes nestes dois actos, o mais antigo dos quais, que atesta a doação do presbítero, chega inclusive a ser confirmado por este mesmo monarca em data posterior à outorga. O mais recente, por sua vez, volta a mencionar o nome do presbítero Fradilano em nítida associação à doação de

verdade, este acto apenas vem pôr termo à transferência integral dos direitos de posse sobre o templo, na medida em que alguns anos antes já o presbítero Fradilano doara à comunidade monástica a sua metade própria da igreja, para além de uma outra consagrada a S. Martinho, na vila de Pedrulhais, juntamente com o respectivo mobiliário litúrgico – incensórios, cruzeiros e coroas votivas, para além de alguns livros não-especificados, seguramente destinados à celebração dos ofícios – e ainda outras propriedades com termo cuidadosamente delimitado no instrumento jurídico<sup>311</sup>. Da mesma forma, lega

---

Ramiro II, na verdade as duas partes implicadas num processo de alienação da igreja que se revelaria faseado, porque iniciado pelo presbítero e terminado apenas por este último monarca. Para além disso, o título da carta chega a referir o facto de se tratar da igreja de «sancta christina de colimbria ad portam de almedina», localizada poucas linhas abaixo «secus murum ciuitatis conimbrie» (sobre a sua localização, Pierre DAVID, «Les saints patrons d'églises» in *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI<sup>e</sup> au XII<sup>e</sup> siècle*, Lisboa – Paris, Livraria Portugália Editora – Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1947, p. 232). A igreja citada nestes documentos desapareceu, embora a existência de um templo ainda hoje consagrado ao apóstolo S. Tiago, junto à Porta de Almedina, nos leve a sustentar a hipótese de ter aí existido uma igreja pelo menos desde os inícios do século X, talvez sob invocação da santa mártir (sobre a igreja de S. Tiago, embora fazendo remontar as suas origens aos inícios do século XII, Vergílio CORREIA, «A igreja de S. Tiago de Coimbra», in *Obras*, vol. II: *Estudos de história da arte. Arquitetura*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1949, pp. 47-69). A localização de outras igrejas de invocação martirial no arrabalde ribeirinho da cidade, entre as quais as de S. Cristóvão (DC 74, de 957.11.02) e de St.<sup>a</sup> Justa (LP 427, de 1098.12.03), parece apontar também neste sentido, podendo a alteração do orago ter-se verificado logo após a conquista cristã da cidade por Fernando I de Leão, que uma tradição associa à miraculosa intervenção do evangelizador e patrono da Hispânia. Em abono desta hipótese, sublinhe-se ainda o facto de estar já comprovada a alteração de orago noutra igreja de implantação periurbana, como a de S. Cristóvão, que, em interpolação ao documento datável do século XII («ecclesia sancti cucufati et alia ecclesia sancti christofori qui uocant ea sancti bartolomeus qui sunt fundatas in arrualde de conimbrie»), passou a ser mais comumente conhecida pela população como igreja de S. Bartolomeu, embora sem deixar de se fazer eco do seu anterior santo padroeiro (Pierre DAVID, «Les saints patrons d'églises» in *Études historiques...*, pp. 229 e 231; Vergílio CORREIA, «A igreja de S. Tiago...», pp. 53-54). Tanto num caso como noutro, o que se registou foi a substituição de um orago martirial por um orago apostólico, acompanhando desta forma o estabelecimento de um santoral universal mais consentâneo com as orientações litúrgicas de inspiração romana e francesa, em detrimento das velhas tradições moçárabes, ainda profundamente enraizadas na celebração do martírio como modelo por excelência de religiosidade (a título geral, Pierre DAVID, «Les saints patrons d'églises» in *Études historiques...*, pp. 225-242). Sobre as igrejas do espaço urbano coimbrão durante os séculos IX a XII, veja-se, ainda que com algumas ligeiras incorrecções, António Garcia Ribeiro de VASCONCELOS (Dr.), *Sé-velha de Coimbra (apontamentos para a sua história)*, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade, MDCCCXXX, pp. 94-107; e A. C. Borges de FIGUEIREDO, *Coimbra antiga e moderna*, Lisboa, Livraria Ferreira, MDCCCLXXXVI, pp. 17-19 (S. Bartolomeu), 19-20 (S. Tiago), 47-80 (St.<sup>a</sup> Cruz), 120-122 (S. Cristóvão), 123-144 (St.<sup>a</sup> Maria), 153-156 (S. Salvador), 158-159 (S. João de Almedina), 217-219 (S. Pedro) e 343-344 (St.<sup>a</sup> Justa). Compare-se a localização de alguns destes templos com o que refere Vasco Gil MANTAS, «Notas...», pp. 487-513, por aí se estabelecer uma aproximação à realidade urbanística romana que deixa entrever uma integração das igrejas medievais na malha urbana antiga.

<sup>311</sup> DC 15 (907.04.13).

ainda ao mosteiro novas propriedades na vila de Alvade e Serra, confinantes com a localidade de Fontoura, e outros bens em Pedrulha<sup>312</sup>.

Tão importantes quanto estes actos foram aqueles que o rei Sancho I ordenou fossem lavrados em benefício do mosteiro de Lorvão, corroborando as doações feitas pelos seus antecessores e alargando consideravelmente a base patrimonial de que a comunidade monástica passou a usufruir devido à iniciativa benemerente dos monarcas leoneses. Na segunda metade do século X, este monarca está presente na fronteira do Mondego e protagoniza pelo menos duas importantes doações a favor do mosteiro. Na primeira doação, a 15 de Novembro de 966, Sancho I procede à alienação de terras arroteadas por Gondemiro no local de Alvade, onde previamente existiam densas manchas de carvalhos, para além de um moinho situado na sua vila de Ançã e comprado pelo mesmo proprietário. Subscrito mais uma vez pelo conde Gonçalo Moniz, entre numerosos outros magnatas leoneses que compunham a comitiva régia, o acto recebeu também posterior confirmação de Bermudo II<sup>313</sup>.

Susceptível de ser apreciada sob vários pontos de vista, a documentação que temos vindo a analisar é também clara quanto às dinâmicas de alargamento do património monástico durante o governo condal de Henrique e Teresa. Nos últimos anos do século XI, o mosteiro de Lorvão conta-se ainda entre as instituições beneficiadas pelos condes portugalenses, mas está longe de representar o mais significativo caso de instituição agraciada com a benemerência das mais altas instâncias políticas da época. Os actos conservados testemunham o clima de bom relacionamento entre as

---

<sup>312</sup> DC 50 (943.01.26). Jorge de ALARCÃO, In *territorio Colimbrie...*, pp. 82-83. Tenha-se também em conta o facto de ter estado associada à vila de Alvade a venda da terça parte inteira de uma propriedade, então na posse de «Zahadon» e sua mulher Aragunte, juntamente com outros proprietários locais, a favor de Gondemiro, irmão do futuro abade Primo de Lorvão, e sua mulher Susana (DC 39, de 933.12.01). Os compradores viriam pouco tempo depois a desfazer-se da herdade adquirida naquele local em benefício do abade Mestúlio, a ela acrescentando várias outras pequenas parcelas de terra na área, em conjunto com os respectivos prédios rústicos e outros numerosos bens móveis (DC 40, de 935.09.11). Algumas décadas mais tarde, Inderquina «Pala» doará ao abade Primo a sua própria terça parte dessa vila, que diz ter herdado de seus pais e avós no quadro de uma partilha com os irmãos (DC 117, de 976.08.11).

<sup>313</sup> DC 92 (966.11.15). Jorge de ALARCÃO, In *territorio Colimbrie...*, p. 69. Na verdade, o moinho de Ançã foi parar às mãos de Gondemiro por doação de Ilduara, sob condição de este passar a integrar o património monástico após a sua morte (DC 45, de 937.11.18). Um último documento, já posterior à doação de Sancho I e referente provavelmente a este mesmo monarca, faz também eco de um canal doado a alguns proprietários da região de Coimbra, também eles beneméritos da comunidade monástica (DC 94, de 967.07.24).

autoridades civis e as autoridades religiosas<sup>314</sup>, não obstante alguns episódios mais ou menos prolongados de confrontos que opuseram os dois quadros actuantes, sendo disso exemplo a evolução estatística dos actos – aqui entendidos sobretudo na sua qualidade de diplomas de doação a instituições e particulares, cartas de couto e forais – aplicada sucessivamente ao governo conjunto dos condes Henrique e Teresa<sup>315</sup> e aos governos isolados da rainha Teresa<sup>316</sup> e do infante Afonso<sup>317</sup>.

Um inquérito exaustivo aos actos da prática subsistentes permite-nos registar dois âmbitos diferenciados de acção no período de tempo a que correspondem os governos das três personagens: por um lado, as dioceses, e, por outro, os mosteiros e as ordens militares e religiosas. No que diz respeito às primeiras, documentam-se casos de doação em benefício das igrejas de Braga, entre 1101 e 1147; Coimbra, entre 1109 e 1172; Viseu, entre 1110 e 1183; Porto, entre 1120 e 1147; Lisboa, em 1149; Lamego, em 1164; e Évora, em 1185<sup>318</sup>. O predomínio numérico de actos recai sobre Braga e Coimbra, situação que se compreende facilmente se tivermos em conta, para o primeiro caso, a acção do bispo Pedro desde a restauração da diocese, ampliada pelo reconhecimento da dignidade metropolitana durante o episcopado de Geraldo, tal como o apoio que os seus diversos prelados, como Paio Mendes e João Peculiar, prestaram ao infante e futuro rei Afonso I; e, para o segundo, a importância de que a cidade desde sempre teve como núcleo fronteiriço da guerra de reconquista contra o Islão, tal como da condição privilegiada de que se revestiu após a sua escolha como capital do Condado Portucalense, primeiro, e do reino de Portugal, depois. No que respeita aos segundos, por sua vez, a distribuição faz-se entre numerosos mosteiros beneditinos, cistercienses e agostinhos, com destaque para St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra, para além das Ordens do Templo, Santiago e Avis. Neste passo, saliente-se o facto de Lervão ser agraciado com a doação de metade da vila de Cacia, em

---

<sup>314</sup> A sua análise circunstanciada foi efectuada no já citado trabalho de José MARQUES, «As doações...», pp. 325-349.

<sup>315</sup> Num total de 8 forais, 14 cartas de couto, 8 doações a particulares (José MARQUES, «As doações...», p. 328).

<sup>316</sup> Num total de 3 forais, 20 cartas de couto, 18 doações a particulares e 3 doações de castelos (José MARQUES, «As doações...», p. 328).

<sup>317</sup> Num total de 5 forais, 168 cartas de couto, 36 doações a particulares e 1 doação de castelo (José MARQUES, «As doações...», p. 328).

<sup>318</sup> José MARQUES, «As doações...», pp. 331-338.

1106<sup>319</sup>, e de bens em Serpins, em 1144<sup>320</sup>, em Verba e Perrães, em 1174<sup>321</sup>, novamente em Verba, Perrães e Tabueira, em 1175<sup>322</sup>, em Abiul, em 1175<sup>323</sup>, e no Canal de Abrantes, em 1176<sup>324</sup>; tal como a atribuição de carta de couto de S. Salvador de Mosteirinho, em 1133<sup>325</sup>, e de Serpins, em 1154<sup>326</sup>.

É, portanto, possível dizer-se que os destinatários dos actos condaís e régios, entre os quais o mosteiro de Lorvão, colaboraram activamente numa estratégia destinada a promover o povoamento e reordenamento administrativo de um território que se ia dilatando com a progressão das guerras de reconquista, paralelamente à transferência, em benefício dos respectivos titulares, de um conjunto de garantias e responsabilidades sobre os bens que iam sendo alienados a favor de terceiros. É certo que nem sempre exprimem actos de simples liberalidade condal e régia: para além da intenção de proporcionar a remissão dos pecados e sufragar a alma dos seus mais próximos, concomitante com a prestação de assistência aos enfermos, pobres e peregrinos – tópico que, nesta época, está presente em praticamente todas as cartas de doação a instituições religiosas –, testemunham, na maioria dos casos, uma política de alargamento de redes sociais de influência, apoiada sobre a instalação e a consolidação de poderes em áreas de domínio precário, como era o vale do Mondego. Embora tendo participado dessa política de gestão e administração do território, Lorvão não possui mais nesta altura a importância que lhe fora previamente reconhecida pela velha nobreza condal portugalense e conimbricense dos séculos X e XI.

Considerados estes aspectos, não admira que se tenha criado à volta do mosteiro, sobretudo no decurso daquela primeira centúria, uma imagem susceptível de projectar uma identidade pública de destaque desta instituição como parte integrante dos mais prestigiados circuitos de relacionamento da monarquia asturiano-leonesa em território fronteiriço<sup>327</sup>. Proprietário de

---

<sup>319</sup> DMP 15 (1106.08.25).

<sup>320</sup> DMP 254 (1144.09).

<sup>321</sup> DMP 422 (1174.12).

<sup>322</sup> DMP 428 (1175.04).

<sup>323</sup> DMP 425 (1175.02).

<sup>324</sup> DMP 432 (1176.05).

<sup>325</sup> DMP 154 e 155 (1133.03.20).

<sup>326</sup> DMP 307 (1154.10).

<sup>327</sup> Para além dos diplomas considerados, temos também conhecimento de várias outras cartas elaboradas em benefício de colégios monásticos localizados no território de Entre-Douro-e-



extensos bens, que lhe chegam às mãos em virtude de numerosos actos de doação e compra, vários dos quais pressupondo uma participação directa dos reis leoneses e dos condes conimbricenses e portucalenses, o mosteiro pôde afirmar-se como um dos principais sustentáculos da política de exploração e rentabilização dos territórios conquistados para a causa régia desde os finais do século IX, contribuindo, em larga medida, para a implementação do povoamento cristão e a consolidação de uma estrutura económica de que, como parte implicada, acabou também por beneficiar. Neste quadro de sustentação económica, Lervão chega a ocupar o primeiro lugar no conjunto das instituições directamente beneficiadas pelos monarcas, correspondendo-lhe, ao longo do século X, um total de pelo menos cinco importantes doações régias, às quais devemos acrescentar as de iniciativa condal. Se outras razões não houvesse que justificassem o clima de grande prosperidade que caracteriza o seu percurso institucional no decurso desta centúria, este aspecto bastaria para que o colégio monástico se afirmasse como um núcleo polarizador das atenções, nos planos temporal e espiritual, da comunidade moçárabe conimbricense.

### **II.2.2. A inserção do texto nas redes de transmissão da analística**

Uma das questões que, à luz dos nossos conhecimentos actuais, permanece praticamente sem resposta ao longo deste trabalho é a que se relaciona com a autoria do texto analístico. Temos falado do «analista»

---

Minho, que, no seu conjunto, sustentam juridicamente a política de intervenção régia em assuntos relativos à aquisição e gestão do património das comunidades fronteiriças durante os séculos IX e X. Não nos referimos aos diplomas que foram apenas confirmados por diversos monarcas – temática que será abordada monograficamente num posterior capítulo deste trabalho, tendo em conta a realidade documentada a propósito do colégio monástico laurbanense –, mas apenas às cartas em que se atesta uma dinâmica de alienação de bens impulsionada ou mediada pelos próprios monarcas, que em muito contribuíu para o prestígio de instituições ligadas desde a sua origem às mais destacadas estirpes da nobreza asturiano-leonesa, como o mosteiro de St.<sup>a</sup> Maria de Guimarães (DC 36, de [950].05.18; e DC 71, de 957.06.08) e o de S. Martinho de Dume (DC 17, de 911.09.28). Em DC 31 (926.02.23) encontramos a doação da vila de Creixomil, então na posse de Ramiro II, aos condes Hermenegildo Gonçalves e Mumadona Dias, vindo a última a referir também no documento que atesta a sagração da igreja monástica vimaranense o especial apoio então recebido da cúria régia leonesa (DC 76, de 959.01.26). Apesar de alegadamente associadas à acção de Ordonho II, as informações constantes de LP 81 (922.06.12, falso de c. [1115]) devem ser analisadas com cautela, uma vez que este diploma corresponde seguramente a um falso produzido nos inícios do século XII, no contexto dos litígios entre os bispos de Coimbra e do Porto sobre a posse de terras e igrejas na região de St.<sup>a</sup> Maria.

laurbanense como se a problemática da unidade de autoria estivesse, de facto, resolvida. Nada mais falso. A referência deve ser matizada à luz de um aspecto fundamental: na impossibilidade de podermos tecer quaisquer observações sobre a natureza da respectiva autoria, dado o laconismo da fonte e o seu posterior afastamento dos circuitos locais e regionais de recepção da cultura letrada, em particular dos restantes textos analísticos, optou-se, por uma questão de exposição e argumentação – a que, de resto, não é alheia a transcrição do texto por mão de um único escriba, facto corroborado pela unidade paleográfica do testemunho contido no códice que lhe serve de suporte, tal como se nota pela figura apresentada em anexo –, apresentá-lo como produto da visão de um compilador.

Tenha-se, portanto, em conta que a designação «analista», posta em paralelo com a de «autor» e «compilador» – o facto de o texto se ter conservado apenas num suporte que, provavelmente, não foi o original, dado tratar-se de um códice resultante de uma prática de cópia dos diplomas monásticos, só nos permite falar efectivamente de um «compilador» –, pode não corresponder necessariamente à especificidade semântica destes dois últimos vocábulos. Esta questão parece-nos do maior interesse, na medida em que nos permite formular novas pistas de trabalho em torno do texto, e, em particular, quanto à sua integração nos circuitos de produção letrada conimbricenses nas primeiras décadas do século XII. A transmissão do texto no verso do fólio de guarda do *Livro dos testamentos*, instrumento que, como vimos num anterior capítulo, resulta de um acto de compilação de diplomas de diversa proveniência e natureza jurídica sob a forma de traslados, permite-nos, naturalmente, pensar na hipótese de o seu autor ter sido um monge ou clérigo do mosteiro de Lorvão, até por se tratar de um códice diplomático sempre conservado no fundo monástico. Trata-se de uma hipótese viável à luz daquilo que são os dados actualmente disponíveis. Mas nada nos leva a afirmá-lo com toda a certeza. A transcrição do texto no códice, tal como a inexistência de qualquer outro testemunho que nos fale da sua existência prévia à elaboração do *Livro dos testamentos*, não nos permite saber se o acto corresponde a uma primeira tentativa de fixação do texto, ou se, pelo contrário, os anais, como nós hoje os conhecemos, correspondem já a uma versão de um anterior

testemunho, eventualmente com origem monástica, da prática de fixação de efemérides históricas. Neste último caso, somos inclusive levados a considerar a hipótese de o texto transmitido no códice ter resultado de um acto de triagem de tópicos factológicos, relacionável com as circunstâncias sociais de produção desta versão textual por comparação a um anterior testemunho. Neste sentido, a fonte disponível corresponderia apenas ao último estrato de sedimentação de um texto susceptível de ser analisado sob o ponto de vista historiográfico, porventura incorporando elementos inovadores relativamente à produção original, e não propriamente o texto que pode, talvez, ter sido redigido noutros contextos. Seria, portanto, mais o resultado de um acto de apropriação da memória sobre o passado monástico do que de fixação de um texto à luz de uma só conjuntura.

Estas considerações devem ser alargadas às restantes compilações analísticas que temos vindo a referenciar ao longo deste trabalho. Nestes casos, contudo, a situação não é idêntica à dos anais laurbanenses, uma vez que os textos produzidos em St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave, S. Salvador de Grijó e St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra, nas versões que hoje conhecemos, são já o resultado de um acto de compilação por parte de um cónego crúzio, sob a forma de um único texto, de três testemunhos diversos nos seus condicionalismos sociais de produção. Seria, portanto, mais correcto falar-se nestes casos de «compilador» do que de «autor», até por não conhecermos nenhum registo escrito produzido nos dois primeiros mosteiros que possa ser considerado como testemunho ou sequer versão dos respectivos anais. Temos, assim, que considerar também a hipótese, à semelhança do que fizemos para os anais laurbanenses, de estes três textos resultarem de um acto de triagem de tópicos factológicos, embora, conforme tem sido apontado pelos diversos autores que se debruçaram mais detalhadamente sobre o tema, mantendo a sua singularidade enquanto produto de um ambiente letrado específico.

Considerados estes aspectos, há, por fim, que chamar a atenção do leitor apenas para um último facto, relacionado também com os mecanismos de produção e recepção da cultura letrada em território de fronteira: os *Anais de S. Mamede de Lorvão* não ingressaram nos principais circuitos monásticos de reprodução da analística medieval portuguesa, limitando-se apenas a ser

transmitidos através de um suporte – o códice correspondente ao *Livro dos testamentos* – que muito dificilmente terá circulado fora do respectivo contexto de origem. De facto, se parte substancial dos textos hoje disponíveis para estudo nos é conhecida devido ao labor de transmissão levado a cabo nos mosteiros de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra e St.<sup>a</sup> Maria de Alcobaça, o mesmo não pode dizer-se acerca do texto com que, em 1118, os monges de Lorvão procuraram celebrar o passado do território fronteiriço. Talvez como resultado da sua fixação no códice, tal como da diferenciada rede de relacionamentos sociais da comunidade monástica, a obra parece ter permanecido à margem destes circuitos nas décadas posteriores à sua elaboração, razão pela qual acabou por não incorporar a massa de notícias que veio a ser recolhida pelos cónegos regantes de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra no arquétipo de finais do século XII, e que veio a dar origem ao complexo textual conhecido pela designação de *Anais portucalenses velhos*. Embora não tenhamos razões que nos permitam explicar mais detalhadamente esta questão, não nos podemos esquecer que o texto laurbanense se encontra escrito no *Livro dos testamentos*, configurando assim um conjunto de memórias de que a comunidade não se pôde desfazer pelo facto de estarem associadas à colectânea dos seus mais importantes actos da prática. Por outro lado, ao representar uma esfera de integração social diversa da que caracterizava as anteriores comunidades monásticas – recordemos que St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave e S. Salvador de Grijó são patrocinados por famílias infancionais em ascensão, e que o mosteiro de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra será um centro espiritual da monarquia nascente –, o mosteiro parece ter estado arredado dos círculos sociais que mais estimularam e impulsionaram, na transição do século XI para a centúria seguinte, a realização destas obras da historiografia cristã hispânica. É certo que, ao perseguirem este objectivo, os monges laurbanenses adoptaram um mesmo método formal de exposição e comemoração de efemérides. Contudo, compreenderam que as suas memórias analísticas só tinham validade à luz do próprio contexto de origem, razão pela qual se limitaram a copiar o texto para o códice que traduzia e ajudava a explicar a mensagem subjacente aos anais.

## CAPÍTULO III:

### AS DINÂMICAS DE COMPOSIÇÃO DO DISCURSO

#### III.1. As coordenadas da memória pretérita

Para o compilador laurbanense, a consagração do presente monástico passa pela reivindicação de um passado glorioso. Não é, por isso, aleatório que o presente monástico seja simbolicamente reinterpretado à luz dos acontecimentos que mais se adequam aos intuitos do autor, interessado em reclamar para o mosteiro uma memória de prestígio num momento de crise marcado pela ainda recente hostilidade do conde Henrique de Borgonha e do bispo Gonçalo Pais de Coimbra, apesar de os mais antigos acontecimentos relatados em texto serem pelo menos dois séculos anteriores ao momento em que este é elaborado.

##### III.1.1. Os vectores da análise textual

À compreensão da lógica narrativa presente nos *Anais de S. Mamede de Lervão* encontra-se subjacente um conjunto variado de critérios de análise, que sustentam conclusões particularmente significativas sobre o modo como o compilador procede à construção da memória pretérita. Estes critérios podem ser analisados à luz de vários factores, entre os quais cremos poder destacar desde já dois que consideramos basilares: por um lado, o factor temporal, e, por outro, o espacial.

##### a) Os critérios de ordenação do tempo

Ao procurar dar consistência à sua lógica expositiva, o compilador recorre a diferentes formas de enquadramento cronológico das efemérides que enformam a comemoração social do passado.

A observação do quadro que se segue pode dar-nos algumas informações de relevo quanto à dinâmica da cronologia analística laurbanense<sup>328</sup>.

QUADRO N.º 5:

**Análise das perícopes cronográficas dos *Anais de S. Mamede de Lorvão***

Notícia	Cronografia analística		Correspondência	Fonte
	Texto latino	Tradução portuguesa		
[1]	«Era DCCCC.III. <sup>a</sup> (...) ipso die in sancto pentecosten»	«Na era de 904 (...) no santo dia de Pentecostes»	Ano de 866, dia de Pentecostes	SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1)
[2]	«Era DCCCC.VI. <sup>a</sup> »	«Na era de 906»	Ano de 868	SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1)
[3]	«Era DCCCC.XI. <sup>a</sup> (...) in VI. <sup>o</sup> die»	«Na era de 911 (...) no sexto dia»	Ano de 873, sexto dia [da chegada do rei Afonso III]	SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1)
[4]	«Era DCCCC.XVI. <sup>a</sup> »	«Na era de 916»	Ano de 878	SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1)
[5]	«In era millesima C. <sup>a</sup> II. <sup>a</sup> (...) in die de sancto christoforo, in mense iulius»	«Na era de 1102 (...) no dia de S. Cristóvão, no mês de Julho»	Ano de 1064, mês de Julho, dia 10 (festa litúrgica do santo mártir Cristóvão)	SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1)
[6]	«Era millesima C. <sup>a</sup> XL. <sup>a</sup> VIII. <sup>a</sup> (...) III. <sup>o</sup> kalendas iulii»	«Na era de 1148 (...) no terceiro [dia] das calendas de Julho»	Ano de 1110 ([1109]), mês de Junho, dia 29	SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1)

Da análise do quadro ressalta um aspecto que julgamos imprescindível à global compreensão da lógica textual, que se relaciona com a existência de seis notícias cronologicamente situadas de acordo com uma coordenada temporal própria. Na prática, isto significa que todas as notícias constantes do texto, excepção feita para as entradas presentes em [NR] e [NA], que se reportam indirectamente a reinados e abaciados, nos remetem para uma forma própria de enquadramento cronológico das efemérides analísticas. A referência ao tempo é-nos dada através de indicações complexas, alusivas ao ano – «Era

<sup>328</sup> Veja-se *Dicionário enciclopédico da história de Portugal* (Coordenação: José Costa PEREIRA), vol. II, s.l., Publicações Alfa, 1985, s.v. «Tempo na Idade Média» (L[uis] K[RUS]), p. 279.

DCCCC.IIII.<sup>a</sup>» ([1]), «Era DCCCC.VI.<sup>a</sup>» ([2]), «Era DCCCC.XI.<sup>a</sup>» ([3]), «Era DCCCC.XVI.<sup>a</sup>» ([4]), «In era millesima C.<sup>a</sup>II.<sup>a</sup>» ([5]) e «Era millesima C.<sup>a</sup>XL.<sup>a</sup>VIII.<sup>a</sup>» ([6]) –, mês – «in mense iulius» ([5]) e «iulii» ([6]) – e dia do mês – explicitamente em «III.<sup>o</sup> kalendas iulii» ([6]), implicitamente em [1] e [5] –, tal como à festa do calendário litúrgico anual – «ipso die in sancto pentecosten» ([1]) e «in die de sancto christoforo» ([5]) – ou ao dia de ocorrência de um determinado evento, por referência a outro evento com ele directamente relacionado – «in VI.<sup>o</sup> die» ([3]).

A referência ao tempo também não é encarada de maneira uniforme ao longo destas seis efemérides. Assim o comprova o facto de se registar uma clara tendência para a alusão a datas distantes, correspondendo ao século IX um conjunto de quatro notícias (66,66%) – [1], [2], [3] e [4] –, e, aos séculos XI e XII, apenas uma única notícia cada (16,66%) – [5] e [6], respectivamente.

Outro argumento que corrobora esta afirmação é o facto de, nas notícias reportáveis ao século IX, o desfasamento cronológico dos eventos ser bastante curto, uma vez que esta centúria só é considerada a partir da sua segunda metade, mais concretamente entre 866 [1] e 878 [4], abrangendo, portanto, um espectro diacrónico de doze anos, interrompidos duas vezes pelo noticiar de eventos ocorridos em 868 [2] e 873 [3]. Da primeira à segunda notícias, o desfasamento é de dois anos; da segunda à terceira, de cinco; e da terceira à quarta, novamente de cinco. Os números que traduzem esse desfasamento tornam-se ainda mais expressivos nos períodos de transição da quarta para a quinta e da quinta para a sexta notícias, para os quais se regista um hiato cronológico de cento e oitenta e seis, e quarenta e seis anos, respectivamente. Neste sentido, é lícito dizer que o nível de selectividade factológica aumenta à medida em que o compilador avança no tempo – ou seja, há menos informações sobre os séculos recentes, e, pelo contrário, mais informações sobre os séculos distantes –, dado que contraria a tendência habitual da memória historiográfica e que, só por si, revela, como vimos acima, uma particular vontade em fazer recair sobre um passado longínquo os eventos dignos de recordação.

Estas considerações levam-nos a afirmar que, com o seu espírito de síntese, o compilador laurbanense constrói uma imagem do passado baseada

num pequeno conjunto de seis curtas notícias, dando assim origem a um dos mais breves e concisos textos da primeira tradição narrativa medieval portuguesa. Ao fazê-lo, procura dar conhecimento de uma factologia cujo enquadramento diacrónico podemos hoje situar, após verificação crítica da cronologia avançada pelo mesmo, entre os anos de 866 e 1110 ([1109]).

Embora se estenda por um dilatado período de duzentos e quarenta e quatro anos, a diacronia do texto não pode ser encarada senão numa óptica puramente teórica, uma vez que o compilador apenas recupera do passado os factos, cronologicamente distantes uns dos outros, que considera úteis para a fundamentação do processo analístico de revitalização do presente monástico. Isto significa que o texto não nos transmite, da primeira à sexta notícias, informações sobre todo o período anteriormente considerado, constituindo, pelo contrário, uma justaposição de efemérides de base cronológica variada, sem solução de continuidade entre si, embora, como veremos, pautada por uma lógica própria.

Os factos escolhidos para dar forma às notícias do texto obedecem, naturalmente, a propósitos específicos. Neste processo intervém um certo nível de selectividade factológica, responsável pela convergência, numa mesma unidade textual, de notícias cuja memória, dado reportar-se a diferentes séculos, corresponde também a diferentes momentos de consagração da história comunitária, sem que com isso nos seja dada qualquer informação que nos permita estabelecer um elo de proximidade entre o texto e o respectivo contexto de produção.

Podemos, portanto, dizer que a memória do compilador laurbanense sobre os feitos do passado não se erige de uma forma contínua na escala do tempo. A esta afirmação subjaz o facto de os acontecimentos por si enumerados, apesar de seguirem uma lógica sequencial, imposta por uma necessidade externa de ordenamento do texto, corresponderem a parcelas avulsas de um tempo fragmentado, cada uma das quais identificada com uma notícia específica e sem relação cronológica aparente com as notícias que a antecedem ou sucedem. Embora a lógica seguida seja diacrónica, como, aliás, é de esperar numa obra com esta natureza, a verdade é que nela se denota uma dinâmica textual pautada também pela noção de sincronia. A primeira e a



terceira notícias constituem, a título de exemplo, um argumento a favor do que acabámos de afirmar, uma vez que se mencionam em cada uma delas dois acontecimentos sequenciais sob o ponto de vista cronológico, identificados, por um lado, com o óbito de Ordonho I e a subsequente unção régia de Afonso III; e, por outro, com a deslocação de Afonso III a Bama, aparentemente motivada pelo débil estado de saúde de Vímara Peres. Nas restantes notícias, o que se regista é, pelo contrário, uma única efeméride. Por este motivo, o texto analítico confere um destaque à ideia de sucessão de eventos, em detrimento da noção de convergência, posição que, como é natural, não pressupõe necessariamente o relatar de efemérides ligadas entre si.

Com base nestes dados, podemos dizer que o compilador não procede a uma tentativa de rememoração historiográfica nutrida pela ambição de conhecer o passado integral da comunidade monástica. Não há aqui nenhuma notícia que se reporte directamente à história do mosteiro, da sua provável fundação na sequência da presúria de Coimbra, nos finais do século IX, à altura em que se dá a sua integração no padroado diocesano, nos inícios do século XII. A única excepção prende-se com a listagem final dos abades que governam a comunidade ao longo deste largo período de tempo ([NA]), acrescentada ao conjunto das seis efemérides e da listagem dos reis leoneses ([NR]). O que se nota é, pelo contrário, uma estratégia de apropriação do passado onde se encontra patente a memória de eventos conotados com a história simultânea do reino e da fronteira associados à história da comunidade, razão pela qual são também mais abundantes, num registo de duas em seis (33,33%) – [4] e [5] –, as notícias que se reportam ao espaço mais próximo do mosteiro, identificado com a cidade de Coimbra. Neste sentido, o aglomerado populacional do vale do Mondego parece adquirir uma centralidade que não pode deixar de estar relacionada com o enquadramento territorial do próprio mosteiro, enquanto instituição que, nos inícios do século XII, integra o espaço diocesano conimbricense e participa de forma activa nas questões que marcaram a agenda política e eclesiástica do Condado Portucalense, mormente durante os governos condaís de Henrique e Teresa. Este aspecto pode, talvez, corroborar-se pela data de fixação do próprio texto (1118), contemporâneo do momento em que se registam novos ataques muçulmanos

na fronteira do Mondego – recordemos mais uma vez as campanhas de 1116 e 1117, que provocaram destruições significativas na região e, inclusive, nalgumas fortificações de enorme importância estratégica no controlo dos acessos à cidade de Coimbra – susceptíveis de pôr em perigo os quadros territoriais e administrativos criados na sequência das conquistas fernandinas.

### **b) Os critérios de interpretação do espaço**

Como vimos, o tempo analístico exprime a necessidade de se recuperarem no passado distante os acontecimentos que configuram a memória monástica. É aí que o compilador parece poder fundamentar a sua leitura dos acontecimentos. Contudo, a veracidade da lógica expositiva passa também pelo enquadramento topográfico das efemérides que sustentam a celebração social do passado.

O quadro que se apresenta de seguida procura efectuar a síntese dos dados relativos à dinâmica da geografia analística laurbanense<sup>329</sup>.

QUADRO N.º 6:

#### **Análise das perícopes geográficas dos *Anais de S. Mamede de Lorvão***

Notícia	Topografia analística		Correspondência	Fonte
	Texto latino	Tradução portuguesa		
[1]	-	-	-	SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1)
[2]	«portugale»	«Porto»	Porto (conc. do Porto, dist. do Porto)	SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1)
[3]	«in uama (sic)»	«em Bama»	Bama (Corunha, Galiza)	SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1)
[4]	«conimbria»	«Coimbra»	Coimbra (conc. de Coimbra, dist. de Coimbra)	SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1)
[5]	«ciuitas conimbrie»	«cidade de Coimbra»	Coimbra (conc. de Coimbra, dist. de Coimbra)	SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1)
[6]	-	-	-	SS, vol. I, p. 20

<sup>329</sup> Veja-se *Dicionário enciclopédico da história de Portugal* (Coordenação: José Costa PEREIRA), vol. I, s.l., Publicações Alfa, 1985, s.v. «Espaço na Idade Média» (L[uis] K[RUS]), p. 220.

				(cf. anexo 1, ponto 1)
--	--	--	--	------------------------

Das seis notícias aí documentadas, quatro (66,66%) apresentam registos toponímicos e duas (33,33%) não possuem qualquer menção congénere. Os topónimos considerados encontram-se na segunda, terceira, quarta e quinta notícias, sendo apenas omissas, a este respeito, a primeira e a sexta.

Apesar de se registarem quatro notícias com uma referência toponímica – e, em cada uma destas, uma única alusão –, os topónimos considerados ao longo do texto reduzem-se a três – «portugale» ([2]), «uama (*sic*)» ([3]) e «conimbria» ([4]) ou «ciuitas conimbrie» ([5]) –, facilmente identificáveis com as actuais localidades do Porto e Coimbra, em território português, e Bama, em território galego. À excepção do último caso, em que se particulariza a natureza do topónimo aí mencionado em virtude da utilização do designativo «ciuitas»<sup>330</sup>, a identificação do local processa-se em todos os restantes com base apenas na respectiva referência toponímica. Saliente-se, no entanto, que também noutras compilações analísticas é utilizado o mesmo vocábulo latino, «ciuitas», para qualificar as localidades de Viseu, Leão, Zamora e Cória – de acordo com os *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave*<sup>331</sup> –, Badajoz, Toledo e Santarém – segundo os *Anais de S. Salvador de Grijó*<sup>332</sup> – e Santarém, Lisboa, Beja e Évora – de acordo com os *Anais de St.ª Cruz de Coimbra I*<sup>333</sup> –, pelo que o seu âmbito de aplicação é consideravelmente mais alargado do que aquele primeiro texto nos faz à partida pensar<sup>334</sup>.

<sup>330</sup> Leia-se, sobre a acepção medieval do termo, Mário Jorge BARROCA, «Fortificações e povoamento...», p. 187 *passim*. Porto (desde cerca de 868), Braga (desde cerca de 870), Chaves (desde cerca de 872), Seia (desde cerca de 878), Lamego (antes de 906), Viseu (antes de 906) e S.ª Maria da Feira (antes de 972) foram, à semelhança de Coimbra, sedes de *ciuitates* criadas por Afonso III ou seus sucessores (p. 188).

<sup>331</sup> APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 296-299).

<sup>332</sup> APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 299-300).

<sup>333</sup> APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* e *Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 309-310).

<sup>334</sup> Existem, no entanto, outras localidades, como Montemor-o-Velho, Avioso, Lamego, Seia e Braga, nos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave* (APV, Recensão longa de 1079, secção III, seg. *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 294-298); Sintra, nos *Anais de S. Salvador de Grijó* (APV, Recensão longa de 1079, secção IV, seg. *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 300-301); Bama e Porto, nos *Anais de S. Mamede de Lorvão* (SS, vol. I, p. 20); e Sintra, Almada, Palmela, Alcácer do Sal, Moura e Serpa, nos *Anais*

Com este restrito universo geográfico, o compilador laurbanense procura consignar por escrito a memória de duas cidades associadas à conjuntura política da fronteira ocidental do reino das Astúrias nos finais do século IX. Porto e Coimbra são aqui mencionadas em virtude da sua importância estratégica no quadro das presúrias do território fronteiriço<sup>335</sup>, sendo ambos os casos integrados numa fórmula de construção textual análoga, que tem em linha de conta, entre outros aspectos, a data de ocorrência do acontecimento, identificada apenas com base no ano – «Era DCCCC.VI.<sup>a</sup>» ([2]) e «Era DCCCC.XVI.<sup>a</sup>» ([4]) –, e o agente responsável pelas respectivas presúrias – «ad uimarani petri» ([2]) e «ad ermegildo comite» ([4]). Assim sendo, estas cidades são recordadas em função de efemérides militares conotadas com as presúrias conduzidas por Vímara Peres, em 868<sup>336</sup>, e Hermenegildo Guterres, em 878<sup>337</sup>, as mesmas que darão origem ao paulatino processo de reorganização das estruturas administrativas da fronteira ocidental, a Sul do Minho, com base em directrizes emanadas da cúria régia ovetense, embora dinamizadas localmente por membros da nobreza tradicional hispânica descendentes dos presores<sup>338</sup>.

Embora não se encontre nenhuma outra alusão à cidade do Porto, que é citada apenas uma vez, Coimbra apresenta algumas especificidades

---

de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I (APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I e Anais de Lamego*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 309-310), cuja menção analítica se limita ao respectivo topónimo.

<sup>335</sup> Análise específica do fenómeno em Torquato de Sousa SOARES, «O repovoamento do Norte de Portugal...», pp. 196-201; e, do mesmo autor, «Despovoamento e repovoamento do Norte de Portugal nos séculos VIII ao XI», *Revista portuguesa de história*, t. XIX, 1981, pp. 1-13; para além de Paulo MERÊA, «De “Portucale” (*civitas*) ao Portugal de D. Henrique», in *Estudos de história de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2006, pp. 235-275. Para uma mais recente abordagem da progressiva individualização política e administrativa da fronteira ocidental do reino de Leão no século IX, Carlos BALIÑAS PÉREZ, «La “Estremadura” gallega altomedieval y los orígenes de Portugal», *Revista da Faculdade de Letras. História*, II série, vol. XV, t. I, 1998, pp. 144-152.

<sup>336</sup> M. Rubén GARCÍA ÁLVAREZ, «Jimeno Díaz...», p. 151, nota 51; Mário Jorge BARROCA, «Fortificações e povoamento...», p. 182.

<sup>337</sup> M. Rubén GARCÍA ÁLVAREZ, «Jimeno Díaz...», p. 149, nota 39; Mário Jorge BARROCA, «Fortificações e povoamento...», p. 183.

<sup>338</sup> As primeiras referências documentais aos territórios de Coimbra e Porto na sequência das respectivas acções de presúria surgem logo em 883 e 907 (DC 11, de 883.09.25: «territorio colimbriense»; e DC 14, de 907.04.13: «territorio bragalense et portugalense»; a este respeito, Carlos BALIÑAS PÉREZ, «La “Estremadura” gallega altomedieval...», p. 145, pronunciando-se sobre a territorialização administrativa destas duas recentes aquisições urbanas). As suas repercussões na redefinição dos sistemas administrativos do território de fronteira do reino de Leão foram também cuidadosamente avaliadas por Mário Jorge BARROCA, *Do castelo da reconquista...*, pp. 10-26.

decorrentes do facto de se encontrar associada a uma segunda efeméride analística. Ainda que único, este caso não difere da situação anteriormente apontada, uma vez que a referência a esta cidade é integrada numa fórmula textual que tem igualmente em linha de conta a data de ocorrência, aqui pormenorizada em função do ano, do mês e da festa do calendário litúrgico anual do evento – «In era millesima C.<sup>añ</sup>.<sup>a</sup> (...) in die de sancto christoforo, in mense iulius» ([5]) –, tal como do agente responsável pela respectiva conquista – «rex domno fredenando» ([5]). Nota digna de relevo é o facto de a conquista da cidade pelo rei Fernando I, em 1064, se encontrar também simbolicamente associada à festa litúrgica do santo mártir Cristóvão, comemorada no calendário hispânico a 10 de Julho<sup>339</sup> – embora o dia do mês não seja mencionado no texto analístico, como teremos a oportunidade de verificar posteriormente –, o que permite ao compilador inscrever na memória litúrgica do reino, e, por extensão, da Cristandade ocidental, um acontecimento conotado com o sucesso militar da acção régia no curso do Médio Mondego<sup>340</sup>. A propósito, recorde-se ainda o facto de este tipo de associação cronológica estar patente também nos *Anais de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave*, que situam as conquistas de Coimbra, Lamego e Viseu nas festas litúrgicas dos santos mártires Cristóvão, Saturnino e Cucufate, respectivamente<sup>341</sup>, pelo que não se

<sup>339</sup> Pierre DAVID, «Le sanctoral hispanique», in *Études historiques...*, p. 198.

<sup>340</sup> Na verdade, a conquista da cidade parece ter ocorrido antes nas vésperas da festa litúrgica do mártir da Lícia, comemorada, segundo os calendários de rito hispânico, a 10 de Julho (*Cal. cord.*, de 961, seg. trad. latina: «In ipso est Christianis festum Christofori, et sepulchrum eius est in Antiochia. <Et festum eius est in orto mirabili qui est in alia parte Cordube, ultra fluvium, ubi sunt infirmi>...»; *Cal. A.*, de 1039: «Sancti Christofori.»; *Cal. B.*, de 1052: «Sancti Christofori et comitum, Antiochia.»; *Cal. C.*, de 1055: «Sancti Christofori et comitum eius.»; *Cal. D.*, de 1066: «Sancti Christofori et comitum eius, Antio[cia].»; *Cal. E.*, de 1067: «Sancti Christofori et comitum eius martyrum, et sancte Felicitatis, martyris Christi.»; *Cal. F.*, de 1072: «Sancti Christofori et comitum eius martyrum, et sancte Felicitatis, martyris Christi.»; ed. R. DOZY e Ch. PELLAT, Leiden, 1961, p. 111; ed. Marius FÉROTIN, Roma, 1996, pp. 470-471; sem referência em José JANINI, «Dos calendarios emilianenses del siglo XI», *Hispania sacra*, vol. XV, n.º 29, 1.º semestre de MCMLXII, pp. 177-195), o que a coloca antes a 9, conforme apontam as restantes tradições analísticas dos séculos XI e XII (sobre esta questão em particular, leiam-se A. Botelho da Costa VEIGA, «Solução do problema cronológico da segunda reconquista cristã de Coimbra», *Brotéria*, vol. XXVI, fasc. V, Maio de 1938, pp. 557-560; e Torquato de Sousa SOARES, «Reflexões à volta da segunda conquista de Coimbra aos mouros», in *Homenage a Fray Justo Pérez de Urbel*, I, Silos, 1976, pp. 183-195). Pronunciar-nos-emos mais tarde sobre a problemática de alteração da data introduzida por outros relatos mais tardios, que nos dão como data de ocorrência do acontecimento o dia 25 de Julho.

<sup>341</sup> APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 296-297). Questão afluída em Luís G. de AZEVEDO, «Idade Média. Notas de história e de crítica», *Brotéria*, vol. II, fasc. I, Janeiro de 1926, p. 106.

trata verdadeiramente de uma inovação introduzida nos inícios do século XII pelo compilador laurbanense.

No que respeita a Bama, vila situada no comisso de Picosacro, nas proximidades da Corunha, a efeméride recordada pelo autor integra-se num registo semântico substancialmente diferente do verificado nos casos anteriores. Nestes, como vimos, o que predomina é a valorização da componente militar dos feitos do passado, enquanto que, naquele caso, o que está patente é a consagração da vila como *locus* fúnebre, associado ao falecimento, em condições desconhecidas, do presor portugalense. A localidade é mencionada apenas tendo em conta a estância aí efectuada pelo rei das Astúrias, Afonso III, em 873, no mesmo ano em que se regista o óbito de Vímara Peres, seis dias após a chegada do monarca, embora se saiba ter sido politicamente confiada ao seu filho, Lucídio, quando este assumiu funções de governador dos comissos de Picosacro e Postmarcos<sup>342</sup>. Neste sentido, não nos parece lícito que a referência avançada pelo compilador se possa identificar, como tem sido por vezes reiteradamente apontado, com a localidade portuguesa de Guimarães<sup>343</sup>, mas antes com a vila supra-citada, para onde Afonso III se desloca na sequência de uma reunião da cúria régia em Braga, tendo como objectivo, por incitação do próprio presor, o

---

<sup>342</sup> M. Rubén GARCÍA ÁLVAREZ, «Jimeno Díaz...», p. 151.

<sup>343</sup> Para uma mais pormenorizada análise da questão, leiam-se Pierre DAVID, «Vama et Guimarães», *Revista portuguesa de história*, t. III, 1947, pp. 189-195; M. Rubén GARCÍA ÁLVAREZ, «Jimeno Díaz...», pp. 150-152; e A. de Almeida FERNANDES, «Que deve “Portugal”...», pp. 147-149. O primeiro trabalho, que reúne as mais significativas informações sobre a problemática de identificação do topónimo, deve ser lido à luz do que escreveram Luís de CACEGAS, «Idade Média. Notas de história e de crítica», *Brotéria*, vol. XXI, fasc. IV, Julho de 1923, pp. 277-278; Mário CARDOZO, «O testamento de Mumadona, fundadora do mosteiro e castelo de Guimarães na segunda metade do século X», *Revista de Guimarães*, vol. LXXVII, n.ºs 3-4, Julho-Dezembro de 1967, p. 282; também deste último autor, «Vimara Peres e Guimarães», pp. 128-139; e Manuel CARRIEDO TEJEDO, «Los episcopologios portugueses en los siglos IX y X, a través de dos obispos de Oporto, Froarengo (890-918) y Hermogio (923-927), y su situación a comienzos del siglo XI», *Bracara Augusta. Revista cultural de regionalismo e história da Câmara Municipal de Braga*, vol. XLVIII, n.ºs 101-102 (114-115), 1998/99, pp. 313 e 356, nota 13. A análise dos topónimos do território vimaranense inventariados por P.º Avelino de Jesus da COSTA («Povoamento e colonização do território vimaranense nos séculos IX a XI», in *Congresso histórico de Guimarães e sua colegiada. Actas*, vol. III: *Comunicações*, Guimarães, s.n., 1981, pp. 149-159 e 169-196) também não deixa margens para a identificação de Bama com Guimarães, termo que o autor, na peugada de Torquato de Sousa Soares, Mário Cardozo, F. C. Pires de Lima, A. de Almeida Fernandes e Joseph-Maria Piel, considera derivado do antropónimo de origem germânica *Vimara*, relacionado com uma obscura personagem de época suévica ou visigótica e não com o presor portugalense (pp. 143 e 152, com referências bibliográficas).

repovoamento da cidade e a delimitação do respectivo termo<sup>344</sup>, e acaba por encontrar o satélite do palácio no seu leito de morte.

Com base nestes dados, não podemos deixar de ter em consideração que as informações avançadas pelo compilador podem ser transpostas para o mais específico e concreto plano da análise geoestratégica. O quadro espacial abrangido pelo texto associa-se a dois núcleos da acção cristã no território de Entre-Minho-e-Mondego, entre os finais do século IX e os finais do século XI, sendo a sua representatividade variável de acordo com a natureza dos acontecimentos registados para cada caso.

O que se sublinha a propósito de Coimbra é, acima de tudo, a vitória da facção cristã na fronteira do Mondego, oscilante sob o ponto de vista administrativo – facto que se reflecte na existência de duas notícias que se reportam à conquista da localidade pelos exércitos cristãos, sem pressupor com isso qualquer indicação sobre a sua intermédio tomada pelas forças muçulmanas –, embora simultaneamente associada à acção de dois dos mais destacados membros da realeza e nobreza cristãs hispânicas. Não admira que, sob o ponto de vista textual, a ênfase recaia sobre esta cidade, uma vez que ela corresponde à sede da diocese sob cuja alçada se encontra o mosteiro de Lorvão, centro das querelas eclesiásticas que animam o tempo em que se dá a fixação do texto.

O mesmo não pode dizer-se a respeito da cidade do Porto. Ainda que esta cidade se encontre também associada à política régia para o território de fronteira, a singularidade do caso portugalense parece ir muito para além do

---

<sup>344</sup> No preâmbulo do diploma de restauração da Sé de Braga, de 27 de Abril de [881], é feita referência a uma primeira assembleia que teve lugar naquela localidade no sétimo ano do reinado de Afonso III, ou seja, em 873 (LF 16, de [881].04.27). O diploma recorda a participação de Vímara Peres, para além de outros condes e bispos, na assembleia, e diz ter sido o monarca asturiano por estes aconselhado no sentido de se repovoar o território portugalense, ocupado cinco anos antes. Chamada a população para essa empresa e divididas as terras entre os *fili bonorum* no quadro das acções de presúria, decidiram depois proceder ao repovoamento do território bracarense. Vímara Peres, o bispo Rosendo de Mondonhede-Dume e seu irmão Leoverigo, junto com alguns representantes de Salnés e Lugo, efectuaram então a inquirição do termo da cidade de Braga, antiga sede metropolitana. Delimitado o termo, Afonso III confirmou a sua posse ao bispo Flaviano, residente em Lugo (LF 17 e 18, de [905-910].01.28). Sobre este assunto, leia-se Avelino de Jesus da COSTA (P.), *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga*, vol. I, Braga, Edição da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997, pp. 48-55; com mais pormenores em M. Rubén GARCÍA ÁLVAREZ (Prof. Doutor), «A reconquista de Braga e a repoboación do País», *Bracara Augusta. Revista cultural de regionalismo e história da Câmara Municipal de Braga*, vol. XXIII, Janeiro-Junho de 1969, n.º 55 (67), pp. 60-61.

facto de esta localidade ser vista como palco da acção militar das forças cristãs asturianas no quadro das presúrias afonsinas. À semelhança do que constatámos a respeito de Coimbra, cuja notícia de conquista, importa reforçar mais uma vez, é em tudo paralela à do Porto, ela encontra-se associada à acção de um destacado membro da nobreza hispânica. O que a diferencia da efeméride relativa àquela outra cidade é antes o facto de o autor não lhe ter associado qualquer protagonista régio, caso que, na sequência do que temos vindo a constatar, aponta para uma tendencial projecção analítica de Coimbra como palco simultâneo de acção da realeza e nobreza hispânicas em contexto asturiano-leonês, numa diacronia que enquadra todas as restantes efemérides.

No que concerne a Bama, o que importa sublinhar é principalmente o facto de o compilador ultrapassar sob o ponto de vista semântico um registo narrativo associado apenas à representação de feitos de guerra, característicos das sociedades de fronteira, para apresentar uma visão da localidade consentânea com a importância política por si alcançada como parte integrante do comisso de Picosacro, registando neste caso o óbito daquele que é aí tido como um dos mais influentes membros da nobreza condal portugalense e a estância efectuada pelo máximo representante da monarquia asturiana. A sua memória é, portanto, valorizada na qualidade de *locus* fúnebre, aspecto que se evidencia quando o autor recupera a propósito de Bama a memória do local em que terá alegadamente morrido o agente responsável pelo estabelecimento da ordem régia asturiana na cidade do curso terminal do Douro, diferenciando-se desta forma da tónica acentuadamente militar que recai sobre as localidades já apontadas.

### **III.1.2. Estruturar o passado**

Para o efeito, o compilador procede à selecção das efemérides que, uma vez transpostas para o registo escrito, podem conferir à comunidade uma identidade simbolicamente sintetizada num conjunto de factos passados, que valorizam e enaltecem o presente monástico. Na prossecução destes objectivos, pauta as suas observações por um conjunto de quatro coordenadas fundamentais – os tempos, os espaços, os agentes e os modos da acção –,



que lhe permitem configurar uma imagem revitalizada do presente com base na reivindicação dessa memória pretérita.

#### **a) A revitalização do passado distante**

Em primeiro lugar, cumpre salientar o facto de as efemérides registadas pelo compilador se reportarem a acontecimentos ocorridos predominantemente num passado distante. Não é estranho que assim seja. Os factos reportáveis a essa época são também aqueles que configuram um quadro de maior prestígio social para a comunidade monástica, por comparação às efemérides que definem a sua agenda institucional no momento em que, decorridos os primeiros anos do século XII, o texto recebe fixação definitiva.

Ao adoptar esta posição pouca isenta em relação à memória pretérita, o compilador recorda a importância alcançada pela comunidade na sequência da presúria de Coimbra por Hermenegildo Guterres, associando, num registo paralelo, o percurso do mosteiro ao do condado de Coimbra, aqui identificado com a autoridade delegada pelo rei Afonso III das Astúrias no território de fronteira nos finais do século IX. Ao fazê-lo, não deixa de considerar que a recordação desse momento, porque inscrito num passado longínquo, confere também legitimidade à autonomia do colégio monástico, num presente que se destaca pelo facto de o destino do colectivo religioso estar condicionado pela oposição das autoridades públicas.

Para além disso, o compilador não se coíbe de associar a esta tentativa de legitimação dos interesses monásticos, que ganha sentido no quadro da restauração da comunidade religiosa nos inícios do século XII, um acontecimento sincrónico da efeméride antes mencionada, identificado com a presúria do Porto por Vímara Peres. A recordação deste evento parece seguir os objectivos previamente explanados, ainda que alargando o seu âmbito de acção e representação ao condado de Portucale, território estrategicamente inserido e reivindicado pela memória colectiva num momento em que, na sequência da fusão de ambos os condados, aquela primeira entidade política já não possui uma identidade própria. Neste sentido, o compilador reclama para o mosteiro uma memória de um passado longínquo que em pouco ou nada se

relaciona com a história da comunidade – conhecidas como são as rivalidades que agitam os ânimos das famílias patronais laurbanense e vimaranense nas décadas subsequentes às presúrias de fronteira, como o recorda um diploma que nos fala da guerra civil chefiada por Gonçalo Moniz de Coimbra e Gonçalo Mendes de Portucale, de que resultará um conflito militar entre as duas facções condaís no lugar de S. Mamede<sup>345</sup> –, mas que pode ser ainda referenciado como forma de conferir legitimidade à autonomia do colégio monástico.

Com base nestas efemérides, torna-se fácil notar que parte do intuito do compilador reside na tentativa de recuperar num passado distante os factos que podem enquadrar a visão da comunidade monástica sobre o tempo presente. É certo que a sua memória recai ainda sobre acontecimentos bem mais recentes, que, em termos gerais, são também recordados noutras compilações analísticas. Referimo-nos aqui à data de conquista da cidade de Coimbra pelo rei Fernando I, em 1064, que outras narrativas historiográficas igualmente comemoram – assim os *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave*<sup>346</sup> –, tal como à morte do rei Afonso VI de Leão, em 1109, associável a várias outras entradas assentes no pressuposto comemorativo dos momentos fúnebres régios – assim em todas as obras que temos vindo a citar<sup>347</sup> –, representadas respectivamente nas notícias [5] e [6]. Aquilo que parece singularizar esta compilação analística é o facto de ela ser a única que, por um lado, se reporta a acontecimentos ocorridos no século IX – as duas presúrias citadas nas notícias [2] e [4] são disso exemplo, como o são as lembranças sobre a morte do rei Ordonho I e a unção de Afonso III como novo monarca, tal como a deslocação do rei a território galego, coeva da morte do presor Vímara Peres, transmitidas respectivamente nas notícias [1] e [3] –, e, por outro, enumera, em

---

<sup>345</sup> DC 340 (1045.03.31). Estamos consideravelmente mal informados sobre este acontecimento, embora se pense que ele esteja de alguma forma relacionado com as situações de tensão acumulada entre os dois condes nas vésperas do levantamento de Bermudo II, no decurso do qual é provável ter morrido Gonçalo Moniz.

<sup>346</sup> Para os *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave*, APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II e Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 294 e 297).

<sup>347</sup> Para os *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave*, APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II e Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 295 [Afonso V de Leão], 296 [Bermudo III de Leão], 297 [Fernando I de Leão] e 298 [Sancho de Castela]); para os *Anais de S. Salvador de Grijó*, APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 301 [Afonso VI de Leão]); e, para os *Anais de St.ª Cruz de Coimbra I*, APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I e Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 308 [Afonso VI de Leão] e 309 [Afonso VII de Leão] e [Mafalda de Portugal]).

paralelo, os nomes de alguns reis leoneses e abades laurbanenses que governaram os destinos monásticos ao longo da centúria seguinte, conforme se depreende da análise cruzada das listas presentes em [NA] e [NR] com as cartas exaradas pela comunidade e compiladas no *Livro dos testamentos*.

Se, como vimos, o compilador de S. Mamede de Lorvão invoca apenas os nomes de Vímara Peres e Hermenegildo Guterres, o de St.º Tirso de Riba de Ave revela-se, ao invés, bastante mais prolífico, uma vez que recorda a acção dos condes Mendo [Gonçalves]<sup>348</sup>, Alvito Nunes<sup>349</sup>, Nuno Alvites<sup>350</sup>, Mendo [Luz] ou Mendo [Nunes]<sup>351</sup> e Nuno Mendes<sup>352</sup>. Entre os dois textos, e tendo em conta apenas este dado, estabelece-se logo à partida uma clara distinção: é que o primeiro recorda, com o registo de uma única geração, a memória dos antepassados fundadores das famílias condais portugalense e conimbricense; e o segundo, por sua vez, detém-se apenas sobre a memória da primeira família condal, embora registando a presença de cinco gerações diferenciadas.

Na prática, isto significa mais uma vez que a memória do passado condal é, no primeiro caso, tributária da percepção de um tempo distante, verificando-se no segundo uma situação que tende antes a valorizar a percepção de um tempo cronologicamente mais recente: nos *Anais de S.*

---

<sup>348</sup> APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Chronica gothorum*: «Era 1046, 2º nonas octobris occisus fuit comes Menendus.» (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 295). José MATTOSO, «As famílias condais portugalenses dos séculos X e XI», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa...*, pp. 111-112, ref.<sup>a</sup> D.

<sup>349</sup> APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Chronica gothorum*: «Era 1054, 8º idus septembris veniunt Lormanens ad Castellum Vermudii quod est in provincia Bracharensi; comes tunc ibi erat Aluitus Nuniz.» (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 295). José MATTOSO, «As famílias condais portugalenses dos séculos X e XI», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa...*, pp. 83-84, ref.<sup>a</sup> E.

<sup>350</sup> APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Chronica gothorum*: «Et in ipso anno [Era 1056] obiit magnus comes Nunus Aluitis.» (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 295). José MATTOSO, «As famílias condais portugalenses dos séculos X e XI», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa...*, p. 84, ref.<sup>a</sup> F.

<sup>351</sup> APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa* II: «Era Mª LXXª IIª occisus fuit comes Menendus in ripa Guetanie VIIIº kalendas ianuarias.» (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 295). José MATTOSO, «As famílias condais portugalenses dos séculos X e XI», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa...*, pp. 82 (C2) ou 85-86, ref.<sup>a</sup> G.

<sup>352</sup> APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Chronica gothorum*: «Era 1109, 15º calendae februarii Portugalenses commiserunt prelium aduersus regem Domnum Garsiam filium regis Domni Fernandi, habebantque tunc caput in ipso bello comitem Nuno Menendiz; periit ipse ibi et cuncti alii sui fugerunt; obtinuit autem rex de illis uictoriam in loco qui dicitur Petrosus inter Bracharam et fluvium Cavado.» (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 298). José MATTOSO, «As famílias condais portugalenses dos séculos X e XI», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa...*, p. 86, ref.<sup>a</sup> H.

*Mamede de Lorvão*, as três efemérides que atestam a dinâmica da figura condal reportam-se a acontecimentos ocorridos apenas no século IX<sup>353</sup>, enquanto, nos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave*, ela é posta em correlação com eventos situados ao longo de todo o século XI<sup>354</sup>. No que respeita às acções condais propriamente ditas, o primeiro abrange uma diacronia de dez breves anos, situada entre 868 e 878 e balizada pelas presúrias do Porto [2] e Coimbra [4]. Já o segundo apresenta uma cronologia bastante mais dilatada no tempo, perfazendo um total de sessenta e três anos, situada entre 1008 e 1071 e definida pelos óbitos de Mendo [Gonçalves] e Nuno Mendes.

Estas observações remetem-nos para um domínio de análise em que é possível notar algumas significativas diferenças no sistema de representações que cada uma das compilações analísticas constrói a propósito da noção de tempo. Essa diferença é, em termos gerais, tributária de distintas formas de percepção do registo cronológico, apesar de, na sua essência, ambos os textos seguirem os mesmos critérios de seriação e enumeração de dados. Se o compilador de *S. Mamede de Lorvão* restringe a sua análise a um momento sincrónico do passado condal, já o de *St.º Tirso de Riba de Ave* opta claramente por dar uma visão diacrónica do mesmo. Este aspecto permite-nos falar mais uma vez de substanciais divergências na forma como se concebe e projecta a imagem do protagonismo condal: por um lado, porque o tempo sincrónico revela uma intenção por parte do primeiro compilador em encontrar no passado um momento específico, marcado pela sua excepcional singularidade, que deve ser destacado como o instante que sumaria as memórias a recuperar e enaltecer no presente; por outro, porque o tempo diacrónico permite uma acumulação de eventos na longa duração, criando assim a ideia de um passado que pode ser progressivamente decomposto pelo

---

<sup>353</sup> Eras de 906 (868), 911 (873) e 916 (878), que marcam o início do processo de afirmação da identidade condal nos restritos meios políticos do reino, no momento em que se lançam as bases para a estruturação administrativa dos dois condados na sequência das presúrias de fronteira (SS, vol. I, p. 20, seg. as notícias [2], [3] e [4]).

<sup>354</sup> Eras de 1046 (1008), 1054 (1016), 1056 (1018), 1072 (1034) e 1109 (1071), que correspondem a um período de acelerado declínio da representatividade condal nos círculos políticos do reino, em grande medida tributário da sua estreita dependência da esfera régia no momento em que se agudiza a crise da monarquia leonesa (APV, Recensão longa de 1079, secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 295 e 298).

segundo compilador em função das memórias que considera dignas de maior recordação.

Uma vez que das seis notícias compiladas pelo compilador quatro se reportam a eventos ocorridos no século IX (66,66%) e apenas duas se reportam a factos passados nos séculos XI e XII (33,33%), ou seja, nos tempos mais próximos da fixação dos anais, é lícito dizer que o monge procura ao longo do texto sublinhar uma ideia de memória longínqua, com a qual estrutura e dá consistência à maior parte dos eventos por si recordados. Paralelamente, ao fazê-lo, recupera na escala do tempo memórias próximas do percurso inicial do mosteiro, ainda que cronologicamente distantes em relação ao tempo presente. Apesar de o apoio conferido pela nobreza à comunidade religiosa nessa época remota não passar apenas de uma memória histórica – a relativa secundarização da comunidade, a favor de outras instituições religiosas, era um facto incontestável na época em que se copiou o texto –, a sua atenção volta-se para um tempo em que os reis e os condes constituem, de facto, forças coadjuvantes dos interesses comunitários. No entanto, porque desactualizado à luz daquilo que era o seu recente enquadramento, essa premissa parece ter exigido da parte do compilador a necessidade de procurar na memória longínqua os elementos que melhor atestavam a anterior condição privilegiada do colectivo monástico. Tal facto não poderia deixar de passar pela revitalização do passado distante, tempo em que radicavam essas memórias excepcionais e que podia ser agora revisitado em função de necessidades concretas.

#### **b) A interacção entre reino e fronteira**

Importa, em segundo lugar, ressaltar o facto de a memória analítica recair sobre feitos do passado localizados na geografia histórica do território cristão hispânico. A localização é feita maioritariamente tendo como referência os núcleos de representação e afirmação do poder condal conimbricense e portugalense no contexto da monarquia asturiano-leonesa. Estes remetem-nos, nas suas linhas gerais, para duas realidades estruturantes da história da região, divergentes quanto à sua natureza territorial, mas nem por isso

deixando de revelar entre si uma certa complementaridade ao nível das dinâmicas históricas: por um lado, o reino, e, por outro, a fronteira.

O primeiro aspecto a reter prende-se com o facto de o texto não ser suficientemente claro quanto a eventuais discrepâncias na forma como se concebem as noções de centro e periferia<sup>355</sup>. Esta dificuldade deve-se, naturalmente, à sua concisão. Por um lado, parece haver aqui uma certa consciência relativamente à ideia de reino, dada pela utilização do termo «regno» no momento em que se comemora, na notícia [1], a unção do monarca Afonso III no dia de Pentecostes. Esta referência, contudo, não tem propriamente um sentido territorial, devendo antes entender-se como uma realidade alusiva ao conjunto das instâncias que configuram a noção de realeza sagrada à qual se ascende por via dos mistérios litúrgicos da Igreja. Por outro, registre-se que também ali não existe qualquer termo que exprima a singularidade fronteiriça do território ocidental hispânico, como se as localidades do Porto e de Coimbra mencionadas em [2], [4] e [5] se inscrevessem, sem qualquer distinção entre si, numa ordem de lugares onde se inserem outros que, dada a sua situação geográfica, escapam à ideia de fronteira. Inclui-se neste grupo a localidade de Bama, a única que, para além daquelas duas presúrias, merece a atenção do compilador, nomeadamente na notícia [3], onde é colocada a par das duas figuras que personalizam as duas ideias em apreço: o rei Afonso III e o presor Vímara Peres.

O segundo aspecto a reter vem na linha de continuidade da afirmação que acabámos de fazer. As personagens que dinamizam a acção analística, independentemente da função que desempenham no organigrama administrativo hispânico ou mesmo da sua maior ou menor posição na hierarquia social, encontram-se indistintamente associadas aos dois conceitos em epígrafe. No seu conjunto, movimentam-se entre localidades integradas no reino de Leão e outras que associamos ao território de fronteira – os futuros condados de Portucale e Coimbra, cuja existência é prenunciada no texto pelo consignar das respectivas presúrias nas notícias [2] e [4].

---

<sup>355</sup> Não admira que assim seja, uma vez que este tipo de diferenciação não se coaduna com a natureza sintética do texto analístico. Ela torna-se mais visível no momento em que começam a divulgar-se em território hispânico obras com um mais acentuado conteúdo narrativo, como as diversas obras da produção cronística peninsular.

Uma vez que se encontram aqui escassamente representados os topónimos que se reportam a uma mais ampla forma de enquadramento espacial, atenta à escala peninsular ibérica<sup>356</sup>, o que predomina é um sentimento de valorização das memórias locais e regionais conotadas com o território de fronteira, embora em clara interacção com as memórias mais prestigiantes do reino. Para além disso, a geografia considerada surge sempre em relação com a causa cristã, mesmo nos casos em que os acontecimentos nela ocorridos pressupõem um confronto aberto com o oponente muçulmano. Não existe qualquer menção explícita à presença, activa ou passiva, de forças muçulmanas no território globalmente considerado pelo compilador, embora o relato das sucessivas empresas militares por si comemoradas pressuponha o tácito entendimento de que estas acções ocorrem no quadro específico dos conflitos entre a Cristandade e o Islão peninsulares. Esta imagem é, aliás, corroborada pela análise das restantes compilações analísticas, cujo tópico estruturante continua a ser o ideológico confronto entre as duas religiões dominantes no espaço peninsular ibérico entre os finais do século X e os finais do século XII, para nos limitarmos apenas à cronologia dos relatos aí contidos. Mas também é um facto que aquelas seis entradas analísticas não particularizam sequer a condição religiosa cristã das personagens que empreendem os feitos de guerra do passado, senão através de pormenores que nos remetem para outras simbólicas esferas de acção e representação, e que, pelo seu significado intrínseco, integram o alargado universo dos agentes do poder no seio da Cristandade peninsular. Referimo-nos, naturalmente, à noção de realeza que o texto reflecte, expressa pela recorrente utilização do vocábulo «rex» em [NR], tal como nas notícias [1], [3], [5] e [6], como forma de designar a mais alta instância política do reino de Astúrias-Leão, identificada

---

<sup>356</sup> Leia-se, sobre esta questão em particular, Pablo ÁLVAREZ RUBIANO, «El concepto de España según los cronicones de la Alta Edad Media», *Príncipe de Viana*, ano III, n.º 7, 2.º trimestre de 1942, pp. 149-154; com uma extensa relação de documentos medievais onde se atesta o topónimo *Hispania* em Alfredo PIMENTA, «A palavra *Hispania* nos documentos medievais», in *Idade-Média (problemas & soluções)*, Lisboa, Edições Ultramar, 1946, pp. 21-61. Numa mais recente análise de conjunto, também António José da Silva Botas REI (*O louvor da Hispânia na cultura letrada peninsular medieval. Das suas origens discursivas ao apartado geográfico da Crónica de 1344*, Lisboa, 2007 [Edição policopiada da Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa]) procurou compreender a evolução da ideia de Hispânia entre a Antiguidade e a Idade Média. Nas pp. 97-116 e 210-213, debruça-se especificamente sobre a recepção do conceito na produção letrada em contexto moçárabe.

com um conjunto de sete monarcas: Ramiro II, Sancho I e Bermudo II, por um lado, e Ordonho I, Afonso III, Fernando I e Afonso VI, por outro. Mas temos também em consideração a mais abrangente noção de rito, transfiguradora de identidades e memórias, em que integramos a unção régia de Afonso III de acordo com as canónicas molduras litúrgicas do seu tempo [1]; para já não falar dos óbitos dos reis Ordonho I [1] e Afonso VI [6], tal como do do presor Vímara Peres [2], paralelamente a outras fontes analísticas e cronísticas em que o tópico se encontra igualmente bem representado; e, sobretudo, as ocorrências do calendário litúrgico cristão identificadas com o dia de Pentecostes [1] e a festa do santo mártir Cristóvão [5], estas facilmente enquadráveis num contexto religioso próprio. Integrando ainda mesma esfera semântica, mas, talvez, primando pelo facto de ter um carácter mais ambíguo em relação às três noções antes apontadas, surge-nos também neste contexto a ideia de guerra, aqui de certa forma relacionada com o anterior universo semântico. Nestes últimos casos, a sua associação ao conjunto dos poderes que definem a Cristandade peninsular faz-se tendo em linha de conta os antropónimos referidos a propósito daquelas personagens, que, em termos gerais, nos remetem para o mundo cristão.

A este dado junta-se também um outro aspecto não despreciando, que se relaciona com a adscrição, independentemente da sua situação geográfica em território hoje português ou galego, dos três locais referidos no texto à acção dos membros fundadores da nobreza tradicional hispânica instalada na fronteira ocidental, a Sul do Minho, do reino das Astúrias nos finais do século IX. Essa adscrição não tem paralelos no que respeita à acção da monarquia cristã hispânica, que surge apenas associada a dois dos três locais ali mencionados. Referimo-nos, naturalmente, a Bama e a Coimbra, palcos de acção de Afonso III e Fernando I nas notícias [3] e [5], respectivamente. Assim sendo, por haver aqui um reafirmar da memória de um passado construído sobre particularismos locais e regionais, apesar de integrados na suposta ordem centralizadora do reino, é possível direccionar o foco da atenção analística sobre os agentes que configuram a identidade política e administrativa do território de fronteira – os condes –, ainda que estes surjam num tácito compromisso militar com as figuras régias.



### c) O protagonismo régio e condal

Em terceiro lugar, torna-se também necessário dizer que, ao efectuar o selectivo registo de uma memória régia e condal, o compilador coloca a tónica sobre um momento basilar da história ocidental hispânica que assiste ao estabelecimento dos poderes fundadores e estruturadores da identidade política e administrativa do território de fronteira nos séculos IX a XI.

Este aspecto é posto em evidência no momento em que se regista textualmente a acção de reis e de condes que intervêm na política da região. A memória analística recai sobre Ordonho I<sup>357</sup> e Afonso III<sup>358</sup>, os monarcas asturianos sobre os quais impende a génese do processo de reorganização das estruturas políticas e administrativas do território ocidental hispânico, a Sul do Minho, na segunda metade do século IX; para além de Fernando I e Afonso VI, que, no caso vertente, prolongam a memória da monarquia asturiana num momento identificado com a dinástica afirmação das acções de conquista e expansão territorial cristã, em contexto leonês, na fronteira ocidental hispânica, no quadro das incursões militares impulsionadoras de uma memória textual de guerra ofensiva nos vales do Douro e do Mondego<sup>359</sup>. Embora nenhum daqueles dois primeiros reis seja relacionado com a conjuntura de fronteira – ao contrário do que acontece com Fernando I, associado à conquista cristã de Coimbra –, parece-nos lógica a sua aproximação a este referente memorial, pelo facto de se recordarem as duas presúrias conduzidas, sob mandato régio, pelos magnatas Vímara Peres<sup>360</sup> e Hermenegildo Guterres<sup>361</sup>, tanto mais que

---

<sup>357</sup> Sobre a recepção da memória régia no ciclo cronístico asturiano, comparem-se *Crón. alb.*, 46; e *Crón. Af. III*, 16 (ed. Yves BONNAZ, Paris, 1987, pp. 25 e 55-59; com os respectivos comentários textuais nas pp. 92-94 e 211-222).

<sup>358</sup> Sobre a construção da imagem régia no ciclo cronístico asturiano, comparem-se *Crón. alb.*, 47; e *Crón. Af. III*, 17 (ed. Yves BONNAZ, Paris, 1987, pp. 25-30 e 59; com os respectivos comentários textuais nas pp. 94-104).

<sup>359</sup> Para uma compreensão global da matéria a partir da analística medieval portuguesa dos séculos XI e XII, leia-se a síntese proposta por Armando de Sousa PEREIRA, «A reconquista entre o Douro e o Tejo nos anais monásticos dos séculos XI e XII», in *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)* (Actas dos seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003, e Porto, 4 e 5 de Abril de 2003; coordenação de Mário Jorge BARROCA e Isabel Cristina F. FERNANDES), Palmela, Câmara Municipal de Palmela – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 103-110.

<sup>360</sup> Presor contemporâneo das acções militares protagonizadas por Rodrigo, primeiro conde de Castela (860-873), de acordo com Gonzalo MARTÍNEZ DíEZ, *El condado de Castilla (711-1038)*..., pp. 147-160.

cabe ao primeiro dos presores uma distinta associação textual a Afonso III no momento em que é anunciada a sua morte.

A recordação de um passado caracterizado pela acção de reis e de condes pode considerar-se uma característica estruturante da analística laurbanense. Nenhum outro texto do complexo analístico portugalense parece construir-se de acordo com esta ideia, sublinhando antes a política de aparente cooperação ou complementaridade entre reis e infanções, em detrimento dos condes, na empresa de *libertação da Hispânia*. No entanto, convém sublinhar que essa ideia apenas faz sentido se a integrarmos no quadro das relações que estas personagens da história política da fronteira ocidental hispânica mantiveram com o mosteiro de Lorvão. Se o autor não se coíbe de referir a participação dos reis ovetenses e leoneses, tal como dos condes conimbricense e portugalense, nas efemérides que invoca ao longo do texto, também não deixa de ter em linha de conta que estes dois agentes políticos representam os protagonistas dos eventos do passado relacionados com o percurso da comunidade.

Esta constatação não se encontra destituída de fundamentos textuais concretos. Se as restantes tradições analísticas medievais portuguesas dos séculos XI e XII, representadas pelos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave*, *S. Salvador de Grijó* e *St.ª Cruz de Coimbra*, adoptam um posicionamento similar em relação ao prestígio das realezas cristãs hispânicas<sup>362</sup>, destacando, na sua generalidade, a acção de monarcas tão determinados nos seus intuitos políticos e militares como Fernando I<sup>363</sup> e Afonso VI de Leão<sup>364</sup>, tal como, um

---

<sup>361</sup> Presor contemporâneo das intervenções militares empreendidas por Diogo Rodrigues, segundo conde de Castela (873-885), de acordo com Gonzalo MARTÍNEZ DíEZ, *El condado de Castilla (711-1038)*..., pp. 161-185.

<sup>362</sup> O tópico régio é, de facto, transversal a toda a produção analística até aqui considerada, conforme constatou Carla Alexandra Serapicos SILVÉRIO, «A imagem da realeza na analística medieval portuguesa dos séculos XI e XII», in *2.º congresso histórico de Guimarães. Actas do congresso*, vol. 3: *D. Afonso Henriques na história e na arte*, s.l., Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996, pp. 33-40. Comparativamente, embora partindo de uma análise centrada essencialmente em fontes cronísticas, Manuel Alejandro RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, «Ideología política y crónicas monásticas: la concepción cluniacense de la realeza en la España del siglo XII», *Anuario de estudios medievales*, 30/2, 2000, pp. 681-734.

<sup>363</sup> Para os *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave*, APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II e Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 294 e 296-298), com oito notícias atribuíveis às eras de 1095 (1057), 1096 (1058), 1102 (1064), 1103 (1065), 1109 (1071) e 1110 (1072). Para os *Anais de S. Salvador de Grijó*, APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 301), com uma única notícia, datada da era de 1147 (1109).

pouco mais tardiamente, Afonso I de Portugal<sup>365</sup>, já a memória que elas registam da autoridade condal não segue de forma alguma o mesmo modelo, verificando-se nítidas divergências quanto à perspectiva em que é encarado o real protagonismo histórico dos condes. Se estes textos são globalmente unânimes em considerar os reis de Leão e Portugal como os protagonistas de um dinâmico passado de fronteira, pautado por consecutivos sucessos militares, o mesmo não pode afirmar-se quanto à imagem que eles nos transmitem das figuras condaís, claramente valorizadas pelo monge de Lorvão, mas, pelo contrário, descridibilizadas pelo monge de St.º Tirso de Riba de Ave. Nas obras produzidas nos mosteiros de S. Salvador de Grijó e St.ª Cruz de Coimbra, por sua vez, a memória condal chega a ser totalmente silenciada. Este aspecto decorre do facto de estes dois textos condensarem uma memória selectiva dos agentes que protagonizam o passado de fronteira, salientando, fundamentalmente, a acção dos monarcas cristãos hispânicos e recuperando, entre outros, os dois mais recentes modelos de realeza sagrada a que o compilador laurbanense faz referência nas notícias [5] e [6], relativas a Fernando I e Afonso VI. O silêncio que sobre ela recai entre estes compiladores pode ainda relacionar-se com o facto de os textos escritos nos dois mosteiros iniciarem a sua enumeração de efemérides em data posterior à morte de Nuno Mendes, o último conde de Portucale, na batalha de Pedroso, em 1071<sup>366</sup>. No primeiro caso, o registo historiográfico inicia-se no ano de 1085, e, no segundo, em 1109, sendo, por um lado, catorze, e, por outro, trinta e oito anos posterior à data da batalha decorrida nas imediações da cidade de

---

<sup>364</sup> Para os *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave*, APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 298-299), com duas notícias atribuíveis às eras de 1110 (1072) e 1115 (1077). Para os *Anais de S. Salvador de Grijó*, APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 299-302), com seis notícias atribuíveis às eras de 1123 (1085), 1124 (1086), 1131 (1093), 1147 (1109) e 1151 (1113). Para os *Anais de St.ª Cruz de Coimbra I*, APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* e *Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 308), com uma única notícia, datada da era de 1147 (1109).

<sup>365</sup> Para os *Anais de S. Salvador de Grijó*, APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 302), com uma única notícia, datada da era de 1151 (1113). Para os *Anais de St.ª Cruz de Coimbra I*, APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* e *Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 308-310), com seis notícias atribuíveis às eras de 1177 (1139), 1185 (1147), 1196 (1158), 1200 (1162) e 1204 (1166).

<sup>366</sup> Sobre este último acontecimento, na sua relação particular com o compilador de St.º Tirso de Riba de Ave, veja-se José MATTOSO, «Ricos-homens, infanções e cavaleiros», in *Obras completas*, vol. 5: *Ricos-homens, infanções e cavaleiros...*, pp. 17-18.

Braga<sup>367</sup>. Ao silenciar a tradição condal, em relação à qual os compiladores de Lorvão e St.º Tirso de Riba de Ave se mostram tão sensíveis – embora, como apontámos mais acima, situando-se em pólos opostos –, aqueles textos imprimem sobre a narrativa analística um protagonismo assumido essencialmente por grupos de reis e infanções, estirpe nobre em ascensão na moldura social ibérica dos séculos XI e XII.

É, portanto, fácil constatar como existem notórias variações de ordem simultaneamente qualitativa e quantitativa no modo como é invocada a memória paradigmática do passado condal na analística tirsense e laurbanense. Essas variações não podem deixar de reflectir distintos processos monásticos de construção e representação social da imagem nobre, projectada sobre a identidade das famílias condaís cuja implantação em território de fronteira ocorre na sequência das presúrias afonsinas. A diferença reside no facto de, nos *Anais de S. Mamede de Lorvão*, o passado condal estar unicamente associado à geração dos dois mais importantes presores – Vímara Peres e Hermenegildo Guterres –, enquanto que, nos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave*, essa associação se efectuar tendo em conta cinco gerações consecutivas, descendentes das invocadas no primeiro texto, embora hoje identificáveis com dois ramos distintos da família condal portugalense: no caso de Mendo [Gonçalves], remontando à figura de Diogo Fernandes<sup>368</sup>; e, nos de Alvito Nunes, Nuno Alvites, Mendo [Luz] ou Mendo [Nunes] e Nuno Mendes, à de Vímara Peres<sup>369</sup>. Estão, portanto, ausentes desta última listagem os descendentes do presor conimbricense<sup>370</sup>, sendo apenas invocados os nomes

---

<sup>367</sup> Ainda sobre esta questão, leia-se Luís Filipe Llach KRUS, *A produção do passado...*, pp. 10-12 e 12-15, respectivamente.

<sup>368</sup> José MATTOSO, «As famílias condaís portugalenses dos séculos X e XI», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa...*, pp. 103-104, ref.<sup>a</sup> A; respectiva descendência nas pp. 104-115, com entradas para Mumadona Dias (p. 106, ref.<sup>a</sup> B), Gonçalo Mendes (pp. 109-110, ref.<sup>a</sup> C), Mendo Gonçalves (pp. 111-112, ref.<sup>a</sup> D), Ramiro Mendes (p. 113, ref.<sup>a</sup> E) e Ordonho Ramires (p. 115, ref.<sup>a</sup> F).

<sup>369</sup> José MATTOSO, «As famílias condaís portugalenses dos séculos X e XI», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa...*, p. 79, ref.<sup>a</sup> A; respectiva descendência nas pp. 79-87, com entradas para Lucídio Vimaranes (pp. 79-80, ref.<sup>a</sup> B), Alvito Lucides (pp. 80-81, ref.<sup>a</sup> C), Nuno Alvites (p. 83, ref.<sup>a</sup> D), Alvito Nunes (pp. 83-84, ref.<sup>a</sup> E), Nuno Alvites (p. 84, ref.<sup>a</sup> F), Mendo Nunes (pp. 85-86, ref.<sup>a</sup> G), Nuno Mendes (p. 86, ref.<sup>a</sup> H) e Loba Nunes «Aurovelido» (p. 86, ref.<sup>a</sup> I).

<sup>370</sup> José MATTOSO, «As famílias condaís portugalenses dos séculos X e XI», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa...*, p. 87, ref.<sup>a</sup> A; respectiva descendência nas pp. 88-94, com entradas para Guterre Mendes (p. 88, ref.<sup>a</sup> B), Múnio Guterres (p. 90, ref.<sup>a</sup> C), Gonçalo Moniz (p. 92, ref.<sup>a</sup> D) e Froila Gonçalves (p. 94, ref.<sup>a</sup> E).

dos principais descendentes do presor portugalense. Desta maneira, o compilador de St.º Tirso de Riba de Ave parece querer distanciar-se propositadamente do passado condal conimbricense, talvez porque lhe interesse apenas sublinhar a relação, nem sempre pacífica, que a outra família condal manteve com os senhores da Maia, os mais ilustres patronos do mosteiro nos finais do século XI.

A este aspecto junta-se o facto de, nos *Anais de S. Mamede de Lorvão*, o protagonismo condal se resumir às figuras fundadoras do passado fronteiriço, situação vivida em claro contraste com as personalidades cuja memória é recordada nos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave*, cujo autor nos remete para um tempo em que se afirmam e consolidam poderes rivais da autoridade condal. Também nos dois casos, a vertente em que é encarado o protagonismo condal encontra divergências substanciais na forma como é indicada a natureza dos feitos em que os condes se vêem directamente implicados.

Como se percebe, tudo isto aponta para o facto de a memória analítica não estar de forma alguma alheia aos condicionalismos do seu tempo. O que a análise que acabámos de efectuar nos demonstra é que se trata, no fundo, de uma busca incessante de certificação social para os factos, que só é dada quando eles se compreendem também numa vertente simbólica. Essa vertente, porque assume amiúde uma expressão ritual, que é, em grande medida, o resultado de uma cerimonialização dos intuitos comemorativos do passado, acompanha o noticiar das mais significativas efemérides, quer elas se reportem ao passado régio, quer, por sua vez, dêem resposta à tentativa de compreensão do passado condal. No primeiro caso porque a simples recordação dos actos associados à memória régia reflecte um conhecimento dos mesmos, de certa forma globalizante, dado que relativo à memória de um reino onde se desenvolvem complexas redes sociais, bem como das empresas por si dirigidas na trama dos sucessos relativos à memória de dois condados geograficamente marginais em relação às esferas do poder central, mas com um papel cada vez mais destacado e decisivo na política do reino. No segundo, por sua vez, porque a incorporação dos sucessos adstritos à memória condal reflecte igualmente um conhecimento dos mesmos, embora partindo de uma percepção mais individualizante, visto que referente à memória de dois

condados que resultam da instalação de novos poderes sociais num território de fronteira, tal como dos mecanismos de relacionamento que estes poderes mantêm no interior de uma teia social consideravelmente mais alargada, porque também associada à memória do reino.

É certo que esta duplicidade de visões é um reflexo do actual estado dos nossos conhecimentos sobre o passado das sociedades hispânicas, numa época caracterizada ainda por uma certa indefinição de poderes actuates. Mas não se trata, estamos em crer, de uma visão de forma alguma anacrónica dos factos históricos, uma vez que o compilador nos remete para uma ambivalência de protagonismos que, no fundo, mais não é do que o resultado de uma tácita estratégia de afirmação de um poder central coadjuvado por instâncias de âmbito local ou regional.

Ao construir-se a memória deste duplo protagonismo, o que compilador pretende não é de forma alguma avaliar a real extensão dos dois poderes actuates – até porque eles são colocados em planos paralelos no que respeita à natureza dos eventos protagonizados por cada um, possuindo estes um carácter vincadamente guerreiro –, mas sim colocar a tónica sobre as noções de convergência e complementaridade de duas forças que, em tempos bem recuados, agem em prol da expansão da influência cristã em território fronteiriço, mesmo quando os verdadeiros inimigos da causa cristã não são explicitados no texto. Assim sendo, a colocação em cena de um restrito conjunto de actores, formado exclusivamente por reis e por condes, parece dar resposta a uma necessidade de rememorar um tempo longínquo e, de certa forma, perfeito no que respeita à gestão das práticas de conflituosidade – até porque construído apenas sobre a triunfal recordação dos feitos de guerra contra o Islão, e, conseqüentemente, sobre a consensual proximidade das forças sociais que definem a orgânica e a dinâmica da Cristandade no Ocidente peninsular ibérico –, implicando, ao invés, simbólicas sanções contra a política aglutinante das autoridades cristãs que caracteriza o momento recente em que se fixam os anais.

#### **d) O poder semântico dos ritos**

Por fim, será necessário ter também em consideração nesta nossa análise do texto que as efemérides recordadas pelo compilador se devem inscrever num universo semântico dominado pela historização, sob o prisma eclesiástico, da transcendência sacral. A origem religiosa da obra, tal como, em certa medida, o contexto político em que se dá a sua derradeira fixação, marcado pela agudização de confrontos religiosos entre as instâncias conimbricenses, ajuda-nos a explicar esta questão.

Para este tipo de análise, convém reter desde já a natureza específica das efemérides a que o autor confere destaque ao longo destas seis curtas notícias, indissociável, como vimos anteriormente, de uma ideia de reverência para com os protagonistas régios e condaís dos acontecimentos que configuram a memória analística, aqui vistos como personagens que prolongam e actualizam a história da salvação.

Na primeira e sexta notícias, o compilador regista a ocorrência de duas mortes no seio da realeza asturiano-leonesa – as de Ordonho I, em 866, e de Afonso VI, em 1110 ([1109]), iniciando e encerrando o texto, respectivamente<sup>371</sup> –, aspecto que assume um significado particular se considerarmos que também nos é dado a conhecer na terceira notícia um outro episódio congénere, embora conotado com uma morte no seio da nobreza condal portugalense – a de Vímara Peres, em 873<sup>372</sup>. Ao colocar a tónica sobre

---

<sup>371</sup> Os dois outros reis mencionados na obra, Afonso III e Fernando I, faleceram respectivamente nos anos de 910 e 1065. Dos seus óbitos não se encontra qualquer registo no texto em análise.

<sup>372</sup> Não deixa de ser curioso notar que a morte de Vímara Peres, o primeiro conde de Portucale, ocorre no mesmo ano em que se regista o falecimento de Rodrigo, o primeiro conde de Castela, embora nenhuma fonte da época tenha colocado em paralelo as duas importantes efemérides (caracterização conjuntural em Gonzalo MARTÍNEZ DíEZ, *El condado de Castilla (711-1038)*..., pp. 147-160 e 161-185). Considerações desenvolvidas sobre o significado das mortes régias e condaís na Alta Idade Média hispânica podem ser vistas em José MATTOSO, «A morte dos reis na cronística pré-afonsina», in *Obras completas*, vol. 4: *Poderes invisíveis. O imaginário medieval*, s.l., Círculo de Leitores, 2001, pp. 109-121; e Carla Serapicos SILVÉRIO, *Representações da realeza na cronística medieval portuguesa. A dinastia de Borgonha*, Lisboa, Edições Colibri – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2004, pp. 128-132 e 147-149. Explicação das circunstâncias e causas de morte dos reis citados no texto em Aníbal RUIZ-MORENO, «Enfermedades y muertes de los reyes...», pp. 102-104, para Ordonho I, e p. 111, para Afonso VI. Este último autor, baseando-se nas informações de fontes diversas, refere que Ordonho I terá padecido ao longo da sua vida de lesões articulares dos pés provavelmente identificáveis com a gota, embora não considere ter sido essa a respectiva *causa mortis*. Para Afonso VI, coloca a hipótese de ter falecido de doença crónica, que relaciona com o cancro ou a tuberculose, dada a existência de notícias que referem ter sofrido de uma enfermidade durante um período de tempo de dezoito meses. Estes monarcas foram depois sepultados nas igrejas de St.<sup>a</sup> Maria de Oviedo e S. Fagundo e S. Primitivo de Leão, respectivamente.

estes acontecimentos, o autor chama implicitamente a atenção para um momento de transfiguração do sagrado identificado com a ocorrência de óbitos régios e condaís<sup>373</sup>. Na verdade, o que a comemoração analística destas efemérides procura sublinhar é o mérito alcançado por estas figuras de destaque ao longo da vida: à consagração do defunto ilustre e do lugar fúnebre como tópicos por excelência da analística laurbanense<sup>374</sup> subjaz um sentimento de exaltação das eminências do passado, potenciado pelo simbólico associar de memórias aparentemente sem relação entre si. Este aspecto não deixa de ser aqui uma evidência, porque cristaliza a memória do óbito. Por este motivo, o tópico analístico da morte pode também considerar-se uma prática de codificação textual da identidade comunitária, susceptível mesmo de ritmar a concepção analística do tempo.

Para além disso, na sequência da primeira morte régia, o compilador recorda a forma como se desenrola o processo de sucessão política da realeza

---

<sup>373</sup> Observações sobre a presença dominante da morte no imaginário clerical da Alta Idade Média hispânica, particularmente na sua dimensão ritual, podem ser vistas em José MATTOSO, «Os rituais da morte na liturgia hispânica (séculos VI a XI)», in *Obras completas*, vol. 4: *Poderes invisíveis. O imaginário medieval*, s.l., Círculo de Leitores, 2001, pp. 35-52. No que concerne às fontes da liturgia de defuntos no rito hispânico, leia-se Juan LLOPIS SARRIÓ (pb.<sup>to</sup>), «La Sagrada Escritura, fuente de inspiración de la liturgia de difuntos del antiguo rito hispánico», *Hispania sacra. Revista de historia eclesiástica*, vol. XVII, n.<sup>os</sup> 33-34, fasc. único: *Miscelánea en memoria de Dom Mario Férotin. 1914-1964*, MCMLXIV, pp. 349-391; e, do mesmo autor, «La pregària litúrgica com a resposta a la paraula de Déu: un exemple de l'antiga litúrgia hispànica», *Revista catalana de teologia*, XIV: *In medio Ecclesiae. Miscel·lània en homenatge al Prof. Dr. Isidre Gomà i Civit*, 1989, pp 479-484. Nestes estudos, o autor aponta as estreitas conexões existentes entre as Sagradas Escrituras e a liturgia, para além de particularizar o esquema completo da estrutura cerimonial de acordo com o formulário litúrgico publicado em Marius FÉROTIN (O.S.B.), *Le liber ordinum en usage dans l'Église wisigothique et mozarabe d'Espagne du cinquième au onzième siècle* (Réimpression de l'édition de 1904 et supplément de bibliographie générale de la liturgie hispanique, préparés et présentés par Anthony WARD, S.M. et Cuthbert JOHNSON, O.S.B.), Roma, Edizioni Liturgiche, 1996. Salienta neste caso os ritos de trasladação dos despojos mortais e encomendação do defunto na igreja, para além dos de bênção do sepulcro e deposição final do cadáver no túmulo, de acordo com uma sucessão ordenada e ritmada de cerimónias, entendidas como resposta da Igreja orante, inspirada pelo Espírito Santo, à gloriosa Palavra de Deus.

<sup>374</sup> A. de Almeida FERNANDES («Notas às origens portugalenses (séculos V-XII)», in *Portugal primitivo medieval*, Arouca, Associação da Defesa do Património Arouquense, 2001, p. 322) é mesmo de opinião que o «epítome de Lorrão (...) não passa de um registo comemorativo tal como obituário». Há, de facto, em duas das suas três secções várias notícias que dizem respeito à morte de protagonistas da história da fronteira ocidental do reino asturiano-leonês, tanto entre monarcas – Ordonho I das Astúrias ([1]) e Afonso VI de Leão ([6]) –, como presores – Vímara Peres ([3]) – e abades – Primo ([NA, 2]), Benjamim ([NA, 3]) e Eusébio ([NA, 5]). Mas a afirmação não deixa de ser excessiva, por nele existirem várias outras efemérides que ultrapassam este registo semântico, e, por esse motivo, devem ser compreendidas à luz da conjuntura histórica.



asturiana<sup>375</sup>, fazendo acompanhar a notícia do óbito de Ordonho I, em 866, de uma indicação alusiva à tradicional cerimónia da unção régia, ocorrida no dia de Pentecostes, ou seja, no quinquagésimo dia depois da Páscoa<sup>376</sup>. Ao fazê-lo, procura dizer que o novo rei se encontra investido de um poder solene, uma vez que integrado na celebração eclesiástica do ciclo pascal e por isso associado ao mistério da Paixão e Ressurreição de Cristo. Associa, desta forma, o momento da comemoração cristã da descida do Espírito Santo sobre os discípulos e, por extensão, do nascimento da Igreja, a uma regeneração simbólica da ordem régia asturiana por intermédio da unção afonsina, e, consequentemente, do restabelecimento da Igreja após um período de relativo apagamento dos seus quadros eclesiásticos, em virtude da instabilidade provocada pela invasão muçulmana nos inícios do século VIII, facto conotado nas fontes cronísticas coevas com a restauração, ocorrida durante este reinado, de várias das sedes episcopais hispânicas, algumas das quais

---

<sup>375</sup> Questão analisada em Amancio ISLA FREZ, «Consideraciones sobre la monarquía astur», *Hispania. Revista española de historia*, vol. LV/1, n.º 189, Janeiro-Abril de 1995, pp. 151-168, onde se destaca o interesse que a historiografia asturiana, sobretudo a denominada *Crónica de Afonso III*, deposita neste tópico cronístico, precisando o modo como se produz a sucessão de um novo monarca ao trono. Nesta linha de pensamento, o autor aponta os procedimentos da *successio*, *electio* e *institutio* régias, tal como as constantes usurpações do poder, identificadas geralmente pelo termo *inuasio*, como fontes de legitimidade da nova realeza, assegurada, por um lado, pela sucessão hereditária do poder por via patrilinear; por outro, pela eleição consensual *ab uniuerso populo*, sem pressupor necessariamente uma solução de continuidade garantida pelo factor hereditário e patrilinear, mas dando lugar a um processo de trânsito plenamente legítimo nas suas bases políticas; e, por fim, pela elevação de um monarca em situações particulares, geralmente como forma de garantir a manutenção da ordem face ao surgimento de potenciais focos de ilegítima contestação ao sistema sucessório. A este respeito, do mesmo autor, «Nombres de reyes y sucesión al trono (siglos VIII-X)», *Studia historica. Historia medieval*, vol. XI, 1993, pp. 9-33.

<sup>376</sup> A unção do monarca com os santos óleos é, na liturgia hispânica da Alta Idade Média, a fonte de uma garantia sacramental que a Igreja confere à instituição régia, procurando fazer derivar a razão dos seus poderes e funções de uma autoridade celeste, Deus, na Incarnação de Jesus Cristo, o Ungido, suprema expressão de realeza em majestade. Sobre o cerimonial litúrgico de unção e aclamação do novo rei, veja-se especificamente Claudio SÁNCHEZ-ALBORNOZ, «La “ordinatio principis” en la España goda y postvisigoda», *Cuadernos de historia de España*, XXXV-XXXVI, 1962, pp. 5-36; com observações concretas sobre o rito de bênção dos santos óleos seguido nas cerimónias litúrgicas da Igreja cristã hispânica em Miquel dels SANTS GROS, «L'ordre catalano-narbonès per a la benedicció dels sants olis», *Revista catalana de teologia*, I/1, 1976, pp. 231-258. Versando especificamente o assunto das coroações régias, José MATTOSO, «A coroação dos primeiros reis de Portugal», in *Obras completas*, vol. 1: *Naquele tempo. Ensaios de história medieval*, s.l., Círculo de Leitores, 2000, pp. 501-518; Carla Serapicos SILVÉRIO, *Representações da realeza...*, pp. 141-144; e Paulo MERÊA, «Sobre a aclamação dos nossos reis», in *Estudos de história de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2006, pp. 425-435. Leia-se, apesar de reportável à realidade transpirenaica, Ernst H. KANTOROWICZ, *Laudes regiae. Une étude des acclamations liturgiques et du culte du souverain au Moyen Âge*, Paris, Librairie Arthème Fayard, 2004, pp. 121-185.

localizadas na fronteira ocidental<sup>377</sup>. Na posse das prerrogativas que lhe permitem agir em conformidade com os poderes sobrenaturais, Afonso III é assim encarado como o providencial sucessor de Ordonho I à frente dos destinos políticos e eclesiásticos do reino, inaugurando um momento de viragem na história da fronteira ocidental, a Sul do Minho, simbolicamente valorizado pela integração deste acontecimento único na memória local e regional da transcendência cristã. Ao identificar o dia da unção régia com a celebração da festa de Pentecostes, o compilador inscreve esta particular efeméride nas solenidades comemorativas do Cristo pascal, numa associação de lembranças a que se encontra subjacente a expressão da vinda do Senhor, prenunciada pelo ciclo cronístico asturiano como facto a ocorrer no reinado de Afonso III e por isso mesmo considerada iminente. A componente temporal possui, portanto, bases históricas não destituídas de contornos simbólicos, o que faz do novo rei asturiano um agente político especialmente protegido e custodiado pelas forças do invisível, em clara identificação com a celebração do mistério de Cristo ao longo do ano litúrgico e, desta forma, com os mistérios da Redenção e a riqueza salvífica da Igreja. Neste passo, a realza adquire uma dimensão profundamente sacral, de resto bem evidenciada nas fontes iconográficas da Alta Idade Média hispânica, entre as quais o denominado antifonário moçárabe da catedral de Leão, que acentua exactamente o misterioso diálogo entre as esferas natural e sobrenatural sob mediação da figura régia<sup>378</sup>.

---

<sup>377</sup> Referimo-nos, naturalmente, à *Notícia dos bispos com as suas sedes*, que recorda os nomes de Flaviano de Braga, residente em Lugo, Rosendo de Dume, residente em Mondonhede, Nausto de Coimbra, Branderico de Lamego e Justo do Porto (*Crón. alb.*, 47, 6: ed. Yves BONNAZ, Paris, 1987, p. 27). Em termos gerais, esta passagem cronística tem por objectivo salientar um ideal de restauração simbólica da ordem eclesiástica consentânea com a tradição religiosa anterior ao reinado de Afonso III, conforme avançaram Pierre DAVID, «Le catalogue épiscopal de la Chronique d'Albelda», in *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI<sup>e</sup> au XII<sup>e</sup> siècle*, Lisboa – Paris, Livraria Portugália Editora – Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1947, pp. 125-130; e Avelino de Jesus da COSTA (P.), *O bispo D. Pedro...*, vol. I, p. 38. Para uma mais recente tomada de posição sobre o assunto, veja-se Amancio ISLA FREZ, *La sociedad gallega en la Alta Edad Media*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1992, pp. 43-48.

<sup>378</sup> *Antifonario visigótico moçárabe da catedral de León* (Edición del texto; notas e índices por Dom Louis BROU y Dr. José VIVES), Barcelona – Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, MCMLIX. O tema encontra-se explanado com maiores detalhes em Fernando GALVÁN FREILE, «La representación de la unción regia en el antifonario de la catedral de León», *Archivos leoneses. Revista de estudios y documentación de los reinos hispano-occidentales*, ano XLIX, Janeiro-Dezembro de 1995, n.ºs 97-98, pp. 135-146.

A estes dois registos semânticos conotados com uma vertente litúrgica, o compilador acrescenta ainda acções que se caracterizam pela sua marcada componente militar<sup>379</sup>. Estas podem dividir-se em duas categorias distintas, embora complementares na sua natureza: por um lado, as presúrias, associadas às figuras dos condes Vímara Peres e Hermenegildo Guterres, representantes da ordem régia em território de fronteira na sequência das conquistas do Porto e de Coimbra em 868 e 878, respectivamente; e, por outro, as expedições militares de reconquista, identificadas, no presente caso, com o triunfo das hostes de Fernando I em Coimbra, em 1064, num acontecimento igualmente marcado pela intervenção expressa do transcendente, que se materializa na associação da empresa militar à festa litúrgica do santo mártir Cristóvão, cultuado numa das igrejas do seu arrabalde ribeirinho<sup>380</sup>. O díptico urbano pintado pelo compilador corresponde, assim, à materialização de uma memória ritual mediante o qual o autor visa enaltecer, através da recordação de feitos fundadores, o instável presente da comunidade monástica, constituindo como que um factor de afirmação e legitimação da memória comunitária. Não é, por isso, aleatório que as cidades aqui consideradas dêem

---

<sup>379</sup> Uma das mais recentes análises do assunto deve-se a Armando de Sousa PEREIRA, *Representações da guerra...*, pp. 15-32.

<sup>380</sup> DC 74 (957.11.02), com o comentário de João da Cunha MATOS, *A colegiada de São Cristóvão de Coimbra (sécs. XII e XIII)*, Tomar, 1998, pp. 6-7 (Edição policopiada do trabalho apresentado a concurso de provas públicas para Professor Coordenador). Para além do templo situado na área periurbana de Coimbra, existem no território de Entre-Douro-e-Mondego pelo menos mais oito igrejas, documentadas até aos finais do século XI, em que se atesta o culto de S. Cristóvão, situadas, por ordem alfabética de topónimos portugueses, nas localidades de Alfora (LP 73, de 1064), Anta (LP 185, de 1038.04.01), Ermida (LP 307, de 1088.01.30; LP 345, de 1088.02.11, falso; e LP 302, de 1095.02.26), Mafamude (DC 950, de 1100.12.30), Rocas do Vouga (LP 126, de 1002.11.30), Sanguedo (DC 12, de [947].02.21), S. Cristóvão (LP 272 e 323, de [1092-1098]) e Sever do Vouga (LP 139, de 964.09.25; e LP 135, de 1005.12.13). Destas igrejas, duas documentam-se pela primeira vez no século X, e seis, no século XI, verificando-se um claro predomínio do culto martirial no interflúvio Douro-Vouga. Sobre a difusão do culto do mártir da Lícia na Antiguidade Tardia, veja-se Carmen GARCÍA RODRÍGUEZ, *El culto de los santos...*, pp. 206-208; com o complemento dado pela leitura dos criteriosos estudos, relativos fundamentalmente à Alta Idade Média, de Pierre DAVID, «Le sanctoral hispanique» e «Les saints patrons d'églises», in *Études historiques...*, pp. 188-224 e 225-242, respectivamente. Para um enquadramento geral da questão no domínio da hagiotoponímia peninsular, leia-se, deste último autor, «L'hagiotoponymie comme science auxiliaire de l'histoire», in *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI<sup>e</sup> au XII<sup>e</sup> siècle*, Lisboa – Paris, Livraria Portugália Editora – Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1947, pp. 243-256; com outras observações afins em Joseph M. PIEL, «Os nomes dos santos tradicionais hispânicos na toponímia peninsular», *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, vol. XXV, 1949, pp. 336-337, n.º 34; e Luis LÓPEZ SANTOS, «Hagiotoponímia», in *Enciclopedia lingüística hispánica* (Dirigida por M. ÁLVAR, A. BADÍA, R. de BALBÍN, L. F. Lindley CINTRA; introducción de Ramón MENÉNDEZ PIDAL), t. I: *Antecedentes. Onomástica*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, MCMLX, p. 610.

forma a uma leitura do passado que traz consigo memórias legitimadoras do tempo presente.

O mesmo poderá dizer-se a propósito da passagem em que o compilador faz eco da memória do abade Eusébio, o restaurador da autonomia monástica e principal impulsionador do acto de compilação dos actos da prática presentes no *Livro dos testamentos*. Ao ser celebrada a data da sua ordenação, em 1116 – «*Ordinatio eusebii abbatis XIII.º kalendarum aprilium Era M.C.LIII.ª*» ([NA, 4]) –, e comemorado o momento em que o abade terá falecido, envolto num ambiente de louvor da sua própria memória, em 1118 – «*Eusebius abba qui obiit III.º kalendarum marcii Era Millesima C.L.VI.ª Requiescat in pace amen.*» ([NA, 5]) –, o compilador laurbanense volta a colocar a tónica sobre a ideia do rito como elemento estruturante das concepções monásticas sobre a realidade passada. Na verdade, a situação não é única. Na diplomática coeva, a comunidade moçárabe conimbricense faz eco de quatro personalidades excepcionais e uma cidade especialmente protegida por Deus, vistas como paradigmas de uma sociedade cujo relevo histórico se inscreve no sucesso de uma fortuna providencial. De facto, pela protecção que recebem das entidades celestes, os reis Fernando I e Afonso VI de Leão, juntamente com o coadjuvante Sesnando Davides e o oponente Martinho Moniz, apresentam-se aos olhos dos clérigos conimbricenses como modelos privilegiados de mediação entre o sagrado e o profano, sendo a sua memória por todos abençoada<sup>381</sup>. Embora também se lhe dirijam palavras propiciatórias em vida, a morte é, para esta comunidade, o momento que ajuda a enfatizar a ideia de exaltação e glorificação de uma existência na beatitude,

---

<sup>381</sup> A respeito de Fernando I, são utilizadas as expressões «*cui sit beata requies*» (LP 417, de [1066-1091]; LP 28, de 1080.04.25, falso; LP 101, de 1086.03.25, falso; LP 16, de 1086.04.13, falso ou interpolado; LP 19 e 78, de 1087.03.15; LP 21, de 1088.03.01, falso; cit. a partir de LP 417) e «*exalt& illum deus*» (LP 19 e 78, de 1087.03.15; cit. a partir de LP 19); para Afonso VI, «*glorific& eũ deus*» (LP 21, de 1088.03.01, falso); para Sesnando Davides, «*quẽ dñs undique exalt&*» (LP 28, de 1080.04.25, falso), «*exalt& illum deus*» (LP 101, de 1086.03.25, falso; LP 384, de 1089.02.19; cit. a partir de LP 101), «*cui dñs saluetur*» (LP 101, de 1086.03.25, falso), «*quem dñs salu&*» (LP 101, de 1086.03.25, falso), «*cui sit beata requies*» (LP 41, de 1093.02.27); e, para Martinho Moniz, juntamente com sua esposa, Elvira Sesnandes, filha do primeiro cônsul conimbricense, «*exaltentur*» (LP 41, de 1093.02.27). No caso específico da cidade de Coimbra, utiliza-se a expressão «*custodiat illam deus*» (LP 28, de 1080.04.25, falso; LP 101, de 1086.03.25, falso; cit. a partir de LP 28). Às personalidades anteriormente citadas podem ainda acrescentar-se os nomes de Ciprião, em cujo louvor se utiliza a fórmula «*cui sit beata requies*» (LP 558, de [1086-1091]); e Nuno Gondesendes, o irmão do cavaleiro João Gondesendes, relativamente ao qual se usa a clássica expressão «*sit illi requies . eterna*» (LP 41, de 1093.02.27).

razão pela qual estas personagens merecem da parte dos clérigos da igreja de St.<sup>a</sup> Maria de Coimbra ou dos monges do mosteiro de S. Vicente de Vacariça expressões que visam o enaltecimento público das suas virtudes humanas, e, sobretudo, da condição privilegiada de que parece terem beneficiado em vida<sup>382</sup>.

Reverenciada em ambientes eclesiásticos e monásticos, a sua memória é invocada num tom solene e cerimonioso, marcado por verbos de aclamação em honra das autoridades régias e dos seus mais fiéis representantes em território de fronteira, tal como dos lugares onde se define e afirma o poder que a cada um destes compete. A invocação da sua memória abençoada visa, em certo sentido, a expressão de um bem comum pela via da salvação individual, razão pela qual se apela para valores e comportamentos de reverência para com estas instâncias do sagrado. Como expressão de ritos que se materializam num conjunto de fórmulas propiciatórias, a palavra abençoada reflecte, talvez, um sentido de identidade e coesão da comunidade moçárabe conimbricense, que através dela vê exaltadas as figuras que representam, num plano essencialmente político, as suas aspirações sociais. Ao transferir-se para o domínio das representações sobre o espaço urbano, aplicado, neste caso em particular, a Coimbra, faz desta cidade um núcleo urbano de primeira ordem, onde imperam as regras da civilidade e cujos mediadores são, antes de mais, os representantes terrestres de uma ordem celeste.

Uma vez que os acontecimentos registados nos anais são indissociáveis deste imaginário, a ideia que perpassa da sua análise é a de um passado construído também sobre o poder simbólico dos ritos, que, através de práticas comemorativas, acentuam a sacralidade inerente à ordem do pretérito régio e condal e são ainda vistos como mecanismos de identificação e coesão social

---

<sup>382</sup> Estas expressões surgem geralmente nos documentos do cartório da Sé de Coimbra que relatam a conquista da cidade, em 1064, e a governação de Sesnando Davides, embora nem todos se inscrevam no conjunto dos documentos considerados falsos por Gérard PRADALIÉ («Les faux de la cathédrale...», pp. 77-98). Outras referências pertencem ao cartório do mosteiro de S. Vicente de Vacariça. Algumas destas expressões continuam a ser utilizadas ao longo do século XII, passando inclusive a integrar um tipo de registo documental associado ao formulário epigráfico. Exemplo paradigmático desta transposição de registos é o epitáfio de Maria Anaia, proveniente da igreja de S. Cristóvão de Coimbra, em que se consigna a expressão «cui sit beata requies» (EMP, vol. II, t. 1, n.º 76, de 1138.12.09). Aqui, a sua utilização sugere-nos um mais alargado índice de projecção social da memória bendita, uma vez que o ultrapassa o âmbito privado da diplomática eclesiástica e adquire maior visibilidade pela exposição pública do epitáfio numa igreja urbana.

ao serviço da comunidade monástica. Quer seja na sua vertente litúrgica, quer seja na sua vertente bélica, os ritos aqui recordados fazem dos protagonistas da analística laurbanense a fonte terrestre para onde convergem as potencialidades do invisível. A sua importância é, neste contexto, incontestável, tal como o é o seu papel enquanto garantia de coesão de uma comunidade ameaçada nas suas formas de conceber e representar o mundo numa conjuntura de crise. Referenciar o passado modelar é, assim, uma forma de preservar e assegurar a continuidade do devir, personificado, por um lado, nos reis ovetenses e leoneses, e, por outro, nos condes portugalenses e conimbricenses, protagonistas de uma ordem factual que comanda ao mesmo tempo a unidade e a progressão da memória analística. Nesta óptica, os ritos, uma vez que se assumem como força catalizadora e impulsionadora da acção, são também uma das instâncias que mais favorece a perpetuação da identidade monástica.

### **III.1.3. Enumerar o passado**

A análise estilística dos *Anais de S. Mamede de Lorvão* permite-nos afirmar que se trata de um texto com alguma riqueza polimodal, própria de uma obra que se destina, ao mesmo tempo, a informar e a comemorar. O que se pretende é expor e transmitir a memória de um passado factual autorizado pela sua harmoniosa associação às mais altas instâncias políticas do reino, tal como às mais respeitosas personificações da hierarquia monástica. Para além disso, o que se procura é também comemorar a intrínseca associação desses agentes sociais aos eventos que, pelo seu significado próprio, contribuem para a exaltação e a glorificação de um tradicional passado guerreiro.

Parece-nos significativo reter que o compilador laurbanense não procede apenas à fixação de tópicos conjunturais, determinados pelo seu carácter episodicamente factual. Para além de informar e comemorar, o copista que, ao transcrever para o *Livro dos testamentos* os anais propriamente ditos, em associação à listagem dos reis e dos abades patentes em [NR] e [NA], procede à enumeração das entidades e categorias sociais que configuram a percepção

estrutural do passado. As expressões mais acabadas desta ideia são os dois *nomina* dos reis de Leão e dos abades de Lorvão.

Embora os critérios por si seleccionados na escolha dos *nomina* ali presentes relevem de uma interpretação enraizada num ideal de unidade e permanência da identidade monástica, como teremos a oportunidade de verificar, a sua escolha possui representativos antecedentes, associados, por um lado, às tradições analísticas que comemoram o passado de fronteira, e, por outro, às produções cronísticas que perpetuam a interpretação oficial do passado do reino. A justificar-se esta afirmação encontra-se o facto de nelas também se operar o reconhecimento textual, mediante um conciso inventário, dos nomes dos reis asturianos anteriores a Afonso III<sup>383</sup> – omitindo-se, todavia,

---

<sup>383</sup> Para além de celebrar a memória do passado visigótico, talvez como forma de sublinhar a imagem de uma realeza hispânica destinada a restaurar os *naturais direitos* da Cristandade à posse de um território agora dominado pelo Islão (a este respeito, Hilda GRASSOTTI, «Lo Mozárabe en el Norte cristiano como proyección de la cultura hispano-goda», *Cuadernos de historia de España*, XXXIII-XXXIV, 1961, pp. 336-344; H. TERRASSE, «L’Espagne musulmane et l’héritage wisigothique», in *Études d’orientalisme dédiées à la mémoire de Lévi-Provençal*, t. II, Paris, G.-P. Maisonneuve et Larose, MCMLXII, pp. 757-766; e Yves BONNAZ, «Divers aspects de la continuité wisigothique dans la monarchie asturienne», *Mélanges de la Casa de Velázquez*, t. XII, 1976, pp. 81-99). Não admira que os episódios recordados pela analística medieval portuguesa dos séculos XI e XII tenham a ver com a génese e diáspora dos Godos, uma vez que o que se procura é fundamentar a realidade histórica coeva da produção dos textos num passado que vale pela sua coerência, e por isso é visto como fonte de inteira legitimidade política (APV, Recensão longa de 1079, secção I, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum*; APV, Recensão breve (1111), secção I, seg. Homiliário de 1139 e *Summa chronicarum*; e APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção I, seg. *Livro da noa I*; ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 291-292, 303 e 306). Sobre este assunto em particular, veja-se Suzanne TEILLET, *Des Goths à la nation gothique. Les origines de l’idée de nation en Occident du V<sup>e</sup> au VII<sup>e</sup> siècle*, Paris, Société d’Édition «Les Belles Lettres», 1984; embora tenha também utilidade a leitura atenta de Pierre CAZIER, *Isidore de Séville et la naissance de l’Espagne catholique*, Paris, Beauchesne Éditeur, 1994, pp. 13-27 e 69-74; e Jacques FONTAINE, *Isidore de Séville. Genèse et originalité de la culture hispanique au temps des Wisigoths*, Turnhout, Brepols, 2000. A recepção analística do tópico deve ser analisada ainda à luz do que escreveram J. LÓPEZ PEREIRA, «El elemento godo en los *Annales portugalenses veteres*. Un problema de crítica textual y de fuentes», *Revista portuguesa de história*, t. XVI, 1976, pp. 481-509; e Luís KRUS, «Tempo de godos e tempo de mouros. As memórias da reconquista», *Estudo da história. Boletim dos sócios da Associação dos Professores de História*, 2.<sup>a</sup> série, n.º 2, 1987, pp. 59-74. Sublinhe-se, contudo, o facto de haver naqueles textos uma interpretação diferente da que nos é dada pela cronística asturiana, designadamente no que concerne à continuidade da história política hispânica. As notícias analísticas são unânimes em colocar o termo da história visigótica no ano de 711, o que implicaria o surgimento de uma nova expressão de realeza, não necessariamente conotada com o passado visigótico, de que seriam primitivos representantes os monarcas asturianos (APV, Recensão longa de 1079, secção I, seg. *Livro da noa II*: «Era DCC<sup>a</sup> XL<sup>a</sup> VIII<sup>a</sup> expulsi sunt Gothi de Hyspania»; ou seg. *Chronica gothorum*: «Era septingentesima quadragesima nona expulsi sunt de regno Hispanie <regnante Vuitiza>»; também APV, Recensão breve (1111), secção I, seg. Homiliário de 1139: «Era DCC XL VIII<sup>a</sup> expulsi sunt de regno suo»; ou seg. *Summa chronicarum*: «Era DCC XL VIII<sup>a</sup> expulsi sunt de regno suo»; sem registo na recensão breve prolongada até 1168 dos APV; ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 292 e 303). Pierre DAVID («*Annales portugalenses veteres*», in *Études historiques...*, p. 317) põe a

os de Bermudo I<sup>384</sup>, Afonso II<sup>385</sup>, Ramiro I<sup>386</sup> e Ordonho I<sup>387</sup> –, sendo nele igualmente incluídas pormenorizadas informações quanto ao período de vigência dos respectivos reinados. O inventário a que nos referimos, e que constitui, tal como referimos anteriormente, uma das secções características da analística medieval portuguesa, inclui referências a Pelágio<sup>388</sup>, Fáfila<sup>389</sup>, Afonso I<sup>390</sup>, Froila I<sup>391</sup>, Aurélio<sup>392</sup>, Silo<sup>393</sup> e Mauregato<sup>394</sup> – seguindo claramente o

---

hipótese de se tratar de uma concepção mais recuada do que a representada pelas três composições do tempo de Afonso III, o que implicaria a permanência de uma peculiar imagem sobre o passado hispânico no monaquismo ocidental e a existência de distintos mecanismos de transmissão desse expediente da memória colectiva, tendentes a fazer da realeza visigótica uma ordem política não necessariamente conotada com a monarquia asturiana.

<sup>384</sup> *Crón. alb.*, 43 (ed. Yves BONNAZ, Paris, 1987, p. 24).

<sup>385</sup> *Crón. alb.*, 44 (ed. Yves BONNAZ, Paris, 1987, pp. 24-25).

<sup>386</sup> *Crón. alb.*, 45 (ed. Yves BONNAZ, Paris, 1987, p. 25).

<sup>387</sup> *Crón. alb.*, 46 (ed. Yves BONNAZ, Paris, 1987, p. 25).

<sup>388</sup> APV, Recensão longa (1079), secção II, seg. *Livro da noa* II: «Pelagius regnavit annis XVIII.»; também APV, Recensão breve (1111), secção II, seg. Homiliário de 1139: «Pelagius regnavit annos XVIII.»; ou seg. *Summa chronicarum*: «Pelagius regnavit annis XVIII.»; e também APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção II, seg. *Livro da noa* I: «Pelagius regnavit annos X<sup>m</sup> VIII<sup>m</sup>.» (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 293, 303 e 306). Registe-se que, de entre os nomes dos monarcas asturianos recenseados nos APV, é apenas o de Pelágio que surge na recensão breve prolongada até 1168. *Crón. alb.*, 36: «Pelagius regnavit (...) annis XVIII.» (ed. Yves BONNAZ, Paris, 1987, p. 23).

<sup>389</sup> APV, Recensão longa (1079), secção II, seg. *Livro da noa* II: «Fafila regnavit annis duobus menses VI.»; também APV, Recensão breve (1111), secção II, seg. Homiliário de 1139: «Fafila annis II menses VI.»; ou seg. *Summa chronicarum*: «Fafila annis II<sup>bus</sup> mensibus VI.» (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 293 e 303). *Crón. alb.*, 37: «Fafila (...) regnavit annis II.» (ed. Yves BONNAZ, Paris, 1987, p. 23).

<sup>390</sup> APV, Recensão longa (1079), secção II, seg. *Livro da noa* II: «Adefonsus regnavit annis XVIII et mense uno et uno die.»; também APV, Recensão breve (1111), secção II, seg. Homiliário de 1139: «Adefonsus regnavit annos XVIII mense uno die uno.»; ou seg. *Summa chronicarum*: «Adefonsus regnavit XIX annis mense uno die uno.» (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 293 e 304). *Crón. alb.*, 38: «Adefonsus (...) regnavit annis XVIII.» (ed. Yves BONNAZ, Paris, 1987, pp. 23-24).

<sup>391</sup> APV, Recensão longa (1079), secção II, seg. *Livro da noa* II: «Froyla regnavit annis XI et menses V<sup>e</sup> diebus XX.»; também APV, Recensão breve (1111), secção II, seg. Homiliário de 1139: «Froila regnavit annos XI menses V<sup>e</sup> dies XX<sup>i</sup>.»; ou seg. *Summa chronicarum*: «Froila regnavit annis XI mensibus V<sup>e</sup> diebus XX.» (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 293 e 304). *Crón. alb.*, 39: «Froila (...) regnavit annis XI.» (ed. Yves BONNAZ, Paris, 1987, p. 24).

<sup>392</sup> APV, Recensão longa (1079), secção II, seg. *Livro da noa* II: «Aurelius regnavit annis VI et menses VI.»; também APV, Recensão breve (1111), secção II, seg. Homiliário de 1139: «Aurelius regnavit annos VI menses VI.»; ou seg. *Summa chronicarum*: «Aurelius annis VI mensibus VI.» (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 293 e 304). *Crón. alb.*, 40: «Aurelius regnavit annis VII.» (ed. Yves BONNAZ, Paris, 1987, p. 24).

<sup>393</sup> APV, Recensão longa (1079), secção II, seg. *Livro da noa* II: «Silo regnavit annis VIII et mense uno et die uno.»; também APV, Recensão breve (1111), secção II, seg. Homiliário de 1139: «Silo regnavit annos VIII mense uno die uno.»; ou seg. *Summa chronicarum*: «Silo regnavit annis IX mense uno die uno.» (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 293 e 304). *Crón. alb.*, 41: «Silo regnavit annis VIII.» (ed. Yves BONNAZ, Paris, 1987, p. 24).

<sup>394</sup> APV, Recensão longa (1079), secção II, seg. *Livro da noa* II: «Maugatus regnavit annis V<sup>e</sup> et menses VI.»; também APV, Recensão breve (1111), secção II, seg. Homiliário de 1139: «Maugatus regnavit annos V<sup>e</sup> menses VI.»; ou seg. *Summa chronicarum*: «Maugatus regnavit annis V mensibus VI.» (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 293 e 304). *Crón. alb.*, 42: «Maurecatus (...) regnavit annis V.» (ed. Yves BONNAZ, Paris, 1987, p. 24).



modelo adoptado pela cronística asturiana, e, em particular, a denominada *Crónica de Albelda*<sup>395</sup>, que inicia os parágrafos dedicados a cada rei com um breve apontamento sobre a vigência dos respectivos governos, embora não alcançando o grau de precisão cronológica da analística, que, por sua vez, não se limita a indicar apenas o número de anos, fornecendo-nos dados também quanto ao número de meses e dias – , após o que se segue a indicação do cômputo total de anos relativos ao conjunto dos reinados primeiramente apontados<sup>396</sup>.

<sup>395</sup> Uma vez que a *Crónica de Afonso III* – para já não falar da denominada *Crónica profética*, construída sobre as palavras do Senhor ao profeta Ezequiel, afirmando a iminência de um tempo de eterno júbilo e salvação para os Cristãos oprimidos pelos filhos de Ismael – consigna na sua narrativa apenas os eventos mais marcantes de cada reinado. Não manifesta, portanto, qualquer pretensão de carácter sistemático como a que encontramos no primeiro texto, nomeadamente numa vertente cronológica (*Crón. prof.* e *Crón. Af. III*: ed. Yves BONNAZ, Paris, 1987, pp. 2-9 e 31-59, respectivamente). Todavia, o procedimento de enumeração encontra-se bem patente na *Crónica profética*, que efectua a listagem dos alegados descendentes de Ismael (*Crón. prof.*, 3: ed. Yves BONNAZ, Paris, 1987, pp. 3-4). Nesta obra encontramos ainda um registo paralelo ao das três tradições analísticas consideradas, embora referente aos diversos administradores do *al-Andalus* nos séculos VIII e IX, com destaque para *Mūsā ibn Nuṣayr* («Muza iben Nuzeir (...) regnauit a. I, m. III»), *ʿAbd al-ʿAzīz ibn Mūsā* («Abdelaziz iben Muza a. II, m. VI»), *Ayyūb ibn Ḥabīb al-Lakhmī* («Aiub m. I»), *al-Ḥurr ibn ʿAbd al-Raḥmān al-Thaqafī* («Alhor iben Abderrahman a. II, m. X»), *al-Samḥ ibn Mālik al-Khawlānī* («Zamaha iben Melic a. II, m. VIII»), *ʿAbd al-Raḥmān ibn ʿAbd Allāh al-Ghāfiqī* («Abderrahman iben Abdalla m. I»), *ʿAnbasa ibn Suḥaym al-Kalbī* («Ambaza»), *ʿUdhra ibn ʿAbd Allāh al-Fihri* («Odera (...) m. I»), *Yaḥyā ibn Salama al-Kalbī* («lahia iben Zeele a. II, m. VI»), *Ḥudhayfa ibn al-Aḥwaṣ al-Ashjaʿī* («Hodeife iben Aluei m. VI»), *ʿUthmān ibn Abī Nisʿa al-Khathʿamī* («Hotman iben Abiunez m. III»), *al-Haytham ibn ʿUbayd al-Kinānī* («Allaitham iben Hobeid m. X»), *Muḥammad ibn ʿAbd Allāh al-Ashjaʿī* («Mohomad Halasci m. I»), *ʿAbd al-Raḥmān ibn ʿAbd Allāh al-Ghāfiqī* («Abderrahman iben Abdalla a. I, m. X»), *ʿAbd al-Malik ibn Qaṭan al-Fihri* («Abdalmelic iben Katum a. II»), *ʿUqba ibn al-Hajjāj al-Salūlī* («Hocba iben Alhgeg a. III, m. V»), *ʿAbd al-Malik ibn Qaṭan al-Fihri* («Abdalmelic a. I, m. I»), *Abū ʿl-Khaṭṭār al-Ḥusām ibn ʿDirār al-Kalbī* («Abulhatar iben Dinar a. II») e *Thawāba ibn Salāma al-Judhāmī* («Tauba iben Maleme a. I, m. II»), omitindo apenas o nome de *Balj ibn Bishr al-Qushayrī* e passando depois pelos nomes de *Yūsuf ibn ʿAbd al-Raḥmān al-Fihri* («Iuzif regnauit a. XI»), *ʿAbd al-Raḥmān al-Dākhil* («Abderrahman iben Mahauia r. a. XXXIII»), *Hishām I* («Iscem r. a. VII m. VI»), *al-Ḥakam I* («Alhaccam r. a. XXVI m. VI»), *ʿAbd al-Raḥmān II al-Mutawassīṭ* («Abderrahman r. a. XXXII m. I») e *Muḥammad I* («Mohomad r. a. XXXII») (*Crón. prof.*, 7: ed. Yves BONNAZ, Paris, 1987, pp. 8-9).

<sup>396</sup> APV, Recensão longa (1079), secção II, seg. *Livro da noa* II: «Qui omnes anni fuerunt LXXX<sup>a</sup> I<sup>o</sup>.»; também APV, Recensão breve (1111), secção II, seg. Homiliário de 1139: «Sub uno fiunt anni LXXXI.»; ou seg. *Summa chronicarum*: «Sub uno fiunt anni LXXX<sup>a</sup> I<sup>us</sup>.» (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 293 e 304). Lógica patente também a propósito dos citados governadores do *al-Andalus* no século VIII, como se depreende da leitura de «Fiant sub (uno) a. XXVII, m. XI», e, no que respeita ao período integral de domínio muçulmano referido no texto, «Sunt omnes Arabum in Spania a. CLXVIII m. V» (*Crón. prof.*, 7: ed. Yves BONNAZ, Paris, 1987, pp. 8-9). A perícope cronística abrange uma cronologia situada entre 711 e 852-886, anos a que correspondem, respectivamente, o validado de *Mūsā ibn Nuṣayr* e o emirado de *Muḥammad I*. Sobre o processo conducente à instalação do regime de governadores em território peninsular enquadrado no texto, Hugh KENNEDY, *Muslim Spain and Portugal...*, pp. 1-81; Pierre GUICHARD, *Al-Andalus. 711-1492*, Paris, Hachette Littératures, 2000, pp. 13-74; e Christophe PICARD, *Le Portugal musulman (VIII<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècle)...*, pp. 21-51. A este propósito, também Eduardo MANZANO MORENO, «Las fuentes árabes sobre la conquista de al-Andalus:

Nestes casos, a interpretação que se deve atribuir à listagem remete-nos para uma esfera de análise que ultrapassa o âmbito do presente estudo, razão pela qual concentraremos a partir de agora a nossa atenção sobre os *nomina* efectivamente presentes no texto laurbanense.

### **a) *Nomina regum*: a listagem dos reis de Leão**

#### **i) Identificação por via da análise diplomática**

Na primeira listagem fornecida, o compilador menciona, em sequência, os nomes de três reis, sem qualquer informação adicional sobre o seu enquadramento cronológico ou factológico<sup>397</sup>. A sua caracterização processa-se apenas através da referência ao respectivo antropónimo – «Ranemirus», «Santius» e «Veremudus» ([NR]) –, seguido, em todos os casos, do qualificativo – «rex» ([NR]) – que exprime as suas funções de prestígio na hierarquia política hispânica.

Embora não seja fácil identificar à partida os reis a que se reporta o compilador, dada a existência de monarcas homónimos com os quais a comunidade monástica mantém relações privilegiadas ao longo do seu percurso histórico, o facto é que também a análise detalhada dos diplomas coligidos no *Livro dos testamentos* nos pode dar algumas informações de relevo quanto à identidade dos reis discriminados na listagem inicial dos *Anais de S. Mamede de Lorvão*. De facto, se exceptuarmos os monarcas asturianos

---

una nueva interpretación», *Hispania. Revista española de historia*, vol. LIX/2, n.º 202, Maio-Agosto de 1999, pp. 389-432; e Jorge L. QUIROGA e Mónica R. LOVELLE, «La invasión árabe y el inicio de la “reconquista” en el Noroeste de la Península Ibérica (93-251/711-865)», in *Across the mediterranean frontiers. Trade, politics and religion, 650-1450. Selected proceedings of the international medieval congress, University of Leeds, 10-13 July 1995, 8-11 July 1996* (Edited by Dionisius A. AGIUS and Ian Richard NETTON), Turnhout, Brepols, 1997, pp. 61-86.

<sup>397</sup> Uma sinopse política sobre a monarquia asturiano-leonesa pode ver-se no clássico Fray Justo PÉREZ DE URBEL, O.S.B., «Los reyes asturianos» e «Los reyes leoneses», in *Historia de España Ramón Menéndez Pidal* (Dirigida por José María JOVER ZAMORA), t. VI: *España cristiana. Comienzo de la reconquista (711-1038)* (por Fray Justo PÉREZ DE URBEL, O.S.B., Ricardo del ARCO Y GARAY y Fernando VALLS TABERNER), Madrid, Espasa-Calpe, S.A., 1992, pp. 21-107 e 109-193, respectivamente. Sobre este assunto, vejam-se as sínteses de Justiniano RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, *García I (910-914). Ordoño II (914-924). Fruela II (924-925). Alfonso IV (925-931)*, Burgos, Editorial La Olmeda, 1997; Justiniano RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, *Ramiro II, rey de León*, Burgos, Editorial La Olmeda, 1998; Alfonso CEBALLOS-ESCALERA Y GILA, *Ordoño III (951-956). Sancho I (956-966). Ordoño IV (958-959). Ramiro III (966-985). Vermudo II (982-999)*, Burgos, Editorial La Olmeda, 2000; e José María FERNÁNDEZ DEL POZO, *Alfonso V (999-1028). Vermudo III (1028-1037)*, Burgos, Editorial La Olmeda, 1999.

Ordonho I e Afonso III, tal como os leoneses Fernando I e Afonso VI, para os quais o compilador é mais prolífico em termos narrativos, associando-os a quatro distintas notícias – [1], [1] e [3], [5] e [6], respectivamente –, os nomes que encabeçam as efemérides analísticas propriamente ditas devem antes relacionar-se com os reis que mais de perto participam no percurso da comunidade monástica, e que, por esse mesmo motivo, merecem uma mais cuidada atenção.

A ideia é apriorística, mas serve pelo menos de base de apoio para a interpretação das fontes disponíveis. Na verdade, como teremos a oportunidade de demonstrar de seguida, o compilador procura consignar por escrito os nomes dos reis Ramiro II – ou, menos provavelmente, de Ramiro III –, Sancho I e Bermudo II de Leão, que figuram com relativa frequência nas cartas outorgadas pela comunidade que atestam o desenvolvimento da sua riqueza patrimonial tanto ao longo destes três reinados, como dos respectivos antecessores. Este aspecto só é possível na medida em que estes reis assumem, para além do papel de doadores, a função de subscritores de vários outros diplomas, facto que ocorre quer no momento em que é concretizado o acto de alienação patrimonial propriamente dito, quer em data posterior à outorga do documento através do qual é instituída a doação<sup>398</sup>.

É claro que esta observação, por si só, não pode considerar-se suficiente para se explicarem as razões pelas quais se encontram seriados apenas os nomes dos três monarcas leoneses, e, por sua vez, serem esquecidos os de outros monarcas com os quais a comunidade contactou durante várias décadas. Com efeito, na documentação monástica coeva surgem com alguma regularidade os nomes de outros reis, que o compilador aparentemente silencia de forma propositada. Assim o confirma o facto de, ao longo daquela centúria, o mosteiro receber pelo menos cinco doações régias, duas das quais protagonizadas por Ordonho II (40,00%)<sup>399</sup>; outras duas, por Ramiro II (40,00%)<sup>400</sup>; e uma única, por Sancho I (20,00%)<sup>401</sup>; atestando os

---

<sup>398</sup> Hoje nem sempre de fácil adscrição cronológica, devido ao hiato temporal existente entre os momentos da *actio* e da *conscriptio*. Sobre os problemas levantados pela subscrição da diplomática medieval portuguesa, António Joaquim Ribeiro GUERRA, *Os diplomas privados...*, pp. 179-193.

<sup>399</sup> DC 3 ([911].09.28) e DC 2 ([914-924].09.04).

<sup>400</sup> DC 37 (933.03.04) e DC 50 (943.01.26).

<sup>401</sup> DC 92 (966.11.15).

restantes diplomas onde se detectam os seus nomes simples actos de confirmação das disposições ali presentes<sup>402</sup>.

Uma vez que o nome do primeiro benemérito régio não surge na listagem em apreço, o compilador transpõe para o registo escrito uma interpretação de factos ainda mais selectiva, que não se prende com os actos de doação régia propriamente ditos e sugere antes a existência de um outro nível de relacionamento entre os monarcas citados no texto e a comunidade monástica<sup>403</sup>. Para melhor explicitarmos esta ideia, vejamos então, separadamente, cada um dos casos mencionados.

### «Ranemirus rex»

No que concerne a Ramiro II<sup>404</sup> ou Ramiro III<sup>405</sup>, a identificação correcta do nome pode suscitar-nos algumas dificuldades, relacionadas com o facto de ambos os reis figurarem na documentação monástica coeva. Se, por um lado, o critério cronológico nos pode levar a esclarecer algumas dúvidas – os

---

<sup>402</sup> Sobre as doações régias ao mosteiro, veja-se Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorvão...», pp. 197-214. Embora o autor constate que os reis de Leão deixam de confirmar os diplomas monásticos desde 981 (leia-se p. 207, sem indicação da respectiva fonte, embora reportando-se seguramente a DC 132, de 981.12.22), a verdade é que a última confirmação por nós encontrada no cartulário data de 985, sendo, portanto, quatro anos posterior à indicada pelo eminente medievista. É, portanto, compatível com a cronologia do reinado de Bermudo II (DC 145, de 985.04.25).

<sup>403</sup> Contudo, não é fácil perceber a lógica seguida pelo compilador quando silencia os nomes de Ordonho II e Ordonho III, até porque cabe ao primeiro uma posição de destaque no conjunto dos reis leoneses com os quais a comunidade mantém relacionamentos privilegiados nos séculos X e XI. Cf., a este propósito, as doações de Ordonho II a Lorvão em DC 3 ([911].09.28): «Hordonius rex hanc scriptura confirmationis a nobis facta conf. (?)»; e DC 2 ([914-924].09.04): «Hordonius rex hanc concessionem nobis (sic) manus meas r-oboro et confirmo»; com outras subscrições régias, atribuíveis, com plausibilidade, a Ordonho II em DC 22 (919.08.24, falso): «Ordonius rex conf.»; e DC 23 (919.08.24): «Ordonius rex conf.»; e a Ordonho III em DC 50 (943.01.26): «Ordonius prolis regis conf.», com a variante «Houdonius serenissimus princeps hanc uotum pii patris nostri conf.»; DC 100 ([951-956].12.22): «Ordonius rex conf.»; e DC 65 (952.11.13): «Ordonius princeps conf.». Sinopses políticas dos reinados de Ordonho II e Ordonho III em *Historia de España Ramón Menéndez Pidal* (Dirigida por José María JOVER ZAMORA), t. VI: *España cristiana...*, pp. 111-120 e 138-148, respectivamente; e Justiniano RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, *García I (910-914). Ordoño II (914-924). Fruela II (924-925). Alfonso IV (925-931)...*, pp. 35-133, para Ordonho II, e Alfonso CEBALLOS-ESCALERA Y GILA, *Ordoño III (951-956). Sancho I (956-966). Ordoño IV (958-959). Ramiro III (966-985). Vermudo II (982-999)...*, pp. 81-94, para Ordonho III.

<sup>404</sup> Sinopse política do seu reinado em *Historia de España Ramón Menéndez Pidal* (Dirigida por José María JOVER ZAMORA), t. VI: *España cristiana...*, pp. 125-138; e Justiniano RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, *Ramiro II, rey de León...*, pp. 7-288.

<sup>405</sup> Sinopse política do seu reinado em *Historia de España Ramón Menéndez Pidal* (Dirigida por José María JOVER ZAMORA), t. VI: *España cristiana...*, pp. 148-156; e Alfonso CEBALLOS-ESCALERA Y GILA, *Ordoño III (951-956). Sancho I (956-966). Ordoño IV (958-959). Ramiro III (966-985). Vermudo II (982-999)...*, pp. 129-155.

diplomas exarados em momento posterior à morte de Ramiro II podem atribuir-se a Ramiro III, enquanto que as cartas elaboradas em momento anterior à sua morte podem ter sido subscritas tanto pelo primeiro, como pelo segundo monarcas, representando, por isso, casos de mais difícil interpretação –, a verdade é que estas não clarificam cabalmente a opção tomada pelo compilador, ao contrário do que se verifica a propósito dos outros dois nomes.

QUADRO N.º 7:

**Ramiro II de Leão nos diplomas do cartório monástico de Lorvão**

Reinado	Número total de diplomas concedidos ou confirmados pelo rei	Natureza do diploma	Subscrição régia		Fonte
			Natureza	Data	
Ramiro II (931-951)	8 <sup>(a)</sup>	Doação do presbítero Fradilano ao mosteiro de Lorvão, no abaciado de João	Confirmação	Posterior à outorga do acto	DC 15 (907.04.13)
		Doação do rei Ordonho II ao mosteiro de Lorvão, no abaciado de Justo	Confirmação	Posterior à outorga do acto	DC 2 ([914-924].09.04)
		Doação de Gondesendo, Tegla [Alvites], Ónega Luz e Rodrigo Eriz ao mosteiro de Lorvão, no abaciado de Primo	Confirmação	Posterior à outorga do acto	DC 22 (919.08.24, falso)
		Doação de Gondesendo ao mosteiro de Lorvão, no abaciado de Primo	Confirmação	Posterior à outorga do acto	DC 23 (919.08.24)
		Doação de Ónega e seus filhos, Múnia, Ledegúndia, Ximeno e Mumadona [Dias], ao mosteiro de Lorvão	Confirmação	Coeva da outorga do acto (?) <sup>(b)</sup>	DC 34 (928.12.05)
		Doação do rei Ramiro II ao mosteiro de Lorvão, no abaciado de Mestúlio	Confirmação de doação própria	Coeva da outorga do acto <sup>(c)</sup>	DC 37 (933.03.04)

		Venda de «Zahadon [Falifaz]» e sua mulher, Aragunte, Crescónio e sua mulher, «Smelilo», e Bermudo a Gondeiro [Davides] e sua mulher, Susana	Confirmação	Coeva da outorga do acto (?) <sup>(c)</sup>	DC 39 (933.12.01)
		Doação do rei Ramiro II ao mosteiro de Lorvão, no abaciado de Mestúlio	Confirmação de doação própria	Coeva da outorga do acto <sup>(c)</sup>	DC 50 (943.01.26)

<sup>(a)</sup> Um dos quais falso (DC 22, de 919.08.24).

<sup>(b)</sup> Como rei de Portugal.

<sup>(c)</sup> Como rei de Leão.

É possível que, nos três diplomas do mosteiro de Lorvão datados de 933<sup>406</sup> e 943<sup>407</sup>, o nome constante da subscrição régia se identifique com o de Ramiro II, uma vez que este rei protagoniza naquelas datas duas doações patrimoniais à comunidade, sobre as quais nos pronunciámos anteriormente, constituídas por metade da igreja de St.<sup>a</sup> Cristina de Coimbra, tal como por duas partes da vila de Alvade e Serra e ainda metade da de Pedrulha. É igualmente provável que os cinco diplomas do mosteiro de Lorvão, datados de 907<sup>408</sup>, [914-924]<sup>409</sup>, 919<sup>410</sup> e 928<sup>411</sup>, tenham sido subscritos pelo mesmo monarca, na qualidade de confirmante, em data posterior às respectivas outorgas, como o sugere o facto de neles se efectuar a alienação de património relacionado com a mesma política de intervenção régia em território de fronteira, particularmente na região de Viseu. No primeiro e quarto casos, a

<sup>406</sup> DC 37 (933.03.04): «Ranemirus rex hanc concessione a nobis factam conf.»; e DC 39 (933.12.01): «Ranemirus rex confirmans», com outro confirmante régio («Veremudus rex confirmans»).

<sup>407</sup> DC 50 (943.01.26): «Ranemirus serenissimus princeps hanc concessione a nobis facta», com outro confirmante régio («Ordonius prolis regis conf.», seguida da variante, aplicável ao mesmo monarca, «Houdonius serenissimus princeps hanc uotum pii patris nostri conf.»).

<sup>408</sup> DC 15 (907.04.13): «Ranemirus rex conf.». É provável que a data da subscrição régia deste documento corresponda a 933, ano em que o monarca procede à doação de metade da igreja de St.<sup>a</sup> Cristina de Coimbra não contemplada vinte e seis anos antes, em 907, na doação do presbítero Fradilano ao mosteiro de Lorvão (DC 37, de 933.03.04).

<sup>409</sup> DC 2 ([914-924].09.04): «Ranemirus rex», com outro confirmante régio («Hordonius rex hanc concessionem nobis (sic) manus meas r-oboro et confirmo»).

<sup>410</sup> DC 22 (919.08.24, falso): «Ranemirus rex conf.»; e DC 23 (919.08.24): «Ranemirus rex conf.», com outros confirmantes régios, em ambos os documentos («Veremudus rex conf.», «Ordonius rex conf.» e «Santius rex conf.»).

<sup>411</sup> DC 34 (928.12.05): «Ranemirus progie regis conf.».

hipótese é mais do que segura. No segundo e terceiro, pelo contrário, suscita algumas dúvidas de interpretação, embora os nomes das personagens neles citados constituam, talvez, um argumento a favor da sua atribuição a este mesmo monarca.

A situação verificada a propósito de Ramiro II aplica-se também, com óbvias alterações, a Ramiro III. A presença do hipotético nome do segundo monarca, na qualidade de confirmante, em documentos cronologicamente enquadrados fora do âmbito do seu reinado pressupõe que estes diplomas tenham também recebido a subscrição régia em data posterior às respectivas outorgas. Assim acontece com dois diplomas, datados de [951-956]<sup>412</sup> e 961<sup>413</sup>, cujas subscrições não se podem atribuir a Ramiro II. De facto, este rei encontra-se despojado das suas insígnias desde 951, altura em que, nos termos solenes da liturgia da penitência *in extremis*, renuncia ao trono leonês e concede a púrpura régia ao seu filho, Ordonho III. Devem, portanto, atribuir-se antes a Ramiro III.

### «Santius rex»

No que respeita a Sancho I<sup>414</sup>, a sua associação ao mosteiro parece estar também ligada à acção da família condal conimbricense, mais concretamente à figura de Gonçalo Moniz, o principal responsável por uma intriga palaciana que culminará com a morte do rei por ingestão de uma maçã envenenada, pouco depois de este se deslocar ao mosteiro de Lorvão, em 966.

### QUADRO N.º 8:

#### Sancho I de Leão nos diplomas do cartório monástico de Lorvão

Reinado	Número total	Natureza do	Subscrição régia	Fonte
---------	--------------	-------------	------------------	-------

<sup>412</sup> DC 100 ([951-956].12.22): «Ramirus rex conf.», com outros confirmantes régios («Ordonius rex conf.», «Sancius serenissimus princeps conf.» e «Veremudus rex simili modo conf.»).

<sup>413</sup> DC 84 (961.11.12): «Ranemirus rex unc factum quam fecerunt auios et parentes nostros ego conf.», com outros confirmantes régios («Santius serenissimus princeps conf.» e «Veremudus rex simili modo conf.»).

<sup>414</sup> Sinopse política do seu reinado em *Historia de España Ramón Menéndez Pidal* (Dirigida por José María JOVER ZAMORA), t. VI: *España cristiana...*, pp. 138-148; e Alfonso CEBALLOS-ESCALERA Y GILA, *Ordoño III (951-956). Sancho I (956-966). Ordoño IV (958-959). Ramiro III (966-985). Vermudo II (982-999)...*, pp. 95-110.

	de diplomas concedidos e confirmados pelo rei	diploma	Natureza	Data	
Sancho I (956-966)	6 <sup>(a)</sup>	Doação de Gondesendo, Tegla [Alvites], Ónega Luz e Rodrigo Eriz ao mosteiro de Lorvão, no abaciado de Primo	Confirmação	Posterior à outorga do acto	DC 22 (919.08.24, falso)
		Doação de Gondesendo ao mosteiro de Lorvão, no abaciado de Primo	Confirmação	Posterior à outorga do acto	DC 23 (919.08.24)
		Doação de Múnia [Dias] ao mosteiro de Lorvão	Confirmação	Posterior à outorga do acto	DC 100 ([951-956].12.22)
		Doação de Inderquina «Pala» ao mosteiro de Lorvão	Confirmação	Coeva da outorga do acto (?)	DC 84 (961.11.12)
		Doação do rei Sancho I ao mosteiro de Lorvão, no abaciado de Primo	Confirmação de doação própria	Coeva da outorga do acto	DC 92 (966.11.15)
		Doação de Múnia [Dias] ao mosteiro de Lorvão	-	-	DC 107 (973.03.22, falso ou interpolado)

<sup>(a)</sup> Dois dos quais falsos (DC 22, de 919.08.24; e DC 107, de 973.03.22).

Relacionam-se com este monarca leonês pelo menos três momentos, enquadráveis no seu período de governo, em que surge associado a processos de alienação patrimonial a favor de instituições religiosas situadas na fronteira ocidental a Sul do Douro: um deles, relativo a Mosteirinho, em 957<sup>415</sup>, e dois, a Lorvão, em 961<sup>416</sup> e 966<sup>417</sup>. Se, nos dois primeiros casos, a presença do rei em

<sup>415</sup> DC 73 (957.10.14): «Sanctius rex conf.». É, contudo, provável que a subscrição deste documento se tenha dado no momento em que o rei se dirige à região de Coimbra nove anos depois, em 966. De facto, o primeiro diploma atesta uma doação efectuada por Inderquina «Pala» a S. Salvador de Mosteirinho, instituição que integra o padroado de Lorvão desde 961, por doação da mesma em acto confirmado pelo monarca leonês (DC 84, de 961.11.12).

<sup>416</sup> DC 84 (961.11.12): «Santius serenissimus princeps conf.», com outros confirmantes régios («Ranemirus rex unc factum quam fecerunt auos et parentes nostros ego conf.» e «Veremudus rex simili modo conf.»). A observação efectuada anteriormente quanto à subscrição régia aplica-se também a este diploma, que pode ter sido confirmado pelo monarca apenas em 966.

<sup>417</sup> DC 92 (966.11.15): «Sancius serenissimus princeps hanc concessione a nobis facta», com outro confirmante régio («Veremudus rex conf-irmo»). Este diploma atesta, pela última vez, a



território de fronteira não é segura, no terceiro, ao invés, a sua deslocação ao mosteiro parece ter efectivamente ocorrido, pelo facto de nessa ocasião ser protagonizado uma importante doação patrimonial à comunidade, constituída por algumas terras arroteadas por Gondemiro Davides, irmão do abade Primo, numa área situada entre Alvade e Eiras, para além de um moinho localizado na vila de Ançã, pouco antes de ser assassinado por instigação do satélite condal. Fora do âmbito cronológico do seu reinado, encontram-se ainda quatro diplomas do mosteiro de Lorvão, datados de 919<sup>418</sup>, [951-956]<sup>419</sup> e 973<sup>420</sup>, em que o seu nome é atestado na qualidade de confirmante. Nestes últimos casos, a subscrição régia é, à semelhança do que apontámos para Ramiro II e Ramiro III, posterior às respectivas outorgas, pelo que deve considerar-se apenas como um testemunho da prática de confirmação de diplomas passados pelos respectivos antecessores.

### «Veremudus rex»

No que respeita a Bermudo II<sup>421</sup>, também a proximidade do monarca ao mosteiro parece dever-se à acção da família condal conimbricense, uma vez que Gonçalo Moniz se assume novamente como um dos principais protagonistas da sublevação dos magnatas do palácio contra Ramiro III, ocorrida entre 982 e 984, no decurso da qual o conde provavelmente acaba por morrer e que culmina com a imposição do novo rei e a sua unção na igreja de Santiago de Compostela.

---

presença do rei na região de Coimbra antes do seu falecimento, ainda em 966, pelo que a subscrição das cartas anteriores, relativas a uma instituição pertencente ao padroado de Lorvão, pode ter sido feita apenas nesta altura, não se justificando a eventual deslocação do rei ao território de fronteira, mais concretamente à região de Viseu, em 957 e 961 (DC 73, de 957.10.14; e DC 84, de 961.11.12).

<sup>418</sup> DC 22 (919.08.24, falso): «Sanctius rex conf.»; e DC 23 (919.08.24): «Santius rex conf.», com outros confirmantes régios, em ambos os documentos («Veremudus rex conf.», «Ranemirus rex conf.» e «Ordonius rex conf.»).

<sup>419</sup> DC 100 ([951-956].12.22): «Sancius serenissimus princeps conf.», com outros confirmantes régios («Ordonius rex conf.», «Ranemirus rex conf.» e «Veremudus rex simili modo conf.»).

<sup>420</sup> DC 107 (973.03.22, falso ou interpolado): «Sancius rex conf.».

<sup>421</sup> Sinopse política do seu reinado em *Historia de España Ramón Menéndez Pidal* (Dirigida por José María JOVER ZAMORA), t. VI: *España cristiana...*, pp. 156-170; e Alfonso CEBALLOS-ESCALERA Y GILA, *Ordoño III (951-956). Sancho I (956-966). Ordoño IV (958-959). Ramiro III (966-985). Vermudo II (982-999)...*, pp. 157-195.

QUADRO N.º 9:

**Bermudo II de Leão nos diplomas do cartório monástico de Lorvão**

Reinado	Número total de diplomas confirmados pelo rei	Natureza do diploma	Subscrição régia		Fonte
			Natureza	Data	
Bermudo II (982-999)	10 <sup>(a)</sup>	Doação de Gondesendo, Tegla [Alvites], Ónega Luz e Rodrigo Eriz ao mosteiro de Lorvão, no abaciado de Primo	Confirmação	Posterior à outorga do acto	DC 22 (919.08.24, falso)
		Doação de Gondesendo ao mosteiro de Lorvão, no abaciado de Primo	Confirmação	Posterior à outorga do acto	DC 23 (919.08.24)
		Venda de «Zahadon [Falifaz]» e sua mulher, Aragunte, Crescónio e sua mulher, «Smelilo», e Bermudo a Gondeiro [Davides] e sua mulher, Susana	Confirmação	Posterior à outorga do acto	DC 39 (933.12.01)
		Doação de Ilduara a Gondeiro Davides, e, por sua morte, ao mosteiro de Lorvão	Confirmação	Posterior à outorga do acto	DC 45 (937.11.18)
		Doação de Múnia [Dias] ao mosteiro de Lorvão	Confirmação	Posterior à outorga do acto	DC 100 ([951-956].12.22)
		Doação de Gonçalo Moniz ao mosteiro de Lorvão, no abaciado de Teodorico	Confirmação	Posterior à outorga do acto	DC 83 (961.03.25)
		Doação de Inderquina «Pala» ao mosteiro de Lorvão	Confirmação	Posterior à outorga do acto	DC 84 (961.11.12)
		Doação do rei Sancho I ao mosteiro de Lorvão, no abaciado de Primo	Confirmação	Posterior à outorga do acto	DC 92 (966.11.15)
		Doação de Gonçalo Mendes ao mosteiro de Lorvão	Confirmação	Posterior à outorga do acto	DC 132 (981.12.22)
		Doação de Ónega Luz e Rodrigo Eriz ao mosteiro de Lorvão, no abaciado de Primo	Confirmação	Coeva da outorga do acto (?)	DC 145 (985.04.25)

<sup>(a)</sup> Um dos quais falso (DC 22, de 919.08.24).

Para este monarca, documenta-se apenas um diploma do mosteiro de Lorvão, datado de 985<sup>422</sup>, cuja subscrição se enquadra dentro do âmbito cronológico do respectivo reinado. Da mesma forma, atestam-se ainda, fora deste âmbito cronológico, oito diplomas exarados no mosteiro, com data de 919<sup>423</sup>, 937<sup>424</sup>, [951-956]<sup>425</sup>, 961<sup>426</sup>, 966<sup>427</sup> e 981<sup>428</sup>, e um diploma particular, de 933<sup>429</sup>, cujas subscrições régias, à semelhança do que verificámos nos casos de Ramiro II, Sancho I e Ramiro III, são posteriores às respectivas outorgas.

## ii) Critérios de selecção do compilador

Em todos os casos evidenciados, as subscrições régias remetem-nos para actos de doação que contemplam o mosteiro de Lorvão, não sendo a maioria destes actos protagonizada pelos próprios monarcas leoneses, mas sim por membros da nobreza tradicional hispânica instalados tanto a Norte como a Sul do Douro. São, portanto, figuras pertencentes à mais alta estirpe da nobreza condal portugalense e conimbricense, proprietária de bens situados nas imediações do mosteiro e cedidos como sufrágio material pela perpétua remissão dos seus pecados, que, em determinado momento, vêem os seus actos da prática confirmados por um ou vários monarcas.

Na prática, isto significa que a intervenção dos sucessivos reis leoneses, ocorra ela no momento em que é lavrado diploma ou seja ela posterior à respectiva outorga, tem como objectivo proceder à validação de gestos mediante os quais se efectua a alienação de património fundiário na posse da nobreza local. Este facto só se compreende se tivermos em conta que estes

---

<sup>422</sup> DC 145 (985.04.25): «Veremudus rex conf.».

<sup>423</sup> DC 22 (919.08.24, falso): «Veremudus rex conf.»; e DC 23 (919.08.24): «Veremudus rex conf.», com outros confirmantes régios, em ambos os documentos («Ranemirus rex conf.», «Ordonius rex conf.» e «Santius rex conf.»).

<sup>424</sup> DC 45 (937.11.18): «Veremudus prolis regis».

<sup>425</sup> DC 100 ([951-956].12.22): «Veremudus rex simili modo conf.», com outros confirmantes régios («Ordonius rex conf.», «Ramirus rex conf.» e «Sancius serenissimus princeps conf.»).

<sup>426</sup> DC 83 (961.03.25): «Veremudus rex confirmo»; e DC 84 (961.11.12): «Veremudus rex simili modo conf.», com outros confirmantes régios («Ranemirus rex unc factum quam fecerunt auios et parentes nostros ego conf.» e «Santius serenissimus princeps conf.»).

<sup>427</sup> DC 92 (966.11.15): «Veremudus rex conf-irmo», com outro confirmante régio («Sancius serenissimus princeps hanc concessione a nobis facta»).

<sup>428</sup> DC 132 (981.12.22): «Veremudus rex. Prolix domni ordonii».

<sup>429</sup> DC 39 (933.12.01): «Veremudus rex confirmans», com outro confirmante régio («Ranemirus rex confirmans»).

gestos correspondem a expressões de despojamento material por parte dos doadores em benefício de instituições do padroado régio, não recebendo aqueles em troca senão o solaz espiritual que as mais prósperas comunidades monásticas da região são, alegadamente, capazes de assegurar. Para além disso, revelam também que o incremento da fortuna monástica é, em grande medida, tributário da protecção que as famílias condaís lhe dão.

Para uma mais precisa leitura das informações avançadas, na sua relação com a listagem régia, a análise do quadro que se segue pode, talvez, revelar-se bastante pertinente.

QUADRO N.º 10:

**Subscrições régias nos diplomas do cartório monástico de Lervão (séc. X)**

Data de outorga do diploma	Subscrições régias	Outras subscrições		Fonte	Observações
		Condaís	Episcopais		
907.04.13	Ramiro II	Gonçalo Moniz	Paio de [Coimbra]; Froarengo do [Porto]	DC 15	
[911].09.28	Ordonho II	-	Nausto de [Coimbra]; Froarengo do [Porto]; Juvário de [Lamego]; Ricardo de [Lugo], Savarigo de [Dume]	DC 3	
[914-924].09.04	Ordonho II; Ramiro II	Gonçalo Moniz	Oveco de Leão; Dulcídio de Viseu	DC 2	
919.08.24	Ordonho II; Ramiro II; Sancho I; Bermudo II	-	-	DC 22	Diploma falso
919.08.24	Ordonho II; Ramiro II; Sancho I; Bermudo II	-	-	DC 23	
928.12.05	Ramiro II	Gonçalo Moniz	Pantaleão de [Lamego]; Paio de [Coimbra]; Salomão de [Viseu]	DC 34	
933.03.04	Ramiro II	-	Oveco de [Leão]	DC 37	
933.12.01	Ramiro II; Bermudo II	-	-	DC 39	
937.11.18	Bermudo II	-	-	DC 45	
943.01.26	Ramiro II; Ordonho III	Gonçalo Moniz	Gondesendo de Coimbra; Dulcídio de Viseu	DC 50	
[951-956].12.22	Ordonho III; Sancho I; Ramiro III; Bermudo II	Gonçalo Moniz	Guilhulfo de Coimbra; Hermenegildo de Viseu; Tiago de Lamego; Ariano de Dume;	DC 100	

			Sesnando de Iria; Domingo de Zamora		
952.11.13	Ordonho III	-	-	DC 65	
961.03.25	Bermudo II	Gonçalo Moniz	-	DC 83	
961.11.12	Sancho I; Ramiro III; Bermudo II	Gonçalo Moniz	Rosendo de [Mondanhedo-Dume]; Gonçalo de Leão; Guilhulfo de Tui; Ariano de Dume; Sesnando de Iria; Domingo de Zamora; Hermenegildo de Viseu	DC 84	
966.11.15	Sancho I; Bermudo II	Gonçalo Moniz	-	DC 92	
973.03.22	Sancho I	Gonçalo Moniz	Rosendo de [Mondanhedo-Dume]	DC 107	Diploma falso ou interpolado
981.12.22	Bermudo II	-	Guilhulfo de Coimbra; Íquila de Viseu; Tiago de Lamego	DC 132	
985.04.25	Bermudo II	-	-	DC 145	

A observação do quadro aponta para a existência de referências, nos actos compilados no *Livro dos testamentos*, aos reis Ordonho II, Ramiro II, Ordonho III, Sancho I, Ramiro III e Bermudo II, que, como tivemos a oportunidade de constatar, surgem tanto na qualidade de doadores como de subscritores dos diplomas relativos ao percurso económico da comunidade monástica. A sua presença não é isolada, uma vez que se registam nos mesmos diplomas – sem que isso signifique necessariamente a sua concentração sincrónica – outros múltiplos confirmantes, de variadas condições sociais.

Se reordenarmos o quadro anterior, obtemos uma representação que nos permite salientar ainda um outro facto importante: os três reis destacados pelo compilador – Ramiro II, Sancho I e Bermudo II – são aqueles que com maior regularidade surgem nos diplomas conservados no *Livro dos testamentos*. A leitura do quadro que se segue reforça precisamente esta conclusão.

#### QUADRO N.º 11:

##### Os reis de Leão nos diplomas do cartório monástico de Lervão (séc. X)

Rei	Natureza da	Número de	Fontes
-----	-------------	-----------	--------

	<b>intervenção régia</b>	<b>diplomas com intervenção régia</b>	
Ordonho II (914-924)	Benemérito do mosteiro (2) e confirmante (4)	4 <sup>(a)</sup>	DC 3 ([911].09.28); DC 2 ([914-924].09.04); DC 22 (919.08.24, falso); DC 23 (919.08.24)
Ramiro II (931-951)	Benemérito do mosteiro (2) e confirmante (8)	8 <sup>(a)</sup>	DC 15 (907.04.13); DC 2 ([914-924].09.04); DC 22 (919.08.24, falso); DC 23 (919.08.24); DC 34 (928.12.05); DC 37 (933.03.04); DC 39 (933.12.01); DC 50 (943.01.26)
Ordonho III (951-956)	Confirmante (3)	3	DC 50 (943.01.26); DC 100 ([951-956].12.22); DC 65 (952.11.13)
Sancho I (956-966)	Benemérito do mosteiro (1) e confirmante (6)	6 <sup>(b)</sup>	DC 22 (919.08.24, falso); DC 23 (919.08.24); DC 100 ([951-956].12.22); DC 84 (961.11.12); DC 92 (966.11.15); DC 107 (973.03.22, falso ou interpolado)
Ramiro III (966-985)	Confirmante (2)	2	DC 100 ([951-956].12.22); DC 84 (961.11.12)
Bermudo II (982-999)	Confirmante (10)	10 <sup>(a)</sup>	DC 22 (919.08.24, falso); DC 23 (919.08.24); DC 39; DC 45; DC 100 ([951-956].12.22); DC 83 (961.03.25); DC 84 (961.11.12); DC 92 (966.11.15); DC 132 (981.12.22); DC 145 (985.04.25)

<sup>(a)</sup> Um dos quais falso (DC 22, de 919.08.24).

<sup>(b)</sup> Dois dos quais falsos (DC 22, de 919.08.24; e DC 107, de 973.03.22).

A análise do quadro é, pois, elucidativa da maneira como se concebeu a representação analística do passado monástico. Não é, de facto, estranho que a memória recuada do autor sobre a monarquia leonesa – excepção feita para os reis encarados como agentes dinâmicos dos eventos analísticos – recaia sobre estas três personalidades. Se, no conjunto das cartas reunidas no *Livro dos testamentos*, Ramiro III surge apenas duas vezes na qualidade de confirmante; Ordonho III, três, todas igualmente nesta qualidade; e Ordonho II, quatro, duas como confirmante e outras duas na qualidade de benemérito; o certo é que cabe aos monarcas restantes – também aqueles sobre os quais recai a atenção do compilador em [NR] – o mérito de terem intervindo o maior número de vezes na produção do *corpus* documental: Sancho I está associado a seis diplomas, procedendo à confirmação de todos os seis e protagonizando uma doação à própria comunidade; Ramiro II intervém em oito cartas, confirmando-as todas e protagonizando, por sua vez, duas doações; e Bermudo II está associado a dez diplomas, limitando-se apenas a confirmar os actos produzidos pela comunidade monástica.

Nenhum dos três nomes é referido nas notícias analísticas que se seguem à listagem propriamente dita, aspecto que evidencia só por si um diferente grau de aproximação do compilador laurbanense à memória régia representada por estas singulares figuras. A corroborar esta afirmação encontra-se o facto de a sua actuação política se enquadrar cronologicamente numa centúria para a qual o autor do texto não nos fornece nenhum evento específico. O compilador é, pois, omissos no que concerne a factos ocorridos durante o século X, embora pareça estar claramente consciente de que é durante essa centúria que o mosteiro alcança um estatuto de excepção no conjunto das comunidades monásticas localizadas em território de fronteira, pela especial protecção que parece ter recebido das autoridades régias. Assim o indica a concisa relação com que inicia o seu texto, que procura delimitar e acentuar, através de um novo procedimento selectivo, as conjunturas que mais contribuem para a afirmação da comunidade como protagonista no palco político leonês. Se as seis notícias que compõem os anais nos remetem para um entendimento próprio da história, em nenhum dos casos directamente associado à acção do colégio monástico, os três reis leoneses contemplados pelo autor situam-nos num quadro em que o mosteiro parece tomar consciência do seu próprio percurso institucional, recuperando nas cartas compiladas no *Livro dos testamentos* a memória dos reis que, em representação de uma ordem de considerável prestígio e influência sociais, se deslocaram ao mosteiro e contribuíram para o engrandecimento da sua imagem e fortuna.

De facto, dos seis reis cujo nome é possível documentar naquela colecção diplomática, são os de Ramiro II, Sancho I e Bermudo II aqueles que merecem um mais acentuado destaque, na medida em que se encontram também associados ao maior número de actos da prática integrável neste universo documental. Para além de vários outros aspectos já apontados, o que nos parece interessante destacar é o facto de a memória do compilador sobre estas três figuras parecer não ter em conta como, num momento específico da história da fronteira ocidental hispânica, pelo menos um destes reis, Sancho I, se revelou adverso aos interesses da família patronal, representada neste caso por Gonçalo Moniz. O que prevalece é, pois, a ideia de que também o mosteiro

procurou manter uma certa isenção relativamente às intrigas que culminaram com o envenenamento do monarca, beneficiando não só da anterior proximidade do conde de Coimbra, mas também da oportunidade de encontrar no rei de Leão um apoiante da sua política de consolidação de riquezas.

A proximidade dos protagonistas régios às famílias condaís, e, mais concretamente, às figuras que participam de perto nos assuntos patrimoniais relativos à comunidade, parece ser um dado a favor da selecção analística daqueles monarcas, os quais correspondem às mais altas instâncias políticas do reino com as quais o mosteiro se relaciona regularmente. Esta proximidade deve-se a aspectos relacionados com o acréscimo da fortuna patrimonial laurbanense ao longo do século X, razão pela qual o nome dos três reis está associado quer a actos de doação, quer a actos de subscrição dos diplomas produzidos pela comunidade ao longo de diversos abaciados, documentando-se, a este respeito, menções aos nomes de João, Justo, Teodorico, Mestúlio e Primo.

Neste sentido, a selecção dos nomes régios que figuram na listagem inicial dos *Anais de S. Mamede de Lorvão* parece seguir uma lógica própria. Na sua generalidade, o cômputo dos diplomas relativos a estes monarcas constitui um dado a favor da hipótese de o códice supra-citado não constituir apenas um suporte material de transmissão do texto analístico, mas também uma das principais fontes para a sua elaboração. Com efeito, a listagem régia ali presente, na medida em que parece reproduzir os nomes dos reis que surgem com maior frequência nas cartas exaradas pela comunidade monástica, pressupõe um acesso directo do autor aos diplomas nele coligidos, o que nos leva a pensar que a listagem fornecida no texto é indissociável do conhecimento prévio das cartas, porventura ainda sob forma de autógrafos, que condensam a memória religiosa. Compreende-se assim a razão pela qual é no códice que reúne todas as cartas que se encontra escrito o texto analístico. Dir-se-ia que, no percurso de fixação da memória, a comunidade monástica compreendeu o *Livro dos testamentos* como um instrumento de clarificação e confirmação dos objectivos a alcançar com os anais propriamente ditos.



Seja como for, a comunidade monástica vê os seus diplomas concedidos ou confirmados também por Gonçalo Moniz, cujo nome surge em nove diferentes diplomas a par das confirmações régias, atribuíveis, num caso (11,11%), a Ordonho II<sup>430</sup>; em quatro (44,44%), a Ramiro II<sup>431</sup>; em dois (22,22%), a Ordonho III<sup>432</sup>; em quatro (44,44%), a Sancho I<sup>433</sup>; em dois (22,22%), a Ramiro III<sup>434</sup>; e, por fim, em quatro (44,44%), a Bermudo II<sup>435</sup>. Contudo, as confirmações condaís não podem considerar-se sincrónicas, em todos os casos apontados, das subscrições régias. De facto, na medida em que não dispomos de dados que assegurem a sua sincronia, os nove diplomas supra-citados devem apenas entender-se como documentos onde é possível atestar em simultâneo os nomes de Gonçalo Moniz e dos seis reis leoneses.

Esta inserção da comunidade monástica na órbita mais prestigiante da política leonesa encontra paralelos no seio da hierarquia eclesiástica, sendo os diplomas subscritos por estes reis igualmente confirmados por figuras da Igreja cristã hispânica, entre bispos e abades<sup>436</sup>. Veja-se, por exemplo, o seguinte quadro:

QUADRO N.º 12:

**Subscrições episcopais nos diplomas do cartório monástico de Lervão  
(séc. X)**

Data de outorga do diploma	Abaciado	Bispos subscritores	Fonte
907.04.13	João	Paio de [Coimbra] <sup>437</sup>	DC 15
907.04.13	João	Froarengo do [Porto]	DC 15
[910-924].09.04	Justo	Oveco de Leão <sup>438</sup>	DC 2

<sup>430</sup> DC 2 ([914-924].09.04).

<sup>431</sup> DC 15 (907.04.13); DC 2 ([914-924].09.04); DC 34 (928.12.05); e DC 50 (943.01.26).

<sup>432</sup> DC 50 (943.01.26); e DC 100 ([951-956].12.22).

<sup>433</sup> DC 100 ([951-956].12.22); DC 84 (961.11.12); DC 92 (966.11.15); e DC 107 (973.03.22, falso ou interpolado).

<sup>434</sup> DC 100 ([951-956].12.22); e DC 84 (961.11.12).

<sup>435</sup> DC 100 ([951-956].12.22); DC 83 (961.03.25); DC 84 (961.11.12); e DC 92 (966.11.15).

<sup>436</sup> Veja-se Antonio PALOMEQUE TORRES, *Episcopologio de las sedes...*, 1966; com outros tratamentos em José MARQUES, «Las diócesis portuguesas...», pp. 177-214; e Manuel CARRIEDO TEJEDO, «Los episcopologios portugueses...», pp. 311-401.

<sup>437</sup> Confirmação posterior à outorga do documento, atendendo a que Paio foi bispo de Coimbra entre 928 e 931 (Manuel CARRIEDO TEJEDO, «Los episcopologios portugueses...», pp. 311-401). O testemunho episcopal deve atribuir-se ao abaciado de Mestúlio, como o sugere o facto de o mesmo bispo subscrever, em 928, um documento seu contemporâneo (DC 34, de 928.12.05).

<sup>438</sup> Confirmação posterior à outorga do documento, atendendo a que Oveco foi bispo de Leão entre 927 e 950 (Manuel CARRIEDO TEJEDO, «Tres obispos de León (Frunimio, Cixila y Oveco) y el tránsito de la monarquía asturiana a la leonesa», *Studium legionense*, n.º 34, 1993, pp. 299-

[910-924].09.04	Justo	Dulcídio de Viseu <sup>439</sup>	DC 2
[911].09.28	[Justo]	Nausto de [Coimbra]	DC 3
[911].09.28	[Justo]	Froarengo do [Porto]	DC 3
[911].09.28	[Justo]	Juvário de [Lamego]	DC 3
[911].09.28	[Justo]	Ricardo de [Lugo]	DC 3
[911].09.28	[Justo]	Savarigo de [Dume]	DC 3
928.12.05	[Mestúlio]	Pantaleão de [Lamego]	DC 34
928.12.05	[Mestúlio]	Paio de [Coimbra]	DC 34
928.12.05	[Mestúlio]	Salomão de [Viseu]	DC 34
933.03.04	Mestúlio	Oveco de [Leão]	DC 37
943.01.26	Mestúlio	Gondesendo de Coimbra	DC 50
943.01.26	Mestúlio	Dulcídio de Viseu	DC 50
[951-956].12.22	[Teodorico]	Guilhulfo de Coimbra <sup>440</sup>	DC 100
[951-956].12.22	[Teodorico]	Hermenegildo de Viseu <sup>441</sup>	DC 100
[951-956].12.22	[Teodorico]	Tiago de Lamego <sup>442</sup>	DC 100
[951-956].12.22	[Teodorico]	Ariano de Dume	DC 100
[951-956].12.22	[Teodorico]	Sesnando de Iria	DC 100
[951-956].12.22	[Teodorico]	Domingo de Zamora	DC 100
961.11.12	[Teodorico]	Rosendo de [Mondanhedo]	DC 84
961.11.12	[Teodorico]	Gonçalo de Leão	DC 84
961.11.12	[Teodorico]	Guilhulfo de Tui	DC 84
961.11.12	[Teodorico]	Ariano de Dume	DC 84
961.11.12	[Teodorico]	Sesnando de Iria	DC 84
961.11.12	[Teodorico]	Domingo de Zamora	DC 84
961.11.12	[Teodorico]	Hermenegildo de Viseu	DC 84
973.03.22	[Primo]	Rosendo de [Mondanhedo]	DC 107
974.07.22	[Primo]	Guilhulfo de Coimbra	DC 114
974.07.22	[Primo]	Íquila de Viseu	DC 114
974.07.22	[Primo]	Tiago de Lamego	DC 114
981.12.22	[Primo]	Guilhulfo de Coimbra	DC 130
981.12.22	[Primo]	Íquila de Viseu	DC 130
981.12.22	[Primo]	Tiago de Lamego	DC 130
981.12.22	[Primo]	Guilhulfo de Coimbra	DC 132
981.12.22	[Primo]	Íquila de Viseu	DC 132

316). O testemunho episcopal deve atribuir-se ao abaciado de Mestúlio ou de Teodorico, sendo mais provável que se trate do primeiro visto que o mesmo subscreve, em 933, um documento seu contemporâneo (DC 37, de 933.03.04).

<sup>439</sup> Confirmação posterior à outorga do documento, atendendo a que Dulcídio foi bispo de Viseu entre 937 e 955 (?) (Manuel CARRIEDO TEJEDO, «Los episcopologios portugueses...», pp. 311-401). O testemunho episcopal deve atribuir-se ao abaciado de Mestúlio ou de Teodorico, sendo mais provável que se trate do primeiro visto que o mesmo subscreve, em 943, um documento seu contemporâneo (DC 50, de 943.01.26).

<sup>440</sup> Confirmação posterior à outorga do documento, visto que Guilhulfo foi bispo de Coimbra entre 974 e 982 (Manuel CARRIEDO TEJEDO, «Los episcopologios portugueses...», pp. 311-401). O testemunho episcopal deve atribuir-se ao abaciado de Primo, como o sugere o facto de, em 974, 981 e 982, o mesmo bispo subscrever quatro documentos seus contemporâneos (DC 114, de 974.07.22; DC 130, de 981.12.22; DC 132, de 981.12.22; DC 136, de 982.09.01).

<sup>441</sup> Confirmação posterior à outorga do documento, visto que Hermenegildo foi bispo de Viseu entre 959 e 961 (Manuel CARRIEDO TEJEDO, «Los episcopologios portugueses...», pp. 311-401). O testemunho episcopal deve atribuir-se ao abaciado de Teodorico, como o sugere o facto de, em 961, o mesmo bispo subscrever um documento seu contemporâneo (DC 84, de 961.11.12).

<sup>442</sup> Confirmação posterior à outorga do documento, visto que Tiago foi bispo de Lamego entre 961 (?) e 982 (Manuel CARRIEDO TEJEDO, «Los episcopologios portugueses...», pp. 311-401). O testemunho episcopal deve atribuir-se ao abaciado de Teodorico ou de Primo, sendo mais provável que se trate do segundo visto que o mesmo bispo subscreve, em 974 e 981, três documentos seus contemporâneos (DC 114, de 974.07.22; DC 130, de 981.12.22; DC 132, de 981.12.22).

981.12.22	[Primo]	Tiago de Lamego	DC 132
982.09.01	Primo	Guilhulfo de Coimbra	DC 136

Entre as sedes aqui representadas, encontram-se as dioceses de Coimbra<sup>443</sup> e Viseu<sup>444</sup>, com quatro bispos cada; Lamego<sup>445</sup> e Mondonhede-Dume<sup>446</sup>, com três; Leão<sup>447</sup>, com dois; Iria<sup>448</sup>, Lugo<sup>449</sup>, Porto<sup>450</sup>, Tui<sup>451</sup> e Zamora<sup>452</sup>, com um. Pela frequência numérica de subscrição dos respectivos prelados, são as dioceses de Coimbra e Viseu, em primeiro lugar, e de Lamego e Mondonhede-Dume, em segundo, as que se encontram mais frequentemente associadas a subscrições régias, aspecto que nos permite confirmar a efectiva importância das dioceses de fronteira na configuração da esfera de

<sup>443</sup> Representada por Nausto, em DC 3 ([911].09.28); Gondesendo, em DC 50 (943.01.26); Guilhulfo, em DC 100 ([951-956].12.22) e DC 132 (981.12.22); e Paio, em DC 15 (907.04.13) e DC 34 (928.12.05) (Antonio PALOMEQUE TORRES, *Episcopologio de las sedes...*, pp. 477-481, para Nausto; pp. 486-487, para Gondesendo; pp. 487-488, para Guilhulfo; e pp. 489-491, para Paio). Manuel CARRIEDO TEJEDO, «Noticias biográficas y documentos perdidos de los obispos gallegos durante la primera mitad del siglo X», *Estudios mindonienses. Anuario de estudios histórico-teológicos de la diócesis de Mondoñedo-Ferrol*, n.º 15, 1999, p. 685.

<sup>444</sup> Representada por Salomão, em DC 34 (928.12.05); Dulcídio, em DC 2 ([914-924].09.04) e DC 50 (943.01.26); Hermenegildo, em DC 100 ([951-956].12.22) e DC 84 (961.11.12); e Íquila, em DC 132 (981.12.22) (Antonio PALOMEQUE TORRES, *Episcopologio de las sedes...*, pp. 472-473, para Salomão; pp. 473-475, para Dulcídio; pp. 475-476, para Hermenegildo; e pp. 475-476, para Íquila). Manuel CARRIEDO TEJEDO, «Noticias biográficas...», p. 687.

<sup>445</sup> Representada por Juvário, em DC 3 ([911].09.28); Pantaleão, em DC 34 (928.12.05); e Tiago, em DC 100 ([951-956].12.22) e DC 132 (981.12.22) (Antonio PALOMEQUE TORRES, *Episcopologio de las sedes...*, pp. 467-468, para Pantaleão; e pp. 468-469, para Tiago). Manuel CARRIEDO TEJEDO, «Noticias biográficas...», p. 685.

<sup>446</sup> Representada por Savarigo, em DC 3 ([911].09.28); Rosendo, em DC 84 (961.11.12) e DC 107 (973.03.22, falso ou interpolado); e Ariano, em DC 100 ([951-956].12.22) e DC 84 (961.11.12) (Antonio PALOMEQUE TORRES, *Episcopologio de las sedes...*, pp. 353-359, para Savarigo; pp. 360-381, para Rosendo; e pp. 381-386, para Ariano). Manuel CARRIEDO TEJEDO, «Noticias biográficas...», p. 686; e «Setenta obispos de Galicia, de 711 a 1073 (anteriores a la reforma gregoriana)», *Estudios mindonienses. Anuario de estudios histórico-teológicos de la diócesis de Mondoñedo-Ferrol*, n.º 18, 2002, p. 982.

<sup>447</sup> Representada por Oveco, em DC 2 ([914-924].09.04) e DC 37 (933.03.04); e Gonçalo, em DC 84 (961.11.12) (Antonio PALOMEQUE TORRES, *Episcopologio de las sedes...*, pp. 85-99, para Oveco; e pp. 100-117, para Gonçalo).

<sup>448</sup> Representada por Sesnando, em DC 100 ([951-956].12.22) e DC 84 (961.11.12) (Antonio PALOMEQUE TORRES, *Episcopologio de las sedes...*, pp. 317-329). Manuel CARRIEDO TEJEDO, «Noticias biográficas...», p. 686; e «Setenta obispos...», p. 981.

<sup>449</sup> Representada por Ricardo, em DC 3 ([911].09.28) (Antonio PALOMEQUE TORRES, *Episcopologio de las sedes...*, pp. 253-263). Manuel CARRIEDO TEJEDO, «Noticias biográficas...», p. 686; e «Setenta obispos...», pp. 981-982.

<sup>450</sup> Representada por Froarengo, em DC 15 (907.04.13) e DC 3 ([911].09.28) (Antonio PALOMEQUE TORRES, *Episcopologio de las sedes...*, pp. 455-460). Manuel CARRIEDO TEJEDO, «Noticias biográficas...», p. 686.

<sup>451</sup> Representada por Guilhulfo, em DC 84 (961.11.12) (Antonio PALOMEQUE TORRES, *Episcopologio de las sedes...*, pp. 441-449). Manuel CARRIEDO TEJEDO, «Noticias biográficas...», p. 686; e «Setenta obispos...», p. 983.

<sup>452</sup> Representada por Domingos, em DC 100 ([951-956].12.22) e DC 84 (961.11.12) (Antonio PALOMEQUE TORRES, *Episcopologio de las sedes...*, pp. 234-237).

relacionamentos monásticos, particularmente num momento que se pode considerar, se não contemporâneo, pelo menos paralelo ao das confirmações dos monarcas. Porque geograficamente mais próximas do mosteiro de Lorvão, não admira que os seus prelados surjam com regularidade junto da comunidade e confirmem os actos da prática em que intervêm várias figuras do reino. Ao longo de setenta e cinco anos, vinte e um bispos estiveram presentes no mosteiro ou, pelo menos, confirmaram os documentos exarados pelo respectivo colégio notarial. A partir dos finais do abaciado de Primo, no ultimo quartel do século X, a ausência de novas referências à acção destes prelados deve, talvez, entender-se no quadro da generalizada conjuntura de instabilidade política e militar que se vive na região, resultante em grande medida do lançamento de novas expedições de guerra por parte dos exércitos muçulmanos. O decréscimo significativo das referências documentais a partir desse momento parece ser sintoma de uma certa contracção dos circuitos de relacionamento monásticos, contrariada apenas pelo facto de, ao longo das décadas anteriores, se ter verificado uma tendencial subida do número de prelados em associação aos abades laurbanenses. Registamos dois casos apenas com João, embora o número aumente consideravelmente sob os seus sucessores: com Justo, sete, e Mestúlio, seis. Com Teodorico e Primo, abades que assistem ao lento despoletar da já citada conjuntura de crise, a situação parece atingir o seu ponto culminante, registando-se respectivamente treze e onze casos.

Tal como já evidenciámos, são as sedes de Coimbra, Viseu e Lamego as que fornecem um maior número de registos neste domínio de análise. Coimbra e Viseu aparecem conjuntamente oito vezes, logo seguidas de Lamego, em seis situações, e, um pouco mais afastadas, Mondonhede-Dume e Leão, em três, e Iria, Lugo, Porto e Zamora, em duas. O destaque recai, portanto, sobre os prelados cujas sedes estão geograficamente mais próximas do mosteiro, embora nunca deixando de se verificar uma certa capacidade de atracção sobre outras bem mais distantes dioceses do organigrama eclesiástico leonês. Em qualquer caso, os registos parecem-nos consentâneos com a identidade social dos protagonistas dos mais generosos comportamentos de benemerência a favor da comunidade antes do debelar da

crise, ou seja, sobretudo até à década de setenta do século X. E é indubitavelmente reflexo de uma situação de prestígio inaugurada nos finais da centúria anterior, com a provável fundação do mosteiro sob os auspícios de uma família próxima dos interesses régios.

Se, até àquela década, são onze as dioceses representadas na documentação laurbanense, a que se produz a partir daí assiste à drástica redução dos quantitativos registados, passando a estar representados nas cartas monásticas apenas três dioceses<sup>453</sup>. A presença dos bispos é, portanto, um facto a reter – até por ser ela um testemunho das esferas de integração social do mosteiro conimbricense, à semelhança do que viria a acontecer com a vizinha comunidade vacaricense<sup>454</sup> –, embora já sem o peso que se lhe pode atribuir para períodos anteriores. O que nos parece interessante destacar neste contexto é como o abaciado de Primo, que corresponde ao momento que assiste ao substancial incremento dos actos em benefício da comunidade, regista uma ligeira redução do número de prelados relativamente ao seu antecessor, em nítido contraponto às cada vez mais abundantes doações com que a comunidade se vê agraciada. Estas, contudo, tendem a ser protagonizadas por pequenas personagens da região, leigos e religiosos, e não tanto pelos membros das famílias condaís instaladas em território de fronteira. Este aspecto sugere que a presença dos bispos pode estar relacionada mais com a actuação dos condes de Coimbra, e, em especial, Gonçalo Moniz, do

---

<sup>453</sup> As subscrições aparentam ser, em todos os casos, anteriores à conquista da cidade de Coimbra pelos exércitos muçulmanos em 987.

<sup>454</sup> Sublinhe-se, no entanto, que a presença de bispos neste mosteiro é bastante mais residual, documentando-se a este respeito apenas quatro situações: em 1018, sob o abade Emilião, Afonso (LP 123, de 1018.01.12; Manuel CARRIEDO TEJEDO, «Los episcopologios portugueses...», pp. 342 e 400, nota 317, identifica-o sem certezas como bispo do Porto); em 1036, sob Flórido, um bispo sem nome (LP 93, de 1036.02.22; sem subscrição na versão constante de LP 146, de 1036.02.22, apesar de se poder tratar do bispo consagrante da igreja de Penacova, cuja construção se refere no documento); em 1086, sob Alvito, Paterno de Coimbra, Domingos e Julião, estes últimos de sede desconhecida (LP 101, de 1086.03.25, falso); e, em 1094, sob Salomão, Dalmácio de Santiago de Compostela e Amor de Lugo (LP 82, de 1094.11.13). No conjunto destas cartas, a que merece maior destaque é aquela que atesta a doação do mosteiro à Sé de Coimbra, sem dúvida como resultado do facto de se tratar de um acontecimento presidido pelos condes Raimundo e Urraca e assistido por uma importante comitiva de clérigos galegos. Outras situações podem ter levado a contactos com diversas sedes episcopais, como, a título de exemplo, a participação do presbítero Randulfo no concílio de Coyanza, onde seguramente pôde contactar com os prelados Pedro de Lugo, Froila de Oviedo, Crescónio de Iria, Ciprião de Leão, Diogo de Astorga, Mirão de Palência, Gomes de Calahorra, João de Pamplona, Gomes de Osma e Sesnando do Porto (LP 567, de 1050; Manuel CARRIEDO TEJEDO, «El gallego Pelayo Tedóniz: monje de Celanova (desde 1040), diácono compostelano (desde 1056) y obispo de León (desde 1065)», *Compostellanum*, vol. XLIV, n.ºs 1-2, Janeiro-Junho de 1999, p. 69).

que com a natureza dos actos jurídicos e composição das riquezas propriamente ditas. De resto, não nos esqueçamos que também a família de Gonçalo possui laços de parentesco com alguns dos prelados activos na região. Guterre Mendes, pai de Rosendo, permanece algum tempo em Coimbra, e sua mãe, Ilduara Eriz, é uma das beneméritas da comunidade monástica. Froila, irmão de Rosendo, aparece também várias vezes em Coimbra. Gonçalo Moniz é ele próprio irmão de Ariano, bispo de Dume, e sobrinho de Rosendo, bispo de Mondonhedo e abade de Celanova.

Exceptuando as cartas em que é possível atestar a subscrição isolada de prelados peninsulares, são vários os diplomas que documentam, em simultâneo, e à semelhança do que verificámos com Gonçalo Moniz, os nomes de diversos abades, cuja identificação está ainda hoje envolta em grande problemática.

#### QUADRO N.º 13:

##### **Subscrições abaciais nos diplomas do cartório monástico de Lervão (séc. X)**

<b>Data de outorga do diploma</b>	<b>Abaciado</b>	<b>Abades subscritores</b>	<b>Fonte</b>
935.09.11	Mestúlio	Desidério	DC 40
935.09.11	Mestúlio	Leovigildo	DC 40
935.09.11	Mestúlio	Abolino	DC 40
935.09.11	Mestúlio	Donadeu «Abuzhac»	DC 40
937.05.28	Teodorico	[Donadeu] «Abuzhac»	DC 44
946	Teodorico	Vitiza	DC 55
950.12.02	[Teodorico]	Donadeu [«Abuzhac»]	DC 62
950.12.02	[Teodorico]	Tedon	DC 62
954.03.11	Teodorico	Pedro	DC 68
957.11.02	[Teodorico]	Donadeu [«Abuzhac»]	DC 74
957.11.02	[Teodorico]	Tedon	DC 74
961.03.25	Teodorico	David	DC 83
961.03.25	Teodorico	Zacarias	DC 83
973.01.09	[Primo]	Soleimão	DC 106
974.07.22	[Primo]	Teodósio	DC 114
977.07.12	Primo	Muluc	DC 121

De um modo geral, estas conclusões apontam para a existência de um mosteiro ainda muito próximo do círculo político e eclesiástico leonês no século X, período ao longo do qual reis e bispos actuam em estreita consonância com os interesses da comunidade monástica. Revelam-se assim especialmente solícitos à confirmação dos diplomas que comprovam parte substancial dos actos de alienação patrimonial a favor do mosteiro, mesmo quando

protagonizados por personagens de origens obscuras, e não apenas por detentores de importantes prerrogativas administrativas na gestão do território fronteiriço. De forma alguma se trata de uma questão de interferência na política gizada pelos seus diferentes abades, até porque a sua constante presença apenas vem reforçar o excepcional poder da comunidade num momento que coincide com o acentuar da crise política da monarquia leonesa, cujos efeitos se fazem sentir com especial intensidade entre 987 e 1037. O que está em jogo é a importância que a comunidade parece ter efectivamente alcançado, no quadro do monaquismo de fronteira, como núcleo detentor de um estatuto de excepção junto daquelas personalidades, comprovando assim a sua integração na esfera de relacionamentos institucionais afecta à aula régia e à cúria prelatícia leonesas. Não obstante, será de toda a importância recordar que, na tradição visigótica, os poderes dos bispos sobre os mosteiros se podem considerar praticamente absolutos<sup>455</sup>, uma vez que é sobre eles que recaem as prerrogativas de consagrar as igrejas monásticas, nomear os respectivos abades e oficiantes mais significativos, conferindo-lhes igualmente a bênção episcopal, reconduzir qualquer falta ou desvio mais grave contra o disposto na disciplina regular e até conceder permissão e dar anuência à comunidade em processos de alienação patrimonial. Na prática, os bispos são os detentores de uma efectiva capacidade de intervenção, sancionada pelos seus poderes jurisdicionais, junto dos mosteiros da sua diocese, facto que a reunião dos concílios de Coyanza e Santiago de Compostela, em 1055 e 1056, vem afirmar ainda mais, pelo aditamento neste último de novas prescrições sobre a ordenação dos monges clérigos por parte do bispo e até mesmo de algumas regras para a condução interna da vida das comunidades monásticas,

---

<sup>455</sup> José MATTOSO (*Obras completas*, vol. 12: *O monaquismo ibérico...*, pp. 86-96) põe em evidência os trâmites institucionais do relacionamento entre bispo e mosteiros de uma mesma diocese na época a que nos reportamos, devendo-se ao mesmo autor (*Obras completas*, vol. 11: *A abadia de Pendorada das origens a 1160*, s.l., Círculo de Leitores, 2002, pp. 112-115) outras observações sobre esta matéria, respeitantes ao caso específico do mosteiro de S. João Baptista de Alpendurada. Em complemento, José Miguel ANDRADE CERNADAS (*El monacato beneditino y la sociedad de la Galicia medieval (siglos X al XIII)*), Corunha, Ediciós do Castro – Publicacións do Seminario de Estudos Galegos, 1997, pp. 183-188) analisa o caso dos mosteiros beneditinos galegos, com destaque para S. Julião de Samos, S. Salvador de Celanova, S. Paio de Antealtares e S. Martinho de Pinario.

mediadas pela realização de visitas pastorais com uma frequência variável de acordo com a necessidade<sup>456</sup>.

Os sinais da conjuntura depressiva que se agudiza na transição do século X para o século XI reflectem-se também na regularidade com que estas figuras, cuja influência é cada vez mais ameaçada pelo perigo da investida muçulmana, mais exactamente contra a cidade de Coimbra, se encontram presentes nos diplomas monásticos. Reflexo da ameaça representada pelas incursões muçulmanas é o desaparecimento dos diplomas monásticos, na qualidade de confirmante, da figura régia – datando-se de 985 a última subscrição de uma carta produzida no mosteiro, atribuída a Bermudo II –, tal como a tendencial redução do número de dioceses aqui representadas, ao ponto de a sua presença no mosteiro se limitar nos anos que se seguem apenas aos prelados de Coimbra, Viseu e Lamego.

#### **b) *Nomina abbatum*: a listagem dos abades de Lorvão**

Na segunda listagem fornecida, a que se dá a designação de «nomina abbatum de monasterium laurbanorum», o autor recorda o conjunto dos dez abades que governam os destinos da comunidade monástica laurbanense

---

<sup>456</sup> Não obstante todos estes aspectos, data ainda desta altura a fundação de mosteiros familiares que tendem a contrariar a política de dependência dos mosteiros relativamente ao bispo da sua diocese, uma vez que constituídos, na maioria dos casos, verdadeiramente à margem das leis canónicas. Este processo, que visa subverter a situação de ingerência episcopal nas mais diferentes matérias respeitantes à vida em comunidade, traduz-se na prática na colocação de bens em comum por famílias interessadas na fundação de uma igreja, às quais é conferido um aspecto monástico, subtraindo-se desta forma ao pagamento da indesejada terça (sobre a legislação canónica relativa às fundações eclesiásticas de iniciativa privada e à subsequente intervenção episcopal, veja-se José ORLANDIS, «Los monasterios familiares en España durante la Alta Edad Media», *Anuario de historia del derecho español*, t. XXVI, 1956, pp. 5-46). Procurando pôr fim a este afastamento da norma, a difusão, numa linha de continuidade com a tradição visigótica, dos cânones conciliares de Coyanza e Santiago de Compostela dá consideráveis poderes ao bispo para este poder exercer eficazmente as suas prerrogativas sobre os mosteiros, facto que é contrariado algumas décadas mais tarde pela adopção de uma política de isenção, concebida e propagada pelo movimento de reforma romano e cluniacense. Parece, no entanto, verificar-se nalguns mosteiros do território de fronteira, com destaque para S. João Baptista de Alpendurada, conforme constata José MATTOSO (*Obras completas*, vol. 11: *A abadía de Pendorada...*, p. 113), um inusitado crescimento da autoridade episcopal no preciso instante em que se impõem estas novas concepções, aspecto que, segundo este autor, encontra provavelmente a sua explicação no facto de a reforma ser aqui conduzida por iniciativa episcopal. No caso específico da diocese de Coimbra, e tendo em conta os prelados que se seguem ao restabelecimento da diocese após a conquista cristã da cidade, Paterno e Crescónio, pode dizer-se que prevalecem ainda nos finais do século XI os sinais da tradição visigótica, embora este último seja ordenado bispo num contexto de clara oposição entre moçarabistas e romanistas.



entre os finais do século IX e os inícios do século XII<sup>457</sup>. Inicia a sua enumeração com Justo («Justus abba», [NA, 1]), passando por João («Johannes abbas», [NA, 1]), Teodorico («Teodoricus abba», [NA, 1]), Dulcídio («Dulcidius abba», [NA, 1]), Mestúlio («Mestulius abba», [NA, 1]), Primo («Primus abba», [NA, 2]), Benjamim («Beniamin abba», [NA, 3]), Ramiro («Ranemirus abba», [NA, 4]) e Ariano («Arianus abba», [NA, 4]), e finalizando com Eusébio («eusebii abbatis» e «Eusebius abba», [NA, 4 e 5]).

Na verdade, a ordenação dos abades transmitida no texto – sublinhe-se, neste passo, que se trata de uma listagem autónoma da de [NR] e das seis efemérides analísticas no códice que lhe serve de suporte material – não se coaduna com a sequência histórica documentada nas fontes diplomáticas, facto que levanta problemas de crítica das cartas relativas à comunidade monástica, sobretudo na sua vertente cronológica, e que suscita ainda dificuldades no estabelecimento de uma correlação de dados entre as duas fontes disponíveis<sup>458</sup>.

Em qualquer caso, a importância atribuída pelo autor da listagem a cada abade é bastante variável, verificando-se a propósito dos cinco primeiros – Justo, João, Teodorico, Dulcídio e Mestúlio –, tal como dos dois que antecedem o último – Ramiro e Ariano – uma simples referência onomástica sucedida do título hierárquico utilizado por cada um, nas variantes gráficas «abba», nos casos de Justo, Teodorico, Dulcídio, Mestúlio, Ramiro e Ariano; e «abbas», no caso único de João; sendo a primeira referenciada também a propósito de Primo, Benjamim e Eusébio, os restantes abades ainda não considerados, mas sobre os quais o autor tece considerações dignas de um mais desenvolvido comentário<sup>459</sup>.

---

<sup>457</sup> Consulte-se, com reservas, Nelson Correia BORGES, *Arte monástica...*, vol. I, p. 647, quadro I, onde se apresenta a respectiva relação abacial.

<sup>458</sup> Questão referenciada já por Luís de CÁEGAS, «Idade Média. Notas de história e de crítica», *Broteria*, vol. XXI, fasc. IV, Julho de 1923, pp. 272-273, onde o autor efectua, com algumas incorrecções cronológicas na datação dos diplomas, a comparação da lista dos abades do mosteiro de Lorvão nas tradições diplomática e analística; e retomada posteriormente por Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorvão...», p. 188. Embora não seja este o lugar para proceder à problemática reconstituição do abadológico, que exige uma mais morosa crítica da diplomática laurbanense, registre-se apenas que os dez nomes figuram, de facto, na documentação monástica dos séculos X a XII.

<sup>459</sup> Sublinhe-se que a utilização desta titulação, embora não seja estranha à realidade do seu tempo, deixa de lado a designação pelo qual o abade passou a ser tradicionalmente considerado na sequência da implementação da reforma dos costumes monásticos nos finais do século XI. De facto, data de 1085 um documento de venda de propriedades a Norte de

No que respeita a estas três figuras, o autor coloca a tónica essencialmente sobre as respectivas datas de óbito, ocorridas, no caso de Primo, a 12 de Agosto de 985 – «II.º idus agusti Era M.XX.III.ª» ([NA, 2]) –; no caso de Benjamim, a 8 de Agosto de 987 – «VI.º idus agusti Era M.XX.Vª» ([NA, 3]) –; e, no caso de Eusébio, a 27 de Fevereiro de 1118 – «III.º kalendarum marcii Era Millesima C.L.VI.ª» ([NA, 5]) –, segundo as datas expressas no texto<sup>460</sup>. Por este facto, as efemérides comemoradas remetem-nos para o momento em que se regista o falecimento de cada um dos abades, sendo provável que esteja subjacente a este tipo de ementas uma tendencial valorização da sucessão abacial, por intermédio de registos funerários, como garantia de perpetuação e perenidade de uma tradição institucional própria. Assim sendo, esta enumeração de abades permite-nos inscrever a história da comunidade monástica em períodos sucessivos, cada um dos quais

---

Coimbra subscrito por Eusébio na qualidade de confirmante, então intitulado-se simultaneamente presbítero e prior (DC 645, de 1085.09.08: «Eusebius presbiter et prior monasterii urbanensis confirmo»). Para um enquadramento da questão nos modelos de aproximação da figura abacial à função sacerdotal, Yves CONGAR, «Modèle monastique et modèle sacerdotal en Occident de Grégoire VII (1073-1085) à Innocent III (1198)», in *Études de civilisation médiévale (IX<sup>e</sup>-XII<sup>e</sup> siècles). Mélanges offerts à Edmond-René Labande à l'occasion de son départ à la retraite et du XX<sup>e</sup> anniversaire du C.É.S.C.M. par ses amis, ses collègues, ses élèves*, Poitiers, C.É.S.C.M., s.d., pp. 153-160. A importância deste documento reside no facto de nele se registar pela primeira vez a utilização do título de prior num mosteiro localizado a Sul do Douro, facto que encontra eco dois anos depois, em 1087, entre as comunidades de S. Vicente de Vacariça (LP 33, de 1087.03.14: «Ramirus prioris uaccaricense cenobio . Scripsit») e S. Pedro de Arouca (CMM 72, de 1087.11.22: «Godino prior»), e seis anos depois desta última data, em 1093, na de S. Pedro de Pedroso (CBF 143, de 1093.10.03: «Gudinus, prior monasterii Petroso, S.»). Já a Norte daquele rio, é nos mosteiros de S. Salvador de Leça e S. João Baptista de Alpendurada que se atesta pela primeira vez a utilização do mesmo título, respectivamente em 1093 (LP 131, de 1093.07.09: «Ego cidi dauid filius p'or leze cenobij confirmo»); neste caso provavelmente por influência da comunidade vacaricense, como o sugere a proximidade institucional de Ramiro, abade de Vacariça, subscritor do mesmo documento também na qualidade de prior, a Cid Davides, seu prioste em Leça) e 1094 (DC 812, de 1094.11.03: «priori domni eximini»). A este respeito, vejamos, de José MATTOSO, «O monaquismo tradicional em Portugal no século XII», in *Obras completas*, vol. 6: *Fragmentos de uma composição medieval...*, pp. 140-141; e *Obras completas*, vol. 12: *O monaquismo ibérico...*, pp. 161-171; para além do estudo de caso que o mesmo autor consagrou ao mosteiro de S. João Baptista de Alpendurada, em *Obras completas*, vol. 11: *A abadía de Pendurada...*, pp. 51-53, e os comentários de enquadramento geral das funções abaciais no monaquismo beneditino, tendo em conta os sucessivos abades documentados neste mosteiro entre 1065 e 1160, nas pp. 36-47. Numa perspectiva comparada com a realidade galega, Amancio ISLA FREZ, *La sociedad gallega...*, 1992; e José Miguel ANDRADE CERNADAS, *El monacato benedictino...*, 1997.

<sup>460</sup> Veja-se Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorvão...», pp. 202 e 213, onde se avançam como datas terminais dos abaciados de Primo, Benjamim e Eusébio os anos de 985, 998 e 1118, respectivamente. Numa análise comparada com os dados fornecidos pelos *Anais de S. Mamede de Lorvão*, regista-se apenas uma incongruência no que concerne ao segundo dos abades mencionados.

representado por um abade, e, por este motivo, marcado por um certo grau de individualidade.

A valorização analística de Primo e Benjamim é, em nosso entender, indissociável do facto de ser durante estes dois abaciados que a comunidade conhece uma fase de maior prosperidade, tributária do alargamento dos círculos de influência monástica na região de Coimbra. A estes dois abades cabe, de facto, um lugar de excepção na analística laurbanense. Mas a referência de maior destaque vai indubitavelmente para Eusébio. Não admira que assim seja, uma vez que se trata da figura que assiste simultaneamente à integração do mosteiro no padroado da Sé de Coimbra, no episcopado de Gonçalo, e à sua restauração poucos anos depois, por iniciativa do mesmo prelado, tal como do principal responsável pela compilação das cartas que estão na origem da colecção diplomática hoje conhecida pelo nome de *Livro dos testamentos*. Como a mais distinta eminência abacial aqui registada, ele encerra o ciclo dos dez abades que configuram a tradição institucional da comunidade, razão pela qual é sobre a sua pessoa que recaem duas ordens distintas de efemérides analísticas elevadas a um mais simbólico plano interpretativo: por um lado, a comemoração da data da sua nova ordenação, em 1116<sup>461</sup> – «Ordinatio eusebii abbatis XIII.º kalendarum aprilium Era M.C.LIII.<sup>a</sup>» ([NA, 5]) –, e, por outro, a ritualização da respectiva data de óbito, ocorrida apenas dois anos depois, em 1118, segundo uma fórmula optativa de associação do defunto à eternidade da bem-aventurança cristã – «Eusebius abba qui obiit III.º kalendarum marcii Era Millesima C.L.VI.<sup>a</sup> Requiescat in pace amen» ([NA, 5]).

Este último tópico analístico, reportando-se a um universo semântico único no conjunto das referências textuais aos restantes abades – que, como vimos, tendem a registar apenas a data em que ocorre o seu falecimento –, sustenta a hipótese de esta compilação de efemérides corresponder também a um encómio da memória abacial, dirigido pela comunidade celebrante ao abade responsável pela salvaguarda dos testemunhos que consubstanciam a historicidade da própria memória monástica. Compreende-se assim a razão

---

<sup>461</sup> Refira-se que Eusébio chega a subscrever neste mesmo ano, na qualidade de testemunha, o testamento do bispo Gonçalo de Coimbra a favor do cabido da Sé, conforme se depreende da leitura de LP 630 (1116.03.19: «Eusebius abbas ts.»).

pela qual Eusébio é o único abade a merecer, no conjunto mais alargado dos dez, uma expressão de voto e pedido anonimamente proferidos – «Requiescat in pace» ([NA, 5])<sup>462</sup>. Este facto sugere que a sua morte corresponde, talvez, a um acontecimento recente, e, por conseguinte, que a elaboração dos *Anais de S. Mamede de Lorvão* se deve situar em data pouco posterior a esse momento da história monástica, ou seja, no ano de 1118.

Em nosso entender, a relação dos abades laurbanenses veiculada em apêndice aos anais inscreve-se numa anterior tradição de registo de nomes sob a forma de catálogos. Recorde-se, a título de exemplo, o *Breviário dos apóstolos*, catálogo redigido em latim provavelmente nos inícios do século VII em que se especifica, por região, a prédica dos apóstolos, entre eles se destacando Tiago na Hispânia; ou ainda uma passagem interpolada do *Sobre o nascimento e morte dos padres*, de Isidoro de Sevilha, fonte de inspiração do *Tratado sobre o Apocalipse*, de Beato de Liébana, e de um hino composto em honra do suposto evangelizador e patrono da Hispânia no reinado de Mauregato, e em que se enumeram os apóstolos em associação às respectivas áreas geográficas de acção. Neste caso, o registo sublinha em primeiro lugar a importância de Pedro, o príncipe dos apóstolos, cujo lugar é Roma, urbe do Império e da Igreja, da mesma forma que a *Notícia dos bispos com as suas sedes* evidenciará um pouco mais tarde, no quadro da produção cronística oficial do reino das Astúrias, a acção de Hermenegildo, o bispo de Oviedo, sede da monarquia hispânica, pondo em destaque a sua preeminência como representante da primeira diocese do reino. Ao consignar os nomes dos seus

---

<sup>462</sup> Sublinhe-se que esta expressão encontra paralelos próximos na diplomática coeva da região de Coimbra, sendo aqui os votos igualmente colocados na boca de um colectivo anónimo, que tende a destacar as virtudes humanas, e, sobretudo, a condição privilegiada de que as autoridades do Entre-Douro-e-Mondego, na sequência da reconquista fernandina de Coimbra, beneficiaram em vida, pela especial protecção que recebiam das entidades celestes. Nestas fontes, o optativo é um instrumento de enaltecimento das memórias sagradas de Fernando I, relativamente ao qual se documentam as expressões «cui sit beata requies» (LP 417, de [1066-1091]; LP 28, de 1080.04.25, falso; LP 101, de 1086.03.25, falso; LP 16, de 1086.04.13, falso ou interpolado; LP 19 e 78, de 1087.03.15; e LP 21, de 1088.03.01, falso; cit. a partir de LP 417) e «exalt& illum deus» (LP 19 e 78, de 1087.03.15; cit. a partir de LP 19); Afonso VI, com «glorific& eũ deus» (LP 21, de 1088.03.01, falso); Sesnando Davides, com «quẽ dñs undique exalt&» (LP 28, de 1080.04.25, falso), «exalt& illum deus» (LP 101, de 1086.03.25, falso; e LP 384, de 1089.02.19; cit. a partir de LP 101), «cui dñs saluetur» (LP 101, de 1086.03.25, falso), «quem dñs salu&» (LP 101, de 1086.03.25, falso), e «cui sit beata requies» (LP 41, de 1093.02.27); e Martinho Moniz, juntamente com sua esposa, Elvira Sesnandes, filha do primeiro cônsul conimbricense, com «exaltentur» (LP 41, de 1093.02.27). A memória da cidade de Coimbra é, também ela, enaltecida com a expressão «custodiat illam deus» (LP 28, de 1080.04.25, falso; e LP 101, de 1086.03.25, falso; cit. a partir de LP 28).

doze mais importantes prelados, a *Notícia dos bispos* parece dar forma a um programa de representação do bispo como émulo dos apóstolos, apontando assim para a existência de uma igreja asturiana vivida na plenitude da mensagem cristã e consentânea com a produção de uma historiografia legitimadora da ideologia do reino. Este ideal, ainda que extravasando as fronteiras de cada texto, parece também projectar-se em obras que recuperam a dinâmica da nomeação como forma de recordar o passado de determinada instituição.

Com base nestes dados, é lícito presumir que também a associação textual dos abades à analística laurbanense no códice diplomático siga propósitos específicos, relacionados com a história de uma comunidade religiosa representada pelo conjunto dos seus pais espirituais. Ao apresentar a sua enumeração sequencial – independentemente do facto de ela poder ou não ser hoje corroborada através da análise de outras fontes –, o compilador comemora a evolução interna da comunidade através de referências às suas dez figuras tutelares, capazes de garantir o equilíbrio necessário ao desenvolvimento da instituição num dilatado período de tempo que se inicia nos finais do século IX e se prolonga até aos inícios do século XII.

A importância dada à figura dos abades parece ser reflexo da forma como o conceito de hierarquia toma corpo no espaço monástico, embora a concepção analística da acção dos dez superiores abades não nos permita retirar grandes conclusões sobre o ideal de estrutura institucional projectado pelos monges laurbanenses nos inícios do século XII. O que está aqui em causa não é tanto a projecção de uma estrutura comunitária organizada em sentido vertical, do primeiro ao último escalão hierárquico<sup>463</sup>, mas antes o

---

<sup>463</sup> Ideia que perpassa de outras fontes da época, conforme constatou Isabelle COCHELIN («Étude sur les hiérarchies monastiques: le prestige de l'ancienneté et son éclipse a Cluny au XI<sup>e</sup> siècle», *Revue Mabillon*, nova série, t. 11, 2000, pp. 5-37) a propósito do monaquismo ocidental, em estudo de caso sobre a abadia de Cluny. Para esta autora, o ideal de ancestralidade era aqui encarado, até aos meados do século XI, como indício significativo do valor religioso de um indivíduo, facto que terá levado à nomeação de abades tendo em conta sobretudo a idade da respectiva profissão monástica. A partir daquela data ter-se-ia dado uma tendencial alteração de modelo, responsável por uma certa perda de prestígio do ideal de ancestralidade, por referência ao acto de profissão monástica, em benefício da integração do indivíduo no *ordo clericalis*. No caso laurbanense, contudo, a situação parece manter-se sem alterações significativas, facto que se encontra patente inclusive na atribuição a Eusébio do título de *abbas* – e já não de *prior*, utilizado no mosteiro pelo menos desde 1085 (DC 645, de 1085.09.08) – no momento em que a comunidade é restaurada (sobre este aspecto em particular, José MATTOSO, «O monaquismo tradicional em Portugal no século XII», in *Obras*

redireccionar das atenções para aqueles que foram seguramente os principais representantes da comunidade enquanto organismo colectivo, capaz de manter a sua autonomia ao longo dos séculos<sup>464</sup>. Se, de Justo a Mestúlio, esta concepção se reflecte apenas na identificação dos nomes de cada abade, a verdade é que, a partir de Primo, a tónica parece recair sobretudo no momento que se identifica com a sucessão dos vários abades, dado pela indicação das respectivas datas de óbito. É difícil compreender as razões que terão levado o compilador a efectuar esta associação, embora esteja aqui patente a necessidade de se encontrar e compreender o encadeamento institucional destas dez figuras. Pode, pelo menos, pensar-se na hipótese de o copista ter sido motivado a transpor para o registo escrito a memória de todos aqueles que, de Primo a Eusébio, assistiram à lenta desagregação da unidade monástica numa conjuntura tendencialmente contrária à representada pelos primeiros abades.

Por um lado, não deixa de ser interessante notar como o compilador procura encontrar no óbito de cada uma destas personagens o momento em que se inicia um novo período de governo do colégio laurbanense. Por outro, parece-nos do maior significado a necessidade que o autor tem de chamar a atenção para o facto de Eusébio ter sido deposto e posteriormente reconduzido nas funções abaciais. Quando articuladas entre si, estas duas ideias apontam, talvez, para uma tentativa de representação do fenómeno de continuidade da ordem monástica, interrompido nos inícios do século XII com a deposição do último representante deste modelo de colegialidade sagrada antes da posterior restauração da autonomia institucional. Ao fazê-lo, o compilador não recorda o momento em que se dá o afastamento de Eusébio, limitando-se apenas a registar o ano em que se procede à sua segunda ordenação. O que importa

---

*completas*, vol. 6: *Fragments de uma composição medieval...*, pp. 139-140, onde se chama a atenção para a escolha do antigo prior como abade). Neste passo, os anais são também reflexo de uma situação em que a figura tutelar da comunidade é ainda identificada com base no tradicional título abacial. Este aspecto prende-se não só com Eusébio, mas também com todos os seus antecessores, intitulados abades pelo compilador laurbanense.

<sup>464</sup> A concepção de comunidade como grupo institucional e juridicamente responsável foi analisada, para o monaquismo ocidental hispânico, por José MATTOSO, *Obras completas*, vol. 12: *O monaquismo ibérico...*, pp. 171-173. Para o autor, a evolução do cargo abacial acusaria a mudança operada na própria concepção de colegialidade monástica. Nos inícios do século XI, o abade era fundamentalmente o membro responsável pela comunidade. Nos inícios da centúria seguinte, ele surge já como uma personagem que dela se vai separando progressivamente, facto que poderá ter estado na base de uma certa tomada de consciência, por parte do colectivo monástico, da sua responsabilidade face ao abade.

não é chamar a atenção do leitor para o exacto momento em que se deu a redução do mosteiro à condição de igreja paroquial do padroado diocesano. Aquilo que merece destaque é antes a conjuntura em que, depois de uma prolongada resistência contra os seus mais influentes rivais, a comunidade viu reconhecidas as suas pretensões à autonomia e presenciou a recondução do abade anteriormente afastado no governo monástico, como que inaugurando uma nova era da história colectiva.

Nesta linha de pensamento, é possível dizer que estas figuras surgem, porventura, como uma renovada fonte de prosperidade institucional, uma vez que representam a instância que melhor define o fenómeno monástico tradicional na sua ordem mais veneranda. Não nos parece aleatório que as notícias relatadas pelo autor se reportem aos momentos em que ou se inicia, ou se encerra um determinado abaciado. Este facto, uma vez que escapa claramente à lógica selectiva predominante ao longo do texto, indicia, pelo contrário, a necessidade de se transmitir e perpetuar *ab initio* a memória histórica integral da comunidade, convergindo assim, através de uma sucessão abacial aparentemente organizada nos seus fundamentos sucessórios, para uma ideia de continuidade do modelo monástico, independente de aspectos conjunturais adversos, que se inicia com a alusão a Justo e culmina com a menção a Eusébio, figura paradigmática do processo de conservação e perpetuação da identidade comunitária por meio deste instrumento escrito, tal como do códice que lhe serve de suporte material.

#### **III.1.4. Articular o passado**

É, portanto, em função destas quatro coordenadas – a revitalização do passado distante, a interacção entre reino e fronteira, o protagonismo régio e condal e o poder semântico dos ritos – , definidas a partir de seis curtas notícias analísticas, às quais os copistas acrescentam duas assimétricas listagens em que se indicam os nomes de três reis leoneses e de dez abades laurbanenses, que se concebe, estrutura e articula a memória monástica.

Não é crível que, passados mais de duzentos e cinquenta anos da data correspondente à primeira notícia analística, reportável, como temos vindo a

salientar, aos finais do século IX, a comunidade monástica conserve ainda nos inícios do século XII uma memória sobre esse e outros acontecimentos históricos longínquos. A total inexistência de dados que se possam extrair das fontes diplomáticas exaradas pela comunidade ou produzidas noutras instituições, com as quais o colectivo dos monges manteve contacto, não nos permite levantar nenhuma hipótese sobre o momento torna que terá assistido à primeira redacção das notícias analísticas, mas apenas sobre o da sua fixação em códice.

Na verdade, este aspecto em pouco ou nada se prende com a posterior recepção do texto pelos seus principais destinatários, mas sim com a forma como se encontram aí consignados acontecimentos cuja recordação pressupõe necessariamente mecanismos próprios de salvaguarda da memória. Não temos dados que nos permitam tecer considerações de maior sobre este aspecto, embora a perspectiva de longa duração subjacente à narrativa analística laurbanense nos permita pelo menos pensar na hipótese de a comunidade monástica ter redigido pequenas notícias sumariando o essencial do seu próprio passado, ou de um passado que, não sendo necessariamente o seu, representava para o conjunto dos monges um composto de memórias paralelas que importava também recordar. É provável que, neste processo de fixação de notícias, a comunidade tenha recorrido a diplomas avulsos reunidos no respectivo cartório, contendo informações dignas de ser destacadas pelo facto de transmitirem apontamentos indispensáveis à comemoração do seu próprio pretérito. Mas também é necessário dizer que, analisadas todas as cartas que se encontram compiladas no cartulário laurbanense, nada nos permite aproximar as mais recuadas notícias analísticas aqui presentes às perícopes diplomáticas escritas pelas mãos dos monges, ou sequer de quaisquer outros agentes sociais da escrita em território de fronteira. Esta afirmação é verdadeira para as efemérides sumariadas nas notícias [1], [2], [3] e [4], não o sendo, contudo, para as registadas em [5] e [6], que encontram algum eco na produção diplomática das comunidades religiosas que assistem e sobrevivem à conjuntura de crise provocada pelo avanço dos exércitos fernandinos a partir dos meados do século XI. No que respeita aos *nomina regum* e aos *nomina abbatum*, contudo, a situação parece ter contornos



substancialmente diferentes, uma vez que é possível encontrar na documentação exarada pelos monges passagens que poderão ter constituído bases para a elaboração das duas listagens. Não admira que assim seja, porque, de tudo o que se encontra consignado ou associado, por via do respectivo suporte material, aos anais, estes dois elementos representam aqueles que mais de perto se relacionam com a história da comunidade monástica propriamente dita.

No caso da listagem alusiva aos reis de Leão, o autor opta por um procedimento selectivo mediante o qual recorda apenas o nome dos três monarcas com os quais o mosteiro se relaciona regularmente, não obstante o facto de ter em mente a existência de contactos desenvolvidos pela comunidade também com outros reis leoneses. No caso da listagem relativa aos abades de Lorvão, que, como sabemos, foi transcrita no códice a anteceder as seis efemérides, assume um posicionamento diverso, uma vez que procura enumerar os pais espirituais que a comunidade monástica conhece, não obliando sequer o nome daqueles que se encontram escassamente representados na colecção diplomática<sup>465</sup>. Em ambos os casos, até mesmo a diacronia das duas listagens é diferente, o que comprova mais uma vez – se partirmos do pressuposto de que o autor é, de facto, capaz de associar cada nome a um espectro cronológico próprio – a diversidade de opções: no primeiro, por se considerarem apenas algumas breves décadas do século X, sem qualquer propósito de continuidade entre si<sup>466</sup>, e, no segundo, por aquele se reportar a um período globalmente compreendido entre os finais do século IX e os inícios do século XII, caracterizado por uma longa diacronia cuja vivência se faz num plano de aparente continuidade<sup>467</sup>.

---

<sup>465</sup> Convém, mais uma vez, chamar a atenção para o facto de estarem representados no texto todos os abades que surgem na diplomática monástica hoje conservada, tanto sob a forma de autógrafos, como apógrafos. Atendendo a que a compilação dos actos da prática corresponde a um processo selectivo, é importante considerar a hipótese de aquela não contemplar, até por eventuais perdas ou inutilização de cartas, todos os abades que governaram o mosteiro na época.

<sup>466</sup> Centúria a que correspondem os reinados de Ramiro II (931-951), Sancho I (956-966) e Bermudo II (982-999), tendo o autor optado por referenciar apenas estes três monarcas e omitir, aparentemente de forma deliberada – os actos monásticos conservam memória de monarcas a que não se faz alusão ao longo do texto – o nome dos restantes reis leoneses cujo governo abrange o mesmo século ([NR]).

<sup>467</sup> Centúrias a que se reportam os documentos do cartório monástico anteriores à compilação analística propriamente dita, ocupando os abaciados de João a Eusébio, os quais correspondem, por sua vez, a uma diacronia de duzentos e dez anos, situada mais

Da mesma forma, os diferentes graus de qualificação das personagens evidenciadas em cada listagem também nos permitem tecer distintas observações quanto à forma como a comunidade poderia tê-las encarado. Se, no caso dos reis leoneses, a sua opção recai apenas sobre a lembrança destas figuras enquanto entidades políticas – de onde a utilização do título «rex» –, no caso dos abades laurbanenses, a sua menção tem em linha de conta o facto de estes não representarem apenas as entidades monásticas que exercem a tutela sobre o conjunto da comunidade – de onde a utilização do título «abbas», com a variante gráfica «abba» –, mas também o perfil excepcional alcançado pelo menos por uma destas figuras, Mestúlio, daqui resultando a articulação daquele título com um epíteto honorífico, «Huius (...) sanctissimi uiri» ([NA, 2]), que contribui para o enaltecimento da imagem abacial.

As listagens relativas a estes protagonistas do passado de fronteira correspondem, portanto, a um código que a comunidade não sente a necessidade de decodificar por inteiro, visto ser constituído por uma mensagem cujo significado é, nas suas bases gerais, de fácil compreensão pelo conjunto dos monges. Esta é uma das razões pela qual aquela se limita a interpretar o passado através do recurso a uma simples enumeração onomástica. Mais uma vez, este aspecto parece indicar que as listagens se destinam fundamentalmente a ser lidas e conhecidas pelos membros pertencentes à mesma comunidade, seguramente aqueles que detêm os instrumentos necessários à correcta interpretação dos motivos subjacentes à fixação das listagens, tal como à sua articulação com as restantes memórias do passado de fronteira, entre as quais se encontram, como é lógico, os diplomas constantes do *Livro dos testamentos*, que justificam e legitimam a dimensão histórica das memórias da instituição.

Não nos esqueçamos, ainda, que a comunidade acrescenta a estas duas listagens o sintético relato das seis notícias analísticas referentes a um tempo passado, com o qual o mosteiro se identifica. Aqui, a lógica seguida é novamente selectiva, uma vez que o que importa é reter e comemorar apenas as conjunturas que representam os momentos de exaltação do percurso

---

especificamente entre 13 de Abril de 907 e 28 de Fevereiro de 1117, de acordo a data das cartas ali reunidas (I.A.N./T.T., Ordem de Cister, *Mosteiro de Lorvão*, liv. 49: *Livro dos testamentos*, fls. 13 e 34 v.º, respectivamente).

monástico, associado à memória do poder régio – ovetense e leonês – e condal – portugalense e conimbricense –, na sua relação com feitos de prestígio social. O enquadramento cronológico dos eventos reportáveis a esta realidade é, mais uma vez, limitado aos momentos que marcam o *floruit* da comunidade monástica, aspecto que, pela sua natureza, parece também postular a presença de uma comunidade em crise na época de fixação do texto.

### **III.1.5. As modalidades de expressão estilística**

Face ao exposto, é possível concluir, numa perspectiva comparada, que o texto é bastante mais prolífico ao tratar a categoria temporal do que a espacial. Este facto revela à partida os objectivos que delineiam a redacção do texto, que se prendem basicamente com o registo cronologicamente ordenado de eventos ao longo de um espectro diacrónico bem determinado, e não tanto com a vontade de construir uma narrativa fundamentada na localização e interpretação pormenorizadas das acções do passado.

Se, para a questão temporal, o compilador nos fornece seis notícias providas de perícopes cronográficas (100%) – [1], [2], [3], [4], [5] e [6] –, à questão espacial é muito sintomaticamente dado um menor relevo, uma vez que, das seis notícias anteriormente registadas, apenas quatro apresentam perícopes geográficas (66,66%) – [2], [3], [4] e [5]. Para além disso, as características de cada passagem textual são também elas bastante diversas, uma vez que o tempo é definido a partir de um conjunto mais significativo de variáveis, que identificámos anteriormente com o ano (100% dos casos), o mês (33,33%), o dia do mês (explicitamente em 16,66%, implicitamente em 33,33%), a festa do calendário litúrgico anual (33,33%) e o dia de ocorrência de um determinado evento, por referência a outro evento com ele directamente relacionado (16,66%); ao mesmo tempo em que o espaço é definido apenas a partir de uma referência toponímica, antecédida, num único caso, de um vocábulo que exprime uma qualificação de lugar (25,00% dos casos). Comprova-se, portanto, que, na sua essência, o compilador põe o acento sobre a necessidade de prover o presente de uma memória fundamentada na longa

duração. É natural que assim seja: uma vez que o espaço adquire para o compilador uma dimensão que tende a valorizar a percepção da realidade local, embora numa perspectiva integrada, o tempo surge, ao invés, como a instância que revela um mais elevado grau de transversalidade, e, por esse motivo, de possibilidade de sedimentação do presente na memória selectiva dos factos. Isto significa, numa óptica comparada, que o tempo é, em detrimento do espaço, uma das categorias históricas que parece adequar-se com maior propriedade à legitimação dos objectivos monásticos.

No que concerne ao discurso, o autor opta nestas seis notícias por um tom essencialmente descritivo, uma vez que procura apresentar apenas os elementos essenciais de cada efeméride analística enquanto registo de factos. Não escapa, portanto, ao registo de síntese característico do género analístico. Já quando nos reportamos à enumeração, sob a forma de listagem, dos nomes dos reis leoneses e abades laurbanenses, parece verificar-se a adopção de um registo impregnado de um certo teor apologético – embora o espírito de síntese continue a ser dominante –, como se a selecção destes nomes exprimisse textualmente uma realidade cuja memória é alvo de interessada triagem. É certo que, em ambos os casos, a simples enumeração das autoridades régias e abaciais exprime, sob o ponto de vista estilístico, uma tendência predominantemente expositiva. Mas este novo registo é também adoptado porque exprime o significado próprio da invocação ritual, não destituído de uma componente familiar, da noção de autoridade, representada pela hierarquia política e monástica referenciada ao longo do texto e com a qual a comunidade se identifica.

### **III.2. Coimbra na construção memorialística compostelana**

Como vimos até agora, os *Anais de S. Mamede de Lorvão* reflectem a forma como o seu redactor – e, porventura, a comunidade monástica no seu conjunto – pensava o passado do território de fronteira. Para esta ideia convergem vários aspectos cuja problematização procurámos efectuar nas páginas precedentes, e que contribuíram para a caracterização deste conciso texto historiográfico como produto de uma conjuntura hispânica marcada por

acesas controvérsias sobre a natureza e a actualidade das experiências tradicionais de organização da vida em comunidades religiosas em contexto moçárabe.

É claro que, à luz das fontes disponíveis, é hoje muito difícil compreender essas características em todo o seu alcance, sobretudo se as considerarmos no entendimento dos critérios que se usam para legitimar uma comunidade monástica restaurada. Os princípios que presidem à redacção do texto, aos quais não é alheio o gesto de o transcrever no instrumento que simboliza juridicamente a comunidade enquanto organismo vivo e dotado de uma dinâmica institucional própria, são, naturalmente, de difícil apreensão, mas não deixam de nos fornecer, quando lidos à luz das fontes produzidas pelo colectivo religioso ou por outras instâncias que reflectem a conjuntura de crise durante a administração dos condes Henrique e Teresa, algumas pistas de trabalho quanto aos objectivos primários do autor.

As informações patentes no texto não deixam de nos suscitar algumas reservas relacionadas com o facto de nele não se encontrar eco de alguns acontecimentos que marcaram a agenda política e eclesiástica do território cristão hispânico nos inícios do século XII. Se os *Anais de S. Mamede de Lorvão* são o reflexo de uma ordem institucional comprometida com o passado asturiano, e, por sua vez, este representa apenas o corolário de um poder dinástico que mantinha ainda actualidade social na época em que a obra foi copiada, ficam, naturalmente, por explicar algumas questões de base, que, por estarem relacionadas com esta esfera do poder, poderiam ter tido formulação susceptível de enriquecer o conteúdo do texto, sem, contudo, lhe alterar os objectivos de fundo.

Como vimos, é num contexto de repressão e submissão da revolta protagonizada pela comunidade moçárabe de Coimbra, motivada por factores que se devem ao emergente esforço de cisão e autonomia que a mesma desenvolve para com as autoridades régias e condaís, até culminar com a sua definitiva sublevação em meio urbano no ano de 1111, que o compilador reivindica para o seu mosteiro uma dinâmica de prestígio, consubstanciada sobre a reprodução dos eventos do passado fronteiriço. Uma vez que o texto representa uma memória tradicionalista, e, por conseguinte, perpetua a

imagem de um mosteiro pouco interessado em se assumir como herdeiro de uma cultura inovadora, não é de se estranhar que aquele não tenha tido repercussões noutros meios letrados da região, limitando-se apenas a circular no interior do círculo monástico onde foi produzido e ao qual foi eventualmente destinado<sup>468</sup>. Esta parece ser, aliás, uma das características que define o processo de recepção do texto, ao contrário do que se irá verificar décadas mais tarde com as restantes versões analíticas, compiladas e prolongadas pelos cónegos regantes de St.º Agostinho. Aqui, o que se verifica é um natural processo de encadeamento das efemérides analíticas compiladas nos três restantes mosteiros, dando assim origem a composições que, embora se revestindo de alguma autonomia, formam um complexo textual de mais alargada recepção nos circuitos letrados.

Existem, contudo, indicadores que nos permitem dizer que os *Anais de S. Mamede de Lorvão* partilham com os textos produzidos pelas comunidades monásticas de St.º Tirso de Riba de Ave e S. Salvador de Grijó, tal como com o que viria a ser décadas mais tarde produzido em St.ª Cruz de Coimbra, alguns elementos comuns, que se devem mais à tipologia textual do que a fenómenos decorrentes de qualquer outra circunstância. A primeira obra não integra as distintas esferas de transmissão textual que hoje se conhecem, ainda que através de vários circuitos de produção e circulação de códices, para os três últimos casos apontados<sup>469</sup>. Os *Anais de S. Mamede de Lorvão* apresentam um grau de especificidade que pode, talvez, ter condicionado a sua integração

---

<sup>468</sup> Esta restrição é também decorrente do facto de o códice se encontrar escrito, pela mão de mais de um escriba, em letra visigótica de transição, o que dificulta a sua leitura num momento em que se encontra em curso o processo de mudança da grafia visigótica para a carolina, cada vez mais utilizada nos principais meios letrados do território de fronteira na transição do século XI para o século XII (Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorvão...», p. 185, onde não se considera a possibilidade de os anais terem sido escritos por mais do que um escriba).

<sup>469</sup> Sobre a importância de Coimbra como foco de atracção e irradiação de códices, fenómeno indissociável da presença nesta cidade de instituições de prestígio no âmbito da cultura letrada medieval portuguesa, veja-se, por todos, Avelino de Jesus da COSTA (P.º), *A biblioteca e o tesouro...*, pp. 8-35, com uma cuidadosa reconstituição da biblioteca catedralícia, efectuada a partir da análise do obituário comumente designado de *Livro das calendas* e dos inventários de 1393, 1492, 1517 e 1546; e outros comentários pertinentes em «Coimbra – centro de atracção e de irradiação de códices e de documentos, dentro da Península, nos sécs. XI e XII», in *Actas das II jornadas luso-espanholas de história medieval*, vol. IV, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, pp. 1309-1334. Para um enquadramento mais vasto do fenómeno, seja na perspectiva ibérica, seja na perspectiva portuguesa, leia-se Aires Augusto NASCIMENTO, «Concentração, dispersão e dependências na circulação de manuscritos em Portugal, nos séculos XII e XIII», in *Coloquio sobre circulación de códices y escritos entre Europa y la Península en los siglos VIII-XIII. Actas*, Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela, 1988, pp. 61-85.

naquela cadeia de transmissão textual, resultando antes numa obra produzida por e para uma mesma comunidade sem que dela tenham sido extraídas quaisquer informações que viessem ampliar o conjunto das efemérides recordadas nas duas compilações analísticas que a antecedem. Não teve, aparentemente, o mesmo eco social que estas compilações alcançaram, o que limitou o seu conhecimento junto dos círculos letrados à medida em que se estabeleciam e consolidavam os primeiros passos no sentido da afirmação de uma cultura de excepção, simbolizada pelo mosteiro de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra. Assim o comprova o facto de, das seis efemérides ali registadas – para já não falar da individualidade subjacente à fixação dos nomes régios e abaciais, que nos remetem para uma percepção própria da identidade monástica, alicerçada sobre duas instâncias de poder –, apenas uma encontrar eco nas tradições analísticas acima evidenciadas.

Embora aqueles três textos silenciem alguns acontecimentos de primeira ordem para a caracterização do passado militar das sociedades de fronteira, como as presúrias do Porto e de Coimbra, eles têm em comum com os *Anais de S. Mamede de Lorvão* o facto de recordarem a conquista fernandina desta última cidade, talvez por ela representar um momento de consagração do poderio militar da realeza cristã hispânica e derradeira fixação da fronteira entre a Cristandade e o Islão peninsulares no vale do Mondego<sup>470</sup>. O mesmo

---

<sup>470</sup> APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa* II: «Deinde cepit illam [Colimbriam] rex Domnus Fernandus VIII<sup>o</sup> kalendas augusti Era M<sup>a</sup> C<sup>a</sup> II<sup>a</sup>.» e «Era M<sup>a</sup> C<sup>a</sup> II<sup>a</sup> accepit rex Fernandus Colimbriam VIII<sup>o</sup> kalendas augusti feria VI<sup>a</sup> vigilia sancti Christofori.»; ou seg. *Chronica gothorum*: «Era 1102, 8<sup>o</sup> kalendas augusti feria 6<sup>a</sup> in vespera sancti Christofori rex Domnus Fernandus cepit Colimbriam.»; também APV, Recensão breve (1111), secção III, seg. Homiliário de 1139: «Era M C II<sup>a</sup> VI<sup>o</sup> idus iulii accepit Fredenandus rex Colimbriam.»; ou seg. *Summa chronicarum*: «Era T C<sup>a</sup> II<sup>a</sup> VI<sup>o</sup> idus iulii accepit Fernandus rex Colimbriam.»; e ainda APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção III, seg. *Livro da noa* I: «In era M<sup>a</sup> C<sup>a</sup> II<sup>a</sup> presa fuit ciuitas Colimbria VIII<sup>em</sup> kalendas augusti die feria VI<sup>a</sup> per manus Fernandi regis.»; ou seg. *Anais de Lamego*: «Colimbria capta fuit ab eodem rege [Fernando] IX<sup>o</sup> kalendas augusti era M<sup>a</sup> C<sup>a</sup> II<sup>a</sup>.» (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 294, 297, 305 e 307). Para além destes textos, também a *Notícia da conquista de Coimbra pelo rei Fernando*, inserta na denominada *Summa chronicarum*, regista pormenorizadamente o triunfo militar dos exércitos fernandinos, conforme se depreende da leitura do seguinte parágrafo: «X<sup>o</sup> III<sup>o</sup> kalendarum februarii era M<sup>a</sup> C<sup>a</sup> II<sup>a</sup> rex Fernandus cum coniuge eius Sancia regina, imperator fortissimus simul cum suis episcopis Cresconio Iriensi apostolice sedis Vestuario Lucensis sedis, Sisnando Visensis sedis, Suario Minduniensis seu Dumienensis sedis, sive abbatibus Petro de arcisterio Vimaraniensi cum suo preposito Arriano confratre et de cimiterio Celle Nove Arriano abbate, cum aliis multorum filii bonorum hominum, obsedit ciuitatem Colimbriam et iacuit ipse rex cum suo exercitu usque sex menses et capta fuit in manus illius regis per honorificentiam pacis et cum pressura famis. Et exierunt inde ad captiuitatem V<sup>e</sup> milia L Sarracenorum. Et fuit ipsa capta et ipsa captiuitas in uespera sancti Christofori que est VII<sup>o</sup> idus iulii era que sursum resonat.» (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 311-312). Sobre a recepção deste acontecimento na

acontece quanto à data de morte de Afonso VI de Leão, efeméride comemorada também em diversas versões analísticas<sup>471</sup>. Em ambos os casos, o que se destaca é a condição excepcional que a realeza hispânica assume no imaginário monástico, aspecto que não deixa de imprimir a estas obras um carácter relacionado com o facto de elas integrarem um espectro cultural alargado, apesar de revelarem uma notória consciencialização dos seus autores para a individualidade do território fronteiriço.

Ao contrário do que acontece nos restantes textos, os *Anais de S. Mamede de Lorvão* silenciam a presença muçulmana em território ibérico. Ainda que algumas notícias se reportem à acção de monarcas implicados na luta entre a Cristandade e o Islão – como Afonso III das Astúrias, Fernando I e Afonso VI de Leão –, o compilador laurbanense limita-se a referir a ocorrência de efemérides em que se identificam os nomes dos agentes conquistadores de cidades e territórios, silenciando os inimigos contra os quais se travam estes combates. É inevitável encarar-se este facto com alguma surpresa, até porque, nos inícios do século XII, a bacia do Mondego se encontra ainda seriamente ameaçada pelo avanço das forças almorávidas, que, entre 1116 e 1117 – ou seja, cerca de um ou dois anos antes do momento em que se fixam os anais no códice –, logram a capitulação e a destruição de algumas fortificações implantadas sobre o curso final do rio, cujo controlo garantia a abertura de uma via de penetração em direcção ao interior, e, conseqüentemente, ao assédio e eventual tomada da cidade.

No domínio da factologia militar, o compilador recupera apenas a memória distante das velhas presúrias do Porto e de Coimbra, conduzidas

---

crónística peninsular dos séculos XIII e XIV, na sequência do trabalho desenvolvido no *scriptorium* do rei Afonso X de Castela e Leão, veja-se Isabel de Barros DIAS, *Metamorfoses de Babel. A historiografia ibérica (sécs. XIII-XIV). Construções e estratégias textuais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003, pp. 93-118 e tábuas de correspondências entre capítulos apresentadas nas pp. 485-498 (reis asturiano-leoneses) e 499-519 (reis leoneses e castelhanos, incluindo Fernando I). Recorde-se que aquele excerto da *Summa chronicarum* foi também retomado no século XVI por Pedro Álvares NOGUEIRA (*Livro das vidas dos bispos da Sé de Coimbra* [Coordenação de Manuel Augusto RODRIGUES; transcrição de Maria Teresa Nobre VELOSO], Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra – G.C.-Gráfica de Coimbra, 2003, p. 14).

<sup>471</sup> APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum*: «Era 1147 tertio calendas iulii obit rex D. Alphonsus regis D. Fernandi filius.»; e também APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa* I: «In era M<sup>a</sup> C<sup>a</sup> XL<sup>a</sup> VII<sup>a</sup> transmigratus est rex Ildelfonsus Legionensis.»; ou seg. *Anais de Lamego*: «Rex Alfonsus Legionensis mortuus est era M<sup>a</sup> C<sup>a</sup> XL<sup>a</sup> VII<sup>a</sup>.» (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 301 e 308).



entre 868 e 878 pelos magnatas Vímara Peres e Hermenegildo Guterres, para além de conferir algum destaque ao triunfo da acção de reconquista desta última em 1064 pelo rei Fernando I. Nestes três casos, as forças a que se opõem quer os presores asturianos, quer o monarca leonês, caem num aparente silêncio, sobretudo se considerarmos que o compilador dos anais apenas se revela consciente em relação à presença das forças muçulmanas na região quando explicita a sua acção em texto. Ao contrário do que se regista para as três restantes produções analísticas, este facto não se verifica nos anais laurbanenses. Naquelas, o Islão está longe de representar uma força política anónima, uma vez que, para além das genéricas referências aos «Sarracenos», «Mouros», «Ismaelitas» ou «Moabitas» – designações que nos remetem, inclusive, para distintas formas de percepção sociológica do Islão, associadas aos respectivos contextos étnicos de origem –, os compiladores chegam a citar os nomes de alguns chefes de guerra implicados nos combates que, ora culminando com a vitória cristã, ora culminando com a vitória muçulmana, conferem dinâmica às acções de guerra consignadas nos três textos.

Não é esta a situação que se regista nos anais laurbanenses. Se o silêncio relativamente à presença de forças oponentes se pode compreender nas duas primeiras entradas, que noticiam a tomada de duas cidades que a tradição historiográfica da Alta Idade Média, inspirada na produção cronística do reino das Astúrias, considera terem sido repovoadas no reinado de Afonso III – expressão que importa compreender na acepção política e administrativa do termo, como um processo iniciado e desenvolvido pelo monarca de forma a instituir uma situação de ordem conotada com o modelo ovetense –, o mesmo não pode dizer-se quanto à última situação, enquadrável num perfil para o qual as fontes da época tendem a ser mais prolíficas em termos informativos, chegando inclusive a documentação exarada pela comunidade monástica a reflectir, na segunda metade do século XI, o avanço dos exércitos fernandinos e afonsinos sobre a fronteira meridional da Cristandade hispânica.

Uma das razões que pode explicar esse silêncio reside na concisão do texto laurbanense, por comparação às restantes obras que configuram a analística medieval portuguesa. Estamos a falar de um texto que condensa

muitas informações em seis curtas notícias, comparativamente a outras obras tipologicamente semelhantes, providas cada uma delas de um número superior a dez notícias e com a particularidade de estas conterem mais pormenores por comparação aos registados no primeiro texto. Esta hipótese, contudo, não explica a razão por que se explicitam os nomes dos agentes representativos das forças muçulmanas em território de fronteira nos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave*, *S. Salvador de Grijó* e *St.ª Cruz de Coimbra*<sup>472</sup>: o primeiro fala-nos das incursões e destruições provocadas por *Muḥammad ibn Abī ‘Āmīr*, o cognominado *al-Manṣūr*, em Coimbra, em 987<sup>473</sup>, Montemor-o-Velho, em 990<sup>474</sup>, e Aguiar de Sousa, em 995<sup>475</sup>, para além da batalha travada no território de St.ª Maria, em que «Cimeia» ou «Cemia» teria sido derrotado e capturado pelo rei Bermudo III de Leão, em [1035]<sup>476</sup>; o segundo relata-nos o sucesso da batalha de Sagrajas, em [1086], em que se terão defrontado as armas do emir almorávida *Yūsuf ibn Tāshfīn* e do rei Afonso VI de Leão<sup>477</sup>, para além da tomada de Santarém por *Sīr ibn Abī Bakr*, em 1111<sup>478</sup>; e o terceiro, por fim, coloca a tónica sobre o assédio de Coimbra pelo emir almorávida *‘Alī ibn Yūsuf*, em 1117<sup>479</sup>, e a derrota que teria sido inflingida a «Esmare» ou «Examare» pelo rei Afonso I de Portugal na lide de Ourique, em 1139<sup>480</sup>.

Porque silenciado pelo compilador laurbanense, o Islão não constitui um foco de atenção particular no texto fixado pela comunidade monástica. Com a recordação de um passado que se erige apenas sobre o apoio que reis e condes conferem ao mosteiro, o que parece estar em destaque é uma certa

<sup>472</sup> Analise-se a questão à luz do que escreveu Marie Thérèse d’ALVERNY, «La connaissance de l’Islam en Occident du IX<sup>e</sup> au milieu du XII<sup>e</sup> siècle», in *Settimane di studio del Centro Italiano di Studi sull’Alto Medioevo*, XII: *L’Occidente et l’Islam nell’Alto Medioevo* (2-8 aprile 1964), t. II, Spoleto, Presso la Sede del Centro, 1965, pp. 577-602.

<sup>473</sup> APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa* II e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 293).

<sup>474</sup> APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa* II e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 294).

<sup>475</sup> APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa* II e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 294).

<sup>476</sup> APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa* II e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 296).

<sup>477</sup> APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 299-300).

<sup>478</sup> APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 302).

<sup>479</sup> APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa* I e *Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 308).

<sup>480</sup> APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa* I e *Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 308).

incompreensão do autor relativamente a um presente em que aquelas duas instâncias sociais se tornaram adversas aos interesses monásticos, ou, mais provavelmente, um propósito estratégico de aproximação, por via letrada, a estes grupos sociais, susceptível de reafirmar a importância do mosteiro num tempo de manifesta resistência e oposição às autoridades. Neste sentido, os *Anais de S. Mamede de Lorvão* tendem a surgir mais como um manifesto em que se procura condenar a actuação de uma Cristandade reformadora, que tenta implementar uma nova liturgia após a supressão oficial do rito hispânico no concílio de Burgos, e, desta forma, proceder a uma normalização de usos e observâncias cultuais conducente à eliminação das velhas tradições moçárabes, do que como uma apologia dos confrontos que levaram à situação de ruptura entre a Cristandade e o Islão nos inícios do século XII, mas que consagraram nos três outros textos a ideia de um Islão condenado ao recuo territorial face à progressão de um novo paradigma de Cristandade guerreira.

Não admira, por isso, que os *Anais de S. Mamede de Lorvão* não encontrem nas décadas seguintes à sua elaboração a mesma ressonância social que as outras narrativas analísticas aparentemente conseguiram alcançar. Não se lhe conhece nenhum outro testemunho que nos dê indícios de uma tentativa de continuação ou sequer apropriação da realidade textual fixada pelo primeiro compilador, ao contrário do que se passa com as restantes obras<sup>481</sup>. Esta é uma das razões pela qual o teor do texto laurbanense revela uma certa preocupação com os valores de uma cultura monástica própria<sup>482</sup>: ele procura não só restabelecer, com o exemplo autorizado de documentos simultaneamente comprovativos e comemorativos, a ideia de uma prosperidade efectivamente perdida, mas também inverter a imagem de decadência do monaquismo tradicional hispânico nos inícios do século XII. Em ambos os casos, o elemento catalizador e polarizador das atenções continua a

---

<sup>481</sup> Refira-se, aliás, que a redacção dos anais de 1079, 1111 e 1169 segue uma lógica de continuidade sequencial que reforça ainda mais a existência de uma tradição textual em que se integram estas três obras, construída com base não só nas respectivas versões originais – que adoptam uma solução de continuidade em relação ao texto anterior –, mas também pelas diferentes cadeias de transmissão que as diferentes cópias hoje conhecidas implicam.

<sup>482</sup> A este respeito, subscrevemos as palavras de Luís Filipe Llach KRUS (*A produção do passado...*, pp. 11-12), que, a propósito das condições sociais de recepção dos textos em epígrafe, estabelece como critério individualizador dos *Anais de S. Mamede de Lorvão* o facto de nele se recordar um passado mais prestigiante pela imediata afirmação do seu estatuto simbólico do que pelo sentido da acção bélica.

ser sempre o mosteiro, enaltecido pela perpetuação da sua identidade no momento em que se agudizam os factores da crise responsáveis pela relativização dos seus elementos constitutivos, e, em contrapartida, se define um novo paradigma de sociedade no território de fronteira do reino de Leão. Nesta conjuntura de aceleradas transformações, Lorvão é já um mosteiro envelhecido, que parece não ser capaz de acompanhar a dinâmica de mudança a que então se assiste em vários outros mosteiros da região nortenha.

Os elementos narrativos presentes nos *Anais de S. Mamede de Lorvão* convergem, portanto, num mesmo sentido: o que o seu compilador procura é reafirmar a tradição como base estruturante das concepções e representações sobre o passado, como se pretendesse dar a imagem de um mosteiro legitimado pelos seus próprios antecedentes históricos.

A tradição é, pois, o elemento que dá consistência ao acto de produção memorialística. Embora a coerência do texto lhe advenha de factores simultaneamente internos e externos, que o isolam e singularizam, subtraindo-o do conjunto das restantes compilações analíticas, o que nele se reivindica é a perpetuação de uma memória coesa nas suas bases de formulação. Não admira, por isso, que esta obra represente mais do que um simples texto concebido e redigido de forma a dar actualidade social ao passado. O mosteiro de Lorvão afirma-se, desde os inícios do século X, como proprietário não só de numerosas fracções de terra providas dos respectivos prédios e sujeitas a vários regimes jurídicos de exploração das suas potencialidades agrícolas, mas também de numerosas igrejas e mosteiros, cuja posse alarga o seu raio de influência espiritual sobre as pequenas comunidades cristãs, rurais e guerreiras, do Entre-Douro-e-Mondego. O crescimento da riqueza monástica é paulatino, mas ajuda pelo menos a sustentar as necessidades de uma comunidade que se vai expandindo para além dos seus limites iniciais de jurisdição, criando assim as bases económicas de subsistência material dos monges no momento em que se anunciam os primeiros sintomas de crise no seio da comunidade moçárabe.

Na segunda metade do século XI, a situação de prosperidade que caracterizara as primeiras décadas da história monástica começa a alterar-se.

Após a conquista de Coimbra, os recursos mobilizados no sentido de se conferir uma maior credibilidade política à acção dos poderes cristãos no vale do Mondego leva ao recrudescimento de uma conflitualidade latente. Paradoxalmente, o triunfo da mensagem cristã marca, para a comunidade moçárabe, um momento de acesa polémica com os vencedores, cuja política em matéria eclesiástica se salda pela imposição de hábitos alheios aos usos consagrados pela comunidade local.

Segundo o conciso relato da conquista da cidade transmitido pela *Summa chronicarum*<sup>483</sup>, o assédio de Coimbra inicia-se por determinação do «imperator fortissimus» Fernando I e de sua mulher, a «regina» Sancha, embora contando com a participação não só de um extenso exército – o que permite a aproximação das hostes régias à cidade então controlada pelas forças muçulmanas –, mas também de várias figuras da hierarquia eclesiástica e monástica, cuja acção o autor situa a par da de um conjunto de não-referenciados «aliis multorum filiis bonorum hominum». Neste contexto, o que nos parece interessante reter é como os dois primeiros bispos mencionados na notícia correspondem aos prelados Crescónio de Iria – aqui valorizado pela utilização do epíteto que reforça o reivindicado carácter apostólico da sua sede diocesana – e Vistruário de Lugo, ou seja, os representantes das duas dioceses com as quais Hermenegildo Guterres privara cerca de dois séculos antes. Mas a memória do autor recai também sobre outros prelados, entre os quais Sesnando de Viseu e Soeiro de Mondonhede-Dume, juntamente com os abades Pedro de Guimarães, acompanhado por um prioste homónimo, e Ariano de Celanova, reforçando, desta forma, o quadro de participação dos agentes mediadores do sagrado na conquista.

A notícia torna-se mais expressiva quando, efectuada a enumeração daqueles que participaram na empresa militar, o autor põe a tónica sobre o facto de a tomada ter ocorrido na sequência de um prolongado assédio de seis meses, após o qual Coimbra terá sido entregue nas mãos régias «per honorificentiam pacis et cum pressura famis». Num registo claramente antitético, a expressão acentua a acção do rei leonês em prol da paz hispânica e o estado debilitado da cidade assediada pelos exércitos cristãos. Embora a

---

<sup>483</sup> APV, seg. *Summa chronicarum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 311-312).

notícia nos dê conta da captura de cerca de cinco mil Muçulmanos, não faz qualquer referência à comunidade moçárabe nela residente, aspecto que parece orientar a atenção do leitor para um tópico característico dos discursos comemorativos da heroicidade dos feitos de guerra entre as sociedades de fronteira: a oposição ideológica entre uma Cristandade representada pelo monarca leonês e um Islão condenado à derrota. Não se efectuando qualquer alusão a pilhagens eventualmente ocorridas na sequência da entrada das hostes cristãs, a ênfase recai também sobre a ideia de expansão territorial das forças cristãs, cuja vitória culmina com a anexação da mais importante praça da fronteira do Mondego, tal como a expulsão, em cativeiro, de um elevado número de Muçulmanos. Iniciado no décimo terceiro dia das calendas de Fevereiro e finalizado no sétimo dia dos idos de Julho, a cronografia do assédio termina com uma referência simbólica à festa do santo mártir Cristóvão, facto que direcciona a narrativa para a ideia de intervenção do transcendente na conquista da cidade.

Com base nestes dados, pode dizer-se que o que se promove nesta passagem – e, consequentemente, também em vários outros textos analísticos, entre os quais os *Anais de S. Mamede de Lorvão*, ainda que de forma mais sintética – é a presença militar dos exércitos comandados por Fernando I no combate contra o Islão, daqui resultando a anexação da cidade, em 1064, e o subsequente estabelecimento da fronteira cristã no vale do Mondego, acontecimento interpretado à luz do sentido transcendental da história. De facto, a referência ao santo mártir Cristóvão associa este evento militar à protecção celeste de um santo morto na defesa da fé em Cristo, o que, por sua vez, permite integrar a conquista de Coimbra na memória litúrgica da realeza cristã hispânica, guerreira e providencial.

O contexto que se segue assiste à restauração da ordem cristã na fronteira do Mondego, embora tal acontecimento ocorra num clima de progressiva ruptura com a comunidade local. O ano de 1065 assiste à recepção da embaixada presidida pelo bispo Paterno de Tortosa, a expensas de *al-Muqtadir* de Saragoça, pelo rei Fernando I em Santiago de Compostela, no decurso da qual terão sido estabelecidas as bases para uma futura negociação sobre o regime de sede vacante que então caracterizava a

cidade<sup>484</sup>. O facto ocorre pouco tempo depois da consagração de uma nova igreja na capital do reino, na sequência da chegada das relíquias do arcebispo Isidoro de Sevilha à cidade de Leão, na qual estiveram presentes membros de toda a família real – o relato fala-nos da presença dos monarcas Fernando I e Sancha, para além da dos infantes Urraca, Sancho, Elvira, Afonso e Garcia, da rainha viúva de Pamplona, Mor, mãe do monarca, e da viúva de Bermudo III, Ximena – e numerosos representantes da hierarquia eclesiástica, tanto episcopal como abacial – com destaque para Crescónio de Iria, Gomes de Calahorra, Vistruário de Lugo, Soeiro de Mondonhedo, Bernardo de Palência, Ordonho de Astorga, Ximeno de Leão, tal como o francês Pedro de Le Puy, para além de Énego de Oña, Garcia de Eslonza, Sisebuto de Cardeña, Domingo de Silos, Fagildo de Antealtares e Brandilano de Samos, entre outros<sup>485</sup>.

No contexto letrado hispânico, o tópico do auxílio divino à realeza cristã nas acções de conquista e reconquista sobre o Islão, tal como na progressão territorial em direcção a Sul, constituiu desde cedo uma ideia estruturante da ideologia política asturiana. Uma das primeiras menções ao culto e patrocínio de S. Tiago à monarquia encontra-se num hino litúrgico integrado no Ofício divino da festa do Apóstolo, cuja autoria é atribuída a Beato de Liébana, dedicado, no acróstico, a Mauregato, que se inicia com as palavras «O Dei Verbum» e em que se constrói uma imagem de S. Tiago, que teria supostamente evangelizado a Hispânia, como «Caput refulgens aureum Ispanie»<sup>486</sup> e «Tutorque nobis et patronus vernulus»<sup>487</sup>. O hino começa por se referir a Cristo como Verbo de Deus, Criador e Luz do mundo, Filho de Maria, Rei e Sacerdote Adornado com doze pedras preciosas<sup>488</sup>. O Sol, símbolo de Cristo, é o elemento que afasta as trevas no decurso da sua movimentação

---

<sup>484</sup> LP 16 (1086.04.13, falso ou interpolado). Manuel CARRIEDO TEJEDO («El gallego Pelayo Tedóniz...», p. 73) é de opinião que a viagem da família real se produziu algures entre 9 de Abril e 16 de Maio de 1065, e que no seu decurso a comitiva leonesa se fez acompanhar da assembleia plena do palácio de forma a tratar de assuntos de índole vária, entre os quais a saída em campanha do monarca contra Valência.

<sup>485</sup> Veja-se, com o respectivo apoio documental, Manuel CARRIEDO TEJEDO, «El gallego Pelayo Tedóniz...», p. 71.

<sup>486</sup> BEATO DE LIÉBANA, *O Dei Verbum*, v. 47 (ed. J. GONZÁLEZ ECHEGARAY, Madrid, MMIV, p. 652).

<sup>487</sup> BEATO DE LIÉBANA, *O Dei Verbum*, v. 48 (ed. J. GONZÁLEZ ECHEGARAY, Madrid, MMIV, p. 652).

<sup>488</sup> BEATO DE LIÉBANA, *O Dei Verbum*, vv. 1-10 (ed. J. GONZÁLEZ ECHEGARAY, Madrid, MMIV, p. 650).

aparente ao longo de doze horas. A luz de Cristo brilha nas luminárias de doze candelabros, símbolos do colégio dos Apóstolos que teriam dado Seu testemunho em todo o orbe<sup>489</sup>, com destaque para os «filii tonitruui» João e Tiago, ambos presentes ao lado do Senhor na Última Ceia, tendo Sua mãe intercedido por eles de forma a que lhes fosse reconhecida a primazia no reino. O prémio dos céus é-lhes concedido, e, em particular, ao segundo, por intermédio do martírio<sup>490</sup>. O texto coloca depois a tónica sobre algumas passagens lendárias do suplício de S. Tiago, como a presença de um mago que teria lançado contra o Apóstolo os demónios e a quem este acaba por converter com as suas palavras, levando-o à penitência, tal como a salvação concedida a um parálítico e, por fim, a alusão à sua decapitação<sup>491</sup>.

As consequências que este primeiro testemunho do patrocínio apostólico exerceu sobre a monarquia asturiana estão patentes na construção ideológica que a partir daí se originou. Os seus mais importantes estudiosos – Claudio Sánchez-Albornoz, Justo Pérez de Urbel e Manuel C. Díaz y Díaz<sup>492</sup> – pronunciaram-se a favor da origem asturiana deste hino acróstico, aparentemente composto por um clérigo – sem pressuporem com isso a sua identificação definitiva com Beato de Liébana, apesar de este se referir no prólogo do segundo livro do seu *Comentário ao Apocalipse* à divisão da tarefa de evangelização entre os vários apóstolos e o papel que teria cabido a S. Tiago no que respeita à Hispânia<sup>493</sup> – e da sua datação em torno do último quartel do século VIII, provavelmente entre 783 e 785. Tal como referiram estes autores, o hino deve ser visto sobretudo como um testemunho do culto a um Apóstolo que cresce a partir daquela data, e não como uma anacrónica prova do despertar de uma ideologia que apenas viria a ganhar forma mais consistente várias décadas depois.

---

<sup>489</sup> BEATO DE LIÉBANA, *O Dei Verbum*, vv. 11-20 (ed. J. GONZÁLEZ ECHEGARAY, Madrid, MMIV, p. 650).

<sup>490</sup> BEATO DE LIÉBANA, *O Dei Verbum*, vv. 25-35 (ed. J. GONZÁLEZ ECHEGARAY, Madrid, MMIV, p. 650).

<sup>491</sup> BEATO DE LIÉBANA, *O Dei Verbum*, vv. 36-45 (ed. J. GONZÁLEZ ECHEGARAY, Madrid, MMIV, pp. 650 e 652).

<sup>492</sup> As indicações bibliográficas para estes autores podem ver-se, junto com outras propostas de análise do hino, em Antonio VIÑAYO, «El ideal religioso en los tres primeros siglos de la reconquista», *Burgense. Collectanea scientifica*, 25/2, 1984, pp. 425-427.

<sup>493</sup> BEATO DE LIÉBANA, *Comentário ao Apocalipse*, II, prólogo, 3 (ed. A. del CAMPO HERNÁNDEZ, Madrid, MMIV, p. 134).



A descoberta do alegado túmulo de S. Tiago<sup>494</sup>, sobre o qual se edifica uma igreja apostólica que vai adquirir um papel dignificante do reino e da monarquia, e à qual se desloca Afonso II, que a cronística recorda como restaurador do *ordo gothicus* segundo o modelo de Toledo, lança as bases para a criação e a consolidação de uma ideologia eclesiástica a que não serão alheios os reis de Oviedo, devotos das relíquias do Apóstolo e beneméritos da igreja de Compostela. É sabido como também Afonso III se terá deslocado ao templo, erigindo sobre o sepulcro apostólico um novo edifício, sagrado em 899, que viria a dotar com amplos bens destinados às celebrações do culto, entre alfaia e outro mobiliário litúrgico<sup>495</sup>, e ao qual viria a atribuir extensas honras e privilégios, num momento em que surgiam os primeiros relatos de feitos miraculosos operados alegadamente por intercessão de S. Tiago. A doação régia da estauroteca compostelana, no episcopado de Sesnando, representará um dos expoentes da projecção do sepulcro apostólico e das suas relíquias, numa conjuntura em que ocorre a integração do espaço galego no reino asturiano. Aquando da consagração da igreja de S. Salvador de Valdediós, também este monarca terá ordenado que, para além do altar maior, o edifício fosse colocado sob os títulos de S. João Baptista e de S. Tiago.

Na qualidade de reis de Leão, os seus sucessores viriam a dar continuidade a esta política de consolidação dos direitos e garantias de Compostela, tal como de projecção do potencial simbólico que um túmulo apostólico, naturalmente, exigia. O fomento à devoção santiaguista representada pela igreja compostelana está patente com vários outros monarcas, entre os quais Ramiro II, que aí se teria dirigido para rezar antes da batalha de Simancas, e Bermudo II, ungido em cerimónia solene sob os auspícios da protecção apostólica, com o apoio dos condes de Coimbra – recorde-se que o próprio Gonçalo Moniz se viu envolvido na conjura palaciana que culminaria com este acontecimento, durante a qual provavelmente acabou

---

<sup>494</sup> Fernando LÓPEZ ALSINA, «La invención del sepulcro de Santiago y la difusión del culto jacobeo», in *El camino de Santiago y la articulación del espacio hispánico* (XX semana de estudios medievales, Estella, 26 a 30 de Julio de 1993), Estela, Gobierno de Navarra/Departamento de Educación y Cultura, 1994, pp. 59-84.

<sup>495</sup> Antonio Jesús GONZÁLEZ MILLÁN, «La Cruz de Santiago: una donación del rey Alfonso III al Apóstol y a su sede de Compostela en el año 874», *Compostellanum*, vol. XXXVIII, n.ºs 3-4, Julho-Dezembro de 1993, pp. 303-335.

por morrer –, e à qual também se teria deslocado, na qualidade de peregrino, acompanhado dos magnatas do palácio.

É sabido como Fernando I se terá dirigido a Santiago de Compostela, acompanhado de sua mulher e filhos, depois da conquista da cidade de Coimbra, em comitiva onde seguiam também alguns bispos e magnatas do palácio. Encontrando-se novamente na sede galega alguns meses depois do acontecimento, acolheu a petição que lhe foi dirigida pelo bispo Paio de Leão em nome do prelado compostelano, Crescónio, relativa às alegadas intromissões dos funcionários régios Diogo Trutesendes, Sesnando Eanes e Tedon Teles nos assuntos internos das vilas, igrejas e mosteiros que a igreja de Santiago detinha em território de fronteira – mais concretamente em Correlhã, Braga, Montélios, Vilela, Colina e outras não-especificadas vilas da região de Entre-Douro-e-Lima – por doação régia<sup>496</sup>. De forma a superar esta situação, o monarca outorgou um diploma com data de 1065 em que confirmou estarem sob alçada directa da igreja todos quantos nelas tivessem residência, chegando a proibir a entrada dos funcionários régios ou de qualquer outro poder público no domínio eclesiástico, cujo acesso era garantido apenas aos meirinhos galegos. Na altura em que se encontravam em Santiago de Compostela, Fernando I e Sancha procederam ainda à confirmação, em benefício do bispo Crescónio e dos cónegos da catedral, da doação das vilas de Alhastro e S. Lourenço do Bairro, com as suas igrejas de S. Martinho e de S. Lourenço, para além da de Trouxemil e a terça parte da de Travação, entre o Águeda e o Vouga, em território conimbricense, com que Afonso III e Ximena de Astúrias haviam contemplado a diocese galega menos de dois séculos antes<sup>497</sup>.

Uma vez que a tradição historiográfica consignada na *História silense* e, posteriormente, no *Códice calixtino*, associa o apóstolo S. Tiago à conquista de Coimbra, há que ter em conta, junto com os factos anteriormente apontados, que também este propósito pode determinar a nossa interpretação dos anais laurbanenses, produzidos numa conjuntura marcada pela afirmação da diocese. Todos os calendários do rito hispânico marcam a festa litúrgica de S. Cristóvão – que os anais identificam com o dia da conquista – no dia 10 de

---

<sup>496</sup> CDF 73 (1065.06.10).

<sup>497</sup> CDF 74 (1065.06.10).

Julho, conforme se verifica pela leitura do *Calendário de Córdoba*, de 961<sup>498</sup>, tal como de vários outros calendários moçárabes, dos anos de 1039<sup>499</sup>, 1052<sup>500</sup>, 1055<sup>501</sup>, 1066<sup>502</sup>, 1067<sup>503</sup> e 1072<sup>504</sup>. Estes testemunhos são, portanto, concordantes com algumas versões textuais da conquista, que situam este acontecimento nas vésperas da festa litúrgica do santo mártir, ou seja, no dia 9 de Julho, que, no ano de 1064, correspondeu a uma sexta-feira<sup>505</sup>. No que respeita à analística medieval portuguesa, e tendo em conta apenas as diferentes variantes hoje conhecidas dos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave* – na verdade os únicos que, com excepção de Lorvão, nos dão conta das conquistas de Fernando I na região –, as divergências não são significativas<sup>506</sup>. Se, no que respeita à recensão longa de 1079, o *Livro da noa* II lhe atribui em duas ementas separadas a data de 8 das calendas de Agosto, que uma das ementas identifica com o dia de sexta-feira, vigília da festa do santo mártir Cristóvão<sup>507</sup>, já a *Chronica gothorum* mantém a data proposta na versão mais completa daquele primeiro manuscrito<sup>508</sup>. No que concerne à recensão breve de 1111, tanto o Homiliário de 1139 como a *Summa chronicarum* apontam como data de ocorrência o dia 6 dos idos de Julho<sup>509</sup>. No que respeita à recensão breve prolongada até 1168, por fim, a data de ocorrência é

<sup>498</sup> *Cal. cord.* (961; seg. trad. latina): «In ipso est Christianis festum Christofori, et sepulchrum eius est in Antiochia. <Et festum eius est in orto mirabili qui est in alia parte Cordube, ultra fluvium, ubi sunt infirmi>.» (ed. R. DOZY e Ch. PELLAT, Leiden, 1961, p. 111).

<sup>499</sup> *Cal. A* (1039): «Sancti Christofori.» (ed. Marius FÉROTIN, Roma, 1996, pp. 470-471).

<sup>500</sup> *Cal. B* (1052): «Sancti Christofori et comitum, Antiochia.» (ed. Marius FÉROTIN, Roma, 1996, pp. 470-471).

<sup>501</sup> *Cal. C* (1055): «Sancti Christofori et comitum eius.» (ed. Marius FÉROTIN, Roma, 1996, pp. 470-471).

<sup>502</sup> *Cal. D* (1066): «Sancti Christofori et comitum eius, Antio[cia].» (ed. Marius FÉROTIN, Roma, 1996, pp. 470-471).

<sup>503</sup> *Cal. E* (1067): «Sancti Christofori et comitum eius martyrum, et sancte Felicitatis, martyris Christi.» (ed. Marius FÉROTIN, Roma, 1996, pp. 470-471).

<sup>504</sup> *Cal. F* (1072): «Sancti Christofori et comitum eius martyrum, et sancte Felicitatis, martyris Christi.» (ed. Marius FÉROTIN, Roma, 1996, pp. 470-471).

<sup>505</sup> A análise da cronologia histórica do evento foi efectuada, com abundantes detalhes, por Pierre DAVID, «Annales portugaises vetere», in *Études historiques...*, pp. 335-340.

<sup>506</sup> A identificação das versões textuais foi efectuada, com mais pormenores sobre o ano, mês e dia do mês registados nas diversas ementas, por A. Botelho da COSTA VEIGA, «Solução do problema cronológico...», pp. 557-558.

<sup>507</sup> APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa* II: «VIIIº kalendas augusti Era Mª Cª IIª» e «VIIIº kalendas augusti feria VIª vigilia sancti Christofori» (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 294 e 297).

<sup>508</sup> APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Chronica gothorum*: «Era 1102, 8º kalendas augusti feria 6ª in vespera sancti Christofori» (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 297).

<sup>509</sup> APV, Recensão breve (1111), secção III, seg. Homiliário de 1139: «Era M C IIª VIº idus iulii»; e seg. *Summa chronicarum*: «Era T Cª IIª VIº idus iulii» (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 305).

transferida tanto no *Livro da noa* I como nos *Anais de Lamego* para o dia 9 das kalendas de Agosto, cabendo ao primeiro manuscrito a identificação do dia com uma sexta-feira<sup>510</sup>.

O mesmo não pode dizer-se dos *Anais de S. Mamede de Lorvão*, que situam o evento «In era millesima C.<sup>a</sup>II.<sup>a</sup> (...) in die de sancto christoforo, in mense iulius» ([5]). Desta forma, identificam a data da conquista da cidade com o mês de Julho do ano de 1064, salientando, para além destas coordenadas, o dia da festa litúrgica do santo mártir Cristóvão. Uma vez que não se especifica aí o dia do mês, qualquer observação que se possa fazer sobre a matéria cai no plano das especulações. Não podemos, portanto, aproximá-lo dos *Anais de St.º Tirso* neste aspecto em particular. O que parece certo é que o texto não situa a efeméride nas vésperas da festa litúrgica, mas sim no dia da festa propriamente dita, entrando, assim, em dissonância com a tradição registada no outro texto. Desconhecemos as razões que poderão estar na base desta divergência cronológica. A preferência pela escolha do dia 25 de Julho no *Códice calixtino*, onde, como veremos mais detalhadamente, se encontra o mais completo relato da conquista, pode ter sido motivada pelo facto de se celebrar nesse dia, segundo o calendário romano, a festa litúrgica de S. Tiago e, simultaneamente, as de S. Cristóvão e S. Cucufate<sup>511</sup>, que a tradição conimbricense identificava com o dia da entrada dos exércitos na cidade. Sublinhe-se que a tradição portugalense consignada nos anais tirsenses também indica como data da conquista o dia 25 de Julho. A escolha da data no

<sup>510</sup> APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção III, seg. *Livro da noa* I: «In era M<sup>a</sup> C<sup>a</sup> II<sup>a</sup> VIII<sup>em</sup> kalendas augusti die feria VI<sup>a</sup>»; e seg. *Anais de Lamego*: «IX<sup>o</sup> kalendas augusti era M<sup>a</sup> C<sup>a</sup> II<sup>a</sup>» (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 307).

<sup>511</sup> *Cal. emil.*, post. 1090: «Natale sci iacobi aspli. Xpofori et cucufatis mrum.» (ed. José JANINI, Madrid, MCMLXII, p. 189); *Cal. leon.*: «Iacobi apostoli. Chistof-ori et Cucufati cum II<sup>o</sup> nocturno scorum et missa ad primam» (ed. L. LÓPEZ SANTOS, Leão, 1956, p. 131); *Cal. brac.*: «Sancti iacobi apostoli. Et Christofori. Et Cucufatis martiris» (ed. Pierre DAVID, Paris, 1947, p. 532; ed. Joaquim O. BRAGANÇA, Lisboa, 1975, p. 9). Os três calendários referem, para o dia 24 de Julho, a festa da vigília de S. Tiago («Ugla sci iacobi apspli.», «Cristine uirg. Vigilia sci. Iacobi\*, cum missa de...» e «Christine uirginis et martiris. Uigilia sancti iacobi apostoli», respectivamente). Ainda que referente ao rito hispânico, o *Cal. cord.*, de 961, seg. trad. latina («In ipso est Christianis festum Cucufatis sepulti in civitate Barcinona. <Et in ipso est festum sancti iacobi et sancti Christofori>.»; ed. R. DOZY e Ch. PELLAT, Leiden, 1961, p. 117) atribui a festa litúrgica de S. Tiago e S. Cristóvão a 25 de Julho, embora indicando também, para o santo mártir, o dia 10 (ed. R. DOZY e Ch. PELLAT, Leiden, 1961, p. 111). Sobre este último calendário, na sua relação com a festa apostólica de 25 de Julho, Justo PÉREZ DE URBEL [Fray], «El culto de Santiago en el siglo X», *Compostellanum*, vol. XVI: *II.º congreso internacional de estudios jacobeos*, n.ºs 1-4, Janeiro-Dezembro de 1971, p. 23. O autor sublinha o facto de o *Cal. cord.* omitir o local de sepultamento de S. Tiago e S. Cristóvão, ao contrário do que se regista para S. Cucufate, como sintoma de uma provável novidade do culto apostólico na tradição moçárabe.

*Códice calixtino* pode, portanto, não ser aleatória, embora a omissão de um dia concreto na cronografia dos anais laurbanenses nos impeça de saber se a comunidade monástica conimbricense também comemorava o acontecimento nessa data<sup>512</sup>.

Estas observações têm pertinência se considerarmos que se desenvolve, ao longo do século XII, uma estratégia de enaltecimento da diocese supostamente ligada à evangelização hispânica do Apóstolo em que o relato da conquista de Coimbra pelos exércitos de Fernando I é concebido em moldes simbólicos. A conquista miraculosa da cidade é, naturalmente, uma efeméride fundamental para a compreensão do processo de difusão do culto de S. Tiago a partir da Galiza e em direcção à fronteira meridional do reino. Em certa medida, os relatos que vão ser fixados nas produções letradas da época, ainda que concebidos com objectivos bastante diferentes, exprimem uma ideia de progressão territorial da Cristandade na luta contra o Islão, ancorada sobre o apoio da família real leonesa e das autoridades eclesiásticas.

Esta estratégia discursiva gira em torno da acção de Fernando I, filho de Sancho III de Navarra e principal responsável pela unificação das coroas de Leão e Castela, em cujo reinado se inaugura um período de relativa estabilidade política que se irá reflectir nas medidas tomadas por este monarca em território de fronteira. Neste contexto, a expansão dos exércitos leoneses em direcção às terras do Sul parece ter ocorrido num quadro de acentuada desmilitarização dos poderes muçulmanos, e, em particular, das autoridades sediadas em Badajoz, agravado pela depauperação dos respectivos tesouros na sequência da imposição de um oneroso regime tributário em benefício do monarca cristão.

O mês de Julho do ano de 1064 marca, talvez, o principal ponto de viragem na história política da fronteira ocidental hispânica, por ter sido este o momento em que se assiste à conquista de Coimbra pelas forças cristãs. O seu significado reflecte-se na projecção que pouco depois alcançou nalgumas obras da cultura letrada peninsular, produzidas não só nos principais palcos da

---

<sup>512</sup> A primitiva festa litúrgica asturiana em que se exalta a prédica apostólica na Hispânia ocorria a 30 de Dezembro. Passou, desde a segunda metade do século IX, por influência europeia, a situar-se a 25 de Julho (Justo PÉREZ DE URBEL [Fray], «El culto de Santiago...», pp. 17-20, 22-26 e 36).

política leonesa, mas também nos mais periféricos focos de irradiação do saber situados em território portugalense e conimbricense.

É, por isso, importante sublinhar como a recepção desse acontecimento na cultura letrada peninsular se faz em moldes diversos, logicamente decorrentes dos condicionalismos sociais de produção das memórias compiladas em cada obra<sup>513</sup>. No que concerne ao relato da empresa fernandina, é possível descortinar a existência de pelo menos dois tipos diferenciados de registo narrativo: por um lado, o que tende a fazer da conquista de Coimbra um dos marcos das descrições de vitórias militares da Cristandade sobre o Islão alcançadas pelos monarcas leoneses na fronteira ocidental do reino, tendo o rei, coadjuvado ou não por outras instâncias do reino, como protagonista principal; e, por outro, o que eleva a conquista de Coimbra à condição de efeméride prenunciadora do providencialismo apostólico de Santiago de Compostela, no quadro de uma concepção histórica do tema da *libertação da Hispânia*, em que o protagonista passa a ser o monarca especialmente protegido por Deus, graças à intervenção miraculosa do Apóstolo.

Se o primeiro tipo de registo narrativo se reflecte fundamentalmente na analítica medieval portuguesa, e, em particular, nos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave*, que colocam este acontecimento em paralelo com as conquistas de vários outros núcleos do território de Entre-Douro-e-Mondego por Fernando I, o segundo tende a associar-se aos relatos transmitidos por dois importantes testemunhos da cultura medieval hispânica: a *História silense* e o *Códice calixtino*<sup>514</sup>. Contudo, não é fácil perceber-se o porquê da identificação de S. Tiago como protagonista de um episódio de importância estrutural na consolidação do domínio militar cristão em território de fronteira. As datas que as fontes nos transmitem para este acontecimento podem, em certa medida, ter potenciado a associação do Apóstolo ao evento. Como véspera da festa

---

<sup>513</sup> A leitura que se segue baseia-se fundamentalmente em Klaus HERBERS, *Política y veneración de santos en la Península Ibérica. Desarrollo del «Santiago político»*, s.l., Fundación Cultural Rutas del Románico, 2006, pp. 35-41, onde se expõem com detalhe as circunstâncias em que se terá dado a recepção deste episódio na cultura medieval hispânica. Para efeitos de contextualização do episódio, recorremos ainda a Fernando LÓPEZ ALSINA, *La ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*, Santiago de Compostela, Ayuntamiento de Santiago de Compostela – Centro de Estudios Jacobeos – Museo Nacional de las Peregrinaciones, 1988.

<sup>514</sup> Pierre DAVID, «Annales portugaises vetères», in *Études historiques...*, pp. 339-340.

litúrgica de S. Cristóvão, o dia 9 de Julho apenas surge associado aos calendários hispânicos, cabendo ao dia 25 deste mesmo mês – data que é sintomaticamente recordada pela analística medieval portuguesa como momento de ocorrência da efeméride<sup>515</sup> – a festa do santo mártir Cristóvão e do santo apóstolo Tiago, segundo o calendário romano<sup>516</sup>. Não obstante o facto de as mais recuadas notícias que nos remetem para a intervenção do Apóstolo em campo de batalha provirem da *História silense* e do *Códice calixtino*, associadas nos seus condicionalismos sociais de produção à colegiada de St.º Isidoro de Leão e à igreja de Santiago de Compostela, ligadas, por sua vez, à monarquia leonesa, o relato narrativo transmitido pelos dois códices poderá corresponder a uma tradição oral formada provavelmente nos finais do século XI e posteriormente recebida nestes contextos letrados<sup>517</sup>.

Segundo o relato perifrasedado da *História silense*<sup>518</sup>, que viria a ser seguido, sem diferenças substanciais, pelo *Códice calixtino*<sup>519</sup>, Fernando I ter-se-ia dirigido a Santiago de Compostela para solicitar a intercessão do Apóstolo na conquista da cidade. A tradição refere como o rei teria aí permanecido em oração durante três dias, solicitando ao Apóstolo que intercedesse por si diante da Divina Majestade. Confiante no amparo divino e no êxito futuro da empresa propiciada pelo sufrágio apostólico e renunciada pelo Salvador, o monarca, que suplicava a libertação da cidade dos ritos pagãos e a sua entrega à fé cristã, teria protagonizado uma doação à igreja

---

<sup>515</sup> Referimo-nos à versão dos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave* transmitida pela Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 294 e 297). Na tradição consignada no *Livro da noa II*, a passagem repete-se duas vezes. Mantém-se em ambas o dia 25 de Julho como data de ocorrência da conquista. Os *Anais de S. Mamede de Lorvão*, embora sem citar um dia do mês preciso, afirmam ter ocorrido no mês de Julho, no dia da festa litúrgica do santo mártir Cristóvão (SS, vol. I, p. 20). Os *Anais de S. Salvador de Grijó* e de *St.ª Cruz de Coimbra*, por sua vez, omitem a efeméride. Esta situação compreende-se se tivermos em mente que os respectivos autores iniciaram os seus relatos algumas décadas depois da conquista da cidade. Contudo, dado que a efeméride terá ocorrido numa sexta-feira do mês de Julho de 1064, não é possível atribuir a sua ocorrência ao dia 25, mas sim a 9, seguindo também a cronologia da festa litúrgica do santo mártir Cristóvão (Pierre DAVID, «Annales portugaises vetères», in *Études historiques...*, pp. 335-336).

<sup>516</sup> Vejam-se A. Botelho da Costa VEIGA, «Solução do problema cronológico...», pp. 557-560; e Torquato de Sousa SOARES, «Reflexões à volta da segunda conquista...», pp. 183-195, em que se discute em pormenor a problemática da cronologia histórica do evento.

<sup>517</sup> Leia-se Klaus HERBERS, *Política y veneración de santos...*, p. 36.

<sup>518</sup> *Hist. sil.*, 87-89 (ed. Dom Justo PÉREZ DE URBEL, O.S.B., e Atilano GONZÁLEZ RUIZ-ZORRILLA, Madrid, 1959, pp. 190-193).

<sup>519</sup> *Códice calixtino*, II, 19 (ed. Klaus HERBERS e Manuel SANTOS NOIA, Santiago de Compostela, 1998, p. 175).

compostelana e seguido com os seus exércitos em direcção a Coimbra. Segundo as palavras do cronista, Fernando desconhecia que a graça divina já lhe havia sido concedida por mérito de vida. Ouvidas as solicitações do monarca e empunhando o gládio em campo de batalha, o rei teria então cumprido, como émulo de uma causa celeste, a resolução da Divina Majestade.

Neste relato cronístico, o sucesso da batalha estaria representado por duas instâncias diferenciadas: S. Tiago, por um lado, e Fernando I, por outro. Ainda que convergentes nos seus objectivos, as duas frentes de combate estariam simbolicamente representadas pelo «gládio material» do rei de Leão e pela condição de «cavaleiro de Cristo» reconhecida ao Apóstolo. É neste quadro que se operaria o reconhecimento da população relativamente às potencialidades militares de S. Tiago, não obstante o facto de tal reconhecimento se ter alegadamente processado sob contestação de um peregrino grego, que teria negado a atribuição desse epíteto ao Apóstolo. Na sequência deste facto, o cronista menciona como S. Tiago teria aparecido ao peregrino numa visão nocturna, afirmando ser um «fortíssimo cavaleiro», apresentando-se, de chaves nas mãos, montado sobre um cavalo branco, e prenunciando o futuro da empresa militar como um acto de bem sucedida entrega da cidade nas mãos do monarca, no dia a seguir à revelação, no decurso da terceira hora do dia. Ao comentar publicamente o episódio, o peregrino teria acabado por se ver confrontado com a veracidade do vaticínio apostólico corroborada por alguns emissários, que alegadamente teriam comprovado o sucesso da campanha. Ao concluir o relato, o cronista volta a mencionar o facto de o rei, uma vez tomada a cidade, se ter dirigido novamente a Compostela para agradecer espiritual e materialmente a intercessão do Apóstolo.

Como se depreende, o objectivo deste relato é o de demonstrar a intervenção de S. Tiago na sua dimensão guerreira, através de uma dinâmica de apropriação da guerra pela Igreja que se materializa no papel desempenhado pelo santo como intercessor na conquista definitiva da cidade. O que é significativo nesta tradição é o facto de ela se basear numa aparição miraculosa de S. Tiago, e, por esse motivo, construir-se sobre uma mensagem



apostólica. A imagem que daqui se retém é, pois, a de um santo que concentra em si duas funções: o Apóstolo é, por um lado, o santo dos peregrinos – sublinhe-se a função que teria exercido junto de Fernando I, quer antes, quer depois da batalha, e ainda a que teria resultado da sua aparição a Estêvão, duvidoso da sua condição militar e simultaneamente um dos destinatários da mensagem que revela a sua condição guerreira à população; e, por outro, o mediador em campo de batalha.

Porque a peregrinação a Compostela e a visão do Apóstolo não estão relacionadas com o acto de guerra propriamente dito, mas antes com práticas sociais que têm como núcleo a igreja compostelana, é provável que o relato do milagre tenha tido origem neste local, e, que, na sua forma primária, tenha sido concebido em época próxima da conquista. Esta hipótese permitir-nos-ia compreender a razão pela qual o tópico da intervenção miraculosa do Apóstolo não encontra recepção nos anais laurbanenses nas primeiras décadas do século XII, ou sequer nos que foram compilados ainda antes em território portugalense.

O que nos parece digno de destaque é a forma como os autores dos dois relatos procuraram mostrar os contornos em que foi revelada a função militar e cavaleiresca de S. Tiago, apontando assim, desde a mais remota tradição textual que nos transmite esse tópico, para uma interpretação pautada pelo ideal de guerra, e, em particular, da vertente da guerra marcada por acções de reconquista sobre o Islão. É claro que as diferenças entre a *História silense* e o *Códice calixtino* devem ser analisadas à luz do género de cada uma das obras – uma movida por uma interpretação historiográfica da realidade, outra pautada por uma transposição desse registo para o domínio hagiográfico –, tal como com os objectivos subjacentes à fixação de cada escrito. Isso é fácil de se perceber quando se chama a atenção para o facto de a *História silense* fazer de Fernando I o protagonista da conquista, e de S. Tiago, o intermediário que surge na sequência do pedido de auxílio do rei; e de o *Códice calixtino* representar o Apóstolo como precedente dos Cristãos em campo de batalha, e o monarca, como figura de segundo plano.

Seja qual for a leitura que deles possa ser feita, a existência destes relatos parece ser reveladora de uma consciencialização da sociedade cristã

hispânica relativamente a uma conjuntura de transformação. A mediação apostólica patente nos relatos, caracterizada pela natureza interventiva de um santo de culto universal, cada vez mais identificado com a realeza cristã hispânica, parece apontar para os antagonismos que então marcavam a agenda dos difíceis relacionamentos entre as autoridades leonesas e as comunidades moçárabes, para as quais a fenomenologia do sagrado assentava basicamente no ideal de resistência e abnegação representado pelos santos mártires da tradição hispânica. A difusão deste modelo de culto apostólico, ainda que vindo de épocas bem mais recuadas, como tivemos a oportunidade de demonstrar, pode, por isso, ter sido potenciada pela presença das forças leonesas na fronteira do Mondego, e, nesse sentido, ser resultado desta empresa militar a fundação da própria igreja de S. Tiago no arrabalde de Coimbra, junto à porta de Almedina, em novo acto de consagração do templo dedicado a St.<sup>a</sup> Cristina que aí existia pelo menos desde os inícios do século X, então na qualidade de igreja do padroado régio asturiano, e que viria a ser doada por Ramiro II ao mosteiro de Lorvão<sup>520</sup>.

Como é sobejamente conhecido, já nos primórdios da tradição letrada medieval hispânica o Apóstolo é conotado com a esfera da acção política. A sua suposta acção evangelizadora em território peninsular patente na produção cronística do reino das Astúrias potencia a imagem de continuidade da tradição visigótica na monarquia ovetense, conferindo-se aqui ao Apóstolo um lugar de destaque nas tentativas de legitimação da guerra e dilatação das fronteiras do reino, aliadas à necessidade de justificação da reconquista cristã como processo responsável pela libertação do território perdido. Se Tiago é o santo associado à expansão territorial da Cristandade peninsular sob mediação guerreira da realeza leonesa, Isidoro parece surgir como uma instância celeste ligada às dinâmicas de integração litúrgica do reino nos mistérios da Igreja e de salvação do defunto régio, através de gestos como a transladação das suas relíquias para a capital, em 1063, e a construção de um edifício especialmente destinado a albergar os despojos mortais do santo e a servir de panteão régio<sup>521</sup>. Ambos os santos servem um intuito de consolidação da ideologia régia

---

<sup>520</sup> DC 37 (933.03.04). A este respeito, cf. DC 15 (907.04.13).

<sup>521</sup> Veja-se Antonio VIÑAYO GONZÁLEZ, «La llegada de S. Isidoro a León. Datos para la historia del traslado del cuerpo del Doctor de las Españas desde Sevilla a León (1063)», *Archivos*

alicerçado em exposições textuais, e por isso pode dizer-se que ambos colaboram com um claro sentido político num programa de legitimação simbólica de uma monarquia recente<sup>522</sup> – recorde-se que a ascensão da casa de Navarra ao trono de Leão ocorre em 1037, e que com ela se inaugura um período da história conjuntural do reino em que o poder central desenvolve novas e intensas campanhas militares nas fronteiras com o Islão –, materializada nos títulos de autoridade e soberania de um monarca que, antes da sua ascensão ao trono, era apenas conde de Castela.

A ideia de autonomia simbólica da monarquia ganha sentido no quadro de uma produção letrada que procura fazer a apologia da tradição leonesa no seguimento da visigótica, e, porventura, em contraposição à tradição franca, que atribui a Carlos Magno o estatuto de protagonista da luta contra os Muçulmanos. Se há, naturalmente, pontos de convergência entre estes dois poderes, parece também afirmar-se aqui um sentido de autodeterminação dos reis hispânicos relativamente aos monarcas da tradição transpirenaica<sup>523</sup>. Para este efeito, parece convergir o facto de se sublinhar nestes relatos oficiais uma tradição apostólica de evangelização da Hispânia e de ajuda militar para libertação do território muçulmano que se conjuga com o significado político do Apóstolo enquanto instância protectora da monarquia, sem se pôr em causa a autenticidade das suas relíquias, e, por conseguinte, a inquestionabilidade de Compostela como sede apostólica.

---

*leoneses. Estudios y documentación de los reinos hispanos occidentales*, ano XVII, n.º 33, Janeiro-Junho de 1963, pp. 65-112.

<sup>522</sup> Alegadamente, o monarca teria também prestado reverência a S. Vicente antes de morrer, facto que pode talvez ajudar-nos a explicar a posterior recepção do culto ao santo mártir de Valência noutros contextos políticos de legitimação de monarquias hispânicas, como a portuguesa, simbolicamente apoiada na trasladação das relíquias do mártir do Cabo de S. Vicente para Lisboa, tal como na construção de um mosteiro e na instalação de uma comunidade regente nesta mesma cidade, patrocinada pela mais alta instância do reino. Como é natural, a questão merece tratamento mais detalhado, até porque nos pode ajudar a enquadrar melhor a hagiografia vicentina redigida por mestre Estêvão, chantre da Sé de Lisboa.

<sup>523</sup> Klaus HERBERS (*Política y veneración de santos...*, p. 38) chega inclusive a apontar como indício de uma certa tentativa de contestação do poder de Roma o facto de terem sido assimilados neste contexto letrado elementos que fazem da cátedra apostólica um ponto de referência para as autoridades eclesiásticas hispânicas, interessadas em reivindicar para si um potencial simbólico, corroborado pelas relíquias apostólicas, equiparado ao da sede romana. O autor destaca o particularismo resultante da adopção das chaves como elemento narrativo, o qual, enquanto signo de poder concedido aos Apóstolos e que a partir da Alta Idade Média se atribui quase exclusivamente a S. Pedro, teriam sido entregues por S. Tiago a Fernando I durante a conquista de Coimbra, possibilitando ao monarca a abertura das muralhas da cidade e a sua entrada vitoriosa no núcleo urbano. Este facto leva-o a falar de indícios de uma construção discursiva construída com base numa contestação anti-romana.

S. Tiago e St.º Isidoro, ainda que se situando em planos diferenciados, ocupam um lugar de relevo nas construções memorialísticas da realeza leonesa. A situação torna-se mais paradigmática se tivermos em mente que a *História silense* foi redigida em Leão, e que, por conseguinte, exprime, talvez, uma imagem próxima das autoridades do reino, em que o significado político do auxílio prestado pelo Apóstolo a Fernando I na conquista de Coimbra é potenciado ao mais alto nível. Se vários outros relatos testemunham nos séculos XII e XIII a recepção desta imagem de S. Tiago como cavaleiro celestial montado sobre um cavalo branco – destaquem-se as memórias consignadas na *Crónica najerense*<sup>524</sup>, tal como as que nos foram transmitidas posteriormente por Lucas de Tui, na *Crónica do mundo*<sup>525</sup>, ou mesmo por Rodrigo Ximenes de Rada, na *História da Hispânia*<sup>526</sup>, obras da época de Fernando III escritas na óptica dos clérigos de Leão e Toledo, rivais de Compostela, tendo por base a versão política da história transmitida pelo Silense<sup>527</sup> –, o facto é que o relato da intervenção miraculosa do Apóstolo na conquista da cidade de Coimbra tende a fixar-se nos moldes em que foi concebida pela *História silense* e potenciada pelo *Códice calixtino*, dando-nos, desta forma, indícios de uma construção narrativa do episódio que se estabelece vários anos depois da compilação das efemérides analísticas laurbanenses.

Este facto ajuda-nos a explicar a identificação da conquista de Coimbra com a festa litúrgica do Apóstolo, da mesma forma que outros indícios, veiculados pelas fontes diplomáticas, nos permitem falar de uma lenta penetração da ideologia santiaguista na cidade. Na verdade, a única igreja

<sup>524</sup> *Crón. naj.*, III, 7, 1-73 (ed. Juan A. ESTÉVEZ SOLA, Turnholt, MCMXCV, pp. 158-160). Cf., para as restantes campanhas fernandinas em território português, III, 6, 1-51 (ed. Juan A. ESTÉVEZ SOLA, Turnholt, MCMXCV, pp. 156-157).

<sup>525</sup> LUCAS DE TUI, *Crón. mun.*, IV, 51, 43-80 (ed. Emma FALQUE, Turnholt, 2003, pp. 286-287). Cf., para as restantes campanhas fernandinas em território português, IV, 51, 1-42 (ed. Emma FALQUE, Turnholt, 2003, pp. 284-285).

<sup>526</sup> RODRIGO XIMENES DE RADA, *Hist. Hisp.*, VI, XI, 28-73 (ed. Juan FERNÁNDEZ VALVERDE, Turnholt, MCMLXXXVII, pp. 189-191). Cf., para as restantes campanhas fernandinas em território português, VI, XI (ed. Juan FERNÁNDEZ VALVERDE, Turnholt, MCMLXXXVII, pp. 189-191). Antes da perícópe relativa à conquista de Coimbra, o autor fala-nos de Fernando I como o conquistador de Coimbra, e de Afonso VI, seu filho, como o conquistador de Toledo (VIII, XI, 38: ed. Juan FERNÁNDEZ VALVERDE, Turnholt, MCMLXXXVII, p. 129).

<sup>527</sup> Pilar BLANCO LOZANO, «La intervención de Fernando I...», pp. 345 e 348. Tenha-se igualmente em conta que, embora não descrevendo o assédio da cidade, também a *Crónica latina dos reis de Castela* recorda a memória de Fernando I como o conquistador de Coimbra (*Crón. lat.*, 2, 1-5: ed. L. Charlo BREA, Turnholt, MCMXCVII, p. 35).

urbana em que se atesta o culto apostólico até ao século XII é a igreja de S. Tiago, situada junto à porta de Almedina, templo que, no seu estado actual, apresenta características arquitectónicas que o enquadram nas manifestações artísticas do românico coimbrão. Documenta-se pela primeira vez nos inícios do século XII. A primeira menção ao templo surge na produção hagiográfica crúzia, e, em particular, na *Vida de Telo*, que nos fala da existência de um seu presbítero chamado Odório<sup>528</sup>, ou, na versão constante da *Vida de Teotónio*, Honório<sup>529</sup>. Não há, portanto, nenhuma informação que nos permita comprovar a existência deste edifício, sob o mesmo orago, para épocas anteriores ao século XI<sup>530</sup>. Apenas as narrativas crúzias, que citam o presbítero entre os setenta e dois companheiros responsáveis pela fundação do mosteiro de cónegos regantes de St.º Agostinho, ocorrida em 1131, nos permitem falar da igreja neste ano.

Se a localização dos restantes templos urbanos documentados até à implementação da reforma litúrgica não merece dúvidas, até por algumas delas terem sobrevivido, com alteração dos respectivos oragos, até à actualidade, o mesmo não pode dizer-se de uma igreja que teria existido no exterior do perímetro amuralhado, que as fontes recordam como estando situada junto à porta de Almedina. Trata-se de uma igreja consagrada à santa mártir Cristina, que, nos inícios do século X, pertencia ao padroado régio leonês e cujos direitos foram doados ao mosteiro de Lorvão pelo respectivo presbítero,

<sup>528</sup> *Vida de Telo*, 2: «Odorium Sancti Iacobi presbiterum» (ed. Aires A. NASCIMENTO, Lisboa, 1998, p. 62). O seu nome é aí citado a par dos de João Peculiar e Teotónio, para além do de Sesnando, prioste da igreja de St.ª Maria de Montemor-o-Velho. Os restantes são silenciados na hagiografia, embora, segundo nela se afirma, mencionados no rol do Ofício divino.

<sup>529</sup> *Vida de Teotónio*, 24; e, em especial, 11: «Tercius domnus Honorius presbiter, uir magne auctoritatis et ecclesie sancti Iacobi de suburbio Colimbrie prepositus.» (ed. Aires A. NASCIMENTO, Lisboa, 1998, pp. 164 e 182). O presbítero é novamente citado na qualidade de sacerdote da igreja de S. Tiago, desta vez localizada no subúrbio de Coimbra, e entre os companheiros dos fundadores do mosteiro crúzio, juntamente com João Peculiar, Teotónio e Sesnando. Honório teria sido ainda incumbido de levar a Lisboa a soma de seiscentos soldos para a construção da igreja do santo mártir Vicente.

<sup>530</sup> Não pode considerar-se correcta a sugestão avançada por Mário Jorge Barroca (EMP, vol. II, t. 1, n.º 191, de 1191.05.12; e n.º 204, de 1197.05.02), no sentido de se considerar a referência aos cónegos de S. Tiago, patente no documento de doação do mosteiro de Vacariça à Sé de Coimbra, como um testemunho da existência da igreja de S. Tiago em 1094 (LP 82, de 1094.11.13: «Cañici scī iacobi q<sup>i</sup> presentes fuerunt»). Trata-se, naturalmente, dos cónegos compostelanos que acompanharam a comitiva condal de Raimundo e Urraca na sua deslocação a Coimbra, aliás encabeçados na listagem dos respectivos confirmantes por Dalmácio, bispo de Santiago de Compostela («Dalmacius scī iacobi episcopus confirmo»), e pelo cónego Diogo Gelmires, na qualidade de notário («Didacus gelmiriz ecclesie scī iacobi canonicus . et supradicti ramundi comitis hanc donatjonis paginam manu prop<sup>a</sup> scīpsi . et una cum cetīs affirmaui . et ad rei uigorem, signum meum inieci . +»).

Fradilano, em 907<sup>531</sup>, e por Ramiro II, em 933<sup>532</sup>. Embora não disponhamos de nenhum outro dado complementar, até porque a igreja colocada sob esta invocação martirial desaparece por completo da documentação conimbricense, inclusive da que é exarada pelo colégio monástico laurbanense, a sua localização não pode deixar de ser posta em paralelo com a da igreja apostólica. É possível, embora não directamente comprovável, que se trate do mesmo edifício. A sua localização junto à principal porta de acesso ao interior do perímetro de muralhas assim o sugere. Atendendo à data em que a igreja de S. Tiago é citada pela primeira vez, é também possível que o edifício tenha sido reconstruído após a conquista da cidade por um monarca que se teria dirigido a Compostela para solicitar o auxílio do Apóstolo durante o assédio da praça, e, agradecendo a intervenção do santo, teria posteriormente doado à sede apostólica alguns bens e confirmado a posse de vários outros situados no território de Coimbra.

A comprovar-se esta hipótese, a igreja poderia ter sido novamente sagrada, sob invocação de S. Tiago, na sequência da tomada de Coimbra, em substituição do anterior orago martirial. A situação nada teria de anómalo, e pode inclusive apoiar-se no caso anteriormente explanado de uma igreja coimbrã consagrada ao santo mártir Cristóvão que, nos inícios do século XII, passa para a protecção celeste do santo apóstolo Bartolomeu, infelizmente em circunstâncias que nos são inteiramente desconhecidas. Outros dados permitem-nos ainda compreender a integração da cidade na esfera de influência da Igreja compostelana. O facto de ter sido celebrada uma composição entre as dioceses de Compostela e de Coimbra acerca do padroado da igreja de S. Tiago, em 1183, no decurso da qual o arcebispo Pedro se teria dirigido ao vale do Mondego para estabelecer um acordo com o

---

<sup>531</sup> DC 15 (907.04.13).

<sup>532</sup> DC 37 (933.03.04). Refira-se que esta igreja corresponde à primeira de uma extensa lista de templos que o mosteiro viria a adquirir ao longo do século X, cujo levantamento apresentámos anteriormente. A sua data recuada permite-nos pensar na hipótese de o templo datar pelo menos dos finais do século IX, e, atendendo ao facto de estar naquela altura na posse do monarca, representar uma estrutura de culto integrada no padroado régio provavelmente desde a presúria afonsina da cidade, ou até mesmo fundada por alguma autoridade activa na região em nome do monarca. O facto de integrar o padroado de um mosteiro patrocinado nessa altura pela família condal descendente do presor de Coimbra poderia talvez apontar para a sua construção ou sacração no governo de Hermenegildo Guterres ou de seu filho Árias Mendes. Confirme-se ou não esta hipótese, St.<sup>a</sup> Cristina não perde o estatuto de primeira igreja urbana do padroado régio asturiano.

bispo conimbricense Martinho, no sentido de ser reconhecida a esta última diocese plenos direitos sobre a terça parte dos dízimos eclesiásticos e o exercício de jurisdição em regime de padroado sobre o templo<sup>533</sup>, pode ajudar-nos a corroborar esta ideia, uma vez que aponta para a anterior integração da igreja na esfera de influência da diocese galega. Por ele se determinava que nem Pedro, nem os seus sucessores na cátedra arquiépiscopal poderiam contestar em sede de litígio os direitos e privilégios entretanto adquiridos pelo prelado conimbricense sobre a igreja periurbana. O facto de o documento ter sido subscrito pelas mais altas instâncias hierárquicas das duas dioceses – encontram-se citados entre os confirmantes do acto, para além dos dois bispos, o arcediogo Pedro, o mestre-escola Martinho e o juiz Martinho, de origem compostelana, tal como o cónego-deão Martinho, o cónego Pedro, o arcediogo Fernando, o mestre-escola João, o cantor Paio e o tesoureiro João, de origem conimbricense – demonstra a enorme importância do acto na Coimbra dos finais do século XII.

Neste passo, convém recordar como um acontecimento sincrónico do acto de fixação dos anais esteve na base do reforço da jurisdição da cátedra apostólica compostelana sobre algumas dioceses de fronteira a Sul do rio Douro. Referimo-nos, em particular, ao contexto que assiste, após o pontificado de Gelásio II, à eleição para papa em Cluny, com o nome de Calisto II, do arcebispo Guido de Viena, filho do conde Guilherme I de Borgonha e irmão do falecido conde Raimundo, sendo por esse mesmo motivo tio paterno de Afonso Raimundes, rei da Galiza. Se, nos seus intuitos de diminuir os direitos metropolitanos da arquidiocese de Braga, Diogo Gelmires tivera até aqui de contar com a resistência eficaz de dois dos seus prelados, Geraldo de Moissac e Maurício Burdino, o facto é que nem a ocupação da cátedra por um novo arcebispo, Paio Mendes, em 1118, veio a suscitar menor oposição ao seu projecto de alargamento e consolidação da influência eclesiástica compostelana. Aproveitando a situação resultante da ascensão de Calisto II à cátedra apostólica, Diogo Gelmires procurou, com a colaboração activa do bispo Hugo do Porto, francês de origem e arcediogo compostelano, o qual, em 1115, obtivera do papa Pascoal II a bula *Egregias quondam*, pela qual se

---

<sup>533</sup> LP 7 (1183.03.19).

restauravam os termos antigos da sua diocese, estender a sua influência na cúria pontifícia e mover esforços no sentido da obtenção de renovados privilégios para a sede de Santiago de Compostela. O facto veio a ser consagrado com a atribuição, em 1120, pelo papa Calisto II, da bula *Omnipotentis dispositione*, que procedeu ao reconhecimento do estatuto de arquidiocese a Compostela e veio a atribuir-lhe direitos de exercício de jurisdição metropolitana anteriormente reservados a Mérida, e que ainda em 1103 tinha sido atribuídos a Braga<sup>534</sup>. Era o caso, por exemplo, do reconhecimento do estatuto de dioceses sufragâneas a três localidades situadas no território de Entre-Douro-e-Mondego: Lamego, Viseu e Coimbra. Logo depois, Diogo alcançava também da parte do papa a sua nomeação para o cargo de legado da Sé Apostólica sobre as províncias eclesiásticas de Braga e Mérida, na mesma altura em que Paio Mendes era afastado das suas funções de arcebispo. No seu conjunto, estes acontecimentos abrem caminho à difusão do primado compostelano na fronteira ocidental do reino de Leão, e podem inclusive ter levado à adopção de novos referenciais sagrados com base num modelo estabelecido e propagado a partir da recente arquidiocese hispânica. A documentação relativa ao território de Coimbra é, contudo, muito parca em detalhes quanto à difusão do culto apostólico nesta época, apesar de se encontrarem desde tempos recuados significativos testemunhos da implantação das suas memórias litúrgicas em igrejas situadas na região de Entre-Douro-e-Mondego.

Embora o instrumento de alienação dos direitos de padroado sobre a igreja de S. Tiago de Coimbra em benefício de Compostela se tenha perdido – questão que só ganha sentido se considerarmos a hipótese de este ter sido efectivamente lavrado, até porque o silêncio que recai sobre este assunto nos

---

<sup>534</sup> Como refere Charles GARCÍA («De la frontière mythique à la frontière conquise: Alphonse IX de León et la prise de Mérida», *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales*, n.º 27, 2004, pp. 320-321), o título detido por Mérida durante a Antiguidade virá, na sequência da atribuição da bula, a reforçar o carácter honorífico da sede compostelana, restaurando-se desta forma os direitos de jurisdição eclesiástica sobre várias localidades do território de fronteira a Sul do Douro. Apesar de se tratar de uma cidade destituída de tradição histórica, Compostela tinha a seu favor o facto de albergar as supostas relíquias apostólicas, pelo que foi também com base neste aspecto que Diogo Gelmires procurou obter junto da sede apostólica e da cúria de Roma, tal como da abadia de Cluny e do próprio monarca, Afonso VII de Leão, o reconhecimento da categoria de arquidiocese à então diocese, para além dos privilégios que sustentariam a sua nova dignidade hierárquica, a expensas da antiga capital da província eclesiástica da Lusitânia.



documentos compilados no *Livro preto* da Sé de Coimbra e, inclusive, no *Tombo A* de Santiago de Compostela pode, talvez, representar mais do que um simples silêncio –, somos levados a considerar, com base naquele registo tardio, que a doação do templo conimbricense à diocese galega pode ter ocorrido pouco depois da conquista da cidade, na altura em que o monarca se teria deslocado novamente a Compostela com o objectivo de agradecer ao Apóstolo a sua alegada intercessão durante o assédio da praça.

Os aspectos que temos vindo a salientar não podem deixar de ser postos em paralelo com os modelos de sagrado conhecidos e divulgados no seio da comunidade monástica entre os séculos IX e XI. Do momento em que se regista a primeira referência documental ao mosteiro ao que assiste à difusão de novos modelos de religiosidade propagados no quadro da reforma litúrgica, o colectivo monástico deixa indícios na sua documentação de um culto baseado apenas nas figuras dos santos mártires Mamede e Paio, na qualidade de oragos tutelares da comunidade, para além das de S. Salvador e de St.<sup>a</sup> Maria. Os dois primeiros cultos atestam-se para épocas próximas do momento em que o mosteiro adquire visibilidade na documentação – S. Mamede é mencionado logo num diploma de 907<sup>535</sup>, e S. Paio, num de [910-924]<sup>536</sup>, referência que deve ser analisada com muita cautela por se tratar seguramente de uma interpolação tardia, relacionada com o facto de este santo ter sido martirizado em 925, fazendo assim avançar-se apenas para 946<sup>537</sup> o ano da primeira menção segura –, enquanto os restantes dois encontram receptividade a partir de dois diplomas de 985.

Também é importante dizer que a distribuição destes santos pela diacronia da produção diplomática no mosteiro é muito desigual. Das várias dezenas de cartas compiladas no *Livro dos testamentos* que fazem eco dos

---

<sup>535</sup> DC 15 (907.04.13). Trata-se, de resto, da mais antiga referência ao santo mártir na documentação relativa ao território de fronteira do reino de Leão.

<sup>536</sup> DC 2 ([910-924].09.04).

<sup>537</sup> DC 55 (946). Existem, na verdade, pelo menos mais quatro diplomas anteriores a 925 em que o santo já surge citado. Os três primeiros, com datas de [911] e 919 (DC 3, de [911].09.28; DC 22, de 919.08.24, falso do séc. XII; e DC 23, de 919.08.24), transmitem-nos dados que não podem deixar de ser o reflexo de interpolações tardias, dada a anterioridade das datas diplomáticas relativamente ao ano em que ocorre o martírio. O último, embora com data de 928 – e, por conseguinte, respeitante a um momento da história hispânica em que já é teoricamente possível a presença de um culto em torno da figura de S. Paio – parece-nos ser um testemunho demasiado próximo do martírio para corroborar, num curto espaço de três anos, a sua prática no mosteiro. O diploma que se lhe segue em termos cronológicos, do ano de 946, é, portanto, aquele cuja data apresenta maior verosimilhança.

seus santos padroeiros, a maioria reporta-se apenas às figuras de S. Mamede e S. Paio. S. Salvador e St.<sup>a</sup> Maria têm, neste conjunto, um lugar mais limitado, por estarem presentes apenas num diploma desta colecção<sup>538</sup> e noutro traslado reunido no *Livro preto* da Sé de Coimbra, apresentando a mesma data do anterior<sup>539</sup>.

Não se trata, na verdade, de caso único entre os colégios de santos padroeiros documentados no território de Entre-Douro-e-Mondego. Pela mesma altura em que os monges laurbanenses prestam culto a estas entidades celestes, também outras comunidades monásticas invocam o nome dos dois santos mártires como oragos das respectivas igrejas. Se não temos nenhum caso atestado para o século IX, facto que pode dever-se apenas à exiguidade das fontes disponíveis, passamos a dispor de mais informações para a centúria seguinte. Ao longo do século X, excepção feita para o citado caso do mosteiro de Lorvão, temos conhecimento de pelo menos mais duas instituições em que a memória do santo mártir Mamede é especialmente invocada. Referimo-nos, por um lado, à igreja de Quiaios, e, por outro, à de Serzedo, localizadas respectivamente junto à foz dos rios Mondego e Douro e existentes pelo menos desde [947]<sup>540</sup> e 999<sup>541</sup>. A estes dois casos seguramente atestados durante o século X, devemos ainda acrescentar o da igreja da Gandra, situada no território de St.<sup>a</sup> Maria, de que fazem eco uma carta datada de 922, correspondendo embora a um falso de cerca de [1115]<sup>542</sup>, e outra datada de [973]<sup>543</sup>. De entre estas quatro instituições, apenas o mosteiro de Lorvão continua a perpetuar ao longo do século XI a memória do seu orago tutelar, registando-se neste período pelo menos mais duas igrejas que contam no seu colégio de santos padroeiros com uma referência a S. Mamede. Trata-se das igrejas de Barrô e Vila Maior, cujas mais antigas menções ao culto desta entidade remontam respectivamente aos anos de 1064<sup>544</sup> e 1081<sup>545</sup>.

---

<sup>538</sup> DC 148 (985.07.22).

<sup>539</sup> LP 1 (985.07.22).

<sup>540</sup> DC 12 ([947].02.21).

<sup>541</sup> DC 182 (999.05.02).

<sup>542</sup> LP 81 (922.06.12, falso de c. [1115]).

<sup>543</sup> LP 454 ([973].04.19).

<sup>544</sup> LP 73 (1064).

<sup>545</sup> DC 599 (1081.10.31).

Se esta situação nos permite falar de uma pouca expressiva recepção do culto de S. Mamede nas igrejas do Entre-Douro-e-Mondego – facto que não pode deixar de ser analisado à luz da identificação do martírio como substrato por excelência da religiosidade moçárabe nesta área geográfica do território de fronteira –, ela é também exemplificativa de um quadro de difusão do culto martirial em que a entidade celeste é invocada a par de outras referências sagradas. No que respeita a S. Paio, podemos afirmar que o seu culto encontra maior receptividade na região, considerado o número de igrejas em que se identifica o mártir como um dos membros do respectivo colégio de santos padroeiros. São, com efeito, doze as igrejas em que se invoca a sua memória. Se não se atesta nenhum caso durante o século IX, a centúria seguinte traz à nossa consideração, para além do mosteiro de Lervão, pelo menos outros cinco. Contam-se, entre estes, as igrejas de Fornos, S. João de Ver e Gestosa, onde o santo está documentado desde 951<sup>546</sup>, [973]<sup>547</sup> e [974]<sup>548</sup>, respectivamente. O culto de S. Paio na igreja de Ossela, tal como na já citada igreja da Gandra, só tem representatividade documental no diploma datado de 922, embora correspondendo a um falso de cerca de [1115]<sup>549</sup>. Para o século XI, o número de casos registados aumenta para sete, não obstante o facto de o mosteiro de Lervão, à semelhança do que verificámos a propósito do culto de S. Mamede, continuar a invocar a memória deste santo mártir. No decurso desta centúria, a nossa atenção recai sobre as igrejas de Rocas do Vouga, Anta, Várzeas, Sampaio, Ínsua, Sampaio (Castro de Lourel) e outra localidade com igual topónimo, onde o culto remonta pelo menos aos anos de 1002<sup>550</sup>, 1038<sup>551</sup>, 1064<sup>552</sup>, 1076<sup>553</sup>, 1088<sup>554</sup>, 1099<sup>555</sup> e [1099-1108]<sup>556</sup>, respectivamente.

Ao contrário do que acontece com S. Mamede, cuja memória é invocada no mosteiro de Lervão a par da de S. Paio, e, menos regularmente, da de S. Salvador e de St.<sup>a</sup> Maria, as referências a S. Paio integram, pelo menos no que

---

<sup>546</sup> CMM 2 (951.09.07).

<sup>547</sup> LP 454 ([973].04.19).

<sup>548</sup> LP 2 ([974].07.22).

<sup>549</sup> LP 81 (922.06.12, falso de c. [1115]).

<sup>550</sup> LP 126 (1002.11.30).

<sup>551</sup> LP 185 (1038.04.01).

<sup>552</sup> LP 73 (1064).

<sup>553</sup> DC 534 (1076.09.29).

<sup>554</sup> LP 398 (1088.01.03).

<sup>555</sup> LP 47 (1099.03.19) e LP 49 (1099.03.20).

<sup>556</sup> LP 338 ([1099-1108]).

respeita aos mosteiros de S. João de Ver, Rocas do Vouga e Anta, colégios de santos padroeiros mais desenvolvidos, onde o mártir é invocado a par de outras numerosas entidades celestes. Com efeito, encontramos em S. João de Ver uma associação ao culto de S. Salvador<sup>557</sup>, para além dos de S. João Baptista<sup>558</sup>, St.<sup>a</sup> Maria<sup>559</sup> e S. Tiago (?)<sup>560</sup>. No que respeita a Rocas do Vouga, a associação recai novamente sobre a figura de S. Salvador<sup>561</sup>, embora acrescentando-se-lhe os nomes de St.<sup>o</sup> André<sup>562</sup>, S. Tomé<sup>563</sup>, S. Cristóvão<sup>564</sup>, St.<sup>a</sup> Cristina<sup>565</sup>, St.<sup>a</sup> Comba<sup>566</sup> e St.<sup>a</sup> Maria<sup>567</sup>. Em Anta, para além de S. Salvador<sup>568</sup>, o destaque vai para S. Martinho<sup>569</sup>, S. Pedro<sup>570</sup>, S. Paulo<sup>571</sup>, S. Miguel<sup>572</sup>, S. Tomé<sup>573</sup>, S. Tiago (?)<sup>574</sup>, St.<sup>a</sup> Maria<sup>575</sup>, St.<sup>a</sup> Cristina<sup>576</sup>, St.<sup>a</sup> Marinha<sup>577</sup> e S. Cristóvão<sup>578</sup>. A igreja de Sampaio (Castro de Lourel) representa, nesta enumeração de casos em que o culto de S. Paio surge em associação a outras referências sagradas, a estrutura em que a sua memória é posta em paralelo com a de St.<sup>o</sup> Emilião<sup>579</sup>.

Quando articulados, estes dados conduzem-nos a afirmar que o culto dos santos mártires Mamede e Paio, apesar de mencionado nalgumas igrejas do território de Entre-Douro-e-Mondego, possui aqui escassa representatividade, quando comparado com a mais abundante quantidade de referências a outras figuras da hierarquia celeste. Não nos referimos a S.

<sup>557</sup> LP 454 ([973].04.19) e LP 288 (1093.12.27).

<sup>558</sup> LP 454 ([973].04.19) e LP 291 (977.04.22).

<sup>559</sup> LP 454 ([973].04.19) e LP 288 (1093.12.27).

<sup>560</sup> LP 454 ([973].04.19).

<sup>561</sup> LP 126 (1002.11.30).

<sup>562</sup> LP 126 (1002.11.30).

<sup>563</sup> LP 126 (1002.11.30).

<sup>564</sup> LP 126 (1002.11.30).

<sup>565</sup> LP 126 (1002.11.30).

<sup>566</sup> LP 126 (1002.11.30).

<sup>567</sup> LP 126 (1002.11.30).

<sup>568</sup> LP 367 (1037.08.04), LP 185 (1038.04.01), LP 521 (1043.05.20) e LP 137 e 148 (1045.09.21).

<sup>569</sup> LP 367 (1037.08.04), LP 185 (1038.04.01), LP 521 (1043.05.20) e LP 137 e 148 (1045.09.21).

<sup>570</sup> LP 185 (1038.04.01) e LP 521 (1043.05.20).

<sup>571</sup> LP 185 (1038.04.01) e LP 521 (1043.05.20).

<sup>572</sup> LP 367 (1037.08.04), LP 185 (1038.04.01) e LP 521 (1043.05.20).

<sup>573</sup> LP 185 (1038.04.01).

<sup>574</sup> LP 185 (1038.04.01).

<sup>575</sup> LP 367 (1037.08.04), LP 185 (1038.04.01) e LP 521 (1043.05.20).

<sup>576</sup> LP 367 (1037.08.04) e LP 185 (1038.04.01).

<sup>577</sup> LP 367 (1037.08.04) e LP 185 (1038.04.01).

<sup>578</sup> LP 185 (1038.04.01).

<sup>579</sup> LP 47 (1099.03.19) e LP 48 (1099.03.20).

Salvador nem a St.<sup>a</sup> Maria, oragos por excelência das igrejas da região, nem sequer ao colégio apostólico dos Doze, mas antes a outros santos, masculinos e femininos, cujas alusões indicam a recepção de cultos assentes sobre análogas concepções do sagrado martirial. São os casos de St.<sup>a</sup> Eulália, com dezasseis igrejas<sup>580</sup>; St.<sup>a</sup> Cristina, com dez<sup>581</sup>; S. Cristóvão, com nove<sup>582</sup>; S. Romão, com seis<sup>583</sup>; e St.<sup>a</sup> Marinha, com seis<sup>584</sup>.

Concomitantemente, a situação que se regista a propósito da figura de S. Tiago não deixa de revelar algumas especificidades que devem ser postas em evidência, até porque elas nos remetem para a forma como poderá ter ocorrido a recepção do culto apostólico na fronteira ocidental do reino. O silêncio que caracteriza a produção analítica laurbanense deve ser avaliado à luz de alguns testemunhos coevos, igualmente produzidos pelas comunidades letradas do território de Entre-Douro-e-Mondego até à implementação da reforma litúrgica. Neste quadro, S. Tiago é uma entidade celeste a que os instrumentos jurídicos de alienação de bens geralmente identificados com cartas de doação atribuem algum relevo, não obstante o facto de ser ultrapassado por outras instâncias sagradas interpretadas como oragos. Este

---

<sup>580</sup> Souselo (DC 6, de 870.04.30), Senhora da Piedade (DC 56, de 946.06.01; DC 888, de 1098.11.24), Sanguedo (DC 12, de [947].02.21), Aguada de Cima (LP 111, de 957.10.14), Couto de Baixo (DC 84, de 961.11.12; DC 663, de 1086.05.16; LP 396, de 1098.06.09), «Arquanio» (?) (DC 128, de 980.05.28), Oliveira (DC 143, de 984), Cávemes (Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorvão...», doc. II, de [985-998]), Vacariça (LP 129 e 161, de 1018.01.30; ref.<sup>a</sup> apenas em LP 129), Oliveira do Douro (DC 338, de 1044.11.27; DC 504, de 1072.10.30), Sernadelo (LP 73, de 1064), Pedorido (DC 498, de 1071.09.28), Águeda (DC 549, de 1077), Baiões (DC 551, de 1078.02.09), St.<sup>a</sup> Eulália (CMM 79, de 1085.10.31; CMM 33, de 1085.12.13) e St.<sup>a</sup> Olaia (LP 19 e 78, de 1087.03.15; LP 48, de 1099.03.20).

<sup>581</sup> Souselo (DC 6, de 870.04.30), Coimbra (St.<sup>a</sup> Cristina) (DC 15, de 907.04.13; DC 37, de 933.03.04), Rocas do Vouga (LP 126, de 1002.11.30), Vacariça (LP 129 e 161, de 1018.01.30; ref.<sup>a</sup> apenas em LP 129; LP 127, de 1041.10.01), Anta (LP 367, de 1037.08.04; LP 185, de 1038.04.01), Real (St.<sup>a</sup> Cristina) (DC 428, de 1061.01.02; DC 255 e 432, de 1062; data seg. DC 432), St.<sup>a</sup> Cristina (LP 73, de 1064), St.<sup>a</sup> Cristina (LP 73, de 1064), Cesar (DC 470, de 1068.11.07; DC 471, de 1068.11.07) e Mansores (DC 470, de 1068.11.07).

<sup>582</sup> Sanguedo (DC 12, de [947].02.21), Coimbra (S. Cristóvão) (DC 74, de 957.11.02), Sever do Vouga (LP 139, de 964.09.25; LP 135, de 1005.12.13), Rocas do Vouga (LP 126, de 1002.11.30), Anta (LP 185, de 1038.04.01), Alfora (LP 73, de 1064), Ermida (LP 307, de 1088.01.30; LP 345, de 1088.02.11, falso; LP 302, de 1095.02.26), S. Cristóvão (LP 272 e 323, de [1092-1098]) e Mafamude (DC 950, de 1100.12.30).

<sup>583</sup> S. Romão de Aregos (DC 56, de 946.06.01; LT 13, de 1096), Telhado (S. Romão) (Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorvão...», doc. II, de [966-985]), Mamarrosa (LP 91, de 1020.12.01), Arouca (CMM 60 e 73, de 1038.10.22; ref.<sup>a</sup> apenas em CMM 60), S. Romão (LP 385, de 1094.04.30; LP 289, de 1097.04.30) e S. Romão (LS 59, de 1095.02.25).

<sup>584</sup> Vila Nova de Gaia (DC 12, de [947].02.21), Vacariça (LP 129 e 161, de 1018.01.30; ref.<sup>a</sup> apenas em LP 129), Anta (LP 367, de 1037.08.04; LP 185, de 1038.04.01), Tropeço (DC 712 e CMM 44, de 1088.07.01; data seg. DC 712; CMM 44, falso), Avanca (LP 81, de 922.06.12, falso de c. [1115]) e Crestuma (LP 81, de 922.06.12, falso de c. [1115]).

aspecto deve-se, por um lado, ao facto de o Apóstolo estar representado num número relativamente pouco expressivo de templos. Deve, por outro, compreender-se tendo em conta que o único caso em que se procede a uma clara distinção entre S. Tiago Maior e S. Tiago Menor é o do mosteiro de Vilar de Andorinho, em 1072<sup>585</sup>, cabendo aos restantes a recordação de uma memória litúrgica que os diplomas põem em paralelo com uma referência ambígua a S. Tiago. Esta situação verifica-se num maior número de casos, conforme se comprova pela leitura da documentação relativa às igrejas de Souselas, em 937<sup>586</sup>; Alpossos e S. João de Ver, em [973]<sup>587</sup>; Montemor-o-Velho, em cerca de [982]<sup>588</sup>; Vacariça, em 1016<sup>589</sup>, 1018<sup>590</sup>, 1055<sup>591</sup> e 1086<sup>592</sup>; Anta, em 1038<sup>593</sup>; S. Miguel do Mato, em 1083<sup>594</sup>; Castro, em 1085<sup>595</sup>, 1088<sup>596</sup> e 1100<sup>597</sup>; Argoncilhe, em 1086<sup>598</sup>; e Santiago de Piães, em 1087<sup>599</sup>. A estes, podem ainda juntar-se os de Ínsua e Santiago de Riba UI, com representatividade documental num diploma datado de 922, embora correspondente a um falso de cerca de [1115]<sup>600</sup>.

No caso de Coimbra, como vimos, a situação torna-se ainda mais patente. A juntar-se à igreja periurbana de St.<sup>a</sup> Justa, referida pela primeira vez

---

<sup>585</sup> DC 504 (1072.10.30). Também Justo PÉREZ DE URBEL (Fray) («El culto de Santiago...», p. 12) refere como característica da documentação galega o facto de não se diferenciar o Tiago, irmão do Senhor, do Tiago, irmão de João. Não se trata, portanto, de uma especificidade do território de fronteira, mas de algo que está relacionado com outros circuitos de produção de diplomas próximos da diocese compostelana. Se esta situação se compreende neste últimos casos, não deixa de suscitar alguma surpresa o facto de não se proceder à diferenciação das duas entidades nos circuitos mais afastados da sede galega. Atendendo ao facto de que o culto de S. Tiago Menor se desenvolve mais intensamente apenas a partir dos finais do século XI, esta questão pode levar-nos a considerar, já para as mais recuadas épocas em que se documentam as igrejas do território de Entre-Douro-e-Mondego, um grau de difusão e assimilação do culto de S. Tiago Maior que não justificaria a sua especificação.

<sup>586</sup> DC 44 (937.05.28).

<sup>587</sup> LP 454 ([973].04.19).

<sup>588</sup> EMP, vol. II, t. 1, n.º 7 ([982]).

<sup>589</sup> LP 124 (1016.02.10).

<sup>590</sup> LP 123 (1018.01.12).

<sup>591</sup> LP 114 e 154 (1055.07.09).

<sup>592</sup> LP 101 (1086.03.25, falso).

<sup>593</sup> LP 185 (1038.04.01).

<sup>594</sup> LP 331 (1083.12.03).

<sup>595</sup> CMM 33 (1085.12.13).

<sup>596</sup> CMM 35 (1088.03.01).

<sup>597</sup> CMM 32 (1100.05.19).

<sup>598</sup> CBF 186 (1086.07.25).

<sup>599</sup> DC 682 (1087.04.19).

<sup>600</sup> LP 81 (922.06.12, falso de c. [1115]).

em 1098<sup>601</sup> e doada pelo bispo Maurício Burdino ao mosteiro de Cluny em 1102, para que nela se instalassem os monges de La Charité-sur-Loire<sup>602</sup> – e, por conseguinte, representando talvez um importante ponto de apoio à consolidação dos costumes beneditinos cluniacenses, cujo terreno começara a ser preparado pelos agentes da reforma litúrgica ocorrida nos finais da centúria anterior –, a igreja de S. Tiago poderia, talvez, representar, nos inícios do século XII, no momento em que se dá a fixação dos anais, um dos principais núcleos difusores da ideologia santiaguista na fronteira meridional do reino, associada a um templo que daria forma às tentativas de difusão do culto do Apóstolo numa cidade que, até então, não possuía qualquer estrutura de culto em que se conservassem as respectivas relíquias. Se Compostela era detentora de bens rústicos situados a Norte da cidade pelo menos desde os finais do século IX, esta era aparentemente a única igreja urbana do território conimbricense cujos direitos de jurisdição lhe haviam sido concedidos pelos monarcas. Assim sendo, o relato da intervenção miraculosa do Apóstolo a que o *Códice calixtino* dá forma definitiva poderia ter sido criado na diocese galega com objectivos muito concretos, sendo a titularidade apostólica deste templo do arrabalde coimbrão e a sua inserção no domínio eclesiástico compostelano os dois indícios de que a tentativa de difusão da ideologia santiaguista, com o apoio político da monarquia, estaria envolta em mais do que um simples episódio lendário.

Não sabemos até que ponto a criação deste episódio pode estar relacionada com a coincidência entre as festas litúrgicas de S. Cristóvão e de S. Tiago, que o calendário moçárabe atribuía a dias diferentes e o romano veio a juntar num só. O facto de a tradição conimbricense situar a conquista da cidade nas vésperas da festa do santo mártir, aliado ao facto de esta mesma efeméride litúrgica transitar do dia 10 para o dia 25 de Julho no calendário romano – e, por conseguinte, coincidir com a festa do santo apóstolo, ao contrário do que acontecia anteriormente – pode ter estado na base ou, pelo menos, conferido maior peso à composição da narrativa lendária. O que nos parece importante destacar é que, independentemente da natureza deste episódio, há um conjunto de elementos que apontam para uma efectiva

---

<sup>601</sup> LP 427 (1098.12.03).

<sup>602</sup> LP 22 (1102.02.04).

implantação urbana do culto a S. Tiago entre os finais do século XI e os inícios do século XII, em substituição de velhas tradições martiriais, características do mundo moçárabe, e associada à presença dos monarcas e de outras autoridades leonesas na fronteira do Mondego. Os mesmos elementos indicam ainda que a igreja consagrada ao Apóstolo terá integrado o padroado institucional compostelano por doação do monarca ao qual se deve a conquista da cidade, pelo que se terá transformado não só na primeira igreja situada no interior do núcleo urbano a receber esta titularidade, como também no primeiro templo da cidade a girar em torno da órbita de influência da diocese galega.

A este respeito, o facto de a anterior igreja situada junto à porta de Almedina, consagrada a St.<sup>a</sup> Cristina, ter pertencido aos monarcas leoneses também deve ser tido em conta. Dada a inexistência de fontes, a questão não pode ser cabalmente esclarecida, embora possa pelo menos dar origem à seguinte constatação: se a igreja de St.<sup>a</sup> Cristina pertenceu ao mosteiro de Lorvão, por doação régia, desde as primeiras décadas do século X, fica por explicar a aparente perda de influência jurisdicional da comunidade monástica sobre este edifício periurbano, a ponto de se tornar novamente patente, mais de um século depois da doação, a sua integração no padroado régio leonês. Não temos, por ora, argumentos que nos permitam responder a esta questão, embora não possamos deixar de a registar aqui pelo facto de nos poder abrir, futuramente, novas perspectivas de análise.

Com base nestes aspectos, é legítimo falar-se numa tentativa de propagação do culto de S. Tiago no território de Coimbra, ao longo das primeiras décadas do século XII, por parte das autoridades compostelanas, interessadas em alargar e consolidar a sua área de influência e jurisdição eclesiástica sobre os territórios meridionais do reino de Leão<sup>603</sup>. É também possível dizer que, no decurso desse processo, o mosteiro de Lorvão parece desenvolver uma estratégia em sentido oposto, procurando desvincular o passado de fronteira da memória religiosa que surgia aos olhos dos monges como uma das fontes legitimadoras e impulsionadoras das acções militares das

---

<sup>603</sup> Veja-se José MARQUES, «Os santos dos caminhos portugueses», *Revista da Faculdade de Letras. História*, III série, vol. 7, 2006, pp. 243-262. O autor não chega propriamente a falar da difusão do culto apostólico na fronteira ocidental hispânica, embora aponte para a recepção de outros modelos de santidade no caminho percorrido pelos peregrinos compostelanos de origem portuguesa.



autoridades leonesas. Se é certo que os *Anais de S. Mamede de Lorvão* não mencionam nenhum evento que possa ser directamente associado ao culto apostólico, a verdade é que o silêncio sobre essa questão pode ser também indicativo de uma memória selectiva que o autor mais uma vez regista a propósito de um passado discordante do tempo presente.

Se essas discordâncias ocorrem num plano político, também o plano eclesiástico não fica alheio a esta questão. No momento em que se dá a fixação dos anais, Lorvão é uma comunidade restaurada, embora sujeita às orientações do bispo de Coimbra. Mantém relações pouco pacíficas com as autoridades condaís, representantes dos interesses franceses e romanos numa diocese cujo símbolo – a igreja catedralícia, administrada pelo bispo Gonçalo Pais – é um dos principais pólos impulsionadores da reforma que o concílio de Burgos tinha procurado implementar. Por esse motivo, Lorvão é também uma comunidade integrada num território cada vez mais dependente de uma esfera eclesiástica adversa aos interesses do colectivo monástico, sendo, porventura, as negociações que vão culminar com a identificação de Coimbra como diocese sufragânea de Santiago de Compostela, em 1120, um dos acontecimentos que marcam o ponto culminante do debate jurisdicional sobre as antigas províncias da Galécia e da Lusitânia, e que pode ter despoletado alguma reacção no seio da comunidade moçárabe.

Esta situação pode entender-se melhor se pensarmos que o texto procura, em certa medida, demarcar-se de uma tradição consubstanciada sobre o culto apostólico. É certo que o silêncio do compilador não é suficiente para se falar de um esquecimento ou mesmo rejeição deste referencial sagrado fundador da religiosidade cristã hispânica na Alta Idade Média por parte dos monges laurbanenses. Pode, na verdade, dever-se a factores cuja compreensão, na ausência de testemunhos que nos permitam orientar com maior clareza a nossa análise, está hoje bastante dificultada. Mas não deixa de ser o reflexo de uma opção relacionada com a valorização textual de uma ordem religiosa que não está conotada com esta particular entidade celeste, até porque, no momento em que o compilador transcreve para o códice o seu relato das efemérides históricas, a única obra produzida nos círculos letrados hispânicos que veicula essa imagem do apóstolo é a *História silense*, onde,

como vimos anteriormente, o que se valoriza é o papel do santo como protector da política dinástica leonesa.

Na prática, isto significa que a imagem de S. Tiago como instância mediadora no episódio da conquista de Coimbra, nos moldes em que veio a ser concebida e fixada no *Códice calixtino*, está ainda em elaboração. O compilador laurbanense não poderia, portanto, transpor para o seu conciso registo de eventos relativos ao passado recente do território de fronteira uma concepção que teria a sua origem alguns anos mais tarde, vindo a transformar-se na base para as futuras versões do acontecimento, da autoria de Lucas de Tui e Rodrigo Ximenes de Rada, recebidas nos círculos letrados de Leão e Toledo. Estas observações tornam-se mais significativas se tivermos em mente que, à data de fixação dos anais, S. Tiago não mais representa para a sociedade hispânica um modelo sagrado relacionado com a génese do seu culto em Iria, na sequência da descoberta do sepulcro apostólico e da trasladação das relíquias pelo bispo Teodomiro, nos finais do século IX. Na segunda década do século XII, S. Tiago é o símbolo de uma religiosidade vivida em compromisso com a política leonesa, que, através do enaltecimento da dignidade apostólica da Igreja galega, procura apresentar um contraponto de santo padroeiro capaz de rivalizar com S. Pedro de Roma, fazendo assim de Compostela a sede de um poder com jurisdição eclesiástica alargada sobre todo o território hispânico.

Na verdade, esta associação de S. Tiago à conquista de Coimbra parece enquadrar-se dentro do que é a ideologia política da monarquia. O Apóstolo foi considerado, desde épocas remotas, como o principal defensor dos interesses da realeza asturiano-leonesa. Se há argumentos suficientes para se acreditar que o seu culto foi assumido como culto nacional pela monarquia ainda antes de Fernando I, isto poderá indicar que o alheamento de Coimbra a esse processo é, talvez, um indício de pouca fidelidade ou inclusive de oposição à monarquia. Se é assim, o tópico da intervenção miraculosa do Apóstolo no episódio de assédio e tomada da cidade por este rei pode ter tido a sua origem na igreja compostelana com o objectivo de vencer a sua resistência à ideologia santiaguista. A corroborar-se esta hipótese, o silêncio dos *Anais de S. Mamede de Lorvão* sobre a figura de S. Tiago, e até mesmo a dinâmica de oposição aos

monarcas leoneses que eles aparentemente reflectem, numa produção letrada concebida com o objectivo de perpetuar a memória monástica e, ao mesmo tempo, recordar uma sucessão de eventos que culminaram, dois anos antes da fixação do texto no respectivo suporte material, com a restauração da autonomia do colectivo religioso relativamente à sua instituição padroeira, sob influência das autoridades leonesas e francesas. A tradição apócrifa que fez do mosteiro uma instituição coadjuvante de Fernando I no assédio e tomada da cidade, nos termos em que se nos é apresentada no século XIII por Rodrigo Ximenes de Rada, tal como, mais tarde, por um diploma falso com data de Julho de 1064 – mediante o qual o monarca, em cumprimento de um voto de agradecimento pela ajuda que terá recebido do abade e monges durante o assédio de Coimbra, terá alegadamente confirmado ao mosteiro a posse das herdades adquiridas desde tempos remotos e doado uma igreja em Coimbra, vindo ainda a ceder ao colectivo religioso dez marcos de prata para o fabrico de uma cruz e uma coroa de ouro e prata com pedras preciosas, outrora na posse do rei Bermudo II e legada ao mosteiro pelo conde Gonçalo Moniz, de que os monges pretendiam desfazer-se como forma de agradecer a protecção do rei –, parece dar algum crédito à leitura que aqui propomos do texto analístico<sup>604</sup>. Para além de dizer que os monges terão optado de boa mente por «ser de los reyes y principes desta tierra», o diploma chega inclusive a afirmar ter Fernando I determinado os seus sucessores a considerar «siempre este monesterio por herencia suya».

Segundo refere Rui de Azevedo<sup>605</sup>, este diploma fazia parte do cartório monástico laurbanense no século XVI e terá sido publicado pela primeira vez por Fr. Bernardo de Brito na *Monarquia lusitana* (parte II, liv. 7, cap. 28), tendo, a partir de então, sido considerado por outros autores como um testemunho do papel que o mosteiro teria desempenhado na conquista de Coimbra por Fernando I. A crítica a que João Pedro Ribeiro sujeitou o documento levou-o a catalogá-lo como um apócrifo, razão pela qual não chegou a ser incluído por

---

<sup>604</sup> CDF 70 (1064.07, falso). Trata-se de um diploma conservado em versão castelhana, que João Pedro Ribeiro diz não se encontrar mencionado no inventário do fundo arquivístico de Lorvão feito no século XVI, ou seja, pouco antes de o cisterciense Fr. Bernardo de Brito o publicar pela primeira vez (cf. CDF, p. 179, com referências bibliográficas). Sobre este diploma, leiam-se A. A. da Costa SIMÕES, «Mosteiro da Vaccariça», p. 207, nota 1; e Pilar BLANCO LOZANO, «La intervención de Fernando I...», p. 348.

<sup>605</sup> Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorvão...», pp. 209-212.

Alexandre Herculano na publicação dos diplomas laurbanenses, tanto avulsos como compilados no *Livro dos testamentos*, dada à estampa na secção *Diplomata et chartae dos Portugaliae monumenta historica*. Embora seguindo o veredicto dos dois diplomatistas no que respeita à falta de elementos que comprovassem a sua autenticidade, Rui de Azevedo rejeitou a atribuição do documento a Fr. Bernardo de Brito, nos termos em que fora formulada pelo primeiro autor. A análise do diploma pseudo-original levou-o a concluir tratar-se de um documento «escrito numa imitação grosseira da letra semi-visigótica». Na sequência da análise de um outro exemplar do documento, «em letra francesa do final do século XII, num pergaminho que contém mais uma carta datada de 1196, em que Sancho I confirma aquêlo diploma, e uma memória sôbre os agravos que o mosteiro recebera dos bispos de Coimbra desde D. Gonçalo (1109-1128) a D. Pedro (1192-1233)», Rui de Azevedo levantou ainda a hipótese de este segundo exemplar corresponder a uma cópia antiga de um pretenso original, mais concretamente uma «falsificação dos fins do século XII», «pelos seus caracteres externos (...), nos quais nem as maiúsculas estilizadas levantam suspeita, sabendo-se que no século XII o mosteiro teve excelentes calígrafos e iluminadores» e «pela análise interna dos dois outros documentos com que está agrupado e que formam com êle um todo indivisível».

O inventário dos diplomas que compunham o fundo monástico no século XVI, identificado por Rui de Azevedo com o códice laurbanense n.º 326, conhecido como *Livro de reportório*, terá sido elaborado em 1543 por determinação da abadessa D. Ana Coutinho. Nele se agruparam os documentos monásticos por letras, segundo a sua categoria, e, dentro delas, por números, acompanhados de um inventário com sumários e respectivas cotas, coincidentes com as que figuram no verso dos documentos avulsos. O fólio 42 da subdivisão D, destinada às doações, remete-nos para uma «Doação muito per aver delrey Dom Fernando de Castela quando tomou Coimbra e ahi conta o como e per que confirmou ao mosteiro todas as doações antigas e lhe deu a igreja de São Pedro de Coimbra e tambem estaa em lingoagem e ahi a propria, etc. – d x x i i j.»<sup>606</sup>. O fólio 45, por sua vez, fala-nos de uma «Doação

---

<sup>606</sup> Leitura segundo Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorvão...», p. 211.

per que elrey dom Afonso Anriquez fez tornar Serpins a Lorvão per a quall se mostra que antes que se perdesse a Espanha jaa Serpins fora dotada a Lorvão por G.<sup>o</sup> Moniz e se bem se olhar a doação de G.<sup>o</sup> Moniz na data della parece que foi a xxij de Março na era de CCCC e LXIX anos e o. d. que estaa antes dos CCCC. nõ pode uogar tempo mas serve de letra por onde parece que no ano do senhor quatrocentos e tantos antes de mil jaa Loruão era de religiosos e casa de oraçam e peramaneceo sempre asy ainda que depoes os mouros tomarasem a Espanha, e per auimento dos religiosos deste mosteiro se tomou Coimbra segundo se vee claramente por a doação delrei dom Fernando de Castela – d. xxiiij a cima e até oje permanece com religiosas a que se mudou a louvor de Deus etc. e desto doação andam tres de hum teor atadas etc. –. d. l x b i i j.»<sup>607</sup>. Depois da transcrição dos sumários, Rui de Azevedo sublinha ainda o facto de se encontrar, no fundo do fólio, a chamada, com a mesma letra, «uogar tempo. por que uogando quinhentos como se lee communmente faria nouecentos que he o tempo em que os mouros maes tinham estas partes e não avia em ellas principe christão se não em Leão etc. E Serpins estaua de mouros donde elrey dom A.<sup>o</sup> Anriquez os lançou, etc.»; e, à margem, do lado de dentro, na mesma letra da rubrica, «Antiguidade do mosteiro», e, do lado de fora, em letra diferente, «Na era de D.CCCC auia rei em Coimbra chamado Bermudo cujo genro era G.<sup>lo</sup> Munis. Como se vê na doação delrei A.<sup>o</sup> de Lião que tomou Coimbra aos mouros.»<sup>608</sup>.

O facto de se registar uma coincidência entre as cotas patentes no inventário e as registadas no verso dos documentos avulsos levou Rui de Azevedo a considerar que estes existiam já antes de 1543, data a que é atribuído o *Livro de reportório*. Conjugando este aspecto com a análise paleográfica do segundo dos diplomas acima mencionados, o autor propôs a atribuição da carta aos finais do século XII, considerando, para o efeito, a conjuntura de litígio com o bispo de Coimbra em que o mosteiro então se encontrava<sup>609</sup>. Admitiu, portanto, que o apócrifo datável dos finais daquela

<sup>607</sup> Leitura segundo Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorvão...», p. 211.

<sup>608</sup> Leitura segundo Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorvão...», p. 211.

<sup>609</sup> A questão foi tratada, com mais pormenores, por Maria Alegria Fernandes MARQUES, «Inocência III...», pp. 84-86. Segundo a autora, ainda em 1197 as relações entre o abade Afonso de Lorvão e o bispo Pedro Soares de Coimbra eram pacíficas, conforme se verifica por um acordo de permuta entre as duas instâncias sobre a posse e os direitos episcopais nas igrejas e casais de Souselas, S. Martinho, Casal Comba e Silvã (Maria Alegria Fernandes

centúria poderia reproduzir uma «tradição oral dos acontecimentos, apenas deformados pelo perpassar dos anos e pela ideologia da época», aceitando, embora de forma condicionada, a validade da tradição segundo a qual os monges terão participado na conquista da cidade ao lado do exército fernandino.

Há dados que nos permitem retirar uma conclusão segura acerca das relações existentes entre Lorvão e Coimbra entre os finais do século XII e os inícios do século XIII, até porque a memória que sugere a conjuntura de litígio acima referida corresponde, na verdade, a um conjunto de agravos, directos e indirectos, do bispo sobre os monges e suas dependências institucionais. O documento não está datado, mas foi atribuído por Rui de Azevedo a [1192-1200]<sup>610</sup>. Nele se relatam as queixas da congregação religiosa relativamente às arbitrariedades de vários bispos de Coimbra, de Gonçalo Pais a Pedro Soares, entre as quais a prática de usurpação de numerosas herdades e direitos sobre o património legitimamente adquirido pelos monges, a demolição e posterior reconstrução de algumas igrejas do padroado monástico, aparentemente sem o consentimento da congregação religiosa, e, ainda, a expulsão de monges e a excomunhão de clérigos como resultado de uma alegada falta de pagamento dos direitos devidos ao bispo.

A análise da memória aponta, portanto, para uma conjuntura de tensão entre as duas instâncias religiosas. Contudo, não nos permite esclarecer os contornos da questão que temos vindo a trabalhar, relacionada com o eventual apoio que os monges de Lorvão terão dado a Fernando I na empresa de conquista de Coimbra. Embora sejamos levados a considerar, na peugada do

---

MARQUES, «Inocência III...», doc. n.º 1, de 1197.05.14). Ter-se-ão tornado tensas um pouco mais tarde, segundo testemunham duas bulas de Inocência III – a *Querelam dilectorum*, de 1202, segundo a qual o abade e monges de Lorvão se haviam queixado a Roma da retenção abusiva, por parte do bispo, dos dízimos das igrejas de S. Pedro e S. Bartolomeu, e uma outra bula, de 1203, pela qual Inocência III ordena que o bispo do Porto e o abade de Maceira-Dão obriguem o abade de Lorvão a pagar os direitos episcopais a Pedro Soares, depois de uma queixa do prelado sobre a inexistência de qualquer privilégio de isenção relativo ao mosteiro (referências bibliográficas em Maria Alegria Fernandes MARQUES, «Inocência III...», p. 85, notas 44 e 45) – e uma memória do cartório monástico sobre as alegadas arbitrariedades cometidas por diversos bispos de Coimbra, desde Gonçalo Pais a Pedro Soares, contra o colégio dos monges (Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorvão...», doc. n.º XXI, de [1192-1200]).

<sup>610</sup> Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorvão...», doc. n.º XXI ([1192-1200]). Considerando o facto de os monges ocuparem Lorvão ainda em 1205, Maria Alegria Fernandes MARQUES («Inocência III...», pp. 85-86, nota 6) opta pelo alargamento da data crítica do diploma a [1192-1205].

estudo de Rui de Azevedo, que o diploma supra-citado corresponde a uma memória escrita nos finais do século XII, reproduzindo uma tradição anterior, cremos que não existem argumentos seguros que comprovem a hipótese de auxílio dado pelos monges ao monarca na acção militar. Não há, como vimos, nenhum testemunho autógrafo que a confirme. Simultaneamente, na sequência dos estudos desenvolvidos por Gérard Pradalié, há que chamar a atenção para o facto de Coimbra ter assistido, durante o século XII, à prática de falsificação e produção de diplomas com intuitos fraudulentos, destinados a salvaguardar os direitos da igreja catedralícia sobre outras instituições eclesiásticas, como o mosteiro de St.<sup>a</sup> Cruz. Sublinhe-se ainda o facto de o pseudo-original de Fernando I corresponder a um registo supostamente exarado no quadro da chancelaria régia leonesa, e não de uma memória produzida pelo colégio dos monges laurbanenses: o testemunho que Rodrigo Ximenes de Rada nos dá, nos inícios do século XIII, sobre o alegado compromisso entre o mosteiro e a monarquia na empresa de conquista de Coimbra parece não só corroborar a ideia avançada por Rui de Azevedo, no sentido de se atribuir a memória a um período que remonta, pelo menos, aos finais da centúria anterior, mas também apontar para a recepção dessa tradição nos círculos letrados de Toledo, talvez com um objectivo relacionado com a acção do monarca leonês. Se o diploma tivesse sido produzido apenas como resultado de uma conjuntura de litígio entre o mosteiro de Lorvão e a Sé de Coimbra, ficaria, naturalmente, por explicar a razão pela qual nele não se mencionam os direitos adquiridos sobre as herdades e igrejas reivindicados pelos monges, que o diploma de [1192-1200] refere detalhadamente, tal como o motivo pelo qual se terá feito recuar essa memória até à data da conquista da cidade em 1064.

Nenhum dos autores que temos vindo a citar procurou analisar essa tradição originada, pelo menos, nos finais do século XII com os dados relativos à produção dos *Anais de S. Mamede de Lorvão* e à recepção do episódio da conquista de Coimbra por Fernando I, sob intercessão do apóstolo S. Tiago, na *História silense*, primeiro, e no *Códice calixtino*, mais tarde. Corroborando a opinião de Rui de Azevedo, somos levados a interpretar o pseudo-original de Fernando I como testemunho de uma memória sobre o passado do território de fronteira em que o apoio logístico dado pelos monges ao rei no assédio da

cidade corresponderá, de facto, a um tópico da época. Contudo, analisando-o à luz das notícias transmitidas nos supra-citados textos, somos também levados a considerar que o pseudo-original pode encerrar um fundo resultante de uma tradição criada com o objectivo de aproximar o mosteiro laurbanense dos interesses da realeza leonesa. Assim sendo, o diploma poderá ter incorporado informações relativas ao auxílio supostamente prestado pela congregação religiosa laurbanense à monarquia leonesa como forma de vencer, à semelhança do que constatámos a propósito dos episódios narrados na *História silense* e no *Códice calixtino*, uma eventual resistência da comunidade monástica à realeza.

No que respeita a Lorvão, o processo de formação do culto de S. Tiago e o apoio político que os reis de Astúrias-Leão lhe deram sobretudo a partir do século X, até o transformarem num símbolo da protecção divina na empresa de *libertação da Hispânia*, quando aliados ao apoio que a própria Igreja deu a este processo, devem, talvez, ser vistos como realidades determinantes da percepção moçárabe sobre o tempo passado e das suas relações com o tempo presente, de que os anais laurbanenses são apenas um exemplo. Isto quer dizer que a memorialística conimbricense não pode ser estudada só em si mesma, mas na sua relação com a memorialística compostelana. Se esta afirmação nos parece verdadeira no que respeita aos anais compilados em Lorvão, é provável que também as outras obras análogas sob o ponto de vista tipológico reunidas nos mosteiros de St.º Tirso de Riba de Ave, S. Salvador de Grijó e St.ª Cruz de Coimbra devam ser lidas e analisadas à luz desta conjuntura histórica. Mas é claro que, entre a primeira obra e o grupo formado por estas três últimas, há diferenças fundamentais que nos permitem posicioná-las e analisá-las sob perspectivas distintas, decorrentes das condicionantes que deram origem a cada texto, e das que determinaram a posterior recepção e fusão dos três últimos pelos cónegos regantes de St.º Agostinho.



## CONCLUSÃO

O conhecimento da realidade moçárabe, e, em particular, da experiência de religiosidade representada pelo mais próspero mosteiro da região de Coimbra nos séculos subsequentes às presúrias afonsinas, S. Mamede de Lorvão, é hoje um campo de trabalho onde se debatem múltiplos e controversos posicionamentos historiográficos. Esta diversidade de opiniões é, em grande medida, fruto das próprias vicissitudes metodológicas e científicas do trabalho historiográfico, conhecidas como são as dificuldades inerentes ao estudo de uma realidade em torno da qual, dadas as características parcelares e lacunares das fontes disponíveis, se constroem propostas explicativas que muitas vezes não são mais do que simples rumos indiciários. Representam, de certa forma, o olhar contemporâneo de uma polémica motivada por factores de índole religiosa, tendente a afirmar a existência de uma *fronteira resistente* às inovações que se fazem sentir na viragem do século XI para o século XII, e, em especial, aos ritos que enformam as acções de celebração e comemoração litúrgicas da Igreja no Ocidente cristão hispânico na sequência da implementação da reforma preconizada pelo concílio de Burgos.

É importante notar como os nossos conhecimentos sobre esta matéria passam pelo perscrutar dos factores identitários do moçarabismo conimbricense. Estes factores identitários são aqueles que conferem unidade e coesão ao grupo, razão pela qual o fenómeno religioso pode ser considerado uma instância no processo de afirmação e legitimação da comunidade, cujos valores assentam no princípio da tradição. Podemos, também assim, compreender a essência de uma realidade cultural filiada num princípio que é, numa determinada óptica, vivido à escala peninsular, marcando os acontecimentos que expusemos ao longo deste estudo uma forma de manifestação e materialização de um epifenómeno cultural a uma mais diminuta escala.

No seu processo de formação, o moçarabismo conimbricense dispõe de instrumentos com os quais procura definir e defender a sua visão de um mundo em nítido devir. Com esses instrumentos, procura perceber o mistério do culto cristão e integrar na assembleia dos fiéis todos quantos desejam participar na liturgia da Igreja, fonte de onde dimana a sua força.

As transformações que têm lugar na diocese de Coimbra, no seguimento da conquista fernandina da cidade, permitem-nos caracterizar a segunda metade do século XI como um período de profundas mudanças. As forças religiosas dominantes na região após a tomada da cidade contavam com o apoio régio leonês, e, num gesto de proselitismo, procuraram substituir os usos litúrgicos consagrados como parte da identidade religiosa moçárabe. Embora a movimentação dos interesses fosse claramente anterior a este acontecimento, a celebração do concílio de Burgos, em 1080, veio aclamar os votos da facção que, inspirada pelas normas romanas e cluniacenses, procurava implantar e difundir uma nova experiência do mistério do culto cristão na reconduzida diocese do Mondego. O programa de reforma não era, contudo, uma absoluta novidade para as comunidades monásticas locais, uma vez que, algumas décadas antes, em 1055, o concílio de Coyanza, convocado pelos reis leoneses Fernando I e Sancha, contara com a participação do bispo Sesnando do Porto e do abade Randulfo de Leça, então intitulado presbítero vacaricense.

Nas vésperas da festa litúrgica de S. Cristóvão, a 9 de Julho de 1064, a conquista de Coimbra pelos exércitos da dinastia de Navarra abre uma nova etapa nos relacionamentos da comunidade moçárabe com as forças triunfantes da região. Embora o pontificado de Paterno e o consulado de Sesnando Davides, cronologicamente contemporâneos, possam considerar-se um momento de vitória e consagração do moçarabismo conimbricense, conhecendo a comunidade urbana um desenvolvimento que é, nesta altura, tributário do facto de as instâncias eclesiásticas e políticas do território contarem com o apoio régio, nomeadamente de Fernando I e Afonso VI, a verdade é que a morte do primeiro, em 1088, seguida, três anos depois, do falecimento do segundo, em 1091, favorece a emergência de tensões de há muito latentes. Fruto desta questão é o período de vacância que se prolonga entre 1088 e 1092, durante o qual os defensores da liturgia visigótica,

procurando a defesa dos seus usos tradicionais, se apoiam na figura do prior Martinho Simões da canónica de St.<sup>a</sup> Maria, que chega a ser designado nas fontes da época de bispo eleito, contra os defensores da liturgia romana, que, fazendo fé nas movimentações de bastidores lideradas pelo arcebispo Bernardo de Toledo, tendo em vista a recondução de um bispo favorável aos intuitos reformistas, logram a ordenação de Crescónio, vindo do mosteiro de S. Bartolomeu de Tui, para a cátedra vacante.

S. Mamede de Lorvão não escapa incólume a este processo de mudança. Assiste à integração, em 1094, por parte dos condes Raimundo e Urraca, do filial mosteiro de S. Vicente de Vacariça no padroado diocesano, até ao momento em que, quinze anos depois, em 1109, os condes portugalenses Henrique e Teresa dão vazão aos argumentos apresentados pelo bispo de Coimbra e os membros da canónica e procedem à doação do mosteiro e da sua riqueza patrimonial à hierarquia diocesana. O facto ocorre no priorado de Eusébio, abade que assistira à difusão da Regra de S. Bento no seio do colégio monástico num momento particularmente difícil da sua história, e marca o momento em que a comunidade, sobrevivendo à grave conjuntura que caracteriza a transição do século XI para o século XII, se vê envolvida numa disputa para a qual parece não existir solução.

Procurando reafirmar a legitimidade das suas pretensões a uma efectiva autonomia institucional no momento de crise que se prolonga entre 1109 e 1116, o mosteiro não deixa de aproveitar a seu favor a conjuntura de revolta protagonizada pela comunidade moçárabe urbana, em 1111. Nesta conjuntura desfavorável, a comunidade monástica constrói o seu próprio relato sobre a realidade passada. Baseia-se, para isso, nos elementos que a sua memória fornece, mas não deixa também de recorrer aos documentos que haviam sido compilados no cartulário mandado elaborar pelo reconduzido abade Eusébio, após 1116. Deste trabalho resulta a produção de um texto, redigido, ou, pelo menos, fixado na sequência da morte do abade, em 1118, trinta e nove anos depois de a comunidade monástica de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave registar por escrito as primeiras memórias analísticas relativas ao território fronteiriço.

Após uma análise dos diplomas exarados pela comunidade monástica entre os séculos X e XII, o colectivo religioso mostra-se apto a associar a

história individual do mosteiro à história global do reino, revitalizando para isso a imagem de uma realeza particularmente próxima da comunidade monástica e sempre pronta a defender os seus interesses patrimoniais, ao contrário do que a história recente parecia querer demonstrar. Concedendo um novo ímpeto à memória da instituição, o compilador elabora uma curta listagem contendo o nome dos três reis leoneses com os quais a comunidade desenvolvera um cordial relacionamento, chegando mesmo a receber de alguns deles doações que contribuíram, em larga medida, para o engrandecimento da sua apreciável riqueza fundiária. A esta lista inicial, outro elemento da comunidade agrega o registo dos nomes dos diversos pais espirituais que governaram os destinos monásticos, conferindo especial atenção à memória litúrgica dos respectivos aniversários fúnebres e chamando simbolicamente a atenção para o momento em que Eusébio, reconduzido nas funções de abade, veio personificar a restauração da autonomia institucional em oposição aos seus antigos rivais.

Neste processo de individualização da memória monástica no quadro de uma existente tradição analítica, as características do texto laurbanense permanecem praticamente inalteradas, o que não implica que a fixação dessas memórias se tenha dado apenas a partir dos inícios do século XII, época a que se reporta a versão textual analisada, em nítido contraponto às primeiras obras da historiografia monástica fronteiriça. Com efeito, não devemos descartar a hipótese de os *Anais de S. Mamede de Lorvão*, na forma como hoje se nos apresentam, corresponderem a um acto de triagem de registos comemorativos efectuado num contexto próprio pela comunidade monástica. Pode ter-se verificado um lento processo de afirmação de um substrato memorialístico próprio, que a comunidade é capaz de construir e definir devido ao facto de não encontrar substanciais obstáculos, pelo menos num primeiro período, à sua simbólica afirmação como potentado religioso e espiritual. Nesta perspectiva, o tempo que decorre até à cristalização analítica só pode ser compreendido se analisado numa perspectiva de longa duração, cimentada pelo acumular de diferentes momentos de sufragação da sua postura tradicional.

É lícito dizer que, neste processo de fixação de uma memória institucional, o mosteiro se mostra particularmente interessado em demonstrar a sua proximidade aos agentes que protagonizaram os mais relevantes

episódios do passado, identificados com os monarcas asturiano-leoneses envolvidos nas acções militares da fronteira ocidental do reino, tal como com os ascendentes fundadores das famílias condaís portucalense e conimbricense, recordadas pela invocação dos dois nomes dos presores. A comunidade compreende, portanto, que a revitalização da sua imagem não passa pela recordação integral do passado, mas apenas dos acontecimentos que, mesmo sem uma ligação à história monástica propriamente dita, podem ser recordados pelo conjunto dos monges a favor dos seus objectivos. Não é, assim, aleatório que o compilador recorde a ocorrência de efemérides cronologicamente anteriores à existência histórica do mosteiro, como que pretendendo estabelecer um simbólico vínculo com o passado fundador do território, tal como dos agentes responsáveis pela reorganização das suas estruturas políticas e administrativas.

Neste texto, a memória colectiva lida não tanto com os acontecimentos na sua dimensão conjuntural, mas sim com representações arquetípicas de instâncias, que, por ultrapassarem o plano das contingências históricas e penetrarem no domínio das representações, adquirem um estatuto categórico, susceptível de estruturar e organizar o real em função de coordenadas transcendentais. A inserção do tempo sagrado parece dar consistência à ideia de que, no seu sentido intrínseco, ele é capaz de transformar o profano em algo próprio à intervenção do sobrenatural. Se, para o compilador laurbanense, o passado é o tempo modelar em que se definem e fundamentam os padrões de referência, o presente não pode deixar de ser o tempo em que ocorre a celebração ritual das conjunturas que fazem parte da memória monástica sobre esse mesmo passado.

A análise da obra em causa passou, portanto, pela consideração de um variado conjunto de coordenadas conceptuais cuja importância deriva, em grande medida, do facto de serem elas os elementos estruturantes desta realidade textual. No decurso deste trabalho, tivemos em conta aquelas que considerámos serem as quatro coordenadas fundamentais da memória analítica laurbanense – a revitalização do passado distante, a interacção entre reino e fronteira, o protagonismo régio e condal e o poder semântico dos ritos –, que relacionámos com a necessidade de contextualização, no sentido mais

amplo do termo, das representações monásticas sobre o passado do território à luz de um tempo em que tais coordenadas possuem, de facto, utilidade social. Tendo como método de análise a interacção entre fontes de tipologia analística e diplomática, o diagnóstico efectuado demonstrou-nos que a projecção do mosteiro na diocese de Coimbra era, nos alvares do século XII, mais significativa do que se poderia, à partida, imaginar. Embora a fixação do texto se tivesse dado num contexto de crise, marcado pelo acentuar das controvérsias entre tendências moçarabistas e romanistas, a obra não deixa de ser fruto de uma capacidade de recuperar e gerir memórias longínquas, num tempo presente sem solução de regresso possível ao prestígio do passado.

Estamos, portanto, perante um texto que não é mais do que o produto de uma concepção da comunidade monástica sobre o tempo que ela própria considera simbolizar o passado, simultaneamente fundador e impulsionador, da sua identidade comunitária. Esta ideia está na base daquilo que virá a ser o ideal de *comunidade resistente*, capaz de organizar forças no sentido de se opor às generalizadas tentativas de erradicação do moçarabismo que se verificam nesta altura. Os anais perpetuam uma memória que se constrói com base num pequeno conjunto de notícias, que, quando analisado à luz dos diplomas compilados no *Livro dos testamentos*, nos dão uma imagem um pouco mais clara do que terão sido as etapas de desenvolvimento da comunidade, da sua provável fundação, nos finais do século IX, à restauração da sua autonomia, nos inícios do século XII.

Nesta perspectiva de longa duração, são apenas seis as efemérides que a comunidade considera relevantes na fundamentação dos seus propósitos. As quatro primeiras relacionam-se com a conjuntura de fundação do mosteiro, representada pela acção de um monarca, Afonso III das Astúrias, visto como legítimo herdeiro da empresa de reconquista levada a cabo pelo seu antecessor, Ordonho I, tal como dos dois magnatas responsáveis pela condução das campanhas militares que culminaram com a anexação, em benefício da monarquia ovetense, das cidades do Porto e de Coimbra, Vímara Peres e Hermenegildo Guterres. Apesar de muito sucintas, é fácil perceber por trás destas notícias aqueles que terão sido os principais intuítos do compilador monástico, interessado em recordar, através da memória de acontecimentos

emblemáticos, uma sucessão de factos relacionada, por um lado, com o renovado interesse da realeza asturiana pelo território ocidental e o subsequente estabelecimento de duas destacadas famílias da nobreza nortenha na região; e, por outro, com o processo de dilatação das fronteiras do reino, na sequência das acções de presúria paradigmaticamente representadas pelos dois presores.

As duas restantes notícias apontam, pelo contrário, para um momento bem posterior da história da comunidade monástica. De uma forma geral, relacionam-se com a conjuntura de transformação por que o mosteiro passa na viragem do século XI para o século XII, representada pela acção de dois monarcas, Fernando I e seu filho, Afonso VI. A efeméride que consagra esse momento de viragem é a conquista de Coimbra pelo primeiro rei, aqui apresentada em moldes que exprimem uma tentativa de a fazer radicar na memória litúrgica da Cristandade hispânica. Para o segundo monarca, por sua vez, o que se reserva é a recordação de um registo de óbito que apenas será retomado sob o ponto de vista cronológico com a posterior menção a dois acontecimentos relativos ao abade Eusébio. Assim sendo, o texto parece exprimir, também nas perícopes que dão forma a esta conjuntura de rápidas mudanças, um ideal de derradeira vitória da comunidade religiosa, simbolizada pelo seu reconduzido abade, sobre uma política régia tendencialmente hostil, com a agravante de ela representar nesta altura uma clara solução de compromisso com as autoridades eclesiásticas impulsionadoras da reforma romana.

Os dados que tivemos a oportunidade de problematizar ao longo das páginas precedentes levam-nos a afirmar que a produção textual do passado se encontra profundamente determinada nos *Anais de S. Mamede de Lorvão* pela noção de *contexto*. Esta ideia passa, naturalmente, por categorias simultaneamente temporais e espaciais, sem as quais não é possível percepcionar a realidade pretérita. Mas ultrapassa, em larga medida, a necessidade de se referenciarem os acontecimentos nele descritos com base apenas nestes dois vectores. De facto, o compilador procura explicar a realidade passada com base no registo dos agentes responsáveis pela dinamização dos eventos aí recordados, aspecto que não podemos dissociar

do modo como esses mesmos protagonistas agiram ou intervieram nos acontecimentos da época.

Digno de ressalva é o facto de a noção de *contexto* ser aqui utilizada em abono de uma realidade presente, e não apenas de um acto de rememoração do tempo pelo tempo. Se atendermos aos condicionalismos sociais de produção do texto, podemos dizer que às seis efemérides aqui fixadas se encontra subjacente um sentido de *instrumentalização do passado* indissociável das circunstâncias pouco favoráveis em que vive a comunidade monástica na altura. Estas são, em certa medida, extensíveis a outras comunidades que se filiam numa mesma tradição cultural moçárabe, embora delas não tenhamos qualquer testemunho que nos permita falar de um grau de individuação cultural semelhante ao de Lorvão, dado pela compilação de notícias analísticas seleccionadas para dar a imagem de um passado modelar e em que a comunidade monástica conscientemente se insere. Na prática, esta ideia vem apenas sublinhar a nossa convicção de que o mosteiro, partindo também de uma estratégia de recuperação de memórias, procura ultrapassar o momento de crise que afecta a estabilidade do colectivo religioso, construindo e reivindicando para si um modelo de singulares feitos capaz de renovar a perdida influência da primitiva instituição. Essa procura parece-nos ser o mais claro indício de um mosteiro consciente das adversidades do seu tempo, e que, por esse motivo, não deixa de perscrutar no passado os factos que podem certificar a imagem de prestígio que é agora imprescindível recuperar.

Uma vez que o compilador não se restringe apenas a enumerar factos, conferindo-lhes, pelo contrário, uma carga simbólica dominante ao longo do texto, é lícito dizer – sem com isso afirmar que se trata de um caso único na historiografia das sociedades de fronteira – que o autor se pauta por uma linguagem própria no que respeita à sua base conceptual. Na medida em que ilustra os seus conteúdos com recurso a uma linguagem específica, em óbvio compromisso com a sua identidade religiosa, o autor não se limita apenas a verificar a historicidade dos feitos do passado, recorrendo também a um universo semântico onde se movimentam e interagem tópicos pertencentes ao mais alargado campo da simbologia cristã. Assim sendo, o compilador não segue uma lógica puramente expositiva, mas também comemorativa,



relacionada com a celebração de um transcendente interventivo na ordem dos acontecimentos terrenos.

Porque inseridos numa memória cultural, os eventos recordados são postos em relação directa com a eternidade de Deus, ainda que determinados pelas estruturas particulares do tempo da Igreja. Não é, por isso, difícil compreender a razão pela qual o tempo e o espaço possuem aqui um valor quase sagrado: a construção da memória analítica pressupõe a associação expressa destas categorias à celebração litúrgica do tempo cristão, imperando, pois, a ideia de uma memória distinta, fundada sobre uma concepção específica da realidade temporal e espacial.

O autor conserva o uso dos recursos que o passado lhe revela e integra na longa duração a intensidade ritual dos acontecimentos revelados. Susceptíveis de serem avaliados em termos comparados, os acontecimentos perpetuam-se pela recordação – a que, na verdade, a sua mediação escrita também não é alheia – das circunstâncias em que ocorrem, e prolongam-se até ao momento em que podem ser novamente comemorados. O que lhe interessa não é o esgotar narrativo das causas que estão na origem dos eventos registados. Mas também não é lícito que se diga que as escolhas efectuadas pelo compilador sejam puramente arbitrárias. Como vimos, a sensibilidade que ele evidencia quanto à natureza dos factos não corresponde de todo a uma visão imparcial dos mesmos: na verdade, o autor pede tacitamente aos destinatários do texto que se recordem apenas dos acontecimentos sobre os quais imprime uma dinâmica legitimadora da autonomia institucional do mosteiro, recorrendo a um discurso de invocação do passado meritório como forma de revitalizar as glórias perdidas no momento presente.

Convém, por isso, sublinhar que o tempo é entendido pelo compilador laurbanense como um fenómeno cíclico. Uma vez que a movimentação das esferas celestes é a causa natural de um ritmo de existência, que, no caso vertente, se pode considerar predominantemente anual, aqui se traduzindo sob a forma de referências textuais a coordenadas específicas, o tempo natural é fraccionado em unidades abstractas, criadas pelo homem para melhor estruturar o seu ritmo de vida, exprimindo assim o seu estreito envolvimento no universo. Porque fenómeno cíclico, o tempo é também encarado como uma

realidade histórica e definida pelas temáticas comemorativas dos actos de Deus e da Igreja, detentores de um significado singular na ordenação do devir social, uma vez que nos remetem para a consumação da história no ciclo que culmina com o advento definitivo do Salvador. Não deixando de representar uma unidade com um sentido próprio, porque capaz de fazer convergir estas duas expressões de ritmo num mesmo objectivo – o encómio fúnebre do abade Eusébio, recentemente falecido e abençoado num tempo que conduz a Cristo – , cremos ser este um dos motivos pelo qual a fixação da memória analística não se rege por categorias únicas.

Da mesma forma, o espaço aqui recordado também não deixa de integrar o domínio simbólico. Uma vez que parte substancial do texto é o resultado de uma projecção do ideal comunitário, representado pelo abade que preside ao colégio dos monges, o espaço representado pelo mosteiro é também aquele que surge como a materialização do lugar em que se deve invocar a memória colectiva. O seu sentido parece ser, portanto, funcional, uma vez que é ele que possibilita o convívio dos membros da comunidade monástica em torno de obras que exprimem a função identitária da memória analística; mas parece também não ser alheio a um conteúdo sacral, por representar uma experiência de configuração das funções essenciais da Igreja, consubstanciadas sobre a perpetuação e a solenização de representações axiológicas que estruturam o ideal da própria comunidade. É aqui que melhor se compreende o acto de produção da memória. Mas é também aqui que essa memória é mais justamente invocada no espírito da tradição cristã. A sua riqueza reside na capacidade de articular, em simultâneo, todas as noções que expusemos ao longo deste estudo.

Estamos, portanto, em condições de dizer que os *Anais de S. Mamede de Lorvão* representam uma estratégia textual e contextual específica, embora não isolada nas suas concepções globais, caracterizada pelo seu reduzido grau de isenção e, por inerência, animada por uma interpretação unívoca dos factos sociais. Em nosso entender, as motivações que justificam o enraizamento da memória analística no passado modelar não podem compreender-se se nos abstraímos de uma ideia fundamental: num contexto de crise e hegemonização de poderes, uma das formas de se garantir a coesão

identitária de um grupo é compreender o que a sua essência possui de aglutinante<sup>611</sup>. A condição necessária a este gesto não é o sentido objectivo do devir, mas antes a representação subjectiva que dele se faz: o tempo não é aquilo que é, mas antes aquilo que ele representa. Daqui advém o seu sentido memorial, num universo onde o presente é encarado como o tempo de devolução das potencialidades do passado.

O que está aqui em jogo não é o simples recordar das efemérides que contribuíram para a sustentação histórica da primeira comunidade monástica. A chave para a compreensão dos anais reside antes no despertar do mosteiro para a recuperação de uma consciência de identidade, agitada pela crise em que a comunidade, vendo-se obrigada a ceder às pressões da facção reformista, adopta a moldura litúrgica de inspiração romana, segue as normas de observância monástica consignadas na regra beneditina e, não obstante, acaba por se reduzir à desprestigiante condição de igreja dependente da catedral conimbricense.

A comunidade procura, por conseguinte, recuperar na escala do tempo passado um universo que se define por uma forte consciência de *status* social. Uma vez que a norma imperante é ainda a de realidade social, a recuperação do passado não pode fazer-se senão com base numa experiência comunitária. O ideal necessário de filiação na vida pública continua assim a manifestar-se, apesar de a comunidade não se associar a nenhum dos acontecimentos de que conserva registo. As notícias que ela nos dá falam-nos de guerras e de mortes – duas ideias omnipresentes no imaginário das sociedades cristãs hispânicas, por permitirem uma especial compreensão da realidade à luz dos valores e virtudes da fé –, e nunca chegam a referir expressamente o grau de compromisso da comunidade para com os acontecimentos que as enquadram. A inclusão de uma lista autónoma destas notícias, composta pelo nome dos

---

<sup>611</sup> Na Alta Idade Média hispânica, a ideia de simbologia pressupõe sempre uma dimensão mediadora, em função da qual se definem e estruturam as representações da memória colectiva sobre Deus, a natureza e o homem. O símbolo é uma expressão das tensões geradas pela necessidade de criação de um sistema perene, sobre o qual se erige uma imagem de ordem e salvação, teorizada, no presente caso, por uma solução própria do imaginário monástico. Sobre as categorias que enformam o sistema de representações sobre o passado na historiografia medieval cristã dos séculos XI e XII, leia-se Maria Lodovica ARDUINI, «Per una interpretazione storiografica della “christianitas” medievale (secoli XI e XII). Le categorie del profetico e del simbolico», *Bullettino dell'Istituto Storico Italiano per il Medio Evo e Archivio Muratoriano*, n.º 91, 1984, pp. 1-113.

abades que governaram o mosteiro, numa diacronia que retoma e actualiza a das efemérides analísticas, é um claro sintoma de que a comunidade entende o passado dos reis e dos condes como algo de que se pode apropriar, chamando-o a si como fundamento da sua autonomia ao longo dos séculos, e, por esse motivo, manifestando uma certa indignação relativamente a um presente em que os condes se tinham transformado em figuras obsoletas, e os reis, uma fonte de renovada pressão.

Esta memória sobre um passado pretensamente canónico, susceptível de restabelecer e confirmar a identidade de um mosteiro filiado numa tradição cultural em crise, baseia-se num estatuto de suposta objectividade do conhecimento monástico sobre as efemérides recordadas. Como é evidente, a objectividade é apenas suposta, porque, na verdade, o mosteiro parece mostrar-se consciente de que este gesto de fixação da memória é um gesto selectivo, e por isso adaptado a uma realidade que a comunidade procura recuperar e comemorar parcialmente, em detrimento de outra que, pelo contrário, faz cair no esquecimento.

Em caso algum se pode falar de uma ruptura com o passado, ou, sequer, de uma ausência de memórias em relação a esse mesmo passado. O critério de selectividade impõe, ao invés, que a memória sobre o tempo mais distante ou recente se construa tendo em conta um perfil previamente definido, que os monges conhecem e procuram projectar, através de mecanismos textuais, de maneira a reforçar a sua matriz identitária. De facto, da análise do texto perpassa uma certa ideia de simetria formal que o faz integrar-se em pleno numa cultura ainda marcada pela mundividência urbana: a tecnicidade do escrito é posta à prova pelo autor, que, através do recurso a paralelismos externos e internos, dá expressão a uma obra sintética, embora com uma certa unidade de forma.

Embora nunca se afaste de uma subjectividade oscilante, a mesma que, um tanto ou quanto paradoxalmente, o leva a seleccionar um agregado restrito de factos e a experimentar uma aproximação à integridade dos mesmos, o compilador adopta um critério expositivo e transpõe o registo sumário dos acontecimentos para o mais alargado plano das acções comemorativas. O que neles se procura é a actualização de um passado de resistência contra os

poderes dominantes, razão pela qual o compilador pretende revitalizar um tempo cuja importância é resultado das vitoriosas acções militares então dirigidas contra o domínio de poderes adversos – poderes cujos nomes, estamos em crer, são aqui propositadamente silenciados –, à semelhança da imagem de hostilidade que os membros da comunidade monástica detêm dos poderes, leigos e religiosos, contemporâneos do processo de fixação das efemérides analíticas. Na verdade, esta constatação não surge por mero acaso: a ideia de uma resistência passada está relacionada com a de uma contínua necessidade de resistência presente. O que varia é, para nós, a força oponente contra a qual se movem os esforços militares, implicitamente associável, no primeiro caso, ao Islão, apesar de relacionável, no segundo, com a Cristandade reformadora. Para o compilador, pelo contrário, o que importa ressaltar é apenas o comportamento de base – *resistir* –, uma vez que é nesse acto que o passado se instrumentaliza a favor do presente. Assim sendo, o intuito do texto não é o de apresentar uma visão histórica isenta das efemérides pretéritas, mas antes ressaltar, num registo comemorativo, a utilidade social da memória.

A julgar por todos estes aspectos, os *Anais de S. Mamede de Lorvão* podem considerar-se um veículo de transmissão e difusão dos ideais representados, nos inícios do século XII, pela cultura moçárabe da diocese de Coimbra, e, em particular, pela acção de um mosteiro que encara a modalidade textual como um instrumento ao serviço de uma causa própria. O que neles se patenteia é uma instrumentalização do escrito, mecanismo de perpetuação da memória monástica. O passado oferece à comunidade uma referência para as expectativas que ela própria guarda em relação ao futuro. Ele não encerra um sentido em si mesmo, ou seja, não é isento de uso. O que motiva e justifica o facto de ser comemorado é a convicção de que ele pode ser entendido como um referente para todos aqueles que compreendem o seu potencial simbólico, enquanto repositório de factos instrumentalizáveis ao serviço da causa. Neste processo, o que permite a sua utilização enquanto referente dotado de coerência semântica é também o facto de o seu autor recorrer à escrita como forma de validação das pretensões comunitárias, decalcando sobre a durabilidade do pergaminho um projecto de construção e ritualização do

*passado ideal* que ajuda a sustentar a estratégia monástica de oposição e resistência aos poderes dominantes.

## BIBLIOGRAFIA

### 1. Fontes

#### 1.1. Fontes manuscritas

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa):

Ordem de Cister, *Mosteiro de Lorvão*, liv. 49 (*Livro dos testamentos* do mosteiro de Lorvão).

#### 1.2. Fontes impressas

*Anais, crónicas breves e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra* (Textos publicados com uma introdução por António CRUZ), Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1968;

«Annales portugaises veteres», in Pierre DAVID, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI<sup>e</sup> au XII<sup>e</sup> siècle*, Lisboa – Paris, Livraria Portugália Editora – Société d'Édition «Les Belles Lettres», «Collection portugaise», vol. 7, 1947, pp. 257-340<sup>612</sup>;

*Antifonario visigótico mozárabe de la catedral de León* (Edición del texto; notas e índices por Dom Louis BROU y Dr. José VIVES), Barcelona – Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, «Monumenta Hispaniae sacra. Serie liturgica», vol. 1, MCMLIX;

*Antologia da historiografia portuguesa* (Organização, prefácio e notas de A. H. de Oliveira MARQUES), vol. I: *Das origens a Herculano*, vol. II: *De Herculano aos nossos dias*, Mem Martins, Publicações Europa-América, «Estudos e documentos», 89 e 92, 1974;

BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*, vol. I, vol. II: *Corpus epigráfico medieval português*, vol. III: *Anexos, índices, bibliografia e estampas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Ministério da Ciência e da Tecnologia, «Textos universitários de ciências sociais e humanas», 2000;

---

<sup>612</sup> Nesta edição, vejam-se especificamente os textos que formam os *Anais de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave* nas pp. 293-299; os *Anais de S. Salvador de Grijó*, nas pp. 299-302 (dez primeiras notícias); e os *Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I*, nas pp. 308-310.

- BEATO DE LIÉBANA, *Obras completas y complementarias*, I: *Comentario al Apocalipsis. Himno «O Dei Verbum». Apologético* (Edición bilingüe preparada por Joaquín GONZÁLEZ ECHEGARAY, Alberto del CAMPO y Leslie G. FREEMAN), Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, «Colección maior», 76, MMIV;
- BLANCO LOZANO, Pilar, *Colección diplomática de Fernando I (1037-1065)*, Leão, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro» (CSIC-CECEL) – Archivo Histórico Diocesano, «Fuentes y estudios de historia leonesa», 1987;
- Calendrier (Le) de Cordoue* (Publié par R. DOZY; nouvelle édition accompagnée d'une traduction française annotée par Ch. PELLAT), Leiden, E. J. Brill, «Medieval Iberian Peninsula texts and studies» (Edited by C. MARINESCU, José MILLÁS-VALLICROSA and Hussain MONÉS), vol. I, 1961;
- Cartulaire (Le) Baio-Ferrado du monastère de Grijó (XI<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècles)* (Introduction et notes de Robert DURAND), Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, «Fontes documentais portuguesas», II, 1971;
- Cartulário de D. Maior Martins. Século XIII* (Estudo introdutório, edição diplomática e índices por Filomeno Amaro Soares da SILVA), Arouca, Associação da Defesa do Património Arouquense, 2001;
- «Chronica latina regum Castellae» (Edidit L. Charlo BREA), in *Corpus christianorum. Continuatio mediaevalis* (Collectum a monachis O.S.B. abbatiae S. Petri in Steenbrugge), LXXIII: *Chronica hispana saeculi XIII*, Turnholt, Typographi Brepols Editores Pontificii, MCMXCVII, pp. 7-118;
- Chronica naierensis* (Cura et studio Juan A. ESTÉVEZ SOLA), *Corpus christianorum. Continuatio mediaevalis* (Collectum a monachis O.S.B. abbatiae S. Petri in Steenbrugge), LXXIA: *Chronica hispana saeculi XII*, parte II, Turnholt, Typographi Brepols Editores Pontificii, MCMXCV;
- «Chronicon laurbanense», in *Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Scriptores* (Iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita), vol. I, Lisboa, Typis Academicis, MDCCCLVI, p. 20;
- «Chronique d'Albelda», in *Chroniques asturiennes (fin IX<sup>e</sup> siècle)* (Avec édition critique, traduction et commentaire par Yves BONNAZ), Paris, Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, «Sources d'histoire médiévale» (Publiés par l'Institut de Recherche et d'Histoire des Textes), 1987, pp. VII-XCIII, 10-30 e 67-104;
- «Chronique d'Alphonse III. Version érudite», in *Chroniques asturiennes (fin IX<sup>e</sup> siècle)* (Avec édition critique, traduction et commentaire par Yves BONNAZ), Paris, Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, «Sources d'histoire médiévale» (Publiés par l'Institut de



- Recherche et d'Histoire des Textes), 1987, pp. VII-XCIII, 31-59 e 105-222;
- «Chronique prophétique», in *Chroniques asturiennes (fin IX<sup>e</sup> siècle)* (Avec édition critique, traduction et commentaire par Yves BONNAZ), Paris, Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, «Sources d'histoire médiévale» (Publiés par l'Institut de Recherche et d'Histoire des Textes), 1987, pp. VII-XCIII, 2-9 e 60-67;
- «Cronica de Sampiro», in *Historia silense* (Edición, crítica e introducción por Dom Justo PÉREZ DE URBEL, O.S.B., y Atilano GONZÁLEZ RUIZ-ZORRILLA), Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas – Escuela de Estudios Medievales, «Textos», vol. XXX, 1959, pp. 9-109 e 159-173;
- Crónicas breves e memórias avulsas de S. Cruz de Coimbra* (Edições fac-similada, paleográfica e crítica, com anotações de Fernando Venâncio Peixoto da FONSECA), Lisboa, 2000;
- Documentos medievais portugueses. Documentos régios*, vol. 1: *Documentos dos condes portugueses e de D. Afonso Henriques. A.D. 1095-1185* (Pref. de Rui Pinto de AZEVEDO), t. I-II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958-1962;
- ERDMANN, Carl, *Papsturkunden in Portugal*, Berlim, Weidmannsche Buchhandlung, «Abhandlungen der Gesellschaft der Wissenschaften zu Göttingen. Philologisch-historische Klasse, neue Folge», vol. XX, 3, 1927;
- FÉROTIN, Marius (O.S.B.), *Le liber ordinum en usage dans l'Église wisigothique et mozarabe d'Espagne du cinquième au onzième siècle* (Réimpression de l'édition de 1904 et supplément de bibliographie générale de la liturgie hispanique, préparés et présentés par Anthony WARD, S.M. et Cuthbert JOHNSON, O.S.B.), Roma, Edizioni Liturgiche, «Ephemerides liturgicae. Subsidia» (Collectio cura A. PISTOIA, C.M. et A. M. TRIACCA, S.D.B. recta), 83, «Instrumenta liturgica quarreriensia» (Moderantibus A. WARD, S.M. et C. JOHNSON, O.S.B.), 6, 1996;
- Fontes medievais da história de Portugal* (Seleção, prefácio e notas de Alfredo PIMENTA), vol. I: *Anais e crónicas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, «Colecção de clássicos Sá da Costa», 1948;
- GARCÍA LUJÁN, José Antonio, *Privilegios reales de la catedral de Toledo (1086-1462). Formación del patrimonio de la S.I.C.P. a través de las donaciones reales*, vol. I: *Estudio*, vol. II: *Colección diplomática*, Toledo, Obra Cultural de la Caja de Ahorro Provincial de Toledo, 1982;
- HIDÁCIO DE CHAVES, *Chronique* (Introduction, texte critique, traduction, commentaire et index par Alain TRANOY), Paris, Les Éditions du Cerf, «Sources chrétiennes», n.<sup>os</sup> 218-219, 1974;

- Historia silense* (Edición, crítica e introducción por Dom Justo PÉREZ DE URBEL, O.S.B., y Atilano GONZÁLEZ RUIZ-ZORRILLA), Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas – Escuela de Estudios Medievales, «Textos», vol. XXX, 1959;
- JANINI, José, «Dos calendarios emilianenses del siglo XI», *Hispania sacra*, vol. XV, n.º 29, 1.º semestre de MCMLXII, pp. 177-195;
- Liber anniversariorum ecclesiae cathedralis colimbriensis* (*Livro das kalendas*) (Edição crítica organizada por Pierre DAVID e Torquato de Sousa SOARES), Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, t. I – MDCCCXLVII e t. II – MDCCCXLVIII;
- Liber fidei sanctae bracarensis ecclesiae* (Edição crítica pelo P.º Avelino de Jesus da COSTA), Braga, Junta Distrital de Braga, t. I – 1965, t. II – 1978 e t. III – 1990;
- Liber Sancti Iacobi. Codex calixtinus* (Transcripción a partir del código original por Klaus HERBERS y Manuel SANTOS NOIA; con la colaboración del Cabildo de la S.A.M.I. Catedral de Santiago de Compostela), Santiago de Compostela, Xunta de Galicia/Consellería de Cultura, Comunicación Social e Turismo/Xerencia de Promoción do Camiño de Santiago, 1998;
- Livro de Mumadona* (Apresentação por J. A. Pinto FERREIRA), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1973;
- Livro preto da Sé de Coimbra* (Edição crítica por Leontina VENTURA e M. Teresa VELOSO sob orientação de P.º Avelino de Jesus da COSTA), Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, MCMLXXVII-MCMLXXIX;
- Livro santo de Santa Cruz de Coimbra. Cartulário do séc. XII* (Edição preparada por Leontina VENTURA; transcrições de Leontina VENTURA e Ana Santiago FARIA; revisão de Leontina VENTURA), Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, «História medieval», 3, 1990;
- LÓPEZ SANTOS, L., «Calendarios liturgicos leoneses», *Archivos leoneses. Revista del Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro»*, ano X, n.º 19, Janeiro-Julho de 1956, pp. 119-141;
- LUCAS DE TUI, *Chronicon mundi* (Cura et studio Emma FALQUE), *Corpus christianorum. Continuatio mediaevalis* (Collectum a monachis O.S.B. abbatae S. Petri in Steenbrugge), LXXIV: *Lucae tudensis opera omnia*, t. I, Turnholt, Brepols Publishers, 2003;
- Missal de Mateus. Manuscrito 1000 da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga* (Introdução, leitura e notas de Joaquim O. BRAGANÇA), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1975;

- MONTEIRO, Maria Teresa e J. J. Rigaud de SOUSA, «Livro dos testamentos do mosteiro de Paço de Sousa» (Apresentação pelo Doutor José MATTOSO), *Bracara Augusta. Revista cultural de regionalismo e história da Câmara Municipal de Braga*, vol. XXIV, n.ºs 57-58 (69-70), Janeiro-Dezembro de 1970, pp. 138-283;
- NASCIMENTO, Aires Augusto e Saul António GOMES, S. *Vicente de Lisboa e seus milagres medievais*, Lisboa, Edições Didaskalia, 1988;
- NOGUEIRA, Pedro Álvares, *Livro das vidas dos bispos da Sé de Coimbra* (Coordenação de Manuel Augusto RODRIGUES; transcrição de Maria Teresa Nobre VELOSO), Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra – G.C.-Gráfica de Coimbra, 2003;
- «Parochiale sueuum» (Edidit Pierre DAVID), in *Corpus christianorum. Series latina* (Collectum a monachis O.S.B. abbatiae S. Petri in Steenbrugge), CLXXV: *Itineraria et alia geographica*, Turnhout, Typographi Brepols Editores Pontificii, MCMLXV, pp. 411-420;
- Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintundecimum* (Iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita), I: *Diplomata et chartae*, Lisboa, Typis Academicis, MDCCCLXVII;
- «Prouinciale uisigothicum seu nomina hispanarum sedium» (Ediderunt L. VÁZQUEZ DE PARGA et J. LECLERCQ), in *Corpus christianorum. Series latina* (Collectum a monachis O.S.B. abbatiae S. Petri in Steenbrugge), CLXXV: *Itineraria et alia geographica*, Turnhout, Typographi Brepols Editores Pontificii, MCMLXV, pp. 421-428;
- RODRIGO XIMENES DE RADA, *Historia de rebus Hispanie sive Historia gothica* (Cura et studio Juan FERNÁNDEZ VALVERDE), *Corpus christianorum. Continuatio mediaevalis* (Collectum a monachis O.S.B. abbatiae S. Petri in Steenbrugge), LXXII: *Roderici Ximenii de Rada opera omnia*, parte I, Turnholt, Typographi Brepols Editores Pontificii, MCMLXXXVII;
- Tumbo A de la Catedral de Santiago* (Estudio y edición de Manuel LUCAS ÁLVAREZ), Santiago de Compostela, Cabildo de la S.A.M.I. Catedral – Seminario de Estudos Galegos, «Colección histórico-documental de la Iglesia compostelana», 1, 1998;
- «Vita Martini sauriensis», in *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra. Vida de D. Telo, Vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Soure* (Edição crítica de textos latinos, tradução, estudo introdutório e notas de comentário de Aires A. NASCIMENTO), Lisboa, Edições Colibri, «Obras clássicas da literatura portuguesa. Literatura medieval», 8, 1998, pp. 7-51 e 224-249;
- «Vita Tellonis», in *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra. Vida de D. Telo, Vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Soure* (Edição crítica de textos latinos, tradução, estudo introdutório e notas de comentário de Aires A. NASCIMENTO), Lisboa, Edições Colibri, «Obras clássicas da literatura

portuguesa. Literatura medieval», 8, 1998, pp. 7-51, 54-137, 253-272 e 273-286;

«Vita Theotonii», in *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra. Vida de D. Telo, Vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Soure* (Edição crítica de textos latinos, tradução, estudo introdutório e notas de comentário de Aires A. NASCIMENTO), Lisboa, Edições Colibri, «Obras clássicas da literatura portuguesa. Literatura medieval», 8, 1998, pp. 7-51, 138-222, 253-272 e 287-316.

## 2. Instrumentos de trabalho

*Bibliotheca historica medii aevi. Wegweiser durch die Geschichtswerke des europäischen Mittelalters von 375-1500* (Vollständiges Inhaltsverzeichnis zu “Acta Sanctorum” der Bollandisten; Anhang Quellenkunde für die Geschichte der europäischen Staaten während des Mittelalters von August POTTHAST), Berlin, Hugo Kastner & C<sup>ie</sup>, 1862;

CAPPELLI, Adriano, *Cronologia, cronografia e calendario perpetuo. Dal principio dell'era cristiana ai nostri giorni*, Milão, Editore Ulrico Hoepli, «Manuali Hoepli», 2005;

*Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa* (Organização e coordenação de Giulia LANCIANI e Giuseppe TAVANI), Lisboa, Editorial Caminho, 1993, s.v. «Historiografia medieval» (L. KRUS), pp. 312-315;

*Dicionário de história da Igreja em Portugal*, vol. I, Lisboa, 1980, s.v. «Arquivos eclesiásticos» (P.<sup>e</sup> Avelino de Jesus da COSTA), pp. 515-554;

*Dicionário de história de Portugal* (Dirigido por Joel SERRÃO), vol. I, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, s.v. «Anais» (A[velino] de J[esus da] C[OSTA]), pp. 145-146; vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1984, s.v. «*Portugaliae monumenta historica*» (M[aria] T[eresa] C[ampos] R[ODRIGUES]), pp. 151-152;

*Dicionário de história religiosa de Portugal* (Direcção de Carlos Moreira AZEVEDO), Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, s.v. «Historiografia. I. Época medieval» (Luís KRUS), pp. 512-523;

*Dicionário enciclopédico da história de Portugal* (Coordenação: José Costa PEREIRA), vol. I, s.l., Publicações Alfa, 1985, s.v. «Espaço na Idade Média» (L[uis] K[RUS]), p. 220; «Historiografia» (J[osé] M[ATTOSO]), pp. 312-314; e vol. II, s.l., Publicações Alfa, 1985, s.v. «Tempo na Idade Média» (L[uis] K[RUS]), p. 279;

LÓPEZ SANTOS, Luis, «Hagiotoponímia», in *Enciclopedia lingüística hispánica* (Dirigida por M. ÁLVAR, A. BADÍA, R. de BALBÍN, L. F. Lindley CINTRA; introducción de Ramón MENÉNDEZ PIDAL), t. I: *Antecedentes*.

*Onomastica*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, MCMLX, pp. 579-614;

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.), Isabel Castro PINA, Maria Filomena ANDRADE e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva SANTOS, *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento. Guia histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005;

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de (Fr.), *Elucidario das palavras, termos, e frases, que em Portugal antiguamente se usárão*, Lisboa, Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1798-1799.

### 3. Estudos

AILLET, Cyrille, «Entre Chrétiens et Musulmans. Le monastère de Lorvão et les marges du Mondego (878-1064)», *Revue Mabillon. Revue internationale d'histoire et de littératures religieuses*, nova série, 15 (t. 76), 2004, pp. 27-49;

ALARCÃO, Jorge de, *Roman Portugal*, vol. II: *Gazetteer (Inventário)*, fasc. 2: 3. Coimbra. 5. Lisboa, Warminster/Wiltshire, Aris & Phillips, «Archaeologists' guides to the Roman world», 1988;

ALARCÃO, Jorge, «A cidade romana em Portugal. Renovação urbana em Portugal na época romana», in *Cidades e história* (Ciclo de conferências promovido pelo Serviço de Belas-Artes em Novembro de 1987), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Serviço de Belas Artes, 1992, pp. 73-127;

ALARCÃO, Jorge de, In territorio Colimbrie: *lugares velhos (e alguns deles, deslembados) do Mondego*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, «Trabalhos de arqueologia», 38, 2004;

ÁLVAREZ RUBIANO, Pablo, «El concepto de España según los cronicones de la Alta Edad Media», *Príncipe de Viana*, ano III, n.º 7, 2.º trimestre de 1942, pp. 149-154;

D'ALVERNY, Marie Thérèse, «La connaissance de l'Islam en Occident du IX<sup>e</sup> au milieu du XII<sup>e</sup> siècle», in *Settimane di studio del Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo*, XII: *L'Occidente et l'Islam nell'Alto Medioevo* (2-8 aprile 1964), t. II, Spoleto, Presso la Sede del Centro, 1965, pp. 577-602;

AMADO, Teresa, «Ainda sobre o milagre de Ourique», in *Da decifração em textos medievais. IV colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval* (Coordenação de Ana Paiva MORAIS, Teresa ARAÚJO e Rosário Santana PAIXÃO), Lisboa, Edições Colibri, 2003, pp. 301-310;

- ANDRADE, Amélia Aguiar, «Portugal na Idade Média: um território em construção», in *A construção medieval do território*, Lisboa, Livros Horizonte, «Horizonte histórico», 2001, pp. 13-23;
- ANDRADE, Amélia Aguiar, «Afonso Henriques e a fronteira Noroeste: contornos de uma estratégia», in *A construção medieval do território*, Lisboa, Livros Horizonte, «Horizonte histórico», 2001, pp. 75-86;
- ANDRADE, Amélia Aguiar, «O papel da Estremadura na formação e consolidação do Portugal medieval», in *A construção medieval do território*, Lisboa, Livros Horizonte, «Horizonte histórico», 2001, pp. 106-116;
- ANDRADE CERNADAS, José Miguel, *El monacato benedictino y la sociedad de la Galicia medieval (siglos X al XIII)*, Corunha, Ediciós do Castro – Publicacións do Seminario de Estudos Galegos, «Galicia medieval. Estudos», n.º 3, 1997;
- ANTUNES, José, *A cultura erudita portuguesa nos séculos XIII e XIV (juristas e teólogos)*, Coimbra, 1995 (Edição policopiada da Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra);
- ARDUINI, Maria Lodovica, «Per una interpretazione storiografica della “christianitas” medievale (secoli XI e XII). Le categorie del profetico e del simbolico», *Bullettino dell'Istituto Storico Italiano per il Medio Evo e Archivio Muratoriano*, n.º 91, 1984, pp. 1-113;
- ARNAUT, Salvador Dias, «O castelo de Germanelo», *Anais*, II série, vol. 28, MCMLXXXII, pp. 231-256;
- AZEVEDO, Pedro A. de, «O castello de Santa Eulalia», *O archeologo português*, vol. XIII, n.ºs 1-6, Janeiro-Junho de 1908, pp. 67-75;
- AZEVEDO, Rui de, «O mosteiro de Lorvão na reconquista cristã», *Arquivo histórico de Portugal*, vol. I, 1932, pp. 183-239;
- AZEVEDO, Ruy de, «Período de formação territorial: expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores», in *História da expansão portuguesa no mundo* (Directores: Dr. António BAIÃO, Dr. Hernâni CIDADE, Dr. Manuel MÚRIAS), vol. I, Lisboa, Editorial Ática, 1937, pp. 7-64;
- AZEVEDO (Dr.), Ruy de, «Montemór-o-Velho», *Álbum figueirense*, ano IV, n.º 5, Abril de 1939, pp. 135-150;
- AZEVEDO, Rui de, «Ainda sobre a data em que Afonso Henriques tomou o título de rei», *Revista portuguesa de história*, t. I, 1941, pp. 177-183;
- AZEVEDO, Rui Pinto de, «A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de piratas normandos à Galiza em 1015-16 (Dois

- testemunhos inéditos das depredações a que então esteve sujeito o território português entre Douro e Ave)», *Revista portuguesa de história*, t. XIV, vol. III, 1974, pp. 73-93;
- BALIÑAS PÉREZ, Carlos, «La “Estremadura” gallega altomedieval y los orígenes de Portugal», *Revista da Faculdade de Letras. História*, II série, vol. XV, t. I, 1998, pp. 139-162;
- BAPTISTA, Augusto Soares de Sousa, «Senhores do Marnel», *Arquivo do distrito de Aveiro*, n.º 52, Outubro-Dezembro de 1947, pp. 270-278; e n.º 76, Outubro-Dezembro de 1953, pp. 248-255;
- BAPTISTA, Augusto Soares de Sousa, «Mosteiro da Vacariça», *Arquivo do distrito de Aveiro*, n.º 77, Janeiro-Março de 1954, pp. 59-66;
- BARATA, Filipe Themudo, «A actuação de Geraldo Sem Pavor no quadro das sociedades de fronteira do século XII», in *2.º congresso histórico de Guimarães. Actas do congresso*, vol. 2: *A política portuguesa e as suas relações exteriores*, s.l., Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996, pp. 359-374;
- BARBOSA, Pedro Gomes, *Reconquista cristã nas origens de Portugal. Séculos IX a XII*, Lisboa, Ésquilo – Edições e Multimédia, 2008;
- BARROCA, Mário Jorge, *Do castelo da reconquista ao castelo românico (séc. IX a XII)*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1994;
- BARROCA, Mário Jorge, «Castelos românicos portugueses (séc. XII e XIII)», in *El arte románico en Galicia y Portugal/A arte românica em Portugal e Galiza* (Coordinación/Coordenação: Xosé Carlos VALLE PÉREZ, Jorge RODRIGUES), s.l., Fundación Pedro Barrié de la Maza – Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, pp. 88-111;
- BARROCA, Mário Jorge, «Os castelos das Ordens militares em Portugal (séc. XII a XIV)», in *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500). Actas do simpósio internacional sobre castelos* (Coordenação de Isabel Cristina Ferreira FERNANDES), Lisboa, Edições Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 535-548;
- BARROCA, Mário Jorge, «Fortificações e povoamento no Norte de Portugal (séc. IX a XI)», *Portugália*, nova série, vol. XXV, 2004, pp. 181-203;
- BARROCA, Mário Jorge, «O castelo de Montemor-o-Velho nos séculos X a XIII», in *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)* (Actas dos seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003, e Porto, 4 e 5 de Abril de 2003; coordenação de Mário Jorge BARROCA e Isabel Cristina F. FERNANDES), Palmela, Câmara Municipal de Palmela – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 111-126;

- BEIRANTE, Maria Ângela, *Santarém medieval*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1980;
- BEIRANTE, Maria Ângela, «A “reconquista” cristã», in *Nova história de Portugal* (Direcção de Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES), vol. II: *Portugal. Das invasões germânicas à “reconquista”* (Coordenação de A. H. de Oliveira MARQUES), Lisboa, Editorial Presença, 1993, pp. 251-365 e 390-398;
- BEIRANTE, Maria Ângela Rocha, *Évora na Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, «Textos universitários de ciências sociais e humanas», 1995;
- BEIRANTE, Maria Ângela, «D. Afonso Henriques e as cidades», in 2.º congresso histórico de Guimarães. *Actas do congresso*, vol. 5: *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*, s.l., Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996, pp. 223-233;
- BERGER, Albrecht, «Die alten Viten des heiligen Mamas von Kaisareia mit einer Edition der Vita BHG 1019», *Analecta bollandiana. Revue critique d'hagiographie*, t. 120, II, Dezembro de 2002, pp. 241-310;
- BERNSTEIN, Harry, *Alexandre Herculano (1810-1877). Portugal's prime historian and historical novelist*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, «Civilização portuguesa», vol. VII, 1983;
- BISHKO, Charles Julian, «Liturgical intercession at Cluny for the king-emperors of León», *Studia monastica*, vol. 3, fasc. 1, 1961, pp. 53-76;
- BISHKO, Charles J., «The liturgical context of Fernando I's last days according to the so-called “Historia silense”», *Hispania sacra. Revista de historia eclesiástica*, vol. XVII: *Miscelânea em memória de Dom Mario Férotin. 1914-1964*, n.ºs 33-34, fasc. único, MCMLXIV, pp. 47-59;
- BLANCO LOZANO, Pilar, «La intervención de Fernando I en la zona galaico-portuguesa», in *IX centenário da dedicação da Sé de Braga. Congresso internacional. Actas*, vol. I: *O bispo D. Pedro e o ambiente político-religioso do século XI*, Braga, Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Teologia-Braga – Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, «Memorabilia christiana», 1990, pp. 335-356;
- BLOT, Maria Luísa B. H. Pinheiro, *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, «Trabalhos de arqueologia», 28, 2003;
- BOISSELLIER, Stéphane, «Réflexions sur l'idéologie portugaise de la reconquête. XII<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup> siècles», *Mélanges de la Casa de Velázquez*, t. XXX-1, 1994, pp. 139-165;



- BOISSELLIER, Stéphane, *Naissance d'une identité portugaise. La vie rurale entre Tage et Guadiana de l'Islam à la Reconquête (X<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècles)*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, «Estudos Gerais. Série universitária», 1999;
- BOISSELLIER, Stéphane, «L'apport des archives chrétiennes à la connaissance du Garb al-Andalus. Ressources documentaires et problèmes d'exploitation», in *Fontes da história de al-Andalus e do Gharb* (Editado por Adel SIDARUS), Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical – Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, 2000, pp. 143-157;
- BOISSELLIER, Stéphane, *Le peuplement médiéval dans le Sud du Portugal. Constitution et fonctionnement d'un réseau d'habitats et de territoires. XII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècles*, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, «Publications du Centre Culturel Calouste Gulbenkian», 2003;
- BONNAZ, Yves, «Divers aspects de la continuité wisigothique dans la monarchie asturienne», *Mélanges de la Casa de Velázquez*, t. XII, 1976, pp. 81-99;
- BORGES, Correia, *O mosteiro de Lorvão*, Coimbra, Epartur – Edições Portuguesas de Arte e Turismo, L.<sup>da</sup>, 1977;
- BORGES, Nelson Correia, «Lucêncio, bispo de Conímbriga, e as origens do mosteiro de Lorvão», *Conimbriga*, vol. XXIII, 1984, pp. 143-158;
- BORGES, Nelson Correia, *Arte monástica em Lorvão. Sombras e realidade. Das origens a 1737*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Ministério da Ciência e da Tecnologia, «Textos universitários de ciências sociais e humanas», 2002;
- BOSCH VILÁ, Jacinto, *Los Almorávides* (Edición facsímil; estudio preliminar por Emilio MOLINA LÓPEZ), Granada, Editorial Universidad de Granada, «Archivum», 19, MCMXCVIII;
- BRAGA, Paulo Drumond, *Setúbal medieval (séculos XII a XV)*, Setúbal, Câmara Municipal de Setúbal, 1998;
- BRANCO, Maria João, «A conquista de Lisboa revisitada», *Arqueologia medieval*, 7: *Actas do colóquio «Lisboa, encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos» (850.º aniversário da reconquista de Lisboa)*, 2001, pp. 217-234;
- BRANCO, Maria João Violante, *D. Sancho I. O filho do fundador*, Lisboa, Círculo de Leitores, «Reis de Portugal», II, 2006;
- BUESCU, Ana Isabel Carvalhão, *O milagre de Ourique e a história de Portugal de Alexandre Herculano. Uma polémica oitocentista*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, «História», 10, 1987;

- BUESCU, Ana Isabel, «A memória das origens. Ourique e a fundação do reino (séculos XV-XVIII)», in *Memória e poder. Ensaio de história cultural (séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Edições Cosmos, «Cosmos história», 26, 2000, pp. 11-28;
- BURESI, Pascal, *La frontière entre Chrétienté et Islam dans la Péninsule Ibérique. Du Tage à la Sierra Morena (fin XI<sup>e</sup>-milieu XIII<sup>e</sup> siècle)*, Paris, Éditions Publibook, «Sciences humaines et sociales. Histoire», 2004;
- CÁCEGAS, Luís de, «Idade Média. Notas de história e de crítica», *Brotéria*, vol. XXI, fasc. IV, Julho de 1923, pp. 271-280; vol. XXII, fasc. I, Janeiro de 1924, pp. 5-10 e 123-129; vol. XXII, fasc. VI, Novembro de 1924, pp. 280-286; vol. I, fasc. I, Janeiro de 1925, pp. 24-28; vol. I, fasc. V, Maio de 1925, pp. 246-248; vol. I, fasc. VII, Julho de 1925, pp. 317-327; vol. I, fasc. IX, Setembro de 1925, pp. 440-447; vol. I, fasc. X, Outubro de 1925, pp. 470-481 e 571-581; vol. II, fasc. I, Janeiro de 1926, pp. 105-116; e vol. III, 1926, pp. 177-187;
- CAGIGAS, Isidro de las, *Minorias étnico-religiosas de la Edad Media española, I: Los Mozárabes*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas – Instituto de Estudios Africanos, 1947-1948;
- CARDOZO, Mário, «O testamento de Mumadona, fundadora do mosteiro e castelo de Guimarães na segunda metade do século X», *Revista de Guimarães*, vol. LXXVII, n.<sup>os</sup> 3-4, Julho-Dezembro de 1967, pp. 279-298;
- CARDOZO, Mário, «Vimara Peres e Guimarães», *Revista de Guimarães*, vol. LXXVIII, n.<sup>os</sup> 1-2, Janeiro-Junho de 1968, pp. 121-146;
- CARRIEDO TEJEDO, Manuel, «Tres obispos de León (Frunimio, Cixila y Oveco) y el tránsito de la monarquía asturiana a la leonesa», *Studium legionense*, n.º 34, 1993, pp. 299-316;
- CARRIEDO TEJEDO, Manuel, «Los episcopologios portugueses en los siglos IX y X, a través de dos obispos de Oporto, Froarengo (890-918) y Hermogio (923-927), y su situación a comienzos del siglo XI», *Bracara Augusta. Revista cultural de regionalismo e história da Câmara Municipal de Braga*, vol. XLVIII, n.<sup>os</sup> 101-102 (114-115), 1998/99, pp. 311-401;
- CARRIEDO TEJEDO, Manuel, «El gallego Pelayo Tedóniz: monje de Celanova (desde 1040), diácono compostelano (desde 1056) y obispo de León (desde 1065)», *Compostellanum*, vol. XLIV, n.<sup>os</sup> 1-2, Janeiro-Junho de 1999, pp. 67-75;
- CARRIEDO TEJEDO, Manuel, «Noticias biográficas y documentos perdidos de los obispos gallegos durante la primera mitad del siglo X», *Estudios mindonienses. Anuario de estudios histórico-teológicos de la diócesis de Mondoñedo-Ferrol*, n.º 15, 1999, pp. 683-741;

- CARRIEDO TEJEDO, Manuel, «Setenta obispos de Galicia, de 711 a 1073 (anteriores a la reforma gregoriana)», *Estudios mindonienses. Anuario de estudios histórico-teológicos de la diócesis de Mondoñedo-Ferrol*, n.º 18, 2002, pp. 977-1012;
- CARVALHO, Pedro C., *O forum de Aeminium*, s.l., Ministério da Cultura/Instituto Português de Museus, 1998;
- CATARINO, Helena, «Arqueologia do período islâmico em Portugal: breve perspectiva», *O arqueólogo português*, série IV, vol. 13-15, 1995-1997, pp. 457-484;
- CATARINO, Helena, «Arqueologia medieval: o estado da “arte” e novas perspectivas», in *As oficinas da história* (Actas das jornadas da Comissão Científica do Grupo de História da FLUC; org. Grupo de História da FLUC; coord. José D'ENCARNAÇÃO), Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, «Estudos», 38, 2002, pp. 131-148;
- CATARINO, Helena, «Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (*Tagr al-Gharbi*) e as escavações na Universidade de Coimbra», in *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)* (Actas dos seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003, e Porto, 4 e 5 de Abril de 2003; coordenação de Mário Jorge BARROCA e Isabel Cristina F. FERNANDES), Palmela, Câmara Municipal de Palmela – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 195-214;
- CABALLERO ZOREDA, Luis, «Un canal de transmisión de lo clásico en la Alta Edad Media española. Arquitectura y escultura de influjo omeya en la Península Ibérica entre mediados del siglo VIII e inicios del siglo X», *Al-Qantara. Revista de estudios árabes*, vol. XV, fasc. 2, 1994, pp. 321-348;
- CARRO OTERO, José e M.<sup>a</sup> Luísa VARELA OGANDO, «Estudio anátomo-antropológico del esqueleto atribuido a D. Osorio Gutiérrez, el “conde santo” de Villanueva de Lorenzana (Lugo)», *Cuadernos de estudios gallegos*, t. XXXV, fasc. 100, MCMLXXXIV-MCMLXXXV, pp. 79-114;
- CAZIER, Pierre, *Isidore de Séville et la naissance de l'Espagne catholique*, Paris, Beauchesne Éditeur, «Théologie historique», n.º 96, 1994;
- CEBALLOS-ESCALERA Y GILA, Alfonso, *Ordoño III (951-956). Sancho I (956-966). Ordoño IV (958-959). Ramiro III (966-985). Vermudo II (982-999)*, Burgos, Editorial La Olmeda, «Corona de España. Serie de Reyes de León», XXX, 2000;
- CHABÁS, Roque, «Los Mozárabes valencianos», *Boletín de la Real Academia de la Historia*, t. XVIII, 1891, pp. 19-49;
- CHAMOSO LAMAS, Manuel, «El conde santo Don Osorio Gutiérrez», *Cuadernos de estudios gallegos*, t. XXIII, fasc. 70, MCMLXVIII, pp. 136-144;

- CLÉMENT, François, *Pouvoir et légitimité en Espagne musulmane à l'époque des taifas (V<sup>e</sup>/XI<sup>e</sup> siècle). L'imam fictif* (Préface de Pierre GUICHARD), Paris, Éditions L'Harmattan, «Histoire et perspectives méditerranéennes», 1997;
- COCHELIN, Isabelle, «Étude sur les hiérarchies monastiques: le prestige de l'ancienneté et son éclipse a Cluny au XI<sup>e</sup> siècle», *Revue Mabillon*, nova série, t. 11, 2000, pp. 5-37;
- COCHERIL, Maur (Dom), «Le monachisme hispanique des origines au XII<sup>e</sup> siècle», in *Études sur le monachisme en Espagne et au Portugal*, Paris – Lisboa, Société d'Éditions «Les Belles Lettres» – Livraria Bertrand, «Collection portugaise», 1966, pp. 13-156;
- COELHO, Maria Helena da Cruz, *O mosteiro de Arouca. Do século X ao século XIII*, Arouca, Câmara Municipal de Arouca – Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1988;
- COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, s.l., Imprensa Nacional/Casa da Moeda, «Estudos gerais. Série universitária», 1989;
- COELHO, Maria Helena da Cruz, «A propósito do foral de Coimbra de 1179», in *Homens, espaços e poderes (séculos XI-XVI)*, I: *Notas do viver social*, Lisboa, Livros Horizonte, «Horizonte histórico», 25, 1990, pp. 105-120;
- COELHO, Maria Helena da Cruz, «Seia – uma terra de fronteira nos séculos XII-XIII», in *Homens, espaços e poderes (séculos XI-XVI)*, I: *Notas do viver social*, Lisboa, Livros Horizonte, «Horizonte histórico», 25, 1990, pp. 121-138;
- COELHO, Maria Helena da Cruz, «Die Diplomatie in Portugal. Rückblick, Bilanz und aktuelle Fragen», *Archiv für Diplomatie*, vol. 47-48, 2003, pp. 379-410;
- COELHO, Maria Helena da Cruz, «A estruturação concelhia do Condado Portucalense – D. Henrique», in *Economia, sociedade e poderes. Estudos em homenagem a Salvador Dias Arnaut*, Coimbra, Editora Ausência, 2004, pp. 41-60;
- COELHO, Maria Helena da Cruz, *Arouca. Uma terra, um mosteiro, uma santa*, Arouca, Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda – Museu de Arte Sacra de Arouca, 2005;
- COELHO, Maria Helena da Cruz, «Nos alvares da história de Coimbra. D. Sennando e a Sé Velha», in *Sé Velha de Coimbra. Culto e cultura*, Coimbra, Catedral de Santa Maria de Coimbra, 2005, pp. 11-39;

- COELHO, Maria Helena da Cruz, «Análise diplomática da produção documental do *scriptorium* de Lorvão (séculos X-XII)», in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques* (Organização: Departamento de Ciências e Técnicas do Património – Departamento de História), vol. III, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 387-403;
- CONDE, Manuel Sílvio Alves, «*Madīnat Shantarīn*. Uma aproximação à paisagem da Santarém muçulmana (séculos X-XII)», in *Horizontes do Portugal medieval. Estudos históricos*, Cascais, Patrimonia, «Patrimonia historica», 1999, pp. 41-84;
- CONDE, Manuel Sílvio Alves, *Uma paisagem humanizada. O Médio Tejo nos finais da Idade Média*, Cascais, Patrimonia, «Patrimonia historica», 2000;
- CONDE, Manuel Sílvio Alves, «Fronteira, guerra e organização social do espaço: o vale do Tejo, entre Muçulmanos e Cristãos (séculos IX-XIII)», in *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)* (Actas dos seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003, e Porto, 4 e 5 de Abril de 2003; coordenação de Mário Jorge BARROCA e Isabel Cristina F. FERNANDES), Palmela, Câmara Municipal de Palmela – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 43-52;
- CONGAR, Yves, «Modèle monastique et modèle sacerdotal en Occident de Grégoire VII (1073-1085) à Innocent III (1198)», in *Études de civilisation médiévale (IX<sup>e</sup>-XII<sup>e</sup> siècles). Mélanges offerts à Edmond-René Labande à l'occasion de son départ à la retraite et du XX<sup>e</sup> anniversaire du C.É.S.C.M. par ses amis, ses collègues, ses élèves*, Poitiers, C.É.S.C.M., s.d., pp. 153-160;
- CORDOLIANI, A., «Textes de comput espagnol du VII<sup>e</sup> siècle. Le *Computus cottonianus*», *Hispania sacra*, vol. XI, n.º 21, MCMLVIII, 1.º semestre, pp. 125-136;
- CORREIA, Vergílio, «A igreja de S. Tiago de Coimbra», in *Obras*, vol. II: *Estudos de história da arte. Arquitectura*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, «Acta universitatis conimbrigensis», 1949, pp. 47-69;
- COSTA, Avelino de Jesus da (P.<sup>o</sup>), «Povoamento e colonização do território vimaranense nos séculos IX a XI», in *Congresso histórico de Guimarães e sua colegiada. Actas*, vol. III: *Comunicações*, Guimarães, s.n., 1981, pp. 135-196;
- COSTA, Avelino de Jesus da (P.<sup>o</sup>), *A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI*, Coimbra, 1983;
- COSTA, Avelino de Jesus da (Prof. Dr.), «D. João Peculiar, co-fundador do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, bispo do Porto e arcebispo de Braga», in *Santa Cruz de Coimbra do século XI ao século XX. Estudos*

- no IX centenário do nascimento de S. Teotónio. 1082-1982, Coimbra, s.l., 1984, pp. 59-83;
- COSTA, Avelino de Jesus da, «Coimbra – centro de atracção e de irradiação de códices e de documentos, dentro da Península, nos sécs. XI e XII», in *Actas das II jornadas luso-espanholas de história medieval*, vol. IV, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, pp. 1309-1334;
- COSTA, Avelino de Jesus da (P.), *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga*, Braga, Edição da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997;
- COSTA, Paula Pinto, «As Ordens militares no espaço entre Douro e Tejo (séculos XII-XIII)», in *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)* (Actas dos seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003, e Porto, 4 e 5 de Abril de 2003; coordenação de Mário Jorge BARROCA e Isabel Cristina F. FERNANDES), Palmela, Câmara Municipal de Palmela – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 151-157;
- COUTINHO, Bernardo Xavier da C. (Doutor), *Acção do papado na fundação e independência de Portugal*, Porto, Livraria Lopes da Silva – Editora, 1939;
- CRUZ, António, «Do início da reconquista à fundação do Condado Portucalense», in *História de Portugal* (Dirigida por José Hermano SARAIVA), vol. 1, Lisboa, Publicações Alfa, 1983, pp. 290-309;
- CRUZ, António (Prof. Dr.), «D. Teotónio, prior de Santa Cruz. O primeiro cruzado e primeiro santo de Portugal», in *Santa Cruz de Coimbra do século XI ao século XX. Estudos no IX centenário do nascimento de S. Teotónio. 1082-1982*, Coimbra, s.l., 1984, pp. 21-58;
- DAVID, Pierre, «Le catalogue épiscopal de la Chronique d'Albelda», in *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI<sup>e</sup> au XII<sup>e</sup> siècle*, Lisboa – Paris, Livraria Portugália Editora – Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1947, pp. 125-130;
- DAVID, Pierre, «Le sanctoral hispanique», in *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI<sup>e</sup> au XII<sup>e</sup> siècle*, Lisboa – Paris, Livraria Portugália Editora – Société d'Édition «Les Belles Lettres», «Collection portugaise», vol. 7, 1947, pp. 188-224;
- DAVID, Pierre, «Les saints patrons d'églises», in *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI<sup>e</sup> au XII<sup>e</sup> siècle*, Lisboa – Paris, Livraria Portugália Editora – Société d'Édition «Les Belles Lettres», «Collection portugaise», vol. 7, 1947, pp. 225-242;
- DAVID, Pierre, «L'hagiotoponymie comme science auxiliaire de l'histoire», in *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI<sup>e</sup> au XII<sup>e</sup> siècle*,

- Lisboa – Paris, Livraria Portugália Editora – Société d'Édition «Les Belles Lettres», «Collection portugaise», vol. 7, 1947, pp. 243-256;
- DAVID, Pierre, «Grégoire VII, Cluny et Alphonse VI», in *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI<sup>e</sup> au XII<sup>e</sup> siècle*, Lisboa – Paris, Livraria Portugália Editora – Société d'Édition «Les Belles Lettres», «Collection portugaise», vol. 7, 1947, pp. 341-439;
- DAVID, Pierre, «L'énigme de Maurice Bourdin», in *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI<sup>e</sup> au XII<sup>e</sup> siècle*, Lisboa – Paris, Livraria Portugália Editora – Société d'Édition «Les Belles Lettres», «Collection portugaise», vol. 7, 1947, pp. 441-501;
- DAVID, Pierre, «Le missel de Mateus», in *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI<sup>e</sup> au XII<sup>e</sup> siècle*, Lisboa – Paris, Livraria Portugália Editora – Société d'Édition «Les Belles Lettres», «Collection portugaise», vol. 7, 1947, pp. 511-538;
- DAVID, Pierre, «Regula sancti Augustini. A propos d'une fausse charte de fondation du chapitre de Coimbre», *Revista portuguesa de história*, t. III, 1947, pp. 27-39;
- DAVID, Pierre, «Vama et Guimarães», *Revista portuguesa de história*, t. III, 1947, pp. 189-195;
- DAVID, P., «La première campagne d'Abou Yousof Al Mansour contre Silves (1190)», *Bulletin des études portugaises et de l'Institut Français au Portugal*, nova série, t. 16, 1952, pp. 177-184;
- DAVID, Pierre, «Sur l'église de São Pedro de Coimbra», *Revista portuguesa de história*, t. XII: *Homenagem ao Doutor Paulo Merêa*, vol. I, 1969, pp. 121-124;
- DIAS, Isabel de Barros, *Metamorfoses de Babel. A historiografia ibérica (sécs. XIII-XIV). Construções e estratégias textuais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Ministério da Ciência e do Ensino Superior, «Textos universitários de ciências sociais e humanas», 2003;
- DÍAZ, Pablo C., «El reino suevo de *Hispania* y su sede en *Bracara*», in *Sedes regiae (ann. 400-800)* (Gisela RIPOLL y Josep M. GURT, eds., con la colaboración de Alexandra CHAVARRÍA), Barcelona, Reial Acadèmia de Bones Lletres, 2000, pp. 403-423;
- DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C., «La circulation des manuscrits dans la Péninsule Ibérique du VIII<sup>e</sup> au XI<sup>e</sup> siècle», *Cahiers de civilisation médiévale. X<sup>e</sup>-XII<sup>e</sup> siècles*, ano XII, n.º 3, Julho-Setembro de 1969, pp. 219-241; e n.º 4, Outubro-Dezembro de 1969, pp. 383-392;

- DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C., «La pasión de S. Pelayo y su difusión», *Anuario de estudios medievales*, 6, 1969, pp. 97-116;
- DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C., «El primer testimonio sobre la *vita Frutuosi*», *Revista portuguesa de história*, t. XIII: *Homenagem ao Doutor Paulo Merêa*, vol. II, 1971, pp. 145-153;
- DUFOURCQ, Charles-Emmanuel, «Berbérie et Ibérie médiévales: un problème de rupture», *Revue historique*, ano 92, t. CCXL, Outubro-Dezembro de 1968, pp. 293-324;
- DUFOURCQ, Charles-Emmanuel, «Le christianisme dans les pays de l'Occident musulman, des alentours de l'an mil jusqu'aux temps Almohades», in *Études de civilisation médiévale (IX<sup>e</sup>-XII<sup>e</sup> siècles). Mélanges offerts à Edmond-René Labande à l'occasion de son départ à la retraite et du XX<sup>e</sup> anniversaire du C.É.S.C.M. par ses amis, ses collègues, ses élèves*, Poitiers, C.É.S.C.M., s.d., pp. 237-246;
- DURAND, Robert, «La vigne et le vin dans le bassin du Mondego au Moyen Âge (XII<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècles)», *Arquivos do Centro Cultural Português*, 5, 1972, pp. 13-37;
- DURAND, Robert, «Communautés villageoises et seigneurie au Portugal (X<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> s.)», in *Estudos de história de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, vol. I: *Séculos X-XV*, Lisboa, Editorial Estampa, 1982, pp. 119-136;
- DURAND, Robert, *Les campagnes portugaises entre Douro et Tage aux XII<sup>e</sup> et XIII<sup>e</sup> siècles*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, «Civilização portuguesa», vol. IX, 1982;
- DURAND, Robert, «Villages et seigneurie au Portugal (X<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> s.)», *Cahiers de civilisation médiévale. X<sup>e</sup>-XII<sup>e</sup> siècles*, ano 30, n.º 3, Julho-Setembro de 1987, pp. 205-217;
- DURAND, Robert, «La seigneurie portugaise (XI<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècles): anomalies et conformité», in *Histoire du Portugal. Histoire européenne. Actes du colloque*. (Paris, 22-23 mai 1986), Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1987, pp. 19-25;
- EMILIANO, António Henrique de Albuquerque, *O tratamento dos dados da Linguística histórica e da História da língua. Fixação, disponibilização, análise e interpretação de fontes primárias medievais (Considerações gerais sobre métodos e procedimentos)*, Lisboa, 2003 (Edição policopiada da lição de síntese apresentada para efeitos de concurso para Professor Agregado do Grupo de Disciplinas de Linguística à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa);



- ESTEFANÍA, Dulce, «Nota a la muerte de Sancho el Craso», *Compostellanum*, vol. XXXI, n.º 3-4, Julho-Dezembro de 1986, pp. 459-461;
- ESTEPA Díez, Carlos, *Estructura social de la ciudad de León (siglos XI-XIII)*, Leão, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro» – Archivo Historico Diocesano – Caja de Ahorros y Monte de Piedad de León, «Fuentes y estudios de historia leonesa», n.º 19, 1977;
- FANTASIA, Maria da Graça Dias Pereira Fernandes, *O repovoamento das «villas» da área compreendida entre Vouga e Mondego, nos séculos IX a XII*, Coimbra, 1972 (Edição policopiada da Tese de Licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra);
- FEIGE, Peter, «Die Anfänge des portugiesischen Königstums und seiner Landeskirche», *Gesammelte Aufsätze zur Kulturgeschichte Spaniens*, 1.ª série, vol. 29, 1978, pp. 85-436;
- FERNANDES, A. de Almeida, «Adosinda e Ximeno», *Bracara Augusta. Revista cultural de regionalismo e história da Câmara Municipal de Braga*, vol. XXXVII, n.º 83-84 (96-97), Janeiro-Dezembro de 1983, pp. 293-356;
- FERNANDES, A. de Almeida, *Paróquias suevas e dioceses visigóticas*, Arouca, Associação para a Defesa da Cultura Arouquense – Câmara Municipal de Tarouca, 1997;
- FERNANDES, A. de Almeida, «As linhagens fundamentais», in *Portugal primitivo medieval*, Arouca, Associação da Defesa do Património Arouquense, 2001, pp. 11-104;
- FERNANDES, A. de Almeida, «Que deve “Portugal” ao Porto?», in *Portugal primitivo medieval*, Arouca, Associação da Defesa do Património Arouquense, 2001, pp. 105-207;
- FERNANDES, A. de Almeida, «Notas às origens portucalenses (séculos V-XII)», in *Portugal primitivo medieval*, Arouca, Associação da Defesa do Património Arouquense, 2001, pp. 209-322;
- FERNANDES, A. de Almeida, «Território e política», in *Portugal primitivo medieval*, Arouca, Associação da Defesa do Património Arouquense, 2001, pp. 323-462;
- FERNANDES, A. de Almeida, *Viseu, Agosto de 1109, nasce D. Afonso Henriques* (Prefácio: Prof.ª Doutora Maria Alegria F. MARQUES; fixação de texto e índice analítico: Prof. Doutor João Silva de SOUSA), Viseu, SACRE/Fundação Mariana Seixas, 2007;
- FERNANDES, Hermenegildo Nuno Goinhas, *Organização do espaço e sistema social no Alentejo medieval. O caso de Beja*, Lisboa, 1991 (Edição policopiada da Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa);

- FERNANDES, Hermenegildo Nuno Goinhas, *Entre Mouros e Cristãos. A sociedade de fronteira no Sudoeste peninsular interior (séculos XII-XIII)*, Lisboa, 2000 (Edição policopiada da Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa);
- FERNANDES, Hermenegildo, «Em torno de *Šantarīn*: posição e funções», in *De Scallabis a Santarém* (Coordenação científica de Ana Margarida ARRUDA, Catarina VIEGAS e Maria José de ALMEIDA), Lisboa, Ministério da Cultura/Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia – Câmara Municipal de Santarém, 2002, pp. 47-59;
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, *O castelo de Palmela. Do islâmico ao cristão*, Lisboa, Edições Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 2004;
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, «Palmela no período da reconquista», in *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)* (Actas dos seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003, e Porto, 4 e 5 de Abril de 2003; coordenação de Mário Jorge BARROCA e Isabel Cristina F. FERNANDES), Palmela, Câmara Municipal de Palmela – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 311-325;
- FERNANDES, Paulo Almeida, «O ajimez moçárabe reaproveitado no castelo de Soure», in *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500). Actas do simpósio internacional sobre castelos* (Coordenação de Isabel Cristina Ferreira FERNANDES), Lisboa, Edições Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 795-801;
- FERNANDES, Paulo Almeida, «Ecletismo. Classicismo. Regionalismo. Os caminhos da arte cristã no Ocidente peninsular entre Afonso III e al-Mansur», in *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)* (Actas dos seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003, e Porto, 4 e 5 de Abril de 2003; coordenação de Mário Jorge BARROCA e Isabel Cristina F. FERNANDES), Palmela, Câmara Municipal de Palmela – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 293-310;
- FERNÁNDEZ DEL POZO, José María, *Alfonso V (999-1028). Vermudo III (1028-1037)*, Burgos, Editorial La Olmeda, «Corona de España. Serie de Reyes de León», XXXI, 1999;
- FERREIRA, J. A. Pinto, «O famoso “Livro de Mumadona” (breves reflexões prévias acerca da sua projectada publicação)», *Boletim cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. 31, fasc. 1-2, 1968, pp. 258-266;
- FERREIRA, J. A. Pinto, «Livro de Mumadona. Nótulas», in *Congresso histórico de Guimarães e sua colegiada. Actas*, vol. III: *Comunicações*, Guimarães, s.n., 1981, pp. 257-261;

- FIGUEIREDO, A. C. Borges de, *Coimbra antiga e moderna*, Lisboa, Livraria Ferreira, MDCCCLXXXVI;
- FLETCHER, Madeleine, «Al-Andalus and North Africa in the almohad ideology», in *The legacy of muslim Spain* (Ed. Salma Khadra JAYYUSI), vol. 1, Leiden, Brill, «Brill's scholar's list», 2000, pp. 235-258;
- FLORI, J., «Guerre sainte et rétributions spirituelles dans la 2<sup>e</sup> moitié du XI<sup>e</sup> siècle (lutte contre l'Islam ou pour la papauté?)», *Revue d'histoire ecclésiastique*, vol. LXXXV, n.<sup>os</sup> 3-4, Julho-Dezembro de 1990, pp. 617-649;
- FONTAINE, Jacques, *Isidore de Séville. Genèse et originalité de la culture hispanique au temps des Wisigoths*, Turnhout, Brepols, «Témoins de notre histoire», 2000;
- FREIRE, José Geraldes (Professor Doutor Mons. Côn.), «O latim medieval em Portugal: língua e literatura», in *Instituto de Estudos Clássicos. 60 anos de actividade científica, pedagógica e cultural* (Delfim F. LEÃO, coordenação), Coimbra, Imprensa da Universidade – Fundação Eng. António de Almeida, 2005, «Documentos», pp. 135-183;
- FROCHOSO SÁNCHEZ, Rafael, *Las monedas califales: de ceca al-Andalus y Madinat al-Zahra. 316-403 H./928-1013 J.C.*, Córdoba, Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía – Obra Social y Cultural Cajasur, 1996;
- GALVÁN FREILE, Fernando, «La representación de la unción regia en el antifonario de la catedral de León», *Archivos leoneses. Revista de estudios y documentación de los reinos hispano-occidentales*, ano XLIX, Janeiro-Dezembro de 1995, n.<sup>os</sup> 97-98, pp. 135-146;
- GARCÍA, Charles, «De la frontière mythique à la frontière conquise: Alphonse IX de León et la prise de Mérida», *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales*, n.<sup>o</sup> 27, 2004, pp. 311-327;
- GARCÍA ÁLVAREZ, M. Rubén, «Sobre la cronología de Ramiro II de León», *Cuadernos de historia de España*, XXIX-XXX, 1959, pp. 125-166;
- GARCÍA ÁLVAREZ, M. Rubén, «Tres apéndices a “La cronología de Ramiro II de León”», *Cuadernos de historia de España*, XXXI-XXXII, 1960, pp. 32-59;
- GARCÍA ÁLVAREZ, M. Rubén, «Los libros en la documentación gallega de la Alta Edad Media», *Cuadernos de estudios gallegos*, t. XX, fasc. 62, MCMLXV, pp. 292-329;
- GARCÍA ÁLVAREZ, M. Rubén, «La batalla de Aguioncha: una guerra civil galaico-portuguesa del siglo X», *Bracara Augusta*, vol. XX, n.<sup>os</sup> 45-46 (57-58), Julho-Dezembro de 1966, pp. 307-342;

- GARCÍA ÁLVAREZ, M. Rubén, «Las diócesis galaico-portuguesas y la política de Almanzor», *Bracara Augusta. Revista cultural da Câmara Municipal de Braga*, vol. XXI, n.ºs 47-50 (59-62): *Actas do congresso de estudos da comemoração do XIII centenário da morte de S. Frutuoso* (Promovido pela Mitra Bracarense em colaboração com a Câmara Municipal de Braga e a Faculdade Pontifícia de Filosofia), t. I, Janeiro-Dezembro de 1967, pp. 38-54;
- GARCÍA ÁLVAREZ, M. Rubén (Prof. Doutor), «A reconquista de Braga e a repoboação do País», *Bracara Augusta. Revista cultural de regionalismo e história da Câmara Municipal de Braga*, vol. XXIII, Janeiro-Junho de 1969, n.º 55 (67), pp. 51-69;
- GARCÍA ÁLVAREZ, M. Rubén, «Jimeno Díaz y Adosinda Gutiérrez», *Bracara Augusta*, vol. XXXII, n.ºs 73-74 (85-86), Janeiro-Dezembro de 1978, pp. 143-180;
- GARCÍA GÓMEZ, Emilio e R. MENÉNDEZ PIDAL, «El conde mozárabe Sisnando Davidíz y la política de Alfonso VI con los taifas», *Al-Andalus. Revista de las escuelas de estudios árabes de Madrid y Granada*, vol. XII, fasc. 1, 1947, pp. 27-41;
- GARCÍA RODRÍGUEZ, Carmen, *El culto de los santos en la España romana y visigoda*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto Enrique Flórez, «Monografías de historia eclesiástica», vol. I, 1966;
- GARCÍA SANJUÁN, Alejandro, «Decline y extinción de la minoría cristiana en la Sevilla andalusí (ss. XI-XII)», *Historia. Instituciones. Documentos*, 31: *Homenaje al Profesor D. Manuel González Jiménez*, 2004, pp. 269-286;
- GARCÍA Y BELLIDO, A. (Dr.), «Os mais primitivos nomes da Península Hispânica», *Revista de Guimarães*, vol. LVI, n.ºs 3-4, Julho-Dezembro de 1946, pp. 227-250;
- GAUTIER-DALCHÉ, Jean, «Moulin à eau, seigneurie, communauté rurale dans le nord de l'Espagne (IX<sup>e</sup>-XII<sup>e</sup> siècles)», in *Études de civilisation médiévale (IX<sup>e</sup>-XII<sup>e</sup> siècles). Mélanges offerts à Edmond-René Labande à l'occasion de son départ à la retraite et du XX<sup>e</sup> anniversaire du C.É.S.C.M. par ses amis, ses collègues, ses élèves*, Poitiers, C.É.S.C.M., s.d., pp. 337-349;
- GEARY, Patrick J., *Phantoms of remembrance. Memory and oblivion at the end of the first millenium*, Princeton/Nova Jérσία, Princeton University Press, 1996;
- GIL, Juan, «La pasión de S. Pelayo», *Habis*, 3, 1972, pp. 161-200;
- GIRÃO, Maria da Graça Pessoa Frota, *Repovoamento na área do actual concelho de Coimbra (séculos IX a XII)*, Coimbra, 1963 (Edição

polycopiada da Tese de Licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra);

GOMES, Saul António, «Os panteões régios monásticos portugueses nos séculos XII e XIII», in *2.º congresso histórico de Guimarães. Actas do congresso*, vol. 4: *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*, s.l., Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996, pp. 281-295;

GOMES, Saul António, «A religião dos clérigos: vivências espirituais, elaboração doutrinal e transmissão cultural», in *História religiosa de Portugal* (Direcção de Carlos Moreira AZEVEDO), vol. 1: *Formação e limites da Cristandade* (Coordenação de Ana Maria C. M. JORGE e Ana Maria S. A. RODRIGUES), Lisboa, Temas e Debates, 2004, pp. 339-421;

GOMES, Saul António, *In limine conscriptionis. Documentos, chancelaria e cultura no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII a XIV)*, Viseu, Centro de História da Sociedade e da Cultura – Palimage Editores, 2007;

GONÇALVES, A. Nogueira, «As pontes do mestre Zacarias de Córdova no século décimo», in *Estudos de história da arte medieval*, Coimbra, EPARTUR – Edições Portuguesas de Arte e Turismo, 1980, pp. 99-116;

GONÇALVES, José Pires, *O papel de Giraldo Sem Pavor na reconquista cristã da Península, no século XII*, Évora, 1980;

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel, «Frontier and settlement in the kingdom of Castile (1085-1350)», in *Medieval frontier societies* (Edited by Robert BARTLETT and Angus MACKAY), Oxford, Clarendon Press, 1989, pp. 49-74;

GONZÁLEZ MILLÁN, Antonio Jesús, «La Cruz de Santiago: una donación del rey Alfonso III al Apóstol y a su sede de Compostela en el año 874», *Compostellanum*, vol. XXXVIII, n.ºs 3-4, Julho-Dezembro de 1993, pp. 303-335;

GRASSOTTI, Hilda, «Lo Mozárabe en el Norte cristiano como proyección de la cultura hispano-goda», *Cuadernos de historia de España*, XXXIII-XXXIV, 1961, pp. 336-344;

GUERRA, António Joaquim Ribeiro, *Os diplomas privados em Portugal dos séculos IX a XII. Gestos e atitudes de rotina dos seus autores materiais*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003;

GUICHARD, Pierre, *Les musulmans de Valence et la reconquête (XI<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècles)*, Damasco, Institut Français de Damas, 1990-1991;

GUICHARD, Pierre, *Al-Andalus. 711-1492*, Paris, Hachette Littératures, 2000;

- HENRIET, Patrick, «Hagiographie et politique à León au début du XIII<sup>e</sup> siècle: les chanoines réguliers de Saint-Isidore et la prise de Baeza», *Revue Mabillon*, nova série, t. 8, 1997, pp. 53-82;
- HENRIET, Patrick, «Hagiographie et historiographie en Péninsule Ibérique (XI<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècles). Quelques remarques», *Cahiers de linguistique hispanique médiévale*, n.º 23, 2000, pp. 53-85;
- HERBERS, Klaus, *Política y veneración de santos en la Península Ibérica. Desarrollo del «Santiago político»*, s.l., Fundación Cultural Rutas del Románico, «Historia y arte», 2006;
- HOMEM, Armando Carvalho, «O medievismo em liberdade (anos 70/anos 90)», in *Um século de ensino da história* (Lisboa, 16, 17 e 18 de Março de 2000; coordenação científica de Maria Cândida PROENÇA), Lisboa, Edições Colibri – Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, «Colóquios», 2001, pp. 183-213;
- IDRIS, Hady Roger, «Les Aftasides de Badajoz», *Al-Andalus. Revista de las escuelas de estudios árabes de Madrid y Granada*, vol. XXX, 1965, pp. 277-290;
- ISLA FREZ, Amancio, *La sociedad gallega en la Alta Edad Media*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, «Biblioteca de historia», 12, 1992;
- ISLA FREZ, Amancio, «Nombres de reyes y sucesión al trono (siglos VIII-X)», *Studia historica. Historia medieval*, vol. XI, 1993, pp. 9-33;
- ISLA FREZ, Amancio, «Consideraciones sobre la monarquía astur», *Hispania. Revista española de historia*, vol. LV/1, n.º 189, Janeiro-Abril de 1995, pp. 151-168;
- JANINI, José, «La consagración episcopal en el rito visigótico», *Revista española de teología*, vol. XXV, 4.º cad., 1964, pp. 415-427;
- JANINI, José, «El “ordo” ceremonial de la reconquista cuando el rey y su ejército salían a la guerra», *Anales valentinos. Revista de filosofía y teología*, ano XI, n.º 21, 1985, pp. 147-153;
- JAVIER SIMONET, Francisco, «Estudios históricos y filológicos sobre la literatura árabe-mozárabe», *Revista de la Universidad de Madrid*, 2.ª época, t. I, n.º 3, Março de 1873, pp. 292-310; 2.ª época, t. I, n.º 5, Maio de 1873, pp. 546-561; 2.ª época, t. II, n.º 1, Julho de 1873, pp. 55-68; e 2.ª época, t. II, n.º 5, Novembro de 1873, pp. 523-544;
- JORGE, Ana Maria C. M., *L'épiscopat de Lusitanie pendant l'Antiquité tardive (III<sup>e</sup>-VII<sup>e</sup> siècles)*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, «Trabalhos de arqueologia», 21, 2002;

- KANTOROWICZ, Ernst H., *Laudes regiae. Une étude des acclamations liturgiques et du culte du souverain au Moyen Âge* (Comprenant une étude de la musique des laudes avec des transcriptions musicales par Manfred F. BUKOFZER), Paris, Librairie Arthème Fayard, «Les quarente piliers. Série matériaux», 2004;
- KASSIS, Hanna E., «Some aspects of the legal position of Christians under mālikī jurisprudence in al-Andalus», *Parole de l'Orient*, vol. 24: *Actes du 5.<sup>e</sup> congrès international d'études arabes chrétiennes* (Lund, août 1996) (Édités par Samir Khalil SAMIR, S.J.), t. I, 1999, pp. 113-128;
- KENNEDY, Hugh, *Muslim Spain and Portugal. A political history of al-Andalus*, Londres, Addison Wesley Longman, 1996;
- KRUS, Luís, «Tempo de godos e tempo de mouros. As memórias da reconquista», *Estudo da história. Boletim dos sócios da Associação dos Professores de História*, 2.<sup>a</sup> série, n.º 2, 1987, pp. 59-74;
- KRUS, Luís Filipe Llach, *A produção do passado nas comunidades letradas do Entre Minho e Mondego nos séculos XI e XII. As origens da analística portuguesa*, Lisboa, 1998 (Edição policopiada do sumário pormenorizado da lição-síntese de História Cultural e das Mentalidades Medievais apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, no âmbito da prestação de Provas para Agregado no grupo de disciplinas de História e História de Arte);
- LADERO QUESADA, Miguel Ángel, «Toledo en época de la frontera», *Anales de la Universidad de Alicante. Historia medieval*, n.º 3, 1984, pp. 71-98;
- LAGARDÈRE, Vincent, *Le Vendredi de Zallāqa. 23 Octobre 1086*, Paris, Éditions L'Harmattan, «Histoire et perspectives méditerranéennes», 1989;
- LAGARDÈRE, Vincent, «Les moulins dans al-Andalus», in *Campagnes et paysans d'al-Andalus (VIII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> s.)*, Paris, Éditions Maisonneuve et Larose, «Islam – Occident», IX, 1993, pp. 287-357;
- LAGARDÈRE, Vincent, *Les Almoravides. Le djihād andalou (1106-1143)*, Paris, Éditions L'Harmattan, «Histoire et perspectives méditerranéennes», 1998;
- LAPIEDRA, Eva, «Giraldo Sem Pavor, Alfonso Enríquez y los Almohades», in *Bataliús. El reino taifa de Badajoz. Estudios*, Madrid, 1996, pp. 147-158;
- LIMA, Jorge Hugo Pires de, «O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra no século XII. Alguns subsídios para o estudo das suas relações com os particulares», in *Congresso do mundo português. Publicações*, II vol.: *Memórias e comunicações apresentadas ao congresso de história medieval (II congresso)*, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários/Secção de Congressos, 1940, pp. 437-461;

- LLOPIS SARRIÓ, Juan (pb.<sup>ro</sup>), «La Sagrada Escritura, fuente de inspiración de la liturgia de difuntos del antiguo rito hispánico», *Hispania sacra. Revista de historia eclesiástica*, vol. XVII, n.<sup>os</sup> 33-34, fasc. único: *Miscelánea en memoria de Dom Mario Férotin. 1914-1964*, MCMLXIV, pp. 349-391;
- LLOPIS, Joan, «La pregària litúrgica com a resposta a la paraula de Déu: un exemple de l'antiga litúrgia hispànica», *Revista catalana de teologia*, XIV: *In medio Ecclesiae. Miscel·lània en homenatge al Prof. Dr. Isidre Gomà i Civit*, 1989, pp 479-484;
- LOPES, David, «O Cid português: Geraldo Sempavor (Novas fontes árabes sobre os seus feitos e morte)», *Revista portuguesa de história*, t. I, 1941, pp. 93-104;
- LOPES, Maria Conceição, *A cidade romana de Beja. Percursos e debates acerca da «ciuitas» de Pax Iulia*, Coimbra, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, «Conimbriga/Anexos», 3, 2003;
- LÓPEZ ALSINA, Fernando, *La ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*, Santiago de Compostela, Ayuntamiento de Santiago de Compostela – Centro de Estudios Jacobeos – Museo Nacional de las Peregrinaciones, 1988;
- LÓPEZ ALSINA, Fernando, «La invención del sepulcro de Santiago y la difusión del culto jacobeo», in *El camino de Santiago y la articulación del espacio hispánico* (XX semana de estudios medievales, Estella, 26 a 30 de Julio de 1993), Estela, Gobierno de Navarra/Departamento de Educación y Cultura, 1994, pp. 59-84;
- LÓPEZ FERREIRO, A., *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, Santiago de Compostela, 1899;
- LÓPEZ PEREIRA, J., «El elemento godo en los *Annales portugaleses veteres*. Un problema de crítica textual y de fuentes», *Revista portuguesa de história*, t. XVI, 1976, pp. 481-509;
- LOSA, António, «A moeda entre os Moçárabes nos séculos X e XI (segundo o *Liber testamentorum* de Lorvão)», *Revista de Guimarães*, vol. XCIII, Janeiro-Dezembro de 1983, pp. 219-229;
- LOSA, António, «Moçárabes em território português nos séculos X e XI. Contribuição para o estudo da antroponímia no *Liber testamentorum* de Lorvão», in *Islão e arabismo na Península Ibérica. Actas do XI congresso da União Europeia de arabistas e islamólogos* (Évora-Faro-Silves, 29 Set.-6 Out. 1982) (Editadas por Adel SIDARUS), Évora, Universidade de Évora, 1986, pp. 273-289;



- LOUREIRO, J. Pinto, *Forais de Coimbra. Publicação comemorativa do oitavo centenário da fundação da Nacionalidade*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1940;
- LOUREIRO, José Pinto, «Origem e evolução de Coimbra até à reconquista cristã», *Arquivo coimbrão*, vol. XIII, 1955, pp. 282-299;
- L. QUIROGA, Jorge e Mónica R. LOVELLE, «La invasión árabe y el inicio de la “reconquista” en el Noroeste de la Península Ibérica (93-251/711-865)», in *Across the mediterranean frontiers. Trade, politics and religion, 650-1450. Selected proceedings of the international medieval congress, University of Leeds, 10-13 July 1995, 8-11 July 1996* (Edited by Dionisius A. AGIUS and Ian Richard NETTON), Turnhout, Brepols, «International medieval research», vol. 1, 1997, pp. 61-86;
- MACHADO, José Pedro, «Os estudos arábicos em Portugal», in *Ensaio arábico-português*, Lisboa, Editorial Notícias, «Linguística», 1997, pp. 109-144;
- MACHADO, José Pedro, «Arabismos em diplomas (real ou supostamente) do século IX», in *Ensaio arábico-português*, Lisboa, Editorial Notícias, «Linguística», 1997, pp. 163-178;
- MACIAS, Santiago, «Moura na Baixa Idade Média – elementos para um estudo histórico e arqueológico», *Arqueologia medieval*, 2, 1993, pp. 127-157;
- MACIAS, Santiago, «Islamização no território de Beja – reflexões para um debate», *Análise social. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, vol. XXXIX, n.º 173: *Europa e Islão*, Inverno de 2005, pp. 807-826;
- MACIAS, Santiago, *Mértola. O último porto do Mediterrâneo* (Catálogo da exposição “Mértola – História e património (séculos V-XIII)”), Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2005;
- MACIEL, M. Justino, *Antiguidade Tardia e paleocristianismo em Portugal*, Lisboa, Edição do Autor, 1996;
- MAN, Adriaan de, *Conimbriga. Do Baixo Império à Idade Média* (Prefácio de Virgílio Hipólito CORREIA), Lisboa, Edições Sílabo, 2006;
- MANSILLA, Demetrio (Mons.), «Antiguas divisiones político-administrativas de España», *Burgense. Collectanea scientifica*, 30/2, 1989, pp. 433-475;
- MANSILLA, Demetrio, «Disputas diocesanas entre Toledo, Braga y Compostela en los siglos XII al XV», *Anthologica annua*, 3, 1955, pp. 89-143;
- MANTAS, Vasco Gil, «Notas sobre a estrutura urbana de Aeminium», *Biblos. Revista da Faculdade de Letras*, vol. LXVIII: 2.ª parte da miscelânea em honra do Doutor Américo da Costa Ramalho, 1992, pp. 487-513;

- MANTAS, Vasco Gil da Cruz Soares, *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, Coimbra, 1996 (Edição policopiada da Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra);
- MANZANO MORENO, Eduardo, *La frontera de al-Andalus en época de los Omeyas*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, «Biblioteca de historia», 9, 1991;
- MANZANO MORENO, Eduardo, «Las fuentes árabes sobre la conquista de al-Andalus: una nueva interpretación», *Hispania. Revista española de historia*, vol. LIX/2, n.º 202, Maio-Agosto de 1999, pp. 389-432;
- MARQUES, A. H. de Oliveira e Maria Alegria Fernandes MARQUES, «O campo cristão», in *Nova história de Portugal* (Direcção de Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES), vol. III: *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325). Do Condado Portucalense à crise do século XIV* (Coordenação de Maria Helena da Cruz COELHO e Armando Luís de Carvalho HOMEM), Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 13-64;
- MARQUES, José, *A arquidiocese de Braga no séc. XV*, s.l., Imprensa Nacional/Casa da Moeda, «Temas portugueses», 1988;
- MARQUES, José, «As doações dos condes portucalenses e de D. Afonso Henriques à Igreja», in *2.º congresso histórico de Guimarães. Actas do congresso*, vol. 5: *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*, s.l., Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996, pp. 325-349;
- MARQUES, José, «Las diócesis portuguesas hasta 1150», in *El papado, la Iglesia leonesa y la basílica de Santiago a finales del siglo XI. El traslado de la sede episcopal de Iria a Compostela en 1095* (Fernando LÓPEZ ALSINA, ed.), Santiago de Compostela, Xunta de Galicia – Concello de Santiago – Consorcio de Santiago, 1999, pp. 177-214;
- MARQUES, José, «As dioceses portuguesas até 1150», in *Economia, sociedade e poderes. Estudos em homenagem a Salvador Dias Arnaut*, Coimbra, Editora Ausência, 2004, pp. 459-511;
- MARQUES, José, «O problema da primazia arquiépiscopal das Espanhas: Toledo ou Braga?», in *Studium dilectum. Colectânea de homenagem ao Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida pelo seu 50.º aniversário de actividade científica*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, MCMXCIX, pp. 199-222;
- MARQUES, José, *O conde D. Henrique e os alvares da Nacionalidade*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2003;

- MARQUES, José, «Os santos dos caminhos portugueses», *Revista da Faculdade de Letras. História*, III série, vol. 7, 2006, pp. 243-262;
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes, *Reconquista e repovoamento entre o Mondego e o Tejo no séc. XII*, Coimbra, 1984 (Edição policopiada do sumário da lição-síntese de História Económica e Social apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no âmbito da prestação de Provas de Aptidão Pedagógica prevista no Estatuto da Carreira Docente Universitária);
- MARQUES, Maria Alegria F., «A restauração das dioceses de Entre Douro e Tejo e o litígio Braga-Compostela», in *2.º congresso histórico de Guimarães. Actas do congresso*, vol. 5: *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*, s.l., Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996, pp. 49-84;
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes, «Evolução do monaquismo feminino, até ao século XIII, na região de Entre Douro e Tejo. Notas para uma investigação», in *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, «Estudos», 24, 1998, pp. 9-27;
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes, «Inocência III e a passagem do mosteiro de Lorvão para a Ordem de Cister», in *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, «Estudos», 24, 1998, pp. 75-125;
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes, «As primeiras freiras de Lorvão», in *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, «Estudos», 24, 1998, pp. 127-180;
- MARTÍN VISO, Iñaki, «La articulación del poder en la cuenca del Duero: el ejemplo del espacio zamorano (siglos VI-X)», *Anuario de estudios medievales*, 31/1, 2001, pp. 75-126;
- MARTÍNEZ Díez, Gonzalo, *El condado de Castilla (711-1038). La historia frente a la leyenda*, s.l., Junta de Castilla y León/Consejería de Cultura y Turismo – Marcial Pons, Ediciones de Historia, «Estudios de historia», 2005;
- MARTÍNEZ Y MARTÍNEZ, Matias Ramón (Don), *Historia del reino de Badajoz, durante la dominación musulmana*, Badajoz, Tip. y Librería de Antonio Arqueros, 1904;
- MARTINS, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, «Textos universitários», 2, 2003;
- MATESANZ GASCÓN, Roberto, *Omeyas, Bizantinos y Mozárabes. En torno a la «prehistoria fabulosa de España» de Aḥmad al-Rāzī*, Valladolid,

Universidad de Valladolid/Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, «Historia», n.º 111, 2004;

MATOS, João da Cunha, *A colegiada de São Cristóvão de Coimbra (sécs. XII e XIII)*, Tomar, 1998 (Edição policopiada do trabalho apresentado a concurso de provas públicas para Professor Coordenador);

MATTOSO, José, «O Condado Portucalense», in *História de Portugal* (Dirigida por José Hermano SARAIVA), vol. 2, Lisboa, Publicações Alfa, 1983, pp. 3-51;

MATTOSO, José, *A terra de Santa Maria na Idade Média. Limites geográficos e identidade peculiar*, s.l., Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira, 1993;

MATTOSO, José, «Portugal no reino asturiano-leonês», in *História de Portugal* (Direcção de José MATTOSO), vol. 1: *Antes de Portugal* (Coordenação de José MATTOSO), Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 438-565;

MATTOSO, José, «1096-1325», in *História de Portugal* (Direcção de José MATTOSO), vol. 2: *A monarquia feudal (1096-1480)* (Coordenação de José MATTOSO), Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 8-309;

MATTOSO, José, «Le Portugal de 950 à 1550», in *Hagiographies* (Sous la direction de Guy PHILIPPART), vol. II, Turnhout, Brepols, 1996, pp. 83-102;

MATTOSO, José, «As três faces de Afonso Henriques», in *Obras completas*, vol. 1: *Naquele tempo. Ensaios de história medieval*, s.l., Círculo de Leitores, 2000, pp. 469-484;

MATTOSO, José, «A nova face de Afonso Henriques», in *Obras completas*, vol. 1: *Naquele tempo. Ensaios de história medieval*, s.l., Círculo de Leitores, 2000, pp. 485-500;

MATTOSO, José, «A coroação dos primeiros reis de Portugal», in *Obras completas*, vol. 1: *Naquele tempo. Ensaios de história medieval*, s.l., Círculo de Leitores, 2000, pp. 501-518;

MATTOSO, José, *Obras completas*, vol. 2: *Identificação de um País. Oposição*, s.l., Círculo de Leitores, 2001;

MATTOSO, José, *Obras completas*, vol. 3: *Identificação de um País. Composição*, s.l., Círculo de Leitores, 2001;

MATTOSO, José, «Ricos-homens, infâncias e cavaleiros», in *Obras completas*, vol. 5: *Ricos-homens, infâncias e cavaleiros. Narrativas dos livros de linhagens*, s.l., Círculo de Leitores, 2001, pp. 9-179;

- MATTOSO, José, «O monaquismo tradicional em Portugal no século XII», in *Obras completas*, vol. 6: *Fragmentos de uma composição medieval. O essencial sobre a formação da Nacionalidade. O essencial sobre a cultura medieval portuguesa. O essencial sobre os provérbios medievais portugueses*, s.l., Círculo de Leitores, 2001, pp. 133-145;
- MATTOSO, José, «A realeza de Afonso Henriques», in *Obras completas*, vol. 6: *Fragmentos de uma composição medieval. O essencial sobre a formação da Nacionalidade. O essencial sobre a cultura medieval portuguesa. O essencial sobre os provérbios medievais portugueses*, s.l., Círculo de Leitores, 2001, pp. 170-183;
- MATTOSO, José, «O essencial sobre a cultura medieval portuguesa (séculos XI a XIV)», in *Obras completas*, vol. 6: *Fragmentos de uma composição medieval. O essencial sobre a formação da Nacionalidade. O essencial sobre a cultura medieval portuguesa. O essencial sobre os provérbios medievais portugueses*, s.l., Círculo de Leitores, 2001, pp. 271-295;
- MATTOSO, José, «As famílias condaís portugalenses dos séculos X e XI», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*, s.l., Círculo de Leitores, 2001, pp. 75-117;
- MATTOSO, José, «A nobreza rural portuense nos séculos XI e XII», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*, s.l., Círculo de Leitores, 2001, pp. 117-189;
- MATTOSO, José, «A região de Arganil: de fronteira a terra senhorial», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*, s.l., Círculo de Leitores, 2001, pp. 232-243;
- MATTOSO, José, «A família da Maia no século XIII», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*, s.l., Círculo de Leitores, 2001, pp. 243-252;
- MATTOSO, José, «Sobre as origens do Estado português. A “ideia de Portugal”», in *Obras completas*, vol. 8: *Portugal medieval. Novas interpretações*, s.l., Círculo de Leitores, 2002, pp. 69-77;
- MATTOSO, José, «Cluny, Crúzios e Cistercienses na formação de Portugal», in *Obras completas*, vol. 8: *Portugal medieval. Novas interpretações*, s.l., Círculo de Leitores, 2002, pp. 79-93;
- MATTOSO, José, «A nobreza medieval galaico-portuguesa. A identidade e a diferença», in *Obras completas*, vol. 8: *Portugal medieval. Novas interpretações*, s.l., Círculo de leitores, 2002, pp. 129-147;
- MATTOSO, José, «A nobreza medieval portuguesa. As correntes monásticas dos séculos XI e XII», in *Obras completas*, vol. 8: *Portugal medieval. Novas interpretações*, s.l., Círculo de Leitores, 2002, pp. 149-168;

- MATTOSO, José, «Orientações da cultura portuguesa no princípio do século XIII», in *Obras completas*, vol. 8: *Portugal medieval. Novas interpretações*, s.l., Círculo de Leitores, 2002, pp. 169-179;
- MATTOSO, José, «Sobrevivência do monaquismo frutuosiense em Portugal durante a Reconquista», in *Obras completas*, vol. 9: *Religião e cultura na Idade Média portuguesa*, s.l., Círculo de Leitores, 2002, pp. 11-20;
- MATTOSO, José, «A introdução da regra de São Bento na Península Ibérica», in *Obras completas*, vol. 9: *Religião e cultura na Idade Média portuguesa*, s.l., Círculo de Leitores, 2002, pp. 45-55;
- MATTOSO, José, «A cultura monástica em Portugal (875-1200)», in *Obras completas*, vol. 9: *Religião e cultura na Idade Média portuguesa*, s.l., Círculo de Leitores, 2002, pp. 209-232;
- MATTOSO, José, «*Sanctio* (875-1100)», in *Obras completas*, vol. 9: *Religião e cultura na Idade Média portuguesa*, s.l., Círculo de Leitores, 2002, pp. 232-259;
- MATTOSO, José, «O mosteiro de Santo Tirso e a cultura medieval portuguesa», in *Obras completas*, vol. 9: *Religião e cultura na Idade Média portuguesa*, s.l., Círculo de Leitores, 2002, pp. 259-276;
- MATTOSO, José, *Obras completas*, vol. 11: *A abadia de Pendurada. Das origens a 1160*, s.l., Círculo de Leitores, 2002;
- MATTOSO, José, *Obras completas*, vol. 12: *O monaquismo ibérico e Cluny*, s.l., Círculo de Leitores, 2002;
- MATTOSO, José, «A ameaça marroquina chega ao Ocidente (1117)», in *Memória de Portugal. O milénio português* (Coordenação geral de Roberto CARNEIRO; coordenação científica de Artur Teodoro de MATOS), Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 68-69;
- MATTOSO, José, «Mudança de protagonistas na política portugalense (1128)», in *Memória de Portugal. O milénio português* (Coordenação geral de Roberto CARNEIRO; coordenação científica de Artur Teodoro de MATOS), Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 70-71;
- MATTOSO, José, «Coimbra, novo centro do Condado Portucalense (1131)», in *Memória de Portugal. O milénio português* (Coordenação geral de Roberto CARNEIRO; coordenação científica de Artur Teodoro de MATOS), Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 72-73;
- MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Círculo de Leitores, «Reis de Portugal», I, 2006;

- MATTOSO, José, Luís KRUS e Amélia ANDRADE, *O castelo e a feira. A terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*, Lisboa, Editorial Estampa, «Imprensa universitária», 74, 1989;
- MATTOSO, José, Luís KRUS e Amélia ANDRADE, *A terra de Santa Maria no século XIII. Problemas e documentos*, s.l., Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira, 1993;
- MELO, Arnaldo Rui Azevedo de Sousa, *O couto de Santo Tirso (1432-1516). Espaço e economia*, Porto, 1995 (Edição policopiada da Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto);
- MELO, Arnaldo Rui A. de Sousa, «O couto de Santo Tirso nas cartas de couto de 1097 e 1098: os documentos e as características do espaço», in 2.º congresso histórico de Guimarães. *Actas do congresso*, vol. 4: *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*, s.l., Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996, pp. 233-247;
- MELO, Joana Ramôa, «Estudos sobre a arte moçárabe – O estado da questão», *Revista de história da arte*, n.º 3, 2007, pp. 305-323;
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón, «Adefonsus, imperator toletanus, magnificus triumphator», *Boletín de la Academia de la Historia*, t. C, 1932, pp. 513-538;
- MERÊA, Paulo, «Organização social e administração pública», in *Estudos de história de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, «Estudos gerais. Série universitária», 2006, pp. 127-231;
- MERÊA, Paulo, «De “Portucale” (*civitas*) ao Portugal de D. Henrique», in *Estudos de história de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, «Estudos gerais. Série universitária», 2006, pp. 235-275;
- MERÊA, Paulo, «Sobre a concessão da terra portuguesa a D. Henrique», in *Estudos de história de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, «Estudos gerais. Série universitária», 2006, pp. 277-307;
- MERÊA, Paulo, «Mais algumas palavras sobre “Portugal”», in *Estudos de história de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, «Estudos gerais. Série universitária», 2006, pp. 353-359;
- MERÊA, Paulo, «Glosas à margem do vol. III da *Etnografia portuguesa* de José Leite de Vasconcelos», in *Estudos de história de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, «Estudos gerais. Série universitária», 2006, pp. 395-401;
- MERÊA, Paulo, «Ainda sobre “Portugal” no século X (*pro domo mea*)», in *Estudos de história de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, «Estudos gerais. Série universitária», 2006, pp. 413-422;

- MERÊA, Paulo, «Sobre a aclamação dos nossos reis», in *Estudos de história de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, «Estudos gerais. Série universitária», 2006, pp. 425-435;
- MERÊA, Paulo, «Sobre as origens do concelho de Coimbra», in *Estudos de história de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, «Estudos gerais. Série universitária», 2006, pp. 437-485;
- MERÊA, Paulo, «Sobre as antigas instituições coimbrãs», in *Estudos de história de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, «Estudos gerais. Série universitária», 2006, pp. 509-553;
- MERÊA, Paulo, «Menendus=Ermenegildus», in *Estudos de história de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, «Estudos gerais. Série universitária», 2006, pp. 571-577;
- MERÊA, Paulo [e Amorim GIRÃO], «Territórios portugueses no século XI», in *Estudos de história de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, «Estudos gerais. Série universitária», 2006, pp. 381-394;
- MÍNGUEZ, José María, «Continuidad y ruptura en los orígenes de la sociedad asturleonese. De la villa a la comunidad campesina», *Studia historica. Historia medieval*, vol. 16, 1998, pp. 89-127;
- MOLÉNAT, Jean-Pierre, «Sur le rôle des Almohades dans la fin du christianisme local au Maghreb et en al-Andalus», *Al-Qantara. Revista de estudios árabes*, vol. XVIII, fasc. 2, 1997, pp. 389-413;
- MOLÉNAT, Jean-Pierre, «L'identité mozarabe dans l'Ibérie reconquise, spécialement à Tolède», in *Mutations d'identités en Méditerranée. Moyen Âge et Époque Contemporaine* (Sous la direction de Henri BRESC et Christiane VEAUUVY, avec la participation d'Eliane DUPUY), s.l., Éditions Bouchène, 2000, pp. 123-131;
- MOLINA, Luis, «Las campañas de Almanzor a la luz de un nuevo texto», *Al-Qantara. Revista de estudios árabes*, vol. II, fasc. 1-2, 1981, pp. 209-263;
- MOLINA, Luis, «Las campañas de Almanzor. Nuevos datos», *Al-Qantara. Revista de estudios árabes*, vol. III, fasc. 1-2, 1982, pp. 467-472;
- MONTENEGRO, Julia e Arcadio del CASTILLO, «Análisis crítico sobre algunos aspectos de la historiografía del reino de Asturias», *Hispania. Revista española de historia*, vol. LIV/2, n.º 187, Maio-Agosto de 1994, pp. 397-420;
- MORALES ROMERO, Eduardo, *Os Viquingos en Galicia*, Santiago de Compostela, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico da Universidade de



Santiago de Compostela, «Biblioteca de divulgación. Serie Galicia», n.º 20, 1997;

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa, «A Sé de Coimbra, centro de produção documental no tempo de D. Afonso Henriques», in Maria Helena da Cruz COELHO, Maria José Azevedo SANTOS, Saul António GOMES e Maria do Rosário MORUJÃO, *Estudos de diplomática portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, «Estudos», 37, 2001, pp. 141-166;

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa, *A Sé de Coimbra. A instituição e a chancelaria (1080-1318)*, Coimbra, 2005 (Edição policopiada da Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra);

NASCIMENTO, Aires Augusto, «Concentração, dispersão e dependências na circulação de manuscritos em Portugal, nos séculos XII e XIII», in *Coloquio sobre circulación de códices y escritos entre Europa y la Península en los siglos VIII-XIII. Actas*, Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela, 1988, pp. 61-85;

NASCIMENTO, Aires A., «Santa Cruz de Coimbra. As motivações de uma fundação regular», in *2.º congresso histórico de Guimarães. Actas do congresso*, vol. 4: *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*, s.l., Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996, pp. 117-127;

NEVES, Francisco Ferreira, «As supostas cortes de Lamego. D. Afonso Henriques, 1.º rei de Portugal», *Arquivo do distrito de Aveiro*, n.º 154, Abril-Junho de 1973, pp. 81-104;

NÚÑEZ MONTEIRO, José Miguel, «*Pascha passio – pascha transitus*. En torno a la cristología pascual en la Iglesia hispánica», *Isidorianum. Revista semestral de estudios eclesiásticos superiores*, n.º 10, 1996, pp. 125-164;

OLIVEIRA, Miguel de, «Factores religiosos da independência de Portugal», in *Congresso do mundo português. Publicações*, vol. II: *Memórias e comunicações apresentadas ao congresso de história medieval (II congresso)*, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários/Secção de Congressos, 1940, pp. 75-97;

OLIVEIRA, Miguel de (P.), *As paróquias rurais portuguesas. Sua origem e formação*, Lisboa, União Gráfica, 1950;

OLIVEIRA, Miguel de (P.º), «Os territórios diocesanos», *Lusitania sacra*, t. I, 1956, pp. 29-50;

OLIVEIRA, Miguel de (P.), «Santa Iria e Santarém», *Revista portuguesa de história*, t. VII, 1957, pp. 439-470;

- OLIVER PÉREZ, Carmen, «Sarraceno: su etimología e historia», *Al-Qantara. Revista de estudios árabes*, vol. XV, 1994, pp. 99-130;
- ORLANDIS, José, «Los monasterios familiares en España durante la Alta Edad Media», *Anuario de historia del derecho español*, t. XXVI, 1956, pp. 5-46;
- ORLANDIS, José, «El trabajo en el monacato visigótico», *Yermo. Cuadernos de historia y de espiritualidad monásticas*, vol. 13, n.<sup>os</sup> 1-2, 1975, pp. 87-102;
- ORLANDIS, José, «Laicos y monasterios en la España medieval», *Anuario de estudios medievales*, 17, 1987, pp. 95-104;
- PALOMEQUE TORRES, Antonio, *Episcopologio de las sedes del reino de León*, León, Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro», 1966;
- PASTOR DE TOGNERI, Reyna (avec la collaboration de Marta BONAUDO), «Problèmes d'assimilation d'une minorité. Les Mozarabes de Tolède (de 1085 à la fin du XIII<sup>e</sup> siècle)», *Annales. Économies, sociétés, civilisations*, 25.<sup>o</sup> ano, n.<sup>o</sup> 2, Março-Abril de 1970, pp. 351-390;
- PASTOR DE TOGNERI, Reyna, *Del Islam al cristianismo. En las fronteras de dos formaciones económico-sociales. Toledo, siglos XI-XIII*, Barcelona, Ediciones Península, «Historia, ciencia, sociedad», 124, 1985;
- PEINADO, Narciso, «La expedición de Almanzor a Santiago de Compostela en 997», *Boletín de la Real Academia de Córdoba de Ciencias, Bellas Letras y Nobles Artes*, ano XXIII, n.<sup>o</sup> 68, Julho-Dezembro de 1952, pp. 288-296;
- PELLICER I BRU, Josep, *Al-Andalus. Las fuentes y la numismática (Síntesis cronológico-metrológica de las acuñaciones del califato de Córdoba)*, Barcelona, Asociación Numismática Española, 1988;
- PEÑARROJA TORREJÓN, Leopoldo, *Cristianos bajo el Islam. Los Mozárabes hasta la reconquista de Valencia*, Madrid, Editorial Gredos, «Monografías históricas», 4, 1993;
- PEREIRA, Armando de Sousa, «A conquista de Santarém na tradição historiográfica portuguesa», in *2.<sup>o</sup> congresso histórico de Guimarães. Actas do congresso*, vol. 5: *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*, s.l., Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996, pp. 297-323;
- PEREIRA, Armando de Sousa, *Representações da guerra no Portugal da Reconquista (séculos XI-XIII)* (Prefácio de Luís KRUS), Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2003;

- PEREIRA, Armando de Sousa, «A reconquista entre o Douro e o Tejo nos anais monásticos dos séculos XI e XII», in *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)* (Actas dos seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003, e Porto, 4 e 5 de Abril de 2003; coordenação de Mário Jorge BARROCA e Isabel Cristina F. FERNANDES), Palmela, Câmara Municipal de Palmela – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 103-110;
- PEREIRA, Armando de Sousa, *Geraldo Sem Pavor. Um guerreiro de fronteira entre Cristãos e Muçulmanos, c. 1162-1176* (Prefácio de Maria Filomena Lopes de BARROS), Porto, Fronteira do Caos Editores, «Construtores da história», 4, 2008;
- PEREIRA, Maria Teresa Lopes, «Memória cruzadística do feito da tomada de Alcácer (1217), com base no Carmen de Gosuino», in *2.º congresso histórico de Guimarães. Actas do congresso*, vol. 2: *A política portuguesa e as suas relações exteriores*, s.l., Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996, pp. 319-358;
- PEREIRA, Maria Teresa Lopes, *Alcácer do Sal na Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri – Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2000;
- PERES, Damião, «A reconquista cristã», in *História de Portugal. Edição monumental comemorativa do 8.º centenário da fundação da nacionalidade profusamente ilustrada e colaborada pelos mais eminentes historiadores e artistas portugueses* (Direcção literária de Damião PERES; direcção artística de Eleutério CERDEIRA), vol. I, Barcelos, Portucalense Editora, L.<sup>da</sup>, MCMXXVIII, pp. 433-479;
- PERES, Damião, *Como nasceu Portugal*, Porto, Vertente, 1992;
- PÉREZ DE URBEL, Justo (Fray), «Jimenos y Velas en Portugal», *Revista portuguesa de história*, t. V: *Homenagem a Gama Barros*, vol. II, 1951, pp. 475-492;
- PÉREZ DE URBEL, Justo (Fray), «El culto de Santiago en el siglo X», *Compostellanus*, vol. XVI: *II.º congreso internacional de estudios jacobeos*, n.ºs 1-4, Janeiro-Dezembro de 1971, pp. 11-36;
- PÉREZ DE URBEL, Justo (Fr.), «La ley del trabajo en los escritorios monásticos de la Alta Edad Media española», *Yermo. Cuadernos de historia y de espiritualidad monásticas*, vol. 13, n.ºs 1-2, 1975, pp. 103-140;
- PÉREZ DE URBEL, O.S.B., Justo (Fray), «Los reyes asturianos», in *Historia de España Ramón Menéndez Pidal* (Dirigida por José María JOVER ZAMORA), t. VI: *España cristiana. Comienzo de la reconquista (711-1038)* (por Fray Justo PÉREZ DE URBEL, O.S.B., Ricardo del ARCO Y GARAY y Fernando VALLS TABERNER), Madrid, Espasa-Calpe, 1992, pp. 21-107;

- PÉREZ DE URBEL, O.S.B., Justo (Fray), «Los reyes leoneses», in *Historia de España Ramón Menéndez Pidal* (Dirigida por José María JOVER ZAMORA), t. VI: *España cristiana. Comienzo de la reconquista (711-1038)* (por Fray Justo PÉREZ DE URBEL, O.S.B., Ricardo del ARCO Y GARAY y Fernando VALLS TABERNER), Madrid, Espasa-Calpe, 1992, pp. 109-193;
- PERI, Vittorio, «La data della Pasqua. Nota sull'origine e lo sviluppo della questione pasquale tra le Chiese cristiane», *Vetera christianorum*, ano 13, fasc. 2, 1976, pp. 319-348;
- PICARD, Christophe, *L'Océan atlantique musulman de la conquête arabe à l'époque almohade. Navigation et mise en valeur des côtes d'al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal-Espagne-Maroc)*, Paris, Maisonneuve & Larose – Éditions Unesco, 1997;
- PICARD, Christophe, *La mer et les musulmans d'Occident au Moyen Âge. VIII<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècle*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997;
- PICARD, Christophe, *Le Portugal musulman (VIII<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècle). L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*, Paris, Maisonneuve et Larose, 2000;
- PICOITO, Pedro, «Espaço e poder na épica medieval portuguesa», *Colóquio. Letras*, n.º 142, Outubro-Dezembro de 1996, pp. 65-81;
- PIEL, Joseph M., «Os nomes dos santos tradicionais hispânicos na toponímia peninsular», *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, vol. XXV, 1949, pp. 287-353; e vol. XXVI, 1950, pp. 281-314;
- PIEL, Joseph-Maria, «Sobre a origem do nome do mosteiro de Lorvão», in *Estudos de linguística histórica galego-portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, «Estudos gerais. Série universitária», 1989, pp. 33-35;
- PIMENTA, Alfredo, «A cathedral mozárabe de Coimbra, no século XI», in *Idade-Média (problema & soluções)*, Lisboa, Edições Ultramar, 1946, pp. 15-20;
- PIMENTA, Alfredo, «A palavra *Hispania* nos documentos medievais», in *Idade-Média (problemas & soluções)*, Lisboa, Edições Ultramar, 1946, pp. 21-61;
- PINTO, Sérgio da Silva, «O problema de *Portucale*. Novas teorias, novas conclusões», *Revista de Guimarães*, vol. LXXIV, n.ºs 3-4, Julho-Dezembro de 1964, pp. 281-289;
- PINTO, Sérgio da Silva, «Breves notas sobre presúrias do século IX na terra portuguesa. A respeito de Vímara Peres», *Cale. Revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol. I, 1968, pp. 293-307;

- PIZARRO, José Augusto P. de Sotto Mayor, *Os patronos do mosteiro de Grijó (evolução e estrutura da família nobre, séculos XI a XIV)*, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, Ld.<sup>a</sup>, 1995;
- POMAR, Rosa, «D. Teresa, mulher e governante do século XII», in 2.º *congresso histórico de Guimarães. Actas do congresso*, vol. 5: *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*, s.l., Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996, pp. 205-220;
- PORTELA, Ermelindo e M.<sup>a</sup> Carmen PALLARES, «La villa, por dentro. Testimonios galaicos de los siglos X y XI», *Studia historica. Historia medieval*, vol. 16, 1998, pp. 13-43;
- PRADALIÉ, Gérard, «Les faux de la cathédrale et la crise à Coïmbre au début du XII<sup>e</sup> siècle», *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 10, 1974, pp. 77-98;
- PRADALIÉ, Gérard, *Lisboa. Da reconquista ao fim do século XIII*, Lisboa, Palas Editores, 1975;
- PRADALIÉ, Gérard, «Occupation du sol et cultures autour de Coïmbre au XII<sup>e</sup> siècle», in *Actas de las primeras jornadas de metodología aplicada de las ciencias historicas*, II: *Historia medieval*, Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela, 1975, pp. 79-87;
- PRADALIÉ, Gérard, «Du Portugal mozarabe au Portugal romanisé: l'exemple de Coïmbre», in *Histoire du Portugal. Histoire européenne. Actes du colloque*. (Paris, 22-23 mai 1986), Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1987, pp. 15-17;
- PRIETO VILAS, Manuel, *Los obispos hispanos a fines del Imperio Romano (ss. IV-VI). El nacimiento de una élite social*, Madrid, 1994 (Edição fotocopiada da Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Geografia e História da Universidade Complutense de Madrid);
- QUINTANA PRIETO, Augusto, «La “tiranía” de Bermudo, el Ciego, en Astorga», *Archivos leoneses. Revista de estudios y documentación de los reinos hispano-occidentales*, ano XXI, n.º 41, Janeiro-Junho de 1967, pp. 111-114;
- QUINTANA PRIETO, Augusto, «Jimena Muñiz, madre de Doña Teresa de Portugal», *Revista portuguesa de história*, t. XII: *Homenagem ao Doutor Paulo Merêa*, vol. I, 1969, pp. 223-280;
- QUIROGA, Jorge L. e Mónica R. LOVELLE, «Reflexiones sobre la evolución de la organización territorial diocesana y parroquial en el Norte de Portugal (s. IV-VIII)», *Revista portuguesa de história*, t. XXXI, vol. 2, 1996, pp. 19-63;

- RAMOS, Deniz de, *Subsídios para a história da vinha na Bairrada (séculos X ao XII)*, Anadia, Associação de Jornalistas e Escritores da Bairrada, «Biblioteca de autores bairradinos», 1991;
- RAMOS, Luís A. de Oliveira, «A Academia Real das Ciências», in *Memória de Portugal. O milénio português* (Coordenação geral de Roberto CARNEIRO; coordenação científica de Artur Teodoro de MATOS), Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 410-411;
- RAMOS, Manoel, «O Condado Portucalense», in *História de Portugal. Edição monumental comemorativa do 8.º centenário da fundação da nacionalidade profusamente ilustrada e colaborada pelos mais eminentes historiadores e artistas portugueses* (Direcção literária de Damião PERES; direcção artística de Eleutério CERDEIRA), vol. I, Barcelos, Portucalense Editora, L.<sup>da</sup>, MCMXXVIII, pp. 481-504;
- RAU, Virgínia, «Presúrias e sesmos no povoamento de Portugal até ao século XIII», in *Estudos de história medieval*, Lisboa, Editorial Presença, «Biblioteca de textos universitários», 80, 1986, pp. 91-95;
- REAL, Manuel Luís, «Inovação e resistência: dados recentes sobre a Antiguidade cristã no Ocidente peninsular», in *IV reunió d'arqueologia cristiana hispànica. IV reunião de arqueologia cristã hispânica* (Lisboa, 28-30 de setembro/1-2 d'outubro de 1992. Lisboa, 28-30 Setembro/1-2 Outubro 1992) (Edició a cura de Josep M. GURT I NÚRIA TENA), Barcelona, Institut d'Etudis Catalans/Secció Històrico-Arqueològica – Universitat de Barcelona/Institut d'Arqueologia i Prehistòria – Universidade Nova de Lisboa/FCSH/Dep. de História da Arte, «Monografies de la Secció Històrico-Arqueològica», IV, 1995, pp. 17-68;
- REAL, Manuel Luís, «Os Moçárabes do *Gharb* português», in *Portugal islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo* (Coordenação científica de Santiago MACIAS e Cláudio TORRES), Lisboa, Ministério da Cultura – Instituto Português de Museus – Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 35-56;
- REAL, Manuel Luís, «Mosteiro de Fráguas no contexto do pré-românico da Beira Interior (Portugal)», in *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)* (Actas dos seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003, e Porto, 4 e 5 de Abril de 2003; coordenação de Mário Jorge BARROCA e Isabel Cristina F. FERNANDES), Palmela, Câmara Municipal de Palmela – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 275-292;
- REI, António José da Silva Botas, *O louvor da Hispânia na cultura letrada peninsular medieval. Das suas origens discursivas ao apartado geográfico da Crónica de 1344*, Lisboa, 2007 (Edição policopiada da Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa);

- REILLY, Bernard, «Alfonso VII of León-Castilla, the house of Trastámara, and the emergence of the kingdom of Portugal», *Mediaeval studies*, vol. 63, 2001, pp. 193-221;
- REIS, António Matos, *Origens dos municípios portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte, «Horizonte histórico», 2002;
- REIS, António Matos, *História dos municípios (1050-1383)*, Lisboa, Livros Horizonte, «Horizonte histórico», 2007;
- RIBEIRO, João Pedro, *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, t. IV, parte I, Lisboa, Na Typografia da Mesma Academia [R. das Sciencias de Lisboa], 1819;
- RIBEIRO, Orlando, «Em torno das origens de Viseu», *Revista portuguesa de história*, t. XIII: *Homenagem ao Doutor Paulo Merêa*, vol. II, 1971, pp. 211-229;
- RIBEIRO, Orlando e Hermann LAUTENSACH, *Geografia de Portugal* (Organização, comentários e actualização de Suzanne DAVEAU), vol. I: *A posição geográfica e o território*, vol. II: *O ritmo climático e a paisagem*, vol. III: *O povo português* e vol. IV: *A vida económica e social*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1987-1991;
- RÍOS RODRÍGUEZ, María Luz, «El casal medieval gallego: contribución al estudio de una unidad de poblamiento y explotación (siglos XI a XIII)», *El museo de Pontevedra*, XLIII, 1989, pp. 109-128;
- RIVERA RECÍO, Juan Francisco, «La primacía eclesiástica de Toledo en el siglo XII», *Anthologica annua*, 10, 1962, pp. 11-87;
- ROCHA, Manoel da (Fr.), *Portugal renascido. Tratado historico-critico-chronologico, em que à luz da verdade se dão manifestos os successos de Portugal do seculo decimo depois do nascimento de Christo Senhor Nosso*, Lisboa occidental, Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1730;
- RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, Manuel Alejandro, «Ideología política y crónicas monásticas: la concepción cluniacense de la realeza en la España del siglo XII», *Anuario de estudios medievales*, 30/2, 2000, pp. 681-734;
- RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, Justiniano, *García I (910-914). Ordoño II (914-924). Fruela II (924-925). Alfonso IV (925-931)*, Burgos, Editorial La Olmeda, «Corona de España. Serie de Reyes de León», XXVIII, 1997;
- RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, Justiniano, *Ramiro II, rey de León*, Burgos, Editorial La Olmeda, «Corona de España. Serie de Reyes de León», XXIX, 1998;
- ROSA, Maria de Lurdes, «O corpo do chefe guerreiro, as chagas de Cristo e a quebra dos escudos: caminhos da mitificação de Afonso Henriques na Baixa Idade Média», in *2.º congresso histórico de Guimarães. Actas do*

congresso, vol. 3: *D. Afonso Henriques na história e na arte*, s.l., Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996, pp. 83-123;

ROSA, Maria de Lurdes, «A santidade no Portugal medieval: narrativas e trajectos de vida», *Lusitania sacra. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa*, 2.<sup>a</sup> série, t. 13-14, 2001-2002, pp. 369-450;

ROSA, Maria de Lurdes, «A religião no século: vivências e devoções dos leigos», in *História religiosa de Portugal* (Direcção de Carlos Moreira AZEVEDO), vol. 1: *Formação e limites da Cristandade* (Coordenação de Ana Maria C. M. JORGE e Ana Maria S. A. RODRIGUES), Lisboa, Temas e Debates, 2004, pp. 423-510;

ROSSA, Walter, «A cidade portuguesa», in *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Coimbra, Livraria Almedina, 2002, pp. 193-359;

RUAS, Henrique Barrilaro, «A data do desastre de Vatalandi», *Revista portuguesa de história*, t. IV, 1949, pp. 361-373;

RUIZ-MORENO, Aníbal, «Enfermedades y muertes de los reyes de Asturias, León y Castilla», *Cuadernos de historia de España*, VI, 1946, pp. 100-130;

SÁEZ, Emilio, «Ramiro II, rey de “Portugal” de 926 a 930», *Revista portuguesa de história*, t. III, 1947, pp. 271-290;

SÁEZ, Emilio, «Los ascendientes de San Rosendo (Notas para el estudio de la monarquía astur-leonesa durante los siglos IX y X)», *Hispania. Revista española de historia*, t. VIII, n.º XXX, Janeiro-Março de 1948, pp. 3-76;

SAMPAIO, Alberto, *Estudos históricos e económicos*, vol. I: *As vilas do Norte de Portugal* (Prefácio de Maria José TRINDADE), Lisboa, Editorial Vega, «Documenta historica», 2, 1979;

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio, «Notas sobre los libros leídos en el reino de León hace mil años», *Cuadernos de historia de España*, I-II, 1944, pp. 222-238;

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio, «Moneda de cambio y moneda de cuenta en el reino asturleonés», *Cuadernos de historia de España*, XXXI-XXXII, 1960, pp. 7-31;

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio, «La “ordinatio principis” en la España goda y postvisigoda», *Cuadernos de historia de España*, XXXV-XXXVI, 1962, pp. 5-36;

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio, *Despoblación y repoblación del valle del Duero*, Buenos Aires, Universidad de Buenos Aires/Facultad de Filosofía y Letras/Instituto de Historia de España, 1966;



- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, «Historiografía», in *Historia de España Ramón Menéndez Pidal* (Dirigida por José María JOVER ZAMORA), t. VII: *La España cristiana de los siglos VIII al XI*, vol. I: *El reino astur-leonés (722 a 1037). Sociedad, economía, gobierno, cultura y vida* (Por Claudio SÁNCHEZ-ALBORNOZ), Madrid, Espasa-Calpe, S.A., 1991, pp. 651-704;
- SÁNCHEZ CANDEIRA, Alfonso, «Sobre la fecha de la muerte de Alfonso V de León», *Hispania. Revista española de historia*, t. VIII, n.º XXX, Janeiro-Março de 1948, pp. 132-135;
- SANTOS, Maria José Azevedo, *Da visigótica à carolina. A escrita em Portugal de 882 a 1172 (aspectos técnicos e culturais)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, «Textos universitários de ciências sociais e humanas», 1994;
- SANTOS, Maria José Azevedo, «Os “clérigos-notários” em Portugal (séculos XI-XII)», in Maria Helena da Cruz COELHO, Maria José Azevedo SANTOS, Saul António GOMES e Maria do Rosário MORUJÃO, *Estudos de diplomática portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, «Estudos», 37, 2001, pp. 75-91;
- SANTOS, Maria José Azevedo, «O “ornamento literário” em documentos medievais: o preâmbulo ou arenga (773?-1123)», in Maria Helena da Cruz COELHO, Maria José Azevedo SANTOS, Saul António GOMES e Maria do Rosário MORUJÃO, *Estudos de diplomática portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, «Estudos», 37, 2001, pp. 167-190;
- SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva, «A intervenção das monjas na gestão dos bens terrenos (Lorvão – século XIV)», in *Cister. Espaços, territórios, paisagens. Actas* (Colóquio internacional, 16-20 Junho 1998, Mosteiro de Alcobaça; coordenação de Miguel SOROMENHO, Maria de Lurdes PERDIGÃO e Catarina SERPA), vol. I: *Economia e sociedade. Espiritualidade. Arquitectura*, Lisboa, Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000, pp. 115-120;
- SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva, *O domínio de Santa Maria do Lorvão no século XIV*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, «Temas portugueses», 2002;
- SANTS GROS, Miquel dels, «L'ordre catalano-narbonès per a la benedicció dels sants olis», *Revista catalana de teologia*, I/1, 1976, pp. 231-258;
- SARAIVA, José, «A data nos documentos medievais portugueses e asturo-leoneses», *Revista portuguesa de história*, t. II, 1943, pp. 25-220;
- SERRANO REDONNET, Jorge Alberto, «Ovetensis monete», *Cuadernos de historia de España*, I-II, 1944, pp. 156-189;

- SILVA, A. Vieira da, *A cerca moura de Lisboa. Estudo histórico descritivo*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987;
- SILVA, A. Vieira da, *A cerca fernandina de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987;
- SILVA, Carlos Guardado da, *O mosteiro de S. Vicente de Fora. A comunidade regante e o património rural (séculos XII-XIII)*, Lisboa, Edições Colibri, «Estudos de história regional», 19, 2002;
- SILVA, Maria Cardeira da, «O sentido dos Árabes no nosso sentido. Dos estudos sobre Árabes e sobre Muçulmanos em Portugal», *Análise social. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, vol. XXXIX, n.º 173: *Europa e Islão*, Inverno de 2005, pp. 781-806;
- SILVÉRIO, Carla Alexandra Serapicos, «A imagem da realeza na analística medieval portuguesa dos séculos XI e XII», in *2.º congresso histórico de Guimarães. Actas do congresso*, vol. 3: *D. Afonso Henriques na história e na arte*, s.l., Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996, pp. 33-40;
- SILVÉRIO, Carla Serapicos, *Representações da realeza na cronística medieval portuguesa. A dinastia de Borgonha*, Lisboa, Edições Colibri – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, «Estudos», 16, 2004;
- SIMÕES, António Augusto da Costa, *Historia do mosteiro da Vaccariça e da cerca de Bussaco*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1855;
- SIMÕES, A. A. da Costa, «Mosteiro da Vaccariça», *O Instituto. Jornal científico e litterario*, 3.º vol., 1855, pp. 193-194, 205-208, 244-246 e 278-280; e 4.º vol., 1856, pp. 15-18;
- SLAUGHTER, John E., «Sobre la fecha de la muerte del conde Raimundo de Galicia», *Anuario de estudios medievales*, 13, 1983, pp. 93-106;
- SOARES, Lina Maria Marques, *Foral antigo de Santarém. Edição crítica e estudo*, Lisboa, Edições Colibri, 2005;
- SOARES, Torquato de Souza, «Notas para o estudo das instituições municipais da reconquista», *Revista portuguesa de história*, t. I, 1940, pp. 71-92;
- SOARES, Torquato de Sousa, «O repovoamento do Norte de Portugal no século IX», *Biblos*, vol. XVIII, t. I, 1942, pp. 187-208;
- SOARES, Torquato de Sousa, «Dois casos de constituição urbana: Santiago de Compostela e Coimbra», *Revista portuguesa de história*, t. V: *Homenagem a Gama Barros*, vol. II, 1951, pp. 499-513;

- SOARES, Torquato de Sousa, «O foral concedido a Coimbra, Santarém e Lisboa em 1179», *Anais*, II série, vol. 10, MCMLX, pp. 173-188;
- SOARES, Torquato de Sousa, «O governo de Portugal pelo conde Henrique de Borgonha: suas relações com as monarquias leonesa-castelhana e aragonesa», *Revista portuguesa de história*, t. XIV: *Homenagem ao Doutor Paulo Merêa*, vol. III, 1974, pp. 365-397;
- SOARES, Torquato de Sousa, «Carácter e limites do Condado Portugalense (1096-1128)», in *Papel das áreas regionais na formação histórica de Portugal. Actas do colóquio*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, MCMLXXV, pp. 9-21;
- SOARES, Torquato de Sousa, «Lamego: lugar que ocupa na formação da Nacionalidade», *Beira Alta*, vol. XXXVI, fasc. 2 e 3, 1977, 3.º trimestre, pp. 385-398;
- SOARES, Torquato de Sousa, «Despovoamento e repovoamento do Norte de Portugal nos séculos VIII ao XI», *Revista portuguesa de história*, t. XIX, 1981, pp. 1-13;
- SOTO RÁBANOS, José María, «Braga y Toledo en la polémica primacial», *Hispania. Revista española de historia*, vol. L/1, n.º 174, Janeiro-Abril de 1990, pp. 5-37;
- SOUSA, Armindo de, «O mosteiro de Santo Tirso no século XV», *Estudos medievais*, n.º 1, 1981, pp. 95-156;
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, «D. Afonso Henriques nas primeiras crónicas portuguesas», in *2.º congresso histórico de Guimarães. Actas do congresso*, vol. 3: *D. Afonso Henriques na história e na arte*, s.l., Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996, pp. 21-31;
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e Stéphane BOISSELLIER, «Pour un bilan de l'historiographie sur le Moyen Âge portugais au XX<sup>e</sup> siècle», *Cahiers de civilisation médiévale*, vol. 49, n.º 195, 2006, pp. 213-256;
- TEILLET, Suzanne, *Des Goths à la nation gothique. Les origines de l'idée de nation en Occident du V<sup>e</sup> au VII<sup>e</sup> siècle*, Paris, Société d'Édition «Les Belles Lettres», «Collection d'études anciennes», 1984;
- TEIXEIRA, Ricardo, «Castelos e organização dos territórios nas duas margens do curso médio do Douro (séculos IX-XIV)», in *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500). Actas do simpósio internacional sobre castelos* (Coordenação de Isabel Cristina Ferreira FERNANDES), Lisboa, Edições Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 463-476;

- TERRASSE, H., «L’Espagne musulmane et l’héritage wisigothique», in *Études d’orientalisme dédiées à la mémoire de Lévi-Provençal*, t. II, Paris, G.-P. Maisonneuve et Larose, MCMLXII, pp. 757-766;
- TERRÓN ALBARRÁN, Manuel, *El solar de los Aftásidas. Aportación temática al estudio del reino moro de Badajoz. Siglo XI*, Badajoz, Centro de Estudios Extremeños, 1971;
- THOMAZ, Luís Filipe F. R., «Estudos árabo-islâmicos e orientais em Portugal», *Povos e culturas*, n.º 5, 1996, pp. 389-414;
- TORGAL, Luís Reis, José Maria Amado MENDES e Fernando CATROGA, *História da história em Portugal. Séculos XIX-XX*, vol. I: *A história através da história*, vol. II: *Da historiografia à memória histórica*, s.l., Temas e Debates, 1998;
- TORRES BALBÁS, Leopoldo, «Mozarabías y juderías de las ciudades hispanomusulmanas», *Al-Andalus. Revista de las escuelas de estudios árabes de Madrid y Granada*, vol. XIX, fasc. 1, 1954, pp. 172-197;
- VALENCIA, Rafael, «Islamic Seville: its political, social and cultural history», in *The legacy of muslim Spain* (Ed. Salma Khadra JAYYUSI), vol. 1, Leiden, Brill, «Brill’s scholar’s list», 2000, pp. 136-148;
- VASCONCELLOS, Miguel Ribeiro de, *Noticia historica do mosteiro da Vacariça doado á Sé de Coimbra em 1094, e da serie chronologica dos bispos desta cidade desde 1064, em que foi tomada aos Mouros*, Lisboa, Typografia da Academia, 1854;
- VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de (Dr.), *Sé-velha de Coimbra (apontamentos para a sua história)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, «Subsídios para a história da arte portuguesa», XXVII, MDCCCXXX-MDCCCXXXV;
- VASCONCELOS, António de, «A catedral de Santa Maria colimbriense ao principiar o século XI. – Mozarabismo desta região em tempos posteriores», *Revista portuguesa de história*, t. I, 1940, pp. 113-140;
- VEIGA, A. Botelho da Costa, «Solução do problema cronológico da segunda reconquista cristã de Coimbra», *Brotéria*, vol. XXVI, fasc. V, Maio de 1938, pp. 557-560;
- VELÁZQUEZ, Isabel e Gisela RIPOLL, «*Toletum*, la construcción de una *urbs regia*», in *Sedes regiae (ann. 400-800)* (Gisela RIPOLL y Josep M. GURT, eds., con la colaboración de Alexandra CHAVARRÍA), Barcelona, Reial Acadèmia de Bones Lletres, 2000, pp. 521-578;
- VENTURA, Leontina, «O cavaleiro João Gondesendes – sua trajetória político-social e económica (1083-1116)», *Revista de história económica e social*, n.º 15, Janeiro-Junho de 1985, pp. 31-69;

- VENTURA, Leontina, «Soure na sua história: algumas reflexões», *Locus. Revista da Associação de Investigação do Território*, n.º 1, 2.º semestre de 1986, pp. 39-49;
- VENTURA, Leontina, «O elemento franco na Coimbra do século XII: a família dos Rabaldes», *Revista portuguesa de história*, t. XXXVI: *Homenagem aos Professores Luís Manuel Ferrand de Almeida e António de Oliveira*, vol. 1, 2002-2003, pp. 89-114;
- VENTURA, Leontina, «Coimbra medieval», in *Economia, sociedade e poderes. Estudos em homenagem a Salvador Dias Arnaut*, Coimbra, Editora Ausência, 2004, pp. 23-40;
- VENTURA, Leontina, «As cortes ou a instalação em Coimbra dos *fideles* de D. Sennando», in *Estudos de homenagem ao Professor Doutor José Marques* (Organização: Departamento de Ciências e Técnicas do Património – Departamento de História), vol. III, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 37-52;
- VENTURA, Leontina e João Cunha MATOS, «Cavaleiros da Estremadura (Coimbra, Viseu e Seia) ao tempo de D. Afonso Henriques», in *2.º congresso histórico de Guimarães. Actas do congresso*, vol. 2: *A política portuguesa e as suas relações exteriores*, s.l., Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996, pp. 95-107;
- VIÑAYO GONZÁLEZ, Antonio, «La llegada de S. Isidoro a León. Datos para la historia del traslado del cuerpo del Doctor de las Españas desde Sevilla a León (1063)», *Archivos leoneses. Estudios y documentación de los reinos hispanos occidentales*, ano XVII, n.º 33, Janeiro-Junho de 1963, pp. 65-112;
- VIÑAYO, Antonio, «El ideal religioso en los tres primeros siglos de la reconquista», *Burgense. Collectanea scientifica*, 25/2, 1984, pp. 407-435;
- WASSERSTEIN, David J., «The emergence of the taifa kingdom of Toledo», *Al-Qantara. Revista de estudios árabes*, vol. XXI, fasc. 1, 2000, pp. 17-56.

#### 4. Páginas na internet

- EMILIANO, António, «Índice cronológico dos documentos notariais do *Livro dos testamentos* de Lorvão (*Liber testamentorum de cenobii laurbanensi*) dos sécs. IX-X (877-998)» ([link da página do Projecto POCTI/LIN/58815/2004](#) – Proc. 435.04: «Origens do Português: digitalização, edição e estudo linguístico de documentos dos séculos IX-X», da FCSH-UNL – FCT/MCTES):

[http://www.fcsh.unl.pt/philologia/ODP\\_LiberTest\\_indice\\_cronologico\\_0877-0998.pdf](http://www.fcsh.unl.pt/philologia/ODP_LiberTest_indice_cronologico_0877-0998.pdf) (página consultada em Outubro de 2007, a partir de versão datada de 31 de Maio de 2007).

## LISTA DE FIGURAS

- N.º 1      **Pormenor do fólio do *Livro dos testamentos* contendo os *Anais de S. Mamede de Lorvão* (I.A.N./T.T., Ordem de Cister, *Mosteiro de Lorvão*, liv. 49 – ref.<sup>a</sup> PT-TT-MSML/49), p. 373.**

## **LISTA DE GRÁFICOS**

- N.º 1      Evolução comparada do número de actos de doação ao mosteiro de Lorvão (séc. X), p. 167.**



## LISTA DE QUADROS

- N.º 1      **Índice analítico do *Livro dos testamentos* do mosteiro de Lorvão (séc. XII), p. 30;**
- N.º 2      **Análise das perícopes diplomáticas com referência ao ciclo lunar nos cartórios do Entre-Minho-e-Mondego (séc. XI), p. 84;**
- N.º 3      **Evolução comparada do número de actos de doação ao mosteiro de Lorvão (séc. X), p. 167;**
- N.º 4      **O padroado institucional do mosteiro de Lorvão (séc. X-XI), p. 175;**
- N.º 5      **Análise das perícopes cronográficas dos *Anais de S. Mamede de Lorvão*, p. 190;**
- N.º 6      **Análise das perícopes geográficas dos *Anais de S. Mamede de Lorvão*, p. 194;**
- N.º 7      **Ramiro II de Leão nos diplomas do cartório monástico de Lorvão, p. 229;**
- N.º 8      **Sancho I de Leão nos diplomas do cartório monástico de Lorvão, p. 231;**
- N.º 9      **Bermudo II de Leão nos diplomas do cartório monástico de Lorvão, p. 234;**

- N.º 10      **Subscrições régias nos diplomas do cartório monástico de Lorvão (séc. X), p. 236;**
- N.º 11      **Os reis de Leão nos diplomas do cartório monástico de Lorvão (séc. X), p. 237;**
- N.º 12      **Subscrições episcopais nos diplomas do cartório monástico de Lorvão (séc. X), p. 241;**
- N.º 13      **Subscrições abaciais nos diplomas do cartório monástico de Lorvão (séc. X), p. 246;**
- N.º 14      **A analística medieval portuguesa (séc. XI-XII): síntese geográfica, p. 451;**
- N.º 15      **A analística medieval portuguesa (séc. XI-XII): síntese prosopográfica, p. 452.**

## ANEXO 1:

### OS ANAIS DE S. MAMEDE DE LORVÃO

#### Advertência prévia

Não é nosso propósito efectuar no presente anexo uma edição crítica dos *Anais de S. Mamede de Lorvão*. Pela sua complexidade, esta tarefa merece uma análise codicológica detalhada do *Livro dos testamentos*, depositado no Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (I.A.N./T.T., Ordem de Cister, *Mosteiro de Lorvão*, liv. 49 – ref.<sup>a</sup> PT-TT-MSML/49)<sup>613</sup>, atenta às diversas componentes textuais da compilação analística em epígrafe e ao conjunto dos diplomas reunidos e transcritos, sob forma de cópias, na colectânea documental laurbanense. Por este motivo, não introduzimos na leitura do texto qualquer alteração às normas de transcrição paleográfica adoptadas em 1856, por ocasião da publicação dos fascículos *Scriptores dos Portugaliae monumenta historica*. O texto que se apresenta reproduz a edição de SS, vol. I, p. 20 – transcrita, por sua vez, de João Pedro RIBEIRO, *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, t. IV, parte I, Lisboa, Na Typografia da Mesma Academia [R. das Sciencias de Lisboa], 1819, p. 175, apêndice n.º II, sob o título «Chronicon laurbanense» –, tendo as primeiras quatro notícias dos anais sido igualmente transcritas, com alterações de leitura paleográfica e reprodução parafraseada em português, por Luís de CÁEGAS, «Idade Média. Notas de história e de crítica», *Brotéria*, vol. XXI, fasc. IV, Julho de 1923, pp. 277-278<sup>614</sup>.

O objectivo deste anexo prende-se fundamentalmente com a necessidade de se atribuir a cada entrada do texto uma chave de identificação – inexistente na edição que utilizámos –, facilitando a citação das diversas

<sup>613</sup> Para uma primeira análise dos respectivos autógrafos e apógrafos dos séculos X a XII, veja-se Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorvão...», pp. 184-196.

<sup>614</sup> Veja-se Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorvão...», p. 192. A este respeito, leia-se Harry BERNSTEIN, *Alexandre Herculano (1810-1877)...*, p. 119.

notícias analísticas ao longo deste estudo, sem passar por uma constante e sempre repetitiva transcrição de excertos. Na ausência deste instrumento remissivo, e tendo em conta que todas as entradas do texto se citam de acordo com uma idêntica referência bibliográfica, pareceu-nos tarefa metodológica necessária a associação a cada notícia de uma chave que permitisse a sua rápida identificação. Assim sendo, às listagens dos reis de Leão e dos abades de Lorvão foram atribuídas as chaves [NR] e [NA], abreviaturas para as expressões *Nomina regum* e *Nomina abbatum*, respectivamente, enquadradas entre parênteses rectos. Em cada uma das seis notícias, por sua vez, foi utilizada uma chave numérica expressa com base em algarismos árabes sequenciais, de [1] a [6], igualmente enquadrados entre parênteses rectos. Cada uma destas chaves numéricas tem uma aplicação individual, reportando-se exclusivamente às notícias introduzidas pela respectiva era analística.

Segue-se depois uma proposta de levantamento crítico do léxico que caracteriza esta compilação analística, a partir dos seus nomes próprios e comuns. Efectuada uma análise de conjunto, foram considerados na sistematização dos dados os seguintes descritores:

### **2.1. Nomes próprios:**

- 2.1.1. Antropónimos;
- 2.1.2. Hagiónimos;
- 2.1.3. Topónimos.

### **2.2. Nomes comuns:**

- 2.2.1. Dignidades;
- 2.2.2. Rituais.

Em cada descritor apontado, as entradas ordenam-se alfabeticamente através de referências ao nome e ao qualificativo que permite a sua identificação, seguidos da variante gráfica presente no texto, em negrito, credenciada com a respectiva chave remissiva.

## Apresentação

### 1. Texto

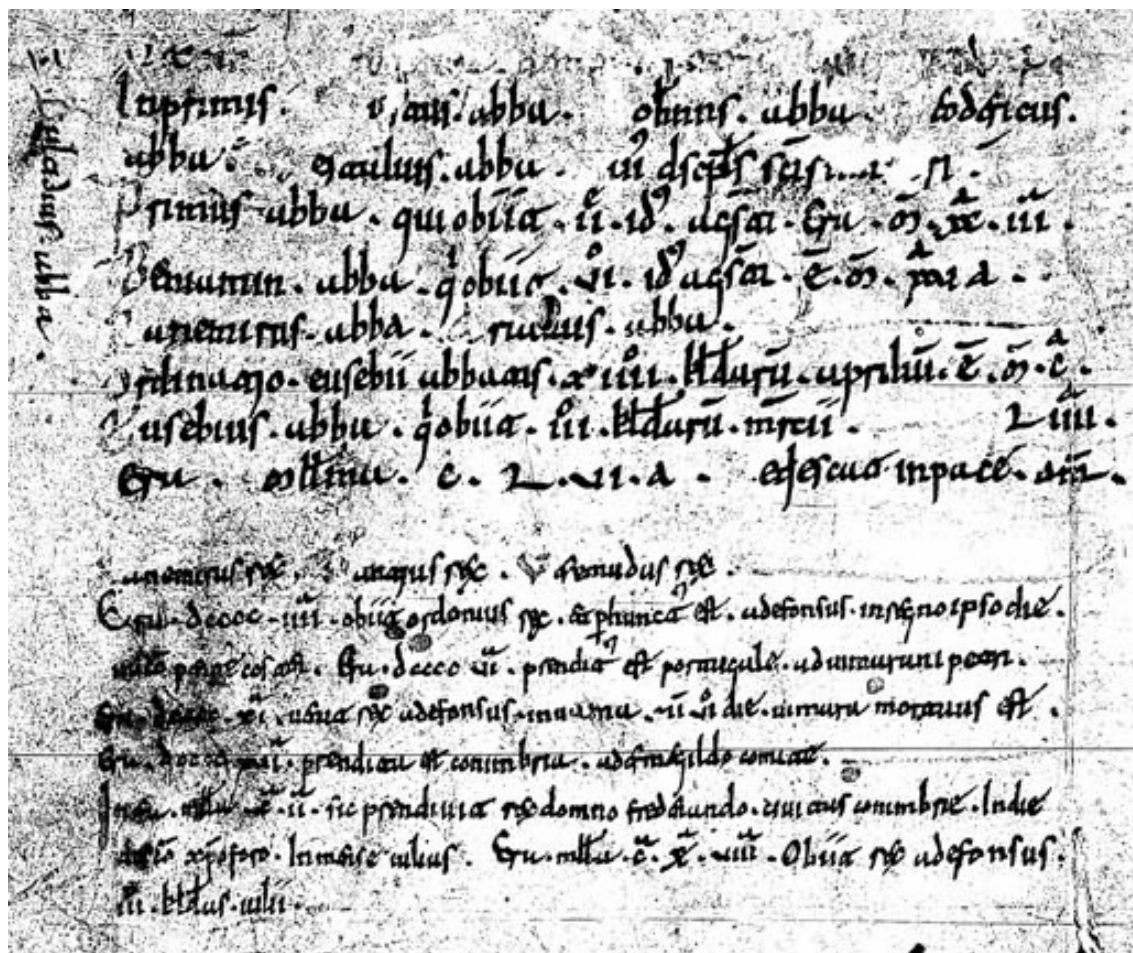


FIGURA N.º 1 – Pormenor do fólio do *Livro dos testamentos* contendo os *Anais de S. Mamede de Lorvão* (I.A.N./T.T., Ordem de Cister, *Mosteiro de Lorvão*, liv. 49 – ref.<sup>a</sup> PT-TT-MSML/49). Note-se a unidade paleográfica da mancha correspondente aos *nomina* régios ([NR]) e às seis efemérides analísticas ([1]-[6]).

### Transcrição<sup>615</sup>

<sup>615</sup> SS, vol. I, p. 20. A anterior publicação dos *nomina* régios patente em [NR], seguidos das seis efemérides históricas, da responsabilidade de João Pedro RIBEIRO (*Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, t. IV, parte I, Lisboa, Na Typografia da Mesma Academia [R. das Sciencias de Lisboa], 1819, p. 175, apêndice n.º II) contém algumas variantes de leitura do texto analístico, fixado, nesta obra, nos seguintes termos:

- [NR] Ranemirus rex – Santius rex – Veremudus rex.
- [1] Era DCCCC.III.<sup>a</sup> obiit ordonius rex, et perhunctus est adefonsus in regno ipso die in sancto pentecosten.
- [2] Era DCCCC.VI.<sup>a</sup> prenitus est portugale ad uimarani petri.
- [3] Era DCCCC.XI.<sup>a</sup> uenit rex adefonsus in uama (*sic*), et in VI.<sup>o</sup> die uimara mortuus est.
- [4] Era DCCCC.XVI.<sup>a</sup> prenitata est conimbria ad ermegildo comite.
- [5] In era millesima C.<sup>a</sup>II.<sup>a</sup> sic prenituit rex domno fredenando ciuitas conimbrie in die de sancto christoforo, in mense iulius.
- [6] Era millesima C.<sup>a</sup>XL.<sup>a</sup>VIII.<sup>a</sup> obiit rex adefonsus III.<sup>o</sup> kalendas iulii.
- [NA] *Hec nomina abbatum de monasterium laurbanorum.*
- [NA, 1] In primis Justus abba – Johannes abbas – Teodoricus abba – Dulcidius abba – Mestulius abba.
- [NA, 2] Huius discipulus sanctissimi uiri Primus abba qui obiit II.<sup>e</sup> idus agusti  
Era M.XX.III.<sup>a</sup>
- [NA, 3] Benjamin abba qui obiit VI.<sup>o</sup> idus agusti Era M.XX.V<sup>a</sup>

---

Ranemirus Rex, Santius Rex, Veremudus Rex.  
 Er. DCCCCIII. obiit Ordonius Rex, et perhunctus est Adefonsus in Regno, ipso die in Sancto Pentecosten.  
 Er. DCCCCVI. prenitus est Portugale ad Vimarani Petri.  
 Er. DCCCCXI. uenit Rex Adefonsus ad Nauma, et in sexto die Vimara mortuus est.  
 E. DCCCCXVI. prenitata est Colimbria ad Ermenegildo Comite.  
 In Er. M.C.II. prenituit Rex D. Fernando Civitas Colimbrie, in die S. Christofori in mense Iulius.  
 Er. M.C.XXXVIII. obiit Rex Adefonsus III. Kal. Jul.

[NA, 4] Ranemirus abba – Arianus abba – Ordinatio eusebii abbatis XIII.<sup>o</sup>  
kalendarum aprilium Era M.C.LIII.<sup>a</sup>

[NA, 5] Eusebius abba qui obiit III.<sup>o</sup> kalendarum marcii Era Millesima C.L.VI.<sup>a</sup>  
Requiescat in pace amen.

## 2. Léxico

### 2.1. *Nomes próprios*<sup>616</sup>

#### 2.1.1. Antropónimos

AFONSO III, rei das Astúrias:

- **adefonsus** (rex). [1], [3].

AFONSO VI, rei de Leão:

- **adefonsus** (rex). [6].

ARIANO, abade do mosteiro de Lorvão:

- **Arianus** (abba). [NA, 4].

BENJAMIM, abade do mosteiro de Lorvão:

- **Beniamin** (abba). [NA, 3].

BERMUDO II, rei de Leão:

- **Veremudus** (rex). [NR].

DULCÍDIO, abade do mosteiro de Lorvão:

- **Dulcidius** (abba). [NA, 1].

---

<sup>616</sup> Os nomes próprios apresentam-se por ordem alfabética, em maiúsculas, com ortografia regularizada. Seguem-se as ocorrências ortográficas na forma do texto, em negrito, com indicação convencional do lugar entre parênteses rectos (cf. anexo, ponto 1).

EUSÉBIO, abade do mosteiro de Lorvão:

- **eusebii** (abbatis). [NA, 4].
- **Eusebius** (abba). [NA, 5].

FERNANDO I, rei de Leão:

- **fredenando** (rex domno). [5].

HERMENEGILDO GUTERRES, conde conimbricense:

- **ermegildo** (comite). [4].

JOÃO, abade do mosteiro de Lorvão:

- **Johannes** (abbas). [NA, 1].

JUSTO, abade do mosteiro de Lorvão:

- **Justus** (abba). [NA, 1].

MESTÚLIO, abade do mosteiro de Lorvão:

- **Mestulius** (abba). [NA, 1].

ORDONHO I, rei das Astúrias:

- **ordonius** (rex). [1].

PRIMO, abade do mosteiro de Lorvão:

- **Primus** (abba). [NA, 2].

RAMIRO, abade do mosteiro de Lorvão:

- **Ranemirus** (abba). [NA, 4].

RAMIRO II, rei de Leão:

- **Ranemirus** (rex). [NR].

SANCHO I, rei de Leão:



- **Santius** (rex). [NR].

TEODORICO, abade do mosteiro de Lorvão:

- **Teodoricus** (abba). [NA, 1].

VÍMARA PERES, conde portucalense:

- **uimara**. [2].
- **uimarani petri**. [3].

### 2.1.2. Hagiónimos

CRISTÓVÃO (S.), mártir da Lícia:

- **christoforo** (sancto). [5].

### 2.1.3. Topónimos

BAMA:

- **uama**. [3].

COIMBRA:

- **conimbria**. [4].
- **conimbrie** (ciuitas). [5].

PORTO:

- **portugale**. [2].

## 2.2. Nomes comuns<sup>617</sup>

### 2.2.1. Dignidades

ABADE, s.m.:

---

<sup>617</sup> Os nomes comuns apresentam-se por ordem alfabética, em maiúsculas, com ortografia regularizada, seguida da indicação de género. Seguem-se as ocorrências ortográficas na forma do texto, em negrito, com a relação das figuras a que o nome se reporta e indicação convencional do lugar entre parênteses rectos (cf. anexo, ponto 1).

- **abba**. Justo, abade do mosteiro de Lorvão [NA, 1]; Teodorico, abade do mosteiro de Lorvão [NA, 1]; Dulcídio, abade do mosteiro de Lorvão [NA, 1]; Mestúlio, abade do mosteiro de Lorvão [NA, 1]; Primo, abade do mosteiro de Lorvão [NA, 2]; Benjamim, abade do mosteiro de Lorvão [NA, 3]; Ramiro, abade do mosteiro de Lorvão [NA, 4]; Ariano, abade do mosteiro de Lorvão [NA, 4]; Eusébio, abade do mosteiro de Lorvão [NA, 5].
- **abbas**. João, abade do mosteiro de Lorvão [NA, 1].
- **abbatis**. Eusébio, abade do mosteiro de Lorvão [NA, 4].

CONDE, s.m.:

- **comite**. Hermenegildo Guterres, conde conimbricense [4].

DISCÍPULO, s.m.:

- **discipulus**. Primo, abade do mosteiro de Lorvão [NA, 2].

REI, s.m.:

- **rex**. Ramiro II, rei de Leão [NR]; Sancho I, rei de Leão [NR]; Bermudo II, rei de Leão [NR]; Ordonho I, rei das Astúrias [1]; Afonso III, rei das Astúrias [3]; Fernando I, rei de Leão [5]; Afonso VI, rei de Leão [6].

SENHOR, s.m.:

- **domno**. Fernando I, rei de Leão [5].

VARÃO, s.m.:

- **uiri**. Mestúlio, abade do mosteiro de Lorvão [NA, 2].

## 2.2.2. Rituais

ORDENAÇÃO, s.f.:

- **Ordinatio**. Eusébio, abade do mosteiro de Lorvão [NA, 4].

ANEXO 2:

**AS CATEGORIAS DA ANALÍSTICA MEDIEVAL PORTUGUESA  
(SÉC. XI-XII)**

**Advertência prévia**

A sistematização apresentada em anexo foi elaborada a partir da análise dos quatro textos que constituem a analística portuguesa dos séculos XI e XII. A análise efectuou-se a partir das suas versões mais completas, de acordo com os textos publicados, para cada caso, nas seguintes edições críticas:

- *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave* (1079): APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa* II e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 257-290, 293-299 e 313-340; texto nas pp. 293-299).

Parcialmente reproduzido seg. a versão constante do *Livro da noa* II, com alterações de leitura paleográfica, da era de 349 (311) à de 1025 (987), em *Fontes medievais da história de Portugal* (Seleccção, prefácio e notas de Alfredo PIMENTA), vol. I: *Anais e crónicas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1948, pp. 12-13; e, da era de 349 (311) à de 1117 (1079), em *Anais, crónicas breves e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra* (Textos publicados com uma introdução por António CRUZ), Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1968, pp. 27 e 69-88 (texto completo do *Livro da noa*, intitulado *Livro das eras*);

- *Anais de S. Salvador de Grijó* (1111): APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 257-290, 299-302 e 313-340; texto nas pp. 299-302, excluindo-se a continuação de 1113 a 1122).

Parcialmente reproduzido seg. a versão constante da *Chronica gothorum*, com alterações de leitura paleográfica, da era de 1147 (1109) à de 1149 (1111), em *Fontes medievais da história de Portugal...*, vol. I: *Anais e crónicas*, p. 25 (segue-se na antologia o texto completo da continuação de 1113 a 1122, nas pp. 25-26); e, da era de 1123 (1085) à de 1149 (1111), em *Anais, crónicas breves e memórias avulsas...*, pp. 27-28;

- *Anais de S. Mamede de Lorvão* (1118): SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1, reprodução credenciada do texto originalmente publicado nesta colecção documental).

Parcialmente reproduzido, com alterações de leitura paleográfica para os *nomina* abaciais patente em [NA], em Fr. Manoel da ROCHA, *Portugal renascido. Tratado historico-critico-chronologico, em que à luz da verdade se dão manifestos os successos de Portugal do seculo decimo depois do nascimento de Christo Senhor Nosso*, Lisboa occidental, Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1730, p. 147; e, para os *nomina* régios patente em [NR], seguidos das seis efemérides analísticas propriamente ditas, em João Pedro RIBEIRO, *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, t. IV, parte I, Lisboa, Na Typografia da Mesma Academia [R. das Sciencias de Lisboa], 1819, p. 175, apêndice n.º II (sob o título «Chronicon laurbanense», posteriormente adoptado também em SS, vol. I, p. 20); igualmente transcrito, com tradução em português, em Luís de CÁCEGAS, «Idade Média. Notas de história e de crítica», *Brotéria*, vol. XXI, fasc. IV, Julho de 1923, pp. 277-278;

- *Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra* I (1169): APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa* I e *Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 257-290, 308-310 e 313-340; texto nas pp. 308-310).

Parcialmente reproduzido seg. a versão constante do *Livro da noa* I, com alterações de leitura paleográfica, da era de 1177 (1139) à de 1206

(1168), em *Fontes medievais da história de Portugal...*, vol. I: *Anais e crónicas*, pp. 10-11; e em *Anais, crónicas breves e memórias avulsas...*, pp. 69-88 (texto completo do *Livro da noa*, intitulado *Livro das eras*). Traduzido para língua portuguesa seg. a versão constante do *Livro da noa* I, da era de 1154 (1116) à de 1206 (1168), em *Antologia da historiografia portuguesa* (Organização, prefácio e notas de A. H. de Oliveira MARQUES), vol. I: *Das origens a Herculano*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1974, pp. 62-63. Em *Crónicas breves e memórias avulsas de S. Cruz de Coimbra* (Edições fac-similada, paleográfica e crítica, com anotações de Fernando Venâncio Peixoto da FONSECA), Lisboa, 2000, encontram-se os textos publicados, com o mesmo título, em SS, pp. 23-32, não se reproduzindo aí nenhum excerto da versão por nós contemplada.

No que concerne aos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave* e *S. Salvador de Grijó*, não foram considerados para efeitos de análise os textos constantes respectivamente de APV, Recensão breve (1111), secção III, seg. Homiliário de 1139 e *Summa chronicarum*, e Recensão breve prolongada até 1168, secção III, seg. *Livro da noa* I e *Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 304-305 e 306-307); e ainda APV, Recensão breve (1111), secção IV, seg. Homiliário de 1139 e *Summa chronicarum*, e Recensão breve prolongada até 1168, secção IV, seg. *Livro da noa* I e *Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 305 e 307), por estes apenas repetirem de forma mais sucinta as informações presentes nas versões referenciadas supra.

Uma vez seleccionadas as bases textuais de análise, a sistematização dos dados recolhidos teve em conta dois aspectos fundamentais na composição de um anexo remissivo: por um lado, os topónimos, e, por outro, os antropónimos, utilizados para dar forma narrativa aos espaços e aos protagonistas da acção. Cada uma destas categorias de análise foi posteriormente compartimentada em secções mais restritas, o que nos permitiu obter uma visão pormenorizada sobre as diferentes instâncias presentes em cada compilação analística.

Efectuada uma análise de conjunto, foram considerados na sistematização dos topónimos os seguintes descritores:

## **1. Os espaços:**

### **1.1. A paisagem natural:**

1.1.1. Cordilheiras;

1.1.2. Rios.

### **1.2. A paisagem humanizada:**

1.2.1. A administração do espaço:

1.2.1.1. *Impérios*;

1.2.1.2. *Reinos*;

1.2.1.3. *Províncias*;

1.2.1.4. *Territórios*.

1.2.2. As dinâmicas de povoamento:

1.2.2.1. *Cidades*;

1.2.2.2. *Castelos*;

1.2.2.3. *Vilas*;

1.2.2.4. *Lugares*;

1.2.2.5. *Mosteiros*.

A cada topónimo segue-se a indicação, entre parênteses curvos, do vocábulo latino utilizado nos diversos textos para qualificar a natureza do lugar. Nos casos em que o texto não é suficientemente claro na utilização destes qualificativos, segue-se ao topónimo a indicação, entre parênteses rectos, de uma proposta de adscrição terminológica baseada na análise comparada dos que a mesma entrada analítica nos fornece, ou, pelo contrário, na comparação com outras entradas em que o topónimo recebe um qualificativo expresso, tendo neste caso sido comparadas apenas as entradas pertencentes a um mesmo texto.

Na sistematização dos antropónimos, por sua vez, foram utilizados os seguintes descritores:

## **2. Os protagonistas:**

## **2.1. Cristandade:**

### **2.1.1. Poderes leigos:**

#### **2.1.1.1. Reis:**

- a) Reino das Astúrias;
- b) Reino de Leão;
- c) Reino de Castela;
- d) Reino de Galiza e Portugal;
- e) Reino de Portugal.

#### **2.1.1.2. Condes:**

- a) Condado de Portucale;
- b) Condado de Coimbra;
- c) Condado Portucale.

#### **2.1.1.3. Infanções:**

- a) Senhores da Maia;
- b) Senhores de Grijó.

#### **2.1.1.4. Cavaleiros;**

#### **2.1.1.5. Alvazis;**

#### **2.1.1.6. Alcaides.**

### **2.1.2. Poderes religiosos:**

#### **2.1.2.1. Abades:**

- a) Mosteiro de S. Mamede de Lorvão.

## **2.2. Islão.**

Seguindo a linha metodológica anteriormente proposta, cada antropónimo é particularizado em função do nome que surge expresso na fonte, tendo este sido reconstituído, entre parênteses rectos, nos casos em que aquela é omissa no que respeita a este tipo de dados.

Nos casos em que não foi possível detectar a grafia actual dos topónimos e antropónimos inventariados, manteve-se, entre aspas, a forma documentada em cada texto, indicando-se também as respectivas variantes ortográficas de acordo com os manuscritos consultados pelo seu editor. Em cada tópico, as entradas encontram-se alfabeticamente ordenadas a partir de termos citados na sua actual versão portuguesa, quer se trate de topónimos,

quer se trate de antropónimos. Após a sua indicação, é dado conhecimento da fonte de onde foram extraídos os dados – genericamente identificada com os quatro textos em epígrafe –, a indicação crítica da era a que se reporta a efeméride analística, e ainda a citação bibliográfica da fonte de acordo com as edições previamente referenciadas. Notas remissivas acompanhadas de desenvolvido aparato crítico permitem compreender com maior clareza o âmbito de aplicação destas categorias nas quatro compilações em estudo. O anexo conclui com uma síntese em que se agrupam em conjuntos temáticos os diversos tópicos considerados: a sua diferenciação efectua-se apenas a partir dos textos que estão na origem imediata deste índice.

## Sistematização

### 1. Os espaços

#### 1.1. A paisagem natural

##### 1.1.1. Cordilheiras<sup>618</sup>

#### PIRENÉUS (sem ref.<sup>a</sup>)

*Anais de S. Salvador de Grijó:*

- **Era de 1125 (1087)**<sup>619</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 299-300).

---

<sup>618</sup> O único elemento da paisagem natural relacionado com a orografia do espaço ibérico na analística medieval portuguesa corresponde à cordilheira designada como «Alpes», identificável com os grandes maciços montanhosos dos Pirenéus. Segundo o testemunho dos *Anais de S. Salvador de Grijó*, daqui seriam provenientes os contingentes cristãos que teriam dado apoio militar ao rei Afonso VI de Leão, no quadro da batalha por este travada contra o emir almorávida *Yūsuf ibn Tashfīn* no lugar de Sagradas, em 1087 ([1086]). Exceptuando algumas referências pontuais a rios, não existe nenhum outro elemento da paisagem natural nas quatro compilações analísticas que nos permita enquadrar as efemérides mencionadas, pelo que esta questão deve ser também analisada à luz das estratégias de ocupação e organização social do território.

<sup>619</sup> Data incorrecta, por era de 1125 (1086) (Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, p. 299, nota 4).



### 1.1.2. Rios<sup>620</sup>

#### **CÁVADO** (*fluuium*)

*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1109 (1071):** APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 298).

#### **GADANHA** (sem ref.<sup>a</sup>)

*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1072 (1034)**<sup>621</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 295).

---

<sup>620</sup> A hidrografia é, na analística medieval portuguesa, um tópico a que se atribui escassa representatividade, sobretudo se tivermos em mente que estas obras contextualizam os acontecimentos num alargado geográfico para as quais as outras fontes coevas são prolíficas em informações deste género (embora não se reportando especificamente à realidade medieval, veja-se, para uma aproximação às relações entre geografia e história, Orlando RIBEIRO e Hermann LAUTENSACH, *Geografia de Portugal* [Organização, comentários e actualização de Suzanne DAVEAU], vol. I: *A posição geográfica e o território*, vol. II: *O ritmo climático e a paisagem*, vol. III: *O povo português* e vol. IV: *A vida económica e social*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1987-1991). Para além disso, são claramente silenciados os rios que, pela importância do seu caudal – com destaque para o Douro, o Mondego, o Tejo e o Guadiana –, possuíram um papel estruturante na organização social do espaço peninsular durante aquelas últimas centúrias (vejam-se, de Christophe PICARD, *L'Océan atlantique musulman de la conquête arabe à l'époque almohade. Navigation et mise en valeur des côtes d'al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal-Espagne-Maroc)*, Paris, Maisonneuve & Larose – Éditions Unesco, 1997, pp. 50-56; e *La mer et les musulmans d'Occident au Moyen Âge. VIII<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècle*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 99-103; com outras considerações de relevo sobre a função reservada a estes últimos rios numa ampla diacronia histórica em Maria Luísa B. H. Pinheiro BLOT, *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2003, pp. 187-197, 204-212, 235-259 e 298-304, respectivamente). Este facto reflecte-se na valorização de uma rede hidrográfica composta por rios subsidiários quando vistos à escala peninsular, embora conservando a sua importância quando vistos como elementos dinamizadores de uma realidade territorial a uma mais diminuta escala. É interessante constatar que a sua presença está associada ao texto que revela uma tendência para uma maior restrição do âmbito geográfico das efemérides que configuram a memória do passado de fronteira, como se essa restrição permitisse uma maior individualização do território com base na possibilidade de se georeferenciarem os acontecimentos a partir de um enquadramento paisagístico concreto. De facto, é apenas nos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave* que encontramos referências aos cursos do Gadanha, Cávado e Sousa, os únicos rios de que se encontra registo nas quatro compilações analíticas em estudo. Se o primeiro nos surge associado ao *locus mortis* do conde Mendo [Luz] ou Mendo [Nunes], em 1034 ([1037] ou [1044]), já o segundo e o terceiro são mencionados apenas como pontos de referência para a localização quer do castelo de Aguiar, conquistado por *Muhammad ibn Abī 'Āmīr al-Manṣūr*, em 995, quer da batalha de Pedroso, travada entre o rei Garcia e o conde Nuno Mendes, em 1071.

**SOUSA** (sem ref.<sup>a</sup>)

*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1033 (995):** APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 294).

## **1.2. A paisagem humanizada**

### **1.2.1. A administração do espaço**

#### **1.2.1.1. Impérios<sup>622</sup>**

**HISPÂNIA** ([*imperium*]). Cf. 1.2.1.2. *Reinos*

*Anais de St.ª Cruz de Coimbra I:*

- **Era de 1195 (1157):** APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* e *Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 309).

---

<sup>621</sup> Data incorrecta, por era de 1075 (1037) (?) (Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, p. 295, nota 6).

<sup>622</sup> No momento em que os *Anais de St.ª Cruz de Coimbra I* recordam a morte do rei Afonso VII de Leão, ocorrida em 1157, é já com base na qualidade de imperador da Hispânia que o compilador invoca a memória do malogrado monarca cristão. A simbologia do topónimo está também patente nos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave*, que fazem da Hispânia o reino – termo igualmente referenciado na primeira compilação analística a propósito de Leão e Portugal (APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* e *Anais de Lamego*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 308-309) – cujo governo é confiado a Afonso VI logo após a morte de seu irmão, o rei Sancho II de Castela, em 1072 (APV, Recensão longa de 1079, secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 298). Em ambos os casos, o vocábulo serve para designar um território com amplas fronteiras geográficas, resultante da fusão de distintas realidades políticas, mas sujeito à autoridade da influente monarquia leonesa, sendo o seu mais alto representante identificado tanto na qualidade de rei, como de imperador (sobre as múltiplas acepções do termo nas fontes medievais portuguesas, Alfredo PIMENTA, «A palavra *Hispânia*...», pp. 21-61; com o complemento de A. GARCÍA Y BELLIDO [Dr.], «Os mais primitivos nomes da Península Hispânica», *Revista de Guimarães*, vol. LVI, n.ºs 3-4, Julho-Dezembro de 1946, pp. 244-250). Estas observações não encontram base de apoio nos *Anais de S. Salvador de Grijó*, que, registando o mesmo topónimo, tendem antes a identificá-lo com o território controlado pelas forças muçulmanas, de onde provém parte dos exércitos postos ao serviço do emir almorávida *Yūsuf ibn Tashfin* na batalha de Sagrajas, travada, em 1087 ([1086]), contra as forças cristãs lideradas pelo rei Afonso VI de Leão (APV, Recensão longa de 1079, secção IV, seg. *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 299-300).

### 1.2.1.2. Reinos<sup>623</sup>

#### **HISPÂNIA** (*regnum*; sem ref.<sup>a</sup>). Cf. 1.2.1.1. Impérios

*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **[Era de 1110 (1072)]**: APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 298).

*Anais de S. Salvador de Grijó:*

- **Era de 1125 (1087)**<sup>624</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 299-300).

#### **LEÃO** (*[regnum]*). Cf. 1.2.2.1. Cidades

*Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I:*

- **Era de 1147 (1109) («Legionensis», seg. *Livro da noa I e Anais de Lamego*)**: APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I e Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 308).

#### **PORTUGAL** (*[regnum]*). Cf. 1.2.2.1. Cidades e 1.2.1.3. Províncias

*Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I:*

- **Era de 1177 (1139) («Portugalensi», seg. *Livro da noa I e Anais de Lamego*)**: APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I e Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 308);
- **Era de 1185 (1147) (2 notícias) («Portugalensi», seg. *Livro da noa I*, e «Portugalensi», seg. *Anais de Lamego*)**: APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da*

<sup>623</sup> Optámos pela inclusão de entradas relativas a Leão e Portugal neste ponto, não obstante o facto de estes topónimos surgirem nos *Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I* apenas como adjectivos, utilizados para qualificar os vocábulos latinos *rex* e *regina*, através das formas *legionensis* e *portugalensis*. Estes termos aplicam-se no texto aos reis Afonso VI de Leão e Afonso I de Portugal, tal como à rainha Mafalda de Portugal, respectivamente (APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I e Anais de Lamego*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 308-309).

<sup>624</sup> Data incorrecta, por era de 1124 (1086) (Pierre DAVID, «Annales portugalenses veteres», in *Études historiques...*, p. 299, nota 4).

noa I e *Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 309);

- **Era de 1195 (1157) («Portugalensis», seg. *Livro da noa I*):**  
APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 309);
- **Era de 1196 (1158) («Portugalensis», seg. *Livro da noa I*):**  
APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 309).

### 1.2.1.3. Províncias<sup>625</sup>

<sup>625</sup> O termo «província» parece ser utilizado na analística medieval portuguesa em articulação com o termo «território» (questão já apontada em vários estudos da autoria de Paulo MERÊA, como se verifica pela leitura de «Territórios portugueses no século XI», in *Estudos de história de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2006, pp. 381-394; «Glosas à margem do vol. III da *Etnografia portuguesa* de José Leite de Vasconcelos», in *Estudos de história de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2006, p. 398; e «Ainda sobre “Portugal” no século X (*pro domo mea*)», in *Estudos de história de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2006, pp. 413-422). Estes vocábulos são utilizados para designar uma circunscrição administrativa dotada de sede própria, com jurisdição sobre um amplo território envolvente, no qual decorrem alguns dos mais significativos episódios de guerra e conquista comemorados pelos respectivos autores (com interesse sobre o tema, Ruy de AZEVEDO, «Período de formação territorial...», pp. 15-18). As províncias são as circunscrições a que se associam vários destes territórios. Têm na sua dependência alguns dos principais pontos nevralgicos do território de fronteira, sendo estes geralmente identificados com as fortificações cujo controlo se encontra então nas mãos de alguns dos mais destacados membros da nobreza local. À província do Porto encontram-se associados três importantes feitos, que o compilador de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave identifica com a conquista do castelo de Aguiar de Sousa por *Muhammad ibn Abi ‘Āmir al-Manṣūr*, em 995; a vitória que o rei Bermudo III alcança sobre as forças muçulmanas chefiadas por «Cimeia» na vila de Cesar, em 1045 ([1035]); e a exaltação em glória da morte do infanção Mendo Gonçalves, filho de Gonçalo Trastamires, «uir illustris et magne potentie in toto Portugali», em 1065 (sobre a formação deste território, Torquato de Sousa SOARES, «O repovoamento do Norte de Portugal...», pp. 201-203; Paulo MERÊA, «De “Portucale” (*civitas*)...», pp. 235-275; e Sérgio da Silva PINTO, «O problema de *Portucale*. Novas teorias, novas conclusões», *Revista de Guimarães*, vol. LXXIV, n.<sup>os</sup> 3-4, Julho-Dezembro de 1964, pp. 281-289; com outras observações sobre o significado da expressão «província portugalense» e «território portugalense» em José MATTOSO, «Cluny, Crúzios e Cistercienses na formação de Portugal», in *Obras completas*, vol. 8: *Portugal medieval...*, p. 89; e Paulo MERÊA, «Mais algumas palavras sobre “Portugal”», in *Estudos de história de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2006, pp. 353-359, respectivamente). É também em defesa do castelo de Vermoim, situado na província de Braga, que o conde Alvito Nunes de Portucale trava uma importante batalha contra os Normandos, em 1016. Nestes dois casos, as notícias são-nos transmitidas pelos *Anais de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave*, cabendo por sua vez aos *Anais de S. Salvador de Grijó* a recuperação da antiga designação da província hispânica da Cartaginense como forma de proceder ao enquadramento geográfico da cidade de Toledo e do castelo de Talavera de la Reina, tal como de vários outros castelos situados nas suas imediações. Sublinhe-se, a este respeito, o facto de se particularizar ainda mais o quadro geográfico de acção do rei Afonso VI na compilação analística, pelo facto de se adscreverem à Carpetânia todas estas últimas localidades. A escolha do topónimo não nos parece aleatória: da mesma maneira que o compilador atribui os epítetos de «urbe régia» e «metrópole eclesiástica» a Toledo, sublinhando a sua anterior condição de capital do reino visigótico e sede por excelência da Igreja cristã hispânica (APV,

### **BRACARENSE** (*prouincia*). Cf. 1.2.2.1. *Cidades*

*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1054 (1016):** APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 295).

### **CARTAGINENSE** (*prouincia*)

*Anais de S. Salvador de Grijó:*

- **Era de 1123 (1085):** APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 299).

### **PORTUCALENSE** (*prouincia*; sem ref.<sup>a</sup>). Cf. 1.2.1.2. *Reinos* e 1.2.2.1. *Cidades*

*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1033 (995):** APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 294);
- **Era de 1083 (1045)**<sup>626</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 296);
- **Era de 1103 (1065):** APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 298).

#### 1.2.1.4. *Territórios*<sup>627</sup>

---

Recensão longa de 1079, secção IV, seg. *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 299), também não deixa de recuperar mais uma vez a memória da antiga nomenclatura administrativa hispânica para proceder à localização geográfica da cidade (a este respeito, Demetrio MANSILLA [Mons.], «Antiguas divisiones político-administrativas de España», *Burgense. Collectanea scientifica*, 30/2, 1989, pp. 433-475).

<sup>626</sup> Data incorrecta, por era de 1073 (1035) (?) (Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, p. 296, nota 2).

<sup>627</sup> A utilização do termo «território», tal como do seu correlativo «província», para designar a alargada área de influência geográfica de alguns pontos nevrálgicos do território de fronteira associados às acções de conquista e reconquista sobre o Islão pressupõe uma ideia

## CARPETÂNIA (sem ref.<sup>a</sup>)

*Anais de S. Salvador de Grijó:*

- **Era de 1123 (1085):** APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 299).

## ST.<sup>a</sup> MARIA DA FEIRA (*territorium castelli*). Cf. 1.2.2.2. Castelos

*Anais de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1083 (1045)**<sup>628</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 296).

### 1.2.2. As dinâmicas de povoamento

#### 1.2.2.1. Cidades<sup>629</sup>

fundamental: a referência a estes termos deve compreender-se no complexo universo semântico da guerra, realidade que pauta grande parte da acção registada na analística medieval portuguesa (sobre o domínio de aplicação de ambos os vocábulos, veja-se o já citado artigo de Paulo MERÊA [e Amorim GIRÃO], «Territórios portugueses...», pp. 381-394). À semelhança do que se verifica neste último caso, o território de St.<sup>a</sup> Maria da Feira, colocado na dependência da província do Porto pelo compilador de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave, é o palco em que se trava uma importante batalha entre o rei Bermudo III de Leão e as forças muçulmanas lideradas por «Cimeia», que terá decorrido na vila de Cesar, em 1045 ([1035]). Já o compilador de S. Salvador de Grijó tende a localizar na Carpetânia, associada por sua vez à antiga província da Cartaginense, a cidade de Toledo e o castelo de Talavera de la Reina, tal como numerosas outras fortificações da região submetidas à autoridade do rei Afonso VI de Leão, em 1085.

<sup>628</sup> Data incorrecta, por era de 1073 (1035) (?) (Pierre DAVID, «Annales portugaises vetere», in *Études historiques...*, p. 296, nota 2).

<sup>629</sup> Parte substancial dos palcos de guerra entre a Cristandade e o Islão peninsulares citados na analística medieval portuguesa corresponde a realidades urbanas. Não admira que assim seja, uma vez que cidade representa no imaginário destas duas culturas um espaço de afirmação social e concentração de riquezas (com outras considerações sobre o tema, Walter ROSSA, «A cidade portuguesa», in *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Coimbra, Livraria Almedina, 2002, pp. 206-240). Neste sentido, relatar o avanço dos exércitos cristãos num território densamente urbanizado, ainda que controlado pelas hostes muçulmanas, significa também projectar uma imagem prestigiante das realezas cristãs hispânicas, capazes de organizar forças suficientes para garantir uma progressão segura pelo território, fazendo avançar cada vez mais para Sul as fronteiras com o Islão, e assim restabelecer de forma duradoura o domínio dos reis leoneses e portugueses sobre as mais estratégicas cidades peninsulares. À excepção de Braga, Lamego, Porto e Seia, para as quais os autores monásticos não nos dão nenhum qualificativo que exprima a sua integração no organigrama administrativo da época, são várias as localidades a que aí se atribui a designação de *ciuitas* – assim acontece com Beja, Coimbra, Évora, Lisboa, Santarém e Viseu, no que respeita a lugares do actual território português, tal como com Badajoz, Córdia, Leão,

## **BADAJOZ** (*ciuitas*; sem ref.<sup>a</sup>)<sup>630</sup>

*Anais de S. Salvador de Grijó:*

- **Era de 1125 (1087)**<sup>631</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 299-300).

*Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I:*

- **Era de 1206 (1168) (seg. Livro da noa I) ou Era de 1207 (1169) (seg. Anais de Lamego)**: APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* e *Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 310).

## **BEJA** (*ciuitas*; sem ref.<sup>a</sup>)<sup>632</sup>

---

Toledo e Zamora, no espanhol –, promovendo uma clara diferenciação relativamente a outros aglomerados populacionais a que se dão os qualificativos de *castellum* – este reforçando a componente estratégica do local numa vertente defensiva –, *uilla* e *locus*. Neste quadro, cumpre destacar o facto de Toledo merecer aqui um mais significativo destaque, por corresponder à única cidade mencionada nas quatro compilações analísticas como *metropolis* e *regia urbs*.

<sup>630</sup> É com a entrada de Geraldo [Geraldos] na cidade de Badajoz, ocorrida em 1168, segundo o *Livro da noa I*, ou em 1169, segundo os *Anais de Lamego*, que os *Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I* encerram o extenso relato das conquistas das mais relevantes praças muçulmanas do Entre-Tejo-e-Guadiana no século XII. Ao contrário do que se passa com as restantes efemérides, onde o que se destaca é a acção militar do infante Afonso I de Portugal – culminando com as conquistas de Santarém, Lisboa, Sintra, Almada e Palmela, em 1147; Alcácer do Sal, em 1158; Beja, em 1162; e Évora, Moura e Serpa, em 1166 (APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* e *Anais de Lamego*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 309-310) –, esta notícia coloca a tónica sobre a actuação de uma personagem a que é atribuída a função de alcaide, pelo que o processo de reconquista cristã não é ali empreendido unicamente sob protagonismo das autoridades régias. Ainda antes da fixação desta notícia, também os *Anais de S. Salvador de Grijó* projectam sobre Badajoz a imagem de uma cidade envolvida nos principais acontecimentos militares da época. É, de resto, em função desta última localidade que o texto esclarece a situação geográfica de Sagrajas, lugar onde terá sido travada a batalha que, em 1087 ([1086]), opôs o rei Afonso VI de Leão ao emir almorávida *Yūsuf ibn Tashfin*. Neste caso, Badajoz é apenas um ponto de referência para a localização da referida batalha, relacionado com o lugar em cujas imediações terá alegadamente decorrido o confronto (APV, Recensão longa de 1079, secção IV, seg. *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 299-300). Sobre o papel que a cidade exerceu na conjuntura política da época, vejam-se, entre outros, os trabalhos de Matias Ramón MARTÍNEZ Y MARTÍNEZ (Don), *Historia del reino de Badajoz, durante la dominación musulmana*, Badajoz, Tip. y Librería de Antonio Arqueros, 1904; e Manuel TERRÓN ALBARRÁN, *El solar de los Aftásidas. Aportación temática al estudio del reino moro de Badajoz. Siglo XI*, Badajoz, Centro de Estudios Extremeños, 1971. Em Hady Roger IDRIS, «Les Aftasides...», pp. 277-290, encontra-se uma síntese histórica sobre a cidade nos quadros políticos da *fitna* de meados do século XI.

<sup>631</sup> Data incorrecta, por era de 1124 (1086) (Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, p. 299, nota 4).

*Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I:*

- **Era de 1200 (1162):** APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* e *Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 309).

**BRAGA** (sem ref.<sup>a</sup>)<sup>633</sup>. Cf. 1.2.1.3. *Províncias*

<sup>632</sup> Não admira que a única referência a Beja na analística medieval portuguesa se encontre nos *Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I*: das quatro obras que compõem este conjunto textual, esta é a única que recorda a progressão das conquistas cristãs no território de Entre-Tejo-e-Guadiana. A particularidade do relato sobre a conquista da cidade reside no facto de o compilador considerar este acontecimento como resultado de uma intercessão divina, tendo Beja sido alegadamente entregue pelo Senhor ao rei Afonso I de Portugal, em 1162, segundo o *Livro da noa I*. Não se trata, contudo, de uma referência única: expressão semelhante é utilizada a propósito das conquistas de Évora, Moura e Serpa, em 1166, imprimindo assim uma dimensão providencial à acção da emergente monarquia portuguesa no quadro das acções de reconquista ao Islão (APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 310). Sobre a cidade e o território de Beja, veja-se, em particular, Maria Conceição LOPES, *A cidade romana de Beja. Percursos e debates acerca da «ciuitas» de Pax Iulia*, Coimbra, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003; com considerações mais específicas sobre a questão, centradas já em torno da construção medieval da memória sobre a cidade, em Hermenegildo Nuno Goinhas FERNANDES, *Organização do espaço e sistema social no Alentejo medievo. O caso de Beja*, Lisboa, 1991 (Edição policopiada da Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa); do mesmo autor, *Entre Mouros e Cristãos. A sociedade de fronteira no Sudoeste peninsular interior (séculos XII-XIII)*, Lisboa, 2000 (Edição policopiada da Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa); e, ainda com especial interesse, Santiago MACIAS, *Mértola. O último porto do Mediterrâneo* (Catálogo da exposição “Mértola – História e património (séculos V-XIII)”), Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2005, pp. 29-182 (síntese da matéria em Santiago MACIAS, «Islamização no território de Beja – reflexões para um debate», *Análise social. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, vol. XXXIX, n.º 173: *Europa e Islão*, Inverno de 2005, pp. 807-826).

<sup>633</sup> Embora Braga tenha desempenhado um papel de capital na importância na conjuntura política da Antiguidade Tardia hispânica (em particular, Pablo C. DÍAZ, «El reino suevo de Hispania y su sede en Bracara», in *Sedes regiae (ann. 400-800)* [Gisela RIPOLL y Josep M. GURT, eds., con la colaboración de Alexandra CHAVARRÍA], Barcelona, Reial Acadèmia de Bones Lletres, 2000, pp. 403-423), a analística medieval portuguesa não nos dá uma imagem desta cidade consentânea com a que nos é apresentada para Toledo – vista ainda como urbe régia e metrópole eclesiástica da Hispânia visigótica –, cuja conquista, liderada pelo rei Afonso VI de Leão, abre o caminho à restauração de uma ordem política perdida com a conquista muçulmana nos inícios do século VIII. Da mesma forma, o papel que a cidade de Braga desempenhou na Alta Idade Média, sobretudo a partir do reinado de Afonso III das Astúrias (entre outros, M. Rubén GARCÍA ÁLVAREZ [Prof. Doutor], «A reconquista de Braga...», pp. 51-69), é silenciado pelas quatro obras que compõem aquele conjunto textual. A única referência que aí encontramos provém dos *Anais de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave*, que se limitam a mencionar o topónimo, em associação ao rio Cávado, quando se torna necessário localizar a batalha de Pedroso, travada entre o conde Nuno Mendes de Portucale e o rei Garcia de Galiza, em 1071. Embora pouco expressiva em termos narrativos, a cidade é aí mencionada como ponto de referência para a localização do recontro. As mais significativas páginas da produção historiográfica portuguesa sobre a restauração e a consolidação do território diocesano nos séculos XI e XII encontram-se hoje em Avelino de Jesus da COSTA (P.), *O bispo D. Pedro...*, 1997; trabalho que pode ser ainda analisado à luz da extensa relação dos mosteiros da diocese bracarense na Alta Idade Média, que contém outras informações pertinentes sobre a matéria, apresentada em José MARQUES, *A arquidiocese de Braga no séc. XV*, s.l., Imprensa



*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1109 (1071):** APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 298).

**COIMBRA** (*ciuitas*; sem ref.<sup>a</sup>)<sup>634</sup>

Nacional/Casa da Moeda, 1988, pp. 609-950 (sobre este mesmo assunto, veja-se Miguel de OLIVEIRA [P.], *As paróquias rurais portuguesas. Sua origem e formação*, Lisboa, União Gráfica, 1950, pp. 181-206).

<sup>634</sup> A analística medieval portuguesa confere a Coimbra um destaque que faz esta cidade contar-se entre as mais importantes localidades associadas ao desenvolvimento da acção narrativa em três dos seus quatro textos (para um enquadramento geral da cidade na conjuntura política da época, vejam-se, de António Garcia Ribeiro de VASCONCELOS [Dr.], *Sé-velha de Coimbra...*, vol. I, pp. 19-48; e «A catedral de Santa Maria colimbriense...», pp. 113-140). Mencionada nos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave*, Coimbra surge inicialmente como palco de uma decisiva acção de conquista dos exércitos muçulmanos liderados pela figura de *Muhammad ibn Abī 'Āmir al-Manšūr*, que, segundo a versão transmitida respectivamente pelo *Livro da noa* II e pela *Chronica gothorum*, teria entrado na cidade no ano de 987 ou de 988, provocando avultadas destruições (Mário Jorge BARROCA, «Castelos românicos portugueses (séc. XII e XIII)», in *El arte románico en Galicia y Portugal/A arte românica em Portugal e Galiza* [Coordinación/Coordenação: Xosé Carlos VALLE PÉREZ, Jorge RODRIGUES], s.l., Fundación Pedro Barrié de la Maza – Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 95). A dissonância da data nas duas versões do texto esbate-se quando, alguns parágrafos adiante, depois de se sublinhar o abandono temporário da cidade durante um período de sete anos e a subsequente inauguração da ocupação muçulmana com a reconstrução da cidade, em 994, o compilador volta a inscrevê-la na registo das acções de reconquista conduzidas pelos monarcas cristãos hispânicos, associando-a, desta vez, ao avanço do rei Fernando I sobre a bacia do Mondego, em 1064, após a conquista das praças de Lamego, em 1057, e de Viseu, Seia, S. Martinho de Mouros, Travanca e Penalva, em 1058 (APV, Recensão longa de 1079, secção III, seg. *Livro da noa* II e *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 296-297) (com mais pormenores sobre a matéria, José Pinto LOUREIRO, «Origem e evolução de Coimbra até à reconquista cristã», *Arquivo coimbrão*, vol. XIII, 1955, pp. 282-299; Pilar BLANCO LOZANO, «La intervención de Fernando I...», pp. 335-356; e Leontina VENTURA, «Coimbra medieval», in *Economia, sociedade e poderes. Estudos em homenagem a Salvador Dias Arnaut*, Coimbra, Editora Ausência, 2004, pp. 23-40; e, sob um ponto de vista estratégico, Mário Jorge BARROCA, *Do castelo da reconquista...*, pp. 26-59; do mesmo autor, «Castelos românicos portugueses...», pp. 96-97; e Helena CATARINO, «Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (*Tagr al-Gharbi*) e as escavações na Universidade de Coimbra», in *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)* [Actas dos seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003, e Porto, 4 e 5 de Abril de 2003; coordenação de Mário Jorge BARROCA e Isabel Cristina F. FERNANDES], Palmela, Câmara Municipal de Palmela – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 195-214). Aspecto digno de registo, por apontar para uma inequívoca integração da conquista na memória litúrgica da Cristandade hispânica, é o facto de esta última acção estar associada à vigília da festa do santo mártir Cristóvão, da mesma forma que, neste texto, o compilador recorda para Lamego a festa de S. Saturnino, e, para Viseu, a de S. Cucufate; e, nos *Anais de St.ª Cruz de Coimbra* I, a batalha de Ourique é posta em paralelo com a festa do santo apóstolo Tiago (APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa* I e *Anais de Lamego*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 308). Num mais conciso registo, também os *Anais de S. Mamede de Lorvão* elevam Coimbra à condição de cidade reconquistada pelas forças cristãs, identificando-a não só como o alvo da presúria conduzida por Hermenegildo [Guterres], em 878, mas também do assédio movido por Fernando I, em 1064. A particularidade deste último texto reside no facto de ser o único a referenciar aquele primeiro acontecimento, pelo que a memória retida pelo compilador laurbanense contribui para que os sucessos ocorridos na cidade se inscrevam

*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1025 (987) (seg. *Livro da noa II*) ou Era de 1026 (988) (seg. *Chronica gothorum*)**<sup>635</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 293);
- **Era de 1102 (1064) (2 notícias)**<sup>636</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 294 e 297).

*Anais de S. Mamede de Lorvão:*

- **Era de 916 (878)**: SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1);
- **Era de 1102 (1064)**: SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1).

*Anais de St.ª Cruz de Coimbra I:*

- **Era de 1155 (1117)**: APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* e *Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 308).

## **CÓRIA** (*ciuitas*; sem ref.<sup>a</sup>)<sup>637</sup>

simultaneamente na ordem régia e condal do território hispânico. Em associação à causa cristã, os relatos destas duas efemérides destacam-se assim de uma tradição textual anterior, que tende a valorizar o inimigo muçulmano como forma de potenciar as conquistas empreendidas pelo monarca leonês, representante da realeza cristã hispânica guerreira e providencial. Décadas mais tarde, ao retomar a retórica de exaltação da ordem régia através do infante Afonso I de Portugal, fundador e protector do mosteiro crúzio, os *Anais de St.ª Cruz de Coimbra I* voltam a mencionar a presença das forças muçulmanas na região, destacando o momento em que a cidade terá sido alvo de um prolongado assédio por parte do emir almorávida 'Alī ibn Yūsuf, em 1117. A cidade reafirma-se, portanto, como palco de confrontos militares que só se compreendem se tivermos em conta que este texto procura recuperar a memória das acções de conquista e reconquista sobre o Islão, fazendo da destruição de Coimbra, tal como da do bem próximo castelo de St.ª Olaia, o momento mais representativo dos triunfos muçulmanos anteriores à batalha de Ourique, que, neste texto em particular, simboliza um ponto de viragem responsável pela focalização da vitória como benefício exclusivo das forças cristãs, conduzidas por Afonso I e coadjuvadas pela Providência divina (com mais pormenores sobre a emergência dos grupos guerreiros no quadro destas acções militares, veja-se Leontina VENTURA e João Cunha MATOS, «Cavaleiros da Estremadura...», pp. 95-107).

<sup>635</sup> Data incorrecta, por era de 1025 (987) (Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, p. 293, nota 2).

<sup>636</sup> Sobre a cronologia do tópico analítico, Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, pp. 297, nota 1.

<sup>637</sup> Não há, aparentemente, outros motivos que justifiquem a razão por que Cória surge na análise medieval portuguesa, para além do facto de esta localidade estar associada à acção militar do rei Afonso VI de Leão. Se os *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave* fazem da conquista desta cidade pelo monarca leonês, em 1077, a última empresa militar a que é aí conferido destaque, os *Anais de S. Salvador de Grijó* voltam a mencioná-la quando referem a retirada do rei, em 1087 ([1086]), após o desastre de Sagradas. Neste sentido, Cória é uma das poucas

*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1115 (1077):** APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 299).

*Anais de S. Salvador de Grijó:*

- **Era de 1125 (1087)**<sup>638</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 299-300).

**ÉVORA** (*ciuitas*; sem ref.<sup>a</sup>)<sup>639</sup>

*Anais de St.ª Cruz de Coimbra I:*

- **Era de 1204 (1166):** APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* e *Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 310).

**LAMEGO** (sem ref.<sup>a</sup>)<sup>640</sup>

---

localidades citadas nas quatro compilações analísticas que merece esta distinção, não só porque sobre ela recai o tradicional tópico da cidade reconquistada, como também porque, após a sua recuperação para a causa cristã, a cidade se transforma no local de refúgio do ferido e derrotado monarca.

<sup>638</sup> Data incorrecta, por era de 1124 (1086) (Pierre DAVID, «Annales portugallenses veteres», in *Études historiques...*, p. 299, nota 4).

<sup>639</sup> Não existem na analística medieval portuguesa outras considerações de relevo sobre Évora, para além da notícia que se reporta à conquista da cidade, juntamente com Moura e Serpa, pelo rei Afonso I de Portugal, em 1166, que encontramos nos *Anais de St.ª Cruz de Coimbra I*. Esta obra fala-nos do sucesso militar como um episódio ocorrido sob intercessão divina, manifestada no momento em que o Senhor teria alegadamente entregue a cidade ao monarca português. Uma vez que o acontecimento é associado a uma esfera de intervenção providencial, a conquista serve também para sublinhar a ideia de que o rei goza de suplementares auxílios celestes, visíveis não só nesta empresa em particular, mas também na conquista da cidade de Beja, ocorrida em 1162, segundo o *Livro da noa I*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 309). Sobre esta matéria, veja-se o que escreveu Maria Ângela Rocha BEIRANTE, *Évora na Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995, pp. 12-25.

<sup>640</sup> Resumindo-se embora a uma única períclope textual, os *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave* recordam a forma como, no ano de 1057, o rei Fernando I e sua mulher, a rainha Sancha, teriam conquistado a praça duriense de Lamego, encetando desta maneira o processo de reconquista definitiva das mais importantes localidades do território de Entre-Douro-e-Mondego, concluído em cerca de sete anos. Ao particularizar o dia em que se teria dado a entrada dos exércitos leoneses, e uma vez que o associa à festa litúrgica de S. Saturnino – aspecto que se repete nesta obra a propósito das conquistas de Viseu e Coimbra, ocorridas respectivamente nos dias de S. Cucufate e S. Cristóvão (APV, Recensão longa de 1079, secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 296-297), e que encontra eco nos *Anais de St.ª Cruz de Coimbra I*, a propósito da batalha de Ourique, ocorrida no dia de S. Tiago (APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V,

*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1095 (1057)**<sup>641</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa* II e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 296).

**LEÃO** (*ciuitas*)<sup>642</sup>. Cf. 1.2.1.2. *Reinos*

*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1103 (1065)**: APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 297).

**LISBOA** (*ciuitas*; sem ref.<sup>a</sup>)<sup>643</sup>

---

seg. *Livro da noa* I e *Anais de Lamego*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 308) –, o compilador integra o acontecimento na memória litúrgica do reino, conferindo-lhe, assim, um destaque especial no conjunto das vitórias obtidas em território fronteiriço (sobre a intervenção fernandina na região, leia-se Pilar BLANCO LOZANO, «La intervención de Fernando I...», pp. 335-356; em paralelo com a detalhada análise das transformações arquitectónicas dos dispositivos defensivos locais, na sequência das conquistas leonesas, de Mário Jorge BARROCA, *Do castelo da reconquista...*, pp. 26-59; do mesmo autor, «Castelos românicos portugueses...», pp. 96-97; e Ricardo TEIXEIRA, «Castelos e organização dos territórios nas duas margens do curso médio do Douro (séculos IX-XIV)», in *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. *Actas do simpósio internacional sobre castelos* [Coordenação de Isabel Cristina Ferreira FERNANDES], Lisboa, Edições Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 472-473). Consagra-se ainda à análise do lugar que a cidade ocupa no processo de formação do reino medieval português o artigo de Torquato de Sousa SOARES, «Lamego: lugar que ocupa na formação da Nacionalidade», *Beira Alta*, vol. XXXVI, fasc. 2 e 3, 1977, 3.º trimestre, pp. 385-398.

<sup>641</sup> Sobre a cronologia do tópico analístico, Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, pp. 296-297, nota 3.

<sup>642</sup> Ainda que indirectamente presente nos *Anais de S. Salvador de Grijó*, nos *Anais de S. Mamede de Lorvão* e nos *Anais de St.ª Cruz de Coimbra* I através da acção dos seus principais monarcas, implicados na gestão dos assuntos de guerra em território de fronteira, uma mais precisa imagem de Leão é-nos dada apenas pelos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave*, que fazem da localidade o referencial urbano em que se ergue o mosteiro consagrado pelas relíquias de St.º Isidoro e destinado a albergar os sagrados restos mortais do rei Fernando I, morto em 1065 (para uma mais circunstanciada análise do local na sua articulação com as diversas componentes urbanas, leia-se Carlos ESTEPA DíEZ, *Estructura social de la ciudad de León (siglos XI-XIII)*, Leão, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro» – Archivo Historico Diocesano – Caja de Ahorros y Monte de Piedad de León, 1977).

<sup>643</sup> Lisboa é uma cidade a que se reserva um lugar de destaque nos mais tardios textos da analística medieval portuguesa. Esta afirmação prende-se com o facto de a localidade ser o palco de acções militares que o compilador de S. Salvador de Grijó põe em paralelo com a conquista empreendida pelo rei Afonso VI de Leão, em 1093, logo após a de Santarém, tal como a subsequente conquista de Sintra e a entrega desta praça ao seu genro Raimundo de Borgonha e a Soeiro Mendes; e que o compilador de St.ª Cruz de Coimbra comemora a respeito da posterior reintegração da cidade na esfera política cristã, depois da conquista liderada pelo rei Afonso I de Portugal, em 1147, seguida das de Sintra, Almada e Palmela (sobre este último evento, veja-se Maria João BRANCO, «A conquista de Lisboa revisitada», *Arqueologia medieval*, 7: *Actas do colóquio «Lisboa, encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e*

*Anais de S. Salvador de Grijó:*

- **Era de 1131 (1093)**<sup>644</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 300-301).

*Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I:*

- **Era de 1185 (1147)**: APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I e Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 309).

**PORTO** (sem ref.<sup>a</sup>)<sup>645</sup>. Cf. 1.2.1.2. *Reinos* e 1.2.1.3. *Províncias*

*Anais de S. Mamede de Lorvão:*

- **Era de 906 (868)**: SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1).

**SANTARÉM** (*ciuitas*; sem ref.<sup>a</sup>)<sup>646</sup>

---

*Cristãos»* (850.º aniversário da reconquista de Lisboa), 2001, pp. 217-234). Regra geral, a imagem que recai sobre Lisboa não destoa da que caracteriza as restantes praças mencionadas neste último texto, surgindo desta forma como mais um exemplo da sucessão de vitórias alcançadas pelo rei português depois do ponto de viragem narrativo representado pela batalha de Ourique, que consagra o momento em que a tónica da narração apenas incide sobre as vitórias alcançadas pelo jovem monarca (considerando a real importância de Lisboa na reconquista cristã hispânica do século XII e a imagem que sobre ela se construiu na historiografia medieval portuguesa, leia-se, entre outros, Gérard PRADALIÉ, *Lisboa. Da reconquista ao fim do século XIII*, Lisboa, Palas Editores, 1975, pp. 11-32; quanto ao elevado potencial estratégico da cidade nas vésperas da reconquista, aconselha-se ainda a leitura da obra de A. Vieira da SILVA, *A cerca moura de Lisboa. Estudo histórico descritivo*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, que pode complementar-se com a consulta de *A cerca fernandina de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987).

<sup>644</sup> Sobre a cronologia do tópico analístico, Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, p. 301, nota 1.

<sup>645</sup> Porto é uma cidade sobre a qual recai um silêncio quase total na analística medieval portuguesa, pese embora o facto de ter desempenhado um papel de primeira ordem na factologia política da época. É certo que se encontram aí algumas escassas referências à província portugalense no sentido alargado do termo, como acontece com os *Anais de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave*, que procuram situar nesse território as batalhas de Aguiar de Sousa, em 995, e de Cesar, em 1045 ([1035]). Mas a sua imagem está sobretudo ligada à perpetuação da presúria que Vímara Peres dirigiu contra a cidade no ano de 868, e de que nos fazem eco apenas os *Anais de S. Mamede de Lorvão*, onde o acontecimento é referido também à luz da presúria que Hermenegildo [Guterres] veio a chefiar contra Coimbra dez anos mais tarde, em 878 (sobre estes dois sucessos militares, Torquato de Sousa SOARES, «O repovoamento do Norte de Portugal...», pp. 196-201; e, do mesmo autor, «Despovoamento e repovoamento...», pp. 1-13). Assim sendo, a cidade parece estar aqui simbolicamente integrada numa ordem política sob pleno domínio da realeza e nobreza asturianas, numa época em que as restantes compilações analísticas – com excepção para os *Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I*, fixados em 1169 – nos dão já a imagem de um território de fronteira submetido à influência dos monarcas leoneses e dos infanções portugalenses. Para uma mais detalhada análise da região na Alta Idade Média, contendo uma exaustiva relação dos mosteiros da diocese, a obra de referência continua a ser a de José MATTOSO, *Obras completas*, vol. 12: *O monaquismo ibérico...*, pp. 13-54 (consulte-se Miguel de OLIVEIRA [P.], *As paróquias rurais portuguesas...*, pp. 181-206).

*Anais de S. Salvador de Grijó:*

- **Era de 1131 (1093)**<sup>647</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 300-301);
- **Era de 1148 (1110)**: APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 301-302);
- **Era de 1149 (1111)**: APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 302).

*Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I:*

---

<sup>646</sup> O registo da conquista da cidade de Santarém pelo rei Afonso VI de Leão, em 1093, inaugura nos *Anais de S. Salvador de Grijó* uma sucessão de efemérides que põe em relevo algumas das mais importantes localidades da bacia do rio Tejo nos finais do século XI (ocupando o lugar de mais significativo destaque na produção historiográfica portuguesa sobre a cidade na época medieval, veja-se Maria Ângela BEIRANTE, *Santarém medieval*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1980; com o complemento de Miguel de OLIVEIRA [P.], «Santa Iria e Santarém», *Revista portuguesa de história*, t. VII, 1957, pp. 439-470). Este acontecimento serve também para introduzir o leitor nos relatos das conquistas de Lisboa e de Sintra, anteriores ao consignar analístico da morte do monarca leonês, tal como da entrega da praça do Tejo a Raimundo de Borgonha, marido de sua filha Urraca, e, sob sua dependência, Soeiro Mendes, e do regresso do rei a Toledo. É, aliás, por ocasião da presença do rei na cidade que ocorre pouco depois a concessão de um foral, provavelmente como medida para angariar o apoio da população local e contornar a incapacidade de Raimundo para resolver os problemas militares da região (entre outros, Lina Maria Soares MARQUES, *Foral antigo de Santarém. Edição crítica e estudo*, Lisboa, Edições Colibri, 2005). A cidade volta a ser mencionada pelo compilador quando se torna necessário registar o percurso dos Cristãos derrotados no quadro do recontro de Valada, em 1110, talvez também como simbólico prenúncio da efeméride relativa à conquista muçulmana liderada por *Sir ibn Abī Bakr*, em 1111, com que o compilador encerra o seu breve texto. A memória sobre Santarém só se retoma com os *Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I*, que colocam mais uma vez a tónica sobre a conquista definitiva da cidade pelas forças cristãs, em 1147, às mãos do rei Afonso I de Portugal, a anteceder o relato das acções dirigidas pelo mesmo monarca contra Lisboa, Sintra, Almada e Palmela. Sobre esta localidade da bacia fluvial do Tejo, vejam-se os mais recentes artigos de Manuel Sílvio Alves CONDE, «*Madīnat Shantarīn*. Uma aproximação à paisagem da Santarém muçulmana (séculos X-XII)», in *Horizontes do Portugal medieval. Estudos históricos*, Cascais, Patrimonia, 1999, pp. 41-84; e Hermenegildo FERNANDES, «Em torno de *Šantarīn*: posição e funções», in *De Scallabis a Santarém* (Coordenação científica de Ana Margarida ARRUDA, Catarina VIEGAS e Maria José de ALMEIDA), Lisboa, Ministério da Cultura/Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia – Câmara Municipal de Santarém, 2002, pp. 47-59, que problematiza alguns aspectos relacionados com a inserção da cidade nas dinâmicas da sociedade de fronteira do Ocidente peninsular nos séculos XI e XII. Sobre esta mesma temática, é ainda fundamental, por retomar a análise das já mencionadas obras, o inquérito do potencial militar da cidade na tradição historiográfica medieval portuguesa efectuado por Armando de Sousa PEREIRA, «A conquista de Santarém na tradição historiográfica portuguesa», in *2.º congresso histórico de Guimarães. Actas do congresso*, vol. 5: *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*, s.l., Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996, pp. 297-323.

<sup>647</sup> Sobre a cronologia do tópico analístico, Pierre DAVID, «*Annales portugaises veteres*», in *Études historiques...*, p. 301, nota 1.

- **Era de 1185 (1147):** APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* e *Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 309).

**SEIA** (sem ref.<sup>a</sup>)<sup>648</sup>

*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1096 (1058)**<sup>649</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 297).

**TOLEDO** (*ciuitas, metropolis, regia urbs*)<sup>650</sup>

<sup>648</sup> Ainda que ocupando um relevante lugar na organização política e administrativa do território de fronteira durante a Alta Idade Média, de que é exemplo o facto de ter então desempenhado a função de *ciuitas*, Seia é uma localidade cuja memória analística se resume apenas a uma breve passagem textual, transmitida nos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave*. Esta projecção faz do local uma das praças cuja conquista é levada a cabo pelo rei Fernando I, em 1058, no momento em que o compilador recorda também a passagem vitoriosa dos exércitos leoneses por Viseu, S. Martinho de Mouros, Travanca, Penalva e outros castelos, sucedendo-se de imediato à conquista de Lamego e antecendo em seis breves anos a conquista de Coimbra pelo mesmo monarca (sobre esta questão em particular, remetemos o leitor para o trabalho de Pilar BLANCO LOZANO, «La intervención de Fernando I...», pp. 335-356; a complementar-se, sob o ponto de vista da estruturação do sistema defensivo local e o seu significado num contexto de acção beligerante em território de fronteira, por Mário Jorge BARROCA, *Do castelo da reconquista...*, pp. 26-59; e, do mesmo autor, «Castelos românicos portugueses...», pp. 96-97). Reportando-se à condição fronteiriça da localidade e às implicações do seu condicionalismo geográfico na formação de uma sociedade determinada pelo seu carácter guerreiro, veja-se Maria Helena da Cruz COELHO, «Seia...», pp. 121-138. Outras considerações de relevo sobre a acção dos cavaleiros beirãos e a atracção sobre si exercida pela localidade fronteiriça em Leontina VENTURA e João Cunha MATOS, «Cavaleiros da Estremadura...», pp. 95-107.

<sup>649</sup> Sobre a cronologia do tópico analítico, Pierre DAVID, «Annales portugaises vetères», in *Études historiques...*, pp. 296-297, nota 3.

<sup>650</sup> Embora Toledo não seja, no quadro das cidades mencionadas na analística medieval portuguesa, o núcleo urbano a que corresponde um maior número de efemérides políticas – papel muito sintomaticamente reservado a Coimbra –, é lícito dizer que esta importante praça estratégica do curso do Médio Tejo se encontra entre as localidades a que é aí atribuído um mais simbólico destaque. Esta afirmação prende-se com o facto de Toledo ser a única cidade alvo da atribuição de epítetos que exprimem a sua relevante condição histórica na qualidade de urbe régia – termo igualmente utilizado pela historiografia cristã da Antiguidade Tardia para qualificar Roma e Constantinopla, e posteriormente divulgado também no seio da historiografia islâmica, ainda a respeito de Toledo (Roberto MATESANZ GASCÓN, *Omeyas, Bizantinos y Mozárabes. En torno a la «prehistoria fabulosa de España» de Aḥmad al-Rāzī*, Valladolid, Universidad de Valladolid/Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, 2004, pp. 113-114, que nos fala da cidade como *madīnat al-mulūk*) – e metrópole eclesiástica do território cristão hispânico em contexto visigótico (sobre as problemáticas da capitalidade política na Hispânia dos séculos V a VIII e a função exercida por Toledo neste sistema de representações, veja-se Isabel VELÁZQUEZ e Gisela RIPOLL, «*Toletum*, la construcción de una *urbs regia*», in *Sedes regiae (ann. 400-800)* [Gisela RIPOLL y Josep M. GURT, eds., con la colaboración de Alexandra CHAVARRÍA], Barcelona, Reial Acadèmia de Bones Lletres, 2000, pp. 521-578). É certo que esta imagem é veiculada apenas pelos *Anais de S. Salvador de Grijó*, obra que procura elevar o potencial das acções militares cristãs na fronteira fluvial do Tejo e proceder ao

*Anais de S. Salvador de Grijó:*

- **Era de 1123 (1085):** APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 299);
- **Era de 1131 (1093)**<sup>651</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 300-301).

**VEISEU** (*ciuitas*; sem ref.<sup>a</sup>)<sup>652</sup>

enquadramento das posições reconquistadas na tradicional ordem política e administrativa do reino de Leão. Mas também é um facto que, de todas as cidades que assumiram um papel estruturante na história política ibérica da época, apenas Braga merece uma nova referência, e, mesmo assim, bastante passageira, sem que lhe seja aplicado qualquer qualificativo que deixe transparecer a sua antiga condição de urbe régia e metrópole eclesiástica do território cristão hispânico em contexto suévico. Neste sentido, é possível dizer que aquela obra projecta sobre a cidade implantada nas margens do rio Tejo as reminiscências de uma antiga concepção simbólica do poder, seja numa vertente política, seja numa vertente eclesiástica, ainda determinada pelo passado visigótico. Este facto reforça a já de si prestigiada identidade de Afonso VI, o seu régio conquistador, agora visto como o providencial restaurador da ordem hispânica anterior à invasão dos exércitos muçulmanos no seguimento da conquista da cidade, em 1085, verdadeira manifestação da *potestas regia*. Constituindo embora um marco fundamental na reconquista cristã, este acontecimento surge apenas relatado nos *Anais de S. Salvador de Grijó*, que o mencionam a par das conquistas de Talavera de la Reina e de vários outros castelos situados na Carpetânia, província da Cartaginense, ainda sob protagonismo afonsino (sobre o assunto, Pascal BURESI, *La frontière entre Chrétienté et Islam dans la Péninsule Ibérique. Du Tage à la Sierra Morena (fin XI<sup>e</sup>-milieu XIII<sup>e</sup> siècle)*, Paris, Éditions Publibook, 2004, pp. 37-40 e 291-293; com mais detalhes sobre a oscilação do território de fronteira depois da sua definitiva conquista em Manuel GONZÁLEZ JIMÉNEZ, «Frontier and settlement in the kingdom of Castile (1085-1350)», in *Medieval frontier societies* [Edited by Robert BARTLETT and Angus MACKAY], Oxford, Clarendon Press, 1989, pp. 49-74). Mas é ainda na mesma obra que se encontra a outra referência analística à cidade, então citada como ponto de regresso para o monarca leonês no momento em que se dão as conquistas de Santarém, Lisboa e Sintra, em 1093, e a concessão da administração do território com sede nesta última praça do vale do Tejo a Raimundo de Borgonha, marido de sua filha Urraca, e Soeiro Mendes (sobre o papel exercido por Toledo nas políticas cristã e muçulmana para o território de fronteira, leiam-se, entre outros, David J. WASSERSTEIN, «The emergence...», pp. 17-56; e Miguel Ángel LADERO QUESADA, «Toledo...», pp. 71-98). Perseguindo outras estratégias textuais, os *Anais de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave*, os *Anais de S. Mamede de Lervão* e os *Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra* I remetem-se a um silêncio absoluto sobre este referente urbano do processo reconquistador. Para um mais aprofundado tratamento das questões relativas à cidade de Toledo nos finais do século XI, veja-se Reyna PASTOR DE TOGNERI, *Del Islam al cristianismo...*, 1985; com dois significativos trabalhos sobre o perfil sociológico da comunidade moçárabe urbana em Reyna PASTOR DE TOGNERI (avec la collaboration de Marta BONAUDO), «Problèmes d'assimilation d'une minorité...», pp. 351-390; e Jean-Pierre MOLÉNAT, «L'identité mozarabe dans l'Ibérie reconquise, spécialement à Tolède», in *Mutations d'identités en Méditerranée. Moyen Âge et Époque Contemporaine* (Sous la direction de Henri BRESCE et Christiane VEAUVEY, avec la participation d'Éliane DUPUY), s.l., Éditions Bouchène, 2000, pp. 123-131.

<sup>651</sup> Sobre a cronologia do tópico analístico, Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, p. 301, nota 1.

<sup>652</sup> Cidade politicamente reconhecida como capital do território galego e residência de um dos mais importantes ramos da família condal portugalense na Alta Idade Média, Viseu ocupa na



*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1056 (1018)**<sup>653</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 295);
- **Era de 1095 (1057) (seg. Livro da noa II)**<sup>654</sup> ou **Era de 1096 (1058) (seg. Chronica gothorum)**: APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 296-297).

**ZAMORA** (*ciuitas*; sem ref.<sup>a</sup>)<sup>655</sup>

analística medieval portuguesa uma posição que é tributária da sua importante condição militar, apesar de escassamente referenciada (analisando a questão relativa às origens da cidade, leia-se Orlando RIBEIRO, «Em torno das origens de Viseu», *Revista portuguesa de história*, t. XIII: *Homenagem ao Doutor Paulo Merêa*, vol. II, 1971, pp. 211-229; com considerações mais detalhadas sobre a sua importância na época da reconquista em Manuel Luís REAL, «Mosteiro de Fráguas no contexto do pré-românico da Beira Interior (Portugal)», in *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)* [Actas dos seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003, e Porto, 4 e 5 de Abril de 2003; coordenação de Mário Jorge BARROCA e Isabel Cristina F. FERNANDES], Palmela, Câmara Municipal de Palmela – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 275-281). A cidade é recordada pelos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave*, que, fazendo desta praça um cenário privilegiado de guerra, aí situam duas estratégicas batalhas do processo de reconquista cristã empreendido pelos monarcas leoneses. Na primeira, protagonizada por Afonso V, em 1028, o compilador limita-se a ressaltar apenas a ocorrência do óbito régio, que outras fontes posteriores descrevem com significativos pormenores (sobre este assunto em particular, consulte-se Alfonso SÁNCHEZ CANDEIRA, «Sobre la fecha de la muerte de Alfonso V de León», *Hispania. Revista española de historia*, t. VIII, n.º XXX, Janeiro-Março de 1948, pp. 132-135). Na segunda, levada a cabo por Fernando I, em 1058, o que se destaca é já a conquista definitiva da cidade no dia da festa litúrgica do santo mártir Cucufate – tópico que o texto repetirá a respeito das conquistas de Lamego e Coimbra, associadas ao ciclo litúrgico cristão por intermédio das festas dos santos mártires Saturnino e Cristóvão, respectivamente (APV, Recensão longa de 1079, secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 296-297), e que encontrará ressonância nos *Anais de St.º Cruz de Coimbra I* a respeito da batalha de Ourique, associada à festa do santo apóstolo Tiago (APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* e *Anais de Lamego*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 308) –, seguindo-se-lhe, de acordo com o mesmo autor, as campanhas vitoriosas de Seia, S. Martinho de Mouros, Travanca e Penalva, para além das de vários outros castelos situados nas suas imediações (sobre a generalização da prática de guerra durante o reinado fernandino e o seu impacto no desenvolvimento de uma nova forma de arquitectura militar em território de fronteira, na viragem conjuntural dos meados do século XI, leiam-se Pilar BLANCO LOZANO, «La intervención de Fernando I...», pp. 335-356; Mário Jorge BARROCA, *Do castelo da reconquista...*, pp. 26-59; e, do mesmo autor, «Castelos românicos portugueses...», pp. 96-97; com outras observações sobre o papel desempenhado pela localidade na sedimentação da identidade social guerreira no Portugal do século XII em Leontina VENTURA e João Cunha MATOS, «Cavaleiros da Estremadura...», pp. 95-107).

<sup>653</sup> Data incorrecta, por era de 1066 (1028) (Pierre DAVID, «Annales portugallenses veteres», in *Études historiques...*, p. 295, nota 2).

<sup>654</sup> Data incorrecta, por era de 1096 (1058) (Pierre DAVID, «Annales portugallenses veteres», in *Études historiques...*, pp. 296-297, nota 3).

<sup>655</sup> Ao fazerem eco do óbito de algumas das mais ilustres personalidades activas em território de fronteira no século XI, os *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave* também nos dão conta da

*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1110 (1072):** APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 298).

#### 1.2.2.2. Castelos

##### **AGUIAR DE SOUSA** (*castellum*)<sup>656</sup>

*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1033 (995):** APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 294).

##### **ALCÁCER DO SAL** (sem ref.<sup>a</sup>)<sup>657</sup>

---

morte do rei Sancho II de Castela, em 1072, às portas da cidade de Zamora. Este acontecimento não pode compreender-se isoladamente, sobretudo se considerarmos que à morte de Sancho se sucede, em termos narrativos, uma pormenorizada notícia sobre a concentração de poderes nas mãos de seu irmão, o rei Afonso VI de Leão, com o qual a obra acaba por finalizar um longo relato de sucessos. À semelhança de seu outro irmão, o rei Garcia de Galiza, Sancho é expressamente recordado como filho de Fernando I, facto que, não obstante o funesto desfecho da sua empresa militar, acaba por conferir uma especial imagem ao monarca, como que procurando sublinhar a sua condição de fiel representante do ideal político fernandino no momento em que parte do território sobre o qual exerce jurisdição se encontra ameaçado pelas forças da sua irmã Urraca (sobre a formação do território político castelhano, na sua relação com o papel estratégico desempenhado por aquela localidade nas décadas anteriores à efeméride analística, leia-se Iñaki MARTÍN VISO, «La articulación del poder en la cuenca del Duero: el ejemplo del espacio zamorano (siglos VI-X)», *Anuario de estudios medievales*, 31/1, 2001, pp. 75-126).

<sup>656</sup> Ao relatar a progressão territorial dos exércitos liderados por *Muhammad ibn Abī 'Āmīr al-Manṣūr* em direcção a Norte, o compilador de *St.º Tirso de Riba de Ave* faz do castelo de Aguiar, que situa nas margens do rio Sousa, na província portugalense, uma das localidades que teriam sido conquistadas pelas forças muçulmanas (para uma análise mais específica da matéria, leia-se Rui Pinto de AZEVEDO, «A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de piratas normandos à Galiza em 1015-16 (Dois testemunhos inéditos das depredações a que então esteve sujeito o território portugalense entre Douro e Ave)», *Revista portuguesa de história*, t. XIV, vol. III, 1974, pp. 75-85; e Mário Jorge BARROCA, «Castelos românicos portugueses...», p. 95). Datada de 995, a expedição ter-se-ia seguido à conquista de Montemor-o-Velho, ocorrida em 990, segundo o *Livro da noa II*, ou 1000, segundo a *Chronica gothorum* (APV, Recensão longa de 1079, secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 294), marcando desta forma o ponto mais setentrional de avanço dos exércitos inimigos antes da respectiva regressão territorial. Neste sentido, ao acompanhar o percurso, o compilador sublinha o dilatado raio de acção das forças muçulmanas – as quais teriam logrado a conquista temporária de importantes localidades não só do Entre-Douro-e-Mondego, mas também do Entre-Douro-e-Minho, num curto espaço de tempo de oito anos – e assim imposto pesadas derrotas às forças cristãs, cuja reorganização militar parece datar apenas do reinado de Fernando I.

<sup>657</sup> Alcácer do Sal é uma das localidades que acompanham nos *Anais de St.ª Cruz de Coimbra* I o relato dos avanços das forças cristãs no território de Entre-Tejo-e-Guadiana ao longo do

*Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I:*

- **Era de 1196 (1158):** APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I e Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 309).

**ALMADA** (sem ref.<sup>a</sup>)<sup>658</sup>

*Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I:*

- **Era de 1185 (1147):** APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I e Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 309).

**MONTEMOR-O-VELHO** (sem ref.<sup>a</sup>)<sup>659</sup>

---

século XII. Ao registar a ocorrência da respectiva conquista, protagonizada pelo rei Afonso I de Portugal, em 1158 (sobre este assunto em particular, leia-se Maria Teresa Lopes PEREIRA, *Alcácer do Sal na Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri – Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2000, pp. 39-52; e, da mesma autora, «Memória cruzadística do feito da tomada de Alcácer (1217), com base no Carmen de Gosuino», in 2.º *congresso histórico de Guimarães. Actas do congresso*, vol. 2: *A política portuguesa e as suas relações exteriores*, s.l., Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996, pp. 319-358), o compilador crúzio enquadra numa rápida sucessão de bem sucedidas efemérides militares, reiniciadas após o noticiar da morte da rainha Mafalda e prolongadas com as sucedâneas conquistas de Beja, em 1162; e Évora, Moura e Serpa, em 1166 (APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I e Anais de Lamego*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 309-310).

<sup>658</sup> Almada é nos *Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I* um dos diversos alvos de assédio e conquista por parte dos exércitos cristãos no seu avanço militar pelo território de Entre-Tejo-e-Guadiana ao longo do século XII. Para o compilador crúzio, Almada terá sido conquistada em 1147 pelo rei Afonso I de Portugal, sendo o respectivo relato de conquista posto em paralelo com o de Sintra e Palmela, e antecedido, no mesmo ano, pelo de Lisboa e Santarém (APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I e Anais de Lamego*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 309). No seu conjunto, as entradas relativas a estes sucessos militares inauguram um momento de viragem na dinâmica ofensiva das hostes afonsinas, por ser a partir de 1147 que se inicia a sucessão de notícias em torno das vitórias alcançadas pelos exércitos cristãos depois da batalha de Ourique, travada por Afonso I, em 1139, contra as forças muçulmanas (APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I e Anais de Lamego*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 308). Neste sentido, Almada não se destaca de nenhuma outra localidade referida pelo compilador, não obstante o facto de a memória deste feito militar se encontrar entre os acontecimentos dignos de registo escrito.

<sup>659</sup> Tal como várias outras localidades, Montemor-o-Velho surge na analística medieval portuguesa na qualidade de praça militar onde foram travados significativos combates para o avanço da fronteira entre a Cristandade e o Islão peninsulares (sobre o papel desempenhado pela localidade, vejam-se Ruy de AZEVEDO (Dr.), «Montemór-o-Velho», *Álbum figueirense*, ano IV, n.º 5, Abril de 1939, pp. 135-150; e Mário Jorge BARROCA, «O castelo de Montemor-o-Velho...», pp. 111-126). Na verdade, esta praça do vale do Mondego, cujo posicionamento estratégico garantia a defesa fluvial da cidade de Coimbra, encontra-se mencionada apenas nos *Anais de St.<sup>a</sup> Tirso de Riba de Ave*, que por duas vezes registam acontecimentos aí ocorridos: o primeiro corresponde à conquista protagonizada por *Muhammad ibn Abi 'Āmīr al-Manṣūr*, em 990, segundo a *Chronica gothorum*, ou 1000, segundo o *Livro da noa II*; e o segundo, à reconquista cristã liderada por Gonçalo Trastamires, em 1034 (Mário Jorge

*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1038 (1000) (seg. *Livro da noa II*)<sup>660</sup> ou Era de 1028 (990) (seg. *Chronica gothorum*):** APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 294);
- **Era de 1072 (1034):** APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 295).

**MOURA** (sem ref.<sup>a</sup>)<sup>661</sup>

*Anais de St.ª Cruz de Coimbra I:*

- **Era de 1204 (1166):** APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* e *Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 310).

**PALMELA** (sem ref.<sup>a</sup>)<sup>662</sup>

---

BARROCA, «Castelos românicos portugueses...», p. 95). Se, no primeiro caso, o acontecimento é posto em paralelo com progressão das forças muçulmanas em direcção a Norte – razão pela qual a empresa é colocada entre as conquistas da cidade de Coimbra, em 987, e do castelo de Aguiar de Sousa, em 995 (APV, Recensão longa de 1079, secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 293-294) –, já no segundo a tónica parece recair sobre o facto de a conquista prenunciar o definitivo avanço das forças cristãs em direcção a Sul. O acontecimento reveste-se, portanto, de um especial significado, até porque corresponde à primeira notícia que a compilação analística nos transmite sobre a entrega de uma praça do território de fronteira aos Cristãos, inaugurando assim um período de sucessivas empresas militares que culmina com a anexação de Lamego, Viseu e Coimbra, as três mais importantes localidades do Entre-Douro-e-Mondego, entre 1057 e 1064 (APV, Recensão longa de 1079, secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 296-297). Registe-se, no entanto, que, ao contrário destas últimas localidades, anexadas por iniciativa do rei de Leão, a tomada de Montemor se deve antes aos esforços do infanção da família da Maia, que assim parece reivindicar para si uma fonte de prestígio militar em nítido contraponto à descredibilizada imagem de passividade que o compilador constrói a propósito dos condes de Portucale.

<sup>660</sup> Data incorrecta, por era de 1028 (990) (Pierre DAVID, «Annales portugalenses veteres», in *Études historiques...*, p. 304, nota 2).

<sup>661</sup> À semelhança da conquista de Beja, em 1162 (APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 309), a versão dos *Anais de St.ª Cruz de Coimbra I* contida no *Livro da noa I* que se reporta aos sucessos militares alcançados pelo rei Afonso I de Portugal em Moura, juntamente com Évora e Serpa, em 1166, fala-nos da conquista desta praça como resultado de uma intercessão divina, fonte e garantia de legitimação da realeza portuguesa. Assim sendo, o acontecimento inscreve-se numa longa cadeia de empresas militares cuja função parece estar também conotada com a necessidade de uma simbólica valorização da memória do régio guerreiro (sobre esta localidade, leia-se Santiago MACIAS, «Moura na Baixa Idade Média – elementos para um estudo histórico e arqueológico», *Arqueologia medieval*, 2, 1993, pp. 127-157; e, do mesmo autor, *Mértola...*, pp. 145-150).

*Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I:*

- **Era de 1185 (1147):** APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I e Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 309).

**PENALVA** ([*castellum*])<sup>663</sup>

*Anais de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1096 (1058)**<sup>664</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 297).

**ST.<sup>a</sup> MARIA DA FEIRA** (*castellum*)<sup>665</sup>. Cf. 1.2.1.4. Territórios

---

<sup>662</sup> Palmela é, juntamente com Santarém, Lisboa, Sintra e Almada, uma das cinco localidades que o compilador de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra diz terem sido conquistadas por mão do rei Afonso I de Portugal, em 1147 (sobre este assunto em particular, veja-se Isabel Cristina Ferreira FERNANDES, *O castelo de Palmela. Do islâmico ao cristão*, Lisboa, Edições Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 2004, com uma síntese global da questão no trabalho, da mesma autora, intitulado «Palmela no período da reconquista», in *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)* [Actas dos seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003, e Porto, 4 e 5 de Abril de 2003; coordenação de Mário Jorge BARROCA e Isabel Cristina F. FERNANDES], Palmela, Câmara Municipal de Palmela – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 311-325). Ao circunstanciar a efeméride, o compilador crúzio inscreve-a numa série de conquistas que terão sido efectuadas pelo monarca em cumprimento de designios divinos, destacando, entre elas, as tomadas de Alcácer do Sal, em 1158; Beja, em 1162; e Évora, Moura e Serpa, em 1166 (APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I e Anais de Lamego*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 309-310). Também com algum interesse para o estudo da implantação do castelo na península de Setúbal e da sua articulação com os dispositivos defensivos regionais, Paulo Drumond BRAGA, *Setúbal medieval (séculos XII a XV)*, Setúbal, Câmara Municipal de Setúbal, 1998.

<sup>663</sup> Os *Anais de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave* iniciam o noticiar das campanhas dirigidas pelo rei Fernando I em território de fronteira com o relato da conquista de Lamego, em 1057, logo seguida da de Viseu, em 1058. Nesta última campanha, o autor destaca também o facto de Seia, S. Martinho de Mouros, Travanca e Penalva, para além de outros castelos não-especificados, terem sido alvo de empresas militares conduzidas pelo mesmo protagonista régio durante um prolongado período de oito anos (Pilar BLANCO LOZANO, «La intervención de Fernando I...», pp. 335-356; Mário Jorge BARROCA, *Do castelo da reconquista...*, pp. 26-59; e, do mesmo autor, «Castelos românicos portugueses...», pp. 96-97).

<sup>664</sup> Sobre a cronologia do tópico analístico, Pierre DAVID, «Annales portugalenses veteres», in *Études historiques...*, pp. 296-297, nota 3.

<sup>665</sup> Pese embora o facto de o castelo de St.<sup>a</sup> Maria ter desempenhado um papel de primeira ordem na política condal em território de fronteira (sobre esta matéria em particular, José MATTOSO, Luís KRUS e Amélia ANDRADE, *O castelo e a feira...*, 1989; José MATTOSO, Luís KRUS e Amélia ANDRADE, *A terra de Santa Maria no século XIII. Problemas e documentos*, s.l., Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira, 1993; e José MATTOSO, *A terra de Santa Maria...*, 1993), esta localidade nas proximidades da foz do Douro apresenta-se nos *Anais de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave* como uma simples referência topográfica, genericamente integrada na província portugalense, para a ubicação da arrancada de Cesar, que o rei Bermudo III de Leão terá dirigido contra «Cimeia» ou «Cemia», em 1045 ([1035]). Neste sentido, é uma das escassas localidades situadas em território fronteiriço que o compilador

*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1083 (1045)**<sup>666</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 296).

#### **ST.ª OLAIA (*castellum*)**<sup>667</sup>

*Anais de St.ª Cruz de Coimbra I:*

- **Era de 1154 (1116)**: APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* e *Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 308).

#### **S. MARTINHO DE MOUROS (*castellum*)**<sup>668</sup>

*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1096 (1058)**<sup>669</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 297).

---

associa à memória da presença régia, pouco antes de invocar a data da sua morte, em 1027 ou 1047 ([1037]) (APV, Recensão longa de 1079, secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 296).

<sup>666</sup> Data incorrecta, por era de 1073 (1035) (?) (Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, p. 296, nota 2).

<sup>667</sup> É ao ano de 1116 que os *Anais de St.ª Cruz de Coimbra I* atribuem, sem mais pormenores, a ocupação do castelo de St.ª Olaia pelos exércitos muçulmanos (especificamente sobre esta localidade, identificada com o monte de Ferrestelo, nas imediações de Montemor-o-Velho, veja-se Pedro A. de AZEVEDO, «O castelo de Santa Eulália», *O archeologo português*, vol. XIII, n.ºs 1-6, Janeiro-Junho de 1908, pp. 67-75). O acontecimento encontra-se também registado na continuação de 1113 a 1122 dos *Anais de S. Salvador de Grijó*, onde a conquista do castelo, seguramente devido à função estratégica que desempenhava na defesa do curso do Baixo Mondego, é relacionada com a imposição de cativo, logo seguido de exílio em terras ultramarinas, de uma grande quantidade de Cristãos aí capturados, entre os quais se encontrava Diogo, o cognominado «Galinha». Em ambas as compilações analíticas, o acontecimento antecede o grande assédio de Coimbra por 'Alī ibn Yūsuf, em 1117, facto que sublinha a importância daquela fortificação na defesa do acesso a esta última cidade.

<sup>668</sup> Se a conquista de Lamego, em 1057, marca o momento em que se inicia nos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave* o relato das mais importantes campanhas militares lideradas pelo rei Fernando I em território de fronteira, o facto é que o registo destas acções passa também pela recordação da campanha de Viseu, ocorrida um ano depois, em 1058. Ao reportar-se a esta conquista, o compilador invoca a tomada de Seia, S. Martinho de Mouros, Travanca e Penalva, que, juntamente com a de outros castelos situados nas suas imediações, se terá prolongado por oito anos (Pilar BLANCO LOZANO, «La intervención de Fernando I...», pp. 335-356; Mário Jorge BARROCA, *Do castelo da reconquista...*, pp. 26-59; e, do mesmo autor, «Castelos românicos portugueses...», pp. 96-97). Sobre o castelo de S. Martinho de Mouros, tenham-se ainda em conta as problemáticas de identificação e caracterização arqueológica levantadas por Ricardo TEIXEIRA, «Castelos e organização dos territórios...», pp. 470-471.

<sup>669</sup> Sobre a cronologia do tópico analítico, Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, pp. 296-297, nota 3.

## SERPA (sem ref.<sup>a</sup>)<sup>670</sup>

*Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I:*

- **Era de 1204 (1166):** APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* e *Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 310).

## SINTRA (sem ref.<sup>a</sup>)<sup>671</sup>

*Anais de S. Salvador de Grijó:*

- **Era de 1131 (1093)**<sup>672</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 300-301);
- **Era de 1147 (1109):** APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 301).

---

<sup>670</sup> Serpa é, juntamente com Évora e Moura, uma das localidades que a versão dos *Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I* transmitida no *Livro da noa I* associa à acção do rei Afonso I de Portugal, principal responsável pela sua conquista, sob intercessão divina, em 1166. O acontecimento deve ser posto em paralelo com o que, pouco antes, nos relata a mesma obra, uma vez que também a propósito da conquista da cidade de Beja, em 1162, se fala de uma intervenção do sobrenatural propícia à empresa dirigida por aquele monarca (APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I*; ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 309). Ao fazê-lo, a obra sublinha o carácter excelso da recente monarquia portuguesa, interessada em recuperar para a causa cristã as localidades profanadas pelos Muçulmanos e desta forma continuar a expansão territorial para Sul, prosseguindo uma lucrativa política de guerra de fronteira contra o Islão (especificamente sobre esta localidade, leia-se, entre outros, Santiago MACIAS, *Mértola...*, pp. 150-155).

<sup>671</sup> Não fossem as notícias presentes nos *Anais de S. Salvador de Grijó*, Sintra seria na analística medieval portuguesa apenas uma de entre várias localidades a ser apontada com parte integrante do percurso efectuado pelos exércitos cristãos no território de Entre-Tejo-e-Guadiana ao longo do século XII. Esta é, de facto, a imagem que os *Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I* nos dão acerca da praça, atribuindo a sua conquista definitiva ao rei Afonso I de Portugal, em 1147, antecedida das de Lisboa e Santarém e seguida das de Almada e Palmela (APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* e *Anais de Lamego*; ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 309). No primeiro texto, contudo, Sintra é já citada a propósito da sua anterior conquista pelo rei Afonso VI de Leão, em 1093, três dias depois da de Lisboa, na sequência da qual o governo da fortificação terá sido entregue ao conde Raimundo de Borgonha, seu genro por casamento com Urraca, e, na sua dependência, a Soeiro Mendes. Embora sem registar nenhum outro sucesso responsável pela sua recuperação pelas forças muçulmanas, o compilador volta a chamar a nossa atenção para o facto de, em 1109, o conde Henrique de Borgonha, casado com a sua filha Teresa, se ter apoderado novamente da fortificação. Segundo o relato do autor, o facto terá ocorrido no quadro de uma generalizada revolta das forças muçulmanas após a morte do monarca leonês, transformando-se por esse motivo num acontecimento paradigmático pelo que representa em termos de simbólico recuo dos exércitos cristãos depois do óbito do seu régio conquistador.

<sup>672</sup> Sobre a cronologia do tópico analístico, Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, p. 301, nota 1.

*Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I:*

- **Era de 1185 (1147):** APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I e Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 309).

#### **TALAVERA DE LA REINA** ([*castellum*])<sup>673</sup>

*Anais de S. Salvador de Grijó:*

- **Era de 1123 (1085):** APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 299).

#### **TRAVANCA** ([*castellum*])<sup>674</sup>

*Anais de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1096 (1058)**<sup>675</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 297).

#### **VERMOIM** (*castellum*)<sup>676</sup>

---

<sup>673</sup> À semelhança do que acontece com vários outros monarcas na analística medieval portuguesa, a memória do rei Afonso VI de Leão nos *Anais de S. Salvador de Grijó* radica na celebração dos seus mais ilustres feitos militares. Ao inaugurar o seu curto relato, o compilador invoca em primeiro lugar a conquista de Toledo, em 1085, na sequência da qual regista o facto de o mesmo monarca ter tomado Talavera de la Reina e vários outros castelos situados nas suas imediações. Porque recordada como urbe régia e metrópole eclesiástica, Toledo surge aos olhos do compilador como um privilegiado ponto de partida para as consecutivas empresas em que o monarca se vê envolvido ao longo do texto, prenunciando, apesar da subsequente derrota na batalha de Sagrajas, um triunfante destino militar. Neste sentido, também a recordação da tomada de Talavera se integra numa tentativa de recuperação das memórias pretéritas que em muito contribui para a projecção da figura régia.

<sup>674</sup> Ainda que associada principalmente ao registo das conquistas de Lamego e de Viseu pelo rei Fernando I, em 1057 e 1058, a memória dos feitos militares protagonizados por este monarca nos *Anais de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave* não se esgota apenas com as notícias sobre os respectivos assédios. Ao recordar a acção do rei naquela última praça, o compilador refere também o avanço dos exércitos cristãos sobre outras localidades, entre as quais destaca Seia, S. Martinho de Mouros, Travanca e Penalva, para além de outras praças silenciadas pelo autor, ao longo de oito anos (Pilar BLANCO LOZANO, «La intervención de Fernando I...», pp. 335-356; Mário Jorge BARROCA, *Do castelo da reconquista...*, pp. 26-59; e, do mesmo autor, «Castelos românicos portugueses...», pp. 96-97).

<sup>675</sup> Sobre a cronologia do tópico analítico, Pierre DAVID, «Annales portugalenses veteres», in *Études historiques...*, pp. 296-297, nota 3.

<sup>676</sup> Segundo o compilador de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave, o castelo de Vermoim, situado na província bracarense, terá sido, em 1016, palco de um importante acontecimento militar (Mário Jorge BARROCA, *Do castelo da reconquista...*, pp. 24 e 26). A importância desta efeméride reside no facto de, por um lado, se tratar da única notícia analítica que nos fala da presença



*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1054 (1016):** APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 295).

1.2.2.3. Vilas<sup>677</sup>

**AVIOSO** (sem ref.<sup>a</sup>)<sup>678</sup>

*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1076 (1038):** APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 296).

**BAMA** (sem ref.<sup>a</sup>)<sup>679</sup>

---

de invasores normandos em território ibérico, e, por outro, nos dar a entender que, no momento do assalto, nele estava presente o conde Alvito Nunes. O relato não é suficientemente claro, mas deixa entrever uma situação de provável morte do conde face ao ataque dirigido pelos invasores normandos. Neste sentido, é apenas uma de várias outras notícias que colocam a tónica sobre a ideia de morte condal, estando este episódio provavelmente relacionado com a vontade de se projectar a imagem de um conde incapaz de resistir aos assaltantes.

<sup>677</sup> Embora sem os respectivos qualificativos, os topónimos Bama e Avioso podem ser integrados neste ponto visto que as duas localidades surgem identificadas como vilas na diplomática coeva dos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave* e *S. Mamede de Lorvão*. Não obstante, Cesar é o único destes dois casos em que se atesta a utilização expressa do vocábulo latino. Sobre a acepção original do termo e a sua evolução na Alta Idade Média hispânica, Alberto SAMPAIO, *Estudos históricos e económicos*, vol. I: *As vilas do Norte de Portugal*, Lisboa, Editorial Vega, 1979, pp. 37-44, 57-79, 107-112 e 131-138; e José María MINGUEZ, «Continuidad y ruptura en los orígenes de la sociedad asturleonense. De la villa a la comunidad campesina», *Studia historica. Historia medieval*, vol. 16, 1998, pp. 89-127; com dois estudos de caso relativos à estruturação interna das vilas galegas em María Luz RÍOS RODRÍGUEZ, «El casal medieval gallego: contribución al estudio de una unidad de poblamiento y explotación (siglos XI a XIII)», *El museo de Pontevedra*, XLIII, 1989, pp. 109-128; e Ermelindo PORTELA e M.<sup>a</sup> Carmen PALLARES, «La villa, por dentro. Testimonios galaicos de los siglos X y XI», *Studia historica. Historia medieval*, vol. 16, 1998, pp. 13-43. Para uma mais específica abordagem da questão em relação com o território de Coimbra, Maria da Graça Pessoa Frota GIRÃO, *Repovoamento...*, 1964; Maria da Graça Dias Pereira Fernandes FANTASIA, *O repovoamento das «villas»...*, 1972; e Jorge de ALARCÃO, *In territorio Colimbrie...*, 2004.

<sup>678</sup> Nos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave*, numa notícia que se caracteriza pelo facto de ser muito parca em detalhes, Avioso corresponde ao local em que terá sido assassinado Gonçalo Trastamires, um dos mais importantes infanções da família dos senhores da Maia, em 1038. Ao registar o acontecimento, o compilador celebra a memória daquele que o texto identifica como pai de Mendo Gonçalves, «uir illustris et magne potentie in toto Portugali», morto em 1065 (APV, Recensão longa de 1079, secção III, seg. *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 298).

<sup>679</sup> Ao contrário do que tem sido por vezes afirmado, a localidade de Bama, citada nos *Anais de S. Mamede de Lorvão*, não deve identificar-se com a actual Guimarães (sobre este assunto, veja-se Pierre DAVID, «Vama et Guimarães», pp. 189-195; com o complemento de M. Rubén GARCÍA ÁLVAREZ, «Jimeno Díaz...», pp. 150-152). Bama é uma vila do comisso de Picosacro,

*Anais de S. Mamede de Lorvão:*

- **Era de 911 (873):** SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1).

**CESAR** (*uilla*)<sup>680</sup>

*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1083 (1045)**<sup>681</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa* II e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 296).

#### 1.2.2.4. Lugares

**OURIQUE** (*locus*)<sup>682</sup>

---

situado em território galego, nas proximidades da Corunha, que, juntamente com as cidades do Porto e de Coimbra, enquadra topograficamente uma das notícias registadas na obra. O passo é claro ao afirmar que foi nessa localidade que morreu o presor Vímara Peres, em 873. O seu óbito terá decorrido no sexto dia da chegada à mesma localidade do rei Afonso III das Astúrias. Neste sentido, Bama é um dos raros núcleos de acção de protagonistas simultaneamente régios e condaís na analística medieval portuguesa, devendo a sua importância ser destacada também pelo facto de se tratar da única localidade em território galego a merecer alguma atenção da parte dos respectivos autores. A sua inclusão neste texto alarga a esfera de movimentação geográfica dos agentes analísticos, que, desta maneira, não se restringe apenas às duas cidades associadas ao lançamento da política de presúrias afonsina no sector ocidental do reino.

<sup>680</sup> Ao noticiar a ocorrência de uma batalha na província portugalense, e, mais concretamente, no território do castelo de St.<sup>a</sup> Maria, o compilador de St.º Tirso de Riba de Ave refere que a arrancada do rei Bermudo III de Leão sobre «Cimeia» ou «Cemia» terá decorrido na vila de Cesar, em 1045 ([1035]). Segundo o relato do autor, o recontro culminou não só com a vitória das forças régias – a tónica recai mais sobre a ideia de vitória cristã do que de derrota muçulmana –, mas também com a captura do inimigo, cujo destino é a partir daqui silenciado pela fonte. O acontecimento integra-se numa longa sucessão de acontecimentos militares ocorridos em território fronteiriço, embora corresponda a um dos poucos que o compilador associa à memória da presença régia nessa região.

<sup>681</sup> Data incorrecta, por era de 1073 (1035) (?) (Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, p. 296, nota 2).

<sup>682</sup> Questão largamente debatida na historiografia portuguesa contemporânea, a batalha de Ourique tendo sido vista, por diversas vezes, como um dos fundamentos ideológicos da noção histórica de Nacionalidade e do destino providencial do País, sobretudo depois do trabalho de codificação desenvolvido pelos cónegos de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra e os monges de St.<sup>a</sup> Maria de Alcobaça, nas épocas medieval e moderna, em torno de três ideias capitais: por um lado, o milagre da intervenção divina em campo de batalha; por outro, a vitória obtida pela Cristandade contra o Islão; e, por fim, a aclamação do infante como rei (com alguns pormenores resultantes da análise do texto consignado na *Chronica gothorum*, Francisco Ferreira NEVES, «As supostas cortes de Lamego. D. Afonso Henriques, 1.º rei de Portugal», *Arquivo do distrito de Aveiro*, n.º 154, Abril-Junho de 1973, pp. 88-90). Não admira, por isso, que os *Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra* I, interessados em dar uma visão privilegiada da realeza portuguesa, tenham feito deste acontecimento o núcleo de uma longa cadeia de relatos sobre sucessos e insucessos militares, potenciado pelo facto de a lide ter ocorrido no dia da comemoração litúrgica de S. Tiago, o suposto evangelizador da Hispânia. Se as notícias anteriores à batalha se reportam apenas às tribulações sofridas pelos Cristãos na luta contra o domínio muçulmano – sendo

*Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I:*

- **Era de 1177 (1139):** APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I e Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 308).

**PEDROSO** (*locus*)<sup>683</sup>

dignos de destaque a destruição do castelo de St.<sup>a</sup> Olaia, em 1116, e o assédio da cidade de Coimbra, em 1117 (APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I e Anais de Lamego*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 308) –, já as que se lhe seguem primam pelo facto de sublinharem o carácter bélico da realeza afonsina, vitoriosa sobre as forças muçulmanas nas conquistas de Santarém, Lisboa, Sintra, Almada e Palmela, em 1147; Alcácer do Sal, em 1158; Beja, em 1162; e Évora, Moura e Serpa, em 1166 (APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I e Anais de Lamego*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 309-310). Nos anais crúzios, Ourique transforma-se no epicentro simbólico de uma narrativa que se inicia com o relato das derrotas inflingidas pelos Muçulmanos e culmina com a enumeração das vitórias alcançadas pelos Cristãos, sob auspício divino, nos tempos anteriores ao desastre de Badajoz, que, aliás, o texto apenas prenuncia com uma breve notícia sobre a entrada do alcaide Geraldo [Geraldos] na fortificação. Nesta linha de pensamento, Afonso I de Portugal não surge apenas como o guerreiro que encarna um legítimo ideal de ordem política, ao assegurar a definitiva progressão da linha de fronteira entre a Cristandade e o Islão peninsulares, mas também como o mais fiel vassalo de Deus, que, no cumprimento do serviço divino, protagoniza o momento em que se assiste à inauguração de uma renovada e abençoada Cristandade (José MATTOSO, *D. Afonso Henriques...*, pp. 157-166). Sobre a recepção de Ourique como mito fundacional do reino na historiografia portuguesa das épocas moderna e contemporânea, são de leitura imprescindível os trabalhos de Ana Isabel Carvalhão BUESCU, *O milagre de Ourique e a história de Portugal de Alexandre Herculano. Uma polémica oitocentista*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, pp. 123-169; e «A memória das origens. Ourique e a fundação do reino (séculos XV-XVIII)», in *Memória e poder. Ensaio de história cultural (séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, pp. 11-28; tal como a mais recente síntese da questão da autoria de Teresa AMADO, «Ainda sobre o milagre de Ourique», in *Da decifração em textos medievais. IV colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval* (Coordenação de Ana Paiva MORAIS, Teresa ARAÚJO e Rosário Santana PAIXÃO), Lisboa, Edições Colibri, 2003, pp. 301-310. O assunto encontra-se ainda explanado com bastante pertinência em Maria de Lurdes ROSA, «O corpo do chefe guerreiro, as chagas de Cristo e a quebra dos escudos: caminhos da mitificação de Afonso Henriques na Baixa Idade Média», in *2.º congresso histórico de Guimarães. Actas do congresso*, vol. 3: *D. Afonso Henriques na história e na arte*, s.l., Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996, pp. 83-123.

<sup>683</sup> Deve-se, talvez, ao desenlace da batalha de Pedroso, travada entre as forças do rei Garcia de Galiza e do conde Nuno Mendes de Portucale, em 1071, o interesse que os *Anais de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave* colocam na descrição do recontro (veja-se, desde já, José MATTOSO, «Ricos-homens, infanções e cavaleiros», in *Obras completas*, vol. 5: *Ricos-homens, infanções e cavaleiros...*, pp. 17-18 e 30-32). Para além de nos facultar informações sobre o contexto da ocorrência, com destaque para o ano, mês e dia, tal como o local, em referência à cidade e ao rio mais próximos do lugar em que se terá travado a batalha, o compilador refere o facto de esta ter sido protagonizada pelos «Portugalenses» – termo que, neste caso em particular, designa apenas o conjunto dos partidários do conde –, em oposição a Garcia, que, sendo recordado como filho de Fernando – monarca que representa nesta obra o modelo político a seguir, pela sua destreza militar na luta contra o Islão –, surge como que simbolicamente predestinado ao sucesso na lide. Segundo o compilador, a batalha ter-se-á saldado não só pela morte do conde, mas também pela dispersão dos seus partidários. Podemos dizer que estamos diante de uma das mais significativas notícias que a compilação analítica nos transmite, facto que, só por si, sublinha a ressonância que o acontecimento parece ter

*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1109 (1071):** APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 298).

**SAGRAJAS** (*locus*)<sup>684</sup>

*Anais de S. Salvador de Grijó:*

---

alcançado no seio das comunidades letradas do território de fronteira nos finais do século XI. A sua importância deriva também do facto de corresponder ao último episódio em que ali se relata o destino de um membro da família condal portugalense, após uma série de notícias em que os condes se vêem envolvidos em pesadas tribulações, geralmente culminando com a sua morte em circunstâncias pouco claras. De uma forma geral, o compilador dá-nos uma imagem negativa da nobreza condal, em nítido contraponto com a que nos fornece quando se reporta à acção de diferentes membros das famílias infanciais activas em território fronteiriço.

<sup>684</sup> Apenas vinte e cinco anos medeiam entre 1087 ([1086]), ano em que é travada a batalha de Sagrajas, e 1111, data em que a sua memória é consignada nos *Anais de S. Salvador de Grijó*. Durante este curto período de tempo, a memória do acontecimento é reinterpretada à luz do imaginário de uma comunidade monástica que procura encontrar no passado os elementos justificativos de um confronto protagonizado, sem sucesso, pelo rei Afonso VI de Leão contra as forças almorávidas, comandadas por *Yūsuf ibn Tashfīn*. Segundo o testemunho do compilador, teria sido nesta localidade das proximidades de Badajoz que se terá travado em 1087 ([1086]) uma significativa batalha entre as forças cristãs e muçulmanas (para uma pormenorizada descrição da empresa militar, veja-se Vincent LAGARDÈRE, *Le Vendredi de Zallāqa. 23 Octobre 1086*, Paris, Éditions L'Harmattan, 1989; com outras breves considerações sobre a matéria em Matias Ramón MARTÍNEZ Y MARTÍNEZ [Don], *Historia del reino de Badajoz...*, pp. 41-43 e 155-168; Jacinto BOSCH VILÁ, *Los Almorávides...*, pp. 135-137; e Vincent LAGARDÈRE, *Les Almorávides...*, pp. 51-52 e 164-172). Ao recordar a efeméride numa desenvolvida ementa analística – trata-se, de resto, do mais extenso relato de um evento alguma vez registado nas diversas variantes textuais da tradição analística medieval portuguesa –, o autor revela-se particularmente interessado em compreender as razões subjacentes à inesperada derrota dos exércitos cristãos. Para tal, expõe os elementos constitutivos da batalha, iniciando o seu longo relato com a indicação da data de ocorrência – era de 1125, correspondente ao ano de 1087 ([1086]) –, a localização precisa do evento, através da dupla referência ao lugar – Sagrajas – e à cidade mais próxima – Badajoz – do lugar onde se terão encontrado as forças militares, eventualmente para conferir maior veracidade histórica ao seu próprio relato, e a identificação dos seus principais protagonistas – Afonso VI de Leão e *Yūsuf ibn Tashfīn*, coadjuvados respectivamente pelos agentes que o autor designa como *christiani* e *sarraceni* (Carmen OLIVER PÉREZ, «Sarraceno: su etimología e historia», *Al-Qantara. Revista de estudios árabes*, vol. XV, 1994, pp. 99-130). A vitória das forças muçulmanas em campo terá permitido a contenção momentânea dos avanços cristãos, na sequência da conquista de diversas posições no vale do Tejo pelo monarca leonês. Como forma de compensar o insucesso da batalha travada contra as hostes muçulmanas, o compilador insere na sua curta narrativa o relato das conquistas efectivamente alcançadas, sob custódia de Deus, pelo monarca. A este respeito, regista aquelas que se saldaram pela vitória dos exércitos cristãos, destacando, em primeiro lugar, a conquista de Toledo, urbe régia e metrópole eclesiástica, tal como a de Talavera de la Reina e outros castelos das suas imediações, em 1085. Em segundo, não deixa de colocar a tónica sobre a ocupação das praças de Santarém, Lisboa e Sintra, debruçadas sobre a foz do Tejo, em 1093, encerrando o relato das empresas militares com a notícia alusiva à sua morte, ocorrida no ano de 1109.

- **Era de 1125 (1087)**<sup>685</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 299-300).

#### **VALADA** (*locus*)<sup>686</sup>

*Anais de S. Salvador de Grijó:*

- **Era de 1148 (1110)**: APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 301-302).

#### 1.2.2.5. Mosteiros

#### **LEÃO** (*monasterium*)<sup>687</sup>

*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

<sup>685</sup> Data incorrecta, por era de 1124 (1086) (Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, p. 299, nota 4).

<sup>686</sup> O recontro de Valada é, logo depois da batalha de Sagradas, o episódio a que o compilador de S. Salvador de Grijó confere um maior destaque sob o ponto de vista narrativo. Designado como «magnum infortunium», o recontro terá ocorrido em 1110, e nele terão perecido Soeiro Fromarigues e Mido Crescones, pais de Nuno Soares e João Mides, respectivamente, na sequência de um ataque muçulmano – o texto menciona enfaticamente a «multitudo Sarracenorum et Moabitarum et Arabum» – a um acampamento de Cristãos que se dirigiam à cidade de Santarém e tinham escolhido aquele primeiro local para repouso (sobre este assunto em particular, veja-se Henrique Barrilaro RUAS, «A data do desastre de Vatalandi», *Revista portuguesa de história*, t. IV, 1949, pp. 361-373). O interesse que o compilador deposita nesta notícia é, aliás, fácil de se compreender, uma vez que nela terá estado envolvido Soeiro Fromarigues, patrono da comunidade monástica na transição do século XI para o século XII.

<sup>687</sup> A vocação funerária da cidade de Leão está bem documentada no facto de terem sido aí edificadas, durante a Alta Idade Média, alguns dos mais importantes panteões régios leoneses (sobre a eleição dos mosteiros como lugar de sepultura, veja-se, a título geral, José ORLANDIS, «Laicos y monasterios...», pp. 102-103; e, numa perspectiva comparada com a realidade portuguesa, Saul António GOMES, «Os panteões régios monásticos portugueses nos séculos XII e XIII», in *2.º congresso histórico de Guimarães. Actas do congresso*, vol. 4: *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*, s.l., Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996, pp. 281-295). Este dado não é de todo indissociável da sua condição política de capital do reino, o que terá levado à fundação de um mosteiro para o qual foram trasladadas as relíquias de St.º Isidoro, então guardadas em Sevilha, sob iniciativa de Fernando I, em 1063. Da presença deste mosteiro na cidade e da inumação dos sagrados despojos mortais do principal responsável pela trasladação das relíquias, falecido em 1065, fazem eco os *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave*, que com esta notícia encerram o relato dos feitos empreendidos pelo rei em vida. Em Patrick HENRIET, «Hagiographie et politique à León au début du XIII<sup>e</sup> siècle: les chanoines réguliers de Saint-Isidore et la prise de Baeza», *Revue Mabillon*, nova série, t. 8, 1997, pp. 53-82, encontra-se uma análise da génese do mosteiro e a importância do discurso hagiográfico isidoriano na legitimação do poder político leonês.

- **Era de 1103 (1065):** APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa* II (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 297).

## **LORVÃO** (*monasterium*)<sup>688</sup>

*Anais de S. Mamede de Lorvão:*

- **Sem ref.<sup>a</sup> ([NA]):** SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1).

## **2. Os protagonistas**

### **2.1. Cristandade**

#### **2.1.1. Poderes leigos**

##### **2.1.1.1. Reis**<sup>689</sup>

---

<sup>688</sup> Não são hoje conhecidas, com rigor, as origens do mosteiro de S. Mamede de Lorvão. A primeira notícia autêntica que se lhe refere data do ano de 907 (DC 15, de 907.04.13), o que deixa pressupor que a sua fundação talvez tenha ocorrido nos finais do século IX, na sequência da presúria de Coimbra por Hermenegildo Guterres (sobre esta questão em especial, seguimos de perto Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorvão...», pp. 183-239; e Joseph-Maria PIEL, «Sobre a origem do nome...», pp. 33-35; apesar de terem sido mais recentemente propostas novas pistas de análise que vêm contrariar o que se encontra exposto naqueles dois artigos, conforme se depreende da leitura de Nelson Correia BORGES, *O mosteiro de Lorvão...*, pp. 7-13; «Lucêncio...», pp. 143-158; e, ainda do mesmo autor, *Arte monástica...*, vol. I, pp. 53-56 e 60-62). Esta afirmação corrobora-se pelo facto de serem os descendentes do presor os principais patronos da comunidade monástica nas décadas subsequentes à conquista da mais importante cidade do vale do Mondego. Foi, aliás, sob iniciativa dos próprios reis de Leão, tal como da nobreza instalada em território de fronteira, que se registou o crescimento das suas riquezas patrimoniais, facto que acabou por vir a transformá-la numa das mais influentes comunidades da região. Consignada apenas no texto que foi ali fixado nas primeiras décadas do século XII – e sendo claramente silenciada nas restantes compilações analísticas –, a sua memória está relacionada com a listagem dos abades que governaram os destinos da comunidade monástica, destacando-se aí, por ordem de referência textual, os nomes de Justo, João, Teodorico, Dulcídio, Mestúlio, Primo, Benjamim, Ramiro, Ariano e Eusébio, documentados também nos diplomas do cartório monástico. No seu conjunto, estes abades compõem o quadro hierárquico responsável pela administração do mosteiro até ao momento em que se regista a sua temporária integração no padroado da Sé de Coimbra, em 1109, e a posterior restauração da sua autonomia institucional e jurisdicional, em 1116, sob o abade Eusébio. Esta parece também ser uma das razões pela qual recai sobre o último, testemunha presencial dos dois acontecimentos, a mais clara tentativa de valorização analítica da memória construída em torno das dez figuras abaciais.

<sup>689</sup> Os *Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra* I são a única compilação analítica que nos permite distinguir com clareza, pela utilização de diferentes qualificativos, as monarquias cristãs hispânicas do século XII. É certo que, na sua generalidade, os monarcas mencionados nas quatro compilações são aí designados como *rex* ou, mais raramente, *rex domnus*, pelo que parece haver nestes textos uma nítida consciência relativamente à condição política destas figuras da hierarquia cristã hispânica. No entanto, é apenas naquele texto que encontramos os

## a) Reino das Astúrias

### AFONSO III<sup>690</sup>

*Anais de S. Mamede de Lorvão:*

- **Era de 904 (866):** SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1);
- **Era de 911 (873):** SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1).

### ORDONHO I<sup>691</sup>

adjectivos *legionensis* e *portugalensis*, estando o primeiro vocábulo reservado a Afonso VI de Leão, e o segundo, a Afonso I e Mafalda de Portugal (APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa* I e *Anais de Lamego*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 308-309). Todos os restantes reis – entre os quais se contam Ordonho I e Afonso III das Astúrias; Ramiro II, Sancho I, Bermudo II, Afonso V, Bermudo III, Fernando I e Afonso VII de Leão; Sancho II de Castela; Garcia I de Galiza e Portugal; e Sancho I de Portugal – são designados apenas na sua qualidade de monarcas hispânicos. Isto acontece mesmo quando não exercem a função no ano a que se reporta a notícia analística, como se verifica no caso de Sancho I de Portugal, cuja memória é recordada a propósito da sua data de nascimento. A tendência para esta particularização de adjectivos pode considerar-se tardia, uma vez que associada apenas à última compilação analística elaborada em território de fronteira. Embora não saibamos explicar esta questão, é provável que ela esteja relacionada com o facto de os *Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra* I surgirem num contexto de autonomia política da mais recente monarquia cristã hispânica do século XII. Ao efectuar o encómio da realeza portuguesa, representada pela acção de Afonso I, esta compilação atribui ao novo monarca o qualificativo que o diferencia dos restantes reis.

<sup>690</sup> Embora Afonso III das Astúrias seja um dos monarcas em cujo reinado se criam as bases para o restabelecimento das estruturas políticas e administrativas em território de fronteira, ele é também um dos reis aos quais a analística medieval portuguesa reserva um papel aparentemente pouco consentâneo com a importância que efectivamente possui na história da região. Junte-se a isto o facto de a sua memória ser recordada apenas nos *Anais de S. Mamede de Lorvão*, a única das quatro obras que nos dá indicações sobre a conjuntura política daquele território em épocas mais recuadas. O nome de Afonso III surge aqui no momento em que o compilador, ao invocar a morte do seu antecessor, Ordonho I, em 866, refere ter ocorrido no dia de Pentecostes a unção do novo monarca asturiano. Embora se lhe siga uma notícia sobre a presúria de Portucale por Vimara Peres, em 868, é apenas na passagem seguinte, relativa à morte do presor na localidade de Bama, em 873, que o seu nome volta a ser mencionado. Neste passo, o compilador refere a deslocação do monarca a esta vila, seguida do óbito do presor no sexto dia após a sua chegada. Se, em termos narrativos, a memória de Afonso III se limita a ser recordada nestes exíguos termos, a verdade é que ela está envolta num simbolismo que se manifesta no facto de o novo monarca ser saudado como o providencial sucessor de Ordonho I à frente dos destinos políticos do reino, inaugurando para o compilador o momento da história do território de fronteira que terá ficado marcado pela ocorrência não só daquela presúria, mas também da que Hermenegildo [Guterres] viria a conduzir em Coimbra, em 878. Neste sentido, o compilador associa a Afonso III uma memória que faz do monarca um dos agentes responsáveis pela integração do território fronteiriço na ordem política do reino. Esta afirmação corrobora-se também pelo facto de o compilador recordar nas restantes ementas a conquista de Coimbra por Fernando I, em 1064, e a morte de seu filho, Afonso VI, em 1110 ([1109]).

<sup>691</sup> Entre as lacunares notícias que o compilador de *S. Mamede de Lorvão* nos dá sobre o passado do território de fronteira, encontra-se o registo de óbito do rei Ordonho I das Astúrias, ocorrido, segundo o mesmo, no ano de 866, ao qual se sucede a unção de Afonso III como novo monarca no dia de Pentecostes. O nome daquele rei é invocado apenas em sumários

*Anais de S. Mamede de Lorvão:*

- **Era de 904 (866):** SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1).

b) Reino de Leão

### **AFONSO V**<sup>692</sup>

*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1056 (1018)**<sup>693</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 295).

### **AFONSO VI**<sup>694</sup>

---

termos, pelo que Ordonho I não chega propriamente a constituir um agente narrativo nesta compilação analística. Ao relatar o acontecimento, o compilador pode ter sido motivado pela necessidade de reafirmar Afonso III – que, juntamente com Vímara Peres e Hermenegildo [Guterres], surge como um dos principais responsáveis pelo restabelecimento da ordem política e administrativa em território de fronteira – como o legítimo herdeiro do reino após o óbito daquele monarca. Neste sentido, ao falecido rei acaba por ser dado um papel de representante de uma ordem política cuja legitimidade parece também derivar do facto de ter sido sancionada por preceitos divinos.

<sup>692</sup> Recuperando a memória dos principais representantes da monarquia leonesa implicados em acontecimentos que marcaram o destino político do território de fronteira, os *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave* registam numa brevíssima ementa a morte do rei Afonso V de Leão em Viseu, ocorrida, segundo o compilador, em 1018 ([1028]), data que é posta em paralelo na mesma obra com a morte do conde Nuno Alvites de Portucale (sobre esta questão em particular, veja-se Alfonso SÁNCHEZ CANDEIRA, «Sobre la fecha...», pp. 132-135). O autor silencia as circunstâncias em que terá ocorrido o óbito régio. É, contudo, lícito pensar que a inclusão desta efeméride no texto se deva ao facto de estar associada ao assédio de Viseu pelas forças cristãs. O vocábulo utilizado para traduzir a sua morte, «obiit», encontra paralelos nas passagens do texto que se reportam ao óbito do conde Nuno Alvites, em 1018 ([1028]), tal como do rei Bermudo III de Leão, em 1047 ([1037]), aparentemente sem deixar transparecer as circunstâncias violentas que as restantes fontes apontam como principal causa das mortes condaís (APV, Recensão longa de 1079, secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 295-296) (sobre o reinado de Afonso V, José María FERNÁNDEZ DEL POZO, *Afonso V (999-1028). Vermudo III (1028-1037)...*, pp. 5-228).

<sup>693</sup> Data incorrecta, por era de 1066 (1028) (Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, p. 295, nota 2).

<sup>694</sup> O papel de destaque que o rei Afonso VI de Leão desempenha na conjuntura política hispânica de finais do século XI reflecte-se no texto compilado pelo analista de St.º Tirso de Riba de Ave, que o identificam como filho de Fernando I e irmão de Sancho e Garcia. A identificação não se processa apenas nestes termos, na medida em que, após a ementa relativa à morte do primeiro irmão às portas de Zamora, em 1072 (APV, Recensão longa de 1079, secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 298), o analista refere como Afonso VI terá assumido o governo da Hispânia, conduzindo numerosas empresas militares contra os Muçulmanos e impondo-lhes pesados tributos. É neste contexto que devemos também compreender a segunda e última ementa relativa ao monarca no mesmo texto, que lhe atribui, em 1077, a conquista da cidade de Cória. No conjunto das efemérides que cobrem o período que vai de 1085 a 1109, o analista de S. Salvador de Grijó concentra grande parte da sua atenção sobre a acção militar do rei Afonso



*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1110 (1072):** APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II e Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 298);
- **Era de 1115 (1077):** APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II e Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 299).

*Anais de S. Salvador de Grijó:*

- **Era de 1123 (1085):** APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 299);
- **Era de 1125 (1087)**<sup>695</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 299-300);

---

VI. Assim o comprova o facto de fazer corresponder a este espectro diacrónico, identificado com o percurso biográfico do monarca, um total de cinco notícias, quatro das quais reportáveis à figura régia, e uma, em que o compilador volta a mencionar o nome do monarca para apontar os laços de parentesco que o uniam a Henrique de Borgonha, casado com a sua filha Teresa, e referir a eclosão de novas revoltas muçulmanas. Destas quatro notícias, por sua vez, três podem relacionar-se com uma componente militar, cabendo apenas à restante a recordação do fatídico momento que o autor associa à morte régia. Neste sentido, é lícito dizer que, para o compilador de Grijó, a memória da realeza cristã hispânica representada por Afonso VI de Leão está determinada pela sua acção militar, nomeadamente como resultado da obtenção de significativas vitórias em campanhas dirigidas contra cinco fortificações muçulmanas da bacia do rio Tejo – Toledo e Talavera de la Reina, em 1085; e Santarém, Sintra e Lisboa, em 1093 – e uma derrota localizada no lugar de Sagrajas, nas imediações de Badajoz, em 1087 ([1086]) (veja-se, em particular, Ramón MENÉNDEZ PIDAL, «Adefonsus, imperator toletanus, magnificus triumphator», *Boletín de la Academia de la Historia*, t. C, 1932, pp. 513-538; e Jorge Alberto SERRANO REDONNET, «Ovetensis monete», pp. 173-175). Uma vez que este monarca ocupa metade das notícias transmitidas pelo autor, sendo inclusive recordado no âmbito de eventos que não lhe dizem directamente respeito, Afonso VI transforma-se num verdadeiro modelo de autoridade régia, capaz de restabelecer o domínio das forças cristãs sobre o vale do Tejo através de uma política de conquista das suas principais praças fortificadas. A sua memória surge, pois, associada à transferência da fronteira entre a Cristandade e o Islão peninsulares para a bacia do Tejo, marcando um momento fundamental no avanço dos exércitos cristãos sobre territórios administrados pelas forças muçulmanas, sobretudo após a fixação dos limites fronteiriços no vale do Mondego, na sequência da conquista da cidade de Coimbra no reinado do seu pai e antecessor, Fernando I, em 1064. Embora o compilador escreva o seu texto em data bem posterior à morte do monarca, a sua memória parece ser exaltada também porque a restauração da vida em comunidade se fez durante o seu reinado, por iniciativa dos próprios senhores de Grijó. Quando, nos inícios do século XII, o analista de S. Mamede de Lorvão menciona o nome do monarca, é apenas na qualidade de régio defunto que o texto o recorda, numa ementa atribuída ao ano de 1110 ([1109]). O mesmo virá a acontecer, décadas mais tarde, com o analista de St.ª Cruz de Coimbra, autor que cita novamente o nome do rei no momento em que é dada notícia do respectivo óbito, atribuído, contudo, a 1109.

<sup>695</sup> Data incorrecta, por era de 1124 (1086) (Pierre DAVID, «Annales portugallenses veteres», in *Études historiques...*, p. 299, nota 4).

- **Era de 1131 (1093)**<sup>696</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 300-301);
- **Era de 1147 (1109) (2 entradas)**: APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 301).

*Anais de S. Mamede de Lorvão*:

- **Era de 1148 (1110)**<sup>697</sup>: SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1).

*Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I*:

- **Era de 1147 (1109)**: APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* e *Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 308).

#### [AFONSO VII]<sup>698</sup>

*Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I*:

- **Era de 1195 (1157)**: APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* e *Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 309).

<sup>696</sup> Sobre a cronologia do tópico analístico, Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, p. 301, nota 1.

<sup>697</sup> Data incorrecta, por era de 1147 (1109). Refira-se que tanto os *Anais de S. Salvador de Grijó* como os *Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I* registam, para a mesma efeméride, o ano de 1109 (APV, Recensão longa de 1079, secção IV, seg. *Chronica gothorum*; e Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* e *Anais de Lamego*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 301 e 308).

<sup>698</sup> Tendo como corolário a separação dos reinos de Leão e Castela, a morte do rei Afonso VII, em 1157, é recordada pelos *Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I* em termos que acentuam a prestigiada condição de que esta personagem goza no palco político hispânico de meados do século XII. Se os restantes monarcas peninsulares referidos no texto, como Afonso VI de Leão e Afonso I de Portugal, são aí genericamente designados como *reges*, o título atribuído pelo compilador àquele primeiro rei é, ao invés, o de *imperator Hispaniae*, facto único em todas as compilações analísticas que temos vindo a estudar. Esta privilegiada condição, tal como as estreitas e nem sempre pacíficas relações que manteve com a realeza portuguesa, representada naquela obra por Afonso I, pode ter estado na base da inclusão de uma notícia alusiva ao seu óbito – o vocábulo que exprime a ocorrência, «obiit», encontra paralelos apenas no registo do falecimento da rainha Mafalda (APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 309) –, embora nos pareça importante sublinhar que o compilador oblitera por completo o seu nome, tratando-o apenas na sua qualidade de agente político (sobre o papel de Afonso VII na conjuntura de independência do reino de Portugal em meados do século XII, Bernard REILLY, «Alfonso VII of León-Castilla, the house of Trastámara, and the emergence of the kingdom of Portugal», *Mediaeval studies*, vol. 63, 2001, pp. 193-221).

## BERMUDO II<sup>699</sup>

*Anais de S. Mamede de Lorvão:*

- **Sem ref.<sup>a</sup> ([NR]):** SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1).

## BERMUDO III<sup>700</sup>

*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1083 (1045)<sup>701</sup>:** APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 296);
- **Era de 1065 (1027) (seg. *Livro da noa II*)<sup>702</sup> ou Era de 1085 (1047) (seg. *Chronica gothorum*)<sup>703</sup>:** APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 296).

## FERNANDO I<sup>704</sup>

---

<sup>699</sup> É a Bermudo II que se pode atribuir, juntamente com Ramiro II e Sancho I, o nome de um dos três reis citados logo nos inícios dos *Anais de S. Mamede de Lorvão*. O monarca é designado pelo compilador apenas como «Veremudus rex» (sobre o reinado de Bermudo II, Alfonso CEBALLOS-ESCALERA Y GILA, *Ordoño III (951-956)*. *Sancho I (956-966)*. *Ordoño IV (958-959)*. *Ramiro III (966-985)*. *Vermudo II (982-999)*, Burgos, Editorial La Olmeda, 2000, pp. 157-195).

<sup>700</sup> De entre os vários monarcas leoneses mencionados nos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave*, Bermudo III é aquele que o compilador recorda como tendo protagonizado em 1045 ([1035]) a arrancada sobre as forças muçulmanas lideradas por «Cimeia» ou «Cemia», na vila de Cesar, no território do castelo de St.<sup>a</sup> Maria, na província portugalense. Associando a sua memória à dos monarcas empreendedores de feitos militares, o autor regista como, durante a batalha, as forças muçulmanas terão sido derrotadas e o seu chefe capturado pelas hostes cristãs. A efeméride que se lhe segue volta a citar o nome do rei, desta vez num contexto em que o compilador celebra apenas a ocorrência da respectiva data de óbito, em 1027 ou 1047 ([1037]), segundo os relatos cronologicamente divergentes do *Livro da noa II* e da *Chronica gothorum* (sobre o reinado de Bermudo III, José María FERNÁNDEZ DEL POZO, *Alfonso V (999-1028)*. *Vermudo III (1028-1037)*..., pp. 229-267).

<sup>701</sup> Data incorrecta, por era de 1073 (1035) (?) (Pierre DAVID, «Annales portugalenses veteres», in *Études historiques*..., p. 296, nota 2).

<sup>702</sup> Data incorrecta, por era de 1075 (1037) (Pierre DAVID, «Annales portugalenses veteres», in *Études historiques*..., p. 296, nota 2).

<sup>703</sup> Data incorrecta, por era de 1075 (1037) (Pierre DAVID, «Annales portugalenses veteres», in *Études historiques*..., p. 296, nota 2).

<sup>704</sup> Pelo seu dinamismo guerreiro e pela providencial capacidade de reconquistar para a causa cristã os territórios de fronteira subjugados pelas forças muçulmanas, Fernando I é o modelo por excelência da realeza cristã hispânica na analística medieval portuguesa. A sua memória surge em grande destaque nos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave* – é, de resto, a personagem à qual se concede neste texto uma mais regular e sempre cuidada presença –, embora também os *Anais de S. Salvador de Grijó* e os *Anais de S. Mamede de Lorvão* se reportem às acções que individualizaram o seu longo reinado. São várias as referências consagradas pelos respectivos compiladores à memória fernandina, relacionada, tal como acontece com as dos seus homólogos, os reis Afonso VI de Leão e Afonso I de Portugal, com a ideia de comando

*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1095 (1057) (2 notícias)**<sup>705</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 296);
- **Era de 1096 (1058)**<sup>706</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 297);
- **Era de 1102 (1064) (2 notícias)**<sup>707</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 294 e 297);
- **Era de 1103 (1065)**: APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 297);

---

das forças militares no quadro das acções de conquista e reconquista das praças muçulmanas do território de Entre-Douro-e-Mondego no século XI (veja-se Pilar BLANCO LOZANO, «La intervención de Fernando I...», pp. 335-356; e Mário Jorge BARROCA, *Do castelo da reconquista...*, pp. 26-59). Ao registar a memória do régio guerreiro leonês casado com a rainha Sancha, o compilador de St.º Tirso de Riba de Ave coloca-a em paralelo com a conquista das localidades de Lamego, em 1057; Viseu, Seia, S. Martinho de Mouros, Travanca e Penalva, para além de outras fortificações não-especificadas, em 1057 ou 1058, segundo os relatos cronologicamente divergentes do *Livro da noa II* e da *Chronica gothorum*; e Coimbra, em 1064. As três primeiras efemérides, porque associadas pelo autor às festas litúrgicas dos santos mártires Saturnino, Cucufate e Cristóvão, surgem aqui como expressão do providencial destino do monarca, que atinge com o assalto a Coimbra o ponto culminante da sua estratégia ofensiva em território de fronteira. Morto em 1065, a sua memória fúnebre é igualmente posta em evidência pelo compilador, que a relaciona com a deposição dos seus sagrados despojos mortais no mosteiro e panteão régio de St.º Isidoro de Leão (o acontecimento repercute-se de formas muito variadas nas fontes da época, como se depreende da leitura dos trabalhos de Charles Julian BISHKO, «Liturgical intercession at Cluny for the king-emperors of León», *Studia monastica*, vol. 3, fasc. 1, 1961, pp. 53-76; e «The liturgical context of Fernando I's last days according to the so-called "Historia silense"», *Hispania sacra. Revista de historia eclesiástica*, vol. XVII: *Miscelânea en memoria de Dom Mario Férotin. 1914-1964*, n.ºs 33-34, fasc. único, MCMLXIV, pp. 47-59, acentuando a integração da abençoada memória do monarca no plano das comemorações litúrgicas da Igreja). O compilador volta ainda a recordar a imagem póstuma do monarca, relacionando-a num plano dinástico com os seus filhos Garcia, Sancho e Afonso. O que se encontra nos *Anais de S. Salvador de Grijó* é o mesmo tipo de registo – o autor põe-no novamente em paralelo com a figura de Afonso –, embora aqui representando um modelo de realeza guerreira transmitido e perpetuado pela via do sangue pelo novo monarca leonês, o conquistador de Toledo. Neste sentido, quando os *Anais de S. Mamede de Lorvão* procuram fixar um conjunto de efemérides relativas à história do território de fronteira, a imagem que aí se desenha a propósito do rei é, mais uma vez, a de uma personagem cujo percurso se confunde com os seus próprios sucessos militares: para este último compilador, Fernando I é o conquistador de Coimbra.

<sup>705</sup> Sobre a cronologia do tópico analístico, Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, pp. 296-297, nota 3.

<sup>706</sup> Sobre a cronologia do tópico analístico, Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, pp. 296-297, nota 3.

<sup>707</sup> Sobre a cronologia do tópico analístico, Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, p. 297, nota 1.

- **Era de 1109 (1071):** APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 298);
- **Era de 1110 (1072):** APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 298).

*Anais de S. Salvador de Grijó:*

- **Era de 1147 (1109):** APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 301).

*Anais de S. Mamede de Lorvão:*

- **Era de 1102 (1064):** SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1).

## **RAMIRO II**<sup>708</sup>

*Anais de S. Mamede de Lorvão:*

- **Sem ref.<sup>a</sup> ([NR]):** SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1).

## **SANCHIA**<sup>709</sup>

*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1095 (1057)**<sup>710</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 296).

<sup>708</sup> O nome de Ramiro II é apontado, juntamente com os de Sancho I e Bermudo II, logo nos inícios dos *Anais de S. Mamede de Lorvão*. O compilador limita-se apenas a designá-lo como «Ranemirus rex» (sobre o reinado de Ramiro II, Justiniano RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, *Ramiro II, rey de León...*, 1998; com considerações mais específicas sobre a acção do monarca em território de fronteira em Emilio SÁEZ, «Ramiro II, rey de “Portugal”...», pp. 271-290; M. Rubén GARCÍA ÁLVAREZ, «Sobre la cronología...», pp. 125-166; e, do mesmo autor, «Tres apéndices...», pp. 32-59).

<sup>709</sup> À semelhança de várias outras personagens femininas, cuja imagem na analística medieval portuguesa parece estar dependente da sua condição de filha ou de mulher dos mais celebrados monarcas cristãos hispânicos, Sancha é recordada nos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave* como mulher do rei Fernando I, o conquistador de Lamego, em 1057. Na única versão do texto em que o seu nome é apontado, constante da *Chronica gothorum*, é-lhe atribuído o título de *regina domna*, análogo ao que os *Anais de S. Salvador de Grijó* atribuem a Teresa de Leão, e os *Anais de St.ª Cruz de Coimbra I*, a Mafalda de Portugal (APV, Recensão longa de 1079, secção IV, seg. *Chronica gothorum*; e Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 301 e 309).

<sup>710</sup> Sobre a cronologia do tópico analístico, Pierre DAVID, «Annales portugaises vetères», in *Études historiques...*, pp. 296-297, nota 3.

## SANCHO I<sup>711</sup>

*Anais de S. Mamede de Lorvão:*

- **Sem ref.<sup>a</sup> ([NR]):** SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1).

c) Reino de Castela

## SANCHO II<sup>712</sup>

*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1110 (1072):** APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 298).

d) Reino de Galiza e Portugal

## GARCIA<sup>713</sup>

---

<sup>711</sup> Sancho I é, juntamente com Ramiro II e Bermudo II, um dos três reis cujo nome é mencionado nos inícios dos *Anais de S. Mamede de Lorvão*. O monarca é designado pelo compilador apenas como «Santius rex» (sobre o reinado de Sancho I, Alfonso CEBALLOS-ESCALERA Y GILA, *Ordoño III* (951-956). *Sancho I* (956-966). *Ordoño IV* (958-959). *Ramiro III* (966-985). *Vermudo II* (982-999), Burgos, Editorial La Olmeda, 2000, pp. 95-110).

<sup>712</sup> É provável que a referência dos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave* à morte do rei Sancho II de Castela, durante o cerco da cidade de Zamora, então na posse de sua irmã Urraca, se deva ao facto de o monarca ser filho de Fernando I, recordado no texto como um modelo de realeza cujo prestígio guerreiro se sublinha na sequência das conquistas de Lamego, Viseu e Coimbra, entre 1057 e 1064 (APV, Recensão longa de 1079, secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 294 e 296-297). Esta relação de filiação é também posta em evidência quando o compilador se refere a Garcia I de Galiza e Portugal, o vencedor das hostes lideradas pelo conde Nuno Mendes na batalha de Pedroso, em 1071 (APV, Recensão longa de 1079, secção III, seg. *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 298). Na notícia que se segue ao registo de óbito de Sancho II, a funesta efeméride é relacionada com a concentração do poder político nas mãos de seu irmão, Afonso VI, que, na expressão do texto, terá assim obtido o direito de governo sobre a totalidade do *regnum Hispaniae*, inaugurando um período de prolongados confrontos militares e pagamento de tributos por parte das autoridades muçulmanas.

<sup>713</sup> Garcia, ao ser recordado pelo compilador de St.º Tirso de Riba de Ave na qualidade de rei e filho de Fernando I, surge nesta compilação analística como um monarca predestinado a alcançar um importante sucesso militar, responsável por precipitar a falência da própria família condal portugalense. A sua proximidade àquele que é aí considerado o mais acabado exemplo de rei cumpridor dos preceitos divinos acaba por fazer desta figura o agente vitorioso de uma batalha travada em Pedroso, entre Braga e o rio Cávado, em 1071, num contexto de revolta do conde Nuno Mendes de Portucale, que pode ter sido potenciada pela ainda recente morte de Fernando. Neste passo em particular, o compilador faz de Garcia o representante isolado de uma das facções do conflito, que, uma vez em campo de batalha, parece ter alcançado uma vitória sobre as hostes revoltosas que culmina não só com a morte do conde e a dispersão dos seus partidários, mas também com uma implícita condenação por parte do autor, interessado em projectar uma imagem negativa sobre o conde que, por inerência de funções, deveria ter-se mantido fiel ao rei.

*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1109 (1071):** APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 298).

e) Reino de Portugal

**AFONSO I**<sup>714</sup>

---

<sup>714</sup> Embora a recordação dos feitos militares de Afonso I de Portugal seja um apanágio dos *Anais de St.ª Cruz de Coimbra I* (sobre a figura de Afonso I, veja-se, por todos, José MATTOSO, *D. Afonso Henriques...*, 2006; sobre a sua recepção na analística medieval portuguesa, José ANTUNES, *A cultura erudita portuguesa...*, pp. 37-56; e Bernardo Vasconcelos e SOUSA, «D. Afonso Henriques nas primeiras crónicas portuguesas», in *2.º congresso histórico de Guimarães. Actas do congresso*, vol. 3: *D. Afonso Henriques na história e na arte*, s.l., Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996, pp. 21-31), a continuação de 1113 a 1122 dos *Anais de S. Salvador de Grijó* retém desta figura apenas a imagem do ainda tenro infante portugalense, filho dos condes Henrique e Teresa e neto do rei Afonso VI de Leão. O seu nascimento é aqui atribuído ao ano de 1113 (questão debatida com abundantes pormenores em A. de Almeida FERNANDES, *Viseu, Agosto de 1109, nasce D. Afonso Henriques*, Viseu, SACRE/Fundação Mariana Seixas, 2007). Mas é o sucesso por si obtido nas acções de reconquista sobre o Islão que merece um mais acentuado destaque por parte do compilador crúzio, interessado em recordar a imagem do seu régio protector, e, sobretudo, associar-lhe os mais gloriosos feitos militares até então alcançados pelas hostes portuguesas com o avanço definitivo da fronteira até ao território de Além-Tejo (em termos gerais, Peter FEIGE, «Die Anfänge des portugiesischen Königstums...», pp. 167-204 e 215-312; sobre a estratégia adoptada por este monarca para a região de fronteira, Amélia Aguiar ANDRADE, «Afonso Henriques e a fronteira Noroeste: contornos de uma estratégia», in *A construção medieval do território*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 75-86). Ao fazê-lo, não deixa de comemorar a providencial vitória dos Cristãos em Ourique, em 1139, sob protecção de S. Tiago, o apóstolo que teria evangelizado a Hispânia, e invoca as bem sucedidas conquistas de Santarém, Lisboa, Sintra, Almada e Palmela, em 1147; Alcácer do Sal, em 1158; Beja, em 1162; e Évora, Moura e Serpa, em 1166, fazendo de Afonso o conquistador das praças muçulmanas do Entre-Tejo-e-Guadiana (para uma imagem geral do significado das conquistas urbanas afonsinas nas fontes analísticas e cronísticas, Maria Ângela BEIRANTE, «D. Afonso Henriques e as cidades», in *2.º congresso histórico de Guimarães. Actas do congresso*, vol. 5: *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*, s.l., Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996, pp. 226-229). Assim sendo, o monarca visado está para os *Anais de St.ª Cruz de Coimbra I* como Fernando I está para os *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave*, ou Afonso VI, para os *Anais de S. Salvador de Grijó*, numa correlação textual de forças que faz destes três reis os mais acabados representantes do ideal hispânico de Cristandade guerreira reconquistadora. Esta imagem projecta-se não só no uso privilegiado do título de *rex* com que é em todos os casos citado pelo compilador crúzio (Rui de AZEVEDO, «Ainda sobre a data em que Afonso Henriques tomou o título de rei», *Revista portuguesa de história*, t. I, 1941, pp. 177-183; e José ANTUNES, *A cultura erudita portuguesa...*, pp. 11-20, vista neste caso sob o prisma da sublimação diplomática dos actos de poder e jurisdição), mas também na produção de uma posterior imagem do monarca na cronística nacional (sobre a construção medieval da figura régia e a sua recepção na historiografia portuguesa, aconselham-se os trabalhos de José MATTOSO, «As três faces de Afonso Henriques» e «A nova face de Afonso Henriques», in *Obras completas*, vol. 1: *Naquele tempo. Ensaios de história medieval*, s.l., Círculo de Leitores, 2000, pp. 469-484 e 485-500, respectivamente; e ainda, do mesmo autor, «A realeza de Afonso Henriques», in *Obras completas*, vol. 6: *Fragmentos de uma composição medieval. O essencial sobre a formação da Nacionalidade. O essencial sobre a cultura medieval*

*Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I:*

- **Era de 1177 (1139):** APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* e *Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 308);
- **Era de 1185 (1147) (2 entradas):** APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* e *Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 309);
- **Era de 1196 (1158):** APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* e *Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 309);
- **Era de 1200 (1162):** APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* e *Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 309);
- **Era de 1204 (1166):** APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* e *Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 310).

**MAFALDA**<sup>715</sup>

*Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I:*

- **Era de 1195 (1157):** APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 309).

---

portuguesa. *O essencial sobre os provérbios medievais portugueses*, s.l., Círculo de Leitores, 2001, pp. 170-183).

<sup>715</sup> Embora não tenhamos dados que justifiquem a existência de uma notícia alusiva ao óbito de Mafalda de Portugal nos *Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I*, é provável que a sua inclusão nesta compilação analística se deva ao facto de o ano de 1157, ao qual está associado o evento, corresponder também à data em que se regista o óbito de Afonso VII, o imperador da Hispânia. Parece-nos importante sublinhar a existência de um paralelismo na construção frásica das duas notícias, dado pela utilização do verbo «obiit», uma vez que esta solução contrasta com a que é adoptada a respeito de Afonso VI de Leão, cuja morte se exprime pelas locuções «transmigratus est» e «mortuus est», de acordo com os testemunhos do *Livro da noa I* e dos *Anais de Lamego*, respectivamente. O mesmo se verifica quanto ao título *portugalensis regina*, que encontra claras analogias na expressão *portugalensis rex*, referente a Afonso I de Portugal, e paralelos próximos nos títulos atribuídos pelos *Anais de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave* a Sancha de Leão, mulher de Fernando I, e ainda pelos *Anais de S. Salvador de Grijó* a Teresa de Leão, mulher de Henrique de Borgonha, designadas como *regina domna* (APV, Recensão longa de 1079, secção III, seg. *Chronica gothorum*; e secção IV, seg. *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 296 e 301). O facto merece ser destacado no conjunto das efemérides descritas pelo autor também por se tratar da única menção à morte de uma figura feminina na analística medieval portuguesa.



## SANCHO I<sup>716</sup>

*Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I:*

- **Era de 1190 (1152) (seg. *Anais de Lamego*)<sup>717</sup> ou Era de 1192 (1154) (seg. *Livro da noa I*):** APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* e *Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 310).

### 2.1.1.2. Condes<sup>718</sup>

<sup>716</sup> O nascimento do infante Sancho, ao apresentar-se como uma das notícias que encerram os *Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I*, reveste-se nesta compilação analística de um especial simbolismo (sobre a figura de Sancho I, veja-se, por todos, Maria João Violante BRANCO, *D. Sancho I. O filho do fundador*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006; sobre a sua recepção na analítica medieval portuguesa, P. DAVID, «La première campagne d'Abou Yousof Al Mansour contre Silves (1190)», *Bulletin des études portugaises et de l'Institut Français au Portugal*, nova série, t. 16, 1952, pp. 177-178). Não obstante as discrepâncias quanto à data em que terá ocorrido o evento, segundo as duas versões do texto – o *Livro da noa I* aponta o ano de 1154, e os *Anais de Lamego*, o de 1152 –, a verdade é que este acontecimento pode considerar-se único em todas as compilações analíticas que temos vindo a estudar. Trata-se, de facto, de uma ementa que nos remete para o nascimento daquele que é já recordado pelo compilador como *rex*, apesar de se tratar ainda de um infante. Este aspecto, juntamente com as notícias alusivas à acção militar do rei Afonso I de Portugal e à morte da rainha Mafalda, permite-nos falar da existência de efemérides dinásticas, ligadas à casa real portuguesa, prenunciadoras do futuro da monarquia na sequência da batalha de Ourique. Para além de providencial guerreiro, Afonso I, responsável pela conquista e a integração das mais significativas posições estratégicas do território de Entre-Tejo-e-Guadiana na causa cristã, num quadro conjuntural que assiste à progressiva emergência da realeza medieval portuguesa no conjunto das restantes entidades políticas hispânicas, transforma-se assim no fundador de uma estirpe identificada com o destino do reino de Portugal, onde se incluem, para além da mulher e do filho, o avô Afonso VI e o primo [Afonso VII], soberanos cujos feitos são silenciados pelo compilador (sobre a representação do princípio dinástico na pessoa do monarca medieval português, Paulo MERÊA, «Organização social e administração pública», in *Estudos de história de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2006, pp. 152-155).

<sup>717</sup> Data incorrecta, por era de 1192 (1154) (Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, p. 310, nota 1).

<sup>718</sup> É nos *Anais de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave*, tal como nos *Anais de S. Mamede de Lorvão*, que se encontra o relato das efemérides sobre o passado condal do território de fronteira. Os condes são identificados como tal em todas as notícias coligidas no primeiro texto, como se comprova pelo facto de Mendo [Gonçalves], Alvito Nunes, Nuno Alvites, Mendo [Luz] ou Mendo [Nunes] e Nuno Mendes receberem aí a designação de *comites* (APV, Recensão longa de 1079, secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 295 e 298). Contudo, este tipo de registo não encontra eco no segundo texto, que, embora não deixe de fazer luz sobre a acção de Vímara Peres e Hermenegildo [Guterres], se limita apenas a mencionar os respectivos nomes e a atribuir, ao segundo, o qualificativo de *comes*. Este vocábulo surge igualmente nos *Anais de S. Salvador de Grijó*, mais concretamente em ementas relativas a Raimundo e Henrique de Borgonha, que, para além de receberem a designação que acentua a sua condição hierárquica, são ainda identificados pelo compilador como maridos de Urraca e Teresa de Leão. Estas, por sua vez, tendem a ser identificadas pela referência ao seu pai, Afonso VI, e respectivos maridos, apesar de ser também atribuída à segunda o qualificativo de *regina*. Sobre a nobreza condal, veja-se, por todos, José MATTOSO, *Obras completas*, vol. 2: *Identificação de um País...*, p. 86; e, do mesmo

a) Condado de Portucale<sup>719</sup>

**ALVITO NUNES**<sup>720</sup>

*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1054 (1016):** APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 295).

**MENDO [GONÇALVES]**<sup>721</sup>

*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

---

autor, «Ricos-homens, infanções e cavaleiros», in *Obras completas*, vol. 5: *Ricos-homens, infanções e cavaleiros...*, pp. 17-32.

<sup>719</sup> É com base num total de sete efemérides, cronologicamente situadas entre 868 e 1071, que as compilações analísticas produzidas nos mosteiros de St.º Tirso de Riba de Ave e S. Mamede de Lorvão descrevem o passado da família condal portugalense. No seu conjunto, estes textos abrangem uma diacronia de duzentos e três anos, fazendo corresponder ao século IX duas notícias, datadas de 868 e 873; e, ao século XI, cinco, de 1008, 1016, [1028], 1034 ([1037] ou [1044]) e 1071.

<sup>720</sup> Embora os *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave* não sejam claros na descrição da efeméride, é provável que o conde Alvito Nunes tenha morrido durante o ataque normando ao castelo de Vermoim, situado no território de Braga, em 1016 (sobre este acontecimento em particular, leia-se Rui Pinto de AZEVEDO, «A expedição de Almançor...», pp. 85-88; e Eduardo MORALES ROMERO, *Os Viquingos en Galicia*, Santiago de Compostela, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico da Universidade de Santiago de Compostela, 1997, p. 139). O principal argumento a favor desta hipótese reside no facto de os condes presentes no texto – com destaque para Mendo [Gonçalves], em 1008, Nuno Alvites, em [1028], Mendo [Luz] ou Mendo [Nunes], em 1034 ([1037] ou [1044]), e Nuno Mendes, em 1071 (APV, Recensão longa de 1079, secção III, seg. *Livro da noa* II e *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 295 e 298) –, estarem associados a episódios que culminam com a sua própria morte, em circunstâncias pouco claras ou até mesmo totalmente desconhecidas. Ao contrário da posição adoptada nestes últimos casos, em que o registo de óbito é explícito, a passagem relativa àquele conde menciona apenas a sua presença no momento em que tem lugar o assalto ao castelo (José MATTOSO, «As famílias condaís portugalenses dos séculos X e XI», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa...*, pp. 83-84, ref.<sup>a</sup> E).

<sup>721</sup> Sem mais pormenores, a referência ao conde Mendo, que deve provavelmente identificar-se com Mendo [Gonçalves], filho de Gonçalo Mendes, nos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave* é feita apenas com a intenção de se registar a respectiva data de óbito, em 1008, à semelhança do que se passa com o conde Nuno Alvites (APV, Recensão longa de 1079, secção III, seg. *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 295). Não há nesta compilação analística qualquer dado que possa reportar-se ao evento, até porque as notícias que enquadram a efeméride não lhe são cronologicamente próximas. No entanto, é possível avançar-se a hipótese de o conde ter falecido de morte violenta, como o sugere a semântica da locução «occisus fuit», utilizada também, por vezes com a variante «occisus est», a propósito da morte do conde Mendo [Luz] ou Mendo [Nunes], em 1034 ([1037] ou [1044]); do infanção Gonçalo Trastamires, em 1038; e do rei Sancho II de Castela, em 1072 (APV, Recensão longa de 1079, secção III, seg. *Livro da noa* II e *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 295-296 e 298) (José MATTOSO, «As famílias condaís portugalenses dos séculos X e XI», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa...*, pp. 111-112, ref.<sup>a</sup> D).

- **Era de 1046 (1008):** APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 295).

## MENDO [LUZ] ou MENDO [NUNES]<sup>722</sup>

*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1072 (1034)**<sup>723</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 295).

## NUNO ALVITES<sup>724</sup>

<sup>722</sup> Uma vez que os *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave* omitem o patronímico da personagem identificada no texto apenas com o conde Mendo, é hoje difícil saber ao certo se se trata de Mendo Luz, filho de Lucídio Alvites, ou, pelo contrário, de Mendo Nunes, filho de Nuno Alvites. Levantam-se também sérias dúvidas quanto à data exacta da sua morte, que a compilação analística situa em 1034 e o respectivo editor corrige para 1037, atendendo ao enquadramento textual da efeméride. Se se identificar aquela personagem com Mendo Luz, a data proposta no texto pode ser admitida, até porque não existem outros documentos que se reportem a esta figura para além daquele último ano. Na eventualidade de se identificar com Mendo Nunes, é necessário, por um lado, ter em conta o facto de a personagem continuar a aparecer nos documentos para além daquele ano, vindo a falecer ainda antes de 1053, e, por outro, corrigir a data proposta, deslocando-se a períclope dentro da própria compilação analística. Uma vez que a notícia é apresentada na sequência da conquista de Montemor-o-Velho por Gonçalo Trastamires, em 1034 (APV, Recensão longa de 1079, secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 295), é lícito pensar na hipótese de a ordem das efemérides permitir o esclarecimento desta questão, e, neste caso, atribuir-se a notícia ao conde Mendo Luz, o primeiro conquistador desta praça do Baixo Mondego, pouco antes de 1019. Por outro lado, porque o compilador não põe em paralelo as duas notícias a que atribui a data de 1034, é provável que este registo de óbito se reporte, de facto, ao ano de 1037 ou de 1044, razão pela qual teria separado as duas entradas. Seja como for, a passagem é omissa quanto às circunstâncias da morte do conde, dizendo apenas que terá ocorrido nas margens do rio Gadanha, um pequeno afluente da margem esquerda do rio Minho, provavelmente de causa violenta, como o sugere a utilização da locução «occisus fuit». Expressão semelhante é utilizada nesta compilação analística, por vezes com a variante «occisus est», quando o seu autor menciona a morte do conde Mendo [Gonçalves], em 1008; do infanção Gonçalo Trastamires, em 1038; e do rei Sancho II de Castela, em 1072 (APV, Recensão longa de 1079, secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 295-296 e 298) (José MATTOSO, «As famílias condaís portugalenses dos séculos X e XI», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa...*, pp. 82, ref.<sup>a</sup> C.2, e 85-86, ref.<sup>a</sup> G, respectivamente, pronunciando-se este autor a favor da identificação da referência analística com o conde Mendo Luz).

<sup>723</sup> Data incorrecta, por era de 1075 (1037) (?) (Pierre DAVID, «Annales portugalenses veteres», in *Études historiques...*, p. 295, nota 6).

<sup>724</sup> Nos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave*, o registo de óbito do conde Nuno Alvites, a quem é atribuído o epíteto de «magnus comes», é efectuado em termos muito sumários, à semelhança do que se passa com o conde Mendo [Gonçalves] (APV, Recensão longa de 1079, secção III, seg. *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 295). Omissa quanto à data da efeméride, a períclope refere apenas ter ocorrido no mesmo ano da morte do rei Afonso V de Leão. Embora o monarca tenha morrido em 1028, a data apresentada no texto corresponde ao ano de 1018, pelo que se levantam à partida algumas dúvidas quanto ao exacto momento

*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **[Era de 1056 (1018)]**<sup>725</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 295).

**NUNO MENDES**<sup>726</sup>

*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

---

da morte do conde. A questão pode ser resolvida pela análise dos documentos da época, através da qual se verifica que Nuno Alvites continua vivo para além deste último ano. A data a adoptar corresponde, portanto, a [1028]. O verbo «obiit», que exprime textualmente a ocorrência, encontra paralelos nesta compilação analítica nas notícias alusivas à morte dos reis Afonso V, em 1028; e Bermudo III de Leão, em 1037, neste caso apenas de acordo com a versão da *Chronica gothorum* (APV, Recensão longa de 1079, secção III, seg. *Livro da noa II e Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 295-296) (José MATTOSO, «As famílias condaís portugalenses dos séculos X e XI», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa...*, p. 84, ref.<sup>a</sup> F).

<sup>725</sup> Data incorrecta, por era de 1066 (1028) (?) (Pierre DAVID, «Annales portugalenses veteres», in *Études historiques...*, p. 295, nota 2).

<sup>726</sup> É com a descrição da batalha de Pedroso, que as forças lideradas pelo conde Nuno Mendes e o rei Garcia de Galiza e Portugal travaram nessa localidade situada entre Braga e o rio Cávado, em 1071, que se encerra nos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave* a narrativa dos acontecimentos relacionados com o destino político da família condal portugalense (sobre este assunto em particular, veja-se José MATTOSO, «Ricos-homens, infanções e cavaleiros», in *Obras completas*, vol. 5: *Ricos-homens, infanções e cavaleiros...*, pp. 17-18). Ao descrever o recontro, o compilador particulariza o facto de ele ter ocorrido na sequência de uma sublevação dos «Portugalenses» contra o filho do rei Fernando I, tendo o conde como seu principal cabecilha. Aquele vocábulo serve aqui para designar apenas o conjunto dos partidários de Nuno Mendes na revolta (*pro*, Peter FEIGE, «Die Anfänge des portugiesischen Königstums...», pp. 97-99). Não deve ser entendido como uma generalizada convergência de forças militares contra a autoridade do monarca, até porque a análise da documentação da época nos sugere que parte substancial das figuras políticas activas em território de fronteira continua a girar em torno da órbita régia (DC 464, de 1068.06.13; DC 474, de 1068.[...].04 ou 06; DC 491, de 1070.05?.16; e DC 494, de 1071.02.01; questão já salientada por Damião PERES, «A reconquista cristã», in *História de Portugal. Edição monumental comemorativa do 8.º centenário da fundação da nacionalidade profusamente ilustrada e colaborada pelos mais eminentes historiadores e artistas portugueses* [Direcção literária de Damião PERES; direcção artística de Eleutério CERDEIRA], vol. I, Barcelos, Portucalense Editora, L.<sup>da</sup>, MCMXXVIII, p. 466). Morto Nuno Mendes em campo de batalha e postos em fuga os seus mais próximos partidários, Garcia obtém uma vitória sobre as hostes revoltosas que deve, talvez, entender-se como o ponto culminante de uma série de outros acontecimentos, sobre os quais não estamos hoje plenamente elucidados. Depois desta ementa, o compilador limita-se a registar alguns escassos apontamentos sobre a acção dos reis Sancho II de Castela e Afonso VI de Leão, obliterando por completo o destino do condado e o sucesso da família à qual fora confiada a administração do território na sequência das presúrias afonsinas. Este silêncio é seguido pelas duas compilações que dão continuidade ao relato. A excepção recai apenas sobre os *Anais de S. Mamede de Lorvão*, que, trinta e nove anos depois do texto escrito pelo compilador de St.º Tirso de Riba de Ave, voltam a associar a Vímara Peres e Hermenegildo Guterres as memórias fundadoras da autonomia política do território de fronteira (SS, vol. I, p. 20) (José MATTOSO, «As famílias condaís portugalenses dos séculos X e XI», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa...*, p. 86, ref.<sup>a</sup> H).

- **Era de 1109 (1071):** APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 298).

### VÍMARA PERES<sup>727</sup>

*Anais de S. Mamede de Lorvão:*

- **Era de 906 (868):** SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1);
- **Era de 911 (873):** SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1).

b) Condado de Coimbra<sup>728</sup>

### HERMENEGILDO [GUTERRES]<sup>729</sup>

<sup>727</sup> Embora o nome de Vímara Peres não seja mencionado na produção cronística oficial do reino das Astúrias, os *Anais de S. Mamede de Lorvão* associam-no a duas de seis concisas efemérides. Desta forma, transmitem uma imagem do passado que não reflecte apenas a ideia de protagonismo régio – aqui representado sobretudo por Ordonho I e Afonso III das Astúrias, tal como Fernando I e Afonso VI de Leão (SS, vol. I, p. 20) –, integrando na sucessão dos acontecimentos dignos de memória o nome do principal impulsionador da presúria de Portucale, de 868 (com mais pormenores sobre o assunto, Torquato de Sousa SOARES, «O repovoamento do Norte de Portugal...», pp. 193 e 196-201; e Mário Jorge BARROCA, *Do castelo da reconquista...*, pp. 10-11). É em torno desta notícia, posta em paralelo com a presúria levada a cabo por Hermenegildo Guterres em Coimbra, em 878, tal como da que nos remete para o momento da sua morte em Bama na presença de Afonso III, em 873, que se constrói a imagem do passado condal. Vímara Peres é, juntamente com este último monarca, a personagem a que se reporta um maior número de efemérides. Por esta razão, a compilação analística transmite-nos também uma imagem de ordem política conotada com as duas autoridades sob cuja iniciativa se promove a expansão asturiana nas terras meridionais do reino (José MATTOSO, «As famílias condaís portugalenses dos séculos X e XI», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa...*, p. 79, ref.<sup>a</sup> A).

<sup>728</sup> Se as duas compilações analísticas que se reportam à família condal portugalense se mostram relativamente prolíficas no número de notícias que aí lhe são dedicadas, o mesmo não pode dizer-se quanto ao passado da família condal conimbricense. É com base numa única efeméride, atribuída ao ano de 878 na compilação do mosteiro de S. Mamede de Lorvão, que se pode compreender a acção desta última família. O texto não nos dá uma visão diacrónica de factos, uma vez que se limita a registar uma única ementa. O que se verifica é, pelo contrário, uma tendência para a percepção sincrónica do passado condal, em que o apontamento é posto em paralelo cronológico com outro, datado do ano de 868.

<sup>729</sup> Se o nome de Hermenegildo Guterres é silenciado pela produção cronística oficial do reino das Astúrias, que, em termos gerais, reflecte a visão régia do passado cristão hispânico, os *Anais de S. Mamede de Lorvão* recordam com especial interesse o nome daquele ficou conhecido na historiografia peninsular como o principal responsável pela presúria de Coimbra, de 878 (com outros detalhes sobre o assunto, Torquato de Sousa SOARES, «O repovoamento do Norte de Portugal...», pp. 194 e 196-201, onde se lhe atribui incorrectamente o patronímico Mendes; e Mário Jorge BARROCA, *Do castelo da reconquista...*, pp. 10-11). Este acontecimento é posto em paralelo pelo compilador com o que é protagonizado por Vímara Peres dez anos antes, culminando com a presúria de Portucale, em 868. Porque são apenas estas as localidades do território de fronteira destacadas por aquela compilação de efemérides, a imagem que ali se erige tende a fazer destas duas figuras os representantes de uma ordem política conotada com os mais importantes quadros militares afectos à cúria régia asturiana em

*Anais de S. Mamede de Lorvão:*

- **Era de 916 (878):** SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1).

c) Condado Portucalense<sup>730</sup>

**HENRIQUE DE BORGONHA**<sup>731</sup>

*Anais de S. Salvador de Grijó:*

- **Era de 1147 (1109):** APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 301).

---

território de fronteira (José MATTOSO, «As famílias condaís portucalenses dos séculos X e XI», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa...*, p. 87, ref.<sup>a</sup> A).

<sup>730</sup> Embora a analística medieval portuguesa nos dê indícios de uma clara consciência do seu compilador relativamente à individualidade da fronteira ocidental do reino de Leão, nada nos permite falar de Portugal como uma realidade política autónoma da monarquia leonesa (sobre este assunto, leia-se Torquato de Sousa SOARES, «Carácter e limites do Condado Portucalense...», pp. 9-21). Embora os *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave* e de *S. Mamede de Lorvão* refiram a acção dos presores asturianos e dos seus descendentes directos, o único texto que se reporta à acção daqueles que viriam a dar forma ao Condado Portucalense, nos finais do século XI, é o redigido no mosteiro de S. Salvador de Grijó. O texto fala-nos de Raimundo e Henrique de Borgonha, mas a sua acção parece ser posta em paralelo com a política régia leonesa, recordadas como são as empresas militares que ambas as figuras terão protagonizado sob coordenação de Afonso VI de Leão. Neste sentido, e até mesmo pelo facto de o texto os identificar como membros da família régia, os condes portucalenses tendem a perpetuar a ideia de que o território por si conquistado e administrado integra uma esfera política polarizada pelo monarca leonês, à semelhança do que fizera poucas décadas antes o compilador de St.º Tirso de Riba de Ave a propósito de Fernando I (sobre os sucessivos períodos de governo do Condado Portucalense, da sua formação, em 1096, à batalha de S. Mamede, em 1128, nos quais se vêem envolvidas as duas personagens citadas, vejam-se Manoel RAMOS, «O Condado Portucalense», in *História de Portugal. Edição monumental comemorativa do 8.º centenário da fundação da nacionalidade profusamente ilustrada e colaborada pelos mais eminentes historiadores e artistas portugueses* [Direcção literária de Damião PERES; direcção artística de Eleutério CERDEIRA], vol. I, Barcelos, Portucalense Editora, L.<sup>da</sup>, MCMXXVIII, pp. 481-504; José MATTOSO, «O Condado Portucalense», in *História de Portugal* [Dirigida por José Hermano SARAIVA], vol. 2, Lisboa, Publicações Alfa, 1983, pp. 3-51; José MATTOSO, «1096-1325», pp. 8-64; e A. H. de Oliveira MARQUES e Maria Alegria Fernandes MARQUES, «O campo cristão», pp. 13-37).

<sup>731</sup> Se a memória do passado condal se encontra registada nos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave* e de *S. Mamede de Lorvão*, o facto é que os *Anais de S. Salvador de Grijó* correspondem à única compilação analística que nos fala da acção de Henrique de Borgonha. Neste texto, a sua memória parece ser tributária da acção do rei Afonso VI de Leão, recordado não só como sogro do conde pelo seu casamento com a infanta Teresa, mas também como agente tutelar da conquista de Sintra pelo conde, ocorrida em 1109, no ano que o compilador associa à morte do monarca leonês (sobre o assunto, Paulo MERÊA, «De “Portucale” (*civitas*)...», pp. 235-275; Torquato de Sousa SOARES, «O governo de Portugal...», pp. 365-397; Peter FEIGE, «Die Anfänge des portugiesischen Königstums...», pp. 116-120 e 127-138; José MARQUES, *O conde D. Henrique e os alvares da Nacionalidade*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2003). Registe-se que, pouco antes desta entrada, o autor noticiara também a primeira conquista da praça militar da foz do Tejo, em 1093, e a entrega da sua administração a Raimundo de Borgonha (APV, Recensão longa de 1079, secção IV, seg. *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 301).

## RAIMUNDO DE BORGONHA<sup>732</sup>

*Anais de S. Salvador de Grijó:*

- **Era de 1131 (1093)**<sup>733</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 301).

## TERESA DE LEÃO<sup>734</sup>

*Anais de S. Salvador de Grijó:*

- **Era de 1147 (1109)**: APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 301).

## URRACA DE LEÃO<sup>735</sup>

---

<sup>732</sup> A única obra que se reporta à acção de Raimundo de Borgonha são os *Anais de S. Salvador de Grijó*, não obstante o facto de a memória do passado condal ser alvo de mais pormenorizadas notícias nos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave* e de *S. Mamede de Lervão*. Ali, Raimundo surge como uma personagem na esfera de influência do rei Afonso VI de Leão, recordado não só como seu sogro pelo casamento com a infanta Urraca, mas também como o principal responsável pela conquista de Sintra, em 1093, na sequência da qual a sua administração é confiada simultaneamente ao conde e a Soeiro Mendes (sobre o assunto, Paulo MERÊA, «De “Portucale” (*civitas*)...», pp. 235-275; Peter FEIGE, «Die Anfänge des portugiesischen Königstums...», pp. 110-113; John E. SLAUGHTER, «Sobre la fecha de la muerte del conde Raimundo de Galicia», *Anuario de estudios medievales*, 13, 1983, pp. 93-106). O fracasso da política de Raimundo em território de fronteira parece estar implícito no facto de o compilador apontar a existência de uma segunda conquista militar da praça da foz do Tejo, desta vez sob o comando de Henrique de Borgonha.

<sup>733</sup> Sobre a cronologia do tópico analístico, Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, p. 301, nota 1.

<sup>734</sup> É sobretudo na qualidade de filha do rei Afonso VI de Leão e mulher do conde Henrique de Borgonha que os *Anais de S. Salvador de Grijó* recordam a memória de Teresa de Leão. Esta compilação analística reserva ainda a Teresa o qualificativo de *regina domna*, seguramente pelo facto de ser filha do monarca leonês. O título encontra paralelo no que é atribuído a Sancha de Leão nos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave*, tal como a Mafalda de Portugal nos *Anais de St.ª Cruz de Coimbra* I, a primeira designada como *regina domna*, e a segunda, *portugalensis regina* (APV, Recensão longa de 1079, secção III, seg. *Chronica gothorum*; e Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa* I: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 296 e 309). Embora esquecida nas restantes compilações, a continuação de 1113 a 1122 dos *Anais de S. Salvador de Grijó* volta a mencionar o nome de Teresa no momento em que é celebrado o nascimento do infante Afonso, identificado pela sua ascendência paterna e materna (sobre o enquadramento familiar da condessa portugalense e as linhas gerais da sua actuação política até à batalha de S. Mamede, leia-se Augusto QUINTANA PRIETO, «Jimena Muñiz, madre de Doña Teresa de Portugal», *Revista portuguesa de história*, t. XII: *Homenagem ao Doutor Paulo Merêa*, vol. I, 1969, pp. 223-280; Peter FEIGE, «Die Anfänge des portugiesischen Königstums...», pp. 139-167; e Rosa POMAR, «D. Teresa, mulher e governante do século XII», in *2.º congresso histórico de Guimarães. Actas do congresso*, vol. 5: *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*, s.l., Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996, pp. 205-220).

*Anais de S. Salvador de Grijó:*

- **Era de 1131 (1093)**<sup>736</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 301).

2.1.1.3. *Infâncias*<sup>737</sup>

a) Senhores da Maia<sup>738</sup>

---

<sup>735</sup> Urraca de Leão é a única personagem feminina presente na analística medieval portuguesa à qual não é atribuído o título de *regina*. Os *Anais de S. Salvador de Grijó* limitam-se a chamá-la de *domna*, embora também a identifiquem como filha do rei Afonso VI de Leão e mulher do conde Raimundo de Borgonha, no momento em que se recorda a conquista da praça de Sintra e os inícios da sua administração pelo infanção Soeiro Mendes, da família dos senhores da Maia, sob dependência daquele conde, em 1093, logo após as conquistas de Santarém e Lisboa. Uma vez que, nesta compilação analística, Teresa de Leão é designada como *regina domna* – numa passagem que é, aliás, textualmente paralela à utilizada no primeiro caso, e que tem a particularidade de se reportar também à conquista daquela praça, desta vez pelo conde Henrique de Borgonha, em 1109 (APV, Recensão longa de 1079, secção IV, seg. *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 301) – Urraca parece não beneficiar do prestigiado estatuto de sua irmã. Não temos argumentos que justifiquem com plausibilidade esta representação diferenciada da imagem condal, embora ela possa estar de alguma forma relacionada com a falência da solução política representada por Raimundo e a subsequente afirmação de Henrique como principal delegado do poder régio em território de fronteira.

<sup>736</sup> Sobre a cronologia do tópico analístico, Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, p. 301, nota 1.

<sup>737</sup> Ao contrário do que acontece com os reis leoneses e os condes portugalenses, designados no texto como *reges* ou *reges domini* e *comites*, não há nos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave* qualquer termo que identifique a condição social de personagens como Gonçalo Trastamires e Mendo Gonçalves, infanções da família dos senhores da Maia, ao segundo dos quais é atribuído apenas o epíteto de «uir illustris et magne potentie in toto Portugali». Esta observação é extensível aos *Anais de S. Salvador de Grijó*, que, embora se referindo a Soeiro Mendes, da família dos senhores da Maia, tal como a Soeiro Fromarigues e Nuno Soares, da de Grijó, silenciam a respectiva categoria social. Não encontramos razões que justifiquem com plausibilidade esta situação, até porque pelo menos dois diplomas relativos ao território de fronteira anteriores à fixação destas compilações analísticas utilizam já o termo «infanção». No primeiro caso, datado de 1059, o vocábulo designa Gomes Échigues, da família de Sousa; Mendo Gonçalves, da da Maia; e Godinho Viegas, da de Azevedo, personagens a quem são então atribuídas funções como representantes do rei Fernando I; no segundo, de 1080, reporta-se a figuras desconhecidas, que talvez tenham merecido esse nome no quadro de uma eventual dependência para com um membro da alta nobreza representante do rei Afonso VI de Leão, para cujo tribunal apelam (DC 421, de 1059.12.31; e LF 134, de 1080.07.09; sobre esta matéria, leia-se José MATTOSO, *Obras completas*, vol. 2: *Identificação de um País...*, pp. 88-89). Sobre a nobreza infancional, veja-se, por todos, José MATTOSO, *Obras completas*, vol. 2: *Identificação de um País...*, pp. 86-87; e, do mesmo autor, «Ricos-homens, infanções e cavaleiros», in *Obras completas*, vol. 5: *Ricos-homens, infanções e cavaleiros...*, pp. 33-84.

<sup>738</sup> Sobre os senhores da Maia e a sua ulterior projecção nas esferas políticas do reino, seguimos de perto José MATTOSO, «A família da Maia no século XIII», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa...*, pp. 243-252. A título geral, veja-se José MATTOSO, *Obras completas*, vol. 2: *Identificação de um País...*, pp. 145-146.



## GONÇALO TRASTAMIRES<sup>739</sup>

*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1072 (1034):** APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 295);
- **Era de 1076 (1038):** APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 296);
- **Era de 1103 (1065):** APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 298).

## MENDO GONÇALVES<sup>740</sup>

---

<sup>739</sup> É no lugar de Avioso, nas imediações do Porto, que os *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave* situam a morte de Gonçalo Trastamires, infância da família dos senhores da Maia, em 1038. Embora o texto seja parco em detalhes, o verbo utilizado para exprimir o seu óbito – «occisus fuit» ou «occisus est», segundo os testemunhos do *Livro da noa II* e da *Chronica gothorum*, respectivamente – permite-nos pensar na hipótese de a sua morte ter ocorrido em circunstâncias violentas. Registe-se que locuções verbais semelhantes são aqui utilizadas quando se noticia a morte dos condes Mendo [Gonçalves] e Mendo [Luz] ou Mendo [Nunes], em 1008 e 1034 ([1037] ou [1044]), tal como a do rei Sancho II de Castela, em 1072 (APV, Recensão longa de 1079, secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 295 e 298). Outros verbos, como «obiit», «mortuus est» e «perit», são utilizados para exprimir a morte do rei Afonso V de Leão e do conde Nuno Alvites, em [1028]; dos reis Bermudo III e Fernando I, em 1037 e 1065; do infante Mendo Gonçalves, também neste último ano; e ainda do conde Nuno Mendes, em 1071 (APV, Recensão longa de 1079, secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 295-296 e 298). Independentemente destes aspectos, a memória do infante é claramente exaltada pelo compilador, sobretudo quando se recorda a conquista de Montemor-o-Velho quatro anos antes do seu óbito, em 1034, seguida da sua definitiva reintegração na esfera de influência cristã. Continua, para além disso, a ser alvo de especial atenção quando aquele atribui ao seu filho Mendo Gonçalves os epítetos de «uir illustris et magne potentie in toto Portugali», chamando a atenção do leitor para a filiação desta personagem. As razões para esta memória de excepção compreendem-se facilmente, se tivermos em conta que tanto Gonçalo como Mendo pertencem à família patronal do mosteiro de St.º Tirso de Riba de Ave, instância responsável pela cristalização das efemérides analísticas (José MATTOSO, «A nobreza rural portuense nos séculos XI e XII», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*, s.l., Círculo de Leitores, 2001, p. 160, ref.<sup>a</sup> C).

<sup>740</sup> À semelhança de seu pai, Gonçalo Trastamires, também Mendo Gonçalves é recordado pelos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave* como figura de destaque do território de fronteira nos meados do século XI. A memória do infante, membro da família dos senhores da Maia, é invocada a propósito do seu óbito, ocorrido, em 1065, em termos que configuram um quadro de elevado prestígio social para a personagem visada. Com efeito, Mendo Gonçalves é designado no texto como «uir illustris et magne potentie in toto Portugali», epítetos que não encontram paralelo e que só se justificam se tivermos em consideração o facto de ambas as personagens pertencerem à família patronal do mosteiro onde é efectuada a compilação das ementas históricas (José MATTOSO, «A nobreza rural portuense nos séculos XI e XII», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa...*, pp. 160-161, ref.<sup>a</sup> D).

*Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1103 (1065):** APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 298).

**SOEIRO MENDES<sup>741</sup>**

*Anais de S. Salvador de Grijó:*

- **Era de 1131 (1093)<sup>742</sup>:** APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 301).

b) Senhores de Grijó<sup>743</sup>

**NUNO SOARES<sup>744</sup>**

---

<sup>741</sup> Soeiro Mendes, patrono do mosteiro de St.º Tirso de Riba de Ave no momento em que é fixada a respectiva compilação analística, é o terceiro elemento da linhagem infancional dos senhores da Maia cuja memória é recordada pela comunidade monástica nos finais do século XI. O infanção possui ali um estatuto de prestígio militar consentâneo com o detido pelos seus mais directos antepassados, conforme o sugere o facto de lhe ser atribuído, sob os auspícios do conde Raimundo de Borgonha e de sua mulher Urraca, filha do rei Afonso VI de Leão, o governo da praça de Sintra, reconquistada, em 1093, na sequência das campanhas de Santarém e Lisboa. É, aliás, a Soeiro que se deve a atribuição de um extenso couto ao mosteiro, recebido do conde Henrique de Borgonha, em 1097, e por si cedido à comunidade um ano depois, em 1098 (José MATTOSO, «A nobreza rural portuense nos séculos XI e XII», in *Obras completas*, vol. 7: *A nobreza medieval portuguesa...*, pp. 161-162, ref.<sup>a</sup> E). Sobre esta última questão, Armindo de SOUSA, «O mosteiro de Santo Tirso no século XV», *Estudos medievais*, n.º 1, 1981, pp. 104 e 107; e Arnaldo Rui Azevedo de Sousa MELO, *O couto de Santo Tirso (1432-1516). Espaço e economia*, vol. I, Porto, 1995, pp. 34-43 (Edição policopiada da Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto), com uma análise mais circunstanciada das respectivas cartas de doação no artigo, do mesmo autor, intitulado «O couto de Santo Tirso nas cartas de couto de 1097 e 1098: os documentos e as características do espaço», in *2.º congresso histórico de Guimarães. Actas do congresso*, vol. 4: *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*, s.l., Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996, pp. 233-247.

<sup>742</sup> Sobre a cronologia do tópico analístico, Pierre DAVID, «Annales portugalenses veteres», in *Études historiques...*, p. 301, nota 1.

<sup>743</sup> Sobre os senhores de Grijó e o significado da sua acção política em território condal, seguimos de perto José Augusto P. de Sotto Mayor PIZARRO, *Os patronos do mosteiro de Grijó (evolução e estrutura da família nobre, séculos XI a XIV)*, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, Ld.<sup>a</sup>, 1995, pp. 279-282. A título geral, veja-se José MATTOSO, *Obras completas*, vol. 2: *Identificação de um País...*, pp. 150-151.

<sup>744</sup> Nuno Soares, filho de Soeiro Fromarigues e Elvira Nunes «Áurea», casou-se com Urraca Mides e Elvira Gomes, sendo depois de seu pai o mais significativo patrono do mosteiro de S. Salvador de Grijó. Embora proprietário de importantes bens no território de Entre-Douro-e-Vouga, representando desta forma uma linha de continuidade relativamente à política patrimonial gizada pelo pai, a sua imagem de prestígio está também associada ao facto de ter obtido de Teresa uma carta de couto para o mosteiro, em 1128, e de ser nomeado defensor da igreja de S. Salvador pelo bispo Bernardo de Coimbra, em 1132, após a sua libertação da

*Anais de S. Salvador de Grijó:*

- **Era de 1148 (1110):** APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 301-302).

#### **SOEIRO FROMARIGUES<sup>745</sup>**

*Anais de S. Salvador de Grijó:*

- **Era de 1148 (1110):** APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 301-302).

#### **2.1.1.4. Cavaleiros<sup>746</sup>**

#### **JOÃO MIDES<sup>747</sup>**

*Anais de S. Salvador de Grijó:*

---

jurisdição episcopal, num momento em que o mosteiro adopta os costumes canonicais segundo o modelo de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra e a igreja é novamente doada à comunidade monástica. Movimenta-se no quadro das cortes condal e régia, apoiando a acção política de Afonso I, e chega inclusive a desempenhar funções judiciais na terra de St.<sup>a</sup> Maria (José Augusto P. de Sotto Mayor PIZARRO, *Os patronos do mosteiro de Grijó...*, pp. 123-124, §I, 2).

<sup>745</sup> Filho de Fromarigo Viegas e Ausenda, e, por conseguinte, neto paterno de Egas Eriz «lala» e Ildôncia Fromarigues, Soeiro Fromarigues, casado com Elvira Nunes «Áurea», pode considerar-se o mais importante ascendente da família patronal do mosteiro de S. Salvador de Grijó. Ao longo da sua vida, parece ter concentrado grande parte dos seus interesses fundiários no território de Entre-Douro-e-Vouga, em especial a terra de St.<sup>a</sup> Maria, onde, mercê de uma política aquisitiva conduzida entre 1074 e 1101, se transforma num dos mais influentes proprietários de bens rústicos. As suas relações privilegiadas com a comunidade são indissociáveis do facto de protagonizar, em 1093, no momento em que é sagrada a nova igreja monástica, uma extensa doação de bens visando a consolidação da sua emergente base patrimonial. É também conhecido o facto de ter desenvolvido influentes relações junto das cortes condal e régia, chegando a comandar hostes em defesa de Santarém e vindo a falecer no exercício destas funções militares (José Augusto P. de Sotto Mayor PIZARRO, *Os patronos do mosteiro de Grijó...*, pp. 119-120, §I, 1).

<sup>746</sup> Veja-se, por todos, José MATTOSO, *Obras completas*, vol. 2: *Identificação de um País...*, pp. 156-157; e, do mesmo autor, «Ricos-homens, infanções e cavaleiros», in *Obras completas*, vol. 5: *Ricos-homens, infanções e cavaleiros...*, pp. 123-166.

<sup>747</sup> O nome de João Mides é referido de passagem nos *Anais de S. Salvador de Grijó*, que se limitam a identificar a personagem com o filho de Mido Crescones, falecido, segundo o relato, no lugar de Valada, em 1110, na sequência de uma incursão muçulmana contra um acampamento de Cristãos que se dirigiam a Santarém. O mesmo procedimento é adoptado a propósito de Nuno Soares, filho de Soeiro Fromarigues, cujo nome é mencionado nesta compilação analística em idênticas circunstâncias (veja-se Henrique Barrilaro RUAS, «A data do desastre...», pp. 361-373).

- **Era de 1148 (1110):** APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 301-302).

## MIDO CRESCONES<sup>748</sup>

*Anais de S. Salvador de Grijó:*

- **Era de 1148 (1110):** APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 301-302).

### 2.1.1.5. Alvazis

## SESNANDO [DAVIDES]<sup>749</sup>

<sup>748</sup> Ao contrário de João Mides, cujo nome é apenas recordado pelos *Anais de S. Salvador de Grijó*, Mido Crescones é identificado nesta compilação analística com uma das personagens que faleceu no lugar de Valada, em 1110, no momento em que uma incursão muçulmana atacou o acampamento de Cristãos que se dirigiam a Santarém. Segundo o relato, morreu ainda nesse ataque Soeiro Fromarigues, pai de Nuno Soares (leia-se Henrique Barrilaro RUAS, «A data do desastre...», pp. 361-373).

<sup>749</sup> É ainda hoje particularmente complexo o estudo da acção política de Sesnando Davides, não obstante o facto de vários autores terem consagrado importantes páginas a uma tentativa de esclarecimento do seu percurso administrativo nas cidades de Coimbra e Toledo (a este respeito, o mais significativo trabalho continua a ser o de Emilio GARCÍA GÓMEZ e R. MENÉNDEZ PIDAL, «El conde mozárabe Sisnando Davidiz...», pp. 27-41; com os mais recentes complementos de Maria Helena da Cruz COELHO, «Nos alvares...», pp. 11-30; e Leontina VENTURA, «As cortes...», pp. 37-52). Conduzido ainda bastante jovem para a cidade de Sevilha, provavelmente no quadro de uma incursão muçulmana na região do Mondego nas primeiras décadas do século XI, aí parece ter crescido e recebido a instrução necessária para se transformar num dos mais diligentes conselheiros políticos na *ṭā'ifa* dos *Banū 'Abbād* (para uma visão global da cidade na época, Rafael VALENCIA, «Islamic Seville: its political, social and cultural history», in *The legacy of muslim Spain* [Ed. Salma Khadra JAYYUSI], vol. 1, Leiden, Brill, 2000, pp. 136-148; com observações específicas sobre o papel das comunidades cristãs na configuração da política urbana em Alejandro GARCÍA SANJUÁN, «Decline y extinción de la minoría cristiana en la Sevilla andalusí (ss. XI-XII)», *Historia. Instituciones. Documentos*, 31: *Homenaje al Profesor D. Manuel González Jiménez*, 2004, pp. 270-276). Embora tenha estado ao serviço da causa muçulmana durante algumas décadas, acaba, por razões que hoje desconhecemos, por ingressar nas fileiras políticas da Cristandade peninsular como conselheiro do rei Fernando I, em cujo reinado se destaca por ser um dos principais instigadores da conquista de Coimbra, em 1064, e de seu filho, Afonso VI, sob cujo governo ocorre a tomada de Toledo, em 1085. Desempenhando as funções de cônsul das duas cidades reconquistadas, procura desenvolver uma política conciliatória entre as facções religiosas no momento em que a reforma litúrgica romana introduz novos factores de cisão no seio da comunidade cristã. Morto em 1091, Sesnando vem a ser sepultado no adro da igreja de St.<sup>a</sup> Maria e o registo do seu falecimento consignado no obituário da catedral conhecido pela designação de *Livro das calendas* (questão afluída em António Garcia Ribeiro de VASCONCELOS [Dr.], *Sé-velha de Coimbra...*, vol. I, pp. 33-36 e 44-46, nota 1). Não obstante o peso que a personagem possui na política do território de fronteira, sobretudo após a conquista daquela primeira cidade, a única das quatro compilações analísticas que se lhe refere são os

*Anais de S. Salvador de Grijó:*

- **Era de 1129 (1091):** APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 300).

#### 2.1.1.6. Alcaides

**GERALDO [GERALDES]**<sup>750</sup>

*Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I:*

- **Era de 1206 (1168) (seg. *Livro da noa I*) ou Era de 1207 (1169) (seg. *Anais de Lamego*):** APV, Recensão breve

---

*Anais de S. Salvador de Grijó*, limitando-se estes a apontar o ano de 1091 como data da sua morte. Nem as tradições textuais que nos remetem para a conquista fernandina da cidade do Mondego, nem a denominada *Notícia da conquista de Coimbra pelo rei Fernando*, inserta na *Summa chronicarum*, particularizam a acção do cônsul conimbricense, estando este acontecimento inscrito numa tendência de valorização do poder régio que aparentemente relega para segundo plano a acção deste subordinado político. O facto de o compilador de *S. Salvador de Grijó* mencionar um acontecimento em que o cônsul se vê envolvido dá-nos, contudo, margem para pensar que Sesnando faz parte de uma ordem política liderada por Afonso VI, modelo de realeza paralelo ao de Fernando I nos *Anais de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave* e de Afonso I de Portugal nos *Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I*, tanto mais que a notícia que se reporta a Sesnando vem na sequência dos dois mais importantes eventos militares do seu tempo: a vitória alcançada pelas forças cristãs em Toledo, e a derrota que lhes foi inflingida pelos Muçulmanos em Sagradas.

<sup>750</sup> A progressão militar empreendida nos anos subsequentes às conquistas de Santarém, Lisboa, Sintra, Almada e Palmela, em 1147; Alcácer do Sal, em 1158; Beja, em 1162; e Évora, Moura e Serpa, em 1166 (APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* e *Anais de Lamego*: ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 309-310), é identificada pelos *Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I* com a acção do alcaide Geraldo [Geraldos], que, em 1168, segundo o *Livro da noa I*, ou em 1169, segundo os *Anais de Lamego*, entra na cidade de Badajoz e precipita o desastre resultante da intervenção militar de Afonso I de Portugal contra as forças almóadas, refugiadas na sua alcáçova (por todos, Armando de Sousa PEREIRA, *Geraldo Sem Pavor. Um guerreiro de fronteira entre Cristãos e Muçulmanos, c. 1162-1176*, Porto, Fronteira do Caos Editores, 2008; com o complemento de David LOPES, «O Cid português: Geraldo Sempavor (Novas fontes árabes sobre os seus feitos e morte)», *Revista portuguesa de história*, t. I, 1941, pp. 93-104; José Pires GONÇALVES, *O papel de Giraldo Sem Pavor na reconquista cristã da Península, no século XII*, Évora, 1980; Filipe Themudo BARATA, «A actuação de Geraldo Sem Pavor no quadro das sociedades de fronteira do século XII», in *2.º congresso histórico de Guimarães. Actas do congresso*, vol. 2: *A política portuguesa e as suas relações exteriores*, s.l., Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996, pp. 359-374; Eva LAPIEDRA, «Giraldo Sem Pavor, Alfonso Enríquez y los Almohades», in *Bataliús. El reino taifa de Badajoz. Estudios*, Madrid, 1996, pp. 147-158; Pascal BURESI, *La frontière...*, pp. 211-212). Embora visando a abertura de uma via de progressão territorial paralela à dos exércitos leoneses e castelhanos, a prossecução desta estratégia culminou com um mal sucedido desfecho, que veio a tornar impossível o alargamento para Leste das fronteiras territoriais do reino de Portugal (com considerações de relevo sobre o assunto, Amélia Aguiar ANDRADE, «O papel da Estremadura na formação e consolidação do Portugal medieval», in *A construção medieval do território*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 106-116). É, de resto, com aquela mesma efeméride que a compilação analítica encerra o seu relato de conquista das mais importantes principais praças muçulmanas do Entre-Tejo-e-Guadiana, sob protagonismo da emergente monarquia nacional ao longo do século XII.

prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I e Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 310).

## 2.1.2. Poderes religiosos

### 2.1.2.1. Abades

#### a) Mosteiro de S. Mamede de Lorvão<sup>751</sup>

<sup>751</sup> É hoje difícil reconstituir a sucessão dos abades do mosteiro de S. Mamede de Lorvão entre os finais do século IX e os inícios do século XII, nomeadamente até ao priorado de Eusébio. Este aspecto deve-se ao facto de existirem substanciais dificuldades de crítica cronológica dos diplomas que se referem a cada um dos abades, em especial os de mais recuada inserção histórica (para um conspecto global das datas presentes nos diplomas do cartório monástico, Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorvão...», pp. 192-196). É também resultado de significativas discrepâncias entre as fontes diplomáticas e a compilação analística que temos vindo a estudar. Apesar de terminar com a enumeração dos dez abades responsáveis pelo governo da comunidade, esta fornece-nos uma listagem de nomes cuja ordem se revela incompatível com a documentada nas restantes fontes (sobre esta questão em particular, pronunciaram-se já Luís de CÁEGAS, «Idade Média. Notas de história e de crítica», *Brotéria*, vol. XXI, fasc. IV, Julho de 1923, pp. 272-273; e Rui de AZEVEDO, «O mosteiro de Lorvão...», pp. 197-214). Em Nelson Correia BORGES, *Arte monástica...*, vol. I, p. 647, quadro I, encontramos a seguinte proposta de reconstituição do abaciado laurbanense, que deve ser seguida com cautela: João (907); Justo (?); Mestúlio (927-943); Teodorico (946-961); Primo (966-985); Primo, Mestúlio e Benjamim (?); Benjamim (985-998); Ramiro (1002); Dulcídio (1016-1017); Ariano (?); Aires (1064); e Eusébio (1086-1118). Recorde-se também que, no século XIX, o *Livro das preladadas* do mosteiro de Lorvão recorda a memória dos seus primeiros abades, tal como das suas posteriores abadessas, apontando para uma mais sumária relação de nomes que se processa nos seguintes termos (doc. publicado em Nelson Correia BORGES, *Arte monástica...*, vol. I, pp. 577-603, n.º 62; a este respeito, veja-se Maria Alegria Fernandes MARQUES, «As primeiras freiras...», pp. 127-180):

«Lembrança dos Abb.<sup>es</sup> de São Bento q̃ neste Most.<sup>ro</sup> de / Lorvão ouve sendo de frades e se achavão escritos letra / da m.<sup>e</sup> D. Izabel de Mello q. serviu de Carturaria quarenta / Annos. Sc.<sup>t</sup> /

O p.<sup>ro</sup> Padre e fundador foi Lucencio e dipois Bispo de Coimbra / O 2 João de quem dizem he a cabeça S.<sup>ta</sup> q. esta na Sancristia com q̃. / se fas Agoa p.<sup>a</sup> os Danados, e tãb. sertos milagres como acraditão as / m.<sup>tas</sup> pessoas q̃ vem de Remotas partes buscalla e pode testemunhar / as m.<sup>es</sup> sanchristans, /

O 3 Teodurices, ou Teodemiro /

O 4 Natalles /

O 5 Boniairo /

O 6 Daniel /

O 7 Euzebio /

O 8 Bonianni /

O 9 Salvador /

O 10 Bento /

O 11 Pedro /

O 12 Daniel /

O 13 Affonso /

O 14 João /

O 15 Juliam /

## ARIANO

*Anais de S. Mamede de Lorvão:*

- **Sem ref.<sup>a</sup> ([NA, 4]):** SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1).

## BENJAMIM

*Anais de S. Mamede de Lorvão:*

- **Era de 1025 (987):** SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1).

## DULCÍDIO

*Anais de S. Mamede de Lorvão:*

- **Sem ref.<sup>a</sup> ([NA, 1]):** SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1).

## EUSÉBIO

*Anais de S. Mamede de Lorvão:*

- **Era de 1154 (1116):** SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1);
- **Era de 1156 (1118):** SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1).

---

E no tempo deste Abb.<sup>e</sup> se tomou o most.<sup>ro</sup> p.<sup>a</sup> mongas de São Bernardo / na era de 1081 e poderia aver mais abb.<sup>es</sup> mas dis a dita m.<sup>e</sup> / D.<sup>a</sup> Izabel de Mello q. destes da fe p.<sup>ios</sup> aver lidos no Cartorio / dis mais em outra adição q. ouve outro Abb.e [sic] neste Most.<sup>ro</sup> q. se nomiava Urbano o qual nome anda no livro q. se cha/ma dos Passarinhos, q. está na livraria do Canto cham entregue / as cantoras».

Os anais não nos fornecem qualquer outro dado que nos permita compreender o percurso institucional destes dez abades, pelo que se torna hoje imprescindível, para efeitos de reconstituição do seu mais remoto passado histórico, o cruzamento das informações analíticas com a leitura das fontes diplomáticas compiladas no *Livro dos testamentos*. No século XVIII, a comunidade feminina instalada em Lorvão faz eco de uma tradição que associa a fundação do mosteiro ao bispo Lucêncio de Conímbriga, representante da diocese da margem esquerda do Mondego nos concílios de Braga I, em 561, e Braga II, em 572. Apesar de sugestiva e hoje defendida por Nelson Correia BORGES (*O mosteiro de Lorvão...*, p. 6; «Lucêncio...», pp. 143-158; e *Arte monástica...*, vol. I, pp. 53-57 e 60-62), a hipótese carece de apoio documental seguro, pelo que poderá assentar apenas numa tradição monástica propagada pela comunidade na época moderna com o intuito de radicar as origens do mosteiro na acção do mais antigo prelado da diocese conimbricense. Recorde-se também que, para além de Lucêncio, referenciado como bispo de Conímbriga, temos informações sobre a presença de pelo menos mais um prelado local até à homologação do catolicismo como religião oficial da monarquia visigótica, em 589. Referimo-nos, naturalmente, a Possidónio, que as actas do concílio de Toledo III recordam como tendo participado no sínodo em que se oficializou a conversão do rei Recáredo I (ver, no seu conjunto, Manuel PRIETO VILAS, *Los obispos hispanos a fines del Imperio Romano* (ss. IV-VI). *El nacimiento de una élite social*, t. II, Madrid, 1994, pp. 295, 309 e 328 [Edição policopiada da Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Geografia e História da Universidade Complutense de Madrid]; Ana Maria C. M. JORGE, *L'épiscopat de Lusitanie...*, p. 75, quadro 4; e Adriaan de MAN, *Conimbriga. Do Baixo Império à Idade Média*, Lisboa, Edições Sílabo, 2006, pp. 58-65).

## JOÃO

*Anais de S. Mamede de Lorvão:*

- **Sem ref.<sup>a</sup> ([NA, 1]):** SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1).

## JUSTO

*Anais de S. Mamede de Lorvão:*

- **Sem ref.<sup>a</sup> ([NA, 1]):** SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1).

## MESTÚLIO

*Anais de S. Mamede de Lorvão:*

- **Sem ref.<sup>a</sup> ([NA, 1]):** SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1);
- **Era de 1023 (985):** SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1).

## PRIMO

*Anais de S. Mamede de Lorvão:*

- **Era de 1023 (985):** SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1).

## RAMIRO

*Anais de S. Mamede de Lorvão:*

- **Sem ref.<sup>a</sup> ([NA, 4]):** SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1).

## TEODORICO

*Anais de S. Mamede de Lorvão:*

- **Sem ref.<sup>a</sup> ([NA, 1]):** SS, vol. I, p. 20 (cf. anexo 1, ponto 1).

## 2.2. Islão<sup>752</sup>

---

<sup>752</sup> A memória que a analística medieval portuguesa conserva do Islão traduz-se numa significativa quantidade de passagens alusivas a acontecimentos militares, tópico que estrutura e dá consistência aos diversos relatos analíticos. Esta imagem é-nos dada pelos *Anais de St.º Tirso de Riba de Ave*, tal como pelos de *S. Salvador de Grijó* e de *St.ª Cruz de Coimbra*. Em termos gerais, o que predomina nos três casos apontados é a imagem de um Islão ameaçado pela Cristandade hispânica. O que neles se patenteia é uma construção narrativa que se baseia na recordação dos mais acesos combates entre as duas forças, representantes de antagónicos interesses políticos e religiosos. Os registos de vitória são tendencialmente conotados com a realeza cristã – simbolicamente representada por Fernando I e Afonso VI de Leão, tal como por Afonso I de Portugal –, embora se verificando alguns mais pontuais casos



## ‘ALĪ IBN YŪSUF

*Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I:*

- **Era de 1155 (1117):** APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* e *Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 308).

«CIMEIA» (seg. *Livro da noa II*) ou «CEMIA» (seg. *Chronica gothorum*)

*Anais de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1083 (1045)**<sup>753</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 296).

---

de derrotas imputadas aos seus agentes militares, que, longe de surtirem uma imagem negativa dos seus esforços bélicos, apenas reforçam a sua posterior capacidade de recuperar e reintegrar na causa os territórios perdidos para o Islão. *Muḥammad ibn Abī ‘Āmīr al-Manṣūr* é a representação por excelência desta esfera de actuação. Ainda que recordada apenas nos *Anais de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave* – indubitavelmente pelo facto de ser também aqui que se encontram, na analística medieval portuguesa, os únicos registos de acontecimentos decorridos no século X, exceptuando os parcos dados cronológicos transmitidos na secção correspondente aos *nomina* abaciais dos *Anais de S. Mamede de Lorvão* –, esta personagem suscita da parte do compilador um interesse que gira em torno de três importantes acontecimentos, relacionados, no seu conjunto, com a história política da fronteira ocidental hispânica: as conquistas das praças de Coimbra, Aguiar de Sousa e Montemor-o-Velho, em 987 ou 988, 990 ou 1000 –divergências cronológicas resultantes da leitura das versões transmitidas na *Chronica gothorum* e no *Livro da noa II* – e 995 (sobre estas e outras companhias, vejam-se, de Luis MOLINA, «Las campañas de Almanzor...», pp. 209-263; e «Las campañas de Almanzor. Nuevos datos», pp. 467-472; para além de Narciso PEINADO, «La expedición de Almanzor a Santiago de Compostela en 997», *Boletín de la Real Academia de Córdoba de Ciencias, Bellas Letras y Nobles Artes*, ano XXIII, n.º 68, Julho-Dezembro de 1952, pp. 288-296). Paralelamente, o texto volta a colocar a tónica sobre o Islão quando nos fala da derrota inflingida por Bermudo III de Leão a «Cimeia» ou «Cemia», em 1045 ([1035]), na batalha de Cesar, na terra de St.<sup>a</sup> Maria. Se *Yūsuf ibn Tāshfīn* representa nos *Anais de S. Salvador de Grijó* o contraponto da acção de Afonso VI de Leão, derrotado no quadro da batalha de Sagradas, em 1087 ([1086]), *Sīr ibn Abī Bakr* é aí a personagem que protagoniza a conquista de Santarém, em 1111. Nos *Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I*, o que se regista é o assédio de Coimbra por ‘*Alī ibn Yūsuf*, em 1117, tal como o combate travado entre «Esmare» ou «Examare» e Afonso I de Portugal no lugar de Ourique, no dia da festa litúrgica do santo apóstolo Tiago, em 1139. Embora personificado nestas figuras, o Islão surge também conotado com forças anónimas mais genericamente designadas como *sarraceni*, *mauri* ou *pagani* (Carmen OLIVER PÉREZ, «Sarraceno...», pp. 99-130), que, no seu conjunto, dão forma narrativa a acontecimentos que implicam novamente a ideia de combate contra os exércitos cristãos. Consequentemente, o Islão é apresentado na analística medieval portuguesa como o tendencial inimigo da Cristandade hispânica, não obstante o facto de nem sequer esta ser encarada pelos seus diferentes autores como uma realidade uniforme.

<sup>753</sup> Data incorrecta, por era de 1073 (1035) (?) (Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, p. 296, nota 2).

«**ESMARE**» (seg. *Livro da noa I*) ou «**EXAMARE**» (seg. *Anais de Lamego*)

*Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I:*

- **Era de 1177 (1139):** APV, Recensão breve prolongada até 1168, secção V, seg. *Livro da noa I* e *Anais de Lamego* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 308).

### **MUḤAMMAD IBN ABĪ ‘ĀMĪR AL-MANṢŪR**

*Anais de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave:*

- **Era de 1025 (987) (seg. *Livro da noa II*) ou Era de 1026 (988) (seg. *Chronica gothorum*)**<sup>754</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 293);
- **Era de 1033 (995):** APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 294);
- **Era de 1038 (1000) (seg. *Livro da noa II*)**<sup>755</sup> ou **Era de 1028 (990) (seg. *Chronica gothorum*):** APV, Recensão longa (1079), secção III, seg. *Livro da noa II* e *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 294).

### **SĪR IBN ABĪ BAKR**

*Anais de S. Salvador de Grijó:*

- **Era de 1149 (1111):** APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, p. 302).

### **YŪSUF IBN TĀSHFĪN**

*Anais de S. Salvador de Grijó:*

---

<sup>754</sup> Data incorrecta, por era de 1025 (987) (Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, p. 293, nota 2).

<sup>755</sup> Data incorrecta, por era de 1028 (990) (Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, p. 304, nota 2).

- **Era de 1125 (1087)**<sup>756</sup>: APV, Recensão longa (1079), secção IV, seg. *Chronica gothorum* (ed. Pierre DAVID, Lisboa-Paris, 1947, pp. 299-300).

## Síntese

### 1. Os espaços

#### 1.1. A paisagem natural

##### 1.1.1. Cordilheiras

###### **Anais de S. Salvador de Grijó:**

- PIRENÉUS.

##### 1.1.2. Rios

###### **Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:**

- CÁVADO;
- GADANHA;
- SOUSA.

#### 1.2. A paisagem humanizada

##### 1.2.1. A administração do espaço

###### 1.2.1.1. Impérios

###### **Anais de St.ª Cruz de Coimbra I:**

- HISPÂNIA.

---

<sup>756</sup> Data incorrecta, por era de 1124 (1086) (Pierre DAVID, «Annales portugaises veteres», in *Études historiques...*, p. 299, nota 4).

#### 1.2.1.2. Reinos

***Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:***

- HISPÂNIA.

***Anais de S. Salvador de Grijó:***

- HISPÂNIA.

***Anais de St.ª Cruz de Coimbra I:***

- LEÃO;
- PORTUGAL.

#### 1.2.1.3. Províncias

***Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:***

- BRACARENSE;
- PORTUCALENSE.

***Anais de S. Salvador de Grijó:***

- CARTAGINENSE.

#### 1.2.1.4. Territórios

***Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:***

- ST.ª MARIA DA FEIRA.

***Anais de S. Salvador de Grijó:***

- CARPETÂNIA.

#### 1.2.2. As dinâmicas de povoamento

##### 1.2.2.1. Cidades

***Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:***

- BRAGA;
- COIMBRA;

- CÓRIA;
- LAMEGO;
- LEÃO;
- SEIA;
- VISEU;
- ZAMORA.

***Anais de S. Salvador de Grijó:***

- BADAJOZ;
- CÓRIA;
- LISBOA;
- SANTARÉM;
- TOLEDO.

***Anais de S. Mamede de Lorvão:***

- COIMBRA;
- PORTO.

***Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I:***

- BADAJOZ;
- BEJA;
- COIMBRA;
- ÉVORA;
- LISBOA;
- SANTARÉM.

***1.2.2.2. Castelos***

***Anais de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave:***

- AGUIAR DE SOUSA;
- MONTEMOR-O-VELHO;
- PENALVA;
- ST.<sup>a</sup> MARIA DA FEIRA;
- S. MARTINHO DE MOUROS;
- TRAVANCA;

- VERMOIM.

***Anais de S. Salvador de Grijó:***

- SINTRA;
- TALAVERA DE LA REINA.

***Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I:***

- ALCÁCER DO SAL;
- ALMADA;
- MOURA;
- PALMELA;
- ST.<sup>a</sup> OLAIA;
- SERPA;
- SINTRA.

*1.2.2.3. Vilas*

***Anais de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave:***

- AVIOSO;
- CESAR.

***Anais de S. Mamede de Lorvão:***

- BAMA.

*1.2.2.4. Lugares*

***Anais de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave:***

- PEDROSO.

***Anais de S. Salvador de Grijó:***

- SAGRAJAS;
- VALADA.

***Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I:***

- OURIQUE.

*1.2.2.5. Mosteiros*

***Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:***

- LEÃO.

***Anais de S. Mamede de Lorvão:***

- LORVÃO.

## **2. Os protagonistas**

### **2.1. Cristandade**

#### **2.1.1. Poderes leigos**

##### **2.1.1.1. Reis**

###### **a) Reino das Astúrias**

***Anais de S. Mamede de Lorvão:***

- AFONSO III;
- ORDONHO I.

###### **b) Reino de Leão**

***Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:***

- AFONSO V;
- AFONSO VI;
- BERMUDO III;
- FERNANDO I;
- SANCHÁ.

***Anais de S. Salvador de Grijó:***

- AFONSO VI;
- FERNANDO I.

***Anais de S. Mamede de Lorvão:***

- AFONSO VI;
- BERMUDO II;

- FERNANDO I;
- RAMIRO II;
- SANCHO I.

***Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I:***

- [AFONSO VII].

c) Reino de Castela

***Anais de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave:***

- SANCHO II.

d) Reino de Galiza e Portugal

***Anais de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave:***

- GARCIA.

e) Reino de Portugal

***Anais de S. Salvador de Grijó:***

- AFONSO I.

***Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I:***

- AFONSO I;
- MAFALDA;
- SANCHO I.

2.1.1.2. Condes

a) Condado de Portucale

***Anais de St.<sup>o</sup> Tirso de Riba de Ave:***

- ALVITO NUNES;
- MENDO [GONÇALVES];
- MENDO [LUZ] ou MENDO [NUNES];



- NUNO ALVITES;
- NUNO MENDES.

***Anais de S. Mamede de Lorvão:***

- VÍMARA PERES.

b) Condado de Coimbra

***Anais de S. Mamede de Lorvão:***

- HERMENEGILDO [GUTERRES].

c) Condado Portucalense

***Anais de S. Salvador de Grijó:***

- HENRIQUE DE BORGONHA;
- RAIMUNDO DE BORGONHA;
- TERESA DE LEÃO;
- URRACA DE LEÃO.

2.1.1.3. *Infâncias*

a) Senhores da Maia

***Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:***

- GONÇALO TRASTAMIRES;
- MENDO GONÇALVES.

***Anais de S. Salvador de Grijó:***

- SOEIRO MENDES.

b) Senhores de Grijó

***Anais de S. Salvador de Grijó:***

- NUNO SOARES;
- SOEIRO FROMARIGUES.

#### 2.1.1.4. Cavaleiros

##### **Anais de S. Salvador de Grijó:**

- JOÃO MIDES;
- MIDO CRESCONES.

#### 2.1.1.5. Alvazis

##### **Anais de S. Salvador de Grijó:**

- SESNANDO [DAVIDES].

#### 2.1.1.6. Alcaides

##### **Anais de St.<sup>a</sup> Cruz de Coimbra I:**

- GERALDO [GERALDES].

#### 2.1.2. Poderes religiosos

##### 2.1.2.1. Abades

###### a) Mosteiro de S. Mamede de Lorvão

##### **Anais de S. Mamede de Lorvão:**

- ARIANO;
- BENJAMIM;
- DULCÍDIO;
- EUSÉBIO;
- JOÃO;
- JUSTO;
- MESTÚLIO;
- PRIMO;
- RAMIRO;

- TEODORICO.

## 2.2. Islão

### **Anais de St.º Tirso de Riba de Ave:**

- «CIMEIA» ou «CEMIA»;
- MUḤAMMAD IBN ABĪ ʿĀMĪR AL-MANṢŪR.

### **Anais de S. Salvador de Grijó:**

- ʿALĪ IBN YŪSUF;
- SĪR IBN ABĪ BAKR;
- YŪSUF IBN TĀSHFĪN.

### **Anais de St.ª Cruz de Coimbra I:**

- ʿALĪ IBN YŪSUF;
- «ESMARE» ou «EXAMARE».

QUADRO N.º 14:

### **A analística medieval portuguesa (séc. XI-XII): síntese geográfica**

Lugares	AST (1079)	AG (1111)	AL (1118)	ASC I (1169)
AGUIAR DE SOUSA ( <i>castellum</i> )	•			
ALCÁCER DO SAL (sem ref. <sup>a</sup> )				•
ALMADA (sem ref. <sup>a</sup> )				•
AVIOSO (sem ref. <sup>a</sup> )	•			
BADAJOS ( <i>ciuitas</i> )		•		•
BAMA (sem ref. <sup>a</sup> )			•	
BEJA ( <i>ciuitas</i> )				•
BRAGA (sem ref. <sup>a</sup> )	•			
CARPETÂNIA (sem ref. <sup>a</sup> )		•		
CÁVADO ( <i>fluuium</i> )	•			
CESAR ( <i>uilla</i> )	•			
COIMBRA ( <i>ciuitas</i> )	•		•	•
CÓRIA ( <i>ciuitas</i> )	•	•		
ÉVORA ( <i>ciuitas</i> )				•
GADANHA (sem ref. <sup>a</sup> )	•			
HISPÂNIA ( <i>regnum</i> , [ <i>imperium</i> ])	•	•		•
LAMEGO (sem ref. <sup>a</sup> )	•			
LEÃO ([ <i>regnum</i> ], <i>ciuitas</i> , <i>monasterium</i> )	•			•
LISBOA ( <i>ciuitas</i> )		•		•
LORVÃO ( <i>monasterium</i> )			• (a)	
MONTEMOR-O-VELHO (sem ref. <sup>a</sup> )	•			
MOURA (sem ref. <sup>a</sup> )				•
OURIQUE ( <i>locus</i> )				•
PALMELA (sem ref. <sup>a</sup> )				•

<b>PEDROSO</b> ( <i>locus</i> )	•			
<b>PENALVA</b> ( <i>[castellum]</i> )	•			
<b>[PIRENÉUS]</b> (sem ref. <sup>a</sup> )		•		
<b>PORTO</b> (sem ref. <sup>a</sup> )			•	
<b>PORTUGAL</b> ( <i>[regnum]</i> )				•
<b>SAGRAJAS</b> ( <i>locus</i> )		•		
<b>SANTARÉM</b> ( <i>ciuitas</i> )		•		•
<b>ST.<sup>a</sup> MARIA DA FEIRA</b> ( <i>territorium, castellum</i> )	•			
<b>ST.<sup>a</sup> OLAIA</b> ( <i>castellum</i> )				•
<b>S. MARTINHO DE MOUROS</b> ( <i>[castellum]</i> )	•			
<b>SEIA</b> (sem ref. <sup>a</sup> )	•			
<b>SERPA</b> (sem ref. <sup>a</sup> )				•
<b>SINTRA</b> (sem ref. <sup>a</sup> )		•		•
<b>SOUSA</b> (sem ref. <sup>a</sup> )	•			
<b>TALAVERA DE LA REINA</b> ( <i>[castellum]</i> )		•		
<b>TOLEDO</b> ( <i>ciuitas, metropolis, regia urbs</i> )		•		
<b>TRAVANCA</b> ( <i>[castellum]</i> )	•			
<b>VALADA</b> ( <i>locus</i> )		•		
<b>VERMOIM</b> ( <i>castellum</i> )	•			
<b>WISEU</b> ( <i>ciuitas</i> )	•			
<b>ZAMORA</b> ( <i>ciuitas</i> )	•			

<sup>(a)</sup> Constante de [NA].

#### QUADRO N.º 15:

#### A analística medieval portuguesa (séc. XI-XII): síntese prosopográfica

Protagonistas	AST (1079)	AG (1111)	AL (1118)	ASC I (1169)
<b>AFONSO I</b> (rei de Portugal)				•
<b>AFONSO III</b> (rei das Astúrias)			•	
<b>AFONSO V</b> (rei de Leão)	•			
<b>AFONSO VI</b> (rei de Leão)	•	•	•	•
<b>[AFONSO VII]</b> (rei de Leão e imperador da Hispânia)				•
<b>'ALĪ IBN YŪSUF</b> (emir almorávida)				•
<b>ALVITO NUNES</b> (conde de Portucale)	•			
<b>ARIANO</b> (abade de Lorvão)			• (a)	
<b>BENJAMIM</b> (abade de Lorvão)			• (a)	
<b>BERMUDO II</b> (rei de Leão)			• (b)	
<b>BERMUDO III</b> (rei de Leão)	•			
<b>«CIMEIA»</b> ou <b>«CEMIA»</b> (caudilho muçulmano)	•			
<b>DULCÍDIO</b> (abade de Lorvão)			• (a)	
<b>«ESMARE»</b> ou <b>«EXAMARE»</b> (caudilho muçulmano)				•
<b>EUSÉBIO</b> (abade de Lorvão)			• (a)	
<b>FERNANDO I</b> (rei de Leão)	•	•	•	
<b>GARCIA</b> (rei de Galiza e Portugal)	•			
<b>GERALDO [GERALDES]</b> (alcaide)				•
<b>GONÇALO TRASTAMIREs</b> (infância da família da Maia)	•			
<b>HENRIQUE</b> (duque de Borgonha e conde portugalense)		•		
<b>HERMENEGILDO [GUTERRES]</b> (presor de Coimbra)			•	
<b>JOÃO</b> (abade de Lorvão)			• (a)	
<b>JOÃO MIDES</b> (cavaleiro de Coimbra)		•		
<b>JUSTO</b> (abade de Lorvão)			• (a)	

<b>MAFALDA</b> (rainha de Portugal, mulher de Afonso I)				•
<b>MENDO GONÇALVES</b> (infância da família da Maia)	•			
<b>MENDO [GONÇALVES]</b> (conde de Portucale)	•			
<b>MENDO [LUZ]</b> ou <b>MENDO [NUNES]</b> (conde de Portucale)	•			
<b>MESTÚLIO</b> (abade de Lorvão)			• (a)	
<b>MIDO CRESCONES</b> (cavaleiro de Coimbra)		•		
<b>MUHAMMAD IBN ABĪ ‘ĀMĪR AL-MANŞŪR</b> (general amiríada)	•			
<b>NUNO ALVITES</b> (conde de Portucale)	•			
<b>NUNO MENDES</b> (conde de Portucale)	•			
<b>NUNO SOARES</b> (infância da família de Grijó)		•		
<b>ORDONHO I</b> (rei das Astúrias)			•	
<b>PRIMO</b> (abade de Lorvão)			• (a)	
<b>RAIMUNDO</b> (conde de Borgonha e conde portugalense)		•		
<b>RAMIRO</b> (abade de Lorvão)			• (a)	
<b>RAMIRO II</b> (rei de Leão)			• (b)	
<b>SANCHIA</b> (rainha de Leão, mulher de Fernando I)	•			
<b>SANCHO I</b> (rei de Leão)			• (b)	
<b>SANCHO I</b> (infante de Portugal)				•
<b>SANCHO II</b> (rei de Castela)	•			
<b>SESNANDO [DAVIDES]</b> (alvazil de Coimbra)		•		
<b>SĪR IBN ABĪ BAKR</b> (general almorávida)		•		
<b>SOEIRO FROMARIGUES</b> (infância da família de Grijó)		•		
<b>SOEIRO MENDES</b> (infância da família da Maia)		•		
<b>TEODORICO</b> (abade de Lorvão)			• (a)	
<b>TERESA</b> (infanta de Leão, mulher de Henrique)		•		
<b>URRACA</b> (infanta de Leão, mulher de Raimundo)		•		
<b>VIMARA PERES</b> (presor de Portucale)			•	
<b>YŪSUF IBN TĀSHFĪN</b> (emir almorávida)		•		

<sup>(a)</sup> Constante de [NA].

<sup>(b)</sup> Constante de [NR].

## **IN MEMORIAM**

*Quando manifestei pela primeira vez ao Professor Doutor Luís Krus o meu interesse em prosseguir estudos de especialização em história da cultura, religião e mentalidades das sociedades cristãs hispânicas na Antiguidade Tardia e Alta Idade Média, estava muito longe de pensar que, alguns anos volvidos, o primeiro trabalho por mim dedicado à problemática da construção medieval da memória surgiria já num absurdo contexto de ausência, provocado pelo seu falecimento no passado dia 5 de Junho de 2005. Uma absurda e incompreensível ausência, especialmente para alguém que, como eu, considerava serem as pessoas eternas.*

*Foi o Professor o principal responsável pelo início do meu percurso académico. Na qualidade de Presidente da Comissão Científica e Coordenador da área de História Medieval do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, acolheu-me numa prestigiada instituição de saber, cujo mérito é em grande medida tributário do enorme labor que desenvolveu durante anos de intensa reflexão e produção científicas no domínio da medievística. Foi consigo que dei os meus primeiros passos na docência universitária – recordo agora a certeza de alguém que sempre quis apostar no incerto – e é de si que eu retenho o modelo a seguir. Hoje, como sempre, sinto-me profunda e inteiramente devedor da sua ciência.*

*Na qualidade de primeiro orientador pedagógico e científico deste trabalho, soube como ninguém transmitir os ensinamentos necessários a quem então pretendia encetar o caminho da investigação histórica. As motivações eram muitas, mas as hipóteses de enveredar por esta área não eram fáceis. Falava-me ao ouvido a sabedoria de quem conhecia os meandros do meio, mas, na sua justa integridade, não pactuava com eles. Hoje vejo quão seguras eram as suas palavras.*

*É a si, Professor, que eu dedico este trabalho. Aquilo que importa, aquilo que realmente fica depois de anos de intensa e fecunda amizade, é a recordação de cada momento, de cada pequeno instante passado à conversa, ao sabor de um café e um cigarro teimosamente aceso, num turbilhão incessante de memórias. O seu modelar percurso de vida comprovou-me que, no meio de uma certa ingenuidade, eu afinal tinha alguma razão: as pessoas podem ser humanamente eternas. Afinal, não é nas contingências da vida que reside a eternidade do ser. A sua força está no imenso poder dos afectos. E esses afectos, porque não se compadecem com o inevitável da vida, são a melhor certeza da sua eterna presença.*

*Lisboa, Abril de 2008*

*Mário Nuno Campos de Gouveia*